

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA  
E SOCIEDADE**

**TESE**

**Reconfigurações na economia estancieira do Sudoeste do  
Rio Grande do Sul (1985-2022): renda da terra,  
bovinocultura de corte e diferenciação social**

**Francis Casagrande Zanella**

**2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**RECONFIGURAÇÕES NA ECONOMIA ESTANCIEIRA DO  
SUDOESTE DO RIO GRANDE DO SUL (1985-2022): RENDA DA  
TERRA, BOVINOCULTURA DE CORTE E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL**

**FRANCIS CASAGRANDA ZANELLA**

Sob a Orientação do professor  
**Nelson Giordano Delgado**

Tese submetida como requisito parcial  
para obtenção do grau de **Doutor em  
Ciências Sociais**, no Curso de Pós-  
Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade

Rio de Janeiro, RJ  
Setembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Z28r      Zanella, Francis Casagrande, 1992-  
Reconfigurações na economia estancieira do Sudoeste  
do Rio Grande do Sul (1985-2022): renda da terra,  
bovinocultura de corte e diferenciação social /  
Francis Casagrande Zanella. - Rio de Janeiro, 2023.  
317 f.: il.

Orientador: Nelson Giordano Delgado.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências  
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,  
2023.

1. Agronegócio. 2. Região da Campanha. 3. Pecuária.  
I. Delgado, Nelson Giordano, 1946-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento  
de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

# UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade (CPDA)

## **FRANCIS CASAGRANDA ZANELLA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 18/09/2023.

---

Prof. Dr. NELSON GIORDANO DELGADO (CPDA/UFRRJ)  
(Orientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> KARINA YOSHIE MARTINS KATO (CPDA/UFRRJ)

---

Prof. Dr. FABIANO ESCHER (CPDA/UFRRJ)

---

Prof. Dr. MARCOS BOTTON PICCIN (UFMS)

---

Prof. Dr. PAULO DABDAB WAQUIL (UFRGS)



Emitido em 18/09/2023

**DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 16652/2023 - DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 21/09/2023 21:27 )*

FABIANO ESCHER  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)  
Matrícula: ###134#4

*(Assinado digitalmente em 25/09/2023 11:39 )*

KARINA YOSHIE MARTINS KATO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)  
Matrícula: ###163#9

*(Assinado digitalmente em 21/09/2023 10:52 )*

NELSON GIORDANO DELGADO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)  
Matrícula: ###65#9

*(Assinado digitalmente em 21/09/2023 11:21 )*

PAULO DABDAB WAQUIL  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: ###.###.600-##

*(Assinado digitalmente em 21/09/2023 10:30 )*

MARCOS BOTTON PICCIN  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: ###.###.540-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **16652**, ano: **2023**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **21/09/2023** e o código de verificação: **8b0f36d1a3**

## AGRADECIMENTOS

Esta tese foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001. A menção à Capes na primeira posição desta lista de agradecimentos não é mera formalidade, dada a presente conjuntura de aprofundamento do capitalismo de dependência no Brasil. Os investimentos em ciência e tecnologia são um dos alvos preferenciais das políticas de austeridade.

Sou profundamente grato aos três orientadores que me acompanharam em cada uma das fases acadêmicas que me trouxeram até aqui. Inicialmente, gostaria de dedicar algumas linhas para cada um deles, pois foram fundamentais na lapidação de algumas das virtudes de meus trabalhos. Com isso não quero lhes imputar responsabilidade sobre os escritos, nem pela minha prolixidade, inexatidões, omissões e deslizes.

Dito isso, o Jefferson Rocha foi quem me orientou na iniciação científica e foi meu primeiro exemplo de pesquisador. Não foi com Bourdieu que aprendi pela primeira vez que a escrita acadêmica se trata de milhares de pequenos ajustes e complementações, ao custo de muitas horas de “bunda na cadeira”. Além disso, o compromisso do Jefferson com as causas regionais e críticas, na sua própria trajetória e na da Unipampa, está presente nesta tese. Não poderia deixar de citar e agradecer o apoio logístico dele e de seus familiares por me receberem inúmeras vezes em atividades a campo em São Gabriel, ao que apelidei carinhosamente de “Casa Rocha de Apoio ao Jovem Pesquisador”.

O Marcos Piccin foi quem me escancarou as portas das ciências sociais durante o mestrado, em um momento pessoal de dedicação mais exclusiva à pesquisa. Aliás, conheci sua tese antes de conhecê-lo pessoalmente e de tê-lo como orientador. É talvez a tese mais fascinante que já li, por sua densidade teórica, vasta literatura analisada, além de profundas amarrações com o trabalho de campo. Sua leitura foi meu primeiro contato com Bourdieu e a antropologia dos campesinatos e patronatos rurais no Brasil. A profunda admiração do Marcos pelos temas da economia estancieira e, mais amplamente, de todo o espaço de relações e interdependências que nela se atravessam, me revelou um objeto de estudo praticamente infundável que também passei a apreciar e indagar.

O Nelson Delgado foi meu orientador no doutorado, se tornando o terceiro dos meus “três clássicos”. Estando ao seu lado, pude aperfeiçoar conhecimentos em um de meus pontos fracos até então, a economia política e as relações internacionais. Embora ainda tenha muitíssimo que aprender nisso, hoje posso dizer que o tema se tornou uma de minhas paixões pessoais. Talvez porque as aulas do Nelson sejam das mais envolventes que já tive contato, fruto de sua profunda leitura, experiência e comprometimento, assim como de sua singular maneira de enunciar os conteúdos e selecionar os mais valiosos recortes de textos fundamentais, com total dedicação para a formação de jovens pesquisadores e pesquisadoras.

Tal como os outros dois orientadores, o Nelson também está em minha forma de escrita. Sua sistematicidade me impressionou ao ler sua tese, e, ao meu modo, tentei emulá-la como remédio à minha prolixidade textual. Os sábios conselhos do Nelson foram valiosos durante a construção de meu trabalho de doutorado, pois o período de pandemia da covid-19 foi difícil em vários sentidos e exigiu mudanças de grande proporção no objeto de estudo, onde contar com a experiência do orientador auxiliou para que não recaísse em imprecisões, localismos e exageros.

Feita esta menção especial aos grandes companheiros acadêmicos, aproveito para estender o agradecimento aos demais membros da banca, Karina Kato, Paulo Waquil e Fabiano Escher, com quem tive o prazer de compartilhar em primeira mão a tese e de quem recebi valiosas observações e contribuições durante a banca de defesa.

Quero também agradecer profundamente aos e às profissionais do campo da saúde e do esporte. Seus conhecimentos e dedicação foram fundamentais para me auxiliar na aquisição de consciência corporal a fim de controlar as dores crônicas nas articulações, oriundas do trabalho repetitivo de leitura e escrita, do desconhecimento e negligência com aspectos posturais e físicos, além de fatores mais gerais como os meios de aferição da produtividade na academia e as dificuldades em acessar o sistema público de saúde em função de sua precarização pelas políticas de austeridade. Os estudantes de pós-graduação, inclusive bolsistas, estão dentre as classes de trabalho que carecem de uma condição formal de emprego, com direito à assistência médica e outros benefícios sociais básicos. Temos nossa saúde comprometida de modo semelhante a outros setores precarizados no mundo do trabalho, sobretudo em países de capitalismo dependente onde a superexploração é uma característica estrutural.

Também quero agradecer aos meus avós, Célia, Guerino, Faustino e Amélia. Seu destaque tem a ver com o aprendizado inconsciente que com eles tive desde a infância, no sentido de admirar as questões agrárias por meio de seus detalhados relatos biográficos. Só depois fui saber que a escuta atenta e reflexiva era considerada uma competência no trabalho de campo em ciências sociais. Muitas das boas entrevistas que tenho realizado ao longo de minha formação acadêmica soam mais como conversas com meus avós.

Por fim, agradeço às demais pessoas que de uma maneira ou de outra foram e ainda são importantes para que eu chegasse até aqui. Em primeiro lugar à Laís, minha companheira em todas as fases acadêmicas, cuja parceria e carinho são fundamentais não somente para a tese, mas para a caminhada de vida. Aos demais familiares do Rio Grande do Sul e de Campos dos Goytacazes, Francisco, Rosane, Luísa, Jonas, Vítor, Samuel, Marizete e Thaís, meu muito obrigado pelo incentivo, compreensão e apoio. Aos colegas e docentes do CPDA e aos de outras universidades, com quem tive contato ao longo do tempo, sou muito realizado por tê-los conhecido e com vocês convivido. Aos demais amigos e conhecidos de São Gabriel, que além de dividirem momentos de suas vidas, também abriram portas de pesquisa que eu nunca imaginaria ter conseguido. Às pessoas funcionárias do CPDA, minha gratidão pelo suporte institucional. Aos responsáveis pela página eletrônica Brasil em Mapas, pela troca de informações acerca de fontes de dados. Também sou grato pelo suporte indispensável de funcionários das bibliotecas da UFRRJ, UFF, IFF, UENF, PUCRS e UFSM, que foram espaços fundamentais em diferentes momentos do doutorado.

## RESUMO

ZANELLA, Francis Casagrande. **Reconfigurações na economia estancieira do Sudoeste do Rio Grande do Sul (1985-2022)**: renda da terra, bovinocultura de corte e diferenciação social. 2023. 317p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2023.

Esta tese analisa as reconfigurações na economia estancieira do Sudoeste do Rio Grande do Sul, entre 1985 e 2022, com atenção para as dinâmicas envolvendo a propriedade fundiária, a renda da terra, a pecuária bovina de corte e a diferenciação social entre estancieiros. As abordagens teóricas de Henry Bernstein e Guilherme Delgado, sobre mudanças agrárias, dinâmicas de classe e o capitalismo na agricultura brasileira, são utilizadas para interpretar as mediações dos estancieiros, enquanto padrões rurais e proprietários de terras, com as políticas macroeconômicas e os demais grupos implicados nos mercados agropecuários. A pesquisa combina três fontes de dados: a) revisão da literatura especializada sobre as transformações no patronato rural e nos sistemas produtivos durante os séculos XX e XXI; b) levantamento de dados nos censos agropecuários e em outras fontes de pesquisa sobre a terra e a bovinocultura de corte; c) trabalho de campo no município de São Gabriel-RS a fim de construir diálogos entre teoria e achados empíricos, bibliográficos e censitários. A principal hipótese argumentada ao longo da tese indica que a acumulação econômica estancieira se reconfigura durante as décadas de 1980 e 1990, de modo que a propriedade da terra e a bovinocultura de corte gradativamente assumem novas feições. No entrelaçamento desses agentes ao contexto nacional de pacto do agronegócio, a partir dos anos 2000, os estancieiros ficaram mais expostos às relações concorrenciais na bovinocultura de corte em escala local e nacional, mas, ao mesmo tempo, elevaram a receita potencialmente apropriada com a renda da terra. Esta expectativa de rentabilidade avança no Sudoeste rio-grandense em sintonia com a aptidão das terras para a lavoura temporária, sobretudo a de soja. Enquanto isso, seu avanço na pecuária de corte não é tão unívoco quanto na agricultura, de modo que se observam heterogeneidades produtivas e diferenciações patrimoniais entre estancieiros. Sua posição foi deslocada na cadeia produtiva do gado de corte em termos da perda de controle sobre o elo industrial da carne vermelha e da menor relevância na posse do estoque bovino. No entanto, a conservação do patrimônio fundiário segue como recurso fundamental para o acoplamento desse grupo social enquanto fração das classes dominantes no interior dos mercados agropecuários sul-rio-grandenses e das disputas nacionais pela apropriação de fundos públicos.

**Palavras-chave:** Agronegócio, Região da Campanha, Pecuária.



## ABSTRACT

ZANELLA, Francis Casagrande. **Reconfigurations in the ranchers economy of the Southwest of Rio Grande do Sul (1985-2022):** land rent, beef cattle and social differentiation. 2023. 317p. Thesis (PhD in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Humanities and Social Sciences, Post Graduation Program in Agriculture, Development and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2023.

This thesis analyzes the reconfigurations in the ranchers economy of the Southwest of Rio Grande do Sul, between 1985 and 2022, with attention to the dynamics involving land ownership, land rent, beef cattle and the social differentiation between ranchers. The theoretical approaches of Henry Bernstein and Guilherme Delgado, on agrarian changes, class dynamics and capitalism in Brazilian agriculture, are used to interpret the mediations of ranchers, as rural employers and landowners, with macroeconomic policies and other groups involved in agricultural markets. The research combines three sources of data: a) review of the specialized literature on the transformations in rural employers and in productive systems during the 20th and 21st centuries; b) survey of data from agricultural censuses and other sources of research on land and beef cattle; c) fieldwork in the municipality of São Gabriel-RS in order to build dialogues between theory and empirical, bibliographic and census findings. The main hypothesis argued throughout the thesis indicates that the economic accumulation of ranchers reconfigured itself during the 1980s and 1990s, and, thus, land ownership and beef cattle gradually took on new features. In the intertwining of these agents with the national context of the agribusiness pact, from the 2000s onwards, the ranchers became more exposed to competitive relations in beef cattle on a local and national scale, but, at the same time, raised the revenue potentially appropriated with the rent from the land. This expectation of profitability advances in the Southwest of Rio Grande do Sul in line with the suitability of the land for farming, especially soybeans. Meanwhile, its advance in beef cattle raising is not as unambiguous as in agriculture, so that productive heterogeneities and wealth management differences among ranchers are observed. Its position was shifted in the beef cattle productive chain in terms of the loss of control over the red meat industrial link and the lesser relevance in the cattle stock ownership. However, the conservation of land ownership remains a fundamental resource for the engagement of this social group as a fraction of the dominant classes within the agricultural markets of Rio Grande do Sul and national disputes over the appropriation of public funds.

**Key words:** Agribusiness, Campanha region, Livestock.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> – Área dos estabelecimentos agropecuários segundo a utilização das terras na data de referência no Sudoeste rio-grandense, 1995, 2006 e 2017. ....	72
<b>Tabela 02</b> – Tabela de dados de cobertura e uso da terra da coleção 7 do MapBiomias (Nível 2) no Sudoeste rio-grandense, 1995, 2006 e 2017. ....	75
<b>Tabela 03</b> – Distribuição de terra em porcentagem total das classes de área entre estabelecimentos agropecuários no Brasil, Rio Grande do Sul e Sudoeste Rio-Grandense, em 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017. ....	90
<b>Tabela 04</b> – Área média dos estabelecimentos agropecuários de acordo com a condição do produtor em relação às terras no Sudoeste Rio-Grandense, 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017. ....	95
<b>Tabela 05</b> – Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras e condição do produtor em relação às terras no Sudoeste Rio-Grandense, 1995/1996 e 2017. .	96
<b>Tabela 06</b> – Número de estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras e condição do produtor em relação às terras no Sudoeste Rio-Grandense, 1995/1996 e 2017. .	96
<b>Tabela 07</b> – Área média dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras e condição do produtor em relação às terras no Sudoeste Rio-Grandense, 1995/1996 e 2017. .	98
<b>Tabela 08</b> – Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras, grupos de atividade econômica e grupos de área total no Sudoeste Rio-Grandense, 2017. ....	99
<b>Tabela 09</b> – Número de estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras, grupos de atividade econômica e grupos de área total no Sudoeste Rio-Grandense, 2017. ....	100
<b>Tabela 10</b> – Efetivo bovino brasileiro conforme grandes regiões (1975-2017). ....	145
<b>Tabela 11</b> – Balanço do complexo da carne bovina no Brasil (1994-2019). ....	157
<b>Tabela 12</b> – Distribuição do efetivo bovino (%) de acordo com os grupos de rebanho bovino (2006 e 2017). ....	201
<b>Tabela 13</b> – Distribuição do efetivo bovino (%) de acordo com os grupos de área total (ha) (2006 e 2017). ....	201
<b>Tabela 14</b> – Distribuição do efetivo bovino (%) de acordo com os grupos de área (ha) e grupos de atividade econômica (2006 e 2017). ....	204
<b>Tabela 15</b> – Estabelecimentos e efetivo da pecuária bovina no grupo de atividade econômica ‘Pecuária e criação de outros animais’ de acordo com os grupos de área total no município de São Gabriel, 2006-2017. ....	207
<b>Tabela 16</b> – Proporção de vacas reprodutoras no efetivo bovino dos municípios do Sudoeste Rio-grandense (2017). ....	228
<b>Tabela 17</b> – Número total de estabelecimentos agropecuários que realizaram despesas e percentual dos estabelecimentos que realizaram cada tipo de despesa no Sudoeste Rio-grandense (2006 e 2017). ....	233
<b>Tabela 18</b> – Composição das despesas do grupo de atividade ‘Pecuária e criação de outros animais’ em termos de valor total (R\$) e proporção de cada categoria (%) no Sudoeste Rio-grandense, 2006 e 2017. ....	237
<b>Tabela 19</b> - Despesas do grupo de atividade ‘Pecuária e criação de outros animais’ em termos de valor (R\$) por unidade de área, por cabeça bovina e por empregado permanente no Sudoeste Rio-grandense, 2006 e 2017. ....	240
<b>Tabela 20</b> – Categorias de despesas do grupo de atividade ‘Pecuária e criação de outros animais’ em termos de valor (R\$) por unidade de área (ha) no Sudoeste Rio-grandense, 2017. ....	240

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> - Principais trabalhos utilizados na revisão bibliográfica sobre a economia estancieira do RS.....	28
<b>Quadro 02</b> – Projetos de assentamento rural criados, área reformada (1975-2017) e sua proporção em relação à área total (ha) do Rio Grande do Sul, do Sudoeste rio-grandense e dos seus municípios.....	106
<b>Quadro 03</b> - Índices zootécnicos médios da bovinocultura de corte brasileira e sul-rio-grandense (1994/2004).....	141

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - Cobertura e uso da terra do bioma Pampa no Rio Grande do Sul, 2020.....	10
<b>Figura 02</b> - Modelo conceitual da pesquisa, contendo marco teórico, teoria geral, teoria substantiva e hipóteses.....	22
<b>Figura 03</b> - Mesorregião Sudoeste do Rio Grande do Sul subdividida nas microrregiões Campanha Ocidental, Campanha Central e Campanha Meridional.....	24
<b>Figura 04</b> - Mapa de regiões do Pampa de acordo com os sistemas ecológicos, com menção a alguns municípios.....	25
<b>Figura 05</b> - Cobertura e uso da terra na microrregião Campanha Ocidental, 1985, 2002 e 2021.....	83
<b>Figura 06</b> - Cobertura e uso da terra na microrregião Campanha Central, 1985, 2002 e 2021.....	84
<b>Figura 07</b> - Cobertura e uso da terra na microrregião Campanha Meridional, 1985, 2002 e 2021.....	85
<b>Figura 08</b> – Mapa de localização dos cultivos comerciais de eucalipto conforme as empresas florestadoras no Rio Grande do Sul (2007).....	110
<b>Figura 09</b> - Municípios onde estão localizadas as fazendas da empresa Florestas do Sul, controlada pela Harvard Management Company, 2016-2017.....	111
<b>Figura 10</b> – Representação esquemática do ciclo pecuário.....	131
<b>Figura 11</b> - Localização dos frigoríficos de bovinos com serviço de Inspeção Federal (SIF) ativos em 2020.....	155
<b>Figura 12</b> – Localização da bovinocultura de corte argentina, 2020.....	176
<b>Figura 13</b> – Cultivos de verão segundo classificação de imagens de satélite em províncias selecionadas do Uruguai (2000-2017).....	178
<b>Figura 14</b> - Variação (%) do rebanho bovino nos municípios do Sudoeste Rio-grandense (1974-2021).....	192
<b>Figura 15</b> - Área municipal ocupada (%) pelas lavouras de arroz e soja nos municípios do Sudoeste Rio-grandense (2021).....	193
<b>Figura 16</b> - Cabeças bovinas por hectare não cultivado no inverno no Sudoeste Rio-grandense (2021).....	194
<b>Figura 17</b> – Calendário reprodutivo de sistemas bovinos de cria com e sem integração lavoura-pecuária (ILP).....	226

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b> – Porcentagem da área dos estabelecimentos rurais segundo a utilização das terras na data de referência no Sudoeste rio-grandense, 1995, 2006 e 2017.....	74
---	----

<b>Gráfico 02</b> - Área colhida (ha) de arroz (em casca) nos municípios do Sudoeste rio-grandense (1974-2021).....	76
<b>Gráfico 03</b> - Área colhida (ha) de soja (em grãos) nos municípios do Sudoeste rio-grandense (1974-2021).....	78
<b>Gráfico 04</b> - Proporção de área ocupada pelas lavouras temporárias colhidas de arroz (em casca) e soja (em grãos) em relação à superfície total de municípios do Sudoeste rio-grandense (1974-2021).....	81
<b>Gráfico 05</b> – Distribuição da posse da terra entre estabelecimentos agropecuários em termos percentuais de acordo com a condição do produtor em relação às terras no Sudoeste Rio-Grandense, 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017.....	92
<b>Gráfico 06</b> – Distribuição do número de estabelecimentos agropecuários em termos percentuais de acordo com a condição do produtor em relação às terras no Sudoeste Rio-Grandense, 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017.....	93
<b>Gráfico 07</b> – Projetos de assentamento rural implantados no Rio Grande do Sul (RS) e Sudoeste do RS entre 1986 e 2017.....	106
<b>Gráfico 08</b> – Preços nominais das terras brasileiras por região (R\$/ha), 2003-2022.....	113
<b>Gráfico 09</b> – Preços nominais das terras agrícolas e de pastagem nativa em microrregiões selecionadas do Rio Grande do Sul (R\$/ha), 2003-2022.....	114
<b>Gráfico 10</b> – Valorização real (%) das terras agrícolas e de pastagem nativa em microrregiões selecionadas do Rio Grande do Sul (R\$/ha), 2003-2022.....	123
<b>Gráfico 11</b> – Evolução do preço da arroba de boi gordo de 1954 a 2021 (R\$ por arroba, deflacionados pelo IGP-DI).....	133
<b>Gráfico 12</b> – Países que exportaram os maiores volumes de carne bovina no comércio internacional (2001-2007).....	144
<b>Gráfico 13</b> – Proporção do efetivo bovino brasileiro conforme grandes regiões (1975-2017).....	145
<b>Gráfico 14</b> – Consumo per capita (kg/ano) das carnes de bovinos, suínos e frangos no Brasil (1997-2021).....	150
<b>Gráfico 15</b> – Maiores importadores de carne bovina brasileira em toneladas (2001-21).....	160
<b>Gráfico 16</b> – Maiores importadores de carne bovina brasileira em mil US\$ (2001-21).....	160
<b>Gráfico 17</b> - Evolução do preço do quilograma do boi gordo de 1977 a 2022 no Rio Grande do Sul (R\$ por Kg, deflacionados pelo IGP-DI).....	162
<b>Gráfico 18</b> – Efetivo do rebanho bovino (cabeças) do Rio Grande do Sul (1977-2021).....	167
<b>Gráfico 19</b> – Efetivos bovino e ovino (1974-2021) e superfície (ha) de lavouras de verão e de inverno (1975-2017) no Sudoeste rio-grandense.....	182
<b>Gráfico 20</b> – Cabeças bovinas por hectare não cultivado no verão no Sudoeste do RS (1975-2021).....	185
<b>Gráfico 21</b> – Cabeças bovinas por hectare não cultivado no inverno no Sudoeste do RS (1975-2021).....	185
<b>Gráfico 22</b> – Cabeças bovinas por hectare não cultivado no verão nos municípios do Sudoeste do RS (1975-2021).....	190
<b>Gráfico 23</b> – Cabeças bovinas por hectare não cultivado no inverno nos municípios do Sudoeste do RS (1975-2021).....	190
<b>Gráfico 24</b> – Concentração do rebanho bovino nos estabelecimentos com mais de 500 cabeças (%) de acordo com a concentração das terras em estabelecimentos com mais de 500 ha (%) (2017).....	205

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
Tema, problema e objeto de estudo.....	1
Objetivo geral.....	7
Objetivos específicos.....	7
Relação com o tema, justificativas e contribuições.....	7
Recorte teórico-conceitual.....	11
Marco teórico .....	11
Teoria Geral.....	13
Teoria substantiva .....	16
Hipóteses .....	22
Local de estudo.....	23
Delineamento metodológico, fontes de dados e trabalho de campo .....	26
Questões norteadoras e estrutura da tese.....	36
<b>CAPÍTULO I - A ECONOMIA ESTANCIEIRA NO SÉCULO XX E AS INTERPRETAÇÕES SOBRE SUA CRISE NAS DÉCADAS DE 1980-90: POSIÇÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA</b> .....	<b>41</b>
1.1 Origens da economia estancieira no Rio Grande do Sul.....	41
1.2 Industrialização brasileira, lavouras de arroz e cooperativas-frigoríficos na primeira metade do século XX .....	42
1.3 Internacionalização das economias nacionais, modernização conservadora e avanço das lavouras nos anos de 1970.....	46
1.4 Reestruturação no setor agroalimentar mundial e nova fase cíclica de transição na agropecuária brasileira do final do século XX .....	48
1.5 Uma proposta de revisão e desenvolvimento conceitual acerca das reconfigurações na economia estancieira .....	50
1.5.1 Divergências, convergências e controvérsias.....	55
1.5.2 Sobre os elementos constitutivos da economia estancieira.....	61
<b>CAPÍTULO II - A ECONOMIA ESTANCIEIRA E O PACTO DO AGRONEGÓCIO NO SÉCULO XXI: EFEITOS NA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS, NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E NO MERCADO DE TERRAS DO SUDOESTE RIOGRANDENSE ...</b>	<b>65</b>
2.1 Contexto internacional e negociações locais em torno do pacto de economia e política do agronegócio .....	67
2.2 Recomposições produtivas no setor agropecuário mesorregional .....	71
2.3 Continuidades na concentração fundiária e novidades nas dinâmicas de propriedade e arrendamento dos estabelecimentos rurais .....	88
2.4 “Corrida global por terras” e expansão territorial da silvicultura na região da Campanha .....	107
2.5 Comportamento dos preços das terras de lavoura e pastagem nativa no Sudoeste do RS (2003-2022).....	112
2.6 Mercado de terras e novas dinâmicas patrimoniais envolvendo imóveis rurais .....	117
<b>CAPÍTULO III – UM BREVE APANHADO HISTÓRICO DA BOVINOCULTURA DE CORTE BRASILEIRA E SUL-RIO-GRANDENSE: DA CRISE DA DÍVIDA EXTERNA À ESPECIALIZAÇÃO REGRESSIVA NA ECONOMIA NACIONAL (1978-2022)</b> .....	<b>127</b>
3.1 Crise da dívida externa e instabilidades na bovinocultura de corte brasileira (1978-1993) .....	130

3.2 Estabilização econômica doméstica, reconfigurações nacionais na bovinocultura de corte e reposicionamento externo da carne vermelha brasileira (1994-2007) .....	138
3.3 Contradições na cadeia produtiva nacional de carne vermelha e avanço das exportações brasileiras de proteína animal no mercado asiático (2008-2022).....	148
3.4 A bovinocultura de corte gaúcha na conjuntura brasileira de austeridade e especialização regressiva.....	163

**CAPÍTULO IV – A BOVINOCULTURA DE CORTE E AS ESTÂNCIAS NO SUDOESTE SUL-RIO-GRANDENSE: BASE TÉCNICA DA PRODUÇÃO, DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E VIAS DE INTENSIFICAÇÃO PRODUTIVA .....**

<b>172</b>	
4.1 A competição pelo uso das terras entre lavoura temporária e pecuária de corte e seus impactos sobre a distribuição mesorregional do rebanho bovino .....	174
4.2 A diferenciação patrimonial e das fases de criação entre os pecuaristas: considerações sobre grupos de atividade econômica e tamanho dos estabelecimentos .....	195
4.3 A diferenciação social entre estancieiros: observações empíricas no município de São Gabriel e diálogos com a literatura sobre “velhos” e “novos” agropecuaristas uruguaios ....	208
4.4 Novas posições e oposições sociais nas relações entre pecuaristas, rentistas e lavoureiros .....	218
4.5 Dinâmicas rentistas, concorrenciais, laborais e ambientais subjacentes à intensificação da produção, ao controle da cadeia produtiva e à apropriação de rendas extraordinárias .....	229

**CONCLUSÕES .....**

**REFERÊNCIAS .....**

Documentos citados .....	282
Sites consultados.....	285

**ANEXO A – Área colhida de arroz e de soja, 1974-2021 .....**

**ANEXO B – Preços das terras, 2003-2022 .....**

**ANEXO C – Bovinos abatidos, peso total e peso médio, 1997-2022 .....**

**ANEXO D – Linha do tempo: reconfigurações na economia estancieira do Rio Grande do Sul (1920-2022) .....**

## INTRODUÇÃO

### Tema, problema e objeto de estudo

Uma das premissas na teoria das mudanças agrárias é a coexistência de relações de produção e dinâmicas de classe altamente diferenciadas no desenvolvimento fortemente desigual do capitalismo em termos globais. Ou seja, na formação e no funcionamento da economia capitalista mundial se constituíram variados arranjos e circunstâncias históricas de exploração do trabalho e de acumulação econômica. Estes combinaram elementos por vezes considerados mais “avançados” ou “primitivos”, seja em atividades artesanais e manufatureiras, nos intercâmbios operados por companhias mercantis, em atividades extrativas de rápido crescimento (minerais e florestais), na apropriação e/ou produção agrícola em terras coloniais, ou mesmo no financiamento desses empreendimentos industriais, comerciais, extrativos e agrários (BERNSTEIN, 2011).

Ao mesmo tempo, a expansão europeia desde o século XVI e o imperialismo moderno desde 1870, mediante invasões coloniais e imposições do capitalismo monopolista, produziram relações de dependência nos países do Sul global. Verificou-se a expropriação e concentração da terra, os etnocídios de povos originários, as formas de trabalho escravizado e/ou coagido, a inibição da atividade industrial, assim como a formação de classes favorecidas pelas relações de dominação (MARINI, 2000; BERNSTEIN, 2011).

As relações sociais de produção constituídas nas áreas de campos<sup>1</sup> atualmente pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul, no território brasileiro, são parte integrante de processos mais amplos do capitalismo entrelaçados com arranjos locais de agentes e recursos. A consolidação da ocupação colonial e imperial nessas áreas sulinas durante os séculos XVIII e XIX deu-se por meio da estratégia geopolítica de controle das áreas meridionais do império brasileiro, onde os agentes que ficaram conhecidos como estancieiros concentraram a apropriação das terras. Este patronato reproduziu-se desde então articulando não somente largos domínios fundiários privados com atividades de pecuária<sup>2</sup> extensiva, mas também a reprodução de um conjunto de capitais econômicos, políticos, sociais, culturais e simbólicos (PESAVENTO, 1980; PICCIN, 2021).

O conceito de economia estancieira é utilizado no âmbito desta tese como categoria intermediária para analisar mediações entre movimentos mais gerais do capital em termos globais com suas expressões em nível nacional e local das classes e relações sociais. Sua utilização deriva dos trabalhos de Piccin (2012; 2021), que produziu uma sociologia histórica desse patronato rural a fim de compreender suas estratégias de reprodução social enquanto

---

1 A noção de campos se refere às áreas cobertas por ecossistemas campestres no território brasileiro em que atualmente se localiza o estado do Rio Grande do Sul (RS), as quais foram fundamentais nos processos de colonização europeia da margem atlântica do Cone Sul do continente americano e de formação da economia estancieira a partir dos séculos XVIII e XIX. Noções similares como a de “campos sulinos” abrangem formações campestres no Sul do Brasil para além do RS, e a noção de “bioma Pampa” considera a abrangência de um conjunto definido de ecossistemas entre Brasil, Uruguai e Argentina. Quando nos remetermos às áreas de “campos” do RS estaremos enfatizando somente a região Sudoeste do estado, também conhecida como Campanha, que será objeto deste estudo. A noção de “metade sul do RS”, também usada pela literatura, não é idêntica pois envolve toda a área Sudoeste e Sudeste do estado.

2 Neste trabalho o conceito de pecuária se refere à criação de bovinos e será sinônimo de bovinocultura de corte. Do mesmo modo, a palavra gado referencia os rebanhos bovinos. Essa menção se faz necessária, pois outras criações também estão presentes na economia estancieira, tal como a ovina e a equina. Portanto, as palavras pecuária, gado, rebanho, cabeças e animais vão remeter a bovinos quando não estiverem acompanhadas de outro qualificativo de espécie.

elites agrárias no extremo sul brasileiro, as quais combinavam: relações sociais de produção e dominação em suas propriedades fundiárias, cálculos econômicos e estratégias mercantis, participação na política e em movimentos armados, estratégias matrimoniais e de sucessão dos seus patrimônios, investimentos escolares, estilo de vida aristocrático, distinções sociais e poder simbólico. Segundo o autor, estas estratégias e recursos qualificaram o grupo como fração de classe dominante mesmo diante de mudanças nas alianças sociais hegemônicas.

A presente tese opera um recorte temático de tais relações a partir de lentes da economia política das mudanças agrárias, desde autores inspirados na abordagem marxista, a exemplo de Bernstein (2011) e Delgado (2012). Assim, a noção de economia estancieira é como são aqui designadas as formas de apropriação e acumulação de valor pelos proprietários fundiários e patrões rurais da criação de gado bovino. Os arranjos de recursos econômicos, atividades produtivas e subsídios estatais caracterizam os termos dos acoplamentos e ajustamentos estancieiros às forças monopolistas do capital internacional e às estratégias de outras elites econômicas do país, em diferentes conjunturas mundiais do sistema capitalista.

Sua análise vai incidir sobre a mesorregião Sudoeste rio-grandense, na qual se encontra grande parte dos campos apropriados por esse patronato rural no processo de formação das fronteiras do Brasil com a Argentina e o Uruguai. É onde historicamente concentram-se em maiores níveis estaduais os estabelecimentos rurais com mais de 500 ha e 1.000 ha, assim como relevante parcela do estoque bovino gaúcho (DA ROS, 2006; MARION FILHO; REICHERT; SCHUMACHER, 2012).

Feita essa apresentação geral do tema de estudo e do seu enquadramento teórico, cabe aprofundar alguns aspectos sobre o problema e o objeto de pesquisa desta tese. Como ponto de partida, considera-se que o século XX foi um período de reviravoltas importantes nas relações dos estancieiros com as políticas macroeconômicas e com as demais elites agrárias do país. A partir da década de 1930 esses senhores de terras encontraram brechas para elevar sua posição que até então se vinculava ao fornecimento subsidiário de proteína a baixo custo para o mercado interno. Este foi um momento singular na medida em que, relacionalmente, as elites do café e do açúcar perdiam capital político e econômico, no período marcado pelo processo de industrialização por substituição de importações no Brasil (1930-1980) (PICCIN, 2012; 2014).

Nos espaços geopolíticos de manobra abertos em meio aos cenários globais de protecionismo e desenvolvimentismo, os estancieiros se reposicionaram no abastecimento de carnes resfriadas para populações assalariadas de médio e alto estrato de renda em regiões que se industrializavam. Nesse contexto, os grupos dirigentes estancieiros envolveram-se com importantes movimentos políticos e político-militares nas disputas de poder regionais e nacionais, onde alguns de seus membros ocuparam altos postos de comando no país, sob diferentes orientações no espectro político, tal como Getúlio Vargas, João Goulart, Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici (PICCIN, 2012; 2014).

O direcionamento de fundos públicos para as políticas expansivas de crédito e de formação da demanda efetiva para a agricultura patronal, no âmbito da modernização conservadora após 1965 (DELGADO, 2012), representou uma fatia crescente de renda da terra que passou a ser apropriada pelos proprietários de campos no Sudoeste rio-grandense. Isto é, em um cenário de esgotamento das áreas estaduais de fronteira agrícola do RS (BÓS; SEABRA, 2014), as áreas de várzeas dos campos monopolizados por estancieiros foram largamente arrendadas para agentes que as transformaram em lavouras (BESKOW, 1986). Por sua vez, mesmo sem alcançar os níveis técnicos e produtivos do setor bovinocultura em países vizinhos, como Uruguai e Argentina, o sistema criatório estancieiro tinha sua rentabilidade fortemente associada com a extensividade dos estabelecimentos (MIELITZ NETTO, 1994). Além disso, a criação de ovinos, com foco na produção de lã para comercialização e de carne



para subsistência dos trabalhadores, era uma atividade rentável com demanda no mercado internacional, que se integrava nos sistemas produtivos pecuários de então (VIANA, 2012).

No período entre 1930-1980 os estancieiros não só alcançaram influente atuação política, relevantes estoques bovino e ovino, além de rendimentos associados com o arrendamento e/ou atuação por conta própria na produção agrícola. A literatura poucas vezes menciona o fato de que a classe de pecuaristas estancieiros foi a única, em termos nacionais, a controlar uma série de matadouros-frigoríficos e aparatos logísticos construídos e/ou apoiados por uma autarquia estadual, o Instituto Sul Riograndense de Carnes (ISRC), fundado em 1934. Esta infraestrutura à jusante no mercado de carnes foi o resultado de articulações do patronato para direcionar fundos públicos contra a oligopolização no setor de abate e processamento, que decorria da forte entrada do capital estrangeiro a partir de 1917 através das empresas Armour, Swift e Wilson. Contudo, ao invés de serem um instrumento para planificar o abastecimento urbano de carne vermelha a baixo custo, as plantas industriais estancieiras operavam com alta ociosidade e serviam de poderosa ferramenta institucional para defender o preço das carnes em favor dos criadores (PICCIN, 2014; BENETTI, 1994).

Ainda assim, o processo de ascensão estancieira no período posterior a 1930 não foi sem sobressaltos e limitações, especialmente sob o contexto de interiorização do desenvolvimento econômico e da modernização conservadora da agricultura brasileira. Por um lado, elevava-se a concorrência no mercado interno de carne vermelha conforme avançavam as frentes de expansão da pecuária na região central do Brasil, as quais eram integradas pela indústria frigorífica e pela malha rodoviária a partir da década de 1950, ao que se somava a expansão da mesma tendência para a região amazônica nos anos de 1960 (MAMIGONIAN, 1976; MIELITZ NETTO, 1994). Por outro lado, a integração da bovinocultura das estâncias com as indústrias à montante e à jusante, bem como aos mecanismos de crédito, não se dava na mesma proporção e densidade em que ocorria na produção das lavouras de arroz, soja e trigo (FONTOURA, 2000). Desse modo, os pecuaristas estancieiros reproduziam um uso menos intenso dos fatores de produção em comparação com as agriculturas de médio porte especializadas em grãos e com as agriculturas de base familiar policultoras das regiões coloniais do mesmo estado (BÓS; SEABRA, 2014), ou mesmo diante de outras frentes pecuaristas do Centro-Oeste e Sudeste do país (MIELITZ NETTO, 1994).

Se a primeira metade do século XX marcou o início de uma escalada ascendente para os estancieiros nos campos político e econômico, a virada entre as décadas de 1980 e 1990 significou um teto para esse padrão de acumulação. A combinação entre processos globais, nacionais e locais conduziu a um reposicionamento descendente dos estancieiros nos mercados agropecuários e nas instâncias de política patronal: a) a crise da dívida externa em economias dependentes, cujos débitos estavam atrelados a títulos em dólares estadunidenses com juros ascendentes, elevou o endividamento dos Estados nacionais e limitou suas políticas desenvolvimentistas (BERNSTEIN, 2011); b) a desconstrução de políticas de demanda efetiva para a agricultura no Brasil e a abertura comercial nos anos 1990 provocaram uma conjuntura de redução do ritmo de expansão capitalista da agricultura e maior exposição às relações concorrenciais (DELGADO, 2012); c) as aberturas democráticas na sociedade brasileira resultaram em contestações coletivas quanto à estrutura fundiária e resistências mais individualizadas nas relações trabalhistas do contexto estancieiro (PICCIN, 2021), d) as recomposições na morfologia social do patronato rural do RS exigiram esforços das entidades de classe no sentido de manter coesão diante de contradições e disputas entre seus diferentes setores, subgrupos e interesses (COSTA, 2019; PICCIN, 2021).

Enquanto a década de 1990 foi permeada por desafios para a reprodução do padrão de acumulação até então vigente, a transição para os anos 2000 acenou com a convergência de novos elementos favoráveis para a economia estancieira, dentre os quais: a) o relançamento

do agronegócio na estratégia primário exportadora nacional (DELGADO, 2012), b) a expansão de empresas do setor de papel e celulose em direção aos países do Cone Sul (LERRER; WILKINSON, 2016), c) as alianças dos grupos dominantes nos mercados agropecuários na metade sul do RS mediante ascensão dos lavoureiros<sup>3</sup> e forte expansão dos cultivos de soja (PICCIN, 2016; COSTA, 2019; KENNE, 2022), d) o reposicionamento externo da produção brasileira no mercado de carne vermelha (ALMEIDA; MICHELS, 2012; SANTOS, 2015), e) assim como a forte e prolongada elevação nos preços médios nacionais de terras e arrendamentos (FLEXOR; LEITE, 2017).

Esse cenário traz indícios de que, nos últimos trinta anos, a vinculação de longo prazo entre economia estancieira e pecuária extensiva tem gradualmente se alterado mediante a emergência de novos agentes e mediações sociais: a expansão das lavouras de soja e dos monocultivos de árvores, a diversificação dos capitais investidos no mercado de terras com acréscimo nas expectativas de renda sobre os títulos fundiários, além da concentração doméstica e do reposicionamento externo no setor industrial da carne vermelha do Brasil. Essas mudanças receberam atenção nos campos acadêmico e político sul-rio-grandenses e suscitaram debates em torno de temas como: crise econômica regional (ALONSO; BENETTI; BANDEIRA, 1994), agriculturização (BARCELLOS et al., 2004), negligência com o bioma pampa (PILLAR et al., 2009) e, mais recentemente, intensificação na criação de bovinos (SILVEIRA; GONZÁLEZ; FONSECA, 2017; MOREIRA, 2019).

Na perspectiva teórica desta tese, o referido período representa a consolidação de uma economia política do agronegócio<sup>4</sup>, que, na América Latina, tem evidenciado a expansão de projetos extrativos de commodities, com elevação na concentração fundiária, financeirização da agricultura e da terra, além de acirramento nos conflitos territoriais (KATO; LEITE, 2020). Seus efeitos sobre a pecuária de corte e a economia estancieira do Sudoeste rio-grandense têm sido alvo de análises na literatura especializada a partir de três enfoques e argumentos principais: a) quanto à modernização da pecuária de corte, cuja principal expressão seria a diferenciação de racionalidade entre pecuaristas “tradicionalistas” e “empresariais” e em suas articulações com a indústria e o varejo (FONTOURA, 2000; 2012); b) quanto à articulação regional com os mercados externos, onde se evidencia a liberalização e o aporte de capitais exógenos ao Rio Grande do Sul na aquisição de ativos e empresas até então sob controle de agentes regionais (“desregionalização”) (BENETTI, 1997; BENETTI, 2010); c) quanto às recomposições do patronato rural no que se refere às relações de estancieiros com outras elites agrárias do país e com “novos agentes” emergentes no patronato regional do extremo sul do país (PICCIN, 2012; 2016).

---

3 O termo “lavoureiro” é uma categoria de uso corrente entre os interlocutores desta pesquisa para se referir aos padrões rurais que conduzem estabelecimentos agropecuários tendo na lavoura temporária a sua principal atividade, seja em áreas próprias, arrendadas ou em parceria, frequentemente combinando força de trabalho familiar com empregados permanentes e temporários, em configurações que Bühler (2008) definiu como familiares, empresariais-familiares, empresariais-patrimoniais e investidores, ao analisar essas formas sociais na metade sul do Rio Grande do Sul. Os lavoureiros são um grupo heterogêneo que monopoliza o avanço do cultivo de soja na região desde a década de 1970, onde suas trajetórias sociais são diversificadas e geralmente oriundas de outras porções do estado onde acumularam experiências prévias e/ou capitais com agropecuária (PICCIN, 2016; MONTEBLANCO, 2021).

4 A referência ao conceito de agronegócio enquanto relações de economia e política se fundamenta nas análises de Delgado (2012) que constituem ferramenta heurística para objetivar as relações econômicas e sociais no processo real de acumulação de capital na agropecuária. O autor procura ir além de uma designação empirista de agronegócio ou agribusiness, comumente referida aos processos ocorridos antes, durante e depois da atividade agropecuária, envolvendo a geração e a distribuição de suprimentos e produtos, além das fases de processamento industrial e comercialização. Delgado tem no agronegócio um objeto de estudo para compreender a estrutura econômica e os movimentos históricos concretos da grande propriedade fundiária, das cadeias agroindustriais e do capital financeiro no interior do aparelho do Estado.

As pesquisas mais recentes têm focado principalmente os efeitos da expansão das agriculturas de soja e arroz no que se refere aos desafios e possibilidades para a reprodução social dos setores de pecuaristas familiares e trabalhadores de estâncias (MATTE, 2017; HANAUER, 2019; ZANELLA, 2022), assim como para a conservação dos campos naturais (MOREIRA; 2019; MONTEBLANCO, 2021; BRITO, 2022), ou ainda no que se refere ao desenvolvimento econômico e humano em áreas que se especializam no cultivo de soja (ODERICH; ELIAS; WAQUIL, 2019; ODERICH, 2020). São menos frequentes os estudos como o de Kenne (2022) ou Piccin (2021) que se propõem a estudar as articulações políticas e as estratégias econômicas dos setores dominantes nos mercados agropecuários no Sudoeste rio-grandense, sobretudo em se tratando de evidências empíricas e dados censitários referentes aos últimos dez anos.

É nesse sentido que a presente pesquisa de tese procura avançar em relação a aspectos abordados parcialmente ou insuficientemente pela literatura. O primeiro deles é colaborar para as reflexões sobre como o setor estancieiro, em específico, e os grupos dominantes nos mercados agropecuários no Sudoeste do RS, de modo geral, se relacionam com a chamada “economia e sociedade do agronegócio” (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010). Esta atenção envolve elementos como a corrida global no mercado de terras (FLEXOR; LEITE, 2017), a especialização primária brasileira em complexos agroindustriais como o de soja-carnes (ESCHER; WILKINSON, 2019), além da dependência crescente em relação ao mercado agroalimentar externo diante de nações e corporações que buscam alterar substantivamente as formas de produção e abastecimento da proteína alimentar (WILKINSON, 2022b).

Um segundo aspecto se refere à contribuição na análise detalhada das variáveis da mais recente base de dados oficiais sobre os estabelecimentos rurais, o Censo Agropecuário 2017. Por meio dela são enfatizados elementos que constituem o objeto de estudo, tal como a utilização das terras e as características dos estabelecimentos agropecuários quanto à propriedade e posse da terra, aos grupos de atividade econômica, à escala das unidades de produção e ao volume e estrutura das despesas realizadas.

O terceiro elemento que diferencia este trabalho em relação à literatura existente diz respeito à combinação de escalas de análise estaduais, mesorregionais, microrregionais e municipais a fim de complexificar os estudos feitos em nível estadual e compreender nuances no avanço da expectativa de renda sobre a terra e na heterogeneidade da bovinocultura de corte. Desse modo, propõe-se observar em uma escala microrregional os preços da terra, para complementar outras pesquisas em nível estadual, como Kenne (2022). Igualmente quanto à bovinocultura, a intenção é aportar reflexões em escala mesorregional para dialogar com as pesquisas que se detêm mais especificamente em municípios, como Moreira (2019) e Montebianco (2021), ou no estado inteiro, como fazem Varella e Cardoso (2014) e Barcellos et al. (2021).

Em quarto lugar, esta tese utilizou um recorte temporal mais abrangente para as mudanças nos mercados de pecuária e na composição do rebanho bovino estadual em comparação às pesquisas de Silveira, González e Fonseca (2017) e Moreira (2019). Desse modo, consideramos tanto as mudanças que foram provocadas pelo primeiro ciclo de avanço das lavouras temporárias na década de 1970, à época chamado de “despecuarização espacial” (BEZZI; GERARDI, 1987), como as transformações mais recentes. Estas incluem o encolhimento do efetivo bovino iniciado em 2012 e intensificado após 2017, com respectiva redução dos machos com mais de 36 meses no total do efetivo bovino e dos abates estaduais (NESPRO, 2023), assim como a recente elevação no peso médio das carcaças abatidas em frigoríficos inspecionados (IBGE, 2023), com proporção crescente de exportações in natura para a China desde 2019 (COMEX STAT, 2023).

Também é válido pontuar o esforço para produzir um diálogo extensivo em termos de referências comparativas quanto às mudanças nos mercados pecuários. Em âmbito nacional, no que se refere à expansão da bovinocultura nas regiões Centro-Oeste e Norte, com mudanças estruturais na indústria frigorífica e no comércio exterior, além de contradições sociais e ambientais (CARVALHO; ZEN, 2017; MICHELINI, 2016). E, quanto às mudanças agrárias que ocorrem nos países vizinhos, Argentina e Uruguai, na comparação de processos similares quanto ao avanço das lavouras sobre áreas de campo natural, tanto nas questões de rentabilidades relativas e impulsos econômicos para a intensificação da atividade, quanto na convergência da economia estancieira com outros proprietários fundiários no que se refere ao rentismo (OYHANTÇABAL; SANGUINETTI, 2017; CAPDEVIELLE, 2020; BIANCO et al., 2021).

Ao mesmo tempo, a pesquisa possui limites em suas análises empíricas na medida em que o trabalho de campo concentrou-se em órgãos públicos e estabelecimentos agropecuários, comerciais, industriais e de serviços na localidade de São Gabriel<sup>5</sup>, em detrimento de outras microrregiões do Sudoeste rio-grandense. Por outro lado, a reflexão conjunta entre teoria, fontes de dados estatísticos e de pesquisa agropecuária, somada ao trabalho de campo, contribui para caracterizar processos que se mostraram mais acelerados justamente nessa localidade. Nos dados censitários e da pesquisa de campo em São Gabriel, foi especialmente relevante a estratégia estancieira que combina nos imóveis rurais o rentismo e a redução do rebanho bovino. Como será discutido ao longo da tese, a especialização nas fases de cria ou cria/recria pode informar um padrão de exploração distinto ao registrado até a década de 1990, no qual eram mais frequentes as grandes unidades extensivas com rebanhos em ciclo completo.

Tendo esse conjunto de elementos em vista, o problema central desta pesquisa de tese pode ser expresso da seguinte forma: quais são as rupturas e continuidades na histórica vinculação entre economia estancieira e exploração pecuária extensiva em grandes/concentrados domínios fundiários? Partindo dessa questão, o objeto deste estudo são as reconfigurações na economia estancieira entre 1985 e 2022, tendo como principais elementos de análise a propriedade fundiária, a renda da terra, os sistemas produtivos em bovinocultura de corte, o controle da cadeia produtiva de carne vermelha, assim como as novas posições e oposições sociais que se apresentam no Sudoeste rio-grandense nas dinâmicas de apropriação da renda fundiária e do lucro, na pecuária e na agricultura.

Diante deste objeto, duas ênfases temporais foram consideradas: a primeira recorta um período de instabilidades e reformulações nos padrões de acumulação do patronato rural brasileiro, que se estabeleceu nas décadas de 1980 e 1990; a segunda registra e analisa as novas articulações econômicas e políticas a partir das décadas de 2000 e 2010 no contexto de reforço da estratégia primário exportadora no comércio exterior brasileiro (DELGADO, 2012).

O trabalho é pautado por duas premissas fundamentais e complementares. A primeira sugere que os padrões de acumulação da economia estancieira no mundo agropecuário estão entrelaçados com suas estratégias de reprodução social enquanto elites agrárias através das diferentes coalizações sociais hegemônicas que reconfiguram-se ao longo do tempo. A segunda considera que a bovinocultura de corte é uma das possíveis atividades pelas quais os estancieiros buscam acumular recursos econômicos mediante seus patrimônios fundiários. As

---

5 Como veremos adiante, na seção referente aos aspectos metodológicos, o município localiza-se na microrregião Campanha Central, cujas feições fisiogeográficas são localizadas na área da Depressão Central do RS, onde predomina relevo suave com solos profundos em áreas de alta e de baixa fertilidade. O avanço dos cultivos de soja em São Gabriel recentemente alcançou os maiores patamares mesorregionais de área municipal cultivada, lado a lado com São Borja, Itaqui, São Francisco de Assis e Dom Pedrito, conforme informações do IBGE dispostas no Capítulo II.

características assumidas pela atividade pecuária estancieira vão se relacionar com fatores econômicos e políticos em diferentes escalas, a iniciar pelas articulações patronais no nível estadual, seguindo pela orientação macroeconômica do país enquanto economia dependente e/ou subdesenvolvida nas relações capitalistas mundiais.

Nesse sentido, a economia estancieira e a bovinocultura de corte são, por um lado, uma combinação que historicamente marcou a economia política em regiões campestres do Rio Grande do Sul, mas, por outro lado, estancieiros e pecuária não são sinônimos absolutos e imutáveis no que se refere às estratégias econômicas no uso dos patrimônios fundiários desses grandes proprietários do Sudoeste rio-grandense. É por conta disso que se justifica fazer uma série de questionamentos a fim de correlacionar elementos tais como a propriedade fundiária, a renda da terra, a utilização dos fundos públicos e a base técnica da produção pecuária, de modo a construir análises sobre as trajetórias de longa duração e a heterogeneidade social entre estancieiros.

Em suma, o presente trabalho de tese se insere em um amplo esforço de pesquisa das dinâmicas agrárias e de classe envolvendo os grupos dominantes nos mercados agropecuários em diferentes momentos do capitalismo e do colonialismo em suas conexões mundiais.

### **Objetivo geral**

Analisar as reconfigurações na economia estancieira do Sudoeste do Rio Grande do Sul, entre 1985 e 2022, com atenção para as dinâmicas envolvendo a propriedade fundiária, a renda da terra, a base técnica da produção pecuária e a diferenciação social entre estancieiros.

### **Objetivos específicos**

a) revisar a literatura acerca das relações de propriedade e posse da terra, de acesso aos fundos públicos, de produção agropecuária e dos sistemas produtivos em bovinocultura de corte no Sudoeste sul-rio-grandense, com o intuito de referenciar uma análise de longa duração sobre a economia estancieira, sobretudo entre 1985-2022;

b) subsidiar a discussão acerca das mudanças na base técnica da produção pecuária de corte por meio da obtenção e análise de dados de Censos e Pesquisas agropecuárias referentes à mesorregião Sudoeste rio-grandense e seus municípios;

c) contribuir com as pesquisas sobre economia e sociedade do agronegócio, mediante evidências empíricas e análises sobre as posições e oposições sociais que se apresentam nas dinâmicas de apropriação da renda fundiária e de lucro na pecuária e na agricultura do Sudoeste rio-grandense, com ênfase no município de São Gabriel-RS.

### **Relação com o tema, justificativas e contribuições**

A construção teórico-metodológica do presente estudo passou por uma série de aspectos pessoais e conjunturais que marcaram a formação do pesquisador em relação ao tema e abriram condições para que determinadas proposições se tornassem possíveis. Aqui tratarei de minha relação com São Gabriel-RS e a região da Campanha, com os estudos sobre a economia estancieira, e sobre a mudança de objeto de pesquisa que houve em 2020/2021 em função de restrições para contatos presenciais durante a pandemia. Em seguida são apresentadas justificativas para o recorte temático e contribuições que esta pesquisa propõe ao debate.

O contato pessoal com a região aconteceu via ingresso em curso de graduação em Gestão Ambiental no ano de 2010 na Universidade Federal do Pampa, por meio do qual

houve oportunidade para iniciação científica em estudos sobre desenvolvimento regional e política de assentamentos rurais, com aproximações teóricas acerca da questão agrária brasileira. Ao mesmo tempo, a vivência de trabalho e lazer na cidade frequentemente levava a temas centrais na vida das pessoas da classe trabalhadora na região: a busca de ensino superior para conseguir melhores condições de emprego formal, o sonho de uma vida melhor nas metrópoles de Porto Alegre e Caxias do Sul, ou ainda as histórias pessoais de quem já havia trabalhado formalmente em frigoríficos e supermercados, ou dos que eram descendentes de pequenos proprietários colonos<sup>6</sup>, assim como sou, e haviam se mudado para a região por vários motivos, dentre eles a busca de terras para plantar.

De todo esse amálgama de teorias e vivências surgiam frequentes conversas e reflexões sobre aquele espaço social. Durante o curso de mestrado em Extensão Rural, em Santa Maria-RS, fiz parte de um grupo de estudos sobre dinâmicas atreladas à economia estancieira sob orientação de Marcos Piccin, por meio do qual realizei novos trabalhos de pesquisa em São Gabriel-RS e localidades próximas, entre 2016 e 2018. Estes proporcionaram-me indagações acerca da recomposição do patronato rural, da emergência de novos agentes ligados à expansão das lavouras (PICCIN, 2016) e sobre as relações sociais de produção das estâncias (PICCIN, 2012; ZANELLA et al., 2019). Nesse contexto, fui introduzido a uma perspectiva teórica comparativa da antropologia dos campesinatos no Brasil. Foi nesse âmbito que construí meu objeto de tese submetido originalmente ao curso de doutorado, que então procurava entender as relações entre a economia estancieira e as formas sociais de agricultura e pecuária familiar da região, numa perspectiva da reprodução social e das formas de dominação.

Durante o doutorado cursei disciplinas complementares em antropologia social e em economia política internacional – uma dimensão que considerava necessária em minha formação para ir além de debates mais centrados em assuntos do RS. Acontece que, em função das restrições para contatos presenciais durante a pandemia, a partir de 2020, notei que uma pesquisa aprofundada sobre as práticas sociais e universos simbólicos do mundo do trabalho rural ficava um tanto comprometida. Foi então que um estudo de caráter mais macrossocial com referenciais de economia política veio para o primeiro plano, com o intuito de complexificar questões em torno da economia estancieira e da pecuária bovina no contexto da transição brasileira entre a modernização conservadora dos anos 1960-1980 e o pacto do agronegócio dos anos 2000, nos termos de Guilherme Delgado (2012).

Nesse sentido, passei a me apropriar sobre o debate em curso acerca do processo de reprimarização do comércio exterior brasileiro, onde as relações sociais de produção e a extração de excedente econômico em torno do petróleo, da hidroeletricidade, do agronegócio e da mineração apresentam forte vinculação com a renda fundiária, associada à superexploração dos recursos naturais e do trabalho humano. A partir dessas primeiras reflexões, a ideia foi olhar para a expansão da agricultura e seus efeitos sobre a pecuária de corte na região da Campanha, à luz daquelas premissas, observando processos como a apreciação do preço das terras, as mudanças na base técnica da produção e as dinâmicas de exploração do trabalho.

Considero que há uma produção importante de estudos que têm dedicado considerável atenção para processos como a supressão dos campos sulinos (PILLAR et al., 2009) e os sistemas familiares de reprodução social em torno da pecuária (WAQUIL et al., 2016). Desde a perspectiva que estou assumindo, percebo que há espaço para somar esses acúmulos com a discussão de economia política que entrelaça a análise dos interesses primário-exportadores,

---

6 Boa parte das áreas originalmente florestais do estado foram alvo de uma política de colonização entre o século XIX e início do século XX, a qual legou pequenas parcelas de terra a imigrantes europeus não ibéricos, principalmente, os quais ficaram conhecidos como colonos e as regiões como colônias (ZARTH, 2002).

da renda da terra, da superexploração do trabalho e da apropriação de fundos públicos, fatores que são caros à uma discussão sobre capitalismo na agropecuária. Embora este trabalho de tese não tenha fôlego para abordar o conjunto dessas questões, enfocando mais nas fundiárias e pecuárias do que nas trabalhistas, contribui para evidenciá-las e trazer elementos ao debate.

As pesquisas de Delgado (2012) indicam que, diante do relançamento da estratégia de reprimarização do comércio externo com saldos exportáveis da agricultura, nos anos 2000, tanto as zonas de ocupação antiga como as fronteiras de expansão agropecuária no país apresentam indícios de superexploração do trabalho e dos recursos naturais. Isto é evidenciado em suas pesquisas pela exposição de indicadores nacionais da previdência social quanto ao afastamento de trabalhadores rurais por incapacidade, assim como nas análises sobre as estratégias de valorização e apropriação capitalista de terras e da sua renda capitalizada em zonas de fronteira agrícola ou de ocupação mais antiga. Isto é, a expectativa de renda sobre um ativo fundiário, que é ocasionada por regulações frouxas sobre terras improdutivas ou devolutas, além de subsídios tributários, creditícios e de infraestrutura que induzem os projetos de expansão agropecuária, articulando capitais agrários, comerciais, industriais e financeiros (DELGADO, 2012).

Entendo que a região da Campanha possui, simultaneamente, elementos de: b) uma zona de ocupação antiga em termos de intensificação da capacidade produtiva, onde ocorre expansão de lavouras sobre campos nativos; a) e uma nova fronteira de expansão agropecuária para o capital financeiro, no sentido da articulação de uma nova clientela de empresários e de estabelecimentos rurais com instituições financeiras. De todo modo, a hipótese principal em Delgado (2012) aponta que a combinação de elementos das duas condições (ocupação antiga e zona de expansão) se dá a partir da apreciação da renda capitalizada da terra, onde o perfil distributivo é nitidamente capturado privadamente pelos detentores de patrimônios fundiários, enquanto os custos sociais e ambientais da superexploração são socializados (DELGADO, 2012). Portanto, esta pesquisa se justifica no sentido de testar empiricamente de que maneira e em que grau os processos destacados por Delgado (2012) estão presentes na região.

Ademais, alguns elementos empíricos foram alvo de minha atenção e motivaram a construção deste objeto de pesquisa. Os dados sobre uso e cobertura do solo produzidos por fontes oficiais como os Censos Agropecuários do IBGE, assim como pelo processamento de imagens de satélite por entidades como o Projeto MapBiomias (2021), indicam a supressão de consideráveis 44,1% da vegetação nativa (campos e florestas) do pampa brasileiro entre 1985 e 2020, sendo que atualmente essa forma de cobertura ocupa 46,1% do bioma, enquanto agricultura e pastagem plantada perfazem 39,9% (eram 29,8% em 1985) (MAPBIOMAS, 2021).

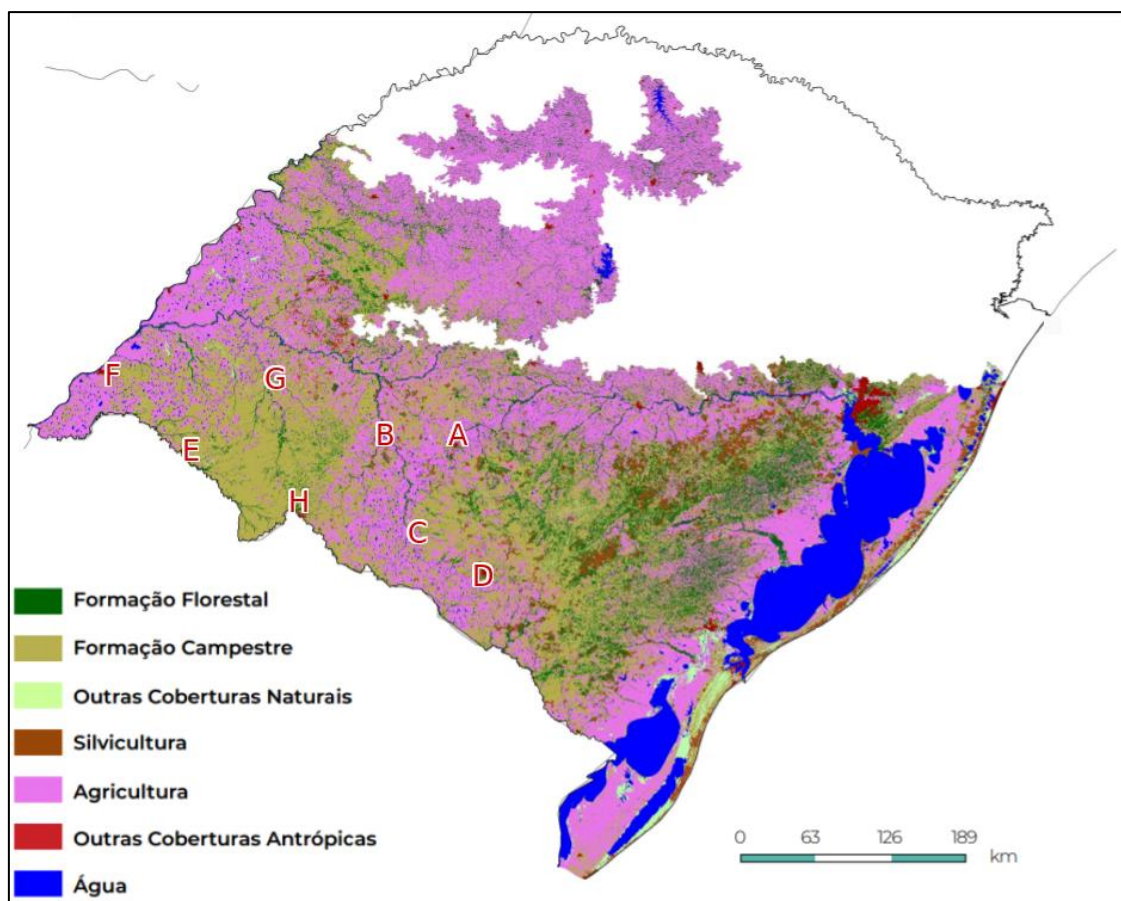
Ao mesmo tempo, em meio às reconfigurações de uso e cobertura da terra, os dados de rebanho não apresentaram uma queda na mesma proporção. Segundo a Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2020), o rebanho bovino da mesorregião Sudoeste rio-grandense em 1990 era de 4,4 milhões de cabeças, mantendo um estoque bovino relativamente constante até 2017, ainda em 4,4 milhões, até atingir 3,67 milhões de cabeças em 2020 (redução de 16,59%). Nessa primeira aproximação observo que, enquanto a vegetação nativa do pampa (grande predomínio de pastagens) é suprimida em 44,1%, os rebanhos bovinos do Sudoeste se reduzem a uma proporção menor, o que tem sido identificado como intensificação na criação pecuária (SILVEIRA; GONZÁLEZ; FONSECA, 2017).

Alguns estudos têm indicado esse incremento de animais por unidade de área, assim como trouxeram análises sobre as mudanças em sistemas de produção de gado integrados à agricultura (TEIXEIRA, 2018; MOREIRA, 2019; BARCELLOS et al., 2021). É nesse sentido que se justifica um investimento na análise do comportamento de outros indicadores ainda

não contemplados pela literatura em escala de municípios e microrregiões na mesorregião Sudoeste, os quais podem contribuir na caracterização da intensificação da matriz produtiva e de sua base técnica – em termos dos cultivos de lavouras e pastagens, das despesas dos estabelecimentos agropecuários, da proporção de matrizes no rebanho e no número de cabeças em relação à área não cultivada com cereais – para uma escala mais ampla no sentido de somar-se às análises microeconômicas existentes.

A perspectiva de estudar esses aspectos em uma escala de mesorregião dialoga com a abordagem de Capdevielle (2016; 2020) e Villulla, Fernández e Capdevielle (2019) para o caso pampeano argentino, onde duas dinâmicas regionais são identificadas: intensificação e realocação dos estoques bovinos. Seus estudos buscaram entender como a estagnação dos rebanhos bonaerenses nos últimos 30 anos se fez por meio de um uso mais intensivo da terra e de uma especialização entre zonas mais caracterizadas por sistemas de criação e zonas mais voltadas à recria/terminação dos animais.

Quando observadas as imagens de satélite processadas em termos de diferenças de cobertura e uso da terra entre municípios da Campanha gaúcha, tal como indicado na porção sudoeste da Figura 01, há indícios de que a substituição das formações campestres (em marrom claro) segue ritmos diferenciados na região, o que foi investigado em termos de diferenciação microrregional e municipal da base técnica da produção bovina em específico e da matriz produtiva de modo mais geral.



**Figura 01** - Cobertura e uso da terra do bioma Pampa no Rio Grande do Sul, 2020.

**Legenda:** A= São Gabriel; B= Rosário do Sul; C= Dom Pedrito; D= Bagé; E= Quaraí; F= Uruguaiana; G= Alegrete; H= Santana do Livramento.

**Fonte:** adaptado de Mapbiomas (2021). A descrição completa da metodologia aplicada na Coleção 6 do MapBiomas pode ser acessada em <https://mapbiomas.org/download-dos-atbds>



Nota-se a maior frequência das áreas de lavouras (em rosa) nos pontos situados na região fisiográfica da Depressão Central, tal como em São Gabriel (A) e em outros municípios localizados nas microrregiões Campanha Central, como Rosário do Sul (B), e na Campanha Meridional, em Dom Pedrito (C) e Bagé (D). A mesma dinâmica é menos intensa nos municípios mais predominantemente localizados na porção oeste da Campanha (exceto em áreas de várzea), vide Quaraí (E), bem como partes do território de Uruguaiana (F), Alegrete (G) e Santana do Livramento (H), cujos extensos territórios (os três maiores do RS) encontram-se distribuídos em diferentes formações de relevo, solo e vegetação.

Algumas análises já têm apontado que há mudanças no perfil social e produtivo da bovinocultura de corte, seja pela “pecuária empresarial” (ação social de pecuaristas visionários no período do capitalismo tardio) (FONTOURA, 2000), a “modernização restringida” (apropriação passiva da renda fundiária) (BENETTI, 1997) ou a “recomposição do patronato rural” (relações de poder entre diferentes posições sociais ascendentes/descendentes) (PICCIN, 2012). Tanto a observação de diferenciações sociais pela literatura, quanto os ritmos variados da expansão agrícola registrados por imagens satelitais, foram motivações para esta tese a fim de contribuir ao debate sobre regionalizações e novas posições/oposições sociais nas relações de produção da bovinocultura de corte no Sudoeste do RS.

### **Recorte teórico-conceitual**

A apresentação das proposições e conceitos que orientam esta pesquisa de tese em termos teórico-metodológicos foi organizada com base na estrutura proposta em Sautu et al. (2005), subdividida em marco teórico, teoria geral e teoria substantiva. Esse modelo visa organizar as ideias norteadoras da pesquisa em diferentes níveis de abstração. O marco teórico representa os conceitos mais gerais que fazem parte do paradigma orientador do olhar sobre a sociedade. A teoria geral estabelece a forma de pensar e explicar os fenômenos e processos, contendo importantes elementos de escolha sobre o que se pretende evidenciar na análise. E a teoria substantiva define proposições teóricas e conceituais mais específicas que contribuem para efetuar os recortes da realidade a ser observada, a definir os objetivos específicos e identificar suas fontes de dados. Ao final, as ideias são sintetizadas em um modelo conceitual (Figura 02).

### **Marco teórico**

Numa perspectiva apoiada nos estudos de Henry Bernstein (2011) e Guilherme Delgado (2012), esta pesquisa está orientada desde um campo teórico dos estudos da mudança agrária na economia política marxista. Esta abordagem tem como premissa que o capitalismo, enquanto sistema socioeconômico de escala global calcado na divisão das classes entre capital e trabalho, possui um desenvolvimento extremamente desigual e complexo quando observado em suas manifestações históricas e territoriais. Isso implica em considerar que não há uma única origem do sistema, onde as classes são sempre idênticas àquelas do modo de produção capitalista constituído pela via inglesa (propriedade fundiária, capital agrário e trabalho assalariado). Sendo assim, a análise se orienta por categorias mais amplas e flexíveis no sentido de compreender mutuamente a formação e funcionamento do colonialismo e de uma economia capitalista mundial com suas formas historicamente variadas de exploração do trabalho e acumulação econômica (BERNSTEIN, 2011).

Nesse caminho teórico, as análises de Martins (2010) sobre a transição da economia cafeeira de São Paulo do século XIX desde relações baseadas no cativo do trabalho em

direção ao “cativeiro da terra”, ou, do escravismo ao colonato, exemplificam as mediações e contradições que atravessam a exploração da força de trabalho no processo de produção. Esta deixa de ter a condição de renda capitalizada, isto é, onde os adiantamentos ou empréstimos até 1850 passavam necessariamente pela posse do escravizado enquanto mercadoria, e, só a partir de então, com a Lei de Terras, é que lentamente o título fundiário passa a ser aceito como lastro, enquanto o trabalho transita para uma condição mais formalmente livre.

Tanto nas relações de produção em meio ao escravismo como naquelas do colonato não estavam postas relações tipicamente capitalistas, o que não quer dizer que a produção resultante não fosse apropriada em termos de capital e reproduzida com base em lógicas capitalistas de cálculo. A característica central desse tipo de transição não se explica por uma oposição entre escravismo e capitalismo, mas de como este se transforma no sentido da “produção capitalista de relações não capitalistas de produção no marco de reprodução capitalista do capital de origem não capitalista.” (MARTINS, 2010, p. 19).

O caráter da convivência de formas muito desiguais, diferenciadas e heterogêneas do capitalismo em termos globais tem continuidades quando se analisam os traços fundamentais do seu desenvolvimento no caso brasileiro dos séculos XX e XXI. O subdesenvolvimento e a dependência são categorias retomadas por Delgado (2012) a fim de refletir sobre a vocação primária que está caracterizando a pauta comercial externa via commodities agrícolas e minerais, reforçando uma condição de inserção externa subordinada.

A noção de subdesenvolvimento em Celso Furtado (2005) ajuda a entender o padrão de relações entre agricultura e outros setores econômicos, particularmente os industriais. Quer dizer, o avanço extensivo que se apropria de novos territórios e a intensificação em regiões agropecuárias antigas acontecem com base em pacotes tecnológicos preexistentes e frequentemente importados. Estes, somados à exportação de produtos in natura e minimamente beneficiados, reproduzem um padrão de fracas conexões interindustriais, baixa produtividade do trabalho e massa salarial, enfim, um padrão de subdesenvolvimento.

Já a noção de capitalismo de dependência em Ruy Mauro Marini (2000) parte de um entendimento das relações de subordinação entre países formalmente iguais, para assim observar quais são os condicionantes externos e internos para as relações sociais de produção nos países da periferia do sistema. A exportação de excedentes de capital e a exploração das economias periféricas pelas corporações transnacionais são características centrais das relações desiguais na divisão internacional do trabalho. Essa dinâmica cria uma estrutura de dependência que perpetua a subordinação econômica e social das nações periféricas, a tal ponto que os setores exportadores das economias dependentes frequentemente respondem às demandas externas, em detrimento das necessidades internas. Ou seja, comumente assumem papéis específicos na produção global, voltados à exportação de matérias-primas e produtos de baixo valor agregado. Por fim, mas não menos importante, a existência de classes dominantes locais em colaboração com o capital estrangeiro e/ou transnacional colabora na manutenção de um sistema de dependência (MARINI, 2000).

Ainda que os enquadramentos teóricos, políticos e metodológicos de Furtado e Marini não sejam coincidentes, considera-se aqui o valor heurístico que as categorias subdesenvolvimento e dependência possuem para interpretar condições desiguais das formações socioeconômicas na divisão internacional do trabalho, ao divergirem de uma abordagem de insuficiência ou estágios inferiores de capitalismo. Considerando que os diagnósticos de longo prazo desses autores sobre a realidade dependente e subdesenvolvida na América Latina se aproximam (BARBOSA, 2018), suas observações servem de referência para avaliar as novas nuances e reconfigurações da condição subordinada.

Assim, neste estudo que se debruça sobre a bovinocultura de corte em estabelecimentos de caráter patronal no Sudoeste rio-grandense, nos últimos 30 a 40 anos, é

levada em conta a existência de uma generalidade do desenvolvimento desigual do capitalismo, mas também de um conjunto de especificidades que as relações sociais de produção em torno da atividade assumem em cada período. Isso implica em considerar que existem componentes transversais nas relações sociais de produção ao mesmo tempo em que suas expressões desiguais se transformam: a) regimes de propriedade, b) divisão social do trabalho, c) apropriação dos resultados do trabalho e das rendas, d) relações sociais de consumo, reprodução e acumulação (BERNSTEIN, 2011).

## **Teoria Geral**

Para construir referências de análise concretas acerca do capitalismo na agropecuária brasileira, a teoria geral orientadora desse trabalho se constitui em: a) uma perspectiva abrangente dos sistemas alimentares mundiais a fim de visualizar os condicionantes de inserção da bovinocultura de corte e da economia estancieira nos cenários econômicos nacional e internacional; b) uma periodização do capitalismo na agropecuária brasileira desde a década de 1960; c) o caráter de apropriação da renda fundiária e de superexploração do trabalho e dos recursos naturais que se intensifica nas últimas duas décadas.

Considero que, num plano estrutural dos sistemas alimentares mundiais, o recorte dos últimos 30 a 40 anos que é proposto nesta pesquisa de tese, tem como cenário inicial a crise de um regime alimentar industrial-mercantil vigente entre os anos de 1940 e 1970 (FRIEDMANN, 2005a). Até lá, o Brasil se inseria enquanto país que aumentava seus níveis de industrialização por meio de uma modernização que foi qualificada como conservadora em termos da manutenção de uma estrutura de baixa distribuição da terra, da renda e da riqueza (DELGADO, 2012).

Entre as décadas de 1970 e 1980 se inicia no cenário econômico e político mundial uma transição para o fortalecimento dos mercados financeiros globais, na autonomização da esfera financeira perante a comercial e a produtiva, onde os Estados nacionais ativamente liberalizam o câmbio, privatizam o setor bancário e abrem seus mercados para fluxos transnacionais de capitais (DARDOT; LAVAL, 2016). A passagem para a globalização neoliberal envolveu a imposição de planos de ajuste estrutural aos países do Terceiro Mundo e o esgotamento do apoio externo às políticas nacional desenvolvimentistas (BERNSTEIN, 2011).

Nesse íterim de crise do regime alimentar industrial-mercantil, gradualmente desenharam-se os contornos de um novo cenário agroalimentar global, cujos elementos fundamentais têm sido a liberalização das economias nacionais e o fortalecimento das corporações transnacionais no controle do comércio alimentar mundial (FRIEDMANN, 2005b). Para caracterizá-lo no âmbito do presente trabalho, utilizamos uma noção mais genérica de “regime alimentar corporativo” (MCMICHAEL, 2014) ou “corporativo-ambiental” (FRIEDMANN, 2005b), tendo em vista sua relevância para situar o crescente controle das corporações sobre as agriculturas dos países subdesenvolvidos na economia capitalista diante da globalização neoliberal posterior à década de 1970<sup>7</sup>. Seus efeitos sobre tais países podem ser condensados em: a) aprofundamento das relações mercantis multilaterais em prejuízo da industrialização, b) promoção da especialização produtiva

---

<sup>7</sup> Vale notar que existem relevantes debates em andamento no âmbito da economia política sobre as feições do atual regime alimentar. Friedmann (2005b) e McMichael (2014) incluíram de maneira central em suas análises a questão ambiental, onde a primeira evidencia como as corporações se apropriam das críticas ambientais para estender seu domínio sobre as cadeias produtivas, enquanto o segundo também aposta nas formas sociais de campesinato como figura central na resistência às imposições dos impérios agroalimentares. Para mais análises a esse respeito, bem como considerações críticas, ver Bernstein (2015), Friedmann (2016) e McMichael (2016).

primária e voltada à exportação (exploração das chamadas “vantagens comparativas”), c) aprofundamento da mercantilização de diferentes tipos de agriculturas e regiões (BERNSTEIN, 2011).

Acompanhando os processos mais gerais do capitalismo global, a agropecuária brasileira tem se definido desde a década de 1960, particularmente após 1965, pelo crescimento do capital financeiro diante da atividade produtiva e do mercado de terras. A partir de Delgado (2012) se visualiza a seguinte periodização, que será discutida na sequência: 1) 1965-1982, ciclo da modernização conservadora; 2) 1983-1993, primeira fase de transição, via *superávit* na balança comercial; 3) 1994-1999, segunda fase de transição, via liberalização de mercados; 4) 2000 ao presente, pacto de economia política do agronegócio.

(1) Entre as décadas de 1960 e 1970 a agricultura capitalista no Brasil passa a ter mecanismos de política mais efetivos para torná-la uma atividade dentre outras possíveis na diversificação de capitais e administração de margens diferenciais de lucro. Esse processo é diretamente atrelado à política governamental que age no sentido de atenuar as especificidades do período de produção que são próprias das dinâmicas biológicas agrícolas. Assim, dentro dos marcos políticos do desenvolvimentismo, em sua feição de modernização conservadora, é implantado um sistema de demanda efetiva para a agricultura no Brasil no pós-1965, contexto da ditadura empresarial-militar. Tanto os custos do crédito e do seguro quanto as margens de lucro eram igualmente conformadas pelo Estado e os bancos em favor da previsibilidade para os grandes capitais investidos no setor.

(2) Em resposta à crise cambial no país, em 1982, a orientação dos governos empresariais-militares aderiu a um ajustamento macroeconômico constrangido da balança de pagamentos brasileira, por meio da indução de saldos positivos na balança comercial com apoio do setor agroexportador. Devido aos custos crescentes dos serviços da dívida pública e seus impactos no orçamento, iniciou-se redução de volume de recursos dedicados às políticas de demanda efetiva para a agricultura, o que seria contrabalanceado pelo crescente papel de operações privadas no mercado financeiro. Houve um redesenho das relações entre Estado, bancos, agricultores/empresários, agroindústria e comércio, com ênfase no autofinanciamento empresarial e nas aplicações diretas de grandes bancos e grupos econômicos na produção agrícola e no mercado de terras.

(3) Ainda no quadro de ajustamento às crises do endividamento que se arrasta durante toda a década de 1980, é nos primeiros anos de 1990 que o desmonte das políticas de demanda efetiva para a agricultura atinge seu auge, encerrando as atividades de uma série de institutos orientados por produtos (álcool e açúcar, café e trigo), bem como políticas de garantia de preços, de crédito rural e de infraestrutura comercial. O cenário de liquidez internacional favoreceu políticas de liberalização externa e a retomada de novos endividamentos em moeda estrangeira, onde se induz o processo de abertura comercial no Brasil. Em suma, no período 1994-1999 optou-se por uma solução via mercado financeiro onde a atração de capital estrangeiro deveria equilibrar a balança de pagamentos, em detrimento da estratégia privilegiada no pós 1982 que buscava a obtenção de saldos comerciais. Nesse cenário, notou-se redução do ritmo de expansão capitalista da agricultura no país, observável na queda generalizada da renda e dos preços agrícolas, assim como na desvalorização conjuntural do preço da terra.

(4) Os anos 2000 marcam a retomada da política de comércio exterior com ênfase nas exportações primárias, como resposta a uma nova crise cambial em 1999. Esse retorno ao ajustamento externo por meio do setor exportador agrícola e mineral ganha força com a elevação dos preços de commodities nos mercados internacionais, atrelada ao aumento na demanda de países da Ásia, o que colocou um impasse aos governos progressistas do período em relação ao crescimento em longo prazo da economia brasileira. Entre 2000 e 2008 as

exportações físicas de carne bovina, carne de frango, soja, milho, açúcar, celulose de madeira e produtos minerais crescem a uma taxa média anual superior ao produto interno bruto.

O problema de sustentação em longo prazo de projetos de inclusão social colocados em prática por governos progressistas brasileiros não é uma questão exclusivamente nacional, visto que o mesmo impasse se apresenta para outros países da América Latina nas duas primeiras décadas do século XXI. O principal limite às políticas desses governos foi a dependência na obtenção de divisas, por meio dos setores agroexportadores e extrativistas, que estão expostos aos voláteis preços internacionais das commodities. A falta de sustentação em longo prazo nessas fontes de financiamento do investimento público se desvela nos processos de reprimarização da pauta exportadora e na tendência à desindustrialização (RUBIO; PEÑA, 2021).

Na realidade brasileira, o conjunto desses processos compõe a transição entre a chamada modernização conservadora dos anos 1965-1985 e o novo pacto de economia e política do agronegócio dos anos 2000, como descrito por Delgado (2012). O autor aponta como traço fundamental de continuidade entre esses períodos a importância do crédito público bancário e da apropriação da renda capitalizada da terra via mercado de terras e arrendamentos. Nesse sentido, o conceito de renda da terra no âmbito da economia política marxista é uma ferramenta teórica aqui articulada para compreender as dinâmicas agrárias contemporâneas, tanto no que se refere às regiões que são continuamente inseridas na fronteira agrícola quanto naquelas que possuem ocupação agropecuária mais antiga.

A produção de condições para a existência do monopólio sobre um título fundiário, tal como analisada por Marx (2017), implica na apropriação de uma parte da mais valia socialmente produzida em benefício dos proprietários de imóveis aptos para a agropecuária. Esta renda sobre a terra oscila de acordo com as condições de monopólio sobre o título fundiário (renda absoluta), na sua localização e fertilidade natural (renda diferencial I) e no trabalho aplicado no incremento de sua produtividade (renda diferencial II). Adicionalmente, como observa Rangel (2004), a expectativa de valorização também é internalizada na cotação dos imóveis como uma espécie de "quarta" forma da renda da terra. Ou seja, as altas de preços dos produtos agropecuários, bem como a previsão de investimentos e subsídios públicos, entre outras expectativas altistas, também constituem formas de capitalizar renda sobre o título imobiliário.

Portanto, a dinâmica estrutural do pacto de economia e política do agronegócio aprofunda as aproximações entre circulação financeira e mercado de terras, com uma série de repercussões sobre a apropriação da renda fundiária via investimentos produtivos e/ou especulativos: a) frouxidão da política fundiária que favorece a apropriação violenta e especulativa, obtendo-se ganhos com a criação de novos títulos fundiários sobre áreas devolutas; b) fomento à política agrícola (crédito, formação de preços e infraestrutura comercial) que, associada à alta das commodities e da corrida global por terras, promove a apreciação dos preços de compra e arrendamento em termos da renda capitalizada, isto é, renda esperada sobre o monopólio de um título fundiário (DELGADO, 2012).

É devido à magnitude que as dinâmicas extrativas agrícolas assumem em termos de apropriação de excedente econômico que se fala em um pacto de economia e política do agronegócio. Como observa Delgado (2012), ao invés da priorização das políticas de industrialização como forma de obter ganhos de produtividade do trabalho e competitividade externa, o que recebe destaque no processo de reprimarização é a busca de rendas excepcionais com base na produtividade dos recursos naturais, sejam eles terras, jazidas minerais, recursos hídricos e etc.. Ou seja, o elemento principal dessa forma de extração de excedente econômico são os rendimentos obtidos pelo monopólio da terra, um fator de produção que não pode ser replicado ou gerado por trabalho humano. Ainda que a

intensificação produtiva tenha algum papel nas cadeias agroexportadoras, depende de inovações técnicas majoritariamente fornecidas pelas transnacionais do setor e não por novas tecnologias e pontes interindustriais nacionais. Em suma, uma dinâmica típica do subdesenvolvimento:

Os arranjos interindustriais que tal expansão econômica provoca são de baixa densidade, enquanto que o apelo à apropriação de monopólios naturais não produzidos (recursos naturais) é dominante. Daí emergem a concentração fundiária, superexploração de recursos naturais e dependência externa como ingredientes principais desse tipo de expansão (DELGADO, 2012, p. 116).

Portanto, a apropriação da renda fundiária que se intensifica nas últimas duas décadas se caracteriza por um perfil distributivo onde são capturadas privadamente as rendas dos recursos naturais e socializados os custos da dilapidação do patrimônio não renovável e do aprofundamento de uma inserção externa dependente (DELGADO, 2012). Este trabalho se debruça sobre os efeitos dessa dinâmica distributiva no mercado de terras e de produtos agropecuários em estabelecimentos patronais do Sudoeste rio-grandense. Seus patrões e proprietários rurais estão direta e indiretamente envolvidos com as cadeias agroindustriais da carne, soja e celulose, cujas exportações em nível nacional estão dentre as que expandiram-se significativamente a partir do cenário internacional de valorização das commodities nos anos 2000.

### **Teoria substantiva**

O conceito aqui utilizado para relacionar a bovinocultura de corte na mesorregião sudoeste do RS com as teorias gerais sobre o capitalismo na agropecuária brasileira é o de economia estancieira. Essa noção é buscada nos trabalhos de Piccin (2012; 2014; 2015; 2016; 2021), onde está referida aos processos de ascensão econômica e política do patronato rural estancieiro do Rio Grande do Sul entre as décadas de 1940 e 1980. O autor parte da perspectiva da economia das práticas em Pierre Bourdieu, onde evidencia as dimensões sociais, culturais e simbólicas na compreensão das atividades econômicas, indo além de uma abordagem estritamente baseada no mercado e nas trocas materiais. Sua análise enfoca conjuntamente os recursos econômicos/políticos e os capitais sociais, culturais e simbólicos que são acionados nas práticas sociais dos patrões estancieiros em suas estratégias de reprodução social, em um recorte temporal de 1930 a 2019 que é pouco priorizado nas análises de história econômica e sociologia histórica sobre o patronato rural no estado.

O uso da noção de economia estancieira vai, portanto, enfatizar período diferente daquele destacado pela análise das origens das classes sociais em uma longa duração na formação sul-rio-grandense. Estas são estudadas por historiadores como Pesavento (1980), Freitas (1993), Zarth (2002) e Maestri (2021), e por sociólogos como Cardoso (2003), cujas análises se voltam sobretudo para o século XIX e as três primeiras décadas do século XX, caracterizando temas como a escravidão, a economia charqueadora e a inserção subsidiária da economia pastoril diante da agricultura exportadora do Sudeste e Nordeste do país.

Se diferencia também de outro conjunto de estudos econômicos que buscaram compreender as diferenciações regionais da economia gaúcha e da agricultura brasileira ao longo do século XX. Estes enfocam os baixos índices de desenvolvimento da região sul do estado e da sua pecuária, dentre os quais considera-se o grupo Região Sul do Projeto Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira (PERSAGRI) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (TORRES, 1983), o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ACCURSO,

2014[1988]), a Fundação de Economia e Estatística (FEE) do RS (ALONSO; BENETTI; BANDEIRA, 1994) e as pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) (ETGES, 2005; ROCHA, 2011, entre outros) no contexto de políticas do Ministério da Integração Nacional para mesorregiões diferenciadas.

Devido ao enfoque dessa literatura se orientar para questões até a década de 1930 ou comparações agrícolas nacionais/regionais, existe um espaço analítico para aprofundamento em relação a outros elementos que também compuseram ou ainda compõem a economia estancieira, dentre os quais: as ferramentas de controle do mercado no âmbito do Instituto Sul Riograndense de Carnes, as dinâmicas locais/externas do setor pecuarista de corte e da cadeia produtiva da carne vermelha, as particularidades mesorregionais na apropriação da renda capitalizada da terra. Desde a teoria das mudanças agrárias, a intenção é colocar em perspectiva a economia estancieira em uma análise da propriedade fundiária, da renda da terra, da taxa de lucro, do cálculo econômico, dos fundos públicos e do controle sobre a cadeia produtiva dos bovinos de corte, no sentido de compreender as estratégias estancieiras para manter ou melhorar as condições da extração de excedente econômico.

Tendo esses elementos em vista, a análise é guiada por três frentes temáticas: a) mediações da economia estancieira com os pactos de economia política na agricultura brasileira; b) reposicionamento dos estancieiros na cadeia produtiva da carne bovina e na estrutura fundiária; e) diferenciações sociais entre estancieiros envolvendo elementos patrimoniais e produtivos.

A) Por meio da categoria economia estancieira objetiva-se destacar as articulações de um patronato rural específico com os pactos mais gerais de economia e política que estão em vigência no país, tendo em conta a transição entre a modernização conservadora de 1965-1985 e a economia do agronegócio dos anos 2000. Essa abordagem é acionada para analisar as transformações nas relações sociais de produção diante dos efeitos mais gerais do neoliberalismo e da reprimarização do comércio exterior do país, sobretudo nas mudanças da política agrícola e na abertura de mercados, desde as décadas de 1980 e 1990. Isso justifica um esforço de sistematização da literatura no sentido de articular no conceito de economia estancieira os recursos específicos dessa fração de classe dominante ao longo de diferentes coalizões sociais hegemônicas.

Essas questões são discutidas pela literatura em uma série de convergências e controvérsias que foram agregadas em um balanço crítico ao longo da tese, no sentido de reconstituir os principais elementos de mediação desse patronato com as transformações mais gerais na economia nacional. Nessa observação estão em jogo o controle fundiário, a bovinocultura, a indústria frigorífica e o cálculo econômico aplicado aos estabelecimentos rurais mediante as relações com o Estado e com as políticas agrícolas (infraestrutura, crédito, programas especiais e estoques reguladores). As mudanças em curso envolvem a emergência e reclassificação de agentes no espaço social (estancieiros, lavoureiros, corporações, frigoríficos, etc.), novas racionalidades (cálculo de estoque bovino x cálculo de giro da mercadoria) e reconfigurações na matriz produtiva (lavouras x pastagens).

B) O conceito de bovinocultura de corte é utilizado como um dos elementos para analisar mudanças na economia estancieira, onde as técnicas de produção podem servir de indicadores das rupturas e continuidades que ocorrem em paralelo às articulações desse patronato rural com os pactos mais gerais de economia e política. A pesquisa de Mielitz Netto (1994) sobre a modernização e diferenciação da pecuária de corte no Brasil procura qualificar a noção de modernização em parâmetros que aqui são acionados como indicativos de intensificação dos sistemas de produção. O autor aborda a bovinocultura em termos de

combinações entre inovações nas áreas alimentares, sanitárias, genéticas, de manejo e gerenciais, as quais podem ser analisadas quantitativamente por meio de fontes secundárias.

O conceito de estrutura fundiária vai se referir à distribuição da posse da terra entre diferentes estratos de área conforme informações disponíveis nas estatísticas oficiais. A concentração e desigualdade na distribuição da posse fundiária é reconhecida como característica agrária que possui relação estatística significativa com indicadores de bem estar social das populações, de modo que os componentes do desenvolvimento humano tendem a ser mais precários nas microrregiões com maior concentração da posse da terra (HOFFMANN, 2020).

O aprofundamento desta tese no debate sobre intensificação produtiva na bovinocultura de corte do Sudoeste do RS será conduzido tendo em vista a redução da cobertura pampeana nativa, a expansão da agricultura, a recente redução do estoque bovino e a estrutura fundiária na qual esses processos acontecem. Parte-se do princípio que, na ausência de novas áreas de fronteira agrícola para serem ocupadas por essa pecuária, as condições gerais de criação do rebanho devem ter se modificado. Portanto, propõe-se qualificar as dinâmicas de intensificação e redução do rebanho por meio da análise da matriz produtiva agropecuária, da distribuição da terra e da base técnica da bovinocultura de corte.

Como adverte Mielitz Netto (1994), a noção de modernização na pecuária deve ser cotejada com os fatores que sobre ela incidem, sejam eles históricos, geográficos, econômicos, naturais, culturais e etc.. Historicamente, a produção pecuária da região acontece em moldes extensivos, o que está se modificando em alguma medida conforme indicam os dados sobre o rebanho diante do expressivo aumento das áreas de soja. Ao mesmo tempo, como será exposto adiante, não há sinais de que a concentrada estrutura fundiária tenha passado por processo de transformação em sentido democratizante. Desse modo, a presente pesquisa de tese se propõe a questionar onde e como se cria bovinos de corte, como se dá a distribuição da posse da terra e dos bovinos, quais são as áreas e culturas agrícolas manejadas nos diferentes municípios e microrregiões do Sudoeste do RS, em combinação ou não com a pecuária.

Nesse sentido, são consideradas as vias analisadas por Capdevielle (2016), em meio à reconfiguração agropecuária na região pampeana da Argentina, onde houve crescente competição sobre o uso da terra entre pecuária e lavouras. Ao mesmo tempo em que a pressão para conversão agrícola era expressiva, o estoque bovino não apresentava queda, mas uma estagnação. Para estudar esse problema o autor enfoca as mudanças produtivas que tornaram possível esse fenômeno em duas alternativas: a) realocação de etapas da produção para terrenos menos férteis dentro da região pampeana ou nas áreas extra pampeanas; b) intensificação produtiva por meio de melhorias da produtividade da terra de modo a suportar maior lotação ou mediante expansão da suplementação alimentar (CAPDEVIELLE, 2016).

Uma análise de características técnicas e concentrações diferenciadas do efetivo bovino e da matriz agrícola de acordo com a escala municipal pode trazer novas compreensões para a heterogeneidade territorial na atividade agropecuária. A investigação das relações entre o que se planta e onde se planta pode indicar a apropriação da renda capitalizada da terra que avança sobre territórios mais favoráveis às lavouras. A análise dessa tendência, orientada também para a pecuária de corte, pode auxiliar na objetivação dos efeitos locais do processo mais geral de avanço da renda capitalizada, da circulação financeira e da intensificação produtiva nas zonas de ocupação antiga da agropecuária brasileira, como indica Delgado (2012).

Para além das dinâmicas de intensificação e realocação, é também válido investigar um segundo problema que se refere à redução absoluta do rebanho a partir de 2017. Frente a



essa questão, duas ordens de fatores são priorizadas: as transformações no patronato rural e as mudanças na matriz produtiva.

A primeira problemática é analisada com base na literatura especializada e em entrevistas produzidas para esta tese, as quais fazem referência às reconfigurações na economia estancieira, à emergência de agriculturas empresariais ou empresariais-familiares e às mudanças na economia regional. Em termos de relações sociais de produção, implica em considerar quem são os patrões na bovinocultura, quais são as relações de propriedade e posse da terra e qual é a destinação da produção de bovinos e de carne. No cenário posterior aos anos 2000, os estancieiros estão inseridos em um pacto de economia e política onde não mais possuem ferramentas institucionais enquanto fornecedores privilegiados de carnes no mercado interno, cujos preços e estoques eram administrados por mecanismos controlados localmente. A crescente orientação primário-exportadora da produção de carne em termos nacionais, com aportes expressivos de capital por corporações transnacionais do setor de frigoríficos (BENETTI, 2010), estabelece um novo tipo de demanda de animais jovens, padronizados e com oferta regular, submetidas ao giro curto de mercadoria. Esta difere da criação sazonal, extensiva e de ciclo longo que predominava no período anterior, calcada na manutenção por maior tempo dos estoques bovinos nos estabelecimentos (FONTOURA, 2000).

Seguindo a argumentação construída em Piccin (2012), de que nesse novo cenário dos anos 2000 o patronato estancieiro teria dificuldades para reproduzir o comportamento baseado na manutenção de estoques bovinos nos estabelecimentos, buscou-se indícios desse processo nas fontes censitárias e de pesquisa agropecuária sobre estabelecimentos rurais e a matriz produtiva estadual. Um dos principais aspectos analisados nas fontes de dados se refere à participação dos estabelecimentos patronais de grande porte e cuja principal atividade é a pecuária no que se refere à proporção total de rebanho, sobretudo a partir do ano de 2017, na medida em que incrementos nos arrendamentos e/ou nas vendas de terras seriam indícios de reconfigurações da matriz produtiva.

É necessário ainda frisar que a economia estancieira, embora seja o grupo que detém a maior parte do rebanho de acordo com as estatísticas oficiais mais recentes<sup>8</sup> (IBGE, 2019), trata-se somente de uma fração dos estabelecimentos agropecuários com bovinocultura de corte. Na esteira dos processos de reconhecimento político e acadêmico da agricultura familiar, nos anos de 1990 e 2000, houve também um esforço de identificar e qualificar um público específico desse setor social, o qual ficou conhecido como pecuária familiar (WAQUIL et al., 2016). Esta pecuária tem suas especificidades, sendo praticada com predomínio da força de trabalho do grupo doméstico em estabelecimentos de até 300 hectares, nas regiões cobertas por formações campestres do sul do país, com grande importância nas porções Sudoeste e Sudeste do RS (RIBEIRO, 2009).

O presente recorte de pesquisa não abrange um estudo sistemático do setor pecuarista familiar, por considerar suas diferenças com o setor patronal em termos das relações sociais de produção envolvidas na reprodução desses diferentes estabelecimentos. Isto é, pela diferenciação de classe entre o predomínio da extração de excedente do trabalho alheio e da autoexploração do trabalho familiar.

Contudo, a pecuária familiar, as estâncias e os lavoureiros não são instâncias isoladas no mundo econômico. Suas interrelações podem ser equacionadas em termos do uso da força de trabalho, onde alguns pecuaristas familiares podem se ocupar eventual ou permanentemente como trabalhadores rurais (ZANELLA et al., 2019); em função dos mercados de produtos, onde os bezerros são um dos principais itens comercializados pelos pecuaristas familiares para com estabelecimentos focados em recria/terminação (MATTE,

---

<sup>8</sup> Conforme análise da série histórica dos censos agropecuários do IBGE, cuja metodologia é apresentada em seção específica do presente capítulo introdutório e ao longo do capítulo IV.

2017); mediante a compressão territorial, isto é, a hegemonia estancieira sobre as terras que historicamente empurrou as populações de camponeses-trabalhadores para áreas desprezadas de pecuária, ocupadas com matas, pedras e cerros, onde são forjadas suas resistências e reprodução social (SANTOS, 2018); ou ainda em relações de conflito potencial ou explícito, onde os monocultivos de árvores e a exploração mineral tendem a se estabelecer em áreas de solos com baixa ou média aptidão agrícola que, muitas vezes, estão ocupados por pecuaristas familiares e outras comunidades e povos tradicionais do pampa, e são frequentemente considerados por estes como ameaças às suas existências (MATTE; WAQUIL, 2020; BARCELLOS; PRATES; ALT, 2021).

Portanto, há de se considerar que o foco de atenção desta pesquisa envolve a economia estancieira em seu controle de patrimônios fundiários e estoques bovinos que estão em reconfiguração nas últimas décadas. É esse o principal movimento que se objetiva capturar, o que não significa dizer que não exista uma dinâmica de pecuária familiar no território, ela também atravessada ao seu modo pelos processos de internacionalização/commoditização, avanço das lavouras de soja e cultivos de árvores, explorações minerárias, emergência de novos valores e nichos de consumo, reconhecimento estatal por políticas públicas e etc.

As pesquisas que procuraram destrinchar as características da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul reconhecem a existência de heterogeneidade intra e interregional nos sistemas de produção (MIGUEL et al., 2007) e nos perfis socioeconômicos de pecuaristas (ANDREATTA, 2009). Essa classificação demonstrou que, em 2004, os pecuaristas de perfil “Estacionário” e “Consolidado” compunham respectivamente 48,26% e 31,20% do total estadual, caracterizando-se por um sistema de produção de cria ou de ciclo completo, onde as aposentadorias, rendas não-agrícolas e rendas externas (arrendamento, principalmente) tinham contribuição significativa. Já os perfis “Pecuaristas-Lavoureiros Especializados” e “Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais” compunham 9,88% e 10,66% da amostra, respectivamente, com sistemas de produção de ciclo completo e recria/terminação, em áreas de lavoura com pastagens cultivadas, melhores índices de produtividade e rendimentos médios, possuindo maiores níveis de escolaridade.

A classificação supracitada foi realizada com base em uma amostra de 540 entrevistas, o que se apresenta como limite para comparação direta na presente pesquisa que se referencia principalmente em fontes censitárias oficiais. Ainda assim, são propostos cruzamentos de informações envolvendo características dos estabelecimentos agropecuários de acordo com os grupos de atividade econômica descritos pelos Censos Agropecuários do IBGE, onde o caráter de especialização em pecuária ou em lavoura temporária permite aproximações analíticas. Além disso, as dimensões destacadas por Andreatta (2009) podem ser alternativamente analisados nas pesquisas, censos e mapeamentos agropecuários oficiais em termos de transformações na utilização das terras, nas características dos sistemas de produção e no nível e composição das despesas dos estabelecimentos.

C) O estudo de Heredia, Palmeira e Leite (2010) propõe que se analise mais detidamente as sociedades, em sentido amplo, que se conformam onde a economia do agronegócio se faz presente. Em outros termos, sugerem que se busque estudar o que há além da unidade agrícola, da planta industrial e do aumento da produtividade, objetivando em termos das posições e oposições sociais, das relações que acontecem tanto no processo produtivo como para além dele. Está além das condições da presente pesquisa o intuito de analisar em conjunto os complexos arranjos envolvendo as esferas do poder público, os novos e antigos proprietários, os setores trabalhadores, a indústria e o comércio, o capital financeiro e etc. (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010). Contudo, há preocupação analítica neste trabalho tanto no sentido de revisar os elementos que a literatura têm aportado ao debate sobre

economia e sociedade do agronegócio no RS, quanto em analisar estatística e empiricamente as posições e oposições sociais que entrelaçam lavoureiros e estancieiros.

A análise dessas mudanças tende a ganhar em complexidade e referenciais comparativos quando posta em relação a processos paralelos que acontecem no mesmo período em outras regiões do país ou do Cone Sul no continente americano. A noção de agriculturas empresariais discutida por Bühler, Guibert e Oliveira (2016) procura jogar luz sobre os processos em torno das cadeias de grãos e carnes na América do Sul, onde as “agriculturas do tipo empresarial” são caracterizadas por desenvolver “formas de produção em que o assalariamento é predominante, as atividades são especializadas, a tomada de decisão é separada do ato produtivo e o aporte de capital é frequentemente externo.” (BUHLER; GUIBERT; OLIVEIRA, 2016, p. 7).

Essas dinâmicas empresariais são atravessadas por condicionantes próprios de cada realidade agrária, como observa outra pesquisa conduzida por Bühler (2008). Com foco nos empreendimentos agrícolas da metade sul do Rio Grande do Sul, a autora encontrou diferentes combinações envolvendo as formas de produção, o controle dos meios de produção e o recrutamento da força de trabalho, onde traços empresariais e familiares compunham a heterogeneidade dos setores que se colocavam à frente da expansão agrícola.

O contexto uruguaio a partir do ano 2002/3 também é ilustrativo dessas dinâmicas na medida em que ocorria a expansão agrícola das lavouras de sequeiro. Esta foi protagonizada inicialmente por grandes empresas argentinas e de outras nacionalidades que trouxeram consigo um modelo de gestão em rede que visa grandes escalas na produção de commodities com alta rentabilidade do capital circulante e terceirização dos serviços/assessoria/máquinas agrícolas (BIANCO et al., 2021).

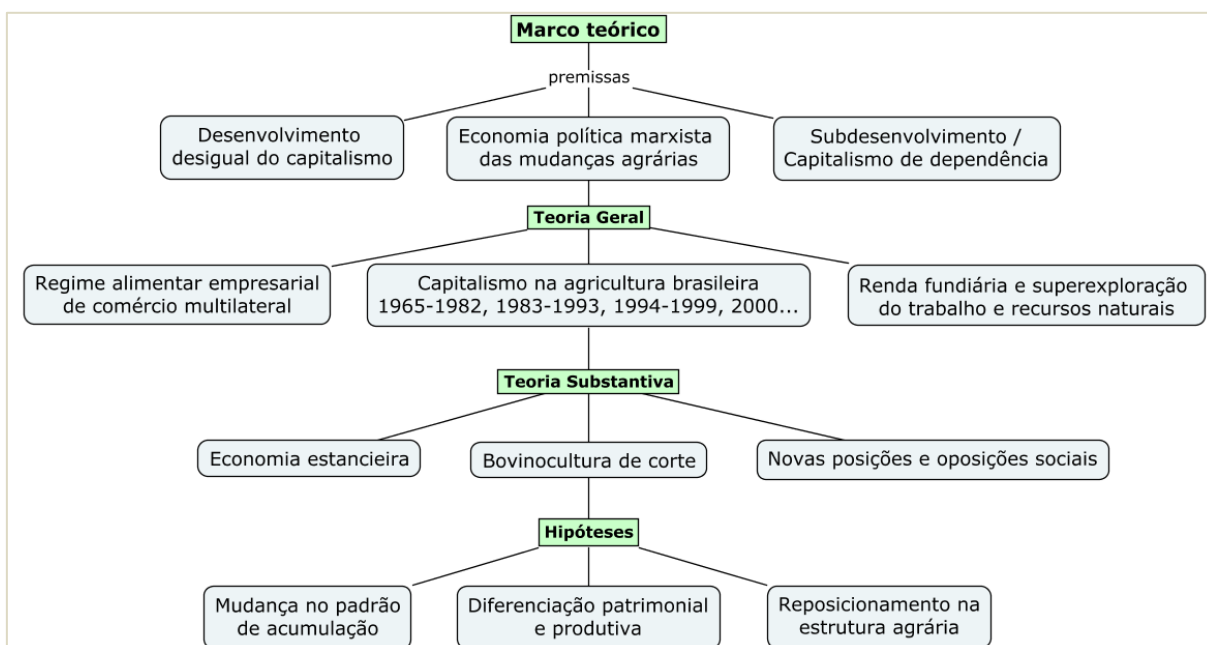
Diante dessas diferentes formas assumidas pelas agriculturas empresariais que emergem nos países do Cone Sul, a literatura sobre o rural uruguaio propôs uma chave de análise que se orienta para os encaixes e desencaixes dos produtores agropecuários previamente existentes na estrutura de posições do mundo agrário. Para objetivar esse processo, Santos, Oyhantçabal e Narbondo (2012) construíram uma tipologia que procura dar conta das trajetórias sociais: a) o “acoplamento” à nova dinâmica agrícola empresarial por parte dos empresários agrícolas (seguem capturando lucro e renda da terra); b) o “deslocamento” com reinserção em outra categoria (os reconvertidos em rentistas), ou atividade (novos prestadores de serviços agrícolas com máquinas) ou território (produtores que buscam terras mais baratas); c) a “exclusão” da atividade agropecuária com perda de controle sobre os meios de produção (parceiros e proprietários em pequena escala e endividados).

O diálogo com as categorias de acoplamento, deslocamento e expulsão é utilizado no âmbito desta tese a fim de correlacionar as relações de setores estancieiros diante de mudanças agrárias no início do século XXI. As análises sobre os grandes proprietários de terras uruguayos indicam que a elevação dos preços das terras e dos arrendamentos permitiu que o referido setor se apropriasse de ganhos crescentes na medida em que a renda do solo foi a porção das rendas agropecuários que mais elevou-se entre 2000-2015, quando comparada aos salários, tributos e até mesmo ao lucro (OYHANTÇABAL; SANGUINETTI, 2017). Esta condição permitiu que uma parcela desses proprietários se deslocasse para uma categoria de rentistas, com desativação da produção direta e mudança da residência para outros locais, como a capital do país (BIANCO et al., 2021).

As transformações observadas na estrutura de posições agrárias do Uruguai dialogam com argumentações teóricas acerca dos efeitos da elevação dos preços de commodities agrícolas em relação ao mercado de terras no contexto da globalização neoliberal. Flexor e Leite (2017) resumem três elementos que relacionam o cenário mundial com as dinâmicas

locais em economias capitalistas dependentes: elevação de preços dos ativos fundiários, priorização no desenvolvimento das cadeias produtivas voltadas à exportação e alteração da lógica produtiva e patrimonial da atividade agropecuária. Em outras palavras, os autores chamam atenção para “enviesamentos” que se fazem observar tanto nas economias nacionais, quanto nas dinâmicas produtivas e patrimoniais de patrões e proprietários agropecuários, de acordo com o novo cenário internacional nos mercados agroalimentares.

Em suma, quando nos referimos às “diferenciações sociais” ou “diferenciação interna”, envolvendo a economia estancieira, não se trata da compreensão mais clássica em economia política agrária referida às relações de classe, onde produtores de pequena escala estão sujeitos aos processos de diferenciação entre as classes de acordo com a divisão entre capital e trabalho (BERNSTEIN, 2011). Nesta tese, a categoria vai referir mais especificamente as alterações na lógica produtiva e patrimonial da atividade agropecuária (FLEXOR; LEITE, 2017), assim como os encaixes e desencaixes entre novas e velhas posições sociais na estrutura agrária (SANTOS; OYHANTÇABAL; NARBONDO, 2012; BIANCO et al., 2021), diante das mudanças estruturais nos mercados agroalimentares.



**Figura 02** - Modelo conceitual da pesquisa, contendo marco teórico, teoria geral, teoria substantiva e hipóteses.

**Fonte:** elaborado pelo autor.

## Hipóteses

1) A economia estancieira, se entendida como um arranjo de recursos, cálculos e estratégias, atravessa entre 1985-1999 um período transitório no seu padrão de acumulação, em momento marcado pela redução do ritmo de expansão capitalista da agricultura no Brasil. A acumulação econômica estancieira se reconfigura desde então, onde a propriedade da terra e a bovinocultura de corte gradativamente assumem novas feições.

2) A renda capitalizada da terra avança no Sudoeste rio-grandense em sintonia com a aptidão das terras para a lavoura temporária, mas, na pecuária de corte, esse avanço não é tão unívoco quanto na agricultura, de modo que se observam heterogeneidades produtivas e diferenciações patrimoniais entre estancieiros.

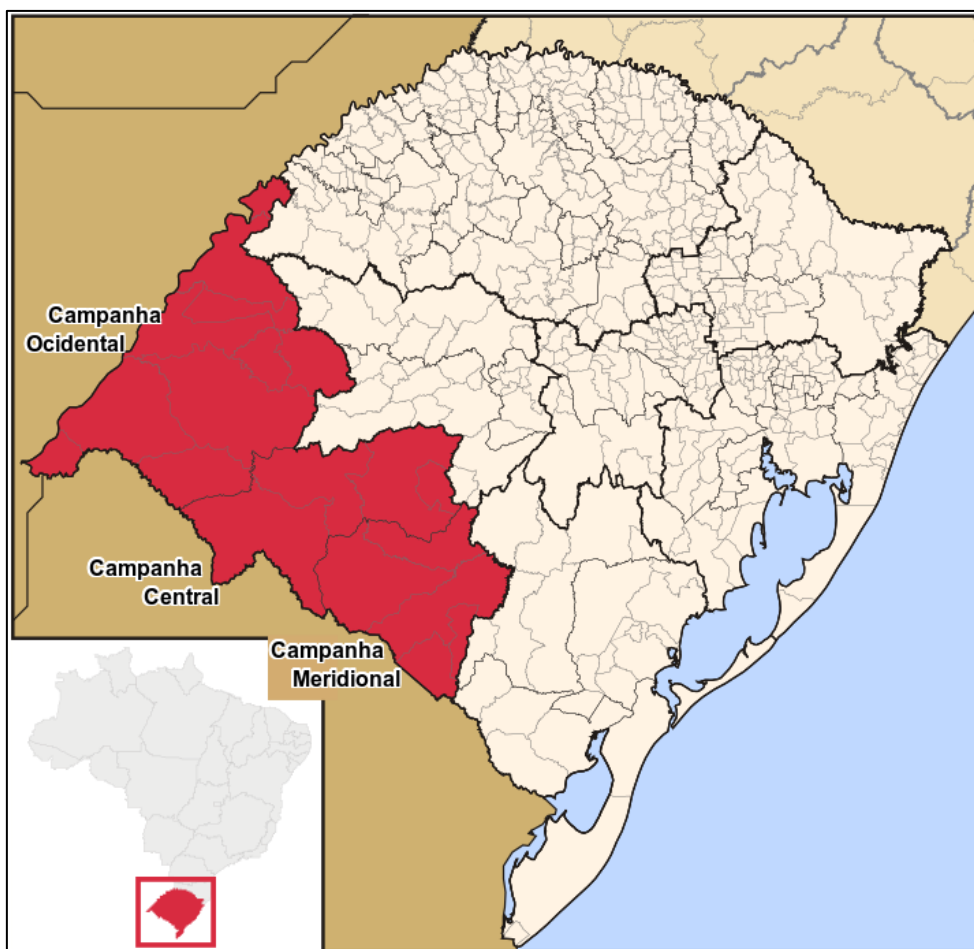
3) Os estancieiros, enquanto posição social na estrutura agrária, se acoplam ao novo pacto do agronegócio enquanto sócios na apropriação da renda capitalizada da terra. Sua posição nos mercados agropecuários é deslocada no sentido de perda de controle sobre o elo industrial da carne vermelha e de menor relevância na posse do estoque bovino de corte.

### **Local de estudo**

O local de estudo é a mesorregião Sudoeste rio-grandense, designada de acordo com a classificação do IBGE (1990). Esse espaço também é comumente chamado de região da Campanha, como reconhecido pelo mesmo. Dentre todas as mesorregiões do estado do RS, a Sudoeste possui histórico protagonismo na proporção do estoque de pecuária bovina de corte, apresentando aproximadamente 1/3 do rebanho total em 2010 (MARION FILHO; REICHERT; SCHUMACHER, 2012), assim como os maiores percentuais de concentração fundiária em estabelecimentos com mais de 500 ha em relação à área total (DA ROS, 2006, p. 470). Sozinha, a pecuária praticada na região não é representativa de toda a atividade no estado, nem de todas as áreas de campos do bioma Pampa no RS. Contudo, sua considerável participação no estoque bovino com aproximadamente 1/3 do rebanho estadual, localizando-se no recorte territorial do bioma Pampa, com a maior concentração fundiária do RS, faz dela um local de estudo com relativa importância para as questões da economia estancieira envolvendo bovinocultura de corte e propriedade fundiária.

A classificação como mesorregião geográfica é construída com base em elementos que organizam o espaço a partir de três dimensões: “o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial” (IBGE, 1990, p. 9). Os recortes entre mesorregiões consideram os limites político-administrativos municipais e estaduais. Pode-se dizer, portanto, que o IBGE busca delimitar áreas com certa identidade regional construída socialmente e que sejam operacionalizáveis para fins de pesquisa.

As mesorregiões são ainda subdivididas em microrregiões (Figura 03). No caso do Sudoeste Rio-grandense, subdivide-se entre Campanha Ocidental, Campanha Central e Campanha Meridional. Esta classificação leva em conta “a estrutura da produção e a interação espacial” (IBGE, 1990, p. 10), considerando-se principalmente o uso da terra na produção primária, a estrutura de produção industrial de cada centro sub-regional ou centro de zona e a estrutura de interação espacial que articula os elementos.



**Figura 03** - Mesorregião Sudoeste do Rio Grande do Sul subdividida nas microrregiões Campanha Ocidental, Campanha Central e Campanha Meridional.

**Fonte:** adaptado de Raphael Lorenzeto de Abreu (2006), sob licença *Creative Commons Attribution 2.5 Generic*.

Atualmente, os seguintes municípios compõem cada uma das microrregiões do Sudoeste Rio-grandense:

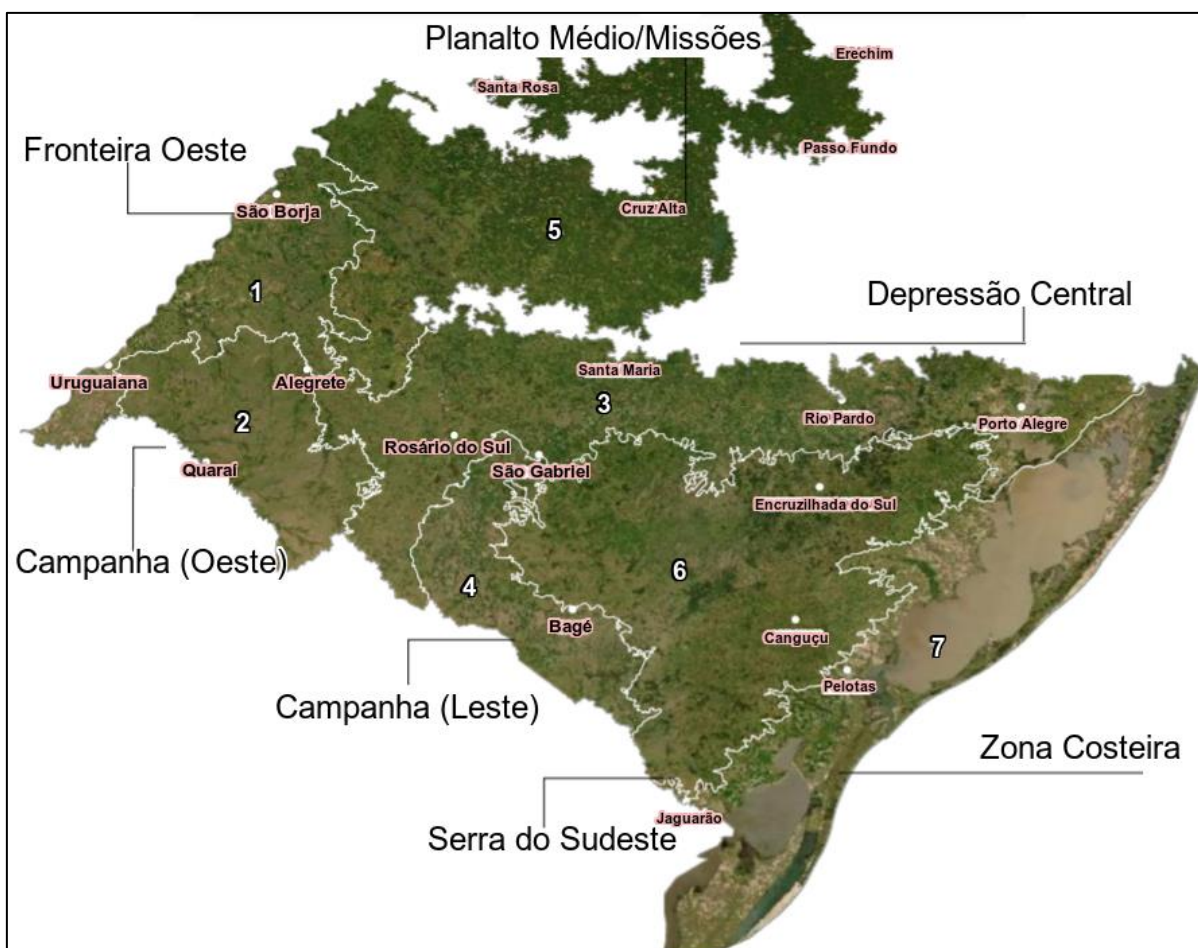
- a) Campanha Ocidental: Alegrete, Barra do Quaraí\*\*, Garruchos\*, Itaquí, Maçambará\*\*, Manoel Viana\*, Quaraí, São Borja, São Francisco de Assis, Uruguaiana;
- b) Campanha Central: Rosário do Sul, Sant'Ana do Livramento, Santa Margarida do Sul\*\*, São Gabriel;
- c) Campanha Meridional: Aceguá \*\*\*, Bagé, Dom Pedrito, Hulha Negra\*, Lavras do Sul.

Alguns desses municípios foram emancipados após 1990. Municípios com \* (asterisco) foram emancipados em 1992, com \*\* em 1995 e com \*\*\* em 1996. Desse modo, em algumas circunstâncias de análise nesta pesquisa de tese, os dados referentes a eles não serão subtraídos dos municípios de onde foram desmembrados, preferindo-se manter apenas a designação do município que cedeu-lhe área. Quando utilizada no âmbito desta pesquisa de tese, essa técnica de agregação é informada ao leitor, tendo em visto que traz implicações na análise de rebanhos e de áreas com lavouras ou pastagens em séries temporais longas, iniciadas antes de 1990. A seguir uma listagem dos municípios criados após 1990 de acordo com o desmembramento (entre parênteses):

- a) Campanha Ocidental: Barra do Quaraí (Uruguaiana); Garruchos (São Borja); Maçambará (Itaqui); Manoel Viana (São Francisco de Assis e Alegrete<sup>9</sup>);
- b) Campanha Central: Santa Margarida do Sul (São Gabriel);
- c) Campanha Meridional: Aceguá (Bagé); Hulha Negra (Bagé).

As agregações geográficas meso e microrregionais do IBGE têm como vantagem a congruência em longo prazo das fontes de dados oficiais. No entanto, acabam unindo áreas com solos, relevos, vegetações e uso e cobertura da terra relativamente distintos, cujos indicadores idealmente poderiam ser desagregados e reagrupados de outras maneiras para fins de pesquisa.

Uma dessas possíveis agregações territoriais alternativas, que tem relação com as variáveis agropecuárias e ecológicas, é a divisão do bioma Pampa em sistemas ecológicos, proposta por Hasenack et al. (2010). Na Figura 04 visualiza-se um mapa de regiões do Pampa de acordo com os limites ecológicos de Hasenack et al. (2010), com rótulos adaptados pelo mapeamento do Mapbiomas (2021).



**Figura 04** - Mapa de regiões do Pampa de acordo com os sistemas ecológicos, com menção a alguns municípios.

**Fonte:** adaptado de Mapbiomas (2021), que se utilizou da classificação dos sistemas ecológicos proposta por Hasenack et al. (2010).

<sup>9</sup> Em sua emancipação, Manoel Viana obteve 63 km<sup>2</sup> de Alegrete. Essa mudança tem pouco impacto nos mais de 7 mil km<sup>2</sup> de Alegrete. Por outro lado, Manoel Viana obteve 1.277 km<sup>2</sup> do território de São Francisco de Assis, motivo pelo qual vamos somar os dados de Manoel Viana com São Francisco de Assis, desconsiderando Alegrete.



Os sistemas ecológicos que possuem mais convergência com as áreas da mesorregião Sudoeste Rio-grandense são: Fronteira Oeste (1), Campanha Oeste (2), Depressão Central (3) e Campanha Leste (4). A seguir, uma breve apresentação com base em Hasenack et al. (2010).

(1) Na Fronteira Oeste encontra-se predominância de solos hidromórficos, que são bem desenvolvidos e apresentam grande umidade, estando próximos ao rio Uruguai. Sua vegetação nativa de campos com Espinilho se assemelha a uma paisagem de savana. Essas áreas são conhecidas por seu relevo suave com grandes várzeas cultivadas com arroz. O município de Itaqui é aqui considerado como o mais representativo.

(2) Na Campanha (Oeste) há um predomínio de solos rasos, basálticos, pedregosos e com baixa capacidade de retenção de água. Sua vegetação nativa se caracteriza por campos sobre solos rasos com o desenvolvimento de gramíneas de pequeno porte. Algumas áreas apresentam relevo ondulado, mas a formação predominante é de relevo suave. Nessas áreas a expansão da agricultura é menos intensa. O município de Quaraí é o mais representativo, ainda que Uruguiana, Alegrete, Sant'Ana do Livramento e Rosário do Sul tenham partes importantes de seu território sobre essa formação de solos rasos, sendo sobre esses três últimos que se encontra a unidade de conservação APA do Ibirapuitã.

(3) Na Depressão Central, que se estende longamente pelo centro do estado, predomina relevo suave com solos profundos em áreas de alta e de baixa fertilidade, com algumas parcelas de solos hidromórficos. É um ambiente campestre com potencial para apresentar densa cobertura vegetal a partir do manejo adequado. É a área de maior expansão da agricultura no contexto do Sudoeste rio-grandense, com destaque para as lavouras de soja. O município de São Gabriel será considerado o mais representativo, ainda que não seja coberto apenas por esse sistema ecológico.

(4) Por fim, na Campanha (Leste) predominam solos profundos de alta fertilidade e solos hidromórficos, com relevo predominantemente plano. A vegetação é classificada como Campos Graminosos, com predomínio de espécies herbáceas. Tal como a Depressão Central, é uma região que apresenta forte expansão das áreas de agricultura. O município de Dom Pedrito será tomado como o mais representativo.

Como pode-se perceber, a classificação em sistemas ecológicos da Figura 04 apresenta coincidências com as informações sobre uso e cobertura da terra da Figura 01, em especial com relação ao avanço da agricultura nas áreas da Depressão Central e da Campanha (Leste), assim como a manutenção de formações campestres na Campanha (Oeste). Por sua vez, as microrregiões do IBGE (Figura 03) não são homogêneas quando tratadas sob o ponto de vista dos sistemas ecológicos e do uso e cobertura da terra. Para tanto, optou-se por utilizar os dados de alguns municípios que se mostram mais sintomáticos de determinados processos a fim de destacar tendências, tal como o avanço de áreas de lavouras em São Gabriel e Dom Pedrito e a conservação de campos nativos em Quaraí. Desse modo, são aproximadas as informações disponíveis sobre microrregiões do IBGE com os sistemas ecológicos de Hasenack et al. (2010).

### **Delineamento metodológico, fontes de dados e trabalho de campo**

Este trabalho de pesquisa tem como fio condutor teórico a abordagem de economia política das mudanças agrárias, um enfoque marxista que destaca a análise dos elementos que constituem as relações sociais de produção (BERNSTEIN, 2011). O objeto de estudo que foi elaborado através desse enfoque vai demandar uma análise da incidência e regularidade do fenômeno aqui caracterizado como reconfigurações na economia estancieira do Sudoeste do RS nos últimos 30 a 40 anos.



Considerando as lacunas e questões de análise que foram problematizadas numa escala de mesorregião, bem como os objetivos de pesquisa levantados a partir desse diagnóstico inicial, o delineamento metodológico da pesquisa foi predominantemente quantitativo. Sua orientação enfatizou o levantamento de produção bibliográfica e dados disponíveis em fontes censitárias e de pesquisa agropecuária, os quais foram analisados de acordo com recortes temáticos e em diálogo com a teoria.

Esse delineamento de caráter mais documental e de fontes secundárias também tem como mote os redesenhos efetuados no objeto de estudo da tese a partir das incertezas em torno das crises sanitária e econômica que se mantiveram entre os anos de 2020 e 2022. Na medida em que as restrições para encontros presenciais eram aliviadas ao longo desse período, foram estabelecidas três incursões no trabalho de campo entre 2021 e 2022, focalizadas no município de São Gabriel-RS, que permitiram a combinação das referidas fontes com entrevistas e observação direta. Isso agregou um elemento qualitativo, por meio do qual objetivou-se correlacionar as tendências quantitativas com informações obtidas a campo em termos das categorias de apreciação dos processos em curso, além de ilustrar as dinâmicas mais gerais com trajetórias sociais singulares e representativas.

Dado esse preâmbulo sobre as condições metodológicas, tendo consciência dos limites da amostra empírica, é notável que a pesquisa terá um olhar mais macro para as mudanças sociais e econômicas. Não se trata, portanto, de uma análise microeconômica quanto aos sistemas produtivos e custos de produção, nem de um estudo aprofundado no que se refere às subjetivações em torno das diferentes posições sociais e relações de produção. O caráter dos dados e das análises se voltará para os aspectos socioeconômicos mais gerais das transformações e reconfigurações na economia estancieira, utilizando sempre que possível de evidências qualitativas. Uma desvantagem dessa abordagem é que se necessita conhecer os limites dos instrumentos por detrás da produção dos dados secundários utilizados. Esse esforço é apresentado nesta seção metodológica e ao longo das análises que constam nos capítulos. Além disso, são aqui apresentados os condicionantes do trabalho de campo por meio do qual as entrevistas e observações foram realizadas.

(1) No desenrolar operacional desta pesquisa, desde as fases iniciais até a presente exposição no formato de tese, foi conduzido um esforço contínuo no sentido de definir as propriedades e dimensões do objeto de estudo, dando vazão às principais questões e proposições. Foi por conta disso que o trabalho de levantamento bibliográfico para referenciar uma análise de longa duração sobre a economia estancieira acabou ganhando destaque como primeiro objetivo específico da tese. O diálogo entre teoria geral e os trabalhos sistemáticos de pesquisa existentes sobre o objeto de estudo foi acionado na produção de referências para pesquisar as reconfigurações envolvendo a propriedade fundiária, a renda da terra, a base técnica da produção pecuária e a diferenciação social entre estancieiros.

A obtenção das referências bibliográficas acionadas na análise da literatura aconteceu ao longo de toda a elaboração da pesquisa de tese e baseou-se em três caminhos que se somaram: a) no conhecimento sobre a literatura que foi acumulado ao longo da formação acadêmica; b) nas listas de referências bibliográficas contidas nos principais trabalhos já conhecidos; c) em buscas nas bases de dados do Portal de periódicos Capes e do Google Acadêmico a partir da combinação dos seguintes termos (e de suas variantes): pampa, Campanha, Sudoeste do RS, metade sul do RS, estância, bovinocultura, pecuária, frigorífico, carne, desenvolvimento, crise, modernização, agronegócio, latifúndio.

Ainda que esse levantamento não tenha seguido um método sistemático de pesquisa bibliográfica, permitiu ao pesquisador encontrar um apanhado relevante de enfoques, argumentos, convergências e controvérsias. Por isso, os resultados da busca foram considerados apropriados nos termos de uma medida de saturação, isto é, uma situação em

que as informações obtidas em novas amostras tendem a se repetir em termos de qualidades de um fenômeno. O uso da medida de saturação para avaliar uma suficiência amostral é discutido por Minayo (2017), onde a autora destaca que o principal resultado da técnica deve ser a compreensão, ainda que provisória, da lógica interna de um objeto de estudo.

A análise da literatura procedeu por meio das seguintes temáticas: relações de propriedade e posse da terra, de acesso aos fundos públicos, produção agropecuária e sistemas produtivos em bovinocultura de corte no Sudoeste sul-rio-grandense. Por meio desse filtro buscou-se construir um balanço teórico com base na literatura especializada sobre o tema.

No Quadro 01 encontram-se as principais referências utilizadas.

**Quadro 01** - Principais trabalhos utilizados na revisão bibliográfica sobre a economia estancieira do RS (Continua...).

<b>Autor</b>	<b>Região em análise</b>	<b>Ano</b>	<b>Publicação</b>	<b>Análise</b>
Beskow	Estado do RS	1986	Livro/ Dissertação	Economia do arroz irrigado no RS baseada no arrendamento
Dalmazo	Estado do RS	1992	Dissertação	Planejamento setorial e global da economia gaúcha (1940-74)
Alonso, Benetti, Bandeira	Região Sul do RS	1994	Livro	Baixo dinamismo econômico regional e a participação da agropecuária na composição da renda
Mielitz Netto	Brasil - regiões selecionadas	1994	Tese	Modernização tecnológica e diferenciação da produção regional de bovinos
Fontoura	Campanha, RS - Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Bagé e Dom Pedrito	2000	Tese	Modernização e diferenciação entre pecuária tradicional e empresarial
Albuquerque	Campos meridionais brasileiros (RS e PR)	2007	Tese	Apropriação da terra e do crédito público pelas elites campeiras meridionais
Andreatta	Estado do RS	2009	Tese	Heterogeneidade dos pecuaristas, dos estabelecimentos e do espaço agrário
Chelotti	Sudoeste/ Campanha, RS	2009	Tese	(Re)configurações territoriais entre espaço latifundiário e assentamentos rurais
Ribeiro	Campanha, RS - Bagé, Dom Pedrito, Quaraí	2009	Tese	Bovinocultura de corte praticada em pequenas áreas por pecuaristas familiares

**Quadro 01** – Continuação.

Benetti	Estado do RS - Metade Norte e Metade Sul	2010	Capítulo de livro	Transformações no agronegócio gaúcho em suas articulações com mercados externos
Cargnin	Metade Sul do RS	2011	Tese	Políticas públicas federais e estaduais entre 1998 e 2006 voltadas a reduzir desigualdades regionais
Piccin	Estado do RS - São Gabriel	2012	Tese	Estratégias de reprodução social do patronato estancieiro
Viana	Estado do RS e Uruguai	2012	Tese	Impactos da crise internacional da lã de 1990/1991 na configuração do setor ovino
Matte	Bagé, Dom Pedrito e Pinheiro Machado, RS	2017	Tese	Tipos de mercados e canais de comercialização na pecuária familiar
Silveira	Região das Missões, RS	2018	Tese	Graus de mercantilização da bovinocultura de corte e comoditização da produção rural
Hanauer	São Gabriel, RS	2019	Dissertação	Transformações agrárias e força de trabalho rural
Moreira	Estado do RS - Dom Pedrito	2019	Dissertação	Mudanças na matriz produtiva e nos sistemas de produção de bovinos
Monteblanco	Sudoeste do RS, bacia do rio Quaraí	2021	Tese	Contingências entre paisagens pastoris remanescentes do bioma Pampa e avanço do sistema técnico-sojeiro
Kenne	Metade Sul do RS	2022	Dissertação	Reestruturação produtiva nos mercados agropecuários

**Fonte:** elaborado pelo autor.

(2) A análise bibliográfica foi complementada com o levantamento de dados em fontes censitárias e de pesquisa agropecuária. O segundo objetivo específico da tese, no que se refere a subsidiar as discussões sobre a terra e a bovinocultura de corte, é baseado especialmente em dados sobre a matriz produtiva e a base técnica da pecuária de corte do Sudoeste rio-grandense, das seguintes fontes: IBGE, Consultoria FNP, ComexStat, Emater-RS e NESPro/UFRGS.

Os dados do IBGE referem-se aos Censos Agropecuários, nas edições de 1975, 1985, 1995-1996, 2006 e 2017, além da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) e da Produção Agrícola Municipal (PAM) que abrangem o período de 1974-2021. Os dados estão disponíveis de forma eletrônica e podem ser tabulados por meio da plataforma Sidra/IBGE,

com exceção dos Censos anteriores a 1995/1996, cuja publicação e tabulações estão disponíveis em arquivo PDF. Ambas as fontes são desagregáveis em municípios. Tendo em vista que a agregação em escala de mesorregião Sudoeste rio-grandense foi formulada oficialmente na década de 1990, as informações do período anterior encontravam-se em outro enquadramento. Para equacionar um mesmo conjunto de municípios ao longo de todo o período, os dados foram tabulados e recontados utilizando o programa LibreOffice Calc.

A análise dos Censos Agropecuários objetiva estratificar os estabelecimentos pecuaristas de acordo com o tamanho dos rebanhos e o tamanho das áreas utilizadas, bem como em relação à importância da condição dos produtores em relação às terras e aos grupos de atividade econômica. Os principais dados obtidos diretamente ou produzidos a partir dos Censos, de acordo com a disponibilidade em cada edição, foram: utilização das terras (lavouras, pastagens naturais/ cultivadas e outros usos) (todas edições); distribuição da terra de acordo com a condição do produtor em relação às terras (todas edições), grupos de área total (todas edições) e grupos de atividade econômica (2017); número de cabeças em relação à área não cultivada com lavouras de verão/inverno (todas edições); despesas dos estabelecimentos agropecuários dos grupos de atividade econômica 'Pecuária e criação de outros animais' e 'Produção de lavoura temporária' (2006 e 2017); proporção de matrizes (novilhas e vacas com 02 ou mais anos) no rebanho (2017).

A principal limitação envolvendo essa fonte são os problemas de equivalência na comparação dos diferentes censos, na medida em que os de 1975, 1985 e 2006 são baseados no ano civil, enquanto os de 1995-6 (ago. 1995 a jul. 1996) e 2017 (out. 2016 a set. 2017) no ano agrícola. De acordo com Mielitz Netto (1994) isso implica no fato de que em 31 de dezembro (data de referência em todos os censos, exceto 2017) os rebanhos estão dilatados pela presença tanto dos animais nascidos na primavera como dos que serão abatidos ao final do verão. É necessário ter em conta a dinâmica sazonal predominante nos sistemas produtivos da pecuária ao longo do tempo, a fim de objetivar como a data e o período de referência das pesquisas captura as sazonalidades do efetivo bovino.

Somadas às considerações já feitas sobre os Censos, fazem-se pertinentes observações sobre a confiabilidade de alguns dados da PPM. Argumentam nesse sentido Mielitz Netto (1994) e a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) - por meio de sócio-diretor da empresa responsável pelos dados publicados em relatórios da organização<sup>10</sup> - onde afirmam que os dados da PPM podem ser inflados na medida em que muitos pecuaristas informam animais já abatidos em suas declarações de estoque, de modo a manter uma taxa de lotação artificial contra possíveis intervenções desapropriatórias do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Nesse sentido, conforme explicado no Capítulo IV, a análise identificou e recalculou algumas variações extraordinárias que não possuíam correspondência com os Censos ou com qualquer evidência concreta de elevação substancial do rebanho. Vale ainda salientar que, conforme indicado por diferentes informantes a campo (bancários, pecuaristas, sindicato patronal, corretores), o rebanho declarado na ficha de animais vacinados recolhida pela inspetoria veterinária (e utilizado na PPM) é superdimensionado, na medida em que este documento é utilizado como lastro na obtenção de financiamento, cujo limite máximo é calculado em termos de Reais por cabeça declarada.

Os dados da PPM referentes ao rebanho e da PAM referentes às lavouras temporárias foram eventualmente comparados em escala estadual às informações do Anuário da Pecuária Brasileira (Anualpec) e do Anuário da Agricultura Brasileira (Agrianual), os quais são atualmente compilados pela empresa IHS Markit<sup>11</sup> (cuja unidade local é a Consultoria

---

10 *Afinal, qual é o tamanho do rebanho bovino?* (Valor, 10/09/2021).

11 Para se ter ideia da importância que as empresas especializadas em dados têm assumido no atual contexto do "capitalismo de vigilância", como o define Shoshana Zuboff (2019), observe-se que a empresa IHS

IEG/FNP, atuante no mercado brasileiro desde 1989) com relatórios publicados anualmente desde 1994 e 1997, respectivamente, disponíveis em acervos de biblioteca pública e/ou grupo de pesquisa e/ou pessoal (a depender da edição). No Anualpec e Agrianual foram obtidas informações complementares sobre o balanço do complexo da carne bovina no Brasil, além de avaliações de conjuntura feitas por seus analistas referentes a subsetores específicos da agropecuária.

A principal referência utilizada para caracterizar as reconfigurações em termos da renda capitalizada da terra foram as publicações da IHS Markit (antes IEG/FNP ou Consultoria FNP) sobre os preços da terra, com dados consultados entre 2003 e 2022. O acesso a essas informações deu-se através dos Anuários da Agricultura Brasileira (Agrianual), de periodicidade anual, e/ou dos Relatórios de Análise de Terras, de periodicidade bimestral e semestral, conforme disponibilidade em acervos de biblioteca pública e/ou grupo de pesquisa e/ou pessoal (a depender da edição). A empresa obtém dados junto de imobiliárias rurais e outros informantes em 133 microrregiões homogêneas do país, o que, para fins desta pesquisa, inclui as seguintes microrregiões, municípios e tipos de atividade: a) Fronteira Oeste: Uruguaiana (Arroz, Pastagem nativa); b) Depressão Central/Fronteira Oeste: São Gabriel/São Borja (Arroz, Grãos/sequeiro, Pastagem nativa); c) Campanha Meridional: Bagé (Arroz, Grãos/sequeiro, Pastagem nativa)<sup>12</sup>.

As informações sobre a produção estadual de bovinos e carnes, registradas oficialmente, foram obtidas na Pesquisa Trimestral do Abate de Animais do IBGE e nos compilados do Observatório Gaúcho da Carne no que se refere às movimentações do rebanho registrados por Guias de Trânsito de Animais (GTA) emitidas pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do RS. A incidência de abates não fiscalizados ou clandestinos é uma variável que pesa sobre os resultados oficiais que representam apenas os abates e movimentações com registro/fiscalização. Portanto, além de considerar as variações sazonais nos dados dos Censos e as declarações de animais já abatidos na PPM, também é necessário equacionar os abates não fiscalizados. É válida a orientação usada para construir as tabelas da Anualpec, onde os dados do IBGE são cruzados com informações da produção e exportação nacional de couros conforme o Centro das Indústrias de Curtume do Brasil (CICB), além das exportações de carne registradas pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e convertidas adequadamente para o equivalente carcaça, a fim de atenuar sobretudo a subestimação contida nos dados oficiais do rebanho abatido (NEHMI FILHO, 2004).

A inserção externa da produção de carne bovina é de especial importância para caracterizar os mercados que são alcançados pela produção da mesorregião Sudoeste rio-grandense. Algumas informações aproximativas foram obtidas por meio da plataforma ComexStat, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço, contendo dados mensais e anuais de exportações de carnes desde 1997, os quais podem ser desagregadas no máximo

---

Markit foi adquirida em 2020 pela S&P Global, por US\$ 44 bilhões, em um processo de fusão entre duas das maiores empresas provedoras de dados financeiros de Wall Street. Fonte: *S&P Global anuncia compra da IHS Markit em negócio de US\$ 44 bilhões* (CNN Brasil, 30/11/2020).

12 Outra possibilidade inicialmente considerada foi a utilização dos dados sobre preço da terra e do arrendamento que são sistematizados pelo Inkra (Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais). Contudo, devido às limitações do pesquisador em equacionar ambos os bancos de dados, somado à intermitência nas publicações da pesquisa do Inkra após 2011, esta fonte foi descartada para a tese. A diferença entre as pesquisas da IHS Markit (Consultoria FNP) e do Inkra foi analisada por Santos (2017), que avalia as razões de discrepâncias entre essas fontes. O Inkra faz amostras anuais e suas médias se balizam em método estatístico para estabelecer um intervalo de confiança de 80% em torno do valor central da estimativa, além de vistorias em imóveis. A IHS Markit faz levantamentos bimestrais por telefone com agentes de cada microrregião envolvidos com a agropecuária (mais de 300 informantes envolvendo bancos, imobiliárias, federação de agricultores, institutos de pesquisas e fazendeiros e outros), porém não há vistoria local pela empresa e o tratamento de valores máximos e mínimos não tem a mesma consistência estatística (SANTOS, 2017).

em nível estadual. A atenção voltou-se para o incremento, os destinos e os tipos (in natura, industrializada, miúdos, tripas e salgados) de carne bovina exportada, em relação aos movimentos de capitais industriais e financeiros na aquisição, reforma e aluguel de frigoríficos para abate e processamento de produtos de origem bovina.

O compilado trimestral de informações sobre a pecuária bovina do RS, publicado desde jul./set. 2021 pelo Núcleo de Estudos em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva (NESPro) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), assim como as notas técnicas divulgadas pela mesma instituição, foram uma valiosa referência para dados de preços, abates, nascimentos, exportações, estoque (por categoria), movimentação de animais vivos, balança comercial e comércio interno da carne no RS, entre outros temas de cunho técnico, como as estratégias sanitárias, alimentares, genéticas, de gestão e negociação.

Adicionalmente, os dados de preços pagos ao produtor pelo quilograma do boi gordo no Rio Grande do Sul, de 1977 a 2022, foram obtidos com base nos registros históricos da Emater-RS, em R\$ por Kg, deflacionados pelo índice IGP-DI que mede as oscilações de preços que afetam as atividades econômicas do país, excluídas as exportações, calculando uma média ponderada do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), Índice de Preços no Atacado (IPA) e do Índice de Nacional de Custo da Construção.

Em suma, a análise combinou fontes estatísticas oficiais (IBGE, Comex Stat, Emater-RS, Observatório Gaúcho da Carne), do setor privado (IEG/FNP, Abiec, Scot Consultoria, MapBiomias), acadêmicas (Nespro/Ufrgs) e de organismos internacionais (FAO); artigos e notícias disponíveis online (revista Agroanalysis, jornal Zero Hora, jornal Correio do Povo, etc.), em anuários (Anualpec e Agriannual, da IEG/FNP), em portais institucionais (Embrapa, Nespro/Ufrgs) e em transmissões ao vivo (canal Youtube do Senar-RS); assim como a literatura acadêmica obtida em consultas não sistemáticas a repositórios (portal Capes, google acadêmico, Scielo) e aos anais das Jornadas do Nespro/Ufrgs.

(3) Além do balanço de informações com base na bibliografia e nas fontes secundárias de pesquisa agropecuária, a presente tese nutriu-se de entrevistas e observação direta no município de São Gabriel. O trabalho de campo contribuiu sobretudo com o terceiro objetivo específico, que se refere a analisar posições e oposições sociais no momento presente de reconfigurações na economia estancieira em relação ao seu padrão de acumulação. O intuito com essas informações obtidas a campo foi qualificar a análise de trajetórias e significações sociais representativas das novas dinâmicas de diferenciação social entre estancieiros. Envolvem elementos patrimoniais e produtivos, assim como do reposicionamento desse setor na cadeia produtiva da carne bovina e na estrutura fundiária, a fim de objetivar suas mediações com os pactos de economia política na agricultura brasileira.

O trabalho de campo realizado em São Gabriel consistiu em três viagens para o município realizadas entre novembro de 2021 e dezembro de 2022. Em primeiro lugar, a escolha por essa localidade se deve ao vínculo prévio de formação acadêmica, vivência pessoal e pesquisa científica, conforme comentado anteriormente. A acumulação de relações pessoais e contatos feitos em investigações anteriores foi considerada uma vantagem para aproveitar de melhor maneira possível o tempo e os recursos disponíveis. Em segundo lugar, o município representa um dos principais polos de avanço dos cultivos de soja no âmbito da região Sudoeste do estado, além da marcante redução do efetivo bovino possuído pelos estabelecimentos especializados em pecuária com mais de 1.000 hectares (IBGE, 2019). Esses fatores fizeram com que a localidade fosse aqui considerada um caso exemplar sob o intuito de avaliar as mudanças agrárias dos últimos trinta e cinco anos.

Por mais que as experiências anteriores de pesquisa e os contatos pessoais em São Gabriel fossem uma potencial entrada na pesquisa de campo, não necessariamente representavam uma porta de acesso ao setor social que esta pesquisa de tese objetiva. Ou seja,

as redes de relações sociais e os meios de interconhecimento com os quais estava familiarizado não necessariamente abriam portas para dialogar com estancieiros. As considerações de Beaud e Weber (2007), sobre a negociação prévia do lugar do pesquisador no trabalho de campo, indicam que devem ser avaliados detalhes como a linguagem, o momento e os mediadores pelos quais se ocupa espaços e se cria contatos, na medida em que podem influenciar nas condições de produção dos dados.

Os trabalhos de campo realizados por Piccin (2012) e Costa (2019) expressam esse desafio no que se refere às mediações que foram necessárias para entrevistar famílias estancieiras e lideranças sindicais patronais, respectivamente, partindo de uma condição na qual não existiam vínculos pessoais prévios com tais agentes. Para ambos os autores foram valiosas as sugestões e mediações de uma ou mais pessoas/famílias do meio pesquisado que se identificaram com o pesquisador e se dispuseram a colaborar. Além disso, a assimilação de certos princípios pessoais de tratamento tal como o pronome “doutor”, a formação em ciências agrárias e/ou em língua estrangeira, assim como o conhecimento erudito sobre fatos históricos e/ou familiares e/ou políticos foram apreciados pelos interlocutores de modo a legitimar os pesquisadores.

Na presente pesquisa, a primeira estratégia de ingresso no meio de interconhecimento foi acionada em novembro de 2021, ao longo de cinco dias, com o intuito de abordar representantes institucionais, considerando que os mesmos poderiam indicar outros contatos. Foram entrevistados com roteiro semiestruturado os gerentes de uma cooperativa patronal, do sindicato dos trabalhadores rurais e de órgãos públicos ligados à agropecuária (FGTAS/Sine e Emater). Tendo em conta a mudança no objeto de estudo que estava em curso, naquele momento não havia total clareza sobre as ênfases do objeto de pesquisa, de modo que as entrevistas tinham um sentido exploratório e mesclavam elementos sobre produtos agropecuários, pecuária de corte e trabalho rural. O saldo dessa primeira tentativa foi a familiarização com temas quentes sob o ponto de vista dos patrões, tal como a integração lavoura-pecuária, a elevação nos preços do gado e das terras, o incremento acelerado das áreas com soja, assim como o chamado “apagão de mão de obra” – temas que são em alguma medida abordados no decorrer da tese.

No entanto, a primeira investida não foi efetiva na abertura de novos contatos para a continuidade do trabalho de campo. Foram agendadas outras entrevistas com atores institucionais, tal como prefeitura e sindicatos, porém as já realizadas não abriam novas indicações. Com o amadurecimento do objeto de estudo ao longo de 2022 ficou mais nítido que o enfoque seria sobre reconfigurações na economia estancieira, envolvendo terras e bovinocultura de corte, principalmente – além de questões trabalhistas, consideradas com mais centralidade naquele momento. Além disso, optou-se por utilizar mais diretamente os contatos pessoais a fim de conseguir aproximações com os interlocutores desejados.

Desse modo, ao longo de quinze dias, em setembro de 2022, foi realizado o segundo e mais valioso momento do trabalho de campo. Três flancos se abriram naquele momento para constituir entrevistas: a) contatos pessoais, b) contatos institucionais, c) contatos construídos nas situações de observação direta.

A) a primeira porta de entrada para construir entrevistas com o meio estancieiro foi através de um ex-colega de trabalho que temporariamente se ocupou em uma estância durante a fase de quarentena da pandemia de Covid-19, em meados de 2020. Esse contato foi fundamental para intermediar entrevistas com um estancieiro, trabalhadores campeiros e um corretor de negócios rurais.

B) os contatos institucionais foram mais frutíferos na segunda etapa do trabalho de campo, talvez porque a qualidade na condução das entrevistas foi mais convincente ou porque casualmente os interlocutores se mostraram mais interessados em colaborar. Das entrevistas

realizadas na prefeitura, na Emater e no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação decorreram indicações para falar com comerciantes agropecuários, empreiteiros, lavoureiros e trabalhadores de frigoríficos.

C) as mais surpreendentes e inesperadas interlocuções decorreram de minha estadia em um hotel, no qual acabei descobrindo que circulavam diariamente vários hóspedes e visitantes ocasionais que ocupavam diversificadas posições nos mercados agropecuários. Naquele estabelecimento combinaram-se dois eventos de grande relevância. O primeiro deles é que um de seus funcionários era meu conhecido de longa data. Ao saber de minha pesquisa, apresentou-me para interlocutores que julgou serem valiosos, tal como negociadores de produtos agropecuários, de terras e de carnes, além de proprietários, empresários agropecuários e prestadores de serviços técnicos.

Nem todos os hóspedes que frequentavam o local e possuíam afinidade com o tema da pesquisa tiveram disponibilidade para entrevista ou brecha de tempo livre para que se estabelecesse algum diálogo. Porém, um desses agentes interessou-se em minhas pesquisas e se dispôs a compartilhar seus conhecimentos e contatos em uma série de conversas durante a estadia. Sua trajetória como descendente de estancieiros, com formação em ciências agrárias e longa experiência estadual e internacional nos mercados agropecuários o qualificava no sentido de informações, debates, fontes de dados e contatos para entrevistas.

Tendo em vista as mediações que se desenvolveram ao longo do trabalho de campo, vale fazer algumas considerações sobre as três situações de observação direta que ocorreram: a) hotel, b) casas comerciais agropecuárias, c) escritórios de negócios rurais. Como ponto de partida, não havia inicialmente intenção de tratar desses espaços como locais de observação direta em caráter sistemático, isto é, para o qual o pesquisador elabora um plano de observação que contemple informações prévias e grades de análise sobre o evento, as interações e seu contexto mais geral (BEAUD; WEBER, 2007). No entanto, minha presença naqueles locais estava munida com premissas gerais do ofício de cientista social, isto é, de que as interações não ocorrem em um vazio. A tarefa de investigação envolve tratar os fatos sociais como “coisas”, ou seja, tendo a “atitude mental” de “construir” objetos de pesquisa em um exercício de abdicção do espontaneísmo, do empirismo, do essencialismo e dos modelos a priori (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010).

Portanto, em paralelo às contínuas negociações que atravessavam a inserção do pesquisador no meio de interconhecimento, o envolvimento com situações não planejadas de observação direta não poderia ficar de fora do rol de elementos sob atenção. No decorrer da tese são apresentadas algumas informações sobre chavões, fofocas, elogios e desprezos que apareciam nas salas de espera de escritórios rurais, nas rodas de chimarrão entre atendentes e clientes de lojas agropecuárias, nas conversas entre hóspedes do hotel ou mesmo nas entrevistas ou conversas mais demoradas que decorriam dessas interações. Estas subjetividades contribuíram para ilustrar encadeamentos mais amplos de relações entre as posições na estrutura agrária. Seu registro consistiu em anotações em um pequeno caderno e/ou no smartphone, geralmente tomadas imediatamente após as situações de observação.

Feita essa apresentação das condições gerais de negociação e produção de informações no trabalho de campo, cabem algumas considerações sobre as entrevistas. Ao longo das idas e vindas à São Gabriel, foram realizadas 19 entrevistas com o setor patronal e institucional (incluindo seis estancieiros e um lavoureiro), e mais três com pecuaristas familiares e quatro com trabalhadores de estâncias. As ocupações funcionais que estão incluídas nessas 19 entrevistas são: estancieiros (tipos: ciclo completo, cria, recria/engorda); lavoureiro (com rebanho de engorda); comerciante agropecuarista; gestor de frigorífico; corretor de imóveis rurais; corretor de negócios rurais (gado); técnicos da Emater; coordenador de agência FGTAS/Sine; gestor de cooperativa patronal; presidente de sindicato rural; presidente de



sindicato de trabalhadores rurais; presidente de sindicato dos trabalhadores das indústrias da alimentação; bancários que operam contratos em agropecuária; gestor da secretaria municipal do desenvolvimento rural; comprador/vendedor regional de carnes; empresário com investimentos em terras rurais; coordenação da inspetoria veterinária; empreiteiro de trabalhadores rurais.

A entrevista seguia um roteiro semiestruturado que abordava os seguintes elementos: história pessoal/familiar em relação ao patrimônio fundiário, formação escolar e cargos ocupados; mudanças/permanências na unidade de produção; estratégias produtivas atuais com bovinocultura e/ou agricultura, considerando parceria e arrendamento; formas de utilização de campos nativos, pastagens cultivadas e suplementação alimentar; comportamento econômico diante da baixa nos preços (que era um tema quente no segundo semestre de 2022); formas de comercialização da produção; combinação entre lavoura e pecuária, atividade própria e arrendamento; formas de recrutamento e remuneração da força de trabalho.

Os roteiros das entrevistas envolvendo pessoas ligadas aos mercados agropecuários, que não fossem estancieiros e/ou lavoureiros, passavam por adaptações prévias das questões, onde parte delas era adequada, retirada ou substituída a depender da interlocução (comércio, corretagem, bancos, abatedouros/frigoríficos, órgãos públicos). No entanto, em algumas dessas situações, percebia-se ao longo da conversa que, para além da referida ocupação funcional, o/a interlocutor/a também era pecuarista ou proprietário rural, de modo que as questões do roteiro original eram, na medida do possível, trazidas ao diálogo.

A apresentação pessoal conduzida no início das entrevistas foi positivamente acolhida pelos interlocutores. Enfatizou o vínculo prévio com o município, a condição atual de estudante da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, assim como a realização de uma pesquisa em nível de pós-graduação com o enfoque nas transformações da pecuária e das estâncias nos últimos 30 a 40 anos. Uma ferramenta que induzia fluidez no início dos diálogos eram comparações sobre “como era antes e como é hoje”, envolvendo elementos técnicos, econômicos e dos grupos sociais agropecuários e agroindustriais. Seguindo a dica de um entrevistado, um aspecto valorizado pelos interlocutores seriam amostras de domínio sobre estatísticas agropecuárias. Passei então a decorar alguns dados e a utilizar folhas impressas com tabelas e gráficos de preços e estoque bovino para auxiliar nas indagações. Esse embasamento valorizava minha posição no diálogo, onde por vezes era visto como uma espécie de técnico naqueles assuntos.

Sempre que possível, as entrevistas foram gravadas. Isso geralmente ocorria quando existia indicação prévia para o contato entre pesquisador e interlocutor, o que resultava em confiança mútua para que a gravação fosse conduzida sem constrangimentos. Sempre que a entrevista fosse gravada, fazia-se questão de evidenciar ao interlocutor que suas informações pessoais não seriam explicitadas. Nos casos em que não se considerava viável sugerir a gravação, procedeu-se com uma escuta atenta e anotações episódicas em caderno de campo, seguida de anotações aprofundadas assim que a interlocução terminava.

Por fim, a terceira fase do trabalho de campo foi realizada ao longo de sete dias em dezembro de 2022 e teve o intuito de realizar entrevistas que foram combinadas previamente, porém não couberam na agenda da viagem anterior ao município.

No balanço realizado após essa última fase do trabalho de campo, considerei que a realização das dezenove entrevistas envolvendo o setor patronal e representantes institucionais, assim como as situações de observação direta, foi exitosa no sentido de incluir setores diversos que compõem os negócios rurais e a cadeia produtiva na qual a economia estancieira se insere. Abordamos desde o setor bancário, passando pelos fornecedores de insumos, corretores de negócios, compradores e gestores de frigoríficos, até funcionários de órgãos públicos municipais e estaduais, além de pecuaristas familiares, lavoureiros e

trabalhadores rurais. Esse mapeamento amplo de agentes auxilia na compreensão mais geral das posições e oposições sociais, ainda que o enfoque dessa pesquisa recaia sobre os estancieiros.

Por outro lado, o levantamento não foi totalmente satisfatório em termos de esgotar o conjunto de posições e trajetórias sociais internas ao rol estancieiro, além de ser restrito tão somente ao município de São Gabriel. Embora as principais tendências envolvendo as reconfigurações da economia estancieira tenham sido atendidas pelas entrevistas realizadas, seria válido indagar mais agentes em mais localidades, de modo a incluir situações como as de falência por endividamento, arrendamento de todo o imóvel rural em estabelecimentos com mais de 1.000 ha, reconversões exitosas de estancieiros em direção à lavoura em larga escala, além de outras combinações de sistemas produtivos como a recria isolada e as cabanhas de gado reprodutor. Embora tenha chegado indiretamente a informações sobre outras trajetórias sociais, sistemas de produção e territórios pecuaristas, as entrevistas com esses agentes serão válidas para outros investimentos de pesquisa que pretendam ampliar a análise dos fenômenos em questão.

Desse modo, tendo em vista a abrangência alcançada nas entrevistas e observações efetivadas, assim como sua adequação enquanto fonte complementar aos dados secundários e bibliográficos na construção da tese, deu-se por encerrado o levantamento de informações para que se pudesse dedicar tempo na transcrição e análise do material obtido.

### **Questões norteadoras e estrutura da tese**

Nesta seção apresentam-se as questões norteadoras que atravessam os quatro capítulos e constituem a estrutura argumentativa da tese.

1) A primeira questão é: em que consistia o arranjo de economia e política estancieiro entre 1940-1990 em termos de capitais possuídos, rendas e lucros auferidos, relações de produção na pecuária de corte, cálculo econômico sobre o efetivo pecuário, graus de controle sobre a cadeia produtiva e apropriação de fundos públicos?

Dessa questão decorre o Capítulo I, que trata do padrão de acumulação da economia estancieira formado ao longo do século XX em um contexto internacional de maiores margens de manobra dos países de economia dependente a fim de construir políticas desenvolvimentistas. Parte dessas nações registrou incrementos na atividade industrial, na massa salarial e, conseqüentemente, no consumo de proteína animal. O capítulo aborda as relações de estancieiros com processos como a industrialização e a modernização conservadora na economia brasileira, a internacionalização de economias nacionais e a reestruturação do setor agroalimentar mundial no final do século XX.

Na segunda metade do capítulo a escrita é conduzida no sentido de abordar as principais controvérsias na literatura que analisa a crise de acumulação da economia estancieira entre meados das décadas de 1980 e de 1990. Procurou-se argumentar sobre as seguintes questões: a) em que momento do século XX começa a crise de acumulação da economia estancieira que tem seus traços mais agudos durante a década de 1990? b) o que as categorias de “pecuaristas” e “estancieiros” trazem de diferencial na análise dos processos de acumulação no patronato rural? c) qual papel teve o crédito público enquanto instrumento idealizado sob o ponto de vista do Estado para modernizar a produção agropecuária diante de um patronato rural que combina o lucro, a renda da terra e outras estratégias de reprodução social?

Feita a discussão sobre essas questões, o Capítulo I é concluído com uma proposta de desenvolvimento conceitual para analisar as reconfigurações da economia estancieira em meio às transições nos pactos nacionais de economia e política.

2) A segunda questão é: sob que condições se dá o avanço dos lavoureiros, dos cultivos de soja e dos investimentos nacionais e estrangeiros em silvicultura nos anos 2000 sobre uma região de ocupação agropecuária antiga, isto é, uma fronteira agrícola que já tinha donos estancieiros no papel?

Essa questão abre o Capítulo II, no qual objetivou-se correlacionar economia estancieira e pacto do agronegócio no século XXI. Ou seja, os investimentos, as articulações políticas, os fundos públicos e as legislações que possibilitaram a reconversão de campos nativos em cultivos agrícolas, assim como o acoplamento de estancieiros e lavoureiros com as orientações macroeconômicas primário-exportadoras (DELGADO, 2012) no contexto internacional de liberalização dos mercados agroalimentares (BERNSTEIN, 2011).

Em meio a mudanças estruturais, são apresentados os elementos de disputa política envolvendo ruptura ou conservação da coalizão social hegemônica sobre os mercados agropecuários regionais. Por um lado, considerando os questionamentos civis e dos movimentos sociais que se direcionavam para a concentrada estrutura fundiária, a especialização produtiva e a desigualdade social. Por outro, envolvendo os ajustamentos internos no patronato rural que enfrentava contradições objetivas e diferenciais de poder em torno da ascensão dos lavoureiros de soja (COSTA, 2019; KENNE, 2022).

O capítulo também enfatiza as reconfigurações envolvendo a utilização das terras, onde são analisadas variáveis biofísicas e processos econômicos que influenciaram espacialmente e temporalmente na distribuição do avanço agrícola, isto é, em quais terras (de coxilha, de várzea, solos rasos, solos profundos e etc.) e em que conjunturas se expressam distintas expectativas de rendimento sobre o controle direto e indireto do solo. Também são feitos apontamentos sobre o fenômeno das pastagens de inverno que eleva-se consideravelmente na medida em que avança o cultivo estival de soja na região, principalmente na década de 2010.

Nas duas seções restantes a análise é direcionada para a estrutura fundiária e o mercado de terras. O primeiro aspecto é abordado no que se refere às condições de propriedade e posse da terra sob as quais acontece o avanço agrícola e a retração dos campos, diferenciando grupos de atividade econômica mais voltados à pecuária ou à lavoura temporária. Procura-se argumentar sobre como as áreas de agricultura, de silvicultura e de assentamentos rurais impactaram a estrutura fundiária.

O segundo aspecto envolve reflexões sobre três questões: a) a clássica diferenciação entre arrendatários lavoureiros e proprietários estancieiros, observada pela literatura sobre a agricultura arrozeira do RS (BESKOW, 1986), ainda teria correspondência diante das mudanças mais recentes envolvendo lavouras de soja, de arroz e eucaliptos? b) em que medida a corrida global por terras (FLEXOR; LEITE, 2017) faz-se presente no Sudoeste rio-grandense e quais são as condicionantes para as estratégias de apropriação de renda capitalizada da terra e de lucro da produção agropecuária envolvendo velhos e novos agentes que disputam esses mercados? c) quais são as dinâmicas que favorecem e/ou limitam o arrendamento e a compra/venda de terras envolvendo estancieiros?

3) Feito esse primeiro conjunto de reflexões sobre transições na economia estancieira diante de mudanças estruturais nos mercados agropecuários, a terceira questão norteadora vai considerar mais especificamente a bovinocultura de corte brasileira e gaúcha em longa duração (1978-2022), considerando a travessia de um cenário de endividamento externo e ajustamentos estruturais da economia brasileira em direção à especialização regressiva de sua pauta exportadora (DELGADO, 2012; PAULANI, 2017).

A questão é: como os processos de liberalização de mercados agrícolas e alimentares, o reposicionamento externo do país no mercado de carne vermelha, a concentração da indústria frigorífica nacional, assim como as contradições sociais e ambientais na produção de

carnes impactaram na economia estancieira em termos de sua participação na cadeia produtiva da bovinocultura de corte brasileira desde a fase de criação até o abate e a distribuição?

Com relevante atenção para os mercados pecuários nacionais, o Capítulo III analisa as principais dinâmicas internacionais, regionais, zootécnicas e ambientais na pecuária bovina de corte brasileira que demarcam seu reposicionamento externo na produção de carne vermelha a partir de 1997. Os ciclos de preços do boi gordo e as flutuações no estoque bovino são utilizados como referenciais de análise de três períodos: a) 1978-1996, crise da dívida externa e instabilidades políticas; b) 1997-2013, reposicionamento brasileiro enquanto exportador de carne vermelha; c) 2014-2022, crescimento das exportações ao mercado chinês.

Um série de questões subsidiam diálogos entre elementos da pecuária nacional e da economia estancieira: a) como os estancieiros reagiram durante a estagnação nos mercados agropecuários brasileiros entre meados das décadas de 1980 e de 1990 no que se refere à gestão de seu patrimônio pecuário e frigorífico? b) a escala produtiva atualmente operada pelos estabelecimentos pecuaristas no Centro-Oeste e Norte do país é superior à observada no Sudoeste rio-grandense? c) o processo de concentração no setor de abate e processamento de bovinos nas empresas “campeãs nacionais” (SANTOS, 2015) teve repercussões sobre o mercado de carnes no Rio Grande do Sul? d) o contexto de expansão acelerada dos cultivos de soja estaria produzindo efeitos estruturais sobre a composição do rebanho bovino e a sazonalidade na oferta de carne vermelha no RS?

4) Considerando as aproximações sucessivas dos capítulos anteriores no que se refere aos padrões históricos de acumulação na economia estancieira, os ajustes na matriz produtiva do Sudoeste rio-grandense e os novos contornos da cadeia produtiva nacional da pecuária de corte, a quarta questão se aprofunda no que se refere à criação de gado e à apropriação de renda da terra pelos estancieiros: quais são as rupturas e continuidades que a bovinocultura de corte passa a ter para a economia estancieira em um contexto de forte elevação da renda fundiária e de reposicionamento externo brasileiro no mercado de carne vermelha a partir dos anos 2000?

Nesse sentido, o Capítulo IV faz um esforço para caracterizar o novo padrão de acumulação da economia estancieira que se desenha em relação às mudanças estruturais nos mercados agropecuários entre o final do século XX e o início do século XXI. Se até a década de 1980 os estancieiros tinham controle praticamente monopolista sobre as terras e o rebanho pecuário do Sudoeste rio-grandense, assim como uma capacidade institucional de influenciar os preços no mercado estadual de carnes (BENETTI, 1994; PICCIN, 2021), o novo arranjo de condições econômicas nos anos 2000 impõe ajustes: menor influência sobre os preços pagos ao produtor, maior vinculação ao regime concorrencial de preços na pecuária e significativa elevação nos custos para incrementar extensivamente o rebanho.

Desse modo, a análise considera aspectos relacionados com os efeitos da expansão das lavouras sobre as áreas campestres. Diante das possibilidades de encolhimento ou de intensificação que se apresentam para a bovinocultura de corte em decorrência de redução da superfície disponível (CAPDEVIELLE, 2020), argumenta-se sobre: a) as relações de produção que caracterizam o estágio atual de reconfigurações na bovinocultura de corte; b) a complementaridade e competição entre lavouras e pecuária na utilização das terras com aptidão agrícola; c) os efeitos do avanço da lavoura temporária sobre a distribuição do rebanho bovino considerando municípios com características de solos distintas.

Outra chave de leitura se refere à concentração do rebanho bovino, onde pode se alterar ao longo do tempo a distribuição do efetivo em relação ao tamanho dos estabelecimentos e sua especialidade produtiva. Isto é, diante dos dados censitários e das entrevistas no trabalho de campo, a questão que não quer calar é se os grandes

estabelecimentos estancieiros especializados em pecuária estariam perdendo importância no controle do efetivo bovino. Isso nos leva às questões de diferenciação interna entre estancieiros, onde as estratégias de arrendar totalmente ou apenas parcialmente as suas terras estaria produzindo estilos patrimoniais e produtivos diferenciados no interior dessa fração da burguesia agrária.

A questão sobre novas posições e oposições sociais (HEREDIA, PALMEIRA, LEITE, 2010) não é analisada somente do ponto de vista das estratégias de viés mais rentista ou pecuarista no âmbito das diferenciações estancieiras, mas também as que envolvem as novas relações de associação e conflito entre os lavoureiros e os estancieiros. É nesse aspecto que a presente pesquisa problematiza a caída em desuso da categoria ‘estancieiro’ na medida em que ela representa uma potencial alternativa analítica ao conceito mais genérico de pecuarista, considerando diferentes escalas de patrimônio fundiário. O problema conceitual se resume em uma questão: em que medida podemos dizer que o conjunto dos pecuaristas de corte (familiares e patronais), ou mais decididamente as suas frações estancieiras, estão se tornando sócios dos lavoureiros de soja?

A temática das relações sociais de produção provoca reflexões sobre o mundo do trabalho rural, no sentido de que a redução dos custos monetários com a força de trabalho tende a ser transversal nos diferentes padrões de acumulação historicamente articulados pela economia estancieira (BORNHOLDT, 2010; ZANELLA et al., 2019). Nos últimos 35 anos uma série de mudanças estruturais na sociedade brasileira impactaram o recrutamento da força de trabalho por esse patronato. Como decorrência da abertura democrática na década de 1980 se abriram maiores margens de manobra para a judicialização de causas trabalhistas por empregados campeiros a partir de 1990, assim como melhorias em mobilidade social e laboral para os trabalhadores do Sudoeste rio-grandense nas décadas de 1990 e 2000 (PICCIN, 2021). A presente pesquisa de tese argumenta que o chamado “apagão de mão de obra” na pecuária de corte – reconhecido nos meios zootécnicos e empresariais enquanto reduzida oferta de trabalhadores munidos de saberes tácitos em bovinocultura (NESPRO, 2023) – estaria associado com a perda de competitividade dos salários pagos pela economia estancieira, esta também relacionada com sua estratégia de supressão dos custos monetários fixos.

Por fim, mas não menos importante, a investigação prossegue com base em resultados de pesquisa sobre a redução no efetivo bovino e o incremento nas despesas da produção pecuária. Essas dinâmicas, ao mesmo tempo, poderiam indicar um encolhimento e uma intensificação na bovinocultura de corte da economia estancieira. A análise de dados dos Censos Agropecuários sobre despesas efetuados por estabelecimentos agropecuários voltados à pecuária traz elementos contraditórios, pois o incremento absoluto de gastos por unidade de área ocorre sem alterações na composição qualitativa dos gastos. Nesse sentido, questiona-se sobre os possíveis efeitos da compressão dos estancieiros pela esteira rolante tecnológica (VEIGA, 1991), na medida em que esses pecuaristas incrementam despesas por unidade de área sem alterar significativamente a intensidade da exploração. O incremento dos gastos com o arrendamento de terras e sua participação ainda preponderante em relação aos investimentos com adubos, corretivos e sementes indicariam que os estancieiros ainda privilegiam a estratégia extensiva – mesmo diante de diferentes vias de intensificação produtiva nos campos naturais, entre a elevação de insumos externos ou a potencialização de recursos locais (VIANA et al., 2021).

\*\*\*

Esse conjunto de questões estruturantes é respondido e argumentado ao longo dos capítulos de acordo com os limites e possibilidades das fontes de dados utilizadas. Após o Capítulo IV, a seção final desta tese contém uma sumarização das principais conclusões e

possíveis caminhos interpretativos para as quatro questões norteadoras, além de novos rumos que ficam em aberto para futuras investigações.

Cabe ainda destacar que esta publicação possui uma relação de anexos, cujas informações servem de complemento às tabelas, gráficos e quadros apresentados ao longo dos capítulos. Nesse sentido, para a versão final da tese, foi acrescentada ao Anexo D uma linha do tempo acerca das reconfigurações em longa duração (1920-2022) na economia estancieira do Rio Grande do Sul. A referida figura foi um recurso visual utilizado na apresentação feita para a banca de defesa, cujos membros recomendaram inclusão na versão final da publicação. A opção por sua adição como um anexo se deve ao fato de que a linha do tempo abarca elementos apresentados ao longo de todos os capítulos, de modo que sua inserção no corpo do texto exigiria a retomada de explicações já realizadas, o que poderia representar a repetição excessiva de argumentações. Além disso, a referida linha do tempo contempla algumas entidades, políticas públicas e conjunturas que não foram plenamente abordadas pela tese, de modo que sua disposição na forma de anexo também simboliza uma agenda de pesquisa a ser concretizada.

## **CAPÍTULO I - A ECONOMIA ESTANCIEIRA NO SÉCULO XX E AS INTERPRETAÇÕES SOBRE SUA CRISE NAS DÉCADAS DE 1980-90: POSIÇÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA**

A pecuária de corte ligada à criação de bovinos nas áreas de campos do Rio Grande do Sul é um dos elementos que caracteriza a formação e inserção de uma economia estancieira subsidiária das dinâmicas exportadoras do Brasil colonial. Durante o século XX, o crescimento da lavoura arroseira é gerador de renda fundiária para os proprietários de estâncias, os quais se beneficiam também de investimento público em uma rede de cooperativas-frigoríficos que lhes permite administrar os preços pagos pela carne ao produtor, conservando o sistema extensivo de produção de gado e de exploração de trabalho.

Entre o final do século XX e início do século XXI, um conjunto de transformações estruturais nos mercados agroalimentares mundiais e na crise do endividamento externo brasileiro pressionam mudanças na economia estancieira, o que tem efeitos sobre as dinâmicas de renda da terra e de criação pecuária de corte no Sudoeste do RS. A ocupação dos campos pampeanos por lavouras é uma tendência não só no estado sulino, mas em todos os países abrangidos pelo respectivo bioma. Ao mesmo tempo, a valorização internacional de commodities, a reprimarização do comércio exterior brasileiro e as investidas de capitais transnacionais impulsionam mudanças na morfologia social da metade sul gaúcha.

Apesar do consenso na literatura acerca de mudanças importantes nos mercados agropecuários do extremo sul do país nos anos de 1990, não se pode dizer o mesmo sobre a periodização e o âmbito das transformações, tendo em vista a combinação das dimensões envolvidas nas reclassificações de posição social do patronato estancieiro e na questão regional de longo prazo da porção sul do RS. Outras questões em debate são as características da intensificação ou modernização técnico-produtiva e do mercado de trabalho, sobretudo em relação ao significado das transformações que se apresentam na virada entre a década de 1990 e de 2000.

O objetivo deste capítulo é revisar a literatura sobre as reconfigurações econômicas e sociais na economia estancieira e na pecuária de corte do Rio Grande do Sul no século XX, principalmente no que se refere às mudanças que ocorrem a partir da década de 1980. Na sua primeira parte é realizada uma breve reconstituição da inserção da economia estancieira e da pecuária de corte estadual nos mercados local, nacional e internacional. Na segunda parte, por meio de um recorte da literatura especializada sobre as décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000, procura-se subsidiar um desenvolvimento conceitual em torno da categoria de economia estancieira a fim de balizar a compreensão do período 1940-1980 e a observação de suas reconfigurações a partir de 1990.

### **1.1 Origens da economia estancieira no Rio Grande do Sul**

A atividade pecuária e o próprio território sulino progressivamente posicionaram-se enquanto economia subsidiária no mercado interno brasileiro no decorrer dos períodos colonial e imperial. Inseriam-se pelo fornecimento de couro, animais de tração e charque, os quais eram voltados principalmente para as demandas da extração mineral, no centro do país, e para a lavoura exportadora do Sudeste e do Nordeste (PESAVENTO, 1980). No século XIX se consolidou o controle geopolítico do território meridional baseado nos estabelecimentos

privados chamados estâncias, cujos proprietários estancieiros tornaram-se possuidores de extensos domínios de terras com criação pecuária (ZARTH, 2002).

Tais domínios guardavam algumas semelhanças com a “agricultura extrativa” (PRADO JÚNIOR, 1972) dos engenhos açucareiros e das fazendas de café do Brasil agro-exportador, sobretudo na exploração extensiva da terra, na utilização de trabalho escravizado e no poder de um senhor de terras. No entanto, ao se voltar para o abastecimento do mercado interno, a economia estancieira se diferenciava das atividades exportadoras e assumia perante elas uma posição secundária, no sentido de possibilitar a reprodução e ampliação dos capitais das atividades voltadas ao mercado europeu (BESKOW, 1986).

Mas, diferente dos senhores de terras que comercializavam com o exterior, nas províncias ao Sul a propriedade fundiária e os estancieiros também cumpriam a função de controle geopolítico. Por se tratar de uma região de fronteira, que vivenciou guerras praticamente contínuas nos séculos XVIII e XIX, as disputas armadas demandavam aos seus proprietários um papel para além da oferta de proteínas a baixo custo no mercado interno (ZARTH, 2002).

Tal como em outras partes do país, constitui-se aí uma estrutura social tripartida (GARCIA JR.; HEDERIA, 2009), composta de senhores de terras estancieiros, escravizados negros e um setor social formalmente livre, porém despossuído, constituído por descendentes de brancos, pretos e indígenas (ZARTH, 2002). O mundo do trabalho pastoril no contexto do pós-abolição, e de boa parte do século XX, fundou-se justamente no concentrado controle fundiário que se traduzia em relações sociais de produção com laços de dependência personalizada entre trabalhadores e estancieiros (PICCIN, 2012).

O referido cenário de controle fundiário oligárquico, de produção pecuária extensiva e de dominação tradicional sobre a força de trabalho é uma herança mantida por processos de reprodução dos grupos dominantes sobre a terra no extremo sul do país, na transição do império para a república brasileira entre os séculos XIX e XX. O concentrado sistema fundiário privado, originado na distribuição de sesmarias, foi conservado pela Lei de Terras, em 1850 (PESAVENTO, 1980). Os excedentes da força de trabalho escravizada foram exportados para outros senhores escravistas do país, anteriormente à abolição, gerando excedentes econômicos aos seus possuidores (ZARTH, 2002). O cercamento dos campos, a partir de 1870-80, impôs fisicamente o controle privado das terras e limitou os movimentos relativamente autônomos das populações despossuídas através dos campos (MAESTRI, 2021). O sistema político coronelista, da primeira república, manteve a prerrogativa de os estancieiros recrutarem exércitos particulares a partir de seus subordinados (PICCIN, 2012).

## **1.2 Industrialização brasileira, lavouras de arroz e cooperativas-frigoríficos na primeira metade do século XX**

No século XX se inicia um lento e progressivo incremento das atividades agrícolas em áreas de campos no Rio Grande do Sul. O cultivo de arroz já existia nas suas áreas coloniais, voltado ao consumo familiar e ao abastecimento de mercados da província. A expansão da rizicultura se deu sobre áreas de planície ao longo de importantes mananciais do RS, como os rios Jacuí e Camaquã, além da lagoa dos Patos. Os estancieiros arrendavam terras para os pioneiros empresários da rizicultura irrigada, cujos capitais se acumularam previamente nos setores comercial de cabotagem e de beneficiamento do charque. Estes encontravam possibilidades de investimento agrícola na medida em que o governo brasileiro elevava substancialmente as tarifas de importação a partir de 1898, no contexto das políticas de valorização do café, o que provocou efeitos indiretos sobre o setor arrozeiro na medida em



que o aumento dos preços domésticos de itens alimentares estimulava sua produção nacional (BESKOW, 1986).

O arroz encontrava mercado em centros urbanos brasileiros que não eram autossuficientes no produto, tal como a cidade do Rio de Janeiro. Também abastecia países que, naquele período, eram importadores do grão, a exemplo do Uruguai e da Argentina. As exportações gaúchas ganhavam mercado em momentos onde o fornecimento de tradicionais produtores e exportadores, como a Itália, encontrava-se interrompido por conta das guerras (1914-18 e 1939-45). A atividade foi impulsionada na década de 1940 por financiamentos agrícolas subsidiados da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI/BB), além de políticas de fixação e garantia de preços mínimos no recém criado Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA). No contexto nacional, avançavam as políticas de industrialização via substituição de importações, de modo que, no refluxo das trocas mercantis internacionais atrelado ao contexto da guerra mundial, a produção interna de arroz encontrava demanda crescente no mercado brasileiro (BESKOW, 1986).

Portanto, este teria sido um primeiro incremento da integração da lavoura com a pecuária no Rio Grande do Sul, associando interesses dos estancieiros enquanto proprietários de terras e beneficiários da renda fundiária empenhada pelos rizicultores portadores de capitais oriundos de outras atividades. O entrelaçamento dos proprietários do arroz e da carne não teria levado inicialmente a modificações do sistema de produção da bovinocultura, por ser muito baixa a integração dos fatores de produção entre as atividades, inclusive do trabalho (BÓS; SEABRA, 2014).

Em termos deste, um dos efeitos da rizicultura foi o de absorver, pelo menos nas colheitas do arroz, parte da mão de obra que foi expulsa das estâncias no processo de cercamento de campos, iniciado em 1870 (BESKOW, 1986). Além dos moradores das cidades que então se formavam, a força de trabalho no contexto estancieiro era constituída de camponeses-trabalhadores em condição de semi proletarização, conhecidos como chacareiros (em áreas de posse e minifúndios), agregados (em locais cedidos nas estâncias) e moradores de corredor (entre as estradas e as cercas das estâncias) (ZANELLA et al., 2018; 2019).

Mesmo que a forma-salário estivesse presente naquelas relações de produção, nos campos e nas lavouras, esse processo não teria implicado na superação da dominação personalizada, dado o contexto de bloqueios estruturais para a migração da força de trabalho para fora das regiões onde predominavam estâncias (PICCIN, 2012). A mobilidade social dessas populações era restrita em termos de Rio Grande do Sul, pois as áreas de florestas foram ocupadas pelas políticas de colonização (ZARTH, 2002), enquanto a força de trabalho preferida pelo terceiro maior centro industrial do país nos anos 30, a cidade de Porto Alegre, era de trabalhadores imigrantes europeus ou seus descendentes (FORTES, 2001).

No mesmo contexto expansivo da lavoura e do consumo de arroz, na primeira metade do século XX, aconteciam transformações importantes no beneficiamento e inserção mercantil da carne bovina gaúcha. A questão da industrialização da carne de gado era um problema que se arrastava desde o final do século XIX, não somente pela redução dos preços pagos ao charque, mas pela presença de frigoríficos de capital estrangeiro. O contexto agroalimentar mundial no qual as multinacionais da carne estabeleceram plantas frigoríficas no RS foi o período entreguerras, com a implantação do frigorífico da Armour, em 1917, seguida pelas plantas da Swift, em 1917, e da Wilson, em 1918 (PESAVENTO, 1980).

Naquele momento, crescia a demanda por carnes em conserva diante da expectativa de novos conflitos mundiais, e, para tanto, não era de tanta consideração a qualidade dos rebanhos e das carnes. Comparativamente, no contexto platino, tal indústria se desenvolveu tecnicamente e se capitalizou num período muito anterior, com a edificação dos primeiros frigoríficos em 1883. Lá existiu uma associação mais consistente entre infraestrutura férrea e

portuária, força de trabalho assalariada e importação da genética europeia para as raças de gado criadas (PESAVENTO, 1980).

Em reação ao contexto de expansão da indústria frigorífica pelo capital estrangeiro no RS, a associação ruralista denominada União dos Criadores, criada em 1912, reivindicava apoio estatal para constituir um frigorífico nacional sob controle estancieiro. A resposta do governo estadual foi rápida, e, em 1920, passava a funcionar a Companhia Frigorífica Rio Grande, com capacidade de abate de 10 mil bovinos ao mês, com resfriamento de carnes e subprodutos, em condições de exportar por meio do porto de Rio Grande. Mas, a condição problemática das ferrovias gaúchas e a restringida capitalização estatal teriam sido facilitadores para a venda da planta industrial para uma empresa britânica no ano seguinte, a Vestey Brothers, em 1921. Dessa forma, somente o setor menos dinâmico do processamento de carnes em charqueadas estava em mãos nacionais, o que facilitava que os frigoríficos estrangeiros manobrassem para baixo os preços das carnes e dos salários. Uma das repercussões, por parte dos patrões rurais, foi a introdução de raças zebuínas com menores custos de produção. Adicionalmente, em termos mundiais, o contexto que se avizinhou foi de aumento de frigoríficos e de sua oferta, sem que fossem acompanhados pelo mesmo crescimento na demanda (PESAVENTO, 1980).

Nos anos de 1930, a indústria charqueadora acumulava uma série de desafios: os estancieiros-charqueadores tinham estoques crescentes e não conseguiam manter preços competitivos de compra de gado (1931), o mercado nacional do charque foi aberto aos países vizinhos platinos (1932), foi criada uma legislação sanitária (1936) e uma nova legislação sindical (1931 e 1943). A articulação dos estancieiros em torno da Cooperativa Rio-Grandense de Carnes, criada em 1931, pressionava o governo estadual no sentido de formar e direcionar fundos públicos para a atividade pecuária bovina. Um imposto passou a ser cobrado aos criadores sobre todos os animais abatidos no estado, inclusive dos suínos que eram criados e abatidos nas regiões coloniais. Em 1934, a referida Cooperativa foi transformada numa autarquia estadual, o Instituto Sul-Riograndense de Carnes (ISRC), que, em 1937, passou a gerir os recursos acumulados com o imposto sobre abates. Note-se que, inicialmente, os criadores de suínos não compunham cadeiras no Instituto (PICCIN, 2014).

O ISRC direcionou empréstimos às cooperativas de estancieiros que passaram a operar uma rede de cooperativas-frigoríficos própria, incluindo as localidades de Rio Pardo, São Gabriel, Santana do Livramento, Alegrete, Jaguarão, Pelotas, Santa Maria, Uruguaiana e Bagé. O governo do estado também financiou infraestruturas, tal como como entrepostos frigoríficos nos portos de Rio Grande e Porto Alegre, prolongamento de estradas de ferro e aquisição de vagões frigoríficos para o escoamento das carnes (PICCIN, 2012; 2014).

Algumas das principais realizações do Instituto foram:

“a construção do Matadouro da Serra e do Frigorífico de Tupanciretã, capacitado com um terminal ferroviário próprio (a obra foi iniciada em 1942 e concluída em 1952, encontrando-se arrendada à Cooperativa Central Serrana de Tupanciretã desde 1956); a construção dos matadouros-modelo de Bagé, Alegrete, Guaíba, Farroupilha e Rio Grande; aquisição das charqueadas-modelo de Dom Pedrito e Santana do Livramento, seguida de arrendamento para cooperativas de carnes dos pecuaristas locais; montagem de um entreposto frigorífico em Porto Alegre e outro entreposto provisório no porto de Rio Grande (Armazém B-1) para exportação de carnes e derivados (em 1935); construção do grande Entrepasto Frigorífico de Rio Grande para armazenagem dos produtos das cooperativas de pecuaristas (concluído em 1951).” (DALMAZO, 1992, p. 39).

Desse modo, com o controle estancieiro sobre o instituto de carnes, a partir das décadas de 1930-40, esse grupo passou a exercer influência mais contundente não apenas

sobre as terras e a criação bovina, mas em espaços à jusante e regulatórios na cadeia produtiva: modernização de charqueadas e organização de matadouros-modelo para estudos sobre o aproveitamento integral do gado abatido, financiamento de cooperativas de carnes a juros reduzidos, organização de sistemas de armazenagem e transporte, construção da indústria frigorífica, regulação do comércio de carnes com inspetorias de fiscalização em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e outras capitais, além de meios de transporte terrestres e marítimos próprios a fim de abastecer esses mercados, a exemplo do seu primeiro navio, chamado Sinuelo (DALMAZO, 1992).

Portanto, as décadas de 1930 e 1940 são um marco importante em termos da transição de controle da indústria de beneficiamento baseada nas charqueadas para os frigoríficos, em uma rede de plantas industriais a partir de então administradas por cooperativas de estancieiros. Anteriormente, esses setores forneciam um produto que abastecia somente classes populares no mercado interno. Com os frigoríficos, vendiam artigos de consumo não-popular com novas possibilidades de mercado interno e externo (PICCIN, 2014).

Segundo dados estatísticos do Ministério da Agricultura, a variação percentual acumulada no abate de animais no RS foi positiva em 38% no período 1939-1946 (4,75% ao ano) e, em menor proporção, em 8% no período 1948-1955 (1% ao ano). Os estoques bovinos oscilaram positivamente em 23% e 34% nos respectivos períodos, indicando um descompasso entre acréscimo de abates e estoques em cada período, com maior incremento nos estoques em 1955 em relação à redução da taxa de crescimento de abates. Outro fator importante no período foi a oscilação positiva no valor da lã no conjunto da produção animal estadual, que passou de 8,7% em 1939 para 27,4% em 1955, produzindo mais de 90% de toda a lã do país (ACCURSO, 2005).

Nesse mesmo período, em termos nacionais, viu-se redução nas exportações brasileiras da pecuária. Enquanto em 1938/9 as exportações de carne de boi em conserva somavam 29.535 toneladas (t), as de carne de boi frigorificada com 43.260 t e os couros vacuns salgados (charque) somando 42.880 t, essa participação se reduz aceleradamente a partir de 1949, chegando ao ano de 1951 com 4.081 t, 4.894 t e 40.104 t, respectivamente. Ou seja, as exportações brasileiras do setor mais dinâmico de carne frigorificada e em conserva não mantiveram os mesmos níveis das vendas de charque (ACCURSO, 2005).

Vale relacionar essa virada nas exportações brasileiras de carnes nos anos de 1950 em relação à conjuntura internacional do pós-guerra nos países do Norte global. Verifica-se uma acelerada industrialização da agricultura, a concentração dos estabelecimentos agrícolas e das indústrias de agroinsumos, além do aumento da produtividade do trabalho, gerando a superprodução. O crescimento da renda nos países industrializados e o aumento do consumo de alimentos não foi suficiente para gerar a demanda efetiva necessária para absorver essa expansão (BERNSTEIN, 2011).

Nos Estados Unidos, verificou-se uma enorme transformação na pecuária com a produção intensiva em confinamento, sua forte integração com a indústria cerealista e a emergência de novas indústrias ou “usinas” processadoras de carnes, integradas aos supermercados e redes de fast-food. Ao longo das décadas de 1950 e 1970 formaram-se grandes conglomerados do setor de processamento de carnes que acabaram incorporando as empresas frigoríficas líderes de mercado até então, tal como a Swift, Armour e Anglo (MIELITZ NETTO, 1994), as quais atuavam no Rio Grande do Sul desde 1917-8.

Nesse sentido, os anos de 1950 foram um momento de vicissitude para a economia estancieira na medida em que os frigoríficos-cooperativas e os frigoríficos estrangeiros instalados no RS não se encontravam mais em condições de competitividade no mercado internacional. Esse contexto provocou endividamentos e insolvências de parte dos pecuaristas patronais, que, mediados pelo capital bancário, tiveram seus imóveis rurais arrematados por

outros estancieiros mais capitalizados em um movimento geral de concentração da propriedade da terra (PESAVENTO, 1980).

Mas, em um apanhado geral, na primeira metade do século XX a condição dos proprietários de estâncias tendia a ser redefinida. Destaca-se o avanço da renda fundiária obtida com os arrendamentos para lavoureiros do arroz em áreas próximas aos principais mananciais do estado e, de modo mais geral, o reposicionamento estancieiro à jusante no abate, frigorificação e fiscalização de carnes, além da apreciação do valor das exportações de lã. A apropriação de recursos públicos estaduais e federais possibilitou uma nova inserção mercantil para a economia estancieira a partir das décadas de 1930-1940, sem que fossem para isso necessárias mudanças significativas nos sistemas produtivos extensivos. Apesar das vicissitudes na inserção externa nos anos de 1950, a nova situação ascendente no mercado interno possibilitou-lhe o reposicionamento perante a condição subsidiária que até então mantinha-a como fornecedora de charque para outras elites agrárias interessadas no rebaixamento de custos da força de trabalho das lavouras exportadoras de café e cana-de-açúcar.

### **1.3 Internacionalização das economias nacionais, modernização conservadora e avanço das lavouras nos anos de 1970**

Um novo impulso para o avanço da chamada “agriculturização” sobre as áreas de campos sul-rio-grandenses, na segunda metade do século XX, foram as políticas nacionais de modernização agrícola. Note-se que o cenário global na década de 1970 envolve uma enorme expansão do crédito, o aumento da inflação e um crescimento tanto de preços como de volume das exportações agrícolas, resultando numa internacionalização e interdependência crescente entre os países no que se refere ao setor agroalimentar. Tal aquecimento da demanda no comércio agrícola mundial se deu em um cenário de redução de estoques e crescimento da capacidade de produção e exportação agrícola dos Estados Unidos e da Europa (DELGADO, 1998; 2010).

O Brasil vinha de um período de 20 anos onde as exportações primárias e agroindustriais apresentavam-se estagnadas, no qual observava-se prioridade à valorização cafeeira e ao regime cambial, bem como era evidente o atraso na integração técnica da agricultura com a indústria em relação aos países do Norte, o que se somava à concentrada estrutura fundiária controlada pelas oligarquias rurais. Após a derrota do movimento pela reforma agrária que se sucedeu pelo golpe militar, e seus sucessivos governos, a partir de 1964, inicia-se uma nova fase cíclica da agricultura capitalista no país, caracterizada pela estruturação de um robusto “setor público rural” e atrelada à expansão de crédito estrangeiro. Abrigando as oligarquias rurais e os capitais comerciais, industriais e financeiros, promoveu-se a associação de políticas setoriais preexistentes, por produto e regionais (álcool e açúcar, café e trigo), com uma nova institucionalidade funcionalista de política agrícola e comercial (crédito e seguro, pesquisa e extensão, garantia de preços mínimos), em um modelo que se impunha em duas direções: proteção de margens de lucro e valorização patrimonial. Esse arranjo de economia e política promove um ciclo de expansão da agricultura capitalista entre 1965-85, conhecido como modernização conservadora da agricultura brasileira (DELGADO, 2012).

No Rio Grande do Sul, na década de 1970, esgotava-se a expansão agropecuária por incorporação de área, em função dos limites na fronteira agrícola estadual. Desse modo, para cada novo hectare de lavoura seria necessário suprimir áreas com outros usos, sobretudo a pecuária em campo nativo. Este foi um período de incentivos públicos para a agricultura de cereais, como soja, trigo, arroz e milho, em explorações que cresciam extensivamente em

estabelecimentos de média e grande escala. É desde então que as áreas de lavoura cresceram proporcionalmente em relação às de pastagens naturais no RS, o que atingia sobretudo as regiões predominantemente cobertas por campos, tal como a Campanha gaúcha (BÓS; SEABRA, 2014).

A partir desse ponto, estaria em curso um incipiente processo de intensificação em capital na pecuária extensiva, como propõe o estudo de Bós e Seabra (2014) em obra organizada por Accurso (2014), originalmente elaborada em 1986/1987 como estudo macroeconômico do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IEPE / UFRGS) para fins de avaliação da economia gaúcha nos anos 1960-1985. O referido estudo teve por metodologia um recorte por produtos e tamanhos de propriedades a partir dos Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1975 e 1980, resultando nas categorias: a) “agropecuária colonial”, referente à produção em estabelecimentos de até 50 ha, exceto de avicultura; b) “agropecuária empresarial”, com a produção em estabelecimentos acima de 50 ha, inclusive avicultura em qualquer estabelecimento, e excetuando a pecuária extensiva; c) “pecuária extensiva”, com a produção total de bovinos, ovinos e lã em estabelecimentos acima de 50 ha em sua microrregião mais típica no estado, a Campanha - o que traz um grau de superestimação para a categoria em função de não segregar nos dados o uso de alguns fatores de produção empregados na cultura do arroz, a qual se dava nesses mesmos estabelecimentos da Campanha.

De todo modo, há no estudo indicações da redução de área produtiva total ocupada pela pecuária extensiva, de 62,7%, em 1960, para 52%, em 1980. Por sua vez, a agropecuária empresarial avançava de 10,1% para 17,7%, e a agropecuária colonial, no mesmo sentido, ia de 15,4% para 21,3% da área total no período. Também é indicado na mesma pesquisa que os diferentes subsetores avançavam em termos de produtividade do uso dos fatores e de uso mais intensivo de bens de capital e insumos por área e por pessoa ocupada. Especificamente no caso da pecuária extensiva isso se explicava, parcialmente, pela significativa redução da área produtiva que, mantidos os demais fatores, fazia automaticamente aumentar o uso de capital e trabalho por área. Contudo, o aumento de áreas de lavoura estaria modificando também os sistemas de produção na bovinocultura, tornando paulatinamente a pecuária mais intensiva em capital e em uso de insumos, como em cercas, silos, máquinas, adubos, medicamentos e rações, o que implicaria em mais trabalho nas atividades de “subdivisão das pastagens, plantio de pastagens artificiais, maior uso de medicamentos e outros insumos.” (BÓS; SEABRA, 2014, p. 92).

O ciclo de expansão das lavouras e da produção de arroz no Rio Grande do Sul, entre 1968 e 1977, com crescimento da área cultivada de 395.622 ha para 578.152 ha, e da produção de 1.177.828 t para 2.052.942 t, é também emblemático em relação aos processos mais gerais de modernização conservadora da agricultura brasileira, em função do incremento em produtividade agrícola e da valorização/renda da terra. Nesse período, combinaram-se políticas estaduais e federais de incentivo à lavoura, com um cenário favorável ao crescimento do consumo interno de arroz devido ao aumento da massa salarial. Esse processo aconteceu majoritariamente por meio de expansão das áreas cedidas em arrendamento pelos pecuaristas das áreas de campos no estado. Tomando-se o período entre as safras de 1944/45 e de 1978/77, percebe-se um incremento na participação dos açudes na área irrigada total de 27% para 44%, passando de 2.588 para 3.966 unidades, um acréscimo de 70,4%. Note-se, então, que apesar da natureza de curto prazo dos arrendamentos para lavouras de arroz, havia uma conjuntura de estímulos públicos e de mercado tão favorável a ponto de tornar-se rentável o investimento em reservatórios de água para irrigação do arroz por conta dos próprios arrendatários, sem que os proprietários da terra arcassem com seus custos e/ou riscos atrelados aos financiamentos bancários (BESKOW, 1986).

Quanto aos processos de modernização técnico-produtiva na pecuária de corte brasileira, Mielitz Netto (1994) observa os investimentos públicos e estímulos de mercado nas décadas de 1950 a 1980. A pecuária na região Centro-Oeste do Brasil foi gradativamente integrada pela indústria frigorífica do Sudeste através da expansão da malha rodoviária a partir da década de 1950, onde se aplicaram variedades de pastagem exóticas nas áreas de cerrados. Soma-se a essa tendência a expansão para a região amazônica nos anos de 1960, mediada por estímulos governamentais na apropriação de terras e abertura de rodovias. Os anos de 1970 também foram marcados pela disponibilidade de crédito público ao custeio, investimento e comercialização, bem como investimentos nos programas especiais de pesquisa e extensão para cultivo de pastagens (MIELITZ NETTO, 1994).

No início da década de 1980, a intervenção governamental redirecionou o foco dos subsídios e fomento para outra direção, isto é, no sentido de criar estoques reguladores na entressafra de carnes para evitar o incremento de preços inflacionários. As entidades de classe dos pecuaristas argumentavam que essa medida gerava desestímulos à produção. Suas pressões provocaram a reorientação da política de estoques, onde os frigoríficos substituíram a armazenagem direta pela Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), mediante o repasse de crédito em troca da estocagem privada de carne enquanto lastro aos adiantamentos financeiros (MIELITZ NETTO, 1994).

Todavia, considerando a imensa heterogeneidade geográfica, tecnológica, de mercados e de criadores, isso faz da categoria pecuarista uma denominação que necessita de especificações. Nesse sentido, um fator diferenciador seriam os nichos de exportação e de crescimento industrial que teriam estimulado modernização técnica nas fases de recria/terminação localizadas próximo aos maiores centros consumidores do país. As regiões mais afastadas e especializadas na pecuária extensiva de ciclo completo e de cria vinculavam-se com os pecuaristas de recria/terminação mais intensivos e próximos a São Paulo. A depender das condições, essa demanda podia atrair até mesmo os pecuaristas do Rio Grande do Sul na venda de bezerros para a região Sudeste (MIELITZ NETTO, 1994).

Ao mesmo tempo, o grau de controle sobre os elos da cadeia produtiva pelos pecuaristas de acordo com as diferentes regiões do país é outro aspecto a ser considerado. Ou seja, na reorientação da política de estoques reguladores da década de 1980, que acontecia em paralelo às compras institucionais de carnes por diferentes órgãos públicos (PICCIN, 2012), as cooperativas de estancieiros tinham um posicionamento diferenciado em relação aos pecuaristas que atuavam somente na fase de criação bovina. Essas questões sobre a cadeia produtiva serão retomadas no capítulo III.

#### **1.4 Reestruturação no setor agroalimentar mundial e nova fase cíclica de transição na agropecuária brasileira do final do século XX**

Na década de 1980 se esgota o cenário precedente de crescimento nas trocas comerciais do setor agroalimentar mundial, tendo em vista os incrementos consideráveis em estoques que não foram acompanhados pela mesma pressão compradora. O retraimento conjuntural da demanda acarretou num cenário oposto ao dos anos 1970, com instabilidades, queda dos preços, redução do volume comercializado e estoques acumulados (DELGADO, 1998).

Os governos militares no Brasil procuravam responder ao cenário recessivo gerado pelos custos crescentes dos serviços da dívida pública e pela crise cambial de 1982. Para operar um ajustamento macroeconômico constrangido da balança de pagamentos brasileira, uma das respostas foi a indução das exportações agrícolas, de modo a gerar saldos positivos na balança comercial, visto que a obtenção de produção do setor primário exige menos

importações em comparação ao setor manufatureiro. O resultado dessa política voltada aos saldos comerciais positivos é sua incapacidade em promover crescimento do conjunto da economia em longo prazo, o que desde então fica evidente pela perda de participação das manufaturas nas exportações brasileiras (DELGADO, 2012).

Adicionalmente, o contexto macroeconômico doméstico na década de 1980 representou constrangimento no investimento público brasileiro em cenário de crise fiscal na União, estados e municípios. Resultou em cortes profundos no orçamento federal geral, que se reduz em 50% entre 1989 e 1990, onde a proporção das despesas com o segmento da agricultura passa de 4,22% para 1,74% do PIB. Além disso foi reorientado o enfoque dos gastos, onde o crédito subsidiado perdeu importância, passando-se a cobrar taxas de juro reais a partir de 1987, além de ser praticamente removida a intervenção nos mercados por meio da política de preços mínimos (REZENDE; BUAINAIN, 1994).

Entre o fim dos anos de 1980 e a primeira metade da década de 1990 o cenário ganha em complexidade por uma série de fatores, dentre os quais: a) intensificação dos conflitos comerciais entre Europa e Estados Unidos diante da insustentabilidade financeira e ambiental de suas políticas agrícolas protecionistas; b) avanço da internacionalização e desregulamentação financeira, bem como da abertura das economias dos países em desenvolvimento; c) crescimento da demanda agroalimentar dos países asiáticos, particularmente da China; d) expansão internacional de empresas estadunidenses e europeias líderes do setor agroalimentar mundial (DELGADO, 1998).

Às mudanças orçamentárias na economia nacional, some-se também a abertura comercial brasileira, em 1990. Esta política não seguia um modelo de substituição de importações com vistas a proteger a produção nacional voltada ao mercado interno, nem se colocava como plataforma de lançamento dos setores exportadores agroindustriais em termos de competitividade no estrangeiro. No caso do Rio Grande do Sul, a abertura colocou em marcha uma tendência para a internacionalização e concentração de capitais desde grandes empresas nacionais e internacionais em detrimento dos capitais de agroindústrias estaduais. Ainda que esse cenário fosse ameaçador, inicialmente a estabilização macroeconômica atrelada ao Plano Real afetou positivamente o consumo de proteína animal no mercado interno, um dos subsectores em que o RS estava bem posicionado (BENETTI, 1997).

Em meio aos referidos desafios, a agropecuária sul-rio-grandense manteve níveis de crescimento positivos em termos de PIB entre 1985-95. Segundo análise de Benetti (1997), a via do desenvolvimento extensivo na superfície das culturas do arroz, do trigo e da soja teria encontrado limites após seu crescimento entre 1965-80. Os anos de 1980 foram marcados por uma "reestruturação do setor agroindustrial", a qual privilegiou um crescimento mais intensivo atrelado às cadeias de produção de proteína animal, sobretudo de suínos, aves e leite. Esse processo foi calcado na vinculação da indústria com a produção agropecuária de pequenas propriedades, além da promoção de melhorias técnicas no uso do solo, no manejo e genética dos rebanhos e na qualidade das sementes. Após 1990, as lavouras de arroz, trigo e soja, mais ligadas às médias e grandes propriedades, também responderam positivamente em termos de maior produtividade (BENETTI, 1997).

Por sua vez, a pecuária de corte e a economia estancieira não tiveram o mesmo resultado positivo de adaptação ao início dos anos de 1990. No contexto de cortes orçamentários e de abertura comercial foram encerradas as atividades do órgão estadual de apoio à atividade, o Instituto Sul Riograndense de Carnes, e, pelo comércio, houve uma pressão de oferta de países platinos que influenciou o rebaixamento dos preços (PICCIN, 2012). Porém, há indícios de que estes não seriam os únicos fatores envolvidos na estagnação do setor. Benetti (1997) considera que os "ajustes recessivos" na pecuária – venda de terras, venda de matrizes, atraso tecnológico em relação ao Sudeste e Centro-oeste – estariam

atrelados à incapacidade dos pecuaristas se dissociarem da renda da terra repassada pela economia arrojada. Em um contexto de desenvolvimento predominantemente intensivo da lavoura, entre 1985-1995, sem recorrer à expansão de área, os preços de arrendamento entraram em queda e atingiram uma das receitas mais importantes da economia estancieira.

Portanto, entre meados dos anos de 1980 e o início da década de 1990 a economia estancieira sul-rio-grandense vê o enfraquecimento de algumas de suas bases de sustentação mais importantes: a) encerramento das atividades do instituto estadual de carnes; b) remoção das barreiras tarifárias para as carnes de países vizinhos; c) descontinuidade dos subsídios de política agrícola para expansão extensiva da lavoura arrojada, os quais se revertiam em renda fundiária para os pecuaristas proprietários de terras.

Na próxima seção prosseguiremos na análise e discussão sobre as reconfigurações que atravessam a economia estancieira e a bovinocultura de corte no Sudoeste rio-grandense, onde objetiva-se extrair da literatura especializada um balanço teórico-analítico sobre o processo. Há uma série de elementos que não são ponto pacífico na literatura e, por isso, a identificação, diálogo e confrontação de enfoques e argumentações é exercitada nas próximas páginas.

### **1.5 Uma proposta de revisão e desenvolvimento conceitual acerca das reconfigurações na economia estancieira**

Para avançar na discussão do que referimos como convergências, divergências e controvérsias na literatura especializada, foram sistematizadas as principais categorias, enfoques e argumentos identificadas no presente balanço teórico. O objetivo é extrair desse debate um desenvolvimento conceitual da noção de economia estancieira que possa auxiliar nas análises de longa duração do presente estudo. Nesse sentido, foi recortado um conjunto mais restrito de trabalhos que trazem elementos para pensar como a economia estancieira atravessa a transição da agricultura capitalista no Brasil entre o final do século XX e início do século XXI (BENETTI, 1994; 1997; 2010; FONTOURA, 2000; 2012; ANDREATTA, 2009; PICCIN, 2012; 2014; 2016; 2021).

São diferentes as categorias e enfoques analíticos utilizados para se referir aos agentes sociais que possuem estabelecimentos rurais patronais com bovinocultura de corte. As principais categorias utilizadas são “estancieiros” e “pecuaristas”. Enquanto “estancieiros” é utilizada como categoria por apenas um dos autores (PICCIN, 2012), a noção de “pecuaristas” é usada pelos demais, ainda que seu uso possua variações importantes.

Quanto aos enfoques, subdividem-se em: a) desenvolvimento regional, em Maria Domingues Benetti (1994; 1997; 2010); b) modernização, em Luiz Fernando Mazzini Fontoura (2000; 2012); c) sistemas agrários, em Tanice Andreatta (2009); d) patronato rural, em Marcos Botton Piccin (2012; 2014; 2016). Considere-se, ainda, que a pesquisa de Andreatta possui um recorte sincrônico mais restrito aos anos 2003-4, enquanto as demais trabalham com abordagens de longa duração desde as décadas de 1940/1960 até 1990/2000.

(a) Os trabalhos de Benetti (1994; 1997; 2010) seguem uma perspectiva já previamente esboçada em estudos conduzidos junto de outros economistas das questões regionais do Rio Grande do Sul, na Fundação de Economia e Estatística (FEE), tal como na pesquisa sobre o crescimento econômico na região sul do estado em Alonso, Benetti e Bandeira (1994). Em tal perspectiva, os pecuaristas constituem a atividade mais característica da agropecuária local, numa porção do estado especializada no setor primário.

A histórica predominância do latifúndio seria o principal motivo endógeno pelo qual não houve necessidade de expandir a produtividade da atividade pecuarista. O comportamento econômico que, por decorrência, se expressaria entre os pecuaristas, seria de caráter conservador, com preferência por uma rentabilidade baixa, porém segura. Esses agentes



seriam pouco afeitos ao crédito e ao risco implicado em atividades de maior investimento em capital constante, tal como nas máquinas da agricultura. Esses fatores, somados às dificuldades nos transportes e comunicações, são acionados para analisar os baixos graus de diversificação e desenvolvimento no lento declínio da área sul do estado durante todo o século XX, mais particularmente a partir da década de 1940 (BANDEIRA, 1994).

No final dos anos de 1990, Benetti (1997) avalia a forma de integração da pecuária da região sul do estado com as políticas de modernização que promoveram a integração técnica das lavouras de arroz, trigo e soja, principalmente. Para ela, o processo de aumento do rebanho associado à redução de pastagens, verificável a partir dos anos de 1970, seria um efeito secundário da expansão das lavouras e do aproveitamento da resteva de cultivos agrícolas. Caracterizaria uma absorção tangencial de melhorias na produtividade da bovinocultura extensiva, numa condição de “modernização restringida”, na medida em que seu sucesso é profundamente dependente dos avanços e crises do setor arrozeiro. Mantendo o princípio interpretativo do comportamento econômico conservador da pecuária tradicional, a autora observa a incapacidade desta em responder ao cenário de crise, senão pela venda ou arrendamento de terras, pela ausência de melhorias na alimentação dos rebanhos, bem como na venda de matrizes e na tendência de especialização no fornecimento de animais jovens para terminação no Sudeste e Centro-Oeste (BENETTI, 1997).

Mais recentemente, Benetti (2010) considera que, diferente da “modernização restringida”, que foi vigente na pecuária até os anos 1990, durante os anos 2000 se instala uma nova dinâmica de vinculação entre lavoura e pecuária que é de forte integração dos fatores de produção. Esse processo tem origem externa, associada à desregionalização de ativos e às estratégias de conglomerados capitalistas na região. Seriam exemplares desse processo as aquisições de frigoríficos<sup>13</sup> numa estratégia que pode ser observada, em maior escala, no movimento simultâneo de investimentos que ocorre em diferentes partes da região do Cone Sul do continente americano (BENETTI, 2010).

(b) Numa perspectiva similar sobre o caráter geral dos pecuaristas e do latifúndio na formação da região da Campanha gaúcha, consideramos que os trabalhos de Fontoura (2000; 2012) trazem como elemento adicional o processo de diferenciação entre duas pecuárias na região, uma tradicional e outra empresarial. Concordando com o caráter econômico conservador, avesso ao risco e de poucas ligações interindustriais da bovinocultura no sudoeste do RS, considera que esse traço é específico de um tipo de pecuária, que, em meio à forte crise e desamparo estatal, estaria se circunscrevendo a “bolsões” cada vez menores de pecuária tradicional. Seus mercados, com baixa perspectiva de expansão do consumo e de acréscimo na remuneração, estariam restringindo-se a açougues e retalhistas em cidades de pequeno porte, em convivência com a clandestinidade nos abates (FONTOURA, 2000).

Fontoura (2000) analisa de que maneira a pecuária de corte e os demais setores patronais da agricultura do RS se inseriram nos processos de modernização conservadora da agropecuária brasileira a partir da década de 1960. Por um lado, os interesses estatais giravam em torno de garantir o abastecimento interno, com os subsídios às lavouras de arroz e trigo, e na obtenção de divisas externas com as exportações de soja. Por outro lado, o autor argumenta que não havia capitais industriais nacionais e transnacionais aptos a promover um avanço sobre as relações de produção na pecuária de corte, de modo a estimular maior integração

---

<sup>13</sup> Exemplo disso é o grupo Marfrig, formado inicialmente por empresários paulistas, que passou a adquirir unidades de abate localizadas em São Gabriel, Bagé e Alegrete, na metade sul do estado, a partir de 2006. Tais abatedouros passaram por reformas e investimentos desde então, sendo os mais recentes orientados a obter habilitação de exportação para a China e outros importantes mercados, liberação já concedida à unidade de São Gabriel em 2019. Fonte: *RS: Marfrig assume frigorífico em São Gabriel* (Beefpoint, 22/09/2006); *Mais 25 frigoríficos do Brasil recebem o sinal verde da China* (Valor, 10/09/2019); *Marfrig. Capacidade global. Brasil* (Portal Marfrig, 2023).

técnica pela oferta de insumos e no elo do beneficiamento. Adicionalmente, na pecuária não havia agentes sociais em condições de capitalização com interesse em diversificar seus investimentos por meio do setor agropecuário, tal como acontecia com as lavouras.

Portanto, Fontoura (2000) tem dois argumentos principais para explicar o posicionamento da pecuária de corte em relação às políticas de modernização conservadora (1965-85): a) não havia tecnologia aplicável, isto é, disponível para o setor pecuário no estado, de forma a diminuir o tempo de produção, que reduzisse o tempo de abate, tornando esta atividade atrativa para investimentos de outros capitais (comerciais, financeiros, etc.) através do crédito subsidiado, para daí ligar-se com a indústria; b) não havia produtores na atividade pecuária capazes de gerir seus negócios dentro de uma racionalidade especificamente capitalista, de forma a procurar tecnologias em outros países e fazer os investimentos necessários para reduzir o tempo de abate.

Segundo sua pesquisa de campo, ainda que os pecuaristas obtivessem crédito rural nos anos de 1970, seu uso não era voltado para incrementos de produtividade. Mais comumente eram adquiridos maquinários de pequeno porte, melhoramentos nos galpões e casas, geradores elétricos para iluminação das dependências da estância e, até mesmo, investimentos especulativos na poupança com juros superiores aos do empréstimo (FONTOURA, 2000).

Para o autor, o principal processo inovador, que dá os primeiros passos a partir da década de 1960, é a emergência de uma pecuária empresarial associada com a expansão da lavoura arroseira. Essa ganhou espaço de acordo com a existência de condições edafoclimáticas favoráveis e de processos de sucessão da gestão agropecuária para novas gerações mais afeitas ao cálculo capitalista e às articulações com setores industriais à montante e atacadistas à jusante. Para o autor, a diferenciação emergente se caracterizaria pela existência de “produtores com uma racionalidade empresarial, segundo o ritmo da reprodução do capital, e não os produtores com uma racionalidade da produção familiar, segundo o ritmo da reprodução da família-unidade de produção (em sincronia com a reprodução da natureza).” (FONTOURA, 2012, p. 169). Com base em tal segmentação, na década de 1990 estaria se desenhando uma nova tendência de inserção da pecuária empresarial da região como fornecedora qualificada de genética para a região central do país, além de carnes de alta qualidade para mercados nacionais e estrangeiros de elevado poder aquisitivo (FONTOURA, 2000).

(c) No trabalho de Andreatta (2009), utilizando-se do aporte teórico-metodológico dos sistemas agrários, produziu-se uma base de dados com 516 pecuaristas gaúchos de 117 municípios, entrevistados em 2004. Essa pesquisa<sup>14</sup> gerou uma classificação que caracteriza de forma conjugada os sistemas de produção de bovinocultura de corte e o conjunto das rendas dos pecuaristas. Nesse sentido, a autora identificou quatro perfis sinteticamente caracterizáveis como: a) Pecuaristas Estacionários (48,26% da amostra): mais voltados a sistemas de cria e ciclo completo, com as menores proporções de arrendamento para lavouras, sendo que os rendimentos da pecuária não são os mais importantes; b) Pecuaristas Consolidados (31,20%): nos mesmos sistemas e fontes de renda do perfil anterior, mas com maior proporção de arrendamentos para agricultura e maior integração das áreas usadas no verão com lavouras e no inverno com pastagens cultivadas; c) Pecuaristas-lavoureiros Especializados (9,88%): sistemas de produção de ciclo completo e recria/terminação, com áreas próprias e de terceiros com lavouras de verão, tendo como maior fonte de renda a agropecuária ao invés de rendas não-agrícolas ou de arrendamento; d) Pecuaristas-lavoureiros

---

<sup>14</sup> Segundo a autora, o projeto de pesquisa foi financiado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), e executado por uma equipe de pesquisadores vinculados ao Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IEPE/UFRGS).

Convencionais (10,66%): sistemas produtivos similares ao perfil anterior, mas com menor utilização de área de terceiros e maior utilização de mão de obra familiar (ANDREATTA, 2009).

A autora enfatiza que esses perfis de pecuaristas e pecuaristas-lavoureiros acontecem em todas as mesorregiões do estado, ainda que alguns padrões e concentrações possam ser identificados. Especificamente ao caracterizar as partes oeste e sudoeste do RS, notou-se que em maioria encontravam-se Pecuaristas Estacionários (entre 37,9% e 48,3%, abaixo da média estadual amostrada), seguidos de Pecuaristas Consolidados (entre 33,3% e 34,6%, acima da média) e, em menores proporções, os dois tipos de Pecuaristas-lavoureiros (entre 17,2% e 28,8%, acima da média).

Os estabelecimentos variam em tamanho, o que indicaria a existência de pequenos estabelecimentos familiares, grandes estabelecimentos empresariais mais voltados ao arroz/soja e estâncias de criação de gado tradicional ou empresarial. Essa porção do estado foi a que mais apresentou avanço de lavouras de sequeiro no período prévio ao levantamento de dados, ainda que nem toda a sua área de abrangência tivesse tal aptidão. A tendência de baixa nos preços das terras e arrendamentos, durante a década de 1990, teria sido um facilitador para que alguns pecuaristas se iniciassem nas lavouras, seja através de arrendamento, de produção junto a terceiros ou ainda na produção própria (ANDREATTA, 2009).

Segundo a mesma autora, essa tendência de ganho de importância dos arrendamentos não é uma exclusividade da região sudoeste do RS, visto que 30% dos pecuaristas entrevistados em toda a amostra o fazem para implantar lavouras e aumentar a rentabilidade da terra. Essa prática é mais pronunciada entre aqueles que têm a bovinocultura como atividade agropecuária principal, no perfil que a autora classifica como Pecuaristas Consolidados, os quais se encontram na parte sudoeste do RS em proporção sempre acima das médias estaduais da amostra. Nas microrregiões aqui em questão, cada estabelecimento amostrado disponibilizava para arrendamento em média 336 hectares, o que representa 24% da área total.

Aparentemente, a dinâmica do arrendamento tem alguns reflexos nos sistemas produtivos, visto que está estatisticamente associada com melhores níveis de renda e com melhores indicadores técnico-produtivos da bovinocultura de corte. A área arrendada é frequentemente devolvida com pastagem cultivada de inverno, o que contribui para o pastejo na época mais fria e, por consequência, aprecia o rendimento na bovinocultura. Nessa região, em torno de 50% dos Pecuaristas Consolidados arrendam numa proporção de 18% a 29% dos seus estabelecimentos. Somada a outras fontes externas, essa renda representava 58% da renda total desses pecuaristas, o que justifica a recorrência da estratégia (ANDREATTA, 2009).

Desse modo, Andreatta (2009) traz elementos explicativos para a manutenção em longo prazo dos sistemas produtivos de pecuária que costumam ser caracterizados como tradicionais e, por isso, vistos como progressivamente decadentes. A heterogeneidade intrarregional dos sistemas agrários ajudaria a relativizar a convencional separação estadual entre região sul pecuarista e região norte agrícola, além de contribuir com mais nuances em relação a uma classificação dualista entre empresariais e tradicionais. Isso porque a autora percebe os sistemas de produção pecuaristas e a aptidão das terras dentro de um conjunto mais amplo de fontes de renda e de disposições sociais dos padrões de cada estabelecimento.

Nesse sentido, os estabelecimentos que poderiam ser considerados mais tradicionais, de pecuaristas Estacionários e Consolidados, não estão somente nas áreas menos favoráveis à agricultura da região sul do estado, ainda que o fator de aptidão agrícola seja um condicionante dos mais importantes para a diversificação de rendas com arrendamentos e parcerias. Da mesma forma, não necessariamente os estabelecimentos localizados nas

melhores terras são os que apresentam as melhores rentabilidades por superfície utilizada, visto que muitos pecuaristas Estacionários e Consolidados não têm na atividade agropecuária conduzida por conta própria a sua única ou principal fonte de renda. A noção de heterogeneidade é utilizada pela autora justamente para se referir ao comportamento dessa complexidade entre microrregiões e entre estabelecimentos.

(d) Por fim, dialogamos com os estudos de Piccin (2012; 2014; 2016; 2021) que partem de uma categoria analítica diferente da usual na literatura – pecuarista –, optando por um recorte pela noção de estancieiros enquanto grandes proprietários fundiários que possuem diversificadas estratégias de reprodução social para além da pecuária de corte. Pela chave interpretativa da economia das práticas de um patronato específico, o estancieiro, o autor procura desvencilhar-se de uma abordagem que separa a região, a atividade econômica e os agentes sociais, isto é, o pecuarista, a pecuária e a região sul do RS. Opta por uma análise das trajetórias específicas de posições nas estruturas objetivas e simbólicas do espaço social. Sua abordagem de longa duração da reprodução social do patronato estancieiro vai focar principalmente o século XX, momento onde a relação desses proprietários com outras elites agrárias do país atravessa uma reviravolta importante, na medida em que é alterada a sua posição subsidiária no mercado do charque abastecendo a lavoura exportadora do Sudeste e do Nordeste do Brasil (PICCIN, 2014).

A partir das décadas de 1930 e 1940 o apoio do Instituto Sul-Riograndense de Carnes na aquisição e coordenação de uma rede de cooperativas-frigoríficos de estancieiros permitiu a administração de preços favoráveis para a carne até a década de 1980, o que representaria um momento ascendente para essas elites do gado no extremo sul do país. Considerando-se que os mercados de carnes do país seguiam uma dinâmica de abastecimento predominantemente regional, até então, os estancieiros com suas cooperativas e frigoríficos tinham importante poder tanto sobre a produção quanto a oferta de carne por meio do controle dos estoques e abates. Ainda que minoritárias, as compras institucionais por setores militares e as vendas para mercados internacionais se somavam ao domínio produtivo e industrial sobre a oferta em um mercado regional pouco competitivo, convertendo-se em importante ferramenta de administração de preços da economia estancieira (PICCIN, 2012).

Entre o final da década de 1980 e início dos anos de 1990, quando observam-se tanto mudanças no mercado interno de carnes no contexto das políticas de liberalização, quanto na capacidade de controle de preços efetuada pelas cooperativas de carnes no contexto inflacionário, acontecem importantes reconversões econômicas das estâncias e dos estancieiros. O autor elenca algumas estratégias em relação à pecuária e à terra que passam a acenar positivamente para esse grupo social: a) reconfiguração, redução ou desativação da produção pastoril; b) aumento do espaço cedido em arrendamentos para produção de monocultivos de árvores ou de cereais; c) vendas de terras, seja por meio do mercado privado de terras ou das aquisições estatais da política de assentamentos.

Portanto, em decorrência do novo conjunto de condições macroeconômicas e de influência sobre os mercados na década de 1990, se observa uma reclassificação para baixo dos estancieiros em termos do capital de relações sociais e da importância política no cenário nacional e estadual, em comparação com as posições ascendentes ocupadas desde os anos de 1930. É no olhar agregado para os rebaixamentos na inserção econômica e política do setor estancieiro no espaço social que se compreende a correlata crise de legitimidade no seu poder simbólico, o que é notável pelas contestações dos trabalhadores de estâncias na justiça do trabalho que se tornam mais frequentes a partir dos anos de 1990 (PICCIN, 2012).

Na análise das diferentes posições sociais implicadas na economia estancieira, o autor observa as condições de exploração da força de trabalho implicadas na atividade no período entre 1940 e 1980. Mesmo que o grupo dominante no espaço social experimentasse processos

ascendentes, isso não representava distribuição dos resultados econômicos com os setores trabalhadores. A compressão ao máximo dos pagamentos monetários era uma prática recorrente em meio à precária internalização dos direitos do trabalho rural naquelas relações de produção.

Portanto, enquanto os estancieiros tiveram condições de manter seus largos domínios fundiários e rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho, a sustentação das taxas de lucro na pecuária extensiva não entrava em conflito com o fato de a região sul do RS apresentar crescimento abaixo das médias estaduais e nacionais. Isto é, faz-se necessário localizar a noção de crise entre os agentes no espaço social e avaliar as formas de apropriação dos resultados do trabalho e de outras rendas, tal como a que decorre do monopólio sobre os títulos fundiários (PICCIN, 2012).

### **1.5.1 Divergências, convergências e controvérsias**

Feita uma revisão geral das principais categorias e enfoques utilizados pela literatura especializada para analisar as mudanças na economia estancieira, passaremos para uma discussão mais sistemática de divergências, convergências e controvérsias sobre: 1) as aptidões, condicionantes e necessidade de modernização técnico-produtiva da bovinocultura; 2) as características da crise envolvendo a metade sul do RS, a bovinocultura de corte e os pecuaristas; 3) as reconfigurações na inserção externa da produção pecuária e nos poderes relativos dos diferentes capitais na agropecuária regional; 4) a importância e o caráter da força de trabalho na pecuária e na economia estancieira.

(1) As pesquisas sobre crise regional e modernização da pecuária convergem no sentido de apontar que a economia pastoril do Sudoeste rio-grandense não foi inserida no pacto mais geral, em termos nacionais, da modernização ou integração técnica com a indústria tal como nas lavouras de soja, trigo e arroz, por exemplo. Seja porque os pecuaristas teriam ficado relativamente de fora desse processo na década de 1960 (FONTOURA, 2000), ou, posteriormente, porque incapazes de se posicionar na reestruturação econômica dos anos de 1990 (BENETTI, 1997). Essas abordagens convergem ao argumentar que a maior parte dos pecuaristas não usufruiu dos fundos públicos disponíveis para diversificar suas linhas de produção, nem teve a ação econômica necessária para intensificar os sistemas produtivos de pecuária por meio de tecnologias e racionalidades de gestão mais afeitas às relações concorrenciais capitalistas.

No entanto, há nuances nessa interpretação em relação aos vislumbres da pecuária de corte na virada da década de 1990 para 2000, inclusive num olhar controverso sobre as vendas de bezerros para o Centro-Oeste do país. Por seu lado, Fontoura (2000) enfatiza a diferenciação interna entre pecuaristas tradicionais e empresariais, no sentido de que estes aumentam os graus de integração com a indústria de insumos genéticos e moto mecânicos à montante, e com os frigoríficos e comércio atacadista internacional à jusante. Nesse sentido, as vendas de bezerros para outras partes do Brasil simbolizariam a qualificação na exportação genética da fração empresarial da bovinocultura do RS. Por outro lado, Benetti (1997) considerava que esse movimento era incipiente diante da contínua dependência econômica dos pecuaristas em relação aos ciclos de expansão e retração da renda da terra obtida dos arrendamentos para cultivos de arroz, onde as vendas de bezerros não compensavam o desinvestimento em outros ativos, tal como as terras e as matrizes, o que culminava no atraso tecnológico da pecuária sul-rio-grandense em relação à crescente tecnificação de sua homóloga no Sudeste e Centro-Oeste.

As pesquisas de Piccin (2012; 2021), sobre o patronato estancieiro, propõem uma ordem de questionamentos distinta sobre a limitada intensificação técnico-produtiva da

pecuária no Sudoeste do RS. Ao invés de focar as aptidões dos padrões ou os condicionantes de política pública, no sentido de incapacidade ou exclusão desse setor social frente à modernização conservadora, o autor questiona se haveria efetivamente necessidade de mudança nas estratégias produtivas sob o prisma da renda da terra e da taxa de lucro dos estancieiros. A renda e o lucro teriam permanecido relativamente conservados, entre 1940 e 1990, em função da estrutura fundiária monopólica, dos baixos salários e dos preços administrados da carne através da rede de frigoríficos por eles controlada.

Assim, ainda que Piccin (2012) concorde em partes com a abordagem do desenvolvimento regional, onde a estrutura de controle sobre a terra seria um fator que condiciona tanto a permanência da exploração pecuária extensiva quanto o reduzido crescimento econômico, o autor não considera que a ausência de linhas produtivas alternativas e de incrementos tecnológicos significativos na bovinocultura seja uma irracionalidade, incapacidade ou exclusão da economia estancieira. Ou seja, partindo de um enfoque da economia das práticas sociais, aborda um conjunto mais abrangente de elementos para determinar a racionalidade econômica desse patronato rural em relação aos seus estabelecimentos agropecuários e patrimônios fundiários.

Ainda assim, alguns aspectos convergem nas abordagens de Benetti (1994) e Piccin (2012), no que se refere à dinâmica de mercado administrado pelas cooperativas de estancieiros, enquanto fortemente associada ao comportamento econômico desses agentes na bovinocultura de corte em termos da gestão de seus ativos. Isso se materializava na reduzida reposição do capital constante (terras e gado) e do rebaixamento dos custos variáveis (salários), com baixa dependência de crédito e baixo risco quando comparado às atividades de lavoura e às de pecuária intensiva. Com os preços administrados, não seria necessário incrementar a produtividade, nem assumir maiores riscos, mas apenas manter o lento ritmo de reprodução dos rebanhos (BENETTI, 1994).

Ao mesmo tempo, isso traz à tona o modo de pensar no rebanho como estoque na economia estancieira, associado à inseparabilidade entre gasto familiar e produtivo, como destaca Piccin (2012). Em suma, na pecuária, o que buscam os estancieiros é um certo nível de rentabilidade com uma certa quantia de animais vendidos, que lhes permita repor os custos de reprodução da atividade e os custos de manutenção do estilo de vida e de consumo familiar com distinção social.

Por conta dessa indissociabilidade dos gastos da família e da bovinocultura, se expressam de maneira mais aguda as oscilações do ciclo pecuário<sup>15</sup>, onde as vendas de animais são menos pronunciadas nos períodos de altas dos preços, e, em oposição, são mais elevadas quando os preços caem, levando inclusive à redução acentuada do rebanho de matrizes. Isto é, na economia estancieira a regra é a manutenção de uma rentabilidade que permita certo padrão de consumo familiar (PICCIN, 2012).

Além disso, devido a sua condição de classe patronal, o cálculo do estoque de gado para os estancieiros, mesmo os considerados tradicionais, possui traços para além daqueles demarcados por Fontoura (2012, p. 169), isto é, onde haveria uma “racionalidade da produção familiar, segundo o ritmo da reprodução da família-unidade de produção (em sincronia com a reprodução da natureza)”. Não se deve perder de vista que o diferencial da condição de classe estancieira está na reprodução de uma posição dominante no espaço social, calcada, dentre outros fatores, na extração de lucro do trabalho alheio e da renda fundiária pelo controle de amplas porções de terra (PICCIN, 2012). Sendo assim, o estoque de gado não tem a mesma aplicação observada na ótica de reprodução das condições básicas de existência ou da

---

<sup>15</sup> A categoria de “ciclo pecuário” é utilizada na literatura técnica em bovinocultura de corte para se referir às respostas mais ou menos defasadas dos criadores na oferta de animais em relação aos movimentos de preços e de outras variáveis econômicas e políticas. Maiores detalhes são abordados no capítulo III.

realização de investimentos episódicos, tal como nos grupos de pecuária de base familiar em suas diferentes expressões (RIBEIRO, 2009).

(2) No que se refere à questão da crise regional da metade sul do RS, esta costuma ser observada em longo prazo, como decorrência da perda de dinamismo iniciada na primeira metade do século XX (BANDEIRA, 1994). Por sua vez, autores como Piccin (2012) atentam ao porquê da vocalização política e acadêmica da noção de crise secular regional somente ganhar destaque na década de 1990. O autor considera que isso se explica pelas dificuldades para se manter as taxas de lucro na pecuária patronal extensiva e ampliar a renda da terra entre as décadas de 1980 e 1990, devido a uma sobreposição de fatores: a) o preço internacional da lã é fortemente reduzido, b) as cooperativas de estancieiros entram em falência e o ISRC é extinto; b) barreiras tarifárias às importações de carnes são removidas, c) o crescimento extensivo dos arrendamentos é interrompido, d) as reivindicações da força de trabalho da pecuária ganham maior reverberação jurídica.

Seria, portanto, o somatório desses elementos em um período específico, em seus efeitos sobre as principais fontes de receita e de conservação do poder econômico, político e simbólico, o que melhor explicaria a agudização do processo de venda de ativos a que se referem os outros autores. Essa abordagem traz elementos mais objetivos para analisar a pecuária e seus padrões em comparação com a noção de crise secular que se debruça sobre uma escala de região desde os anos de 1940. Ou seja, Piccin (2012) observa as condições de existência da economia estancieira e não as taxas de desenvolvimento de uma região em relação às outras.

Portanto, as interpretações dissonantes sobre os significados das reconfigurações econômicas que ganham força na década de 1990 nos colocam diante da principal controvérsia observada nesse balanço teórico. Ainda que exista um consenso de que os anos noventa são um divisor de águas para a trajetória de longo prazo dos padrões e da pecuária de corte da região aqui em estudo, não se pode dizer o mesmo sobre os principais fatores que caracterizam tais reconfigurações, e, por consequência, o momento que serve de marco inicial para as transformações. Tais diferenças se explicam pelos enfoques utilizados na análise dessa problemática.

O enfoque do desenvolvimento regional interpreta os pecuaristas e a pecuária extensiva a partir das dinâmicas socioeconômicas da região sul do estado em longo prazo, em especial a partir dos anos de 1940. A região se constitui desde uma matriz fundiária concentrada e da especialização primária na produção pastoril, além de produção manufatureira estagnada ou em queda. Esse padrão econômico seria responsável por uma retraída demanda efetiva, de modo que a região se manteve abaixo dos níveis de crescimento médio do RS em praticamente todo o século XX, indicando uma “crise secular” dessa porção estadual (BANDEIRA, 1994).

Ao equacionarem os indicadores regionais, essas pesquisas colocam em segundo plano as dinâmicas internas de reprodução da economia estancieira, assim como as reconfigurações na inserção externa da produção pecuária. Nesse sentido, apesar de reconhecido o caráter estancieiro de controle sobre os estoques bovinos e sobre a oferta de carnes por meio do instrumento institucional dos frigoríficos cooperativados, este é visto mais especificamente como expressão da racionalidade microeconômica dos pecuaristas dentro do problema mais geral da economia regional (BENETTI, 1994).

Por sua vez, os estudos de Piccin (2012; 2014; 2015) consideram o reposicionamento econômico e político do patronato estancieiro em termos nacionais a partir dos anos de 1930-1940 diante dos poderes relativos decadentes de outras elites como os senhores de engenho e os barões do café, frente a quem os pecuaristas do Sul eram historicamente subsidiários das lavouras de exportação. Essa análise permitiu-lhe avaliar a inserção econômica do patronato

estancieiro no mercado interno, sobretudo regional, enquanto o país atravessava o processo de industrialização por substituição de importações e constituía setores urbanos de estratos médios e altos de renda, consumidores de carnes resfriadas.

Portanto, a economia estancieira tinha controle sobre um conjunto de fatores, incluindo influência política, propriedade de terras, compressão monetário de salários e ampliação da mais valia absoluta, vendas de lãs e preços administrados da carne para o mercado interno. Este agregado permitiu a combinação entre taxa de lucro e renda da terra, sem que as vendas de ativos – fundiários, principalmente – se tornassem mais frequentes em períodos anteriores à década de 1990. Ainda que esse arranjo provocasse sérios problemas regionais, tal como a reduzida massa salarial, o baixo dinamismo e as fortes desigualdades econômicas (BANDEIRA, 1994), não impedia que a acumulação de capital fosse realizada em padrões ampliados, os quais garantiam a reprodução social estancieira como grupo dominante (PICCIN, 2012).

(3) No que se refere às reconfigurações na inserção externa da produção pecuária e nos poderes relativos dos diferentes capitais na agropecuária do Sudoeste do RS, novos elementos entram em jogo entre o final da década de 1980 e os anos 2000. Os autores abordados convergem em relação à singularidade das reconfigurações de então, das quais observam-se algumas nuances. As variações de análise se expressam justamente em relação ao novo caráter que a agropecuária regional vai assumindo nos anos 2000.

As pesquisas realizadas no final dos anos de 1990 não faziam um diagnóstico totalmente convergente sobre os destinos da pecuária de corte extensiva. Por um lado, Fontoura (2000) visualizava uma diferenciação entre duas pecuárias, onde a tradicional estava em processo de acelerada dissolução de seus ativos (terras e rebanho), concentrando-se em alguns “bolsões” e atendendo mercados locais, enquanto se observava a consolidação e provável expansão de uma pecuária empresarial atrelada aos setores industriais e atacadistas nacionais e aos mercados internacionais. Enquanto isso, Benetti (1997) destacava a dependência que a pecuária extensiva ainda apresentava em relação à renda fundiária obtida junto aos cultivos de arroz em arrendamento, o que classificava como “modernização restringida” da bovinocultura.

Contudo, nos anos 2000, as avaliações mais céticas sobre os rumos da pecuária de corte cederam lugar para certo otimismo, diante do cenário preexistente, onde se exaltou os movimentos transnacionais de capitais que se orientavam para a região sul do RS. Benetti (2010) considera que o movimento de internacionalização de empresas frigoríficas e de processamento de fibras vegetais seria um dos responsáveis pela intensificação dos sistemas de produção em caráter mais permanente. Argumenta a autora que esse processo potencialmente tornaria o incremento da exploração pecuária por unidade de área não mais dependente de estímulos cíclicos de expansão das lavouras em arrendamento. Pelo contrário, seria a emergência dos interesses de capitais industriais nacionais e transnacionais o que promoveria estímulos para uma maior integração técnica com a indústria, devido à oferta de insumos, o beneficiamento de produtos e suas respectivas exportações.

Nesse sentido, entraria em curso a partir dos anos 2000 umas das variáveis que esteve ausente no ciclo de modernização conservadora dos anos 1965-1985 no sentido analisado por Fontoura (2000) em relação à pecuária da região da Campanha, isto é, os interesses de capitais industriais em diversificarem-se na cadeia envolvida nessa atividade. Outra variável analisada pelo autor para explicar aquela “exclusão” nos processos de modernização era a ausência de agentes na atividade pecuária capazes de gerir seus negócios dentro de uma racionalidade especificamente capitalista, sobretudo no sentido de reduzir o tempo de abate dos animais. A emergência de pecuaristas considerados empresariais nos anos 1970 e sua consolidação nos



anos de 1990 estaria modificando o perfil desses agentes na região de modo irreversível (FONTOURA, 2000; 2012).

Ainda que não seja pelo prisma de diferenciação entre pecuária tradicional e empresarial, o aspecto das transformações no espaço social e na bovinocultura de corte também é analisado por Piccin (2012), no sentido de observar como a morfologia social do patronato da região se modifica desde os anos de 1990. O autor procura explicar como a manutenção de certas disposições sociais sobre o modo de calcular economicamente e de produzir em bovinocultura de corte continuaram atingindo resultados práticos que permitiram a continuidade de uma posição dominante no espaço social, o que foi possível até pelo menos a década de 1980. E, ainda, como o patronato estancieiro logra se reproduzir até próximo do final do século XX enquanto outras elites agrárias como a cafeeira do Sudeste e a açucareira do Nordeste passaram por processos de cisão e diferenciação muito profundos ainda na primeira metade do século. Para o autor, é somente na década de 1990 que os estancieiros se deparam com contradições mais profundas entre o modo socialmente incorporado sobre como produzir diante das imposições da realidade econômica (PICCIN, 2014).

Diante disso, a economia estancieira e a bovinocultura de corte passam por reconfigurações mediadas pela trajetória descendente que se coloca para o patronato estancieiro. A redução de preços pagos ao produtor pelo boi gordo atingia um dos produtos considerado mais lucrativo e mais seguro para esses proprietários. A agricultura, que até então não costumava figurar com importância nas suas estratégias produtivas, vai ganhar espaço por meio de arrendamentos ou plantações por conta própria.

A venda de terras também aparece como alternativa, onde se apresentam como potenciais adquirentes o Incra, os descendentes de colonos capitalizados (PICCIN, 2014), os capitais do setor agrícola oriundos de outras regiões produtoras de soja do estado (MONTEBLANCO, 2021) e, em menor proporção, as empresas do setor de celulose e papel (LERRER; WILKINSON, 2016) e os fundos de investimento internacionais, tal como o Harvard Management Company (HMC) com fazendas controladas em Sant'Ana do Livramento, Rosário do Sul, Cacequi, Dilermando de Aguiar, São Gabriel e outros municípios do sul do estado (SIVIERO VICENTE, 2020).

A pesquisa de Andreatta (2009) aporta para esse cenário do início dos anos 2000 informações valiosas sobre a heterogeneidade dos sistemas produtivos e dos perfis de pecuaristas do Rio Grande do Sul. A autora sugere, sem qualificar em termos dualistas entre moderno e tradicional, ou entre sul e norte do RS, que a heterogeneidade existente é melhor explicada pela disponibilidade de recursos produtivos – possibilidades de diversificação do uso da terra – e de características socioculturais e comportamentais dos pecuaristas – suas redes de relações, o acesso à informações e os conhecimentos sobre gestão.

Alguns aspectos diferenciam os perfis, tal como: a) Pecuaristas Estacionários especializados em criações extensivas em áreas montanhosas e menos favoráveis à mecanização; b) diferença sutil das médias de idade entre Pecuaristas especializados (mais velhos) e Pecuaristas-Lavoureiros (mais jovens), também perceptível em relação à escolaridade em nível técnico ou superior, mais favorável aos últimos; c) os Pecuaristas-Lavoureiros possuem acesso a informações técnicas mais qualificadas; d) somente entre os Pecuaristas Estacionários há quem vincule-se a sindicatos de trabalhadores rurais; e) mais de 70% possuem alguma forma de registro contábil, com exceção do perfil Estacionários. Nos traços gerais de toda a amostra de pecuaristas entrevistados, a autora sumarizou alguns aspectos que podem ser vinculados ao seu perfil patronal: a) a mão de obra exclusivamente familiar presente em apenas 14% dos entrevistados (87% deles no grupo Pecuaristas Estacionários); b) a recorrência da condição absenteísta (moradia na cidade) (ANDREATTA, 2009).

A amostra de pecuaristas analisada por Andreatta (2009) dialoga com algumas das características desse setor social na forma como o analisam Fontoura (2000) e Piccin (2012). Fontoura destaca aspectos relativos à diferenciação nas formas de gestão e de escolaridade, que seriam mais perceptíveis entre os pecuaristas que assumem estratégias mais compatíveis com a lógica empresarial do giro rápido de mercadoria, tal como os perfis Pecuaristas-Lavoureiros de Andreatta (2009). Por outro lado, Piccin destaca a condição patronal dos estancieiros, onde a premissa básica de separação da família e da força de trabalho do estabelecimento afasta essa categoria social de uma parcela dos entrevistados na condição de Pecuaristas Estacionários a que se refere Andreatta. Portanto, as características de formação escolar e inserção social observáveis por Andreatta em prol das categorias de Pecuaristas Consolidados e Pecuaristas-Lavoureiros parecem se assemelhar às distinções sociais identificadas por Piccin: acesso às melhores terras e aos estabelecimentos de maiores proporções, posse de títulos escolares, acesso à redes de relações e informações privilegiadas no espaço social.

Contudo, a categoria “estancieiros”, em Piccin (2012), não é plenamente convertível nos perfis de “pecuaristas”, de Andreatta (2009), visto que o recorte do trabalho de campo de Piccin são as principais linhagens familiares de estancieiros no espaço social, as quais frequentemente encontraram condições de reprodução e reconversão com base em profissões liberais, rendas sobre patrimônio rural, patentes militares e cargos no serviço público. Por sua vez, a análise de Andreatta é mais generalista e recobre situações mais agudas de descenso social, repartição de patrimônio e dificuldade de reconversão social após os anos de 1990. Nesse sentido, uma virtude do estudo de Andreatta (2009) é demonstrar a complexidade nas reconfigurações da economia estancieira, trazendo aspectos para pensar além do cenário dualista tradicional/empresarial em Fontoura (2000) ou das condições mais vantajosas de reconversão social nos estratos mais aquinhoados do patronato estancieiro analisados por Piccin (2012).

(4) No que se refere ao mercado e às relações de trabalho na bovinocultura de corte identificamos diferenciações importantes de acordo com os enfoques do desenvolvimento regional, da modernização e do patronato. Quando se trata de analisar o fator de produção trabalho em uma região especializada na pecuária extensiva e baseada no latifúndio, as pesquisas de Benetti (1994, p. 110; 1997, p. 175) não poupam palavras ao citar explicitamente que a pecuária de corte “não emprega mão-de-obra”, indicando que a atividade praticamente prescinde do fator. Consideramos que a autora utiliza-se de uma hipérbole para indicar que a baixa demanda de trabalhadores e a diminuta divisão social do trabalho têm como efeito uma reduzida massa salarial ou demanda efetiva em comparação a outros mundos do trabalho rural no estado, em especial a região de colônias (BENETTI, 1994).

Temos, por outro lado, as análises de Fontoura (2000; 2012) que visualiza uma sucessão entre relações de trabalho empresariais em substituição às tradicionais, onde “a relação patrão-empregado deixa de ser uma relação hierárquico-militar, mas uma relação de compra e venda de força de trabalho” (FONTOURA, 2012, p. 183). Segundo o autor, as relações personalistas e as remunerações não monetárias, relacionando patrões e empregados da pecuária por fora do contrato legal, não seriam compatíveis com a racionalidade empresarial que objetiva aumentar a produtividade do trabalho pela compra da força de trabalho e não pela imposição do mando pessoal.

Na análise das recomposições do patronato rural da pecuária extensiva, Piccin (2012) considera os mecanismos internos de acumulação na economia estancieira, dentre os quais seus reduzidos custos variáveis na criação de bovinos. O autor constata que reproduziu-se nesse espaço social uma série de mecanismos de dominação simbólica e de redução dos pagamentos monetários, tal como a cessão de morada em troca de trabalho temporário

gratuito, o endividamento dos trabalhadores pelo sistema de armazém – similar ao barracão dos engenhos canavieiros (GARCIA JR., 1989) – e ainda a permissão para que os trabalhadores campeiros possuíssem pequenos rebanhos próprios no interior da estância. As dinâmicas de recrutamento da força de trabalho nesses grandes domínios teriam sido análogas à exploração do trabalho em várias outras realidades no campo brasileiro, tal como as fazendas do café e os engenhos canavieiros (PICCIN, 2012).

Em vista de analisar a dualidade tradicional/moderno de forma mais nuançada, o autor considera que o esgarçamento das relações de dominação tradicional foi um processo que se estendeu no tempo, visto que muitas delas teriam persistido sem questionamento jurídico sistemático pelos trabalhadores durante os anos de 1990. Os desafios para a reprodução da economia estancieira desde a década de 1980, bem como a afirmação de acordos coletivos entre os sindicatos de trabalhadores e de patrões rurais da região a partir de 1990, são fatores que compõem um novo balanço de poderes. Somem-se ainda os crescentes deslocamentos de trabalhadores e trabalhadoras da região da Campanha para pólos industriais gaúchos (MOCELLIN; HEREDIA, 2018), bem como a prática sistemática de questionamento das rescisões dos contratos de ex-trabalhadores de estâncias, ambos nos anos 2000 (PICCIN, 2012).

Portanto, as nuances diferenciadas que as correntes da literatura especializada colocam para a economia estancieira, a tecnificação na pecuária ou o desenvolvimento regional, sugerem importâncias relativas para a questão do trabalho. A abordagem regional objetiva a força de trabalho na pecuária para o conjunto da economia da metade sul do RS, concluindo pela baixa participação e relevância. Os estudos da modernização percebem uma passagem um tanto mecânica entre modos predominantes de contratação da força de trabalho, com reduzida atenção para processos transitórios, rupturas e continuidades. Por fim, as pesquisas sobre o patronato estancieiro esboçam um panorama mais denso sobre as formas de recrutamento e mobilidade da força de trabalho no espaço social. Suas análises indicam que mudanças no interior da economia estancieira respondem a processos mais amplos no estado e no país, não dependendo unicamente de mudanças de racionalidade na gestão dos estabelecimentos.

### **1.5.2 Sobre os elementos constitutivos da economia estancieira**

O que podemos extrair em termos conceituais e analíticos dessa revisão da literatura especializada acerca da bovinocultura de corte e dos pecuaristas/estancieiros do sudoeste do RS a partir de meados do século XX, sobretudo após 1980?

É consensual a existência de um problema econômico de longo prazo em toda a região sul do estado em função da concentração fundiária, da especialização primária e do baixo grau de integração técnica-produtiva, sobretudo na atividade pecuarista. Seu diagnóstico indicou os rumos pouco promissores que o setor tomaria sem reestruturar-se (BENETTI, 1997), a baixa contribuição para o conjunto da economia estadual (ALONSO; BENETTI; BANDEIRA, 1994) e quais seriam as intervenções mais cabíveis para a administração pública, dentre as quais a reforma agrária (BÓS; SEABRA, 2014).

Além disso, por diferentes enfoques, buscou-se entender como um sistema aparentemente moribundo conseguiu reproduzir-se por um período tão prolongado. A noção de economia estancieira pode ser uma ferramenta analítica para objetivar o arranjo de agentes, recursos e condições que possibilitou à atividade pecuarista patronal manter-se mesmo em meio aos diagnósticos de sua inviabilidade.

No clássico estudo de Furtado (2005), sobre a formação econômica do Brasil, o emprego das categorias de “economia do açúcar e do algodão”, “economia de subsistência” e “economia cafeeira” visava compreender como se produzia e distribuía a renda real em diferentes sistemas que compunham a economia brasileira. Tais conceitos foram utilizados para dimensionar as relações de classe na apropriação do excedente social, o comportamento econômico e as vinculações políticas das classes dirigentes, assim como os efeitos de processos de longa duração em termos de acréscimos ou decréscimos na produtividade do trabalho (FURTADO, 2005).

Nesse sentido, na presente pesquisa objetiva-se utilizar a noção de economia estancieira como conceito intermediário na análise, para evidenciar suas conexões com processos mais gerais na sociedade brasileira, dentre eles a condição de subdesenvolvimento ou capitalismo de dependência e os movimentos dos capitais financeiros, industriais, comerciais e agrários na agropecuária brasileira. Consideramos que as relações sociais de produção envolvendo essa atividade e esses agentes sociais no Sudoeste rio-grandense não estão isoladas dos pactos de economia política mais gerais. Ao mesmo tempo, entendemos que as características do patronato, dos mercados e das condições produtivas regionais também precisam ser equacionadas em suas características distintivas.

Com essa abordagem correlacionam-se os recursos da classe estancieira, as relações de produção na pecuária extensiva e as políticas agrícolas em curso. Desse modo, a economia estancieira se constitui em torno de um arranjo de economia e política que envolve o controle fundiário, os sistemas de pecuária extensiva, o controle da indústria frigorífica regional e o cálculo econômico de estoque bovino aplicado aos estabelecimentos rurais. Esses fundamentos se relacionam com o Estado e as políticas agrícolas em termos da apropriação de infraestrutura, da administração de preços mínimos, de compras governamentais e da oferta de crédito subsidiado. Essas questões foram discutidas junto da literatura em uma série de convergências e controvérsias que podem ser agregadas no sentido de reconstituir os principais elementos da articulação desse patronato com as transformações mais gerais na economia nacional.

São, portanto, elementos constituintes do que se considera enquanto padrão de acumulação na economia estancieira, entre o início da década de 1940 até meados da década de 1980: terra, sistema de produção, força de trabalho, agroindústria e mercado interno, recursos públicos, capital político e de relações sociais e conjuntura internacional.

a) terra: a estrutura fundiária de caráter monopólico – representada estatisticamente nas maiores concentrações estaduais em grandes estabelecimentos rurais maiores de 500 ha sobre a área total – enquanto plataforma para: atividades agropecuárias por conta própria, apropriação da renda da terra e condições vantajosas para o recrutamento da força de trabalho despossuída;

b) sistema de produção: a pecuária extensiva de bovinos e ovinos, com base no comportamento econômico de baixo risco na retenção de estoque de bovinos, em eventuais combinações com o cultivo de arroz;

c) força de trabalho: a disponibilidade de força de trabalho em condições de mobilidade intersetorial e interregional restrita, impelida estruturalmente a aceitar baixas remunerações monetárias, e cuja mobilização sindical classista era pouco articulada em termos de pressão organizada sobre o setor patronal;

d) agroindústria e mercado interno: o controle patronal cooperativado de plantas de abate e beneficiamento da carne (frigoríficos), adequadas ao momento chave de mudança no perfil nacional de consumo, com crescente mercado interno nos setores urbanos de estratos médios e altos de renda enquanto consumidores de carnes resfriadas;

e) recursos públicos: apoio do Instituto Sul Riograndense de Carnes (ISRC) no financiamento da infraestrutura de beneficiamento, transporte, armazenagem e distribuição, dentre outras regulamentações e investimentos, estaduais e federais, tal como e as compras governamentais, as tarifas para importações, a disponibilidade de crédito subsidiado aos criadores e os financiamentos aos frigoríficos lastreados em estoques reguladores – em um conjunto de medidas que possibilitava acesso em condições vantajosas ao mercado interno;

f) capital político e de relações sociais: uma classe dirigente que ocupa importantes cargos de comando e mediação tanto em esfera estadual como nacional, civil e militar, e que possui ligações com diferentes posições do espectro político;

g) conjuntura internacional: tendência protecionista das potências imperialistas no período entreguerras (1918-1939), com o reposicionamento econômico e político das elites agrárias do Brasil e a abertura de brechas para políticas industriais de substituição de importações em países subdesenvolvidos, as quais são condicionantes para os investimentos públicos na modernização conservadora da agricultura brasileira, e se esgotam durante a década de 1980.

Vale notar que a análise aqui proposta para a economia estancieira tem um escopo relativamente diferente em relação à pesquisa de Piccin (2012) sobre seis linhagens de famílias do patronato estancieiro, subdivididas em 99 matrimônios e 233 indivíduos. Seu estudo abordou a reprodução social do patronato estancieiro não somente em relação às atividades pecuaristas, mas na reprodução de um conjunto de capitais econômicos, políticos, sociais, culturais e simbólicos que lhes permitiram – ao mesmo tempo em que ascendiam economicamente com as estâncias – uma autonomização em relação à esfera agropecuária por meio de títulos escolares (direito, medicina, engenharia e ciências agrárias), títulos oficiais militares e cargos públicos (PICCIN, 2015).

No presente trabalho, a noção de estancieiros abarca um grupo social mais amplo, para além daqueles pertencentes às mais destacadas linhagens familiares, visto que as fontes de dados desta pesquisa de tese não permitem estabelecer essa distinção. Para operacionalizar a categoria por meio de fontes censitárias e de pesquisa agropecuária, considera-se o critério de posses fundiárias em estabelecimentos acima de 1.000 ha como representativo da fração de padrões rurais estancieiros, que coincide com os casos entrevistados nas pesquisas de Piccin (2012) e Fontoura (2000). Nos capítulos seguintes veremos que, a depender dos elementos sob análise, a categoria dos estabelecimentos agropecuários do IBGE com mais de 500 ha também pode ser coerente com a análise que aqui se esboça, sobretudo quando os estancieiros expandem a área cedida em arrendamento e reduzem a atividade pecuária por conta própria em porções de terra mais restritas, mantendo seu caráter patronal. De todo modo, entende-se que o conjunto desses proprietários se beneficia da condição ascendente e das redes de relações sociais e políticas de seus dirigentes e porta-vozes, sejam eles pertencentes às linhagens familiares mais destacadas ou não.

Ao mesmo tempo, a presente proposta conceitual de economia estancieira não abrange um escopo tão largo de pecuaristas em comparação com o público amostrado em Andreatta (2009). Isto é, não analisa diretamente quais eram as estratégias e os problemas em jogo para uma parcela da categoria dos Pecuaristas Estacionários, sobretudo no recorte daqueles cuja mão de obra é predominantemente familiar – tendo em vista que a amostra desse perfil inclui estabelecimentos entre 17 ha a 5.943 ha.

Isso não implica em dizer que o grupo social reconhecido a partir dos anos 2000 como pecuária familiar não tenha importância em termos dos estabelecimentos e rebanhos de bovinocultura, ou que não tenha vinculação com os condicionantes do controle dos estancieiros sobre mercados de terras, trabalho e produtos agropecuários. Ao contrário, quer

tão somente dizer que, em função da necessidade de operar recortes para operacionalização da pesquisa, o enfoque deste trabalho remete aos padrões rurais.

Entende-se que o arranjo econômico e político estancieiro, focalizado neste primeiro capítulo do trabalho, se reconfigura gradativamente a partir das décadas de 1980 e 1990 ao lado de um cenário nacional de ajustes conjunturais e crise de dependência externa. A desestruturação de parte das condições econômicas, políticas e sociais que viabilizaram o padrão de acumulação da economia estancieira, até a década de 1980, abre um processo de transição para novos arranjos de economia e política envolvendo os estancieiros e demais agentes, estratégias e fundos públicos no sudoeste do RS, com base em reconfigurações nas dinâmicas de produção primária e de apropriação da renda fundiária.

Vale então considerar que, do conjunto de elementos sobre os quais os estancieiros possuíam margem de manobra no âmbito da cadeia produtiva e do mercado de carnes, paulatinamente vão perdendo o controle da regulação dos preços pagos pela carne ao produtor e veem reduzir-se a sua influência política diante de reestruturações capitalistas globais e do processo de redemocratização no fim dos anos de 1980 (PICCIN, 2014; 2015). Ainda assim, no que se refere aos mercados agropecuários na década de 1990, continua dentro de suas possibilidades o controle dos estoques de rebanho, a expansão de áreas agrícolas cedidas em arrendamento e a extração de excedentes sobre a força de trabalho. Esses recursos e estratégias seguiram como ferramentas de acumulação econômica, ainda que em cenário restritivo, vide a estagnação do crescimento extensivo das lavouras (BENETTI, 1997) e a legitimação mais contundente de direitos trabalhistas (PICCIN, 2012).

Esses fatores, sobretudo a renda obtida com arrendamentos para lavoureiros, não são homogêneos diante das diferentes aptidões agrícolas no território, o que pode colaborar para entender os ritmos e tendências de transformação nos diferentes locais. A literatura indica que, em alguns casos, ocorreu um fracionamento de propriedades em um período mais antecipado, constituindo ainda na década de 1950 as origens de algumas das localidades onde possui centralidade a pecuária familiar (FIALHO, 2005), eventualmente em áreas onde chegaram descendentes de colonos inicialmente como arrendatários e pequenos proprietários (ZANELLA, 2017), ou mesmo onde a estrutura e propriedade fundiária pouco mudou, nos considerados “bolsões de pecuária tradicional”, de pouca aptidão agrícola e baixa integração técnico-produtiva à indústria (FONTOURA, 2000).

Durante a década de 1990 também se registra a formação dos primeiros assentamentos rurais em municípios da região da Campanha por meio das aquisições de terras do Incra (CHELOTTI, 2009) e, a partir dos anos, 2000 foram mais contundentes as aquisições e arrendamentos de áreas por empresas de celulose e papel (BENETTI, 2010), fundos de investimento estrangeiros (SIVIERO VICENTE, 2020) e agriculturas empresariais oriundas de regiões previamente ocupadas com lavouras de soja (MONTEBLANCO, 2021).

É nesse âmbito de processos transitórios e inacabados que analisamos como as transformações recentes envolvendo a agricultura capitalista no país reconfiguram tanto as regiões de ocupação agrícola antiga como as fronteiras de expansão (DELGADO, 2012), recolocando as permanentes questões sobre a socialização do excedente social entre salário e lucro e a apropriação de recursos naturais não reproduzíveis pelo trabalho.

Estas dinâmicas nos fazem refletir sobre o acoplamento da economia estancieira em um novo arranjo de economia e sociedade do agronegócio (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010), sobretudo em termos de seus efeitos sobre uma região que já se encontrava historicamente deprimida pela concentração fundiária e especialização primária (BANDEIRA, 1994).

## **CAPÍTULO II - A ECONOMIA ESTANCIEIRA E O PACTO DO AGRONEGÓCIO NO SÉCULO XXI: EFEITOS NA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS, NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E NO MERCADO DE TERRAS DO SUDOESTE RIOGRANDENSE**

No capítulo anterior caracterizamos o período de acumulação da economia estancieira que foi originado na era desenvolvimentista, a partir da década de 1930. Esse padrão foi reforçado pelo sistema de demanda efetiva para a agricultura implementado após 1965 pelo Estado brasileiro junto aos capitais agropecuários, industriais, comerciais e financeiros. Também observamos um período de ajustes nas políticas agrícolas do país, nas décadas de 1980-90, onde se impuseram mudanças no arranjo econômico e político de reprodução dos estancieiros.

Este capítulo dá continuidade à análise das rearticulações em torno de um novo formato da economia estancieira. No contexto internacional de liberalização dos mercados de agricultura e alimentação após 1995, via Organização Mundial do Comércio (WTO) e Acordo sobre Agricultura (AoA), lado a lado com o relançamento em termos nacionais da estratégia primário-exportadora nos anos 2000, desponta no Brasil o denominado pacto do agronegócio. Aqui são objetivadas suas expressões e especificidades no Sudoeste do Rio Grande do Sul.

Essa abordagem inclui, por um lado, a reverberação de tendências globais e nacionais, e, por outro, as recomposições na morfologia do espaço social e as estratégias institucionais dos setores dominantes sobre a terra e os mercados agropecuários na região. A conjuntura nacional de estagnação econômica e crises inflacionárias das décadas de 1980-90, que é vocalizada no debate público estadual em termos de uma “metade sul atrasada”, foi apropriada por setores politicamente organizados da economia estancieira e de agriculturas empresariais emergentes. Sua articulação resultou em uma série de recursos públicos e regulamentações que qualificaram a porção sul do RS como local apto a novos investimentos privados para capitais agropecuários, agroindustriais e financeiros inseridos na estratégia macroeconômica de busca de divisas via exportações primárias.

As principais expressões locais desse modelo são as lavouras de soja e de arroz em integração com pastagens de inverno, além dos monocultivos de árvores e dos frigoríficos para carne bovina. Desse modo, a demanda por políticas públicas específicas, que partia de uma discussão pautada em fóruns e planos a fim de modificar o padrão de desigualdades e de especialização primária no desenvolvimento regional, foi capitalizada pelos setores dominantes sobre as terras e mercados agropecuários que se voltaram para nichos de mercado ligados à exportação de commodities (KENNE, 2022).

A concentração e a desigualdade na distribuição da posse da terra é uma constante que atravessa todo o período sob análise em suas reconfigurações político-econômicas e justifica o qualificativo ‘rentismo’ aqui utilizado para definir continuidades nas formas de acumulação pelos proprietários rurais. Se a economia estancieira anteriormente colhia os rendimentos recorrentes de arrendamentos para lavouras, especialmente de arroz, assim como as vantagens da criação extensiva de gado tendo o controle sobre a indústria frigorífica, mais contemporaneamente ela se beneficia do acelerado movimento global de valorização nos mercados de terras. Entre 2003 e 2008 seus imóveis rurais foram especulados por investimentos de estrangeiros e de empresas nacionais do setor de celulose no contexto de expansão da silvicultura em direção aos países do Cone Sul, e, nos anos seguintes, essa procura de áreas seguiu em função da abertura de lavouras de soja que foi conduzida por

agricultores majoritariamente oriundos do próprio RS e reforçada por medidas do Estado brasileiro.

Por último, mas não menos importante, o recente incremento das exportações de carne bovina para a Ásia foi mais um fator associado com o aumento de preços de terras e de produtos agropecuários na região, expressando-se via integração no uso de áreas e de equipamentos agrícolas entre lavouras de verão e pastagens de inverno, além das investidas de uma empresa líder do setor de frigoríficos. Sendo assim, os proprietários estancieiros do Sudoeste rio-grandense localizavam-se em uma fronteira agrícola cujas terras já tinham dono no papel, isto é, cujo monopólio sobre os títulos fundiários já se encontrava consolidado.

Os expedientes de arrendamentos e vendas de imóveis rurais em um aquecido mercado de terras e de produtos agrícolas, silvícolas e pecuários marcam um período com maior importância de negociações sujeitas às flutuações de mercado internacional. Sobretudo em comparação com o cenário anterior onde havia maior controle da oferta de carnes pelos estancieiros organizados em cooperativas voltadas predominantemente aos mercados estadual e nacional, quando ainda eram pouco afetados pela oferta de outras regiões do país e/ou estrangeira. Note-se que essas recomposições em nível de economia estancieira acompanham transições mais amplas de ordem liberal e financeira em escala nacional e global, as quais não são isentas de regulamentações estatais, isto é, o arcabouço legal dos mercados globalizados é fruto de estruturas das relações de economia e política no âmbito do Estado, e não de sua ausência (DARDOT; LAVAL, 2016).

O capítulo está dividido em seis seções a fim de tratar desses assuntos:

a) iniciamos com o contexto relacionado ao aquecimento dos mercados de commodities, nos anos 2000, e com as políticas macroeconômicas e setoriais associadas ao pacto de economia e política do agronegócio no Brasil. Diante disso, os estancieiros reposicionaram-se enquanto proprietários de terras e padrões rurais em uma região onde avança aceleradamente a utilização das terras com lavouras temporárias, especialmente de soja, em detrimento de campos nativos;

b) nesse sentido, analisamos a utilização das terras de acordo com os Censos Agropecuários e imagens de satélite, de modo a inferir sobre as características e intensidades dos diferentes ciclos de avanço das lavouras na mesorregião entre a década de 1970 e o ano de 2021, com ênfase para os cultivos de arroz e de soja;

c) em seguida, observamos a centralidade da propriedade concentrada da terra enquanto continuidade na mesorregião Sudoeste rio-grandense e no padrão de acumulação contemporâneo da economia estancieira. Consideramos também as características dos estabelecimentos rurais em termos da condição do produtor em relação às terras (sobretudo proprietários e arrendatários), dos grupos de área total e dos grupos de atividade econômica na agropecuária. A seção é concluída com breves comentários sobre rearranjos na propriedade fundiária, incluindo o jargão da "reforma agrária familiar" e a política de assentamentos rurais;

d) no restante do capítulo, atentamos mais demoradamente para o mercado fundiário. Inicialmente, observamos expressões do fenômeno denominado "corrida global por terras" no que se refere especificamente à silvicultura e à aquisição de áreas rurais por empresas nacionais e estrangeiras no Rio Grande do Sul;

e) o segundo elemento analisado no âmbito do mercado fundiário é o comportamento dos preços de diferentes categorias de terras de lavoura e pastagem nativa no Sudoeste do RS entre 2003 e 2022, correlacionando tendências regionais e nacionais;

f) por fim, complementamos as informações de preços com dados do trabalho de campo referentes às principais formas de compra, venda e arrendamento de imóveis rurais, observando em que medida o padrão de desenvolvimento econômico contemporâneo tem aportado novidades em termos patrimoniais e da atividade produtiva no mundo rural.



O presente capítulo não tratará de forma aprofundada as dinâmicas da bovinocultura de corte, dos mercados pecuários e da especialização dos estancieiros em termos de categorias de criação de animais. No momento, esses temas serão apenas pontuados a fim de contemplar as análises sobre a utilização das terras e os processos fundiários, reservando maiores detalhamentos para os capítulos seguintes.

## **2.1 Contexto internacional e negociações locais em torno do pacto de economia e política do agronegócio**

A segunda metade do século XX, sobretudo na virada entre as décadas de 1970 e 1980, é considerado o momento no qual se inicia a transição desde uma ordem financeira restritiva dos acordos de Bretton Woods em direção ao neoliberalismo enquanto forma de condução do Estado na generalização de um tipo de razão mundial concorrencial (DARDOT; LAVAL, 2016). Em termos de regime alimentar, o ano de 1986 representa a inclusão dos produtos agrícolas no debate sobre comércio mundial na rodada Uruguai do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) realizada entre 1986-1994. Foi um cenário onde as transnacionais do comércio agrícola reivindicavam medidas para enfrentar a retração da demanda, a queda de preços, as barreiras tarifárias e os subsídios nas políticas domésticas dos países sob caráter protecionista (SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016).

O cenário internacional pressionado em favor da liberalização dos mercados de agricultura e alimentação se consolidou após 1994 via criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Acordo sobre Agricultura (AoA). A nova condução política dos Estados resultaria em um redesenho do regime alimentar que favoreceu o movimento de fusões e aquisições em prol da concentração nas corporações transnacionais do Atlântico Norte, as quais adquiriram maior controle da estrutura de governança nas trocas mercantis cujas regras foram flexibilizadas e os tributos removidos/reduzidos em prol da facilitação da circulação comercial (FRIEDMANN, 2005a; MCMICHAEL, 2014). Portanto, a década de 1990 representou a continuidade de um longo movimento no qual a orientação ao desenvolvimentismo na economia nacional dos países do Terceiro Mundo foi cedendo maior espaço para o liberalismo em termos da promoção de exportações segundo as chamadas vantagens comparativas, isto é, a especialização na produção primária em um mercado internacional dominado por corporações (BERNSTEIN, 2011).

Esses processos se intensificaram na década de 2000 no que se refere ao aprofundamento do capital financeiro em direção aos mercados de commodities, num período onde se viu a entrada da China na OMC em 2001 e a apreciação da demanda global por produtos agrícolas. O panorama das políticas monetárias dos principais bancos centrais era de juros historicamente baixos, o que incentivava a atuação de operadores do capital financeiro em mercados que até então não eram para eles tão atrativos. O incremento nas finanças especulativas passou a incluir ativos lastreados em commodities nas suas carteiras de investimentos. Esse movimento ocorria em paralelo com a inserção da China nos acordos da OMC que pressionou a demanda por essas mesmas mercadorias minerais, agrícolas e energéticas. A ocorrência dessas duas tendências em conjunto explica em linhas gerais as motivações do *boom* das commodities entre 2001-2013 (FLEXOR; LEITE, 2017).

No contexto mais especificamente brasileiro, as dinâmicas internacionais liberalizantes condicionaram as tentativas de conter a inflação herdada na crise da dívida externa entre as décadas de 1980 e início dos anos de 1990. O endividamento externo e a crise do desenvolvimentismo foram rearticulados em prol da acumulação financeira internacional na medida em que se adotou, no plano doméstico, uma prescrição econômica normativa liberal que produziu o chamado “consenso macroeconômico”, isto é, a combinação entre

“rígidas políticas fiscal e monetária, elevadas taxas reais de juros e taxa de câmbio sensivelmente apreciada” (PAULANI, 2017, p. 138). De acordo com Paulani (2017) essas tendências indicam a hegemonia das finanças e de sua forma principal de funcionamento, o capital financeiro e o setor bancário-financeiro – uma orientação que, no caso brasileiro, privilegia as demandas de credores e investidores externos, sobrepondo políticas domésticas capazes de enfrentar a condição subalterna na economia mundial.

A estruturação do “consenso macroeconômico” adotado no Brasil durante os anos de 1990 e do cenário global de *boom* das commodities, na década de 2000, constituiu estímulos internos e externos para incrementos nas exportações de matérias-primas em detrimento da expansão do setor industrial. Em primeiro lugar, porque o ajuste liberal não aliviou as pressões sobre a balança de transações correntes, de modo que a moeda nacional sofreu ataques especulativos em dezembro de 1998 e janeiro de 1999 que esvaziaram as reservas líquidas brasileiras. A resposta dos governos brasileiros foi de recorrer aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1999, 2001 e 2003, e aderir com mais contundência às suas prescrições. O segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) retomou a política de ajustamento externo das transações correntes via estímulo para as exportações do setor primário, repetindo a estratégia aplicada pelos governos entre 1983-93 (DELGADO, 2012).

Em segundo lugar, a enorme abertura financeira operada desde os governos de FHC e pouco alterada durante as presidências de Lula e Dilma – exceto por políticas sociais de alto impacto – teve como traços gerais a austeridade fiscal (principalmente nos mandatos Lula I e Dilma II), as elevadas taxas de juros, a taxa de câmbio apreciada e a permissividade aos fluxos internacionais de capital. Essa orientação geral mantida ao longo dos governos exerceu pressões sufocantes para a competitividade industrial brasileira no mercado interno e externo, que viu decair sua participação na balança comercial. A política de comércio exterior, que privilegia as exportações agrícolas e minerais para gerar saldos comerciais, encontrou-se com a enorme apreciação de preços de commodities entre 2001-2013, de modo que os governos adiam a resolução de contradições fundamentais na disputa pelos fundos públicos, entre riqueza financeira e compromissos sociais ampliados (PAULANI, 2017).

Em uma visão de conjunto no que se refere às consequências estruturais para os rumos da economia brasileira em seu desenvolvimento em médio e longo prazo, há uma série de diagnósticos que apontam para o risco caracterizado como “especialização regressiva”, o que inclui as já mencionadas “reprimarização” da pauta de exportação e ao mesmo tempo um processo de “desindustrialização” na composição setorial da produção e do emprego (ESCHER; WILKINSON, 2019). Note-se que o processo se retroalimenta, pois, além das políticas macroeconômicas que priorizam a valorização financeira e incrementam a vulnerabilidade externa, uma série de políticas setoriais estimula ainda mais a dependência das exportações primárias.

Ou seja, na medida em que os grupos dominantes na economia política da agropecuária foram acionados como uma velha/nova aposta enquanto exportadores de matérias-primas, também ganharam renovada importância os instrumentos de política econômica orientados para a estabilização da demanda efetiva agrícola. Dentre estes, destacam-se os aportes crescentes de recursos para o Plano Safra (crédito rural) e os investimentos no Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) via agências estatais tal como as compras públicas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), os investimentos em infraestrutura para estocagem e os incentivos financeiros à comercialização (KENNE, 2022). Passado o período entre 1980 e 1996, que foi de retração dos valores investidos em crédito rural no país, a tendência inverteu-se a partir de 1997, quando se registraram elevações praticamente ininterruptas na oferta de crédito rural até 2014, momento

no qual se atingiu um aumento em 284% do montante ofertado, i.e., R\$ 136,7 bilhões em valores constantes para dezembro de 2016 (SOUSA et al., 2020).

O processo de especialização regressiva em exportações primárias no cenário dos anos 2000 acarretou um ganho de importância nas relações agroalimentares entre Brasil e China, tendo como um dos principais representantes o “complexo soja-carne”: de um lado o Estado e empresas chinesas como importadores de soja a fim de atender a demanda doméstica crescente por consumo de proteína animal, o que se relaciona com a elevação da renda per capita, a urbanização e o crescimento da classe média no país; de outro lado o polo brasileiro, onde se percebe incremento na produção, na área e nas exportações de soja in natura, em termos de comércio bilateral, assim como a realização de Investimentos Externos Diretos (IED) por empresas chinesas, ou seja, fluxos e estoques de investimentos em direção a terras e/ou ativos de empresas de agronegócios, tal como portos, silos, agroindústrias e ferrovias. Portanto, pode-se dizer que há efeitos contraditórios no incremento de negociações com a China, visto que do lado brasileiro as exportações in natura deixam de agregar valor e gerar empregos em cadeias agroindustriais no território nacional, enquanto pelo lado chinês há benefícios para o setor de processamento de soja e para as novas corporações do agronegócio chinesas que têm conquistado relevante espaço no mercado internacional (ESCHER; WILKINSON, 2019).

Ao longo das décadas de 2000 e 2010 esse processo representou um deslocamento na centralidade das negociações exteriores brasileiras, com a China tornando-se em 2009 a maior parceira comercial do país em superação aos Estados Unidos que até então ocupavam a posição de liderança. O Brasil vai ocupar também a posição de maior exportador mundial de soja e de carne bovina, com acréscimo relativo da participação de China e Hong Kong nas importações. O enorme crescimento da demanda chinesa em complexos como o de soja-carne junto aos países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) tem afetado não somente a economia interna dos países exportadores, mas a própria dinâmica do regime alimentar internacional. Na análise de Escher e Wilkinson (2019) observa-se como essas dinâmicas têm produzido um “deslocamento policêntrico” na medida em que se diversificam tanto os fluxos de mercadorias no sentido Sul-Oriente quanto as corporações internacionais do agronegócio.

A China e suas grandes empresas como a COFCO (China Oil and Foodstuffs Corporation), a ChimChem (proprietária da Syngenta desde 2017) e a China National Agriculture Development Group Corporation (CNADC), entre outras, têm disputado espaços que antes eram majoritariamente controlados pelas empresas conhecidas como ABCD (Archer Daniels Midland - ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus), todas do Atlântico Norte. Um movimento que exemplifica esse processo refere-se à aquisição das corporações Nidera e Noble pela COFCO, em 2014, o que permitiu à empresa administrar de forma rápida e em grandes proporções uma infraestrutura com investimentos estratégicos e diversificados em termos de localidades e ramos da cadeia produtiva de soja no Cone Sul – saltando de 6,4% para 13,3% na participação no mercado exportador de soja na região entre 2013 e 2018, um acréscimo de 167% em volume de exportações que a coloca como terceira maior empresa com essas operações no Cone Sul (ESCHER; WESZ JR., 2022).

No Rio Grande do Sul, durante a década de 1990, visualizamos tensões econômicas e políticas que ao mesmo tempo replicam a tendência geral em direção ao liberalismo nas escalas do global ao nacional, mas também reivindicam presença do Estado como indutor de políticas e ações estratégicas para o desenvolvimento regional. Essas relações aparentemente contraditórias entre o “laissez-faire” e o “intervencionismo estatal” têm como fundamento a própria dinâmica capitalista de acumulação ampliada do capital, na qual agentes privados e poder público atuam em consórcio (ALBUQUERQUE, 2011). No contexto internacional de

hegemonia das finanças, o capital financeiro aproxima as regiões e atividades em torno da taxa média de lucro, mas aprofunda sua diferenciação em um mesmo país mediante concentração dos recursos em regiões mais competitivas, como no caso do Sudeste brasileiro. Em face dos clamores em direção ao Estado por conta das elites econômicas de áreas menos dinâmicas para o capital, emergem políticas regionais e bancos públicos em sentido de redistribuição (ALBUQUERQUE; AUED, 2007).

A agenda desenvolvimentista de elites periféricas foi observada não somente diante da estagnação nos mercados agropecuários em meados da década de 1990, mas, também, nas décadas de 1950-60, em reação à industrialização concentrada no Sudeste. Uma de suas propostas políticas foram os fundos para desenvolvimento regional, por exemplo na criação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE), assim como nas orientações para ocupação de “vazios demográficos” no Centro-Oeste e Norte, além da formação de estruturas institucionais e creditícias para o Nordeste – as quais encontraram também justificativa em quadros dramáticos de pobreza ou de estiagem. Portanto, em um cenário estrutural de centralização do capital no Sudeste, as elites das regiões menos dinâmicas no país se encontram em uma feroz luta pelos fundos públicos. Ao reivindicarem o desenvolvimentismo e prometerem empregos, munem-se de artefatos ideológicos que transferem simbolicamente ao mercado e ao Estado a responsabilidade por desajustes econômicos regionais e altos índices de pobreza, se isentando das responsabilidades históricas na gestão dos problemas sociais regionais (ALBUQUERQUE, 2011).

O caso sul-rio-grandense na década de 1990 é ilustrativo dessas lutas em torno da pauta desenvolvimentista. Uma série de fóruns e planos foram construídos em diferentes contextos de participação civil, institucional e estatal, com a finalidade de propor novas estratégias para o desenvolvimento regional, com destaque para a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Corede) pelo governo estadual, em 1994. Nesses debates observou-se os baixos níveis de crescimento econômico da porção sul em comparação com outras partes do estado mais industrializadas ou mais produtivas (ALONSO; BENETTI; BANDEIRA, 1994). A categoria de “metade sul pobre” ou “atrasada” refletia por um lado a constatação concreta dos níveis mais alarmantes de pobreza nessa porção do estado, mas também a baixa competitividade encontrada pelos setores dominantes da agropecuária, especialmente pecuaristas e arroteiros, no contexto de abertura comercial e de arrefecimento da oferta pública de crédito rural (BENETTI, 1997). A Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), tradicional entidade representativa do ruralismo e das agroindústrias no RS, foi uma das instituições que teve participação no debate de soluções para o atraso econômico da região, onde buscava privilegiar investimentos públicos na matriz produtiva já existente em oposição aos setores mais fortemente alinhados com uma ideia de ruptura via diversificação agropecuária, reforma agrária e industrialização no setor alimentar (KENNE, 2022).

O saldo desse período foi a articulação dos grupos dominantes nos mercados da agropecuária ao modelo de economia e sociedade mais geral em vigência no país, isto é, no sentido de especialização regressiva através de um pacto do agronegócio. A metade sul do RS passou por uma gradual reestruturação produtiva no sentido de assimilar os processos mais gerais de incremento na produção primária orientada às exportações, o que representa tanto uma recorrência com o processo nacional quanto uma demanda específica das classes organizadas por instituições patronais tal como a Farsul. Em última instância, um processo que não é apenas determinado pelas tendências globais e nacionais, pois ele é também negociado e regulamentado com participação e em prol de grupos localmente dominantes (KENNE, 2022). A pesquisa de Kenne (2022) aponta concretamente algumas das articulações políticas que as representações patronais rurais acionaram em diferentes espaços e de forma

contínua a fim de: a) disputar regulamentações que permitiram e incentivaram a expansão do mercado da soja no sudoeste do RS, envolvendo pesquisa agropecuária e permissividade na supressão de campos nativos do bioma Pampa; b) promover intervenções de política tarifária para manter as margens de lucro na cadeia produtiva do arroz; c) dificultar processos desapropriatórios para fins de reforma agrária.

Em uma temporização de alguns marcos referentes ao período entre os anos de 1990 e 2020, a autora supracitada destaca as seguintes ações promovidas direta ou indiretamente pela Farsul: i) a promoção de um movimento dos arroseiros em torno da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), criada em 1989, lado a lado com o direcionamento político do Instituto Rio-grandense do Arroz (Irga); ii) pressão pela reorientação de projetos de pesquisa e investimentos na Embrapa em prol da soja para a exportação e em detrimento do milho voltado para a autossuficiência no mercado interno; iii) contraposição à reforma agrária por meio da não elevação de índices mínimos de lotação pecuária chancelados por uma comissão especial montada em 1998 via audiência pública na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados; iv) intervenções na secretaria estadual de meio ambiente e na assembleia legislativa no sentido de flexibilizar a obtenção de licenciamento e “autolicenciamento” no uso de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal em áreas de pecuária, além de facilitação para a supressão e reconversão da vegetação natural do pampa em lavouras, assim como na pulverização de agrotóxicos em áreas de Unidades de Conservação de uso sustentável; v) não remoção de barreiras tarifárias para importações de arroz no contexto da pandemia de Covid-19, que privilegiou duplamente os arroseiros na medida em que apreciou o produto no mercado interno ao mesmo tempo em que beneficiava a competitividade externa no contexto de elevação do dólar em relação ao real (KENNE, 2022).

Portanto, as mudanças recentes nos mercados agropecuários do sudoeste do RS passam também por uma série de intervenções sobre legislações, instituições e regulamentações, com especial atuação da Farsul voltada ao governo estadual e instituições federais no sentido da inserção da cultura da soja na região e da supressão e reconversão de pastagens naturais em lavouras. O somatório de legislações e investimentos públicos em favor do setor ajudou a elevar sua produtividade e competitividade, o que era um dos motivos que associava os grupos dominantes na agropecuária como atrasados durante a década de 1990. O direcionamento de investimentos e recursos públicos para a elevação dos níveis produtivos contribuiu para que os setores estancieiros e de agriculturas empresariais emergentes superassem alguns dos problemas que enfrentavam nas décadas anteriores e usassem em seu favor o novo cenário macroeconômico e internacional: a) aumentou sua competitividade em face da integração regional no Mercosul, b) qualificou os empresários rurais a participarem e obterem ganhos nos processos de *boom* das commodities e reprimarização das exportações brasileiras, c) recuperou a legitimidade econômica em relação às críticas de atraso e baixa competitividade. Ao mesmo tempo, esse modelo tem sustentado a retomada de antigas críticas ao subdesenvolvimento e gerado novos questionamentos em diversos âmbitos da sociedade civil acerca da desigualdade fundiária, da ameaça aos territórios e existências de povos e comunidades tradicionais e dos problemas ambientais associados às mudanças agrícolas recentes (KENNE, 2022).

## **2.2 Recomposições produtivas no setor agropecuário mesorregional**

O contexto que se reforça na virada entre as décadas de 1990 e 2000 para países de economia dependente, em termos da especialização em mercadorias agrícolas e minerais, enfatiza cada vez mais a necessidade de novas condições técnicas para a acumulação no setor

primário. Desse modo, as reivindicações por fundos públicos e crédito (agrícola, industrial e logístico) por conta das elites proprietárias regionais tendem a fortalecer novos atores sociais mais bem posicionados na produção de commodities e, conseqüentemente, acrescentar tensionamentos na arena dos fundos públicos. A reorganização de fatores produtivos necessária para que os produtores agropecuários locais alcancem novos mercados, somada à centralidade do crédito para conduzir essas reconfigurações, faz com que seja redefinida a noção de grupos dominantes das regiões periféricas, tendo em vista que o monopólio sobre a terra cada vez mais se mistura com o monopólio no acesso ao crédito (ALBUQUERQUE, 2011). Este é um dos elementos econômicos e políticos centrais que atravessa as mudanças na morfologia social do patronato rural na metade sul gaúcha.

Nas próximas páginas analisaremos fontes de dados disponíveis publicamente (IBGE e MapBiomas) sobre a utilização das terras pelos estabelecimentos agropecuários do Sudoeste rio-grandense de modo a dialogar com as tendências apontadas pela literatura em relação às recomposições produtivas e sociais do setor primário mesorregional. Na Tabela 01 são apresentadas informações dos Censos Agropecuários de 1995/1996, 2006 e 2017 referentes à área total dos estabelecimentos rurais em relação à utilização das terras nas respectivas datas de referência.

**Tabela 01** – Área dos estabelecimentos agropecuários segundo a utilização das terras na data de referência no Sudoeste rio-grandense, 1995, 2006 e 2017.

<b>Utilização das terras*</b>	<b>31 dez. 1995 (ha)</b>	<b>31 dez. 2006 (ha)</b>	<b>30 set. 2017 (ha)</b>
Lavouras permanentes	6.850,90	10.204,00	4.794,00
Lavouras temporárias	776.338,86	891.764,00	1.221.927,00
Pastagens naturais	3.804.310,42	3.111.812,00	3.278.283,00
Pastagens plantadas	425.342,98	362.322,00	617.609,00
Matas e florestas naturais	259.523,35	234.838,00	296.662,00
Matas e florestas artificiais	37.369,74	71.233,00	145.141,00
Terras inaproveitáveis	216.863,12	200.582,00	248.917,00
<b>Total</b>	<b>5.526.599,37</b>	<b>4.882.755,00</b>	<b>5.813.332,00</b>

\* As categorias de utilização das terras dos diferentes censos foram agrupadas em relação às de 1995 de acordo com as orientações do IBGE. Com exceção da categoria “Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais” que não foi somada às ‘Pastagens naturais’ e sim às ‘Matas e florestas artificiais’ por entendermos que representam os típicos “capões de mato” de eucalipto que são plantados esporadicamente em meio aos campos no Sudoeste-RS para obter sombra aos rebanhos.

**Fonte:** Censos Agropecuários de 1995/96, 2006 e 2017. Adaptado pelo autor.

Consideramos que a diferença na data em relação à qual os dados foram coletados, de 31 de dezembro (1995 e 2006) para 30 de setembro (2017), tem efeitos moderados sobre os resultados, porém sem impactar o conjunto da interpretação. Quanto às ‘lavouras temporárias’, representadas principalmente por arroz e soja, a época oficial de plantio no Sudoeste-RS segundo o zoneamento agrícola de risco climático vai de meados de setembro a novembro (arroz irrigado) e meados de outubro a dezembro (soja) (MAPA, 2022; 2023). Nesse sentido, é plausível que a área de ‘lavouras temporárias’, registrada em 30 de setembro de 2017, esteja subestimada em relação ao seu alcance máximo no final da época de plantio em dezembro, tal como era registrado em 1995 e 2006.

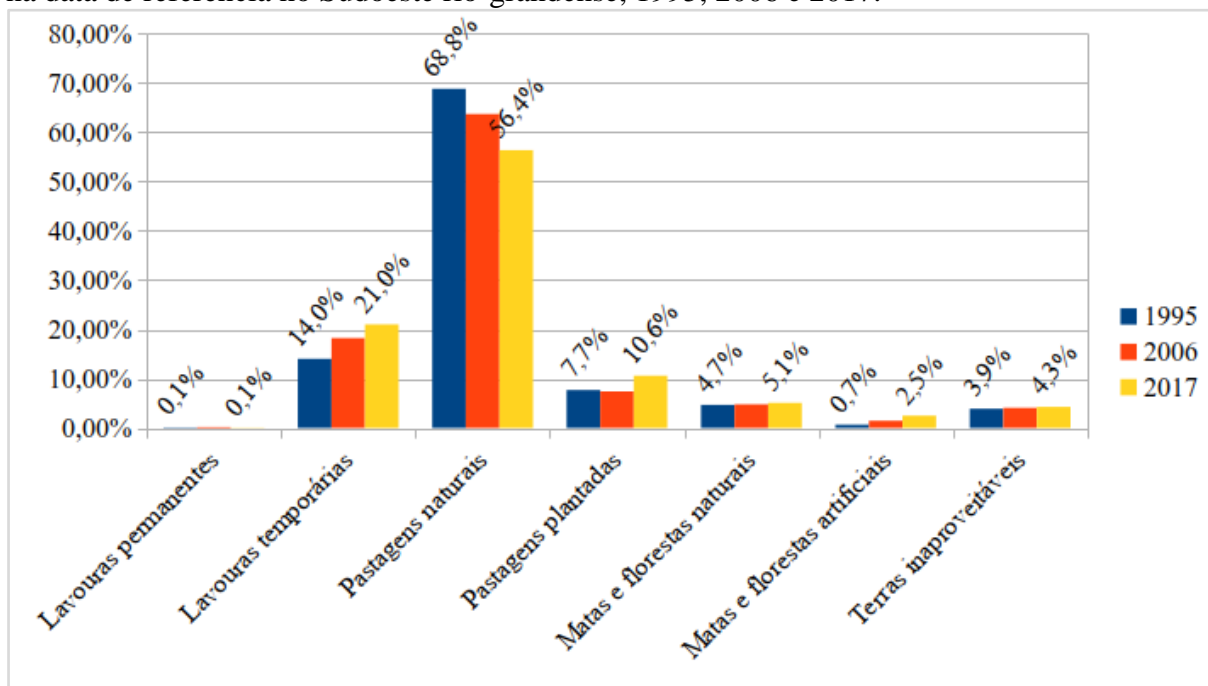
Vale observar que a categoria das terras utilizadas com ‘pastagens plantadas’ se refere às culturas forrageiras perenes e não àquelas cultivadas anualmente na entressafra dos cultivos

de soja, sobretudo as de azevém e aveia. O fenômeno das pastagens de inverno eleva-se consideravelmente na medida em que avança o cultivo da oleaginosa na região, porém não é analisado pelos censos ou por outras fontes como a Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE. De todo modo, o notável avanço de ambas as categorias (‘lavouras temporárias’ e ‘pastagens plantadas’), no censo de 2017, representa o fenômeno geral de expansão do cultivo, produção e exportação de soja, assim como da potencial elevação da oferta forrageira, sobretudo no inverno, durante a entressafra dos cultivos agrícolas – momento no qual a oferta campestre do bioma Pampa é mais limitada (NESPRO, 2022). Voltaremos ao assunto adiante.

Em termos absolutos, ao longo do período, notamos que a categoria cuja variação foi mais relevante refere-se às ‘pastagens naturais’, com redução de 526 mil ha. Destacamos que esse tipo de utilização remete aos ecossistemas característicos do bioma Pampa, na associação entre espécies campestres e manejo pecuário. Apesar das rápidas mudanças no uso da terra, a categoria permanece como a mais relevante e converge com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal em relação à estabilidade do rebanho bovino até pelo menos o ano de 2017. No entanto, tudo indica que houve aumento na disputa pelas áreas de campos nativos a fim de reconvertê-las em terras agrícolas, tendo em vista que as três categorias de área utilizada que apresentaram maior evolução, entre 2006 e 2017, envolvem a substituição e redução da cobertura campestre: ‘lavouras temporárias’ (445.588,14 ha), ‘pastagens plantadas’ (192.266,02 ha) e ‘matas e florestas artificiais’ (107.771,26 ha).

Em específico, o incremento em ‘matas e florestas artificiais’ representa o rápido avanço dos monocultivos de eucaliptos por investimentos de grandes empresas nacionais e internacionais do setor de celulose na década de 2000. Os eucaliptos foram durante todo o século XX utilizados pelos estancieiros em pequenas manchas ou “capões” que serviam de sombreamento para os gados (BINKOWSKI, 2009), mas, seu avanço em área utilizada nos dados de 2006 e 2017 representa o fenômeno dos monocultivos iniciado entre 2003 e 2004, como veremos na próxima seção. O panorama geral que acabamos de descrever pode ser observado graficamente quando analisamos os dados em termos de porcentagem de cada categoria em relação à área total dos estabelecimentos, no Gráfico 01.

**Gráfico 01** – Porcentagem da área dos estabelecimentos rurais segundo a utilização das terras na data de referência no Sudoeste rio-grandense, 1995, 2006 e 2017.



\* As categorias de utilização das terras dos diferentes censos foram agrupadas em relação às de 1995 de acordo com as orientações do IBGE. Com exceção da categoria “Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais” que não foi somada às ‘Pastagens naturais’ e sim às ‘Matas e florestas artificiais’ por entendermos que representam os típicos “capões de mato” de eucalipto que são plantados esporadicamente em meio aos campos no Sudoeste-RS para obter sombra aos rebanhos.

**Fonte:** Censos Agropecuários de 1995/96, 2006 e 2017. Adaptado pelo autor.

Para fins de validação das informações dos Censos Agropecuários, utilizamos também as tabelas de dados geradas a partir dos mapas de uso e cobertura do solo, que são produzidas mediante processamento de imagens de satélite no Projeto MapBiomias (2022c). Consideramos que as características da ocupação espacial do Sudoeste rio-grandense favorecem a comparação entre essas fontes de dados tendo em vista que são irrisórias as áreas ocupadas por unidades de conservação de proteção integral (0,06%) em todo o bioma Pampa no RS, que vai além da região aqui em estudo. Portanto, a maioria absoluta do território se refere a estabelecimentos agropecuários também observados pelos Censos Agropecuários, logo, a área considerada em ambos os levantamentos é aproximada. Na Tabela 02 reagrupamos algumas categorias de ambas as pesquisas a fim de aproximá-las, considerando que o MapBiomias (2022c) relata algumas dificuldades para diferenciar nas imagens de satélite as áreas de pastagem cultivada e agricultura: somamos as ‘lavouras permanentes’, ‘lavouras temporárias’ e as ‘pastagens plantadas’ do Censo; e no MapBiomias as áreas de ‘agricultura’, ‘mosaico de usos’ (pecuária, agricultura e pousio) e ‘pastagem’ (plantada).



**Tabela 02** – Tabela de dados de cobertura e uso da terra da coleção 7 do MapBiomias (Nível 2) no Sudoeste rio-grandense, 1995, 2006 e 2017.

<b>Categorias de cobertura e uso da terra*</b>	<b>1995 (ha)</b>	<b>2006 (ha)</b>	<b>2017 (ha)</b>	<b>2021 (ha)</b>
Agricultura + Mosaico de usos + Pastagem	1.345.526,74	1.688.071,65	2.088.993,27	2.557.240,06
Formação natural não florestal	4.257.285,96	3.883.435,00	3.376.407,94	2.906.571,72
Formação florestal	434.453,70	444.424,90	471.405,14	465.102,23
Silvicultura	4.298,78	8.619,90	80.421,03	86.789,90
Terras inaproveitáveis*	211.141,81	226.148,52	232.377,95	233.413,88
<b>Total**</b>	<b>6.252.706,98</b>	<b>6.250.699,96</b>	<b>6.249.605,33</b>	<b>6.249.117,79</b>

\* As categorias de nível 2 de uso e cobertura da terra do MapBiomias foram agrupadas em aproximação às categorias de utilização das terras do Censo Agropecuário de 1995, seguindo orientações da descrição detalhada da Legenda da coleção 7 do MapBiomias (2022c). A categoria ‘Terras inaproveitáveis’ inclui as áreas de ‘afloramento rochoso’, ‘praia, duna e areal’, ‘rio, lago e oceano’ e ‘outras áreas não vegetadas’ (exclusive área urbanizada). Descrição completa da metodologia aplicada na Coleção 7 do MapBiomias pode ser acessada em <https://mapbiomas.org/download-dos-atbds>

\*\* Tratando-se de um levantamento da área total da mesorregião, a redução de superfície da categoria ‘total’ refere-se ao acréscimo de ‘área urbanizada’, não incluída nas demais categorias dispostas na tabela.

**Fonte:** tabelas de dados do MapBiomias Coleção 7 (2022c). Adaptado pelo autor.

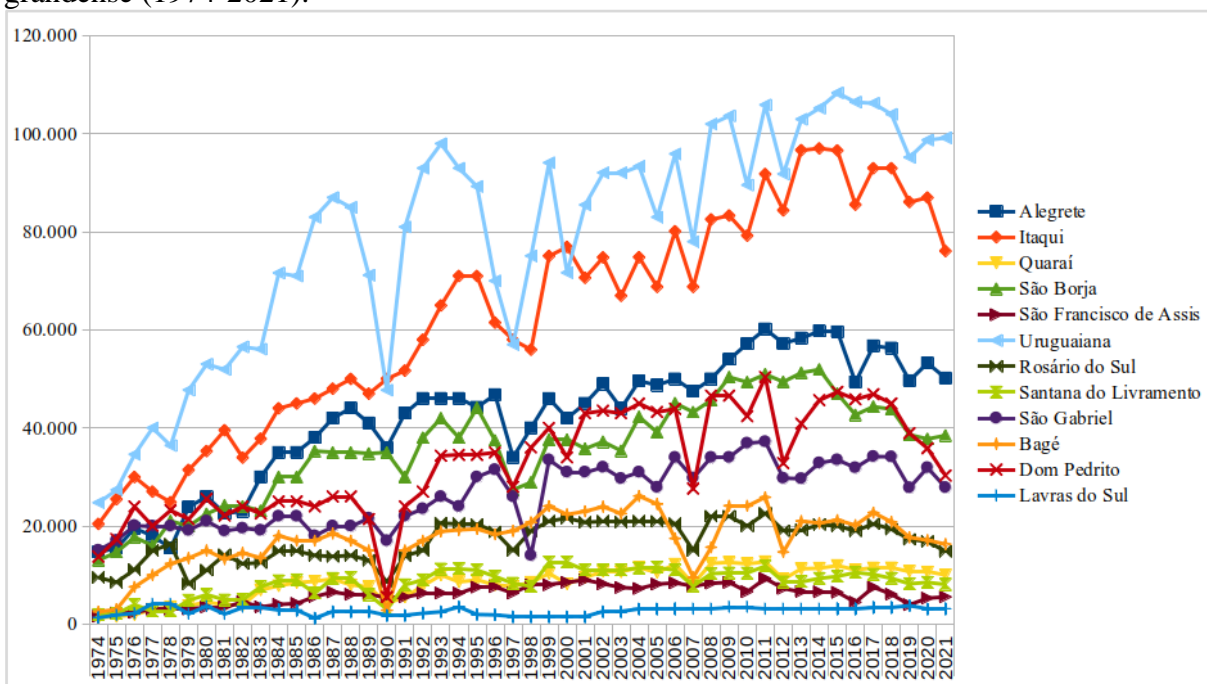
Observamos que as duas bases de informações convergem quanto à tendência de todas as categorias e aos valores da maior parte delas. No Censo, as áreas de lavoura e pastagem plantada avançam de 1.208.532,75 ha em 1995 para 1.844.330,00 ha em 2017, enquanto no MapBiomias os dados avançam de 1.345.526,74 ha para 2.088.993,27 ha no mesmo período. Também convergem a queda na cobertura de pastagens naturais e a estabilidade nas áreas florestais naturais e nas terras inaproveitáveis. As diferenças de montante nas categorias de ‘silvicultura’ (MapBiomias) e ‘matas e florestas artificiais’ (Censos) podem ser explicadas pela especificidade do MapBiomias em tratar apenas dos monocultivos de árvores, cujas lavouras ainda se encontravam em estágio inicial de desenvolvimento em 2006, enquanto os Censos incluem declaração dos proprietários dos cultivos e com isso podem demonstrar um avanço mais acurado para o mesmo ano. Além disso, por considerarmos também os “capões” de mato usados por estancieiros em meio aos campos, essa categoria nos Censos tende a cobrir mais áreas do que os dados específicos de silvicultura em monocultivo no MapBiomias.

Considerando a convergência entre informações das duas fontes, incluímos os dados mais recentes do MapBiomias (2022c), referentes a 2021, a fim de sondar as evoluções mais recentes do uso da terra. De um modo geral as tendências percebidas entre 2006 e 2017 foram aprofundadas rapidamente no período que se estende até 2021. Observamos que, em um espaço de quatro anos (2017-21), o acréscimo de 468.246,79 ha em áreas de agricultura e pastagem cultivada aconteceu em valores absolutos maiores que as transformações observadas em 11 anos, entre 2006 e 2017, quando aumentaram em 400.921,62 ha. Esse aumento está relacionado com a reconversão de formações campestres no período, que envolveu 976.863,28 ha no total, sendo 507.027,06 ha convertidos entre 2006 e 2017 e mais 469.836,22 ha entre 2017 e 2021. E pode-se considerar que a maior parte dessas reconversões de campos para lavouras refere-se especificamente aos cultivos de soja, como veremos nos dados a seguir. Por fim, a categoria ‘silvicultura’ demonstra uma estagnação em comparação

ao forte incremento entre 2006 e 2017, seguindo a estabilidade das demais categorias de ‘formações florestais’ e ‘terras inaproveitáveis’.

Em seguida, nos Gráfico 02 e 03, apresentamos informações de pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, entre 1974 e 2021, a fim de observar especificamente o avanço das lavouras de arroz e de soja que, juntas, ocupam ao longo da série a maior superfície de área agrícola na mesorregião, com 84% do total em 1995 e 87% em 2021. Para manter o parâmetro territorial em toda a série, as superfícies totais dos municípios foram agregadas nos casos em que houve desmembramentos (emancipações), conforme discutido na seção metodológica. Informações detalhadas das tabelas podem ser observadas no Anexo A.

**Gráfico 02** - Área colhida (ha) de arroz (em casca) nos municípios\* do Sudoeste rio-grandense (1974-2021).



\* Municípios que foram desmembrados por processos emancipacionistas na década de 1990 tiveram mantidas suas antigas áreas totais e cultivadas com arroz e soja. Para tanto, somamos os dados dos municípios emancipados aos municípios desmembrados, a fim de considerar uma área constante ao longo do tempo. Para maior detalhamento, verificar seção metodológica.

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal (IBGE, 1974-2021); IBGE Cidades (2023). Adaptado pelo autor.

A área ocupada por lavouras de arroz no Sudoeste rio-grandense em 1974 era de 119.718 ha, tendo como maiores produtores os municípios de Uruguiana e Itaqui, localizados na porção ocidental da região, em solos predominantemente planos, profundos e úmidos nas margens do rio Uruguai e de seus afluentes. São Borja é outra localidade disposta nessas mesmas condições e com relevante produção de arroz. Para além do rio Uruguai, as áreas de várzea irrigada dos municípios da região localizam-se especialmente ao longo dos rios Santa Maria e Vacacaí, com destaque para São Gabriel, Dom Pedrito e Alegrete. Todos os municípios apresentaram produção de arroz em todos os anos ao longo da série, inclusive aqueles que possuem menores concentrações de solos profundos, tal como Quaraí. Observa-se que a distribuição dos maiores e menores municípios produtores dessa cultura é relativamente constante ao longo do tempo, considerando que a expansão do cultivo irrigado é dependente da localização das várzeas.

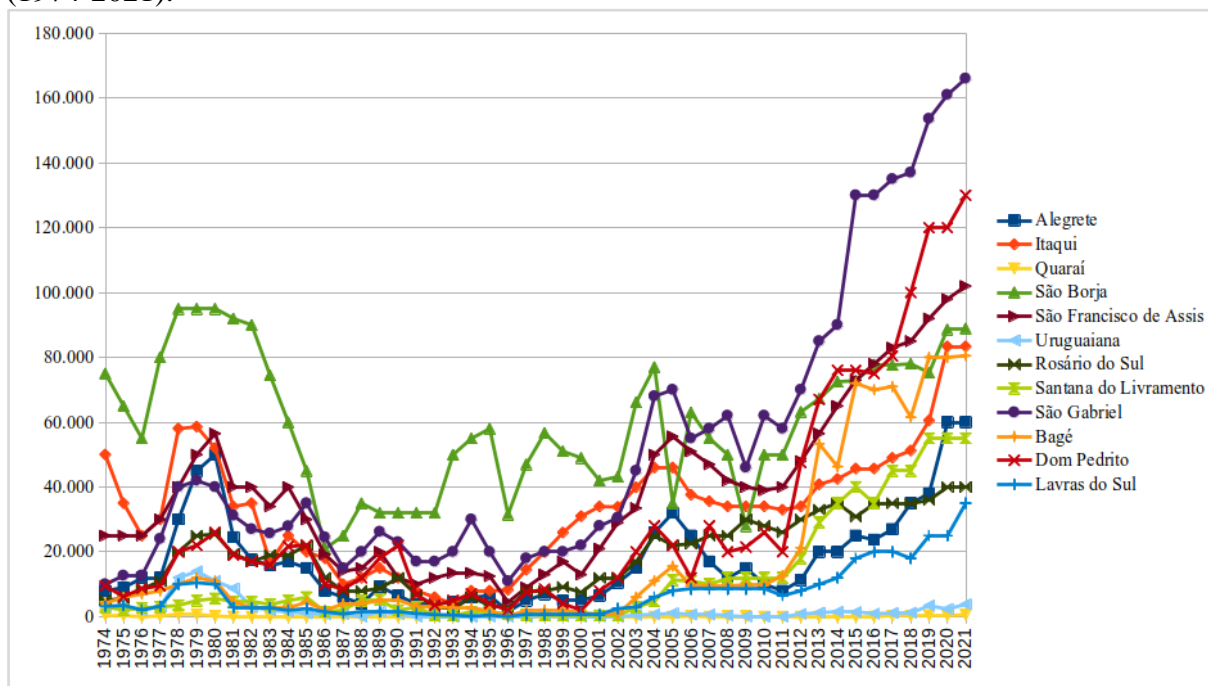
Considerando o Sudoeste do RS como um todo, há um crescimento gradual e relativamente constante da área cultivada em 10,9% a.a. em média, de 1974 até 2011, chegando a 481.813 ha. Os anos de 1988-90 e 1995-8 apresentaram oscilações negativas, em período que foi marcado por restrições na política agrícola que vinha sendo expansionista, assim como por incertezas no processo de abertura à concorrência comercial no Mercosul (BENETTI, 1997). Nestes momentos, também cresciam os debates e críticas sobre a competitividade dos setores dominantes nos mercados da agropecuária regional (KENNE, 2022). No contexto nacional, a redução no ritmo de expansão capitalista da agricultura era acompanhada pela queda conjuntural de preços agrícolas e das terras rurais (DELGADO, 2012).

Na década de 1990, apenas 6% da produção mundial de arroz era negociada no mercado internacional. O caso brasileiro, como sexto maior consumidor mundial, estava inserido no Mercosul em um cenário onde a produção brasileira, argentina e uruguaia era maior do que a demanda conjunta dos países. O abastecimento no Brasil vinha se tornando cada vez mais dependente do cultivo irrigado no Rio Grande do Sul, que passava de 20% para mais de 40% da produção nacional entre as décadas de 1970 e 1990, com aumentos de produtividade que o tornavam mais competitivo em relação à produção de sequeiro no Centro-Oeste e Sudeste do país. Em seu conjunto, a produção nacional apresentou queda durante a década de 1990, enquanto a demanda interna permanecia estável. Isso gerava uma série de tensões comerciais com os países vizinhos que tinham excedentes do produto, onde os agricultores brasileiros acusavam os argentinos de *dumping*, enquanto os estrangeiros retaliavam com acusações de protecionismo. A redução dessas tensões nos anos 2000 está relacionada com a queda na produção de arroz no Mercosul em função da opção crescente pelo cultivo de soja, inicialmente mais presente no caso argentino e posteriormente também no caso brasileiro (AGRIANUAL, 1998; 2000; 2001; 2002).

Em 2011 se inicia uma estagnação nas áreas colhidas com arroz, em um movimento que segue até 2015. A partir de então se observa redução, onde os 379.941 ha colhidos em 2021 representam 78,86% do total registrado no auge, em 2011. Essas movimentações nos últimos dez anos têm a ver com a opção entre cultivar arroz ou soja nas partes das várzeas que podem ser drenadas para receber as sementes desta, e os dados permitem inferir que essa tendência rumou mais favoravelmente à oleaginosa a partir de 2011. A prática de rotação de culturas entre essas lavouras é conhecida localmente como “ping-pong arroz/soja” e sua utilização obedece tanto à valorização econômica da sojicultura quanto às vantagens técnicas que a cultura do arroz irrigado percebe após a alternância com plantações de soja, sobretudo na menor incidência de plantas consideradas daninhas (MARTIN et al., 2022). Segundo publicação do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA, 2022), quanto aos resultados da safra 2021-22 em terras baixas envolvendo arroz irrigado e soja, registrou-se que aproximadamente 50% das terras próprias ao cultivo do arroz irrigado no estado estiveram em rotação com soja no respectivo ano, representando um recorde na série histórica.

A atratividade do plantio da oleaginosa tem sido tão elevada nos últimos anos registrados pela PAM que nem mesmo a enorme valorização do arroz em 2020, tanto no mercado interno – em função da não remoção de barreiras tarifárias – quanto no mercado externo – por conta da conjuntura cambial favorável às exportações (KENNE, 2022) –, foram suficientes para conter a marcha expansiva das áreas com soja (Gráfico 03) e a recente retração das terras com arroz na maior parte dos municípios.

**Gráfico 03** - Área colhida (ha) de soja (em grãos) nos municípios\* do Sudoeste rio-grandense (1974-2021).



\* Municípios que foram desmembrados por processos emancipacionistas na década de 1990 tiveram mantidas suas antigas áreas totais e cultivadas com arroz e soja. Para tanto, somamos os dados dos municípios emancipados aos municípios desmembrados, a fim de considerar uma área constante ao longo do tempo. Verificar seção metodológica.

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal (IBGE, 1974-2021); IBGE Cidades (2023). Adaptado pelo autor.

Já em relação aos dados sobre cultivos de soja podemos inferir que a opção por esse cultivo é mais oscilante ao longo do tempo em comparação com o arroz, apresentando bruscas mudanças ainda mais correlacionadas com a política agrícola e, nas últimas décadas, com os mercados internacionais de commodities. Em 1974 foram cultivados 196.514 ha, com aumento para 379.800 ha em 1980 e retração para 94.100 ha em 1986, respondendo às restrições no crédito rural público para expansão de lavouras. Esses níveis reduzidos se mantêm até 1998, quando voltam a ultrapassar os 136 mil ha. Em seguida há rápida evolução para 342.450 ha até 2004, em resposta à fatores como: a) disseminação da técnica de plantio direto, b) liberação do plantio de soja transgênica resistente ao glifosato (Roundup Ready) pela CTNBio em 1998, c) aceleração na demanda internacional por commodities, d) incrementos contínuos na oferta pública de crédito rural (PIZZATO, 2013). De 2004 a 2009 a superfície cultivada com soja retraiu para 244.877 ha, sendo sucedida por uma nova onda praticamente ininterrupta de crescimento das lavouras até 2021, chegando então a registrar 845.192 ha, ou seja, um avanço de 28,76% a.a. a partir de 2009, em compasso com a tendência nacional para esse cultivo.

Nesse sentido, a evolução dos cultivos sojícolas no Sudoeste rio-grandense difere do caso uruguaio, onde a forte elevação registrada desde 2000/01, de 144 mil ha para 1.3 milhão ha em 2014/15, foi sucedida por uma retração nos anos seguintes, até o patamar de 908 mil ha em 2020/21 (MGAP/DIEA, 2016; 2018; 2022). Esse movimento expansivo direcionou-se do oeste para áreas no centro e nordeste do país, de menor aptidão agrícola e maior distância para escoamento. Um dos fatores que o explica se refere ao novo perfil dos agricultores uruguaiois, com participação muito relevante de corporações argentinas e de outras nacionalidades,

conhecidas como *pools de siembra*<sup>16</sup>, cuja orientação fortemente empresarial é mais sensível às oscilações de preços internacionais e seu reduzido capital fixo empenhado no território é flexível para entrar ou sair da produção na medida em que sua estrutura corporativa em rede agencia o arrendamento dos solos – modalidade que ultrapassa os 50% das terras agropecuárias do país – e o aluguel de maquinário e serviços (BIANCO et al., 2021).

Adicionalmente, o processamento interno da produção de soja chega a aproximadamente 5% do volume obtido, de modo que a maior parte da colheita é exportada in natura (SANTOS; OHYANTÇABAL; NARBONDO, 2012). Seja pela estrutura de propriedade mais dependente das relações de arrendamento, ou pelo processamento doméstico da oleaginosa ser mais limitado, esses são motivos pelos quais a decisão em plantar soja no Uruguai é mais sensível ao mercado internacional do que no Sudoeste rio-grandense – no RS, cerca de metade da produção estadual é exportada in natura (FEIX, 2013) e na porção sudoeste os estabelecimentos de lavoureiros arrendam 13,5% das terras, como veremos adiante.

As sementes de soja são germinadas preferencialmente em terras bem drenadas conhecidas como coxilhas, que apresentam características e localização diferentes em relação à maioria das áreas de várzeas – ainda que ocupem área relevante inclusive nestes espaços, a depender das condições de drenagem. São solos com reduzido ou inexistente risco de inundação, localizados em cotas mais elevadas de altitude frente às terras baixas. Nesse sentido, a disposição dessas lavouras é menos dependente de cursos de rios importantes da região e alcança áreas historicamente assim utilizadas em menor frequência, ou que nunca tiveram lavouras, tendo sido anteriormente cobertas por campos nativos ou formações florestais.

Isso não as isenta da necessidade de irrigação em função do risco mais elevado de escassez hídrica em comparação com as áreas mais úmidas. Nesse sentido, em face das últimas estiagens nos verões de 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023, os setores dominantes nos mercados agropecuários regionais têm constantemente pautado políticas qualificadas como “reservação” de água, isto é, uma série de subsídios econômicos e flexibilizações nas regras ambientais para facilitar a construção de reservatórios para projetos de irrigação e sua infraestrutura física associada, inclusive utilizando-se de áreas de preservação permanente para esses fins, como é o caso ambicionado no projeto de lei que visa alterar o Código Florestal (PL 1282/2019<sup>17</sup>) – da autoria do senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), natural do RS, agrônomo, que foi deputado federal pelo RS, prefeito do município de São Borja e presidente de associações representativas de arroseiros em escala municipal e estadual<sup>18</sup>.

Os setores associados à Coalizão pelo Pampa – uma organização que congrega dezenove entidades de pesquisadores, ambientalistas e populações tradicionais ligadas à conservação do bioma Pampa – indicam que o termo “reservação” era inexistente até então e responde aos interesses envolvidos com a expansão desordenada do cultivo de soja na região. Na avaliação dessas entidades, a implantação imediata de novas barragens ameaça o balanço hídrico em curto e médio prazo para o conjunto dos usuários e ecossistemas dependentes da bacia hidrográfica e resguardados enquanto usos prioritários definidos pela legislação de

---

<sup>16</sup> *Pool de siembra* são definidos como “sociedades de investimento (fundos de investimento ou *trusts*) cujo objetivo é aumentar o seu valor através do aumento da escala de produção. Eles são definidos como um sistema de produção agrária alavancado pelo capital financeiro que se baseia no arrendamento de grandes extensões de terra; contratação de equipes de semeadura, pulverização, colheita e transporte; gestão por equipes profissionais; seguros contra eventos climáticos e operações em mercados futuros.” (SANTOS; OHYANTÇABAL; NARBONDO, 2012, tradução nossa).

<sup>17</sup> Sobre o projeto de lei 1282/2019, consultar: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135567>

<sup>18</sup> Dados biográficos consultados em: <https://www.camara.leg.br/deputado/73483/biografia>

recursos hídricos. A Coalizão indica que as medidas para melhorar a disponibilidade hídrica na região passam pela combinação entre práticas locais, tal como a restauração de áreas de preservação permanente e reserva legal responsáveis pela recarga hídrica que foram degradados pela expansão irregular dos cultivos de soja, mas também por desafios estruturais ligados às questões climáticas e à destruição de biomas, em especial na conservação dos ecossistemas amazônicos cuja umidade liberada na atmosfera é indispensável para um regime regular de chuvas no Rio Grande do Sul (COALIZÃO PELO PAMPA, 2022; 2023<sup>19</sup>).

Outras contradições são apontadas como decorrência da priorização do modelo primário exportador desde o final da década de 1990, o qual enfatizou no RS a expansão do cultivo de soja. A orientação ao exterior foi examinada por Feix (2013), onde se registra que aproximadamente 80% da produção estadual da oleaginosa (somando grãos, farelo e óleo) é destinada a outros países, respondendo por cerca de ¼ das exportações estaduais, sendo que aproximadamente metade de toda a produção do grão no estado é exportada in natura. Ao mesmo tempo, Niederle (2018) avalia a tendência de especialização da matriz produtiva estadual em direção a um cultivo de baixo valor agregado, o qual depende da expansão sobre áreas limitadas, com vulnerabilidade às intempéries climáticas e às oscilações internacionais nos mercados de insumos e de produtos agropecuários.

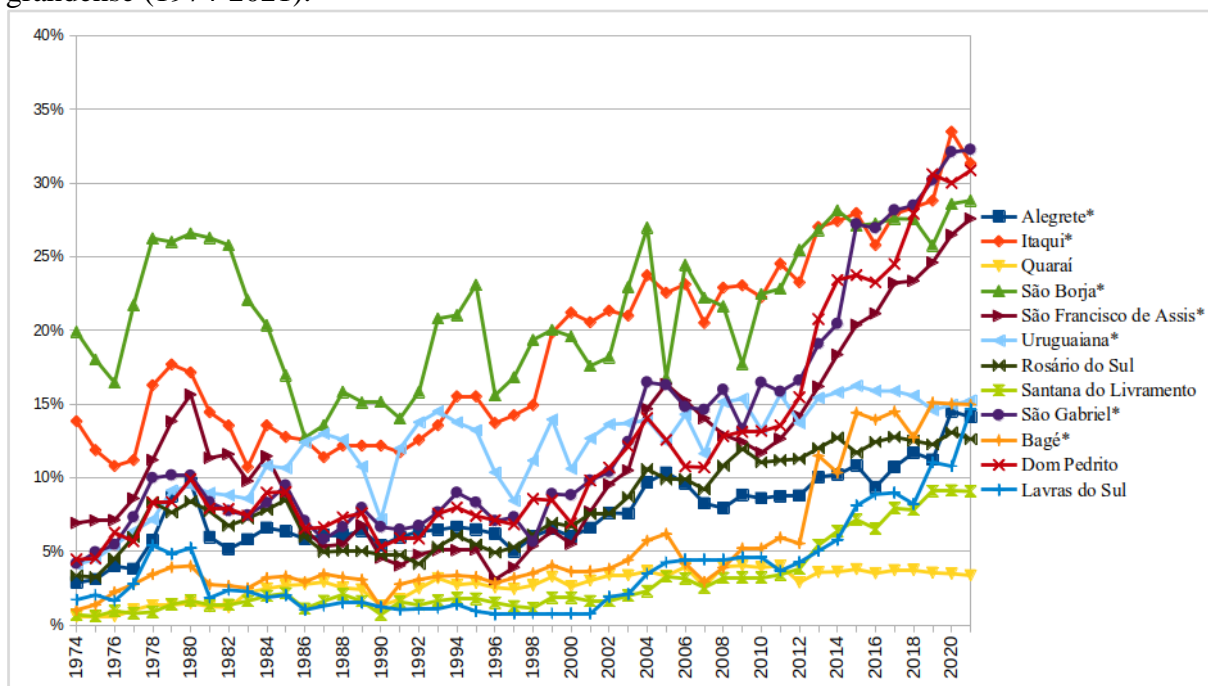
Oderich e Waquil (2019, p. 107) avaliam indicadores demográficos municipais em nível estadual, comparando as localidades de acordo com o grau de vinculação de suas economias em relação ao cultivo da oleaginosa, onde indicam que “o aumento da dependência da soja está associado a processos de redução populacional, níveis de desenvolvimento humano menos desejáveis e maior concentração de renda.”. Além disso, em outro estudo, Oderich, Elias e Waquil (2019) consideram que o padrão de desenvolvimento agropecuário em curso tem repercussões sobre a segurança alimentar, no sentido de redução na oferta de diversos cultivos de produtos alimentícios no mercado interno. Isto é, a queda na produção de itens como o feijão, o milho, a batata-inglesa, a mandioca e a cebola, pode ter efeitos sobre a disponibilidade desses alimentos e a instabilidade dos seus preços, na medida em que a expansão do agronegócio no estado tem se dado em direção a produtos não voltados à alimentação humana (soja, silvicultura e fumo).

Para uma visão mais panorâmica da representatividade da cobertura ocupada por lavouras no Sudoeste rio-grandense na série histórica da PAM, propomos no Gráfico 04 uma abordagem conjunta para as áreas colhidas das principais culturas de verão (arroz e soja) que foram divididas pela área total dos respectivos municípios. Desse modo obtivemos uma porcentagem da área total municipal que fica coberta por esses cultivos no verão. Esse cálculo é um exercício de análise a fim de visualizar a ocupação desses grãos em relação a uma área de tamanho fixa ao longo do tempo (em cada município) e de equalizar a representatividade dos cultivos em uma mesma escala de porcentagem (100%) ao invés de hectares (que variam em cada unidade territorial). Esse exercício também é válido para uma contextualização mais aprofundada de especificidades regionais quanto à agropecuária, que vão se refletir na análise fundiária, do mercado de terras e da bovinocultura, nas seções seguintes.

---

19 Ofício da Coalizão pelo Pampa encaminhado em 14/03/2023 para a ‘Comissão Externa para tratar da estiagem’ na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Disponível em: [https://linktr.ee/coalizao\\_pelo\\_pampa](https://linktr.ee/coalizao_pelo_pampa) Acesso em: 20 mar. 2023.

**Gráfico 04** - Proporção de área ocupada pelas lavouras temporárias colhidas de arroz (em casca) e soja (em grãos) em relação à superfície total de municípios\* do Sudoeste rio-grandense (1974-2021).



\* Municípios que foram desmembrados por processos emancipacionistas na década de 1990 tiveram mantidas suas antigas áreas totais e cultivadas com arroz e soja. Para tanto, somamos os dados dos municípios emancipados aos municípios desmembrados, a fim de considerar uma área constante ao longo do tempo. Verificar seção metodológica.

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal (IBGE, 1974-2021); IBGE Cidades (2023). Adaptado pelo autor.

Nossa primeira observação indica que, com exceção de Uruguaiana e Quaraí, todos os demais municípios e a média regional encontram-se em suas máximas históricas em termos de porcentagem de área total ocupada com os monocultivos de arroz e de soja conjuntamente. O olhar em longo prazo também permite observar que os municípios se reagrupam em três perfis ao longo do tempo em termos da representatividade (baixa, média e alta<sup>20</sup>) dos cultivos agrícolas:

- Em 1974 observava-se quatro municípios com baixa representatividade da agricultura de arroz e soja, que ocupava até 2% da superfície: Quaraí, Santana do Livramento, Bagé e Lavras do Sul. Parte ou totalidade dessas localidades se encontra em topografias mais elevadas, com solos mais rasos e pedregosos, em cabeceiras de rios, ainda que em Bagé existissem áreas relevantes com potencial para conversão em lavouras;

- Ainda em 1974, havia seis municípios com média ocupação agrícola, entre 2% e 7%: Alegrete, Rosário do Sul, Dom Pedrito, São Gabriel, Uruguaiana e São Francisco de Assis. Esses municípios encontram-se melhor localizados em relação aos cursos d'água que representam os cultivos de arroz, mas apresentam também algumas parcelas com fortes limites para agricultura;

- Os municípios com a maior proporção relativa de áreas de lavoura com arroz e soja em 1974, entre 13% e 20%, foram Itaqui e São Borja, com abundância em áreas de várzea e/ou áreas de coxilha com poucos limites para reconversão agrícola e/ou irrigação.

<sup>20</sup> O nível de representatividade (baixa, média e alta) foi produzido com fins ilustrativos tão somente para categorizar os dados dos municípios do Sudoeste rio-grandense, não sendo necessariamente comparável com o restante do estado e/ou do país.



Nas décadas de 1980 e 1990 pouco se altera esse padrão de distribuição das lavouras de arroz e de soja, com exceção do município de São Francisco de Assis com forte avanço das lavouras de soja nos anos de 1980, e de Uruguaiana com avanço volátil na superfície das lavouras de arroz durante os anos de 1990. Durante a década de 2000 destacou-se novamente o avanço nos cultivos de soja, dessa vez unindo-se São Gabriel e Dom Pedrito à tendência altista que se repetia em São Francisco de Assis. Desse modo, a partir de 2010 se conforma uma nova matriz de representatividade dos cultivos agrícolas de arroz e de soja na região, redesenhando o papel relativo das lavouras na ocupação do território municipal e mesorregional:

- Em 2021 o único município que permaneceu com baixa ocupação por cultivos de arroz e de soja foi Quaraí, com 3,38%;

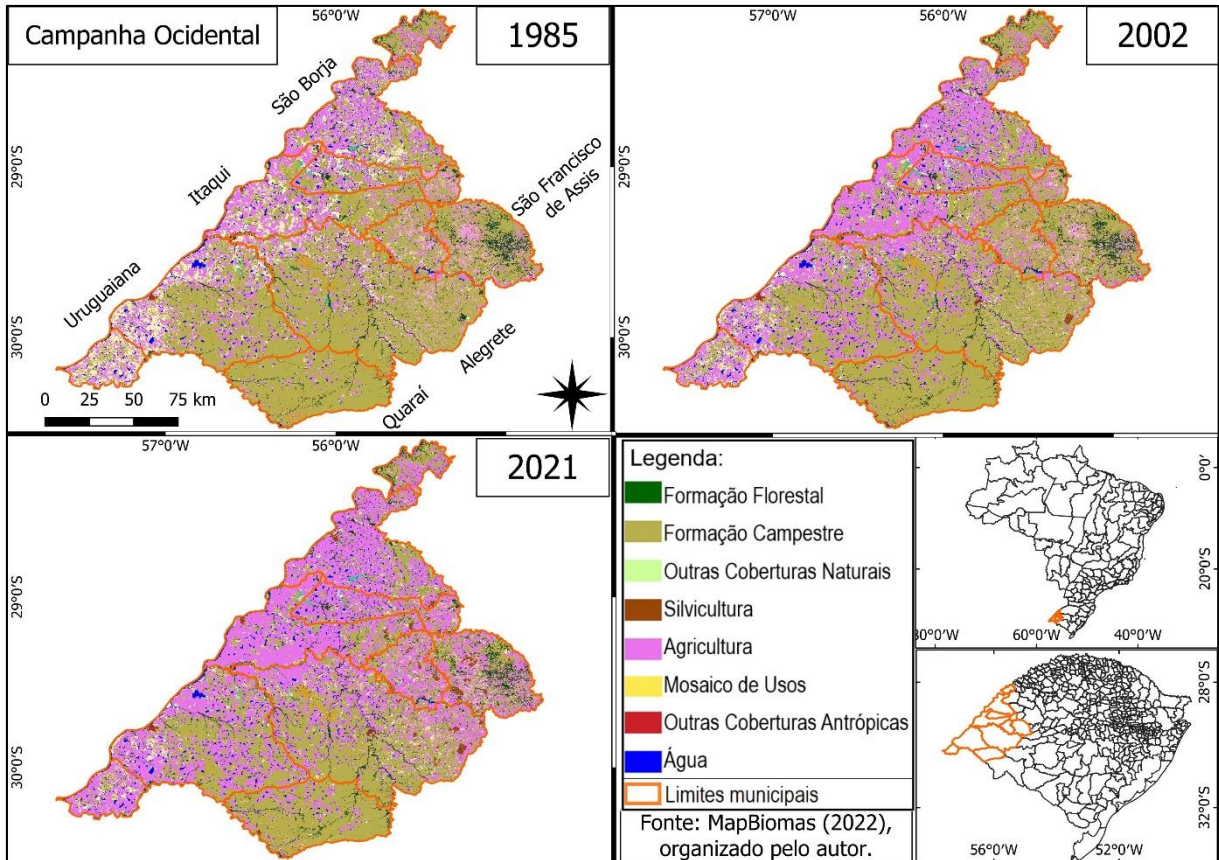
- O estrato médio de ocupação varia de 9,08% a 15,24% na representatividade dos cultivos, e passou a incluir municípios que até 2012 estavam no estrato de baixo: Santana do Livramento, Bagé e Lavras do Sul. Os municípios de Alegrete, Rosário do Sul e Uruguaiana mantiveram-se no grau de ocupação médio, mas foram elevadas gradualmente as porcentagens relativas ocupadas com lavouras;

- Por fim, os municípios com maior ocupação com lavouras apresentam porcentagens entre 27,59% e 32,26%. Nesse estrato passaram a figurar três novos municípios também após 2012: São Francisco de Assis, Dom Pedrito e São Gabriel. Este último assumiu em 2021 a maior proporção relativa com lavouras no Sudoeste rio-grandense. São Borja e Itaqui completam a lista.

Consideramos que os dados de porcentagem de área com lavouras de acordo com a superfície total municipal são um importante indicador das mudanças nos mercados agropecuários regionais de acordo com a conjuntura econômica de cada período e com as características de localização e potencial produtivo das terras frente aos capitais investidos na agropecuária. As áreas com lavouras estivais estão em potencial competição com a superfície de pastagens para a pecuária de corte, mas, ao mesmo tempo, existem técnicas para a combinação entre lavouras de verão e pastagens de inverno, ou mesmo de rotação anual entre culturas estivais de grãos e de pastagens, de modo que a observação das mudanças na superfície de lavouras pode indicar localizações onde é maior a incidência de novos arranjos nos sistemas de produção.

Para complementar esta análise sobre as transformações mais gerais na matriz agropecuária do sudoeste rio-grandense seguimos com a apresentação de mapas de uso e cobertura do solo produzidos a partir de imagens de satélite do projeto MapBiomias (2022c) e recortados de acordo com as três microrregiões para uma melhor visualização. Os mapas estão disponíveis para todos os anos da série que vai de 1985 a 2021. Optamos pela seleção de três mapas para cada microrregião, com os anos inicial e final da série, mais o ano intermediário de 2002 que antecede na maior parte dos municípios a aceleração na área cultivada com soja. As Figura 05, 06 e 07 contemplam essas informações.

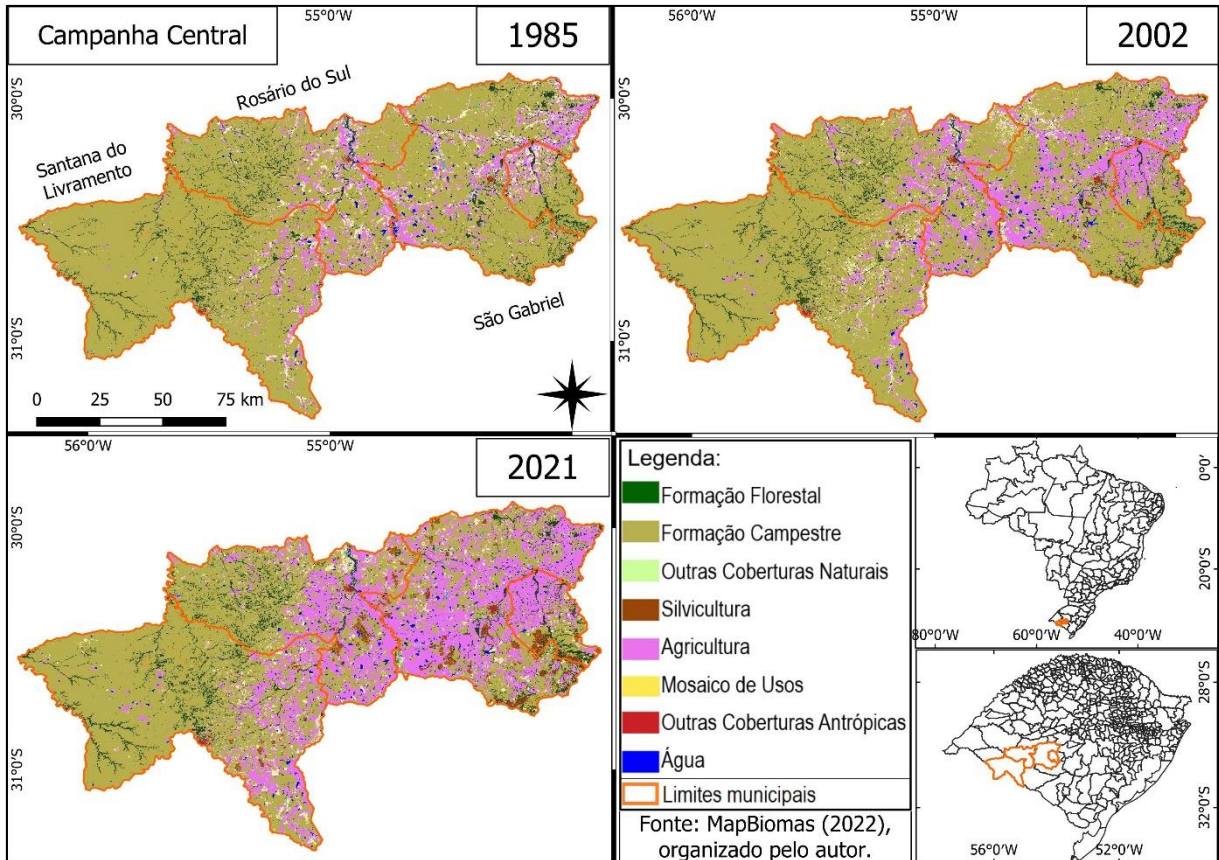




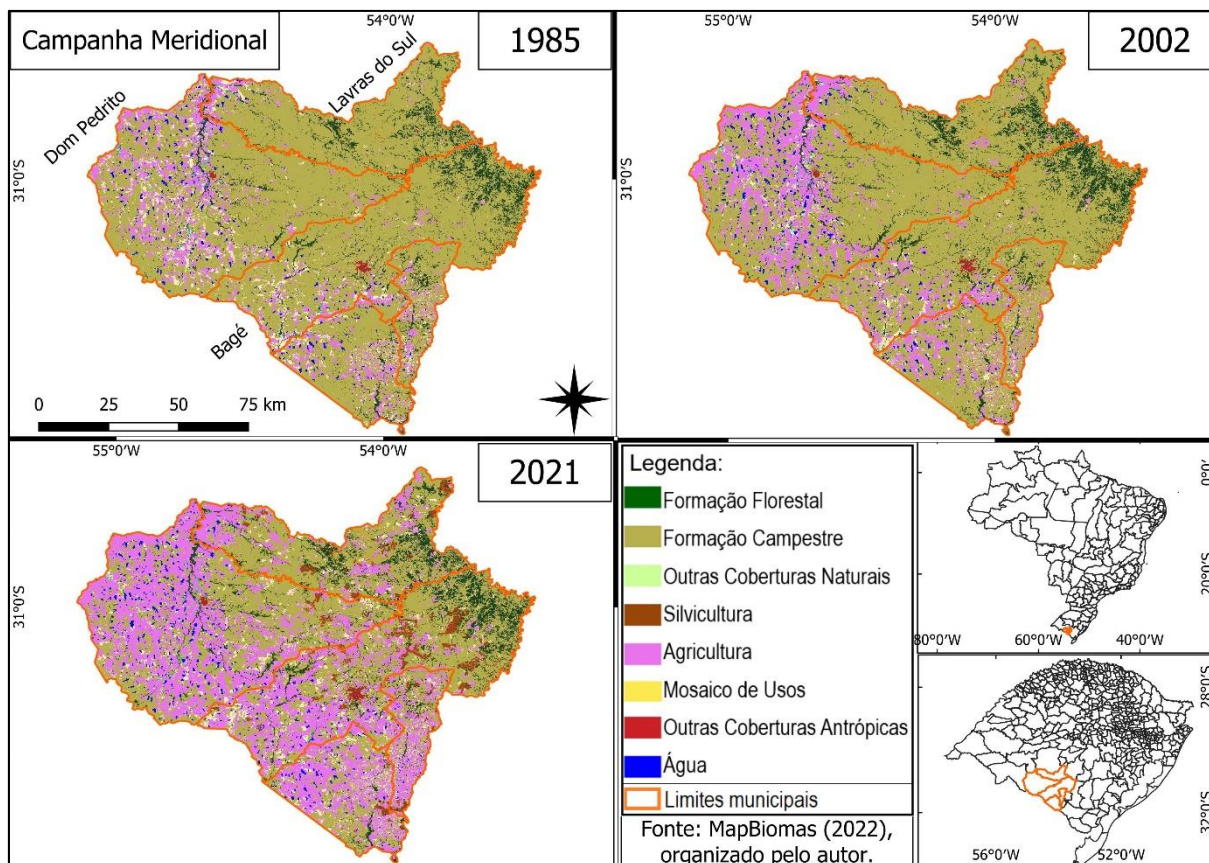
**Figura 05** - Cobertura e uso da terra na microrregião Campanha Ocidental, 1985, 2002 e 2021.

Obs.: descrição completa da metodologia aplicada na Coleção 7 do MapBiomas pode ser acessada em <https://mapbiomas.org/download-dos-atbds>

**Fonte:** mapas de cobertura e uso adaptados de Mapbiomas (2022c); mapa da microrregião elaborado por Raphael Lorenzeto de Abreu (2006), sob licença *Creative Commons Attribution 2.5 Generic*.



**Figura 06** - Cobertura e uso da terra na microrregião Campanha Central, 1985, 2002 e 2021. Obs.: descrição completa da metodologia aplicada na Coleção 7 do MapBiomas pode ser acessada em <https://mapbiomas.org/download-dos-atbds>  
**Fonte:** mapas de cobertura e uso adaptados de Mapbiomas (2022c); mapa da microrregião elaborado por Raphael Lorenzeto de Abreu (2006), sob licença *Creative Commons Attribution 2.5 Generic*.



**Figura 07** - Cobertura e uso da terra na microrregião Campanha Meridional, 1985, 2002 e 2021.

Obs.: descrição completa da metodologia aplicada na Coleção 7 do MapBiomas pode ser acessada em <https://mapbiomas.org/download-dos-atbds>

**Fonte:** mapas de cobertura e uso adaptados de Mapbiomas (2022c); mapa da microrregião elaborado por Raphael Lorenzeto de Abreu (2006), sob licença *Creative Commons Attribution 2.5 Generic*.

Quanto aos mapas, chamamos atenção para o forte incremento das áreas de ‘agricultura’, que aparecem em tons rosados nas imagens mais recentes de todas as microrregiões, embora sua presença já fosse mais importante em algumas zonas desde o início da série. Consideramos válido lembrar que essas áreas agrícolas dos mapas frequentemente envolvem o manejo pecuário em período de inverno, sinalizando para importantes movimentações sazonais dos rebanhos. Nas terras baixas cultivadas com arroz irrigado no verão costuma-se proceder com o pastejo bovino sobre os restos culturais após a colheita, chamados resteva. Esse uso ocorre por um período curto, necessitando semeadura de pastagens no outono para que os animais voltem a se alimentar nessas áreas. Muitas terras baixas cultivadas com arroz no verão acabam sendo inundadas por períodos prolongados no inverno e primavera, com fortes limitações ou sem possibilidade de drenagem, motivo pelo qual os cultivos de inverno costumam ser evitados. As áreas irrigáveis sistematizadas que podem ser drenadas rapidamente (24 horas ou menos) são as mais propícias para receber plantios sazonais de pastagens ou de culturas para colheita.

Nas coxilhas bem drenadas que são cultivadas com soja no verão é possível o cultivo de outras culturas de grãos para colheita no período de inverno (trigo, cevada e outros), ou então a semeadura das culturas de azevém (inclusive em terras baixas) e/ou aveia (exclusivamente em coxilhas bem drenadas) para pastejo bovino. Diferente das lavouras estivais de arroz e de soja, o cultivo de trigo acontece no período frio e não experimentou o



mesmo processo expansivo. Entre os motivos que atualmente limitam sua adesão encontra-se a combinação de calendários agrícolas entre trigo e soja, na medida em que a colheita do cereal em novembro pode atrasar a semeadura da oleaginosa que se inicia em outubro ou mesmo em setembro (MARTIN et al., 2022). Esse é um dos fatores que torna mais recorrente a combinação das lavouras de soja com a engorda de gado em pastagens de inverno na medida em que o casamento de calendários é melhor sincronizado.

Destacamos a correlação entre as áreas de ‘agricultura’ e ‘mosaico de usos’ com os principais cursos d’água na região. Essa característica foi mais marcante nos dois primeiros recortes temporais (1985 e 2002), quando predominavam as lavouras de arroz irrigado, mas mantém relevância nos dados mais recentes, ainda que se perceba uma dispersão das lavouras para áreas mais afastadas dos principais rios, lagos e reservatórios. A disponibilidade de solos úmidos é mais determinante para os cultivos irrigados de arroz, mas a oferta hídrica regular está longe de ser desprezível para cultivos de grãos em coxilhas. O Rio Grande do Sul, em média, apresenta precipitações anuais relativamente equilibradas em todas as regiões, porém, a média anual é mais reduzida na porção sul do estado (1.299 mm a 1.500 mm)<sup>21</sup>. Some-se a isso que o Sudoeste rio-grandense é a porção estadual mais afetada pela ocorrência de estiagens na observação desse fenômeno climático no período entre 1981 e 2011 (KULMAN et al., 2014). Esse é um dos motivos pelo qual as áreas com solos mais rasos e/ou localizadas nas cotas mais altas de elevação topográfica apresentam menor avanço das lavouras, tendo em vista que são as zonas que relativamente mais sofrem estresse hídrico quando não há lagos naturais ou artificiais com reserva para irrigação. Portanto, as demandas do setor patronal anteriormente mencionadas, em prol de subsídios para a expansão dos reservatórios artificiais de água, estão associadas com as possibilidades de manter as lavouras atuais e expandi-las em áreas mais arriscadas perante a estiagem, em detrimento de áreas de preservação permanente e dos ecossistemas das cabeceiras das bacias hidrográficas que são importantes para o processo natural de recarga hídrica.

As áreas que apresentam limitações para lavouras são as que permanecem ao longo do tempo com as maiores superfícies contínuas de ‘formações campestres’, enquanto as demais localizações apresentam tipos de cobertura mais fragmentada. Nesses locais ocorrem formas heterogêneas de pecuária em termos dos graus de tecnificação e de investimento, assim como dos perfis de criadores, envolvendo principalmente a combinação de rebanhos bovinos e ovinos (MONTEBLANCO, 2021). Nesse sentido, destaca-se a grande área campestre onde se localiza a APA do Ibirapuitã, entre Santana do Livramento, Alegrete e Rosário do Sul, com áreas de morros na serra do Caverá e de topografia mais elevada na Cuesta do Haedo, visível ao sul da Figura 05 e a oeste da Figura 06. Essa área de campos se estende de Santana do Livramento para oeste em direção ao município de Quaraí e aos campos de Uruguaiana. Ainda na parte ocidental da região da Campanha encontram-se áreas com solos arenosos em Alegrete, na área central da Figura 05, assim como localidades com declividade mais acentuada e áreas de mata no leste da mesma figura, em São Francisco de Assis. Na porção meridional da Campanha (Figura 07) encontram-se a norte e noroeste as partes dos municípios de Bagé, Dom Pedrito e Lavras do Sul no âmbito da serra do Sudeste. Essas áreas se estendem ao norte em direção a São Gabriel, como pode-se observar na parte leste da Figura 06, referente à microrregião Campanha Central.

No entanto, as áreas marcadas como ‘formação campestre’ também ocorrem de maneira mais fragmentada em zonas onde predomina a agricultura. Por um lado, indicam a heterogeneidade local de solos que são menos aptos para a conversão agrícola. Por outro, também sinalizam para a heterogeneidade de pecuaristas, em especial aqueles que mantêm parcelas dos rebanhos ao longo de todo o ano em seus estabelecimentos, como é o caso da

---

21 Dados disponíveis em <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/clima-temperatura-e-precipitacao>

cria, cria/recria e ciclo completo, onde são retidas as matrizes e as categorias animais mais jovens. Esses campos nativos não necessariamente indicam áreas menos produtivas, pois podem ser alvo de práticas de manejo tais como correção de acidez, fertilização, roçadas e irrigação. Animais cuja engorda iniciou durante o inverno podem ter sua terminação concluída nesses campos ou em pastagens plantadas no verão. Também há relatos de que anualmente são transportadas para a região Sudoeste rio-grandense várias cargas vivas de vacas matrizes e rebanhos de engorda oriundos da metade norte do estado, na medida em que as áreas de lavoura onde esses animais estavam começam a ser semeadas e não há oferta local suficiente de áreas para o pastejo de verão. A oferta relativa dessas áreas de campo é maior na porção sudoeste do estado, além de a produtividade de suas terras ser em média menos elevada, de modo que os produtores possuidores de áreas em ambas as regiões preferem cultivar lavouras estivais no norte e conduzir anualmente parte dos rebanhos entre os municípios. Além disso, considerando-se a heterogeneidade persistente entre pecuaristas, as áreas campestres também incluem os estabelecimentos mantidos na relativa ausência de práticas de manejo, sanidade e alimentação que poderiam indicar intensificação do uso de campos nativos.

Outra característica que destacamos se refere aos mapas de 1985, que possuem a maior presença relativa de áreas categorizadas como ‘mosaico de usos’, em tom amarelado, as quais perdem importância nos mapas de 2002 e 2021. Essas áreas sugerem uso agropecuário, incluindo cultivos agrícolas e de pastagens, assim como áreas em pousio<sup>22</sup>. Consideramos que uma explicação para essa mudança se refere à conjuntura capturada pelas imagens de satélite em 1985, que era de redução gradual das áreas cultivadas com soja ao longo da década de 1980, como indica a PAM do IBGE. Esse processo legou áreas que foram deixadas como pousio e sucessivamente ocupadas com pastagens nos anos seguintes, até a retomada das lavouras, especialmente após os anos 2000. Adicionalmente, também pode indicar as práticas de rotação de culturas anuais necessárias para a melhor produtividade e sanidade do cultivo de arroz, de modo a combinar ao longo dos anos as áreas com lavouras temporárias e o pousio com pastagens (MARTIN et al., 2022). No início da série histórica havia maior proporção das rotações agrícolas envolvendo lavouras estivais de arroz irrigado (1 a 2 anos) e pastagens (2 a 3 anos) (MIELITZ NETTO, 1994), sendo que atualmente a combinação mais frequente ocorre no rodízio chamado “ping-pong” entre arroz e soja (com ou sem pastagens), de modo que se reduz a superfície categorizada como ‘mosaico de usos’ devido à presença de agricultura contínua.

Por fim, as manchas em tom amarronzado nos mapas indicam a ocupação com silvicultura, principalmente visíveis nos recortes temporais mais recentes. Por mais que a área ocupada por silvicultura não chegue a 2% da área total, a forma como esses cultivos estão dispostos em grandes blocos homogêneos acaba facilitando sua visualização. Essas manchas se referem principalmente ao monocultivo de eucaliptos e ocorrem em grandes estabelecimentos rurais cultivados de modo homogêneo com a cultura florestal. Esse tipo de unidade produtiva dialoga com o perfil dos investimentos nessa atividade nos anos 2000, sobretudo oriundos de empresas do setor de celulose, como veremos em seção a seguir.

Em suma, até aqui demonstramos por meio dos Censos Demográficos, da Produção Agrícola Municipal do IBGE e das imagens e tabelas do MapBiomas uma série de reconfigurações mesorregionais em termos das atividades agropecuárias. Elas ilustram os processos de reposicionamento dos setores dominantes sobre as terras e os mercados

---

22 Segundo a legenda do Mapbiomas (2022, p. 3) os ‘Mosaicos de uso’ pertencem à categoria ‘Agropecuária’, que para as áreas no bioma Pampa indicam uso antrópico em “Áreas de uso agropecuário, onde não foi possível distinguir entre pastagem e agricultura. Pode incluir áreas de cultivos, pastagens de inverno ou de verão e de horticultura. Inclui as áreas de descanso entre safras agrícolas (pousio).”

agropecuários do sudoeste rio-grandense em relação ao arranjo de política macroeconômica nacional e ao cenário de expansão da demanda por commodities agrícolas, minerais e energéticas impulsionada por países como China e Índia. Nas próximas seções desdobramos essa análise para contemplar dados fundiários e do mercado de terras que representam outros filtros de análise da recomposição da economia estancieira em um formato contemporâneo, onde destacamos a crescente importância de negociações sujeitas às flutuações de mercado internacional no conjunto das relações sociais de produção.

### **2.3 Continuidades na concentração fundiária e novidades nas dinâmicas de propriedade e arrendamento dos estabelecimentos rurais**

Há mais de 40 anos os diagnósticos econômicos sobre a estrutura agrária da porção sudoeste do Rio Grande do Sul apontavam que a combinação entre concentração fundiária e especialização pecuária extensiva proporcionava baixa diversificação produtiva, além de estagnação da produtividade e da geração de empregos (FEE, 1978). O crescimento das áreas de lavoura, observável durante as décadas de 1970 e 1980, remete principalmente aos arrendamentos de grandes proprietários para lavoureiros de arroz e de soja a fim de diversificar os ingressos monetários, sem representar integração entre fatores de produção da agricultura e da pecuária ou alterações significativas nos sistemas de produção de gado (BÓS; SEABRA, 2014 [1987]). A queda nos preços recebidos pelos bovinos de corte na parte final da década de 1980 (VIANA; SOUZA; SILVEIRA, 2009) e a estagnação da expansão de áreas cedidas em arrendamento a partir de cortes no orçamento da política agrícola e no crédito rural após 1985 (BENETTI, 1997), provocaram um período de restrições para ingressos monetários na economia estancieira, momento no qual se ouviam discursos interessados dessas elites proprietárias em torno da noção de “crise regional” (PICCIN, 2012; KENNE, 2022).

Como veremos adiante, foi a partir de 1992 que as políticas de reordenação fundiária via aquisição de áreas pelo poder público para formação de assentamentos rurais tiveram repercussão prática no Sudoeste rio-grandense. Suas ações desapropriatórias, geralmente eventuais no tempo e fracionadas no espaço, mantiveram-se nos anos de 2000 e praticamente esgotaram-se após 2010, com impactos que não foram suficientes para alterar a estrutura fundiária em nível mesorregional ou estadual. Em paralelo, percebeu-se nos últimos 20 anos um enorme incremento nas áreas cultivadas com soja e nos preços de todas as categorias de terras da região, sobretudo nas áreas de coxilha mais rentáveis para lavouras, o que gerou um novo fluxo de rendimentos para os proprietários rurais e desafios para a continuidade de aquisições públicas de imóveis rurais.

Partindo dessa rápida síntese histórica, iniciamos a presente seção a fim de tratar das continuidades na concentração fundiária e das novidades na apropriação de terras do Sudoeste do RS. A tendência de estagnação nos preços de produtos e de terras agropecuárias durante a década de 1990, com enorme apreciação nos dez anos seguintes, revela-se como uma tendência geral no cenário brasileiro e de diversas regiões do mundo que se viram diante de uma corrida global por terras em paralelo ao *boom* de commodities (FLEXOR; LEITE, 2017). Ao mesmo tempo, a concentração e a desigualdade na distribuição da posse fundiária são uma continuidade histórica quando analisado o conjunto das terras brasileiras (HOFFMANN, 2020).

A seguir, observamos dados sobre a concentração fundiária e a apreciação das terras rurais, os quais indicam que a desigualdade no acesso à terra tende a incrementar-se de modo mais grave no Sudoeste do RS em comparação com as médias estaduais e nacionais. É por conta desse cenário expansivo da renda capitalizada da terra, baseado na demanda em

mercados globalizados e nos interesses de corporações transnacionais e de produtores locais de itens primários exportáveis, que visualizamos os benefícios extraídos pela economia estancieira enquanto proprietários de terras.

As continuidades na concentração da posse da terra não são uma particularidade da região da Campanha. Por meio dos dados nacionais de estabelecimentos rurais obtidos a partir dos Censos Agropecuários entre 1975 e 2017 a pesquisa de Hoffmann (2020) permite vislumbrar, com apoio em medidas estatísticas de desigualdade, que há estabilidade em graus relativamente elevados de concentração. A distribuição fica ligeiramente mais desigual nos dados de 2006 para 2017, com o índice de Gini variando de 0,855 em 1985 para 0,864 em 2017, considerando que neste índice os valores mais próximos de 1 (um) indicam maior concentração e os mais próximos de 0 (zero) representam uma melhor distribuição entre os estabelecimentos rurais. O autor também observa que entre 1985 e 2017 os 50% menores estabelecimentos possuem área de apenas 2,2% a 2,1% do total, enquanto os 5% maiores estabelecimentos ocupam uma porcentagem que oscila de 69,1% para 71,0% da superfície total registrada pelos censos.

Adicionalmente, um conjunto de trabalhos revisados por este mesmo autor, que avaliam a relação estatística entre a desigualdade da distribuição da posse de terra e o desenvolvimento humano em microrregiões do Brasil, evidencia que essa desigualdade fundiária e indicadores de qualidade de vida estão significativamente associados, isto é, quanto maior a concentração da terra, piores tendem a ser os desempenhos nas taxas de mortalidade infantil e de esperança de vida ao nascer. Assim, conclui que a estabilidade da estrutura fundiária e os efeitos negativos da sua concentração sobre o bem-estar das populações que vivem nas microrregiões mais desiguais se apresenta como um efeito reproduzido há séculos como condicionante do desenvolvimento econômico e social (HOFFMANN, 2020).

Na Tabela 03 podemos visualizar dados referentes aos Censos Agropecuários entre 1975 e 2017 sobre grupos de área total dos estabelecimentos rurais localizados no Sudoeste rio-grandense, que podem ser comparados com as médias estadual e nacional<sup>23</sup>. Todas as categorias acima de 1.000 ha e abaixo de 100 ha foram agregadas de modo a simplificar a visualização, sem prejuízo ao objeto de análise.

---

<sup>23</sup> Optou-se por utilizar os dados referentes a estabelecimentos agropecuários do IBGE, ao invés da base de dados sobre os imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Incra. O primeiro motivo para isso se deve ao próprio caráter de disponibilidade dos dados, tendo em vista que o panorama dos estabelecimentos agropecuários do IBGE, em recortes praticamente decenais, pode ser obtido através dos dados públicos divulgados nos Censos Agropecuários. Não é necessário recorrer à lei de Acesso à Informação a fim de obter a situação dos imóveis rurais em décadas anteriores, como é o caso do SNCR/Incra que disponibiliza publicamente apenas a base de informações mais atualizada. No entanto, deve-se notar que se trata de informações relativamente distintas, já que o conceito de imóvel rural se refere apenas à propriedade da terra em áreas contínuas, enquanto o estabelecimento agropecuário considera áreas não contínuas e não necessariamente pertencentes a um mesmo proprietário, desde que sejam exploradas pelo mesmo produtor e que utilizam dos mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos e instrumentos agrários, etc.) e humanos (pessoal), subordinados a uma mesma administração (IBGE, 2017). Ainda assim, é possível desagregar informações do IBGE sobre os estabelecimentos agropecuários, a fim de quantificar em que medida essas unidades se tratam de terras próprias, arrendadas, em parceria, sob posse ou em outras condições. Desse modo, no âmbito desta pesquisa de tese, os Censos contemplam suficientemente a informação sobre áreas rurais próprias, o que justifica a não utilização de dados do SNCR/Incra.

**Tabela 03** – Distribuição de terra em porcentagem total das classes de área entre estabelecimentos agropecuários no Brasil, Rio Grande do Sul e Sudoeste Rio-Grandense, em 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017.

Brasil	Área total por classe (%)				
	1975	1985	1995/1996	2006	2017
Classe de área (ha)					
De 0 a menos de 100 ha	21,35	21,22	19,96	21,19	20,44
100 a menos de 200 ha	9,84	9,98	9,31	8,76	8,36
200 a menos de 500 ha	14,76	14,16	14,26	13,9	12,77
500 a menos de 1.000 ha	11,19	10,92	11,36	11,16	10,82
1.000 ha e mais	42,86	43,46	45,10	45,00	47,60
Rio Grande do Sul	Área total por classe (%)				
Classe de área (ha)	1975	1985	1995/1996	2006	2017
De 0 a menos de 100 ha	34,70	33,75	32,90	33,46	28,26
100 a menos de 200 ha	8,58	8,90	9,06	8,38	8,25
200 a menos de 500 ha	14,42	15,23	16,39	15,82	14,92
500 a menos de 1.000 ha	13,49	14,21	14,99	15,09	15,27
1.000 ha e mais	28,80	27,49	26,67	27,24	33,31
Sudoeste Rio-Grandense	Área total por classe (%)				
Classe de área (ha)	1975	1985	1995/1996	2006	2017
De 0 a menos de 100 ha	7,37	7,21	6,54	7,71	6,96
100 a menos de 200 ha	6,34	6,58	6,30	5,56	4,99
200 a menos de 500 ha	14,56	15,15	16,07	15,62	13,75
500 a menos de 1.000 ha	16,02	19,58	20,61	21,60	20,59
1.000 ha e mais	55,70	51,48	50,48	49,50	53,71

Obs.: as classes de área fornecidas pelos Censos foram agrupadas de modo a simplificar a visualização, com ênfase em grupos intermediários de área total.

**Fonte:** elaborado pelo autor com base nos Censos Agropecuários de 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017.

De modo geral pode-se observar que a estrutura fundiária da região da Campanha gaúcha é mais concentrada que as médias estaduais e nacionais, especialmente quando considerada a menor presença relativa de áreas em estabelecimentos com menos de 100 ha, lado a lado com a porcentagem de áreas acima das médias quando observada a classe com 1.000 ha e mais. A estrutura de distribuição da posse das terras no sudoeste do RS em 2017 inverte uma tendência que vinha se apresentando entre 1975 e 2006, que se referia ao incremento relativo da categoria de 500 ha a menos de 1.000 ha em detrimento das demais. No período mais recente a classe de área que apresenta maior expansão relativa é justamente a dos maiores estabelecimentos, registrando em 2017 o retrato mais concentrado da estrutura fundiária da região em unidades de área maiores que 500 ha desde o início da série aqui considerada. Em 1975 os grupos acima de 500 ha representavam 71,7% da área (4.283.547 ha) e 13,3% dos estabelecimentos (3.045). Em 2017 eles chegam a 74,3% da área (4.319.476 ha) e 14,6% dos estabelecimentos (3.263). Em termos absolutos do número de estabelecimentos nota-se que a classe de área entre 100 ha e menos de 200 ha foi a que mais perdeu unidades (-587), seguida da classe entre 200 ha e menos de 500 ha (-255), enquanto todas as demais ganharam em quantitativo de unidades, sendo o acréscimo mais relevante percebido na categoria entre 500 ha a menos de 1.000 ha (+212). Em suma, percebe-se na atualidade um incremento em termos de estabelecimentos e de superfície de área concentrada nas unidades maiores que 500 ha.



Cabe uma rápida menção aos aspectos metodológicos que possivelmente provocaram mudanças sutis nos dados de 2017 em relação aos dos censos anteriores. Para os fins desta pesquisa, que atenta para os estabelecimentos de maior escala na estrutura fundiária, vale ter em mente que em 2017 a definição de ‘estabelecimento agropecuário’, como de costume, considerou áreas não contínuas, exploradas pelo mesmo produtor e que utilizassem dos mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos e instrumentos agrários etc.) e humanos (pessoal), subordinados a uma mesma administração. Mas, diferente do Censo 2006, onde a delimitação de um estabelecimento levava em conta áreas não contínuas situadas em um mesmo ‘setor censitário’<sup>24</sup>, considerando detalhes em torno da existência e localização da sua sede, em 2017 foram admitidos como um mesmo estabelecimento aqueles que operavam na escala mais abrangente do município (IBGE, 2017). Esse detalhe pode induzir sensivelmente para uma concentração da área dos estabelecimentos recenseados em 2017 em relação aos anteriores, considerando que sua delimitação anteriormente tinha como teto o setor censitário, e não o município, no uso dos mesmos recursos e pessoal, sob a mesma administração.

Um olhar mais aprofundado nas estatísticas oficiais sobre as categorias de propriedade e posse da terra nos permite apreender dinâmicas específicas que operam no interior da estrutura fundiária, tais como as relações de arrendamento e de propriedade da terra que constituem objetos relevantes na literatura sobre as mudanças agrárias regionais da metade sul rio-grandense. A formação histórica das relações de produção envolvendo a posse da terra nas lavouras de arroz no século XX representa uma longa continuidade em termos das contratações de áreas de várzea em arrendamento pelos lavoureiros, considerando que a fronteira agrícola para esses cultivos se encontrava ocupada pela economia estancieira voltada à pecuária de corte (BESKOW, 1986). A política agrícola do estado brasileiro durante a fase conhecida como modernização conservadora entre 1965 e meados da década de 1980 representou um importante estímulo para a expansão das lavouras de arroz e de soja, e, do mesmo modo, ao final desse ciclo as restrições no crédito agrícola foram determinantes para a estagnação na área agrícola ocupada entre o final da década de 1980 e meados dos anos de 1990 (BENETTI, 1997).

Nesse período de instabilidades, agravado durante a década de 1990, notou-se sinais crescentes de um processo de diferenciação das estratégias produtivas entre os pecuaristas (FONTOURA, 2000), assim como reconfigurações mais profundas na morfologia do espaço social envolvendo as posições relacionais de estancieiros e de lavoureiros que tendiam a ser redesenhadas, sobretudo diante da enorme expansão do cultivo de soja a partir dos anos 2000 (PICCIN, 2012). Esse novo arranjo, que ficou conhecido como reestruturação produtiva nos mercados agropecuários na metade sul do estado, indica, ao mesmo tempo, o surgimento de novas articulações entre os padrões locais da produção de grãos e de carnes com as estratégias macroeconômicas do país no pacto do agronegócio, e um conjunto de continuidades no que se refere aos setores que controlam a terra e a oferta dos produtos agropecuários (KENNE, 2022).

Propomos uma aproximação a essas reconfigurações regionais por meio de três abordagens disponíveis nas tabelas dos censos agropecuários: a) a variável ‘condição do produtor em relação às terras’ subdividida entre a situação de proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante, que está disponível ao longo da série histórica (1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017), onde podemos analisar a relação dos produtores com a parcela preponderante das suas terras em termos de condição legal (próprias, arrendadas, em parceria ou ocupadas);

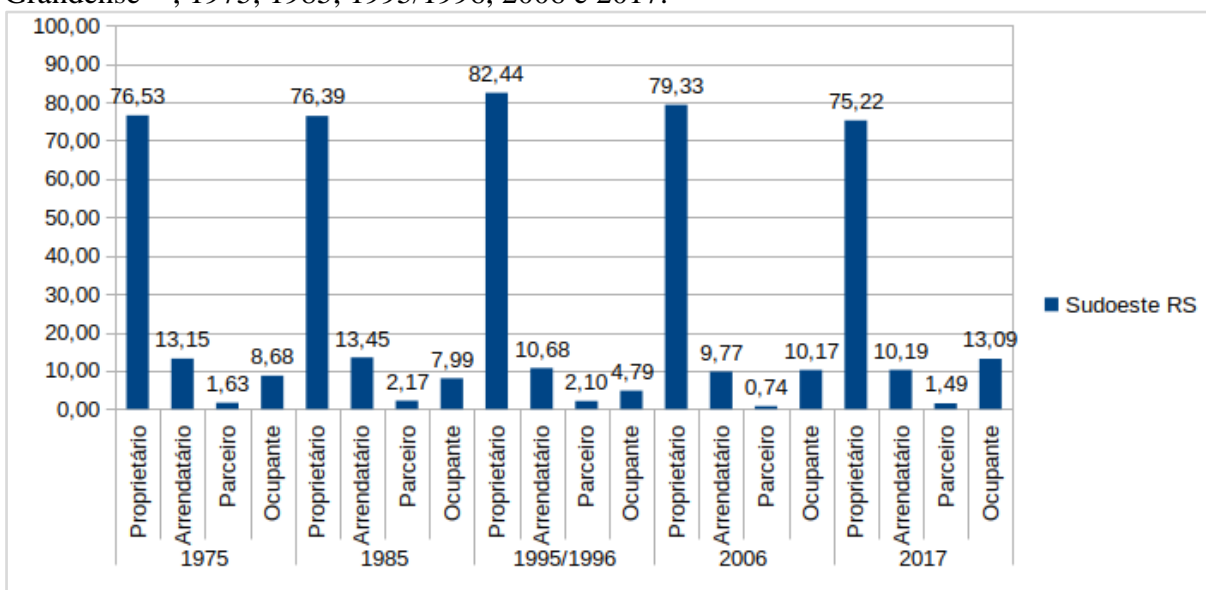
---

<sup>24</sup> “O setor censitário é a unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador. Assim sendo, cada recenseador procederá à coleta de informações tendo como meta a cobertura do setor censitário que lhe é designado.” (IBGE, 2010). Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/operacao-censitaria.html> Acesso em: 17 ago. 2023.

b) os dados sobre a ‘condição legal das terras’ em cruzamento com a ‘condição do produtor em relação às terras’, de modo a capturar de maneira mais detalhada a situação jurídica do conjunto de áreas em relação aos detentores da propriedade e posse dos estabelecimentos (disponível para 1995/1996 e 2017); c) e, por fim, a relação entre as duas primeiras variáveis (‘condição do produtor em relação às terras’ e ‘condição legal das terras’) de modo desagregado em relação aos ‘grupos de área total’ e aos ‘grupos de atividade econômica’ (especificamente ‘produção de lavouras temporárias’ e ‘pecuária e criação de outros animais’) com o intuito de entender a importância relativa das lavouras temporárias e da pecuária no total de áreas próprias e arrendadas.

Subdividimos o primeiro conjunto de informações sobre as categorias de ‘condição do produtor em relação às terras’ em termos de porcentagens relativas do número de estabelecimentos e da área total, além da média de área em hectares por estabelecimento. Nos Gráfico 05 e 06 estão dispostos os dados percentuais do número de estabelecimentos e da área total, respectivamente. Os somatórios foram constituídos através da recontagem de informações dos Censos de 1975 e 1985 de modo que a unidade geográfica ‘Sudoeste Rio-Grandense’ pudesse englobar o mesmo conjunto de áreas ao longo de todo o período, considerando-se que essa categoria mesorregional foi criada na década de 1990 e que a sua antecessora não incluía o mesmo agregado de localidades. Por meio da recontagem, quando mencionamos o sudoeste do RS, estamos nos referindo a um conjunto estável de áreas ao longo da série histórica.

**Gráfico 05** – Distribuição da posse da terra entre estabelecimentos agropecuários em termos percentuais de acordo com a condição do produtor em relação às terras\* no Sudoeste Rio-Grandense\*\*, 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017.

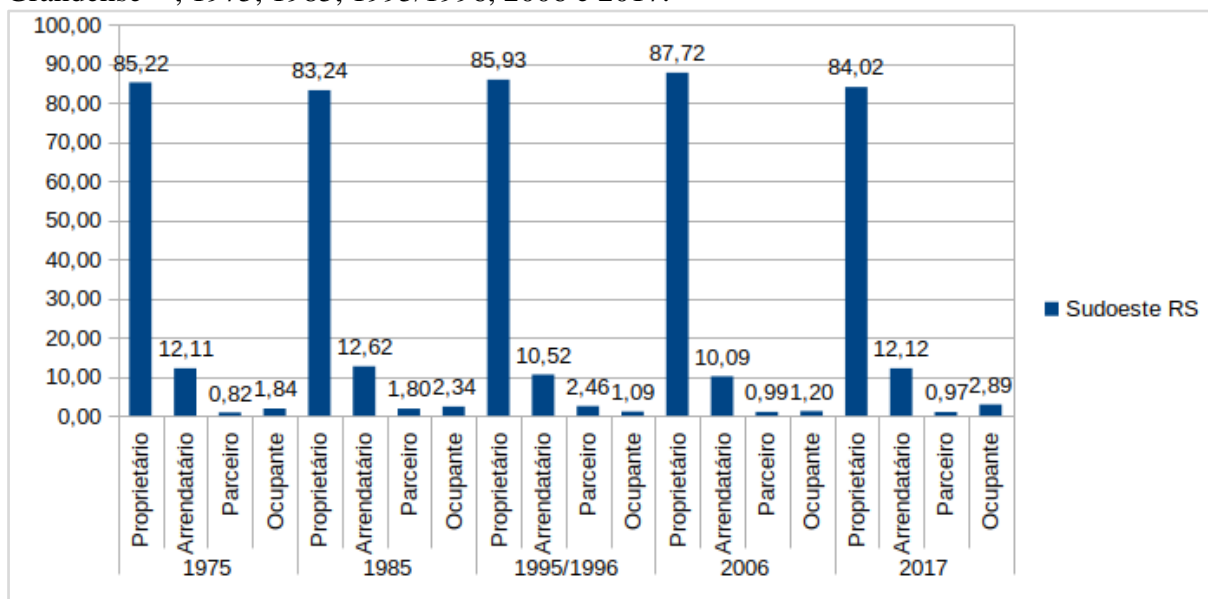


\* As categorias de ‘Assentado sem titulação definitiva’, ‘Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva’ e ‘Comodatário(a)’ foram somadas na categoria ‘Ocupante’, como orienta o IBGE.

\*\* A mesorregião ‘Sudoeste Rio-Grandense’ não constituía uma unidade territorial nos censos agropecuários de 1975 e 1985, sendo utilizada somente a partir do censo 1995/1995. A equivalência das categorias foi construída por meio da soma dos dados correspondentes aos municípios pertencentes à referida unidade territorial.

**Fonte:** elaborado pelo autor com base nos Censos Agropecuários de 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017.

**Gráfico 06** – Distribuição do número de estabelecimentos agropecuários em termos percentuais de acordo com a condição do produtor em relação às terras\* no Sudoeste Rio-Grandense\*\*, 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017.



\* Idem gráfico anterior. \*\* Idem gráfico anterior.

**Fonte:** elaborado pelo autor com base nos Censos Agropecuários de 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017.

Como pressuposto, consideramos que a área total ocupada por atividades agropecuárias no sudoeste do RS é constante ao longo do tempo na medida em que a região não possui áreas significativas de terras que poderiam ser legal ou ilegalmente incorporadas aos estabelecimentos, tais como devolutas, territórios indígenas demarcados ou de proteção integral dos ecossistemas naturais. A condição dos produtores em relação às terras, enquanto proprietários e arrendatários, predomina em termos de estabelecimentos e de área em comparação com as demais modalidades. A categoria de ‘ocupantes’ apresenta uma tendência de redução entre o início da série e a década de 1990, o que indica a progressiva remoção de trabalhadores vinculados às estâncias sob a condição de agregados (PICCIN, 2012). Mas, seus registros retomam importância no censo de 2006, o que está ligado à criação de assentamentos rurais, e, novamente, incrementam no censo de 2017 devido à criação da categoria de ‘comodatários’, ambos contabilizados junto aos ocupantes. Já a categoria de ‘parceiros’ mantém-se ao longo da série com a menor proporção de áreas e estabelecimentos, o que vai de encontro aos interlocutores no trabalho de campo que afirmam a frequente utilização dessa modalidade jurídica pelos proprietários pessoa física com o intuito de obter vantagens tributárias. Os contratos celebrados nesse formato podem ocultar uma relação concreta de arrendamento e obter alíquotas fiscais relativamente mais baixas nas declarações dos contribuintes à receita federal<sup>25</sup>.

25 De acordo com o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) a condição de ‘parceria agrícola’ exige que o parceiro-cedente (proprietário) e o parceiro-cessionário (explorador) assumam conjuntamente as decisões e os riscos da atividade, definindo as proporções dos resultados do empreendimento entre as partes. Quando o proprietário é pessoa física aplica-se o benefício tributário concedido pela Lei nº 8.023/1990 que limita a base de cálculo do imposto em 20% do total recebido na parceria agrícola e, sobre esse montante, aplicam-se as alíquotas de 7,5% a até 27,5% do IRPF, o que resulta em uma alíquota efetiva máxima de 5,5% sobre o rendimento bruto obtido junto ao parceiro-cessionário, seja ele pessoa física ou jurídica, ao invés de tomar como base de cálculo os 100% do montante recebido. Por outro lado, na relação jurídica de ‘arrendamento rural’, de acordo com o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), o proprietário (arrendante) está livre das obrigações associadas ao negócio rural,

Os níveis da predominância de proprietários e arrendatários são relativamente estáveis ao longo do tempo quando se analisa a informação de acordo com a porcentagem da área total recenseada. A proporção de estabelecimentos de proprietários reduz sutilmente durante o período se considerado o início e o final da série, entre 76,53% e 75,22%, que em absoluto representa uma redução de 17.595 para 16.826 unidades. Os estabelecimentos de arrendatários (que não possuem áreas como proprietários) apresentaram redução relativa de 13,15% para 10,19%, e em absoluto de 3.024 para 2.279 unidades. Na parte intermediária da série temporal há um incremento relativo de proprietários ao mesmo tempo em que decrescem os arrendatários, especialmente entre 1995/1996 e 2006. No período mais recente, de 2006 para 2017, a proporção de arrendatários aumenta novamente em relação à de proprietários. Porém, a distribuição de estabelecimentos dessas categorias não retorna aos valores iniciais da série, em 1975, quando havia uma distância menor entre as porcentagens totais de arrendatários em relação aos proprietários. Em suma, na década de 2010 os níveis relativos da presença de arrendatários (sem áreas próprias) não retornam aos percentuais observados na década de 1970. Embora a superfície agrícola em 2017 tenha superado largamente a registrada em 1975, isso não significou uma expansão tão considerável no quantitativo dos estabelecimentos de arrendatários.

Nos dados do Gráfico 05 sobre a proporção de área ocupada pelos produtores na condição de arrendatários observamos uma tendência semelhante àquela do número de estabelecimentos ao longo do tempo. Porém, diferentemente, em 2017 a área ocupada por arrendatários supera os valores do início da série, o que indica que embora haja menos estabelecimentos de arrendatários do que havia em 1975, a área por eles ocupada atualmente é proporcionalmente maior do que no início da série. Ou seja, em meio ao processo de forte expansão agrícola dos últimos 20 anos os dados nos permitem inferir um processo de concentração na categoria dos estabelecimentos que se definem como arrendatários.

Essa interpretação fica mais nítida na Tabela 04 quando observada a área média dos estabelecimentos em relação à cada condição de produtor, onde se percebe não somente o crescimento da área média ocupada por arrendatários, mas também que ela vai superar a área média dos estabelecimentos dos proprietários em 2017. No caso dos arrendatários havia uma situação de estabilidade ao longo da série em estabelecimentos de 243,69 ha em média, mas, em 2017, nota-se um incremento de 27% nas áreas tipicamente ocupadas por esse tipo de produtor, chegando a 309,06 ha.

---

repassando-as totalmente ao arrendatário (explorador). Nesse caso, sendo o proprietário categorizável como pessoa física, independentemente da condição jurídica do explorador, aplicam-se as alíquotas progressivas do IRPF sobre 100% do montante recebido, de modo que a parcela cobrada pode alcançar a alíquota máxima de 27,5% sobre o rendimento total.

**Tabela 04** – Área média dos estabelecimentos agropecuários de acordo com a condição do produtor em relação às terras\* no Sudoeste Rio-Grandense\*\*, 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017.

Sudoeste Rio-Grandense Ano	Área média dos estabelecimentos (ha)			
	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
1975	294,06	243,17	133,18	56,10
1985	281,03	242,07	214,37	75,51
1995/1996	268,99	254,21	301,53	58,83
2006	251,92	235,31	305,23	26,98
2017	290,28	309,06	169,53	57,37

\* As categorias de ‘Assentado sem titulação definitiva’, ‘Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva’ e ‘Comodatário(a)’ foram somadas na categoria ‘Ocupante’, como orienta o IBGE.

\*\* A mesorregião ‘Sudoeste Rio-Grandense’ não constituía uma unidade territorial nos censos agropecuários de 1975 e 1985, sendo utilizada somente a partir do censo 1995/1995. A equivalência das categorias foi construída por meio da soma dos dados correspondentes aos municípios pertencentes à referida unidade territorial.

**Fonte:** elaborado pelo autor com base nos Censos Agropecuários de 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017.

Portanto, com os dados sobre a condição do produtor podemos observar que há uma tendência na qual os arrendatários que não possuem terras próprias estão diminuindo em termos absolutos e relativos do número de estabelecimentos, porém em média estão tomando áreas cada vez maiores em arrendamento. Adicionalmente, nos dados de 2017 também é perceptível uma virada na tendência que se observava entre 1975 e 2006, quando havia redução gradual da área média das unidades de produção dos proprietários. Estes também incrementam a área média de terras controladas por cada estabelecimento no período recente, em linha com a tendência geral observada anteriormente quanto à concentração das terras na região.

Vale ainda citar os efeitos de uma mudança metodológica inserida no censo do ano de 2017 que passa a incluir áreas em regime de comodato na categoria ‘ocupante’. Isso fez, por exemplo, que imóveis em processo de sucessão ou em fase de partilha entre herdeiros – desde que cada qual estivesse ocupando parte do terreno – fossem tratados como estabelecimentos diferentes entre si pela condição de ‘comodatários’ e suas terras foram registradas ‘em regime de comodato’. Outra menção importante se refere aos dados da condição de produtores parceiros, que demonstram fortes oscilações em termos de área média. Essa movimentação é decorrente do baixo impacto da categoria no total da condição legal das terras e dos estabelecimentos (entre 0,74 % e 2,46%), de modo que os dados de alguns poucos informantes podem afetar de sobremaneira as médias. Sendo assim, nos propomos a analisar mais detidamente apenas as áreas mais representativas, isto é, as próprias e as arrendadas.

Ainda que os dados sobre a ‘condição do produtor em relação às terras’ demonstrem tendência de concentração e de aumento das áreas médias obtidas em arrendamento no período recente, é preciso considerar que essa variável não capta o conjunto das áreas tomadas em arrendamento. Para observá-las é preciso considerar o cruzamento entre as variáveis ‘condição do produtor’ e a ‘condição legal das terras’, como é apresentado nas Tabela 05 e 06 para os anos de 1995/1996 e 2017. Desse modo, pode-se analisar também as áreas que os estabelecimentos de proprietários e demais categorias tomam em arrendamento, e não somente as áreas assim possuídas por arrendatários sem terras próprias. Isto é, esses dados trazem um leque mais amplo sobre os tipos de produtores que tomam terras em arrendamento,

em parceria e ocupadas. Obtemos, assim, as informações sobre a área dos estabelecimentos agropecuários sob diferentes modalidades cruzadas de condição do produtor e condição legal das terras.

**Tabela 05** – Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras e condição do produtor em relação às terras no Sudoeste Rio-Grandense, 1995/1996 e 2017.

Condição do produtor em relação às terras	Condição legal das terras (ha)									
	1995/1996									
	Total	% de Total	Terras próprias	% de Total	Terras arrendadas	% de Total	Terras em parceria	% de Total	Terras ocupadas	% de Total
<b>Total</b>	5.526.599	100	4.267.552	77,2	974.813	17,6	192.370	3,5	91.864	1,7
<b>Proprietário</b>	4.749.225	85,9	4.267.552	77,2	391.485	7,1	58.518	1,1	31.670	0,6
<b>Arrendatário</b>	581.385	10,5	-	-	577.712	10,5	2.659	0,1	1.014	0,0
<b>Parceiro</b>	135.688	2,5	-	-	3.965	0,1	131.128	2,4	596	0,0
<b>Ocupante</b>	60.301	1,1	-	-	1.652	0,0	66	0,0	58.584	1,1
<b>2017</b>										
<b>Total</b>	5.813.332	100	4.107.670	70,7	1.369.763	23,6	121.233	2,1	214.666	3,7
<b>Proprietário</b>	4.884.324	84,0	4.107.670	70,7	666.647	11,5	63.680	1,1	46.327	0,8
<b>Arrendatário</b>	704.359	12,1	-	-	699.518	12,0	2.634	0,0	2.207	0,0
<b>Parceiro</b>	56.624	1,0	-	-	1.025	0,0	54.053	0,9	1.546	0,0
<b>Ocupante</b>	168.026	2,9	-	-	2.573	0,0	720*	0,0	9.706*	0,2

\* A informação encontra-se parcialmente inibida em função das políticas de privacidade do IBGE para não permitir a identificação de informantes.

Fonte: elaborado pelo autor com base nos Censos Agropecuários de 1995/1996 e 2017.

**Tabela 06** – Número de estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras e condição do produtor em relação às terras no Sudoeste Rio-Grandense, 1995/1996 e 2017.

Condição do produtor em relação às terras	Condição legal das terras (estabelecimentos)									
	1995/1996									
	Total	% de Total	Terras próprias	% de Total	Terras arrendadas	% de Total	Terras em parceria	% de Total	Terras ocupadas	% de Total
<b>Total</b>	24.432	100	17.640	72,2	4.374	17,9	848	3,5	1.570	6,4
<b>Proprietário</b>	20.606	84,3	17.640	72,2	2.056	8,4	374	1,5	536	2,2
<b>Arrendatário</b>	2.365	9,7	-	-	2.277	9,3	23	0,1	65	0,3
<b>Parceiro</b>	478	2,0	-	-	19	0,1	441	1,8	18	0,1
<b>Ocupante</b>	983	4,0	-	-	22	0,1	10	0,0	951	3,9
<b>2017</b>										
<b>Total</b>	22.580	100	16.826	74,5	5.144	22,8	806	3,6	3.568	15,8
<b>Proprietário</b>	16.826	74,5	16.826	74,5	2.794	12,4	415	1,8	514	2,3
<b>Arrendatário</b>	2.279	10,1	-	-	2.279	10,1	23	0,1	69	0,3
<b>Parceiro</b>	334	1,5	-	-	19	0,1	334	1,5	47	0,2
<b>Ocupante</b>	2.929	13,0	-	-	52	0,2	34	0,2	140	0,6

Fonte: elaborado pelo autor com base nos Censos Agropecuários de 1995/1996 e 2017.

Se observadas somente as áreas arrendadas por produtores enquadrados como ‘arrendatários’, temos que 581.385 ha são arrendados em 1995/1996 e 704.359 ha em 2017. Por si só, esse dado indicaria um incremento em 21% na área sob essa modalidade no

sudoeste do RS. Porém, quando considerado o conjunto de ‘terras arrendadas’, há uma evolução de 974.813 ha em 1995/1996 para 1.369.763 ha em 2017, ou seja, 40,5%. Portanto, o incremento em ‘terras arrendadas’ no conjunto das categorias de ‘condição do produtor’ foi mais intenso do que o avanço dessa categoria somente entre os produtores especificamente arrendatários. No caso em questão o avanço se explica sobretudo pelo incremento de áreas arrendadas por proprietários, que passou de 7,1% para 11,5% do total de áreas recenseadas. Enquanto isso, os arrendatários que não possuem terras próprias ocupavam 10,5% e alcançam 12% do conjunto das áreas da mesorregião. Portanto, o incremento relativo das áreas arrendadas por proprietários foi mais acelerado em comparação com aquele dos arrendatários. Do mesmo modo podemos observar que enquanto o total de áreas arrendadas aumenta em 1,41 vezes entre 1995/1996 e 2017, o total de áreas utilizadas com lavouras temporárias se expande em 1,57 vezes (conforme Tabela 01), indicando que o arrendamento não explica sozinho o avanço dos cultivos de grãos.

Um movimento ainda mais forte nessa mesma tendência é observado na Tabela 06 referente ao número de estabelecimentos agropecuários que arrendam terras, onde a quantidade total (2.794) e a importância relativa (12,4%) dos proprietários supera o do número de arrendatários (2.279) em relação à categoria de ‘terras arrendadas’. Esse processo acontece mesmo em meio a uma redução mais forte no número total de estabelecimentos de proprietários em relação ao de arrendatários. Os primeiros passaram de 20.606 estabelecimentos para 16.826, enquanto os últimos tinham 2.365 registros em 1995/1996 e 2.279 em 2017. Em termos relativos isso representou um incremento no número dos estabelecimentos de arrendatários em relação aos de proprietários. Porém, em termos absolutos, os proprietários se tornam o perfil de estabelecimento que mais frequentemente toma áreas em arrendamento.

Por último, consideramos também a elevação nas áreas médias dos estabelecimentos de proprietários e de arrendatários no sudoeste do RS, na Tabela 07. Note-se que a área média tomada em arrendamento pelo total das categorias subiu, mas esse aumento se explica especificamente pelo acréscimo nas áreas médias tomadas por proprietários e arrendatários, que passam de 190,41 ha para 238,60 ha, e de 253,72 ha para 306,94 ha, respectivamente. Essa elevação pode indicar uma tendência geral de aumento de escala nos empreendimentos agropecuários, com barreiras de entrada mais elevadas para a viabilidade de estabelecimentos com terras exclusivamente possuídas em arrendamento quando comparado às unidades produtivas que também possuem áreas próprias. Ao mesmo tempo, está em linha com as tendências anteriormente mencionadas sobre a concentração fundiária especificamente em um período de larga expansão dos cultivos agrícolas, onde os estabelecimentos de arrendatários não demonstram alta tão relevante em número quanto às áreas tomadas em arrendamento.

**Tabela 07** – Área média dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras e condição do produtor em relação às terras no Sudoeste Rio-Grandense, 1995/1996 e 2017.

Condição do produtor em relação às terras	Condição legal das terras (ha)				
	<b>1995/1996</b>				
	<b>Total</b>	<b>Terras próprias</b>	<b>Terras arrendadas</b>	<b>Terras em parceria</b>	<b>Terras ocupadas</b>
<b>Total</b>	226,20	241,92	222,87	226,85	58,51
<b>Proprietário</b>	230,48	241,92	190,41	156,46	59,09
<b>Arrendatário</b>	245,83	-	253,72	115,60	15,61
<b>Parceiro</b>	283,87	-	208,67	297,34	33,10
<b>Ocupante</b>	61,34	-	75,07	6,63	61,60
	<b>2017</b>				
<b>Total</b>	257,45	244,13	266,28	150,41	60,16
<b>Proprietário</b>	290,28	244,13	238,60	153,45	90,13
<b>Arrendatário</b>	309,06	-	306,94	114,52	31,99
<b>Parceiro</b>	169,53	-	53,95	161,84	32,89
<b>Ocupante</b>	57,37	-	49,48	21,18	69,33

**Fonte:** elaborado pelo autor com base nos Censos Agropecuários de 1995/1996 e 2017.

As informações apresentadas nos gráficos e tabelas anteriores são válidas para sugerir uma tendência recente de incremento nas áreas tomadas em arrendamento, especialmente por produtores que também possuem áreas próprias. Contudo, essas informações remetem a dados totais e médios, de modo que seu poder explicativo é limitado quando pensamos em recortes mais específicos de análise, tais como os grupos de área total e o tipo de atividade predominante nos estabelecimentos. Isto é, embora comprovadas a concentração fundiária e o aumento das áreas médias arrendadas, questionamos: isso implica que o incremento nas áreas tomadas em arrendamento acontece mais incisivamente em quais tamanhos de estabelecimentos? E, apesar da enorme expansão dos cultivos agrícolas de soja, perguntamos: quais atividades agropecuárias melhor representam a dinâmica de arrendamento no sudoeste do RS? Esses cruzamentos detalhados de informações em relação à condição legal das terras estão disponíveis nas Tabela 08 e 09, tomando como base os dados disponíveis para ‘grupos de área total’ e ‘grupos de atividade econômica’ no censo agropecuário de 2017, que nos permitem lançar uma lupa sobre o perfil mais recente dos estabelecimentos agropecuários no Sudoeste rio-grandense.



**Tabela 08** – Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras, grupos de atividade econômica e grupos de área total no Sudoeste Rio-Grandense, 2017.

Grupos de atividade econômica	Grupos de área total	Condição legal das terras (ha)							
		2017							
		Total*	%	Próprias	%	Arrendadas	%	Parceria*	%
<b>Total</b>	<b>De 0 a menos de 100 ha*</b>	404.768	7,0	262.093	4,5	61.080	1,1	10.429	0,2
	<b>100 a menos de 200 ha</b>	289.990	5,0	192.688	3,3	79.393	1,4	7.581	0,1
	<b>200 a menos de 500 ha</b>	799.098	13,7	536.831	9,2	227.609	3,9	13.164	0,2
	<b>500 a menos de 1.000 ha</b>	1.196.924	20,6	810.868	14,0	323.599	5,6	26.287	0,5
	<b>1.000 ha e mais</b>	3.122.552	53,7	2.263.872**	38,9	696.414* *	12,0	84.021* *	1,4
	<b>Total</b>	5.813.332	100	4.107.670	70,7	1.369.763	23,6	121.233	2,1
<b>Produção de lavouras temporárias</b>	<b>De 0 a menos de 100 ha*</b>	83.843	1,4	38.993	0,7	14.991	0,3	2.179	0,0
	<b>100 a menos de 200 ha</b>	66.249	1,1	26.088	0,5	34.458	0,6	3.051	0,1
	<b>200 a menos de 500 ha</b>	234.908	4,0	106.344	1,8	114.943	2,0	7.287	0,1
	<b>500 a menos de 1.000 ha</b>	439.391	7,6	229.962	4,0	172.092* *	3,0	18.266	0,3
	<b>1.000 ha e mais</b>	1.457.948	25,1	945.167	16,3	440.919* *	7,6	31.293	0,5
	<b>Total</b>	2.282.335	39,3	1.346.554	23,2	785.628	13,5	74.886	1,3
<b>Pecuária e criação de outros animais</b>	<b>De 0 a menos de 100 ha*</b>	313.499	5,4	218.006	3,8	45.378	0,8	6.990	0,1
	<b>100 a menos de 200 ha</b>	220.146	3,8	163.830	2,8	44.607	0,8	4.530	0,1
	<b>200 a menos de 500 ha</b>	559.651	9,6	427.255	7,4	111.748	1,9	X	X
	<b>500 a menos de 1.000 ha</b>	751.044	12,9	575.707	9,9	150.002	2,6	8.021	0,1
	<b>1.000 ha e mais</b>	1.546.067**	26,6	1.243.517**	21,4	226.150* *	3,9	X	X
	<b>Total</b>	3.400.580	58,5	2.653.784	45,7	577.885	9,9	43.874	0,8

\* A informação encontra-se parcialmente inibida em função das políticas de privacidade do IBGE para não permitir a identificação de informantes. As categorias mais frequentemente afetadas foram as de estabelecimentos com menos de 5 ha, para ‘proprietários’ e ‘arrendatários’, e o conjunto das classes de área para a categoria de ‘em parceria’ e ‘ocupantes’.

\*\* Os valores encontravam-se parcial ou totalmente inibidos. Obteve-se um valor aproximado com base na subtração dos dados totais da classe de área menos os dados disponibilizados sem inibição. Por exemplo, na classe de ‘500 a menos de 1.000 ha’ havia 323.559 ha totais de área arrendada, sendo que 150.002 eram do grupo ‘pecuária’ e os restantes estavam inibidos e pertenciam aos grupos ‘lavoura temporária’, ‘horticultura e floricultura’ e ‘florestas plantadas’. Mas, sabia-se que a área total de ‘florestas plantadas’ era de 3.205 ha e que a área total de ‘horticultura e floricultura’ não poderia ser maior que 2.284 ha, o que nos permitiu obter um valor aproximado da área de ‘lavoura temporária’ em 172.092 ha.

X: valor inibido para não identificar o informante.

**Fonte:** elaborado pelo autor com base no Censo Agropecuário de 2017.

**Tabela 09** – Número de estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras, grupos de atividade econômica e grupos de área total no Sudoeste Rio-Grandense, 2017.

Grupos de atividade econômica	Grupos de área total	Condição legal das terras (estabelecimentos)							
		2017							
		Total*	%	Próprias*	%	Arrendadas	%	Parceria	%
<b>Total</b>	<b>De 0 a menos de 100 ha</b>	14.427	63,9	10.390	46,0	2.059	9,1	536	2,4
	<b>100 a menos de 200 ha</b>	2.084	9,2	1.675	7,4	779	3,4	83	0,4
	<b>200 a menos de 500 ha</b>	2.488	11,0	1.962	8,7	992	4,4	67	0,3
	<b>500 a menos de 1.000 ha</b>	1.717	7,6	1.373	6,1	685	3,0	53	0,2
	<b>1.000 ha e mais</b>	1.546	6,8	1.334	5,9	628	2,8	67	0,3
	<b>Total</b>	22.580	100	16.734	74,1	5.143	22,8	806	3,6
<b>Produção de lavouras temporárias</b>	<b>De 0 a menos de 100 ha</b>	3.096	13,7	1.725	7,6	442	2,0	182	0,8
	<b>100 a menos de 200 ha</b>	483	2,1	277	1,2	301	1,3	34	0,2
	<b>200 a menos de 500 ha</b>	718	3,2	425	1,9	433	1,9	33	0,1
	<b>500 a menos de 1.000 ha</b>	629	2,8	438	1,9	341	1,5	34	0,2
	<b>1.000 ha e mais</b>	691	3,1	564	2,5	373	1,7	43	0,2
	<b>Total</b>	5.643	25,0	3.439	15,2	1.890	8,4	326	1,4
<b>Pecuária e criação de outros animais</b>	<b>De 0 a menos de 100 ha</b>	10.884	48,2	8.332	36,9	1.570	7,0	340	1,5
	<b>100 a menos de 200 ha</b>	1.577	7,0	1.379	6,1	475	2,1	49	0,2
	<b>200 a menos de 500 ha</b>	1.757	7,8	1.526	6,8	556	2,5	33	0,1
	<b>500 a menos de 1.000 ha</b>	1.078	4,8	927	4,1	342	1,5	19	0,1
	<b>1.000 ha e mais</b>	827	3,7	746	3,3	251	1,1	19	0,1
	<b>Total</b>	16.369	72,5	12.964	57,4	3.195	14,1	460	2,0

\* A informação encontra-se parcialmente inibida em função das políticas de privacidade do IBGE para não permitir a identificação de informantes. As categorias mais frequentemente afetadas foram as de estabelecimentos com menos de 5 ha, para ‘proprietários’ e ‘arrendatários’, e o conjunto das classes de área para a categoria de ‘em parceria’ e ‘ocupantes’.

**Fonte:** elaborado pelo autor com base no Censo Agropecuário de 2017.

Partimos de algumas ressalvas quanto aos dados. A área total controlada por estabelecimentos de acordo com seu ‘grupo de atividade econômica’ toma como referência um cálculo do IBGE sobre a predominância de uma atividade em relação a cada estabelecimento considerado como um todo. Por exemplo, as áreas de um estabelecimento serão enquadradas integralmente na categoria ‘produção de lavouras temporárias’ caso esta seja a atividade predominante, mesmo que sua superfície não seja totalmente ocupada por lavouras temporárias. A definição do ‘grupo de atividade econômica’ no Censo de 2017 segue as orientações da CNAE 2.0 (2007) e considera a “predominância simples do maior valor da produção, consideradas as especificidades de cada atividade” (IBGE, 2019, p. 54). Ou seja, os dados de área representam o tamanho total de estabelecimentos enquadrados em determinados grupos de atividade econômica segundo o valor da produção, e não a área total dedicada àquela atividade. Em outras palavras, a definição de grupo de atividade econômica é um

indicativo da principal atividade em termos do valor da produção (ou de predominância da área utilizada quando o valor da produção for igual a zero), e não do conjunto de atividades realizadas no estabelecimento. Portanto, um estabelecimento enquadrado como ‘produção de lavouras temporárias’ pode ter áreas com ‘pecuária e criação de outros animais’, e vice-versa. Um exemplo são as áreas dos estabelecimentos onde predomina a lavoura temporária, que somam 2.282.335 ha, enquanto a área total da variável ‘utilização das terras’ com ‘lavoura temporária’ constitui 1.221.927 ha (conforme Tabela 01).

Tendo isso em conta, iniciamos a análise com os dados totais da ‘condição legal das terras’, classificados apenas por ‘grupos de área total’. Do total das terras, 70,7% são áreas próprias e 23,6% são áreas arrendadas, totalizando 94,3%. As áreas de assentamentos rurais ‘sem titulação definitiva’ e as classificadas ‘em regime de comodato’ e ‘ocupadas’ perfazem os restantes 5,7%. As áreas arrendadas se concentram nos grupos acima de 500 ha, onde ocupam 17,6% do total das terras na mesorregião. Comparativamente, os arrendamentos em áreas de 100 ha a 500 ha somam 5,4% das terras. No entanto, é neste agrupamento que se encontra a maior quantidade de estabelecimentos que utilizam áreas desta forma, com 1.771 registros – desconsiderando os arrendamentos abaixo de 100 ha que são mais frequentes, porém ocupam apenas 1,1% das áreas. Portanto, a maior frequência de arrendamentos se encontra nas faixas de área intermediárias, ‘de 100 ha a 200 ha’ e ‘de 200 ha a 500 ha’. Se fizermos o somatório das categorias ‘de 500 ha a 1.000 ha’ e ‘acima de 1.000 ha’ teremos 1.313 unidades produtivas, de modo que a maior superfície se encontra entre os maiores grupos de área total enquanto a maior frequência está nos grupos intermediários. As áreas próprias seguem essa mesma lógica de distribuição das classes de tamanho das terras entre os produtores, porém é mais elevada a diferença entre a superfície ocupada pelos maiores grupos (52,9%) em comparação à dos intermediários (12,5%).

Quanto aos dados do grupo de atividade ‘produção de lavouras temporárias’ notamos que a sua superfície total soma 2.282.335 ha e supera a área total da variável ‘utilização das terras’ com ‘lavoura temporária’, que registra 1.221.927 ha. Além da questão relativa à forma de contagem dos ‘grupos de atividade econômica’ pelo IBGE, construímos outras duas interpretações para essa informação discrepante: a) a primeira é que a data de referência em 30 de setembro de 2017 não captura com precisão o conjunto de áreas cultivadas com lavoura temporária, tendo em vista que a temporada do plantio de arroz e de soja avança aos meses seguintes; b) a outra interpretação diz respeito às características dos produtores de lavoura temporária, que foram obtidas no trabalho de campo, onde é frequente a combinação de lavouras no verão e pastagens no inverno, inclusive em arrendamentos de “ano fechado” onde as terras permanecem com o arrendatário durante o ano inteiro e são usadas para engorda bovina em pastagem cultivada no inverno. Existem ainda os casos em que o produtor especializado em lavouras também possui áreas com pastagens de verão para dar seguimento à engorda dos bovinos após a época de safra entre setembro e outubro e encontrar momentos de melhor precificação dos animais. Portanto, trata-se de produtores que frequentemente obtêm seus rendimentos da combinação entre lavoura temporária e pecuária de engorda.

Por outro lado, a superfície total dos estabelecimentos classificados pela atividade de ‘pecuária e criação de outros animais’ corresponde a 3.400.580 ha e se aproxima do somatório de áreas sob utilização com ‘pastagens naturais’, que contava 3.278.283 ha em 2017 (conforme Tabela 01). Também neste caso os estabelecimentos possuem utilização das terras com outros fins que não sejam sua especialidade, a pecuária em campos nativos. Uma dessas utilizações se trata das pastagens cultivadas, que somam 617.609 ha e provavelmente estão divididas com os estabelecimentos voltados às lavouras temporárias. Além disso, o Censo

Agropecuário 2017<sup>26</sup> também informa que 2.841 estabelecimentos (15,2%) do grupo de atividade ‘pecuária e criação de outros animais’ cultivaram por sua conta um total de 56.431 ha de lavoura temporária, sendo que uma parcela de apenas 275 deles (1,68%) cultivou 32.086 ha, com soja, e 109 estabelecimentos plantaram arroz, mas sua área não está disponível para consulta. Isso indica que os estabelecimentos onde o valor da produção é mais importante na pecuária dedicam uma ínfima superfície às lavouras realizadas por conta própria, que chega em média a 1,65% da área total da sua categoria. É mais provável que o restante da produção diversificada de lavoura temporária, para além de soja, arroz e eventualmente milho (para silagem ou grãos), se refira aos cultivos do pessoal residente. Isto é, os empregados e agregados de estâncias, tendo em vista que o Censo 2017 não abriu um novo questionário para registrar a produção/criação destes, os quais foram contabilizados separadamente enquanto estabelecimentos de ‘produtor sem área’, no Censo de 2006, ou então eram recenseados via questionário reduzido para fins de registro (não sendo considerado um novo estabelecimento) nos censos anteriores.

Essa especialização dos estabelecimentos pecuaristas endossa as análises de Piccin (2012) sobre as dificuldades na reconversão social de estancieiros pecuaristas em direção a trajetórias enquanto produtores de lavouras, o que envolve não apenas conhecimentos técnicos, mas as formas de calcular e de se comportar diante dos negócios rurais. A integração da criação de animais em relação às áreas cultivadas com lavouras tende a acontecer, por parte dos pecuaristas, mais frequentemente sob a modalidade de arrendamento de “ano aberto”, na qual o lavoureiro entrega ao proprietário as áreas no outono com pastagens de inverno em desenvolvimento, após a colheita de soja. Essa característica do grupo pecuarista especializado não quer dizer que inexista diferenciação interna entre os produtores, além de mudanças nas suas técnicas de produção e no enfoque de suas criações que tem sido mais voltado à fase de cria em detrimento do ciclo completo, como veremos no próximo capítulo. De todo modo, as evidências continuam a indicar que a transformação de estancieiros em lavoureiros segue sendo uma dinâmica pouco recorrente.

Outra diferença entre os grupos de atividades remete ao tamanho médio dos seus estabelecimentos. Tomando cada categoria em termos totais, a área média dos estabelecimentos de lavoura temporária é de 400,45 ha enquanto na pecuária chega a 207,75 ha. Essa diferença é parcialmente explicável pela maior frequência de estabelecimentos pecuaristas nas categorias abaixo de 200 ha, representando em boa medida a presença do setor social conhecido como pecuária familiar que é a expressão regional do grupo nacionalmente oficializado como agricultura familiar, ou seja, sua principal força de trabalho é oriunda da própria família, onde são voltados predominantemente à bovinocultura de corte extensiva, cujas propriedades possuem até 300 ha e se originam nos processos de aquisições de áreas por trabalhadores rurais, ocupantes de áreas, herdeiros de estâncias sucessivamente fracionadas, famílias de pequenos proprietários migrantes, etc., entre outros atributos (RIBEIRO, 2009).

Mas, outro fator que explica a área média significativamente maior do grupo de atividade econômica ‘lavoura temporária’ é sua concentração nos estabelecimentos de grupos de área acima de 500 ha. Estes representam um somatório de 83,1% das áreas do grupo, enquanto na atividade ‘pecuária’ as mesmas classes de tamanho de estabelecimento remetem a 67,5% das áreas. Ou seja, a tendência recente de reforço na concentração fundiária do Sudoeste rio-grandense se explica mais pelo avanço de estabelecimentos classificados pela preponderância econômica da lavoura temporária. Isso não quer dizer que os estabelecimentos de estancieiros pecuaristas não sejam responsáveis historicamente pelo fenômeno. Contudo, a

---

26 Tabela 6957 - Produção, Valor da produção, Venda, Valor da venda e Área colhida da lavoura temporária nos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, produtos da lavoura temporária, condição do produtor em relação às terras e grupos de atividade econômica.

área total ocupada pelos produtores com mais de 1.000 ha em ambos os grupos está atualmente muito próxima, sendo 1.457.948 ha no grupo lavouras e 1.546.067 ha no grupo pecuária. Mas, como também argumenta Bühler (2008), embora os lavoureiros da metade sul do estado sejam reconhecidos pelos grandes estabelecimentos superiores aos 500 ha, disso não podemos deduzir que inexistam produtores especializados na produção de lavoura temporária em pequena e média escala até 200 ha, visto que essas classes de área representam 63,4% das unidades produtivas no respectivo grupo de atividade econômica na mesorregião sudoeste.

Quanto aos dados de ‘condição legal das terras’, tanto para estabelecimentos voltados às lavouras temporárias quanto aos predominantemente pecuários, nota-se uma importância maior das áreas possuídas como propriedade do que as arrendadas ou em outras condições. Nas lavouras são 1.346.554 ha de áreas próprias e 785.628 ha arrendados, estes ocupando 34,4% das áreas do grupo. Na pecuária são 2.653.784 ha próprios e 577.885 ha arrendados, estes somando 17% das áreas do grupo. A importância relativa do arrendamento para os estabelecimentos com lavouras é maior do que o registrado pelos produtores voltados à pecuária, respectivamente com 13,51% e 9,94% da área total da mesorregião. Essa diferença entre os grupos de atividade fica mais nítida quando se observa o arrendamento entre os estabelecimentos que possuem acima de 500 ha, onde os lavoureiros alugaram 613.011 ha e os pecuaristas 376.152 ha. Nos grupos entre 100 ha e 500 ha os grupos arrendaram áreas de tamanho próximo: os primeiros alugaram 149.401 ha e os últimos 156.355 ha. Ou seja, a propensão em tomar áreas arrendadas superiores aos 500 ha é maior nos estabelecimentos do grupo de lavoura temporária do que no de pecuária, especialmente se observada apenas a categoria ‘1.000 ha e mais’.

Se pensarmos a partir dos relatos ouvidos no trabalho de pesquisa em São Gabriel-RS, o arrendamento de campos realizado pelos estabelecimentos estancieiros mais especializados em pecuária pode indicar padrões rurais que buscam compensar a redução de áreas próprias que foram cedidas em arrendamento para lavoureiros. Ou seja, com a renda recebida em adiantamento no arrendamento das áreas de seus imóveis que são mais aptas à agricultura – remunerando de 8 a 12 sacas de soja por hectare –, acabam eles mesmos se capitalizando para arrendar áreas alternativas a fim de reposicionar seu rebanho. Isso decorre na busca por terras não convertidas em lavouras e comparativamente menos férteis e mais baratas, cujo aluguel é pago anualmente de forma adiantada, por quadra<sup>27</sup> de terra (87,12 ha), onde se cobra em dinheiro o equivalente a aproximadamente 4.000 kg de carne por ano, variando para mais ou para menos a depender da aptidão das áreas para a atividade. Essa estratégia envolve principalmente os pecuaristas de cria que precisam manter as vacas e as novilhas durante o período de verão, enquanto podem ceder terras em arrendamento para lavoura temporária de soja.

Também existem casos de pecuaristas proprietários em estabelecimentos frequentemente com mais de 1.000 ha em sistemas de criação de ciclo completo que se utilizam dos recursos advindos do arrendamento de áreas próprias em prol da tomada de áreas de terceiros com pastagens de inverno. Esses pecuaristas eventualmente tomam em arrendamento pastagens de inverno locadas ou sublocadas por lavoureiros que não as utilizam plenamente com lavouras ou gado próprios. Nesses casos o pecuarista remunera o lavoureiro se utilizando da moeda saca de soja (2 a 3 sacas por hectare), da qual geralmente possui liquidez estocada em unidade de armazenamento na medida em que recebe anualmente os pagamentos adiantados pelo arrendatário.

---

27 Uma quadra (ou ‘quadra de sesmaria’) equivale a 87,12 ha (871.200m<sup>2</sup>).

Outra dinâmica envolvendo arrendamento por parte de estabelecimentos que obtém valor da produção predominantemente da pecuária<sup>28</sup> se refere aos invernadores que realizam a recria e/ou engorda de animais ao longo de todo o ano, o que eventualmente lhes impõe a necessidade de alugar terras para equilibrar o estoque e a oferta de animais de acordo com períodos de safra, estações do ano, custos relativos da alimentação frente ao ganho de peso animal, entre outras variáveis de mercado. Esses criadores de animais também podem obter terras com pastagens de inverno por meio de locação ou sublocação das áreas ocupadas por lavoureiros que são proprietários ou arrendatários, respectivamente, e que as disponibilizam com pastagens já cultivadas ou a semear por conta do pecuarista no período de outono/inverno.

Considerando esse conjunto de dados analisados sobre a distribuição da propriedade e da posse da terra nas últimas décadas, entendemos que há elementos que podem agregar complexidade aos indícios apontados pela literatura especializada no que se refere aos processos de reconfiguração na estrutura produtiva regional e de mudança na morfologia social dos proprietários e padrões rurais nesse espaço agrário. Se até as décadas de 1980 e 1990 havia uma distinção mais palpável entre proprietários e arrendatários, os primeiros enquanto pecuaristas estancieiros, e os segundos enquanto lavoureiros (BESKOW, 1987; BENETTI, 1997), essas diferenças vão se relativizando ao longo do tempo, sobretudo na década de 2010. Nesse sentido, pudemos observar que há um incremento relativo maior das áreas de lavoura temporária do que das áreas cedidas em arrendamento entre 1995 e 2017, considerando a área total dos estabelecimentos rurais, o que se confirma pelas atuais proporções das áreas de lavoura temporária exploradas por proprietários. Esse conjunto de evidências nos leva a observar que os cultivos de arroz e de soja têm sido conduzidos em frequências relativamente menores por estabelecimentos de arrendatários em comparação com proprietários, quando se compara 2017 com 1975 ou 1985. O que o trabalho de campo traz como demonstração dessas tendências é que os lavoureiros, geralmente oriundos de outras partes do Rio Grande do Sul, foram gradualmente adquirindo áreas e tornando-se proprietários de terras ao longo do período analisado, e, também, em menor frequência, que alguns estancieiros tornaram-se agricultores ou expandiram suas áreas de soja e/ou arroz.

Além disso, a recente tendência de reforço na concentração fundiária, verificada nos dados de 2017 tendo em conta a série temporal dos últimos 45 anos, tem implicações sobre afirmações correntes no meio de interconhecimento frequentado durante a pesquisa de campo. É comumente citado por proprietários de terras, corretores de negócios rurais e representantes de órgãos públicos um processo localmente conhecido como “reforma agrária familiar”, isto é, a sucessiva fragmentação das terras de famílias grandes proprietárias entre seus herdeiros ao longo de gerações, tal como uma reforma agrária no seio da família, que fraciona as terras em imóveis de tamanhos cada vez menores. Isso traz consigo uma suposição de que a diluição do patrimônio das linhagens de estancieiros estaria produzindo uma distribuição da terra mais equânime, onde é posta em dúvida a necessidade de intervenção do poder público com estratégias fundiárias tais como a aquisições de terras para formação de assentamentos rurais.

Se essa afirmação pode fazer sentido do ponto de vista de algumas famílias tradicionalmente grandes proprietárias que estão fragmentando seu patrimônio, por outro lado não tem cabimento quando se analisa o conjunto da estrutura fundiária. Do mesmo modo em que existem patrimônios familiares se dividindo e decompondo grandes imóveis rurais,

---

28 Devido às limitações do trabalho, não aprofundaremos sobre outras modalidades existentes de locação de pastagens e/ou parceria, bem como de suas formas de remuneração monetária ou via produtos, frequentemente observadas entre pecuaristas de menor escala (BRITO, 2010; MONTEBLANCO, 2021), os quais encontram disponibilidade limitada de área própria para arrendar e angariar fundos a fim de locar terras de terceiros. Voltaremos ao tema das diferenças de classe e de escala fundiária entre pecuaristas patronais e familiares no capítulo IV.

também existem proprietários tradicionais e novos entrantes no mercado de terras que estão expandindo seus domínios e provocando a níveis estruturais uma concentração ainda maior das terras em relação ao observado nos últimos 45 anos. A pesquisa de Piccin (2020; 2021) em cadastros oficiais de imóveis rurais é ilustrativa nesse sentido, pois demonstra como as estratégias matrimoniais na união de heranças trazidas pelos cônjuges são uma via utilizada por famílias descendentes de estancieiros no sentido de conservar patrimônio fundiário ao longo de gerações. Portanto, a existência de famílias que fragmentam grandes propriedades por meio de heranças não pode ser vista tão simplesmente como uma “reforma agrária familiar”, pois existem outros processos relacionais tal como a aquisição e concentração de áreas promovida por agentes mais especializados em lavoura temporária, ou mesmo pelo fato de que o eventual fracionamento de patrimônios familiares é uma recorrência histórica e não uma novidade contemporânea, como demonstram os estudos que observam as diferentes vias históricas de formação da categoria social dos pecuaristas familiares (FIALHO, 2005; RIBEIRO, 2009; FERNANDES; MIGUEL, 2016).

Nesse sentido, analisamos também os dados sobre a política fundiária dos assentamentos rurais, que são apresentados no Quadro 02 e no Gráfico 07. Organizamos informações sobre a criação de projetos de assentamentos e de suas respectivas áreas, comparando as médias de intervenção nos municípios do Sudoeste do RS com os dados estaduais. As médias municipais seguiram a opção metodológica utilizada no restante do trabalho, que foi a de agregar as áreas dos municípios emancipados na década de 1990 com as dos municípios originais. Também propomos um exercício de análise comparando as áreas reformadas com a superfície total dos municípios e do estado em hectares, de modo a observar a proporção de área reformada em relação à área total. Ainda que a intenção dessa política pública não seja a aquisição de 100% dos estabelecimentos rurais, supondo-se que parte deles atingirá os níveis mínimos de produtividade estabelecidos por lei, esse índice é útil no sentido de observar que as áreas reformadas na criação de assentamentos não alteraram a estrutura fundiária nas unidades territoriais observadas.

No Rio Grande do Sul, o Incra registra a criação de 345 projetos de assentamento rural entre 1975 e 2017, especialmente concentrados no período entre 1986 e 2010, somando uma área de 294.194,28 ha com capacidade para acomodar 13.821 unidades domésticas, conforme Quadro 02. Observe-se também no Gráfico 07 que, no Sudoeste do estado, registrou-se a criação de 87 assentamentos em área de 82.974,65 ha, sendo 43 deles criados entre 1992 e 2000, mais 43 entre 2001 e 2010, e apenas 01 entre 2011 e 2017. Tendência parecida é observada para o restante do estado. A única diferença é que nas médias estaduais foi na década de 1990 onde aconteceu a maior quantidade de aquisições de áreas pelo poder público, com redução na década seguinte, enquanto no Sudoeste manteve-se a quantidade de projetos nas respectivas décadas.

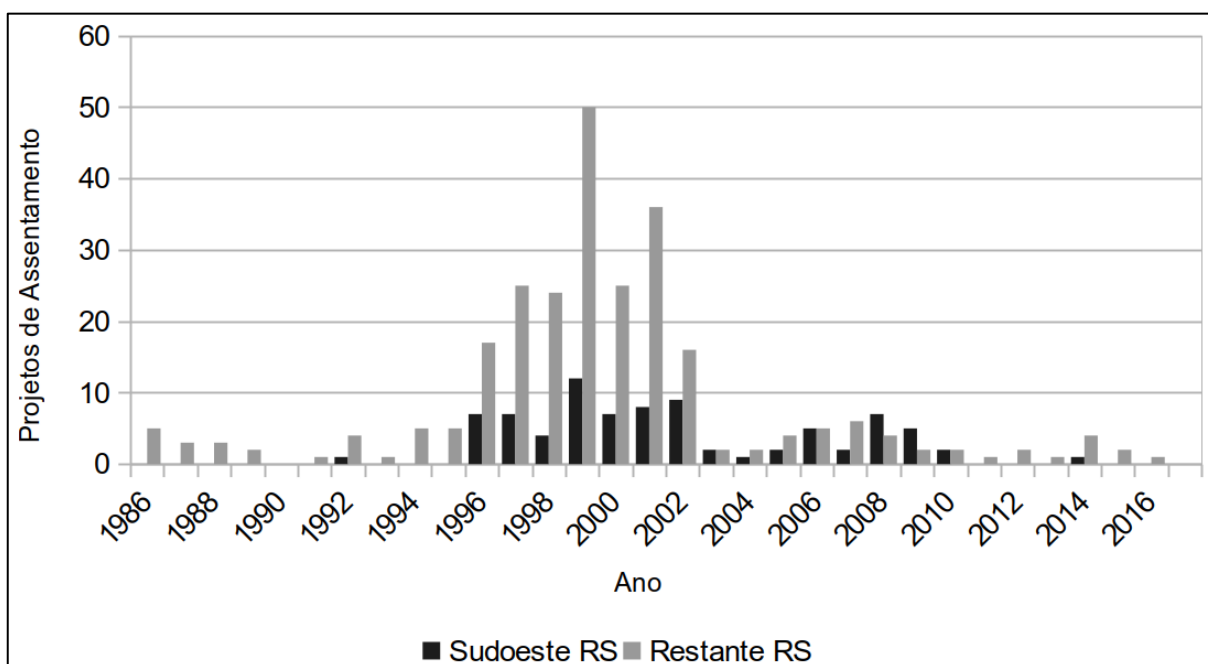
**Quadro 02** – Projetos de assentamento rural criados, área reformada (1975-2017) e sua proporção em relação à área total (ha) do Rio Grande do Sul, do Sudoeste rio-grandense e dos seus municípios.

Unidade territorial	Assentamentos criados	Área (ha) reformada (A)	Área total territorial (ha) (B)	A/B (%)
Bagé* (+ Aceguá e Hulha Negra)	31	26.581,30	646.430,70	4,11
Santana do Livramento	30	26.258,15	694.640,70	3,78
São Gabriel* (+ Santa Margarida do Sul)	10	15.195,19	600.875,90	2,53
São Francisco de Assis* (+ Manoel Viana)	3	7.047,12	389.767,10	1,81
Alegrete	3	2.750,23	780.042,80	0,35
São Borja* (+ Garruchos)	5	2.374,95	442.042,70	0,54
Dom Pedrito	3	1.707,20	519.405,10	0,33
Rosário do Sul	1	979,77	434.365,60	0,23
Uruguaiana	1	80,74	675.803,50	0,01
Sudoeste do RS	87	82.974,65	5.183.374,10	0,02
Rio Grande do Sul	345	294.194,28	28.174.800,00	0,01

\* Os municípios e suas respectivas áreas foram agregados a fim de considerar a área total que possuíam antes dos processos emancipacionistas da década de 1990.

**Fonte:** Incra, Superintendência Regional Rio Grande do Sul - SR 11, Painel dos Assentamentos, atualizado em 31/12/2017; IBGE Cidades (2023). Organização: autor.

**Gráfico 07** – Projetos de assentamento rural implantados no Rio Grande do Sul (RS) e Sudoeste do RS entre 1986 e 2017.



**Fonte:** Incra, Superintendência Regional Rio Grande do Sul - SR 11, Painel dos Assentamentos, atualizado em 31/12/2017. Organização: autor.



Os dados corroboram a literatura especializada no sentido de afirmar que as lutas por terra se expandiram a partir da porção norte do RS em direção às demais durante a década de 1990 (NAVARRO; MORAES; MENEZES, 2009; CHELOTTI, 2009), sendo que, na década de 2000, foi na mesorregião Sudoeste onde se concentrou a maior quantidade de novos projetos criados. A região foi palco de uma série de tensionamentos entre os sem-terra e os autodenominados produtores rurais, como abordaremos na sequência deste capítulo. Por ora, nos limitamos a observar os dados sobre a estrutura fundiária e o mercado de terras, os quais indicam que foi principalmente entre 1996 e 2002 onde ocorreu a maior proporção da aquisição de terras para criação de assentamentos rurais pelo poder público no RS, que envolveu 69% das terras obtidas e 73% dos projetos criados. Esse contexto envolvia em nível nacional uma resposta dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) às grandes mobilizações dos movimentos de luta por terras protagonizadas pelo MST, e, em nível estadual, as políticas fundiárias do mandato de Olívio Dutra (1999-2002) que procurou criar áreas homogêneas compostas de vários assentamentos rurais e integradas ao desenvolvimento local ao invés de eventuais projetos isolados (DA ROS, 2006). A partir de 2003 verifica-se uma forte desaceleração no ritmo de criação de novos assentamentos rurais, atingindo seus níveis mais baixos entre 2010 e 2017 quando foram criados somente 16 novos assentamentos (4,6% dos projetos) e adquiridos 9.014,3 ha (3,1% das áreas reformadas), indicando um novo arranjo de condições para as políticas fundiárias.

#### **2.4 “Corrida global por terras” e expansão territorial da silvicultura na região da Campanha**

Consideramos que entre as décadas de 2000 e 2010 temos novos fatores e novos agentes incorrendo na disputa pela apropriação e controle de terras. As aquisições de terras via Incra, reivindicadas nas lutas por terra, encontram desafios cada vez maiores para se concretizar na medida em que os preços se elevam com a demanda de grandes empresas do setor de celulose e a progressiva expansão das lavouras de soja. Ao passo em que esta última tendência avançou para a década de 2010, percebe-se um crescente interesse de diversificação do patrimônio e dos ingressos monetários por parte de proprietários locais que não possuíam imóveis rurais até então, os quais visualizam na compra de terras para revenda e/ou arrendamento uma forma de investimento. Discutiremos essas tendências, nesta e nas duas próximas seções, com especial atenção para os dados de variação dos preços de terras no período.

O incremento na busca por terras no Sudoeste do RS a partir dos anos de 2000 está em linha com o cenário complexo que se apresenta na virada para o século XXI e que provoca uma disputa territorial em termos globais. O cenário envolve: a) o incremento na demanda e no comércio de commodities por países como a China e a Índia que tende ao aumento de fronteiras agrícolas, b) o maior interesse do mercado financeiro por commodities e inclusive por terras que passam a ser vistas como ativos financeiros, c) a busca de alternativas energéticas (agrocombustíveis) que rivaliza no uso das terras para produzir alimentos e com a expansão territorial do setor de celulose (CASTRO; SAUER, 2017; FLEXOR; LEITE, 2017; LERRER; WILKINSON, 2016). Essa conjuntura também é conhecida como “corrida global por terras”, uma dinâmica que envolve variados interesses tal como de Estados, empresas estatais e capitais privados, de países diversos, orientados para terras produtivas em uso ou potencialmente cultiváveis, a partir de 200 ha (em termos de escala), em um contexto de aumento nos preços globais de alimentos (WILKINSON, 2017) e de preocupações sobre recursos fundamentais como terra e água para a crescente população mundial. Tais agentes se lançam sob diferentes estratégias de apropriação e controle em direção a “um ativo historicamente deixado nas mãos de atores tradicionais” (WILKINSON, 2017, p. 12)

Quando observado em termos de paralelos históricos, o tema do *land grabbing* ou apropriação de terras não é uma novidade do século XXI, pois pode ser visto em uma larga quantidade de exemplos nos processos de colonização empreendidos ao longo dos últimos séculos por países como Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão, Estados Unidos e Israel, entre outros; ou na contínua grilagem de terras públicas ou pertencentes a populações desprovidas de direitos de propriedade, como é recorrente na história agrária brasileira (WILKINSON, 2017). Outro termo que tem caracterizado os processos recentes de maior interesse por parte do capital financeiro e do capital estrangeiro é o de “controle de terras”, um conceito que permite abordagem mais ampla para as maneiras como a terra não somente é apropriada diretamente, mas controlada por mecanismos que ofuscam e ocultam o papel desempenhado pelas empresas efetivamente controladoras, além de tentar evitar complicações jurídicas e diante da opinião pública relacionadas com a propriedade direta por estrangeiros (SIVIERO VICENTE; DE BARROS JUNIOR; DULCI, 2021).

Nesse contexto temos múltiplos atores em busca de terras, sejam eles nacionais ou estrangeiros, estatais ou privados, financeiros ou agropecuários; além de múltiplos arranjos e formas híbridas que os articulam na apropriação e controle de recursos fundiários. São exemplos dessa dinâmica os fundos de investimentos estrangeiros que se utilizam de estruturas jurídicas nacionais, tais como *joint venture* e *private equity*, as quais são legalmente as proprietárias, mas que ofuscam a hierarquia de controle dos ativos e de apropriação dos rendimentos por parte dos gestores de ativos que direcionam os recursos a investidores exclusivos ou *pools* de investidores com capital de origem estrangeira. As evidências apontam que esse tipo de estrutura financeira controladora comumente combina o investimento em terras enquanto ativo financeiro com expectativa de valorização ao lado do investimento produtivo em agricultura (ou em extração de recursos naturais de um modo mais geral), isto é, frequentemente um depende do outro, combinando lógica financeira especulativa e resultados produtivos de modo a capturar rendimentos recorrentes produzidos em território nacional (SIVIERO VICENTE; DE BARROS JUNIOR; DULCI, 2021).

Uma das expressões da corrida global por terras que ganhou repercussão na metade sul do Rio Grande do Sul nos anos 2000 se refere aos investimentos em silvicultura por empresas do setor de celulose, sobretudo no plantio de monocultivos de eucaliptos em larga escala. Esses ocorreram pela convergências entre dois processos: a) por um lado o potencial de maior rentabilidade nos investimentos da indústria de celulose em países do Cone Sul, o que colocou o Brasil como um dos seus principais alvos (LERRER; WILKINSON, 2016); b) e por outro os debates sobre investimentos e estímulos do poder público para superar os baixos índices de desenvolvimento econômico e social da metade sul do RS, dentre os quais vislumbrou-se um potencial da região como alvo para investimentos de grandes empresas nacionais e estrangeiras do setor de celulose (BARCELOS, 2012).

Um dos principais marcos oficiais que sinaliza movimentações a fim de estimular a atividade da silvicultura em larga escala no Rio Grande do Sul foi o Decreto n. 43.493, de 10 de dezembro de 2004, o qual estabeleceu um Comitê Gestor para o Arranjo Produtivo de Base Florestal do Rio Grande do Sul – ABP Florestal, envolvendo uma coalização de interesses a fim de promover a cadeia produtiva de base florestal na metade sul do estado. Dentre os membros incluíam-se órgãos governamentais, como a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (Sedai), via programa Exporta-RS, e o Programa de Financiamento Florestal Gaúcho (Proflora/Caixa/RS), com apoio de recursos do BNDES; assim como entidades não governamentais, dentre as quais Farsul, Fiergs, Fecomércio, Associação Gaúcha dos Reflorestadores (Ageflor), Sindicato das Indústrias de Madeira (Sindimadeira), Sindicato das Indústrias de Papel e Papelão (Sinpasul), entre outras. Os interesses da ABP

Florestal também tinham o apoio do que se poderia chamar de “bancada da celulose” na assembleia legislativa estadual, assim como o interesse declarado por grandes empresas do setor em prol de investimentos na região sul do RS, que envolvia as nacionais Aracruz Celulose e Votorantin Celulose, além da multinacional sueco-finlandesa e líder do setor, Stora Enso (BARCELOS, 2012).

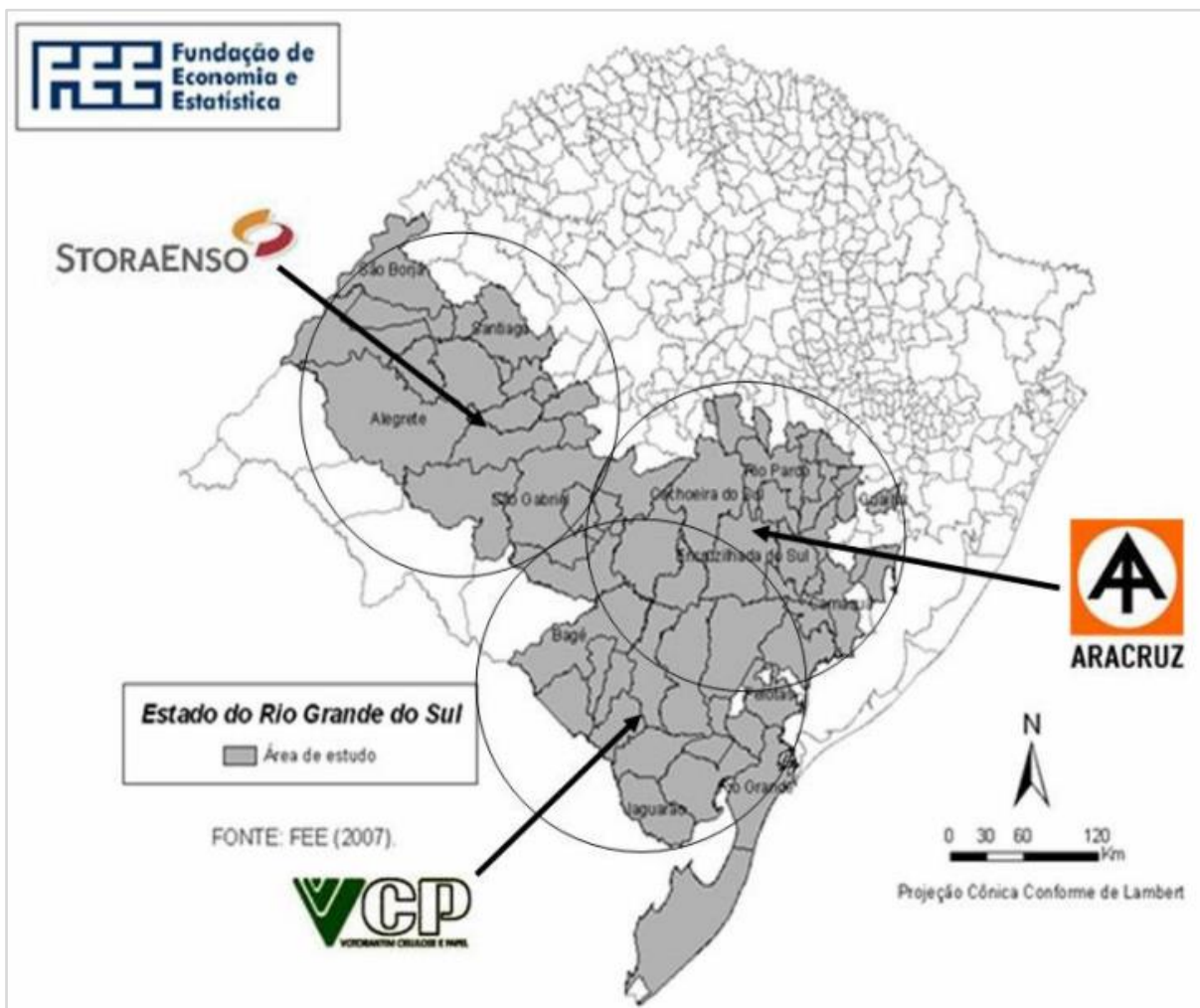
Como discutimos anteriormente, foram as cadeias produtivas historicamente associadas à economia estancieira as que mais se beneficiaram dos recursos e investimentos públicos direcionados à reestruturação produtiva da região, de modo que a pecuária extensiva e as lavouras de arroz e de soja mantiveram-se como os principais mercados agropecuários, especialmente voltando-se às exportações. Por sua vez, o estímulo à silvicultura pode ser visto como uma diversificação nos produtos primários gerados na região, e foi apoiado por entidades patronais como a Farsul, que aderiu à ABP – Florestal. Considera-se que esse apoio dos setores rurais dominantes tinha como pano de fundo o incremento no repertório das rendas auferidas pelos proprietários via arrendamento e venda de imóveis em função da demanda por grandes empresas do setor de celulose, o que se fez notar na apreciação dos preços nesses mercados fundiários. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais de luta por terras, como o MST e a Via Campesina, indicavam que as aquisições e arrendamentos de imóveis rurais por empresas do setor de celulose repercutiam negativamente para o desenvolvimento regional tanto no sentido de manter a concentrada estrutura fundiária quanto de imobilizar terras por períodos prolongados sem obter delas a produção de alimentos em uma perspectiva da segurança alimentar (BINKOWSKI, 2009).

A expectativa de investimentos de empresas de celulose na aquisição e/ou arrendamento de terras para produção de eucaliptos se concretiza a partir de 2003, onde identificamos por meio de revisão bibliográfica dados referentes às aquisições das estrangeiras Stora Enso e Harvard Management Company (HMC), e das nacionais Votorantin Celulose e Papel e Aracruz Celulose S. A.. Os dois primeiros casos representam estratégias distintas sob o ponto de vista do investimento econômico em terras, possuindo, ao mesmo tempo, similaridades no sentido de concretizar o investimento estrangeiro em imóveis rurais no país. O caso da Stora Enso envolve uma empresa global do setor de celulose que buscava tanto a aquisição e arrendamento de terras para efetuar cultivos de eucalipto quanto a possível abertura de novas plantas industriais para produção de celulose. A empresa tinha um plano de expansão para estabelecer mais de 100 mil ha com plantações, o que se efetivou parcialmente. Entre 2006 e 2008 a empresa deu início às aquisições por meio de contratos de compra e venda em áreas que somavam 46 mil ha. A Stora Enso utilizou-se de duas estratégias para adquirir terras: inicialmente foi por meio da sua subsidiária sediada no Rio Grande do Sul, denominada Derflin Agropecuária. Após enfrentar negativas dos órgãos fundiários (Incra) para registro dos imóveis, por tratar-se de empresa com capital estrangeiro, a Stora Enso constituiu uma empresa de fachada para controlar terras, a designada Azenglever Agropecuária Ltda. que estava registrada em nome de dois executivos da empresa, João Fernando Borges, diretor florestal, e Otávio Pontes, vice-presidente para a América Latina (LERRER; WILKINSON, 2016).

Por sua vez, os investimentos em terras pela Harvard Management Company (HMC) representam o portfólio diversificado da companhia que administra os ativos e fundos da Universidade de Harvard. Desde 1997 a HMC iniciou seus investimentos produtivos e especulativos em terras nos Estados Unidos, vindo a se constituir em 2010 como controladora de aproximadamente 1,5 milhão de ha localizados em 15 países. No caso do Brasil, a HMC inicia os investimentos em 2005 no Rio Grande do Sul, fazendo-o por meio de uma rede opaca de empresas, fundos e companhias nacionais e estrangeiras. As empresas brasileiras denominadas Florestas do Sul Agroflorestal e Agroflorestal Verde Sul recebem investimentos

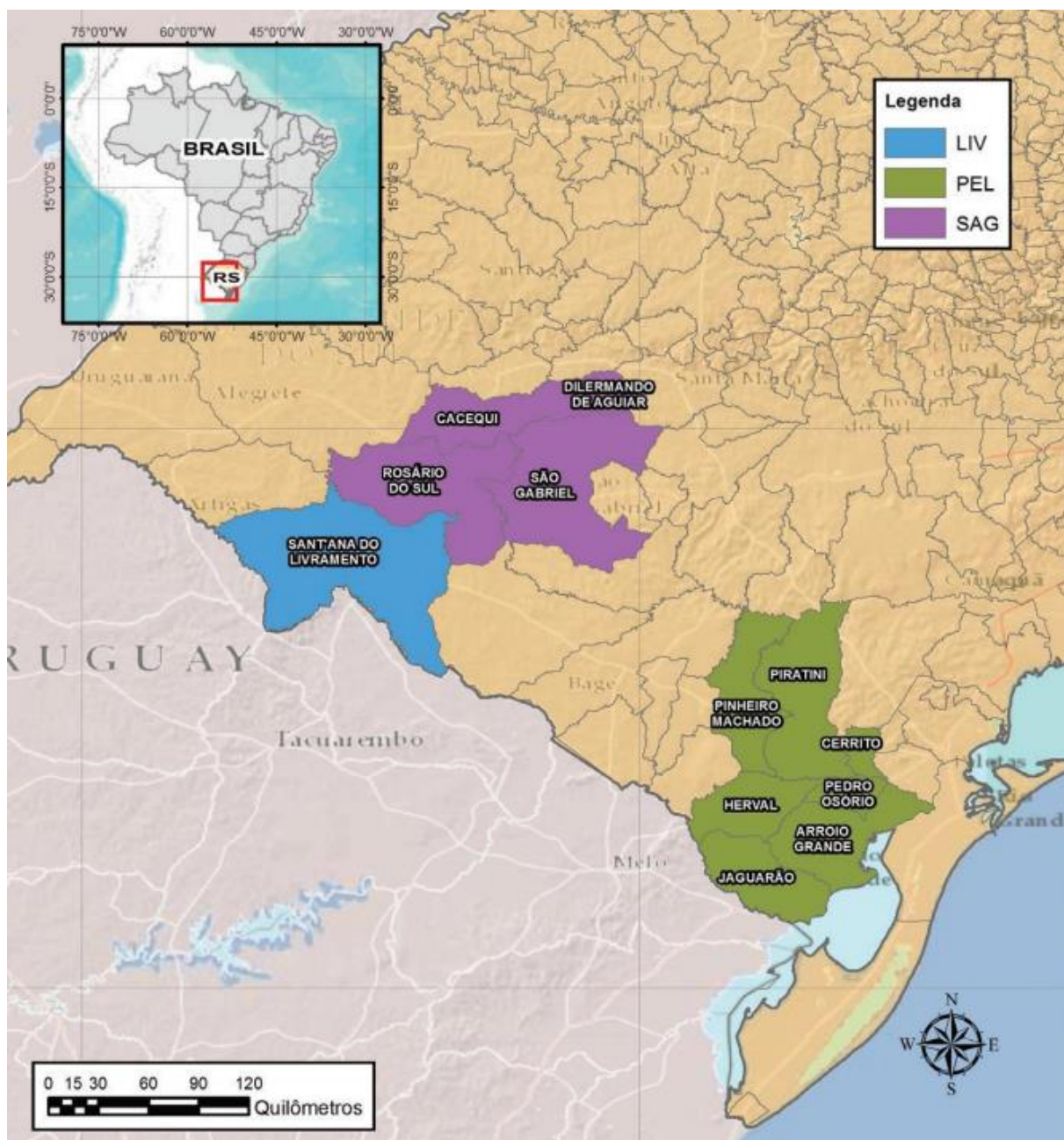
da HMC respectivamente em 2005 e 2006, constituindo o controle sobre 47.542 ha em 12 municípios do RS, dentre os quais Cacequi, Rosário do Sul, São Gabriel e Santana do Livramento, localizados na mesorregião Sudoeste rio-grandense. As duas empresas se tratam de sociedades entre os executivos Romualdo Maestri e Victor Hugo Silveira Boff e companhias controladas pela HMC. Esses executivos estão vinculados à Granflor Agroflorestal, companhia responsável por administrar empresas locais da HMC e gerir sua produção. Por meio da Granflor, esses executivos atuam como administradores externos (*external managers*) para a HMC (SIVIERO VICENTE, 2020).

Completando esse escopo de investimentos, vale ainda mencionar a Votorantin que fez aquisição de 67 mil ha em 14 municípios do RS entre 2003 e 2005 (FNP, 2005), assim como a Aracruz Celulose que adquire uma planta de beneficiamento em 2003 e procedeu igualmente com aquisições de áreas para cultivar eucaliptos (BINKOWSKI, 2009). Nas Figura 08 e 09 encontram-se mapas dos municípios de abrangências das referidas empresas que possuem plantações de eucaliptos na metade sul e/ou no Sudoeste do RS. O caso da empresa Florestas do Sul, controlada pela HMC, inclui 19 mil ha cultivados com eucaliptos, enquanto os 13 mil ha restantes são ocupados com agricultura e pecuária (SIVIERO VICENTE, 2020).



**Figura 08** – Mapa de localização dos cultivos comerciais de eucalipto conforme as empresas florestadoras no Rio Grande do Sul (2007).

**Fonte:** adaptado de Fundação de Economia e Estatística (2007), elaborado por Binkowski (2009).



**Figura 09** - Municípios onde estão localizadas as fazendas da empresa Florestas do Sul, controlada pela Harvard Management Company, 2016-2017.

**Fonte:** Granflor e Florestas do Sul, Plano de Manejo Florestal 2016-2017, p. 8, citado por Siviero Vicente (2020).

Ainda que ambas as empresas estrangeiras, HMC e Stora Enso, possuam controle sobre áreas praticamente idênticas em abrangência no território estadual, além de utilizarem-se de estratégias similares para habilmente desvencilhar-se de legislações que limitam a propriedade de terras por estrangeiros, foi principalmente sobre a empresa líder do setor de celulose que recaiu a maior parte das críticas construídas por movimentos sociais, ONGs, pesquisadores (as) e órgãos públicos como Inbra e o Ministério Público no RS. Pelo setor ambiental, entre 2006 e 2009 uma série de debates visavam estabelecer um zoneamento para a silvicultura no estado, de modo a parametrizar tecnicamente limitações aos cultivos a fim de assegurar a conservação da biodiversidade campestre e da sua conectividade natural (ROCHA et al., 2020). Pelo setor fundiário, o Inbra não atendeu aos processos administrativos para



legalizar áreas adquiridas pela Stora Enso próximas à fronteira nacional, além de considerar ilegais as aquisições já concluídas por suas subsidiárias. Adicionalmente, em nível federal, o Parecer LA-01 da Advocacia Geral da União (AGU), publicado em 2010, estabeleceu limites para investimentos estrangeiros em terras de fronteira e definiu limites máximos para a propriedade de estrangeiros em um determinado município. No entanto, isso não evitou que fossem usados caminhos mais opacos para o controle de terras por ambas as empresas estrangeiras, pois beneficiam-se da legislação da década de 1990 que flexibiliza o conceito de empresa “nacional” como aquela que tem sede no Brasil, podendo ser constituída de capital estrangeiro (LERRER; WILKINSON, 2016).

Ainda que a estrangeirização da propriedade de terras seja um dos fatores envolvidos nos processos de apropriação e controle de territórios, é um conceito que não capta a totalidade do fenômeno de valorização das terras. Este inclui o avanço de empresas fundiárias e agrícolas nacionais como fator permanente (com altos e baixos) na formação de “expectativas de alta dos preços dos ativos fundiários, especialmente em áreas com maior inelasticidade na oferta de terrenos apropriados para as grandes lavouras.” (FLEXOR; LEITE, 2017, p. 28-9), numa definição que em boa medida converge com o caso do sudoeste do RS, cuja fronteira de terras estava plenamente ocupada pela forma jurídica da propriedade privada, porém ainda havia enorme potencial para expansão agrícola sob seus campos. Além disso, Flexor e Leite (2017) reconhecem que, em decorrência da falta de dados mais sólidos e abrangentes sobre o controle de terras por estrangeiros, é difícil afirmar categoricamente que o movimento de estrangeirização tenha agido de forma direta e exclusiva sobre o mercado de terras.

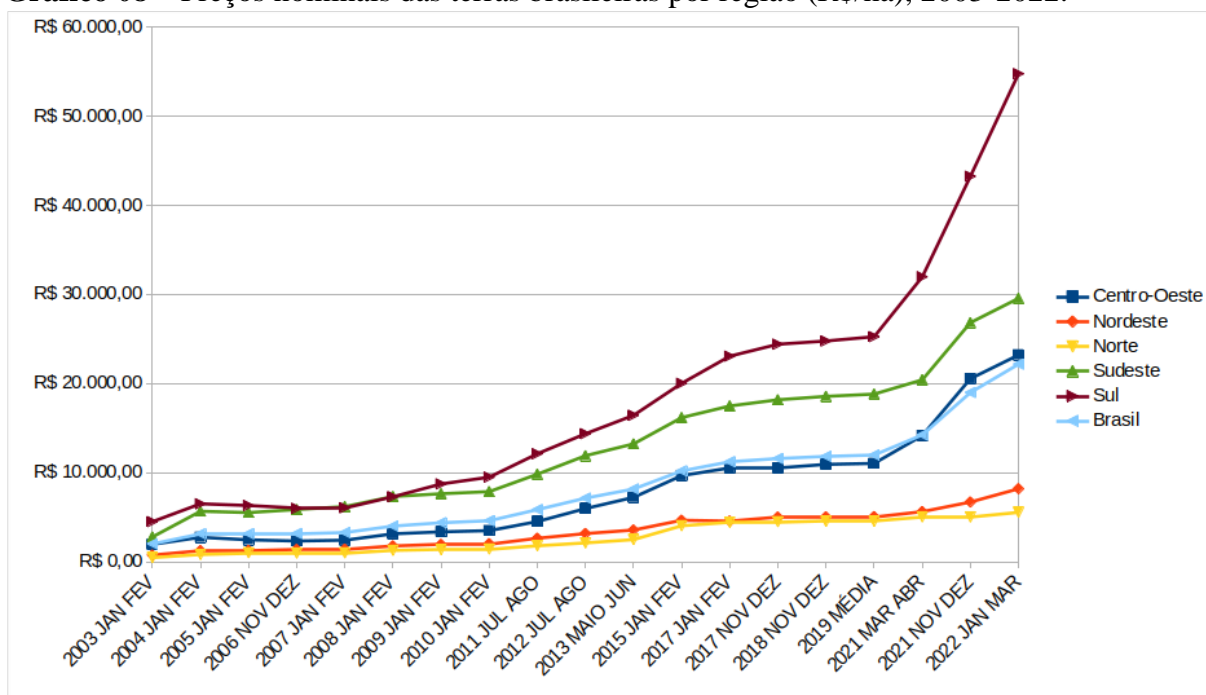
Os interlocutores de nossa pesquisa (pecuaristas, gestores públicos e corretores rurais) consideram que a demanda por terras para silvicultura, concretizada entre 2003 e 2009, foi um importante impulso em um extenso ciclo de valorização, o que se expressa nos dados do incremento dos preços a serem expostos adiante. As empresas do setor de celulose não concluíram os planos de expansão da área cultivada com eucaliptos e de construção de plantas industriais para produção de celulose no Sudoeste do RS, deslocando-se em maior medida para a região Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul) e Norte (Maranhão e Piauí) (FNP, 2010). Aparentemente esse processo de demanda estrangeira e do setor de celulose por áreas na metade sul do estado não teve continuidade, de modo que os acréscimos na procura por terras após 2010 devem-se principalmente a investimentos nacionais mais pulverizados em busca de áreas para cultivar soja ou obter rendimentos via arrendamentos e/ou revenda de imóveis rurais.

## **2.5 Comportamento dos preços das terras de lavoura e pastagem nativa no Sudoeste do RS (2003-2022)**

No presente tópico nos propomos a analisar o comportamento dos preços no mercado fundiário em um apanhado de 20 anos, entre 2003 e 2022, por meio de fontes de dados sobre preços nominais e reais de terras em regiões selecionadas do país. Utilizamos dados do Instituto FNP, segmentados em microrregiões e segregados por aptidão das terras à produção, a fim de que a análise sobre o mercado de terras incida para além de médias regionais e estaduais, já estudadas em trabalhos como o de Kenne (2022). Desse modo, utilizamos as médias em unidades territoriais mais amplas de modo a observar como se relacionam com as tendências locais. Os dados de preços, analisados na primeira parte desta seção, refletem os valores nominais praticados à época. Os gráficos corrigidos pela inflação medida com o IGP-DI podem ser observados no Anexo B. A variação real acumulada entre 2003-2022 é apresentada ao final da seção.

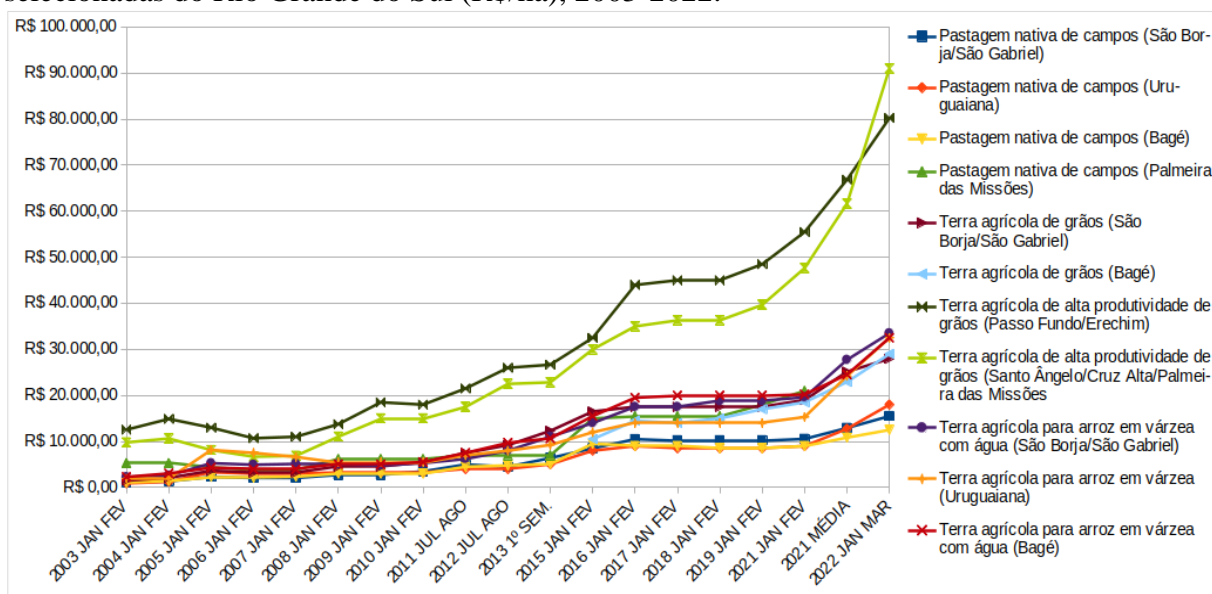
Assumindo como pressuposto os ciclos de commodities enquanto principal fator impulsionador dos preços de terras no período, tal como indica a análise de Flexor e Leite (2017), teremos a seguinte temporização baseada no índice de commodities do Fundo Monetário Internacional (FMI), e, em especial, do índice de preços de soja: 1994-1999, estabilidade (6 anos); 2000-2004, valorização (5 anos); 2004-2007, estabilidade (4 anos); 2008-2014, valorização (7 anos); 2015-2019, estabilidade (5 anos); 2020-2022, valorização (3 anos). Esse recorte é convergente com as médias de preços nacionais e regionais do Brasil, embora os dados das grandes regiões expressem comportamentos sutilmente distintos dentro da tendência, conforme observamos nos gráficos 08 e 09. As mesmas informações, dispostas em tabelas, encontram-se no Anexo B.

**Gráfico 08** – Preços nominais das terras brasileiras por região (R\$/ha), 2003-2022.



**Fonte:** Instituto FNP (2005; 2006; 2007; 2008; 2010; 2012; 2013; 2014; 2018; 2019; 2022), organizado pelo autor.

**Gráfico 09** – Preços nominais das terras agrícolas e de pastagem nativa em microrregiões selecionadas do Rio Grande do Sul (R\$/ha), 2003-2022.



**Fonte:** Instituto FNP (2005; 2006; 2007; 2008; 2010; 2012; 2013; 2014; 2018; 2019; 2022), organizado pelo autor.

Uma primeira observação é que os dados de preços nas categorias observadas no Sudoeste do RS acompanham uma tendência geral para o restante do estado e nas médias da região Sul e do país no período. Considerando o movimento médio dos preços de commodities e de terras, observamos que enquanto as primeiras apresentam oscilações intensas de queda em determinados períodos (grandes safras, retrações conjunturais de demanda, redução abrupta de expectativas especulativas), o mesmo não se expressa nos preços nominais de terras brasileiras entre 2003-2022 que, em termos médios, apresentam somente períodos de estabilidade e de forte valorização. Algumas quedas nas regiões Sul, Centro-Oeste, Sudeste e Norte podem ser observadas pontualmente entre 2004 e 2007. Somente quando observadas as microrregiões e tipos específicos de aptidão ao uso da terra é possível visualizar eventuais desvalorizações mais intensas, geralmente correlacionadas com preços internacionais de produtos comercializados em mercados futuros. Por exemplo, entre 2004 e 2006, os preços das áreas de alta produtividade para grãos na região produtora de soja de Passo Fundo-RS retraíram-se conjuntamente em 28%.

Existem, portanto, fatores que promovem a contínua estabilidade e valorização nominal do preço médio das terras brasileiras entre 2003 e 2022, ainda que o estímulo internacional dos preços de commodities não seja constante. Nesse sentido, consideramos que o comportamento dos preços dos ativos fundiários obedece a um conjunto de variáveis:

“Como a oferta de terras é inelástica no curto prazo, os preços dependem em grande parte dos fatores que determinam a demanda. Entre outros, destacam-se a fertilidade do solo, a localização das terras em relação aos mercados consumidores de alimentos, a proximidade de infraestrutura e sistemas logísticos eficientes, os preços dos alimentos, a variação do nível geral de preços, a existência de impostos fundiários e os custos de transação nos mercados de terra. É um conjunto importante de variáveis e nem todas influenciam igualmente e ao mesmo tempo o comportamento dos preços da terra.” (FLEXOR; LEITE, 2017, p. 24).



O relatório FNP de mar./abr. 2010 cita que alguns dos motivos que corroboram com esse movimento são a contínua demanda internacional e/ou interna por terras, com seus efeitos especulativos sobretudo em áreas de fronteira agrícola, contribuindo para a continuidade percebida nos dados médios de valorização do país. Além disso, o relatório cita a resistência à venda pelos proprietários em áreas de ocupação agrícola antiga, os quais tendem a desconsiderar a negociação dos seus imóveis na ausência de motivos para liquidá-los e na presença de expectativas de valorização futura. É nesse sentido que, no âmbito deste trabalho, optou-se por apresentar as cotações nominais da terra, tendo em vista que espelham a lógica patrimonial dos proprietários no sentido da expectativa contínua de elevação dos patamares de preço. As conjunturais retrações de valor observáveis ao levar em conta a incidência inflacionária aplicam-se melhor ao cálculo de investimento financeiro sobre o título imobiliário rural, como veremos ao final desta seção.

Referindo-se às especificidades da metade sul do Rio Grande do Sul, o relatório FNP (2010) cita a disputa por “terras baixas” no extremo oeste do estado, onde áreas ocupadas com arroz começam a receber soja e expressam forte aumento de preços. A aptidão média aceitável para o cultivo de grãos nas terras da metade sul do RS (sem a possibilidade de expandir a área dos estabelecimentos sob novas terras) e a boa localização da região em relação ao porto de Rio Grande para fins de escoamento da produção são citados como fatores que continuamente pressionam para cima os preços de todos os seus tipos de aptidões agrícolas e microrregiões geográficas (FNP, 2010).

Para o caso do Sudoeste do RS encontram-se nos dados da FNP três categorias de aptidão: ‘Pastagem nativa de campos’, ‘Terra agrícola de grãos’ e ‘Terra agrícola para arroz em várzea’. A segmentação por microrregiões inclui três localidades: São Borja/São Gabriel, Uruguaiana e Bagé. Para o caso da primeira localidade, os três tipos de aptidão são incluídos. Em Uruguaiana, apenas pastagens e várzeas. Em Bagé a mesma segmentação em dois tipos ocorreu até 2015, quando também foi incluída a categoria de terra agrícola para grãos. Agregamos ainda os dados de outras três localidades do RS e duas aptidões, de modo a comparar tendências em microrregiões dentro do mesmo estado, mais ao norte, que possuem maior procura e aptidão para agricultura: ‘Terra agrícola de alta produtividade de grãos (Passo Fundo/Erechim)’, ‘Terra agrícola de alta produtividade de grãos (Santo Ângelo/Cruz Alta/Palmeira das Missões)’ e ‘Pastagem nativa de campos (Palmeira das Missões)’.

A partir dos dados é possível visualizar a tendência geral de elevação nominal absoluta dos preços das terras do país entre 2003 e 2022, que registraram uma valorização média de 55,37% a.a. incluindo todas as aptidões e regiões. Em outras palavras, representa um aumento em onze vezes, passando de R\$ 2.000,87 para R\$ 22.161,00. Em termos relativos, para o início e o final da série, a região Sul atingiu a maior valorização em média (1.218,97%, ou 60,95% a.a.), seguida pelo Norte (1.195,38%, ou 59,77% a.a.) e Centro-Oeste (1.188,41%, ou 59,42% a.a.). Vale notar que a inflação acumulada entre janeiro de 2003 e janeiro de 2022, de acordo com o índice IGP-DI (FGV), foi de 310,1%, ou 15,5% a.a., enquanto a variação percentual da taxa de juros básicos da economia brasileira de acordo com a Selic foi de 636,96%, ou 31,84% a.a.

A totalidade das áreas registradas pelo Instituto FNP no Sudoeste do RS obteve valorização relativa que ultrapassou as médias do país quando observado como um todo, e apenas uma das unidades de análise não superou a média da região Sul. As terras agrícolas acumularam acréscimo de 1.322,48% (66,12% a.a.) nos preços em média, passando de R\$ 1.987,50 ao hectare em 2003 para R\$ 31.612,50 em 2022. O destaque vai para as áreas agrícolas de coxilha em São Borja/São Gabriel (1.863,33%), seguido das terras agrícolas em várzea de Uruguaiana (1.710,53%). É ilustrativo que o maior aumento esteja nas áreas de coxilha da Depressão Central, tendo em vista que foram as áreas que receberam o maior

acréscimo nos cultivos de soja nos anos de 2000 e 2010, tal como evidencia o fato de São Gabriel<sup>29</sup> tornar-se o município com a maior superfície cultivada do grão no Sudoeste do estado. A elevação percentual no preço dessas terras foi maior do que a registrada em regiões de alta produtividade de grãos, como em Passo Fundo e Erechim (639,39%), ainda que os valores absolutos destas últimas sejam maiores.

Por sua vez, as áreas de pastagem nativa no Sudoeste rio-grandense registraram 1.155,11% (57,75% a.a.) de aumento médio nos preços, passando de R\$ 1.033,33 ao hectare em 2003 para R\$ 15.333,33 em 2022. No agregado de microrregiões aqui observadas, apenas as áreas de campos de Bagé ficaram abaixo da média de valorização da região Sul do Brasil. Além disso, no que se refere ao Sudoeste do RS, observa-se um crescimento no diferencial de preços entre terras agrícolas e terras de pastagem nativa. Se em 2003 cada hectare em áreas agrícolas custava em média 1,92 vezes a mais que um de campo nativo, em 2022 o diferencial aumenta para 2,06 vezes. Essas áreas de pastagens nativas permaneceram mais baratas do que as terras de mesmo tipo no norte do estado, tomando como referência o município de Palmeira das Missões com o valor de R\$ 21.000,00 ao hectare no último registro da área feito em 2021. No entanto, o diferencial de preços que fazia das pastagens ao norte do RS serem cotadas a 5,14 vezes acima daquelas do sudoeste, em 2003, acaba sendo reduzido para 2,21 vezes em 2021.

Nesse sentido, a partir das categorias de terras selecionadas no Gráfico 09, no Norte e no Sudoeste do Rio Grande do Sul, consideramos que há um redesenho em termos dos preços médios das modalidades. Se em 2003 havia uma diferenciação regional mais marcante, que escalonava todas as terras do norte do estado em um patamar de preços acima de todas as categorias de terras da Campanha, esse já não é o mesmo cenário que vai se apresentando nos anos seguintes e que se consolida em 2022. Ainda existe uma avaliação notavelmente superior para as terras de alta produtividade de grãos no norte do estado, porém as áreas de agricultura de várzea e de coxilha do Sudoeste já não se encontram em um patamar de preços abaixo das terras de pastagem do norte do RS. O que se passa é um novo cenário onde os preços das terras remanescentes de campos nativos estão relativamente sendo rebaixados em relação aos das terras aptas para cultivo de grãos em coxilhas e várzeas no Sudoeste rio-grandense, indicando possivelmente que as áreas restantes de campos nativos são, em geral, aquelas que apresentam os maiores limites em sua reconversão para áreas de lavoura. Esse é o caso, por exemplo, do município de Quaraí e, em parte, de Uruguaiana, os quais apresentaram as menores superfícies de área cultivada com soja, tal qual observamos na seção anterior.

Também é importante considerar que o comportamento dos preços das terras de pastagem nativa no Sudoeste do RS, entre 2004 e 2007, segue um padrão distinto em relação às áreas de campos localizadas no norte e nordeste do estado, assim como as de outras partes do país dedicadas à pecuária extensiva inseridas em zonas de ocupação antiga com agricultura, as quais perderam cotação após a crise de preços da soja em 2004 (FNP, 2008). Note-se que, enquanto as terras de campos em Palmeira das Missões (o mesmo valendo para as de Vacaria/Lagoa Vermelha) apresentam queda no período, as terras de pastagem do Sudoeste seguem rota contrária, valorizando-se de 2004 para 2005 e mantendo-se estáveis até 2008 quando o conjunto das categorias volta a apreciar-se.

A explicação para esse processo está relacionada com a continuidade ou não da demanda por terras, efetivada inicialmente no *boom* de preços da soja até 2004. Enquanto na metade sul do RS os empreendimentos com plantação de eucaliptos tiveram um ciclo de expansão a partir de 2003 e, especialmente, em 2005, na metade norte o panorama era de retração da procura em função da redução do preço da soja a partir de 2004, não havendo impulso alternativo para a busca por áreas de campos até aproximadamente 2008.

---

29 Quando considerados, juntos, São Gabriel e Santa Margarida do Sul, que foi emancipado na década de 1990.

Os preços das áreas de lavouras no Sudoeste do RS seguem ainda mais esse raciocínio pelo qual a demanda por áreas de média produtividade propícias ao cultivo de eucaliptos compensa os movimentos de baixa de preços de soja a partir de 2004. As terras agrícolas para grãos e para arroz em várzea de São Borja/São Gabriel apresentam forte valorização de 2004 para 2005 (173,81%), seguido de pequena retração nos preços em 2006 e 2007 (-11,86%). Na média das áreas com agricultura de coxilha e de várzea da Campanha a valorização registrada entre 2004 e 2007 foi de 202,56%. No mesmo período as terras de alta produtividade para grãos e tradicionalmente cultivadas com soja no norte do estado (Passo Fundo/Erechim) apresentaram desvalorização de 26,1%, enquanto algumas áreas no Centro-Oeste do país chegaram a perder metade do valor cotado em reais, entre 2004 e 2007, na medida em que estavam fortemente correlacionadas com o preço da saca de soja (FNP, 2007).

Consideramos que as categorias de pastagens analisadas pelo Instituto FNP no sudoeste rio-grandense não contemplam as áreas de campos com solos rasos e com afloramentos rochosos e/ou arenosos localizadas na maior parte de Quaraí, em parcelas relevantes de Santana do Livramento, Rosário do Sul e Alegrete, e, parcialmente, em Lavras do Sul, Bagé e Uruguaiana. A categoria 'Pastagem nativa de campos (Uruguaiana)', apesar da proximidade com as áreas de solos rasos, basálticos e pedregosos em Quaraí, em boa parte envolve terras com relevo suave que são historicamente mecanizadas para cultivos de arroz e que, recentemente, também foram inseridas na disputa por áreas para plantações de soja. Portanto, não há um indicador de preços disponível para o conjunto de terras analisadas na presente pesquisa.

Uma explicação plausível para essa omissão é que o Instituto FNP produz dados com a intenção de subsidiar a tomada de decisão de setores mais capitalizados nos negócios agropecuários e em busca de imóveis rurais para objetivação da maior renda que possa ser obtida pelo uso da terra entre as opções possíveis. Os limites à mecanização e a baixa procura especulativa sobre essas áreas podem ser um fator que até o momento não mobilizou o referido instituto para obter dados referentes àquelas terras. Isso inclusive justifica o porquê das áreas de campos de Uruguaiana terem se valorizado ligeiramente acima das médias regionais, mesmo que o município não apresente avanço expressivo na quantidade de soja cultivada, isto é, o preço está relacionado com uma expectativa de renda sobre a terra. Logo, mesmo que não tenha ocorrido uma reconversão massiva de pastagens e/ou disputa/rotação de áreas para cultivos de arroz e de soja, como visto em outras localidades, a expectativa de ganho sobre essa possibilidade faz preço nas ofertas de venda dos proprietários.

## **2.6 Mercado de terras e novas dinâmicas patrimoniais envolvendo imóveis rurais**

Os dados da seção anterior, referentes aos preços no mercado fundiário mesorregional e brasileiro, conduzem para outra questão relevante na temática da terra: quais são as condições para que uma grande propriedade rural com áreas de campo nativo seja posta à venda no Sudoeste rio-grandense no período de transição da economia estancieira que estamos analisando nos anos 2000? Sem desconsiderar a existência de legislação permissiva à reconversão de campos em lavouras, procuramos responder a essa questão tendo em mente as três possibilidades de receita que estão postas para os proprietários estancieiros criadores extensivos de gado: produção agropecuária própria (lucro), arrendamento e/ou parceria (renda da terra) e propriedade/venda do imóvel (desinvestimento). Em outras palavras, em qual medida se autonomizam as condições de padrão rural e a de proprietário.

A pesquisa de Piccin (2012) observa como a transição de um estancieiro desde as atividades de criação de gado para os cultivos de lavouras de arroz e/ou soja tende a ser um processo limitado pela necessidade de assimilar novas formas de calcular a agropecuária e de

se comportar diante da gestão da produção. O cálculo do estoque de gado com baixo investimento por unidade de área e a condição absenteísta, muitas vezes relacionada com a ocupação em outros setores de atividade na cidade, dificilmente se convertem para um cálculo de giro de capital com aplicação mais intensiva de recursos por unidade de área, típicos da agricultura empresarial, envolvendo profissionalização e dedicação exclusiva à agropecuária. Isso não quer dizer que estancieiros não possam e não venham a assimilar gradualmente essa racionalidade, o que eventualmente tem acontecido em sua especialização na pecuária de cria ou na intensificação dos sistemas de ciclo completo, como veremos nas seções seguintes. O que pretendemos dizer com essas observações é que dentre as três possibilidades de receita sobre a terra, vislumbradas pela economia estancieira, a condição de padrões rurais pecuaristas tende a ser a que proporcionalmente mais reduz-se na virada dos anos 2000, em favor do rentismo.

Isso se relaciona com o incremento de alternativas para obtenção de rendimentos com a terra sem assumir responsabilidades com as decisões e o risco do negócio, especialmente no arrendamento de imóveis rurais para o cultivo de eucaliptos e/ou soja e/ou gado, e na própria expectativa de valorização da terra em si. No contexto correlato do rural uruguaio observou-se entre 2000 e 2015 um processo muito similar de forte elevação da renda da terra, cujo saldo foi um incremento absoluto e relativo na apropriação de valor pelos proprietários de terra e capitalistas agrários. Nisso, o setor que mais elevou sua apropriação de valor foram exatamente os proprietários, em um cenário onde se combinavam a elevação de preços das mercadorias agrárias, o incremento de investimento estrangeiro direto, as políticas de crescimento real do salário e ajustes no sistema tributário. Em suma, as iniciativas estatais não foram suficientes no sentido de reduzir a desigualdade nas relações entre capital e trabalho diante das rápidas mudanças experimentadas nos mercados agropecuários uruguaios (OHYANTÇABAL; SANGUINETTI, 2017).

No caso sul-rio-grandense da silvicultura de eucalipto os arrendamentos são realizados em contratos de longo prazo, geralmente envolvendo a expectativa de duas a quatro colheitas, isto é, de 14 a 28 anos. Esses contratos foram estabelecidos no período de expansão da atividade na metade sul do RS, a partir de 2003. O caso mais frequente a partir de 2008 é o de arrendamentos para o cultivo de soja, os quais envolvem contratos relativamente mais curtos em comparação aos de silvicultura (mas que geralmente são renovados em caso de sucesso da atividade do arrendatário), e cujos pagamentos são realizados de forma adiantada na forma de grãos armazenados em silos de cooperativas/empresas, em uma quantidade de soja que varia de 8 a 12 sacas por hectare a depender da qualidade das terras. Esses contratos podem ser de “ano fechado”, quando envolvem a cessão do uso ao longo de todo o ano, ou de “ano aberto”, quando o proprietário prefere reassumir as áreas na entressafra de soja entre abril e setembro, frequentemente recebendo-as com restos culturais (resteva) ou pastagens de azevém semeadas pelo arrendatário, ou ainda cultivadas por conta própria.

Mas, os arrendamentos também podem envolver a demanda por invernadores de gado que necessitam de mais campos do que possuem, ou ainda de lavoureiros de soja que utilizam as áreas no inverno para plantar pastagens e engordar gado no período da entressafra. Nesse caso, a remuneração ao possuidor das áreas (proprietário ou sublocador) no período de pouco mais de cem dias, entre maio/junho e setembro/outubro, é calculada com base na quantidade de animais e/ou no tempo pelo qual serão colocados no campo, podendo refletir-se na unidade saca de soja. Todas essas modalidades despontam com maior atratividade em relação à produção própria feita pelos estancieiros na medida em que aumenta a disputa por áreas de agricultura, silvicultura e pecuária na região e, conseqüentemente, valorizam-se os imóveis rurais de modo geral.

Retornando à questão inicial sobre as condições de possibilidade para a venda dos imóveis rurais, que é uma das opções em jogo aos estancieiros para obter rendimentos sobre a terra, chegamos a um preâmbulo que indica como a venda da terra não é a única opção disponível, nem costuma ser a mais utilizada para usufruir rendas recorrentes do imóvel rural. Isso ocorre pois os arrendamentos são vistos como uma estratégia com baixo esforço a fim de obter receitas expressivas ao ponto de suprir os níveis de consumo considerados válidos<sup>30</sup> para manter a posição socialmente distinta da elite agropecuária em questão. Ou seja, a alienação do patrimônio aparece como uma situação de exceção.

Nesse caso, sinalizar com a oferta para alienação das terras envolve três possibilidades mais comuns que foram relatadas pelos interlocutores: inventário, endividamento e realocização. O inventário envolve a divisão do imóvel entre herdeiros que acontece após a morte do(a) proprietário(a) das terras. A partilha e a fase subsequente na qual os herdeiros assumem o espólio é considerado momento chave por corretores e potenciais adquirentes. Imóveis que até então estavam fora do mercado de compra e venda são postos eventualmente à disposição por herdeiros que não tenham intenção de manter a integridade das atividades no estabelecimento rural por meio de uma sociedade com os demais proprietários, ou que não desejem dar continuidade à agropecuária por conta própria ou via arrendamentos.

A opção de liquidação do imóvel como meio para arcar com dívidas é também citada pelo setor de corretagem de imóveis rurais como condição para que as terras sejam postas em negociação. Porém, essa condição exige que alternativas já tenham sido esgotadas, tais como a reestruturação das dívidas junto ao fornecedor do crédito, de modo que a alienação do imóvel por essa via tende a ser um recurso final. No que depender do crédito público concedido via Plano Safra a orientação oficial tem sido a de reestruturar as dívidas ao invés de alienar os imóveis, conforme relatos de bancários ouvidos por esta pesquisa.

Por último, a realocização ou reconcentração de atividades acontece quando um estabelecimento rural possui imóveis que passam a ser considerados muito distantes ou disfuncionais entre si, de modo que pode parecer oportuno aos proprietários fazer ofertas de venda e/ou permuta de algum(s) deles a fim de melhor dispor o patrimônio utilizado com atividades agropecuárias próprias e/ou sob arrendamento. Outro exemplo menos comum de realocização é o de estancieiros que vendem terras bem localizadas e aptas para lavouras de soja a fim de adquirir imóvel em outra localidade menos valorizada por lavoureiros, porém ainda assim apta para a pecuária de corte, algo que também foi observado por Monteblanco (2021) na região de Quaraí.

Sob o ponto de vista de nossos interlocutores, as possibilidades de alienação de imóveis rurais aparecem mais como exceções do que a regra, o que é especialmente válido para proprietários e herdeiros de áreas cobijadas para arrendamentos, tendo em vista que a expectativa de rendas recorrentes sobre os imóveis é de grande valia para a manutenção não somente do acesso a itens básicos, mas do consumo que garante status social diferenciado (carro novo, viagens a laser, moradia em boas condições na cidade, ensino privado para filhos, e assim por diante). Esse comportamento resistente à venda dos imóveis também é observado pelo Instituto FNP como um dos fatores a manter estabilidade de preços nominais dos imóveis rurais mesmo em épocas de baixa nos preços das commodities. O Instituto relata que nesses períodos é recorrente a retração ou estagnação das negociações de compra e venda de terras em áreas valorizadas pelo cultivo de grãos na medida em que os proprietários mantêm

---

30 As declarações de proprietários entrevistados em setembro/2022 consideravam como piso de renda mensal satisfatório uma receita líquida a partir de R\$ 10.000,00 por unidade doméstica. Uma área de 100 ha arrendada pelo valor de 10 sacas de soja por hectare por ano, cujo pagamento é adiantado e repassado ao proprietário em forma de produto estocado, caso fosse vendido pelo preço de R\$ 171,71 registrado em setembro de 2022 na média estadual do RS (segundo portal agrolink.com.br), geraria um resultado bruto de R\$ 14.309,16 por mês ao longo de 12 meses, o equivalente a 11,8 salários mínimos à época.

expectativa de ganhos futuros com boas safras e/ou aumento de preços, por um lado, e que os arrendatários devem arcar com eventuais pagamentos de dívidas ou redução de receita que por sua vez reduzem a liquidez para investimento (FNP, 2006).

Nossas interlocuções também permitem algumas considerações sobre a ponta dos compradores de terras. Notamos que, entre 2003 e 2022, foram três as principais clientelas: a) lavoureiros/granjeiros de soja/arroz, b) grandes empresas e fundos de investimento, c) investidores pessoa física com capitais de origem não agropecuária.

O primeiro perfil de aquisição de terras pelos chamados lavoureiros ou granjeiros abrange um longo processo que, no início do século XX, envolvia capitais oriundos do setor comercial, agroindustrial e de profissões liberais, os quais passaram a investir nas lavouras de arroz em áreas de várzea através de arrendamentos junto de estancieiros, especialmente ao longo de importantes mananciais do estado como as grandes lagoas do litoral sul e a bacia do rio Jacuí. No decorrer do século uniram-se a esses agentes os descendentes de imigrantes oriundos das regiões coloniais do estado, especialmente estimulados por momentos nos quais as políticas macroeconômicas e/ou setoriais agrícolas fomentaram as lavouras de arroz, trigo e soja, a exemplo do crescimento da indústria de base e da concessão de crédito de custeio para lavoura via bancos públicos, a partir da década de 1930, e dos estímulos via sistema de demanda efetiva agrícola a partir de 1965 (CUNHA, 1978; BESKOW, 1986; BEZZI; GERARDI, 1987; DELGADO, 2012). Ao longo desse período foram progressivamente se constituindo relações de arrendamento entre os lavoureiros/granjeiros e os estancieiros, eventualmente seguidas da aquisição de terras pelos arrendatários em caso de sucesso prolongado na atividade.

Note-se que os arrendatários descendentes de colonos ou cujos capitais são oriundos de atividades fora do mundo rural não se constituem nos únicos e exclusivos produtores de lavouras temporárias. No entanto, são um grupo que não era oriundo de famílias estancieiras – sobretudo os colonos – e cujas frações mais exitosas alcançam ascensão social em um processo que se materializa não somente na propriedade da terra, mas na formação de destacadas agroindústrias processadoras de arroz em diferentes municípios da mesorregião, tais como os engenhos da família Coradini iniciados na área colonial de Cachoeira do Sul (atualmente município de Faxinal do Soturno) em 1955 e expandindo-se para Dom Pedrito em 1970<sup>31</sup>, da família Pilecco que se instala em Alegrete em 1960<sup>32</sup>, dos Fighera que constituem seu primeiro engenho de arroz em 1938<sup>33</sup> e cujas lavouras expande-se em Santa Maria, São Gabriel e Cacequi<sup>34</sup>; ou dos Marzari que se iniciam nos negócios comerciais agrícolas em 1955 na localidade de Santa Flora (próximo da divisa entre Santa Maria, São Gabriel e São Sepé) e a partir de 1978 especializam-se no beneficiamento de arroz<sup>35</sup>.

Em suma, os setores sociais que buscam ascensão por meio da agricultura e que logram capitalizar-se são uma continuidade ao longo da história agrária do século XX no sudoeste do RS, aproveitando-se de janelas de oportunidade da política agrícola. Essa tendência foi reforçada no período mais recente de expansão dos lavoureiros nas décadas de 2000 e 2010. Segundo os entrevistados, atualmente as negociações de terras são caracterizadas pelo pagamento em moeda corrente nacional, com uma entrada que cobre de 30 a 50% do valor acordado, seguida de duas a três parcelas a prazo para o restante da quitação do negócio.

---

31 Disponível em: <http://www.coradini.com.br/website/conteudo/default.asp?CodArea=147&CodSecao=31> Acesso em: 21 mar. 2023.

32 Disponível em: <http://www.arrozeirosdealegrete.com.br/historia/memorialdoarroz/familiasarrozeiras/pilecco/index.html> Acesso em: 21 mar. 2023.

33 Disponível em: <http://www.arrozfighera.com.br/sobre> Acesso em: 21 mar. 2023.

34 Informação obtida no trabalho de campo.

35 Disponível em: <http://www.marzari.com.br/marzari/> Acesso em: 22 mar. 2023.

Uma segunda clientela no mercado de terras da região foi a de grandes empresas de celulose e fundos de investimento internacionais que, entre 2003 e aproximadamente 2009, fizeram aquisições de áreas ou contratos longos de arrendamento para silvicultura, sobretudo de eucaliptos. No entanto, essa demanda não teve continuidade e, a partir de 2010, não se observam mais negociações envolvendo esse perfil. Aparentemente, não se fazem até o momento presentes na região os investimentos especificamente em terras por meios dos denominados Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) que foram instituídos a partir de 2021 com a lei 14.130/21, representando a formação de fundos de investimento negociados no mercado financeiro, que adquirem ativos tais como recebíveis (dívidas), imóveis rurais e participação em empresas do segmento.

Em paralelo, no início dos anos 2000, aconteceu também a procura por terras através de empresas e investidores no setor de fruticultura, especialmente no cultivo de videiras, onde se destacam as vinícolas Almadén (Grupo Miolo) e a Santa Colina (Cooperativa Nova Aliança), porém a superfície total cultivada para esses fins em 2016 está na faixa de 2 mil hectares (MANFIO, 2020), não representando um estímulo comparável ao da silvicultura, ainda que correndo em paralelo na geração de expectativas sobre os preços das terras.

Ainda no âmbito dos investimentos de grandes empresas, despontam a partir de 2011 os agentes do setor de energias renováveis em uma das áreas que o governo estadual classificou em 2014 como “zonas promissoras” para o desenvolvimento de parques eólicos no RS, o que inclui a denominada “Coxilha de Santana” envolvendo os municípios de Santana do Livramento, Quaraí, Rosário do Sul, Alegrete e Uruguaiana (RIO GRANDE DO SUL, 2014). Os primeiros parques eólicos da região estão sob controle da *holding* Eólicas do Sul, que envolve capitais da Eletrobras CGT Eletrosul e do Grupo Genial que é ligado ao setor financeiro. Nessa esteira, em janeiro de 2022 foi aprovado pela União o arrendamento de terras em zona de fronteira por um consórcio europeu que atua por meio da *joint venture* Renobrax e pretende instalar novos parques eólicos e linhas de transmissão no sudoeste do RS<sup>36</sup>.

O pagamento de rendimentos recorrentes para os proprietários de imóveis rurais que recebem os aerogeradores e torres das linhas de transmissão se configura em mais um dos fatores que eleva as expectativas de renda sobre as terras, especialmente porque essas estruturas não impedem que sejam praticadas agricultura e/ou pecuária sob as mesmas áreas – e, também, porque muitos desses investimentos ocorrem em áreas de solos rasos que não são propícias para lavouras, de modo que geram uma expectativa de renda em áreas que não recebem a mesma valorização relacionada ao cultivo agrícola. Porém, verificou-se contrariedade de alguns proprietários mediante situações de erosão de solos e infestação de campos por espécies invasoras provocadas pela circulação de máquinas pesadas na fase de instalação, além da poluição sonora e visual durante a operação dos empreendimentos, o que também foi registrado por Montebianco (2021) no município de Quaraí.

Por fim, um terceiro perfil de potenciais compradores de terras pode ser classificado genericamente como investidores, categoria que é composta por pessoas físicas tais como profissionais liberais e empresários que até então concentravam seu patrimônio em imóveis e/ou empreendimentos no espaço urbano em cidades da região e/ou outros estados. Um dos corretores entrevistados cita como exemplo alguns de seus clientes tais como dentistas, médicos, advogados, militares ou membros de alto escalão no serviço público, os quais possuíam dois ou mais imóveis, como salas comerciais, apartamentos, casas e terrenos na cidade, e optaram pela venda ou permuta de um ou mais deles a fim de adquirir imóveis rurais.

---

36 *Fronteira Oeste terá aporte bilionário no setor elétrico* (Correio do Povo, 31/01/2022). Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/fronteira-oeste-ter%C3%A1-aporte-bilion%C3%A1rio-no-setor-el%C3%A9trico-1.764115> Acesso em: 23 mar. 2023.

Na avaliação desse corretor, há uma percepção crescente de que a rentabilidade por unidade de real investido em terras arrendáveis para soja estaria remunerando mais do que um metro quadrado possuído na cidade. Esses investidores avaliariam que as flutuações na renda ligadas às desocupações e inadimplências na utilização de imóveis rurais seriam menores quando comparadas aos aluguéis na cidade, embora ambas as atividades não estejam isentas de riscos.

Além dos investidores que diversificam seu patrimônio com imóveis rurais, também identificamos uma parcela desses agentes que possui uma estratégia mais especificamente especulativa de compra de imóveis para revenda e ganho de capital em curto prazo (de um a dois anos). A busca de ganhos monetários superiores aos encontrados em aplicações mais tradicionais, em renda fixa ou variável, envolve principalmente a compra de imóveis sob valor abaixo do mercado, adquiridos a preço de terras com campos nativos, de modo que possam ser convertidas em lavouras e valorizar-se rapidamente.

Um dos entrevistados, praticante desse tipo de especulação, nos explica que o negócio envolve basicamente três passos executáveis em poucos meses: i) a aquisição de terras cotadas como aptas para pecuária, porém possuidoras de potencial agrícola; ii) o revolvimento de sua cobertura campestre para fins de correção da acidez do solo com calcário; iii) o plantio de milho ou pastagem de inverno, a depender da estação, de modo que possam ser vistas como terras aptas ao plantio de soja sob os olhos de outros compradores. A expectativa é de dobrar o valor pelo qual as terras foram adquiridas em um curto espaço de tempo.

Em outras palavras, tais agentes capturam o que a teoria da renda fundiária denomina como "ganhos de fundador" (DELGADO, 2012), isto é, investem na incorporação de novas terras no mercado imobiliário, o que no presente caso trata-se tão simplesmente de arcar com os custos de reconversão agrícola em uma região de ocupação agropecuária antiga e cujos direitos de propriedade já se encontram consolidados. Observamos que os especuladores se aproveitam das fronteiras relativamente tênues entre as categorias de terras com 'pastagens nativas' e 'terra agrícola para grãos' na medida em que muitas das áreas cobertas por campos nativos possuem graus variados de aptidão para lavouras. O que torna possíveis e viáveis essas reconversões especulativas de cobertura campestre em lavouras são condicionantes de mercado e na frouxidão da legislação: i) a existência contínua de demanda para apreciação das terras nos últimos 20 anos, ii) a oferta de áreas com solos apropriados para mecanização e iii) a existência de dispositivos legais permissivos para a especulação sobre terras<sup>37</sup> e para a remoção de cobertura campestre natural<sup>38</sup>.

No Gráfico 10 ilustramos as possibilidades de valorização real em termos percentuais para terras agrícolas e de pastagem nativa no Sudoeste rio-grandense em comparação com microrregiões da metade norte do estado entre 2003 e 2022, estimando também a elevação de preços nas reconversões de campos nativos para lavouras. Ajustamos os preços para o mês de março de 2022 de acordo com a inflação medida pelo índice IGP-DI (FGV).

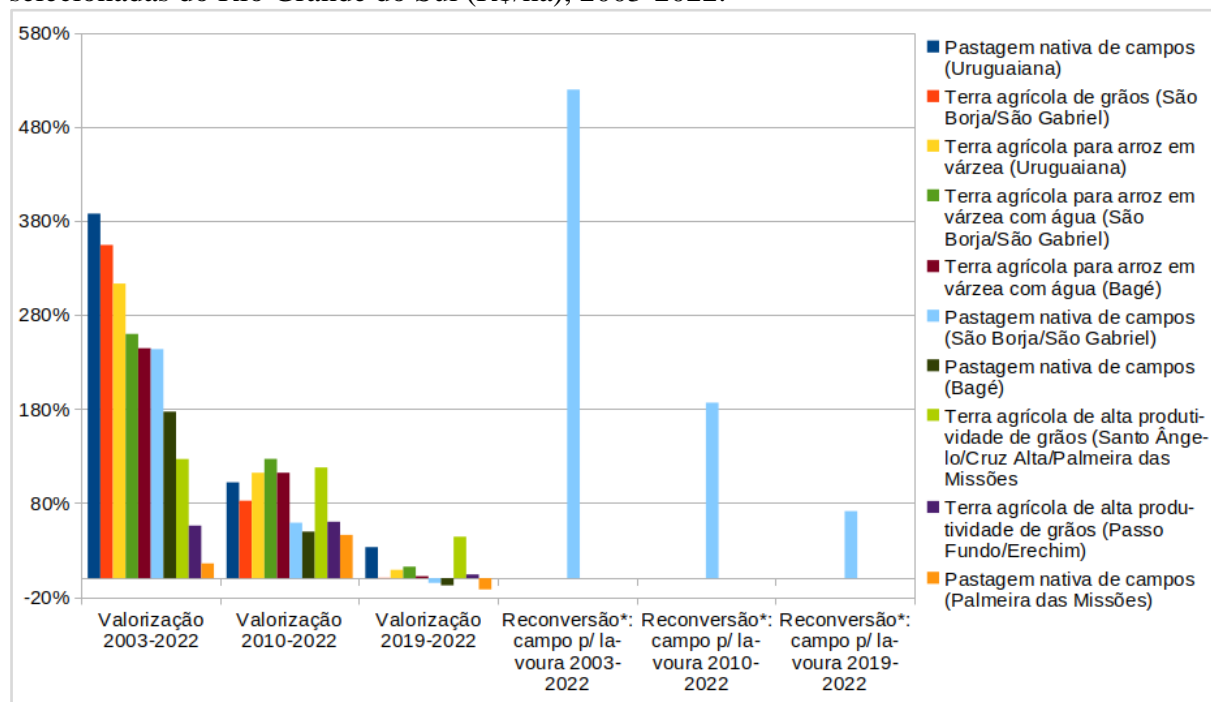
---

37 A cereja do bolo que existe na negociação de imóveis rurais por pessoas físicas se refere à forma de cálculo do ganho de capital referendada por instrumento infralegal na Instrução Normativa 84/01 da Receita Federal do Brasil, por meio da qual a negociação dos imóveis adquiridos a partir de 1997 pode ser realizada mediante Valor da Terra Nua (VTN) disponível no Documento de Informação e Apuração do Imposto Territorial Rural (Diat), desde que esse documento tenha sido apresentado no ano da aquisição e da alienação do imóvel (AMARAL, 2022). Tendo em vista que o referido VTN é uma estimativa de preço das terras utilizada por órgãos governamentais para cálculo de impostos e distribuição de recursos aos municípios, seu teor referencial pode subestimar variações significativas nos preços realizados no mercado imobiliário e, conseqüentemente, possibilitar abatimentos substantivos no imposto a ser recolhido.

38 Onde se destacam medidas que beneficiam a contínua expansão das áreas de lavoura temporária, tais como a flexibilização na aquisição de licenciamento ambiental e a regulamentação permissiva para supressão de vegetação natural no novo Código Ambiental do Rio Grande do Sul, aprovado em 2020.



**Gráfico 10** – Valorização real (%) das terras agrícolas e de pastagem nativa em microrregiões selecionadas do Rio Grande do Sul (R\$/ha), 2003-2022.



\* Indica a valorização real (%) das terras com pastagem nativa que foram reconvertidas em terras agrícolas, i.e., considerando um ano inicial de aquisição pelo preço de 'pastagem nativa de campos' e um ano final de venda pelo valor de 'terra agrícola', considerando a média de preços dessas categorias no Sudoeste rio-grandense.

**Fonte:** Instituto FNP (2005; 2006; 2007; 2008; 2010; 2012; 2013; 2014; 2018; 2019; 2022), adaptado pelo autor.

Reforçamos as observações anteriores, onde indicamos que todas as categorias de terras do sudoeste do estado se valorizam mais que as médias nacionais, da região Sul e de microrregiões selecionadas do Rio Grande do Sul. Descontada a inflação, essa valorização é de cerca de 180% a 380% entre 2003 e 2022. A maior variação percentual positiva aconteceu em categorias que tinham os menores valores nominais absolutos em 2003, tal como as pastagens nativas de campos em Uruguaiiana. Essa análise coloca em destaque a maior oscilação percentual e não o maior valor absoluto da terra. Ou seja, os maiores incrementos relativos no preço da terra (acima de 200%) ocorreram em áreas menos valorizadas, localizadas no Sudoeste do estado, ainda que estas não sejam as áreas mais custosas sob análise. Em outras palavras, nada impede que, percentualmente, as maiores elevações nos preços aconteçam nas terras de pastagens, em Uruguaiiana e em Bagé, justamente em áreas menos propícias ao cultivo de soja/arroz e que seguem tendo os menores preços absolutos.

No período entre 2010 e 2022 a categoria de uso com maior valorização real percentual ocorreu em terras agrícolas do sudoeste do RS (108,35% em média) e nas terras agrícolas de alta produtividade de grãos em Santo Ângelo/Cruz Alta/Palmeira das Missões (117,74%). No período entre 2019 e 2022 continua-se registrando valores reais positivos para terras agrícolas no sudoeste do estado, além de uma expressiva valorização nas terras de campos de Uruguaiiana. Contudo, recentemente o ritmo dessa valorização é aparentemente menos acelerado, com algumas categorias indicando desvalorização real: pastagens nativas em São Gabriel/São Borja e Bagé.

É nesse contexto que observamos um interesse ainda maior na estratégia especulativa de aquisição de áreas com campo nativo para sua supressão e revenda enquanto terras

agrícolas, na captura dos ganhos de fundador. Tal reconversão na superfície do solo e na modalidade de venda dos imóveis rurais alcançaria, teoricamente, os melhores resultados financeiros médios em termos de valorização real nos diferentes cenários observados. Em termos práticos, caso essa estratégia fosse executada entre 2019 e 2022, representaria uma valorização real de 71,31%, tal como indicado nas categorias "Reconversão campo p/ lavoura", do Gráfico 10, que representam uma média de variação entre as áreas de 'pastagem nativa' do Sudoeste do RS no ano inicial (2003, 2010 ou 2019) em relação às 'agrícolas' da referida mesorregião no ano final (2022). Esse tipo de resultado seria mantido mesmo em um período menor, tal como indicam nossos interlocutores no mercado de terras e o próprio diferencial médio de preços entre as categorias de 'terras agrícolas' e de 'pastagens' no Sudoeste do RS, o qual aumentou brevemente ao longo da série registrada pelo Instituto FNP.

Em suma, consideramos que nas duas últimas décadas uma série de comportamentos produtivos, rentistas e especulativos tem sido moldados pelas fortes expectativas de renda sobre as terras e de valorização das commodities agrícolas em uma conjuntura macroeconômica de especialização regressiva. Os agentes que atuam no setor de atividades da lavoura temporária apresentaram expansão em duas vezes e meia na área colhida com arroz e soja entre 2000 e 2021, de 499.673 ha para 1.225.133 ha. Nisso, a proporção das áreas de lavoura de soja passou de 26% para 69%, representando estagnação e retração das áreas cultivadas com arroz a partir de 2011. O perfil predominante dos estabelecimentos cuja principal atividade econômica são as lavouras temporárias deixou de ser o de arrendatários, de modo que os lavoureiros/granjeiros têm obtido gradualmente maiores áreas próprias. Isso não significa que tenha reduzido a quantidade de áreas cedidas em arrendamento por proprietários especializados em pecuária, mas sim que as áreas de campos nativos são progressivamente suprimidas e convertidas em terras agrícolas, seja por proprietários ou arrendatários, parceiros e ocupantes.

Por sua vez, os estabelecimentos com predominância da pecuária seguem pouco propensos a desenvolver atividades de lavoura temporária por conta própria e tendem a ceder terras em arrendamento, em um processo que se reflete na área média utilizada pelas unidades produtivas de pecuaristas, que alcança apenas a metade do tamanho médio dos estabelecimentos dos lavoureiros. Além de lavoureiros e pecuaristas/estancieiros surgem outros agentes no mercado de terras rurais, destacando-se na década de 2000 um conjunto de empresas e fundos de investimentos atrelados ao movimento de busca por terras para silvicultura, e, em menor escala, de vitivinicultura. Durante os anos de 2010 até o presente observa-se uma reorientação dos investimentos em patrimônio e em especulação por parte de pessoas físicas capitalizadas e tradicionalmente investidoras em imóveis urbanos, além da busca por terras para arrendamento realizada a partir de capitais do setor de energias renováveis.

Esse conjunto de transformações observadas no sudoeste rio-grandense dialoga com os resultados mais gerais que a teoria sobre as mudanças agrárias tem encontrado acerca dos efeitos da elevação dos preços de commodities agrícolas alimentares em relação ao mercado de terras brasileiro:

“Uma das hipóteses centrais é de que a elevação dos preços dos alimentos acarreta um aumento da demanda por terra nos países exportadores desses bens, como o Brasil, e, portanto, uma elevação dos preços dos ativos fundiários (no curto prazo) nesses países. Além disso, como sustenta a teoria do comércio internacional, um aumento dos preços relativos tem efeitos alocativos e distributivos significativos (FEENSTRA, 2015): mais recursos serão destinados à produção dos alimentos exportados e os proprietários desses recursos se beneficiarão do aumento das exportações. (...) Outra importante hipótese é de que, além de “enviesar” o desenvolvimento econômico, tal prática incentiva

novas formas de apropriação das rendas que esses recursos proporcionam e altera significativamente a lógica produtiva e patrimonial que lastreia a atividade.” (FLEXOR; LEITE, 2017, p. 20).

Na conjuntura que estamos analisando fazem-se presentes os três fenômenos indicados pelos autores: elevação de preços dos ativos fundiários, priorização no desenvolvimento das cadeias produtivas voltadas à exportação e alteração da lógica produtiva e patrimonial da atividade agropecuária. Note-se que a transição entre a década de 1990 e 2000 foi um período chave de ajuste no arranjo econômico de atividades e agentes produtivos na agropecuária, em um momento onde aconteciam debates críticos sobre o futuro da região sul do RS. Um conjunto de propostas estava em jogo, tais como a diversificação da produção primária, o incremento da atividade industrial e a democratização fundiária. Contudo, o desenvolvimento econômico nesse período transitório foi abruptamente direcionado pela demanda no mercado exportador de soja em grão e, de forma secundária, papel/celulose e a carne bovina, na medida em que havia disponibilidade de agentes produtivos que já plantavam a oleaginosa e de terras não cultivadas que tinham aptidão agrícola para o grão, em uma região que se encontrava próxima de facilidades logísticas para o escoamento (porto de Rio Grande). O próprio Estado brasileiro reforça essa dinâmica ao direcionar recursos via políticas setoriais e ao promover ajustes macroeconômicos desfavoráveis à competitividade da indústria doméstica, em uma tendência que ficou conhecida como especialização regressiva.

Nesse contexto, observamos efeitos sobre a “lógica produtiva e patrimonial” dos setores que se apropriam das terras enquanto recursos altamente valorizados no período. É notório que a economia estancieira beneficiou-se de rendimentos sobre o controle da estrutura fundiária monopólica ao longo de praticamente todo o século XX, sobretudo em momentos de maior direcionamento de recursos para a política agrícola, os quais promoviam o crescimento extensivo das lavouras e consequentemente dos arrendamentos. A extração desses rendimentos inicialmente teve mais a ver com o fator de localização de terras baixas e mais propícias para o cultivo de arroz irrigado. No período mais recente de forte expansão do cultivo de soja as possibilidades de obter rendimentos com arrendamento de terras generalizam-se para o conjunto das terras baixas e de coxilha, de modo que acionaram um gatilho rentista entre os estancieiros que mantinham suas áreas ocupadas exclusivamente com rebanhos extensivos de pecuária de corte em ciclo completo e com baixos níveis de investimento. É nesse sentido que vai bater à porta da economia estancieira com maior contundência o rompimento da histórica conciliação entre a condição de proprietários de terras e patrões rurais pecuaristas. A enorme apreciação das terras e da remuneração na forma de arrendamento tornam cada vez mais atrativo encerrar as atividades pecuárias do estabelecimento e arrendar o conjunto dos imóveis em “ano fechado”, isto é, sem envolvimento direto do proprietário nas decisões e nos riscos do negócio.

É por conta desse cenário expansivo da renda capitalizada da terra, baseado na demanda internacional de *commodities* agroalimentares em mercados globais liberalizados, que visualizamos a economia estancieira em seu reposicionamento contemporâneo mais prioritariamente enquanto proprietários de terras cuja exposição às oscilações da economia exportadora acontece indiretamente pela via do arrendamento de terras. Trata-se de um cenário global que envia o desenvolvimento econômico regional e as dinâmicas produtivas e patrimoniais dos patrões e proprietários da atividade agropecuária. A hipótese do “enviesamento” também é válida para a fração da economia estancieira que se mantém ativa enquanto patrões rurais pecuaristas, especialmente quando procedem com rearranjos na combinação da criação de animais com o arrendamento de terras, tendo como horizonte tecnológico ideal a chamada integração lavoura-pecuária (ILP). Nos próximos capítulos avançaremos no sentido de observar com maior atenção as mudanças que atingem

especificamente a bovinocultura de corte e seus diferentes produtores em meio às fortes reconfigurações produtivas e patrimoniais em curso na região.

### **CAPÍTULO III – UM BREVE APANHADO HISTÓRICO DA BOVINOCULTURA DE CORTE BRASILEIRA E SUL-RIO-GRANDENSE: DA CRISE DA DÍVIDA EXTERNA À ESPECIALIZAÇÃO REGRESSIVA NA ECONOMIA NACIONAL (1978-2022)**

A presença da pecuária de corte em bases extensivas na ocupação do território brasileiro em termos de acumulação primitiva de capital e expansão patrimonial de elites agrárias é uma dinâmica recorrente no período imperial e republicano do país, onde a acumulação de capital em direção às novas fronteiras agropecuárias acontece em detrimento dos recursos naturais e dos direitos sociais, desdobrando-se em sistemas de produção com relevante deficit em relação ao potencial de produtividade dos recursos apropriados privadamente (MICHELINI, 2016; GONÇALVES, 2012). Devido ao caráter especulativo e voltado à valorização patrimonial das terras e do gado que predominou na expansão da atividade, havia sérias dúvidas até meados da década de 1990 de que o país poderia assumir a importância que veio a ter no comércio mundial de carne bovina nos anos 2000.

Essa escalada na produção e no comércio ocorreu por um somatório de fatores, envolvendo: a) a existência de áreas devolutas e improdutivas sob regulação frouxa que permitiram a contínua expansão da fronteira pecuária mesmo que sob baixa produtividade (DIAS-FILHO, 2010), b) uma política sanitária nacional de erradicação da febre aftosa que viabilizou a chancela sanitária dos importadores de carne (ALMEIDA; MICHELS, 2012), c) a contenção do processo inflacionário na economia doméstica que favorecia a retenção meramente especulativa dos rebanhos (MIELITZ NETTO, 1994), d) o incremento na concorrência provocado por múltiplos fatores como a oferta de países vizinhos no contexto do Mercosul, e) a especialização de pecuaristas com sistemas de confinamento e semi-confinamento, f) assim como a queda dos preços reais pagos ao produtor entre 1989 e 2006 que induziu uma parcela dos pecuaristas a introduzir melhorias tecnológicas visando ganhos de produtividade (POLAQUINI; SOUZA; GEBARA, 2006).

Todos esses fatores foram potencializados com a desoneração tributária do ICMS para exportações de bens primários e semi-elaborados, por meio da Lei Kandir em 1996, assim como pela reorientação da política cambial em 1999, cuja desvalorização monetária potencializou as exportações diante de um mercado doméstico deprimido, aproveitando-se do contexto de valorização internacional de commodities nos anos 2000 ligado às altas taxas de crescimento da economia chinesa (DELGADO, 2012). Adicionalmente, o reconhecimento internacional do caráter de produção a pasto na maior parte do rebanho bovino brasileiro foi uma vantagem para ocupar o espaço em aberto no comércio mundial de carne vermelha no início dos anos 2000 em relação aos países que apresentavam recorrentes crises sanitárias (doença da vaca louca e febre aftosa) ou que tinham dificuldades para aumentar sua oferta (DIAS-FILHO, 2010), de modo que, desde 1999 até o presente, a ascensão das exportações brasileiras ocupa frequentemente o posto de maior fornecedor do produto nas trocas internacionais.

A expansão do rebanho e da produtividade na pecuária de corte se dá em um contexto macroeconômico de manutenção da inserção dependente e subdesenvolvida do país no contexto do comércio mundial. As vantagens das exportações brasileiras se explicam parcialmente pelo ganho de produtividade alcançado com avanços tecnológicos, mas devem-se também à exploração do patrimônio ambiental no alastramento da fronteira pecuária sobre

a região amazônica e o cerrado, de modo que estão, assim, pautadas no que a literatura classifica como especialização regressiva da economia nacional (DELGADO, 2012).

Ainda que a expansão da indústria frigorífica nacional, nos anos 2000, contribua para evitar a desnacionalização de ativos estratégicos, acaba reproduzindo um padrão tecnológico de adaptação<sup>39</sup> em um setor intensivo em capital (SANTOS, 2015). A priorização das exportações de produtos primários e semi-elaborados em detrimento da manufatura é apontada como uma estratégia que depende mais da exploração da produtividade dos recursos naturais, em detrimento dos ganhos em inovações tecnológicas, intensificação das trocas interindustriais e incremento da massa salarial, como observa Delgado (2012).

As crescentes importações chinesas, a partir de 2008, foram um fator de contínuo estímulo para o incremento de produção e destinação de carnes brasileiras ao exterior, o que provocou uma elevação de preços reais pagos ao produtor em linha com a desvalorização do real em relação ao dólar, após 2014. Porém, nos últimos anos, diferentes nações e corporações transnacionais têm avançado substantivamente no desenvolvimento de formas alternativas para a produção e abastecimento de proteína alimentar (WILKINSON, 2022b). Nesse sentido, surgem dúvidas sobre a possibilidade de manter a taxa de crescimento observada nas exportações brasileiras de carnes das duas últimas décadas.

No que se refere à economia estancieira no Rio Grande do Sul, o início da década de 1990 foi um momento onde convergiram crises para a pecuária de corte no sudoeste do RS, seja em nível internacional, relacionada à decadência no mercado de lã, ou em recorte nacional, com a desvalorização das carnes bovinas (VIANA, 2012; PICCIN, 2012). O país experimentava um momento de auge da crise inflacionária vivenciada desde a década de 1980, o que provocava oscilações na oferta e na demanda de carnes em todo o país, considerando que o mercado interno absorvia mais de 90% da produção nacional de carne vermelha no período (MIELITZ NETTO, 1994). Adicionalmente, observava-se estagnação nos mercados agrícolas e de terras, desmonte de instituições e políticas promotoras da demanda efetiva agrícola, além de desafios para a competitividade da produção sul-riograndense no contexto de formação do Mercosul (BENETTI, 1997). Ou seja, foi um cenário onde os mercados pecuários, as intervenções públicas e o rentismo fundiário, que beneficiaram a economia estancieira entre as décadas de 1940-1980, passavam por crises, desmonte e estagnação, respectivamente.

Como vimos anteriormente, foi nesse momento que os setores dominantes nos mercados agropecuários da parte sul do estado assumiram uma caracterização de “região pobre” que, em sua concepção, merecia tratamento especial do poder público no sentido de investimentos e subsídios para uma reestruturação econômica. No capítulo anterior analisamos como as articulações da Farsul em torno de fóruns e comissões especiais foram direcionadas no sentido de cooptar propostas concorrentes sobre o desenvolvimento e a diversificação da economia regional. Esse foi um fator local que contribuiu para que os recursos estatais direcionados para a agropecuária da região sul do RS fossem investidos nas cadeias produtivas de grãos e de carnes previamente estabelecidas (ALBUQUERQUE; AUED, 2008; CARGNIN, 2014), assim como na expansão do setor de silvicultura que favorecia a procura de terras e potencializava a valorização patrimonial aos proprietários de imóveis rurais (BARCELOS, 2012).

---

<sup>39</sup> Santos (2015) qualifica o “padrão tecnológico de adaptação” em comparação à inovação tecnológica, na dualidade adaptação/inovação. Ou seja, no contexto das políticas de apoio à internacionalização de empresas brasileiras, os investimentos do BNDES na formação de empresas “campeãs nacionais” priorizaram setores cujos padrões tecnológicos dependiam mais da disponibilidade de recursos naturais e do volume de capitais aplicados do que nos seus diferenciais competitivos baseados em inovação tecnológica e capacitação de recursos humanos.

Em suma, a literatura apresentada indica que as articulações do setor patronal rural combinaram-se com as políticas macroeconômicas no denominado pacto do agronegócio. Desse modo, a expansão dos mercados agropecuários de grãos, silvicultura e carnes, no Sudoeste rio-grandense, reflete as tendências do movimento global de valorização de terras e de commodities, lado a lado com as estratégias locais envolvendo capitais agrários, financeiros e industriais em prol da reestruturação das atividades econômicas (KENNE, 2022).

No presente capítulo analisamos como a bovinocultura de corte e os pecuaristas patronais da Campanha gaúcha passaram por mudanças nas formas de acumulação econômica nesse contexto que se inicia nos anos 2000. Consideramos que, entre meados das décadas de 1980 e 1990, os estancieiros experimentam um período transitório em relação ao regime de acumulação baseado em mercados nacionais de carne e arroz: a) desmonte de instituições da política agrícola, com redução da oferta de crédito subsidiado, b) negociações para abertura de mercados comuns e a remoção de barreiras tarifárias no Mercosul, c) falências dos frigoríficos ociosos controlados por cooperativas de estancieiros. A nova conjuntura modificou as bases do padrão de acumulação estruturado nas décadas de 1930-50, fortemente alçado no controle da oferta de terras e na baixa concorrência no mercado de carnes. No entanto, a partir de 1996, novos subsídios e rodadas de investimento subsidiado aliviam parcialmente o cenário, a exemplo dos investimentos do BNDES via Programa de Fomento à Reconversão Produtiva da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul (Reconversul) (CARGNIN, 2014) e do programa estadual de desconto no ICMS tributado sobre frigoríficos (TELLECHEA, 2001).

Mas, é a partir do contexto favorável às exportações e ao consumo doméstico de carne bovina, nos anos 2000, com a crescente disputa por terras entre pecuária e agricultura, que a economia estancieira é efetivamente reposicionada em nova situação estável de acumulação. Por um lado, notamos alguns aspectos que se repetem em relação ao padrão anterior, especificamente no que se refere à política agrícola e à orientação macroeconômica enquanto regulamentações que subsidiam a acumulação de recursos econômicos em prol da economia estancieira via arrendamentos de terras, valorização patrimonial fundiária e venda de gado. Embora a crise da década de 1990 tenha impactado determinados padrões da pecuária que recorreram à liquidação parcial ou total de rebanhos e terras, há uma continuidade em termos de concentração fundiária e de perpetuação de patrimônios, tal como observamos no capítulo anterior.

Por outro lado, o papel dos estancieiros na cadeia produtiva de carnes bovinas mudou significativamente, especialmente na perda de controle sobre plantas frigoríficas e na redução de sua competitividade nos mercados local e nacional de carnes. Desde a segunda metade da década de 1980 esses proprietários de terras e de gados encontram-se diante da necessidade de intensificar a produção pecuária para lidar com preços historicamente baixos no mercado nacional de carnes, onde existem produtores do Sudeste, Centro-Oeste e Norte que possuem maior escala e/ou são mais eficientes e/ou melhor posicionados frente ao mercado consumidor das maiores capitais do país.

Partindo desse preâmbulo, o presente capítulo faz um esforço de síntese sobre os processos que influenciaram a bovinocultura de corte no Sudoeste rio-grandense em escala mesorregional, estadual, nacional e internacional no que se refere ao estoque pecuário e à formação de preços do quilograma de boi gordo. A análise considerou os seguintes processos: a) estabilização econômica nacional e diversificação dos perfis de pecuaristas e de investimentos em bovinocultura de corte; b) contínua expansão da fronteira agropecuária em direção ao Centro-Oeste e Norte do país; c) reposicionamento externo da pecuária de corte brasileira e reconfiguração da indústria frigorífica nacional; d) críticas quanto à violação de direitos sociais e do patrimônio ambiental na expansão da agropecuária sobre biomas

brasileiros; e) tendência à especialização nas exportações para o mercado asiático, sobretudo chinês.

Quatro seções foram divididas de acordo com os seguintes recortes temporais e temáticos:

i) 1978-1996, crise da dívida externa e instabilidades políticas: uma rápida menção ao período de máximas históricas de preços reais pagos ao produtor no final da década de 1970, seguindo com as instabilidades políticas, medidas anti-inflacionárias e mudanças nos mercados registradas nas décadas de 1980 e 1990, as quais se refletiram na gradual queda dos preços até 1996;

ii) 1997-2013, reposicionamento brasileiro enquanto exportador de carne vermelha: um cenário internacional favorável às exportações da bovinocultura brasileira, após 1997, lado a lado com o crescimento do rebanho e do consumo doméstico de carne bovina nos anos 2000. Nesse ínterim, expandiam-se as lavouras temporárias, a pecuária extensiva e o desmatamento da floresta amazônica e do cerrado, enquanto os preços pagos ao produtor seguiam em patamares historicamente baixos até 2013;

iii) 2014-2022, crescimento das exportações ao mercado chinês: contexto de avanço das exportações brasileiras de carne bovina ao mercado asiático após 2008, sobretudo para China e Hong Kong, e de gradual elevação de preços reais pagos ao produtor.

iv) por fim, para concluir o capítulo, consta uma seção que equaciona a bovinocultura de corte gaúcha na conjuntura brasileira de austeridade e especialização regressiva. O período posterior a 2010 significou o auge na expansão da lavoura de soja no Sudoeste rio-grandense, lado a lado com a redução do estoque bovino, da produção de carne e da cobertura de pastagens.

A análise utilizou fontes estatísticas oficiais (IBGE, Comex Stat, Emater-RS, Observatório Gaúcho da Carne), do setor privado (IEG/FNP, Abiec, Scot Consultoria), acadêmicas (Nespro/Ufrgs) e de organismos internacionais (FAO); artigos e notícias disponíveis online (revista Agroanalysis, jornal Zero Hora, jornal Correio do Povo, etc.), em anuários (Anualpec/FNP) e em portais institucionais (Embrapa, Nespro/Ufrgs, Farsul); assim como a literatura acadêmica obtida em consultas não sistemáticas a repositórios (portal Capes, google acadêmico, Scielo) e aos anais das Jornadas do Nespro/Ufrgs.

As subseqüentes seções não buscam uma análise exaustiva das variáveis político-econômicas e zootécnicas que influenciaram a pecuária brasileira e sul-rio-grandense no período, mas, em diálogo com a literatura e com a perspectiva teórica desta pesquisa de tese, procuram destacar os principais fatores que interferiram nas mudanças ocorridas na bovinocultura de corte enquanto atividade praticada na economia estancieira.

### **3.1 Crise da dívida externa e instabilidades na bovinocultura de corte brasileira (1978-1993)**

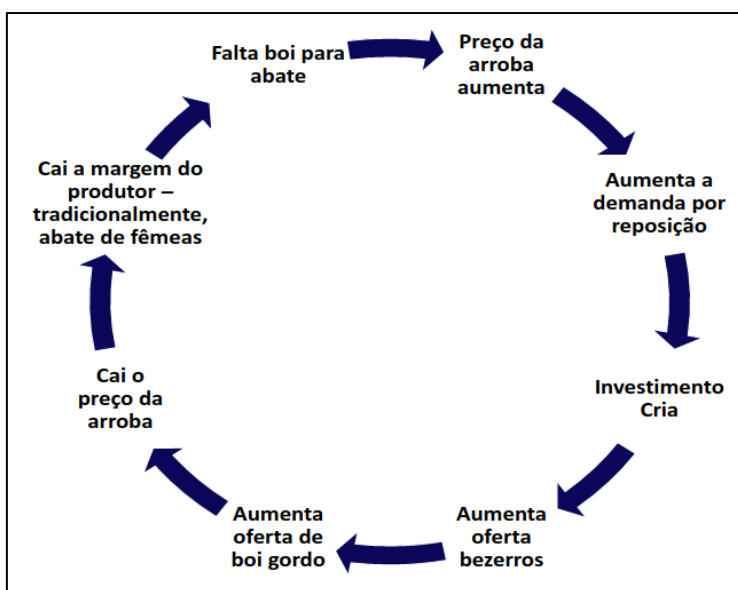
A pecuária de corte no Brasil é historicamente uma ferramenta do empreendimento extensivo de acumulação primitiva de capital mediante controle territorial que avançou no sentido do litoral para o continente, seja em caso de expropriação dos territórios até então ocupados por povos dos campos, cerrados e florestas e/ou para controle de fronteiras em disputas geopolíticas como no caso do extremo sul do país. Mais recentemente, no contexto da modernização conservadora da agricultura brasileira (1965-1985), a criação de gado também foi usada como ferramenta para reivindicar a propriedade sobre as terras que foram submetidas ao desmatamento promovido via projetos de desenvolvimento dos governos empresariais-militares, por meio dos quais a bovinocultura de corte extensiva apresentou



ritmo contínuo de crescimento em termos nacionais, com particular importância nas regiões Centro-Oeste e Norte (GONÇALVES, 2012).

O contexto que se passa na crise da dívida externa e em seus efeitos inflacionários entre as décadas de 1980 e 1990 é considerado determinante sobre o modo como o gado bovino passou a ser produzido e consumido no país nas décadas seguintes. O período marca importantes transições: a) o ciclo pecuário deixa de seguir um ritmo relativamente constante de altas e de baixas nos preços em períodos de 7 a 8 anos, observado entre as décadas de 1950 e 1970, onde a formação de preços passa a demonstrar uma complexidade que ultrapassa os limites estritos dos ciclos de oferta e procura de bovinos; b) diversificam-se os perfis de pecuaristas e de investimentos em bovinocultura de corte, especialmente na região Sudeste, numa gradual disseminação do princípio de investimento capitalista empresarial que compara lucratividades relativas entre atividades produtivas e aplicações financeiras; c) reduz-se continuamente o poder aquisitivo da população, o que limita o potencial de crescimento no consumo de carne bovina e abre janelas de oportunidade para cadeias produtivas alternativas de proteína animal, sobretudo aves e em menor proporção os suínos.

As análises sobre o estoque pecuário e a formação de preços do quilograma de boi gordo são frequentemente conduzidas desde o princípio do ciclo de mercado pecuário envolvendo a retenção e oferta de animais para abate, que reflete-se nos preços das diferentes categorias de bovinos. Sendo assim, quando há redução na oferta de bois para abate tende a ocorrer um aumento no preço pago ao produtor, o que induz os criadores de animais a reterem e/ou investirem em vacas para geração de novos bezerros. Entre a prenhez de uma vaca/novilha e o desmame de um bezerro pode-se levar em média de 2 a 4 anos. Com o tempo, esse aumento na oferta de animais acaba por rebaixar o preço pago pelo boi gordo, de modo que a queda nos preços tradicionalmente induz ao abate de fêmeas para compensar a perda de margem de lucro dos produtores. Essa fase pode levar de 2 a 3 anos quando se atinge um limiar no abate de fêmeas reprodutoras, onde a nova situação de escassez produz preços crescentes e reconstitui o ciclo. Sendo assim, até a década de 1970 os movimentos cíclicos costumavam se estender em prazos regulares de 7 a 8 anos. Note-se que essa análise considera uma situação de equilíbrio entre oferta e demanda de animais, podendo ser observada na representação esquemática da Figura 10 elaborada por Buainain e Santos (2016).



**Figura 10** – Representação esquemática do ciclo pecuário.

Fonte: Elaborado por Buainain e Santos (2016) com base em dados do Cepea e Imea.

O ciclo pecuário é, portanto, o resultado do descompasso temporal entre expectativas de longo prazo e ações de curto prazo conduzidas por pecuaristas de corte, isto é, “uma interação entre a longa defasagem entre as decisões e a obtenção do resultado, associada à projeção de expectativas sobre o desempenho dos preços da carne” (MIELITZ NETTO, 1994, p. 129). Desse modo, a dimensão cíclica das expectativas na formação do preço em bovinocultura de corte tem a ver com a capacidade de os pecuaristas reduzirem o descompasso entre o estímulo de preço e a quantidade ofertada, de modo que a generalização de produções mais intensivas e tecnicamente avançadas pode implicar em maior controle relativo sobre a velocidade de resposta ao momento do ciclo, reduzindo suas flutuações (MIELITZ NETTO, 1994).

Na análise sobre a economia estancieira no sudoeste rio-grandense observou-se que o comportamento cíclico de abate de fêmeas reprodutoras em meados da década de 1990 (BENETTI, 1997) e meados dos anos de 2000 (PICCIN, 2012) representou momentos de forte liquidação do rebanho de cria, indicando que os pecuaristas da região conduziram no período uma resposta defasada e sensível ao comportamento de preços. Ambas as análises associam a venda de matrizes do rebanho com uma forma de descapitalização na medida em que as reprodutoras são necessárias como meios de produção para a manutenção do estoque bovino. Além disso, a resposta acentuada ao momento cíclico corresponde aos preços historicamente baixos, ao reduzido avanço em índices zootécnicos e à lógica patrimonial que impõe-se sobre a atividade produtiva, de modo que o abate de fêmeas reprodutoras também coincide com a desativação total ou parcial da atividade pecuarista dos estabelecimentos rurais que são arrendados – ou eventualmente vendidos – tendo em vista a procura por maiores rendimentos com baixo risco e pouco envolvimento direto com a atividade produtiva.

Embora o ciclo pecuário mantenha certo poder explicativo sobre oscilações de preços e de abates das categorias do rebanho, a pesquisa de Mielitz Netto (1994) evidenciou outros fatores nacionais e internacionais que incrementam em complexidade a formação dos preços verificados entre a década de 1980 e meados dos anos de 1990. Ao invés do comportamento previsível verificado até os anos de 1970, observaram-se oscilações de alta e de baixa não correspondentes a ciclos durante a crise da dívida externa e das medidas para conter a inflação elevada. Esse padrão de preços é ilustrado no Gráfico 11 onde os valores foram deflacionados pelo IGP-DI entre 1954 e 2021, na qual se observa ciclos longos entre 1954 e 1983, sucedidos por variações repentinas e de curta duração que interrompem o início de um ciclo de alta entre 1984 e 1989, seguidas de queda praticamente contínua até 1996.

**Gráfico 11** – Evolução do preço da arroba de boi gordo de 1954 a 2021\* (R\$ por arroba, deflacionados pelo IGP-DI).



\* Média até outubro de 2021.

**Fonte:** Elaborado por Equipe de Redação - Agroanalysis (2021) com base em IEA/SAA.

Considerando que o modelo do ciclo pecuário mostrou-se insuficiente para analisar a formação de preços em uma economia que se tornava mais complexa e inter-relacionada, Mielitz Netto (1994) sugere equacionar também o mercado interno e externo, os fatores políticos e econômico-financeiros, além das mudanças técnicas na produção. A seguir apresentamos de forma condensada os fatores influentes sobre os preços que foram analisados por Mielitz Netto (1994) a partir de matérias e notícias da imprensa no período 1978-1992. Essa digressão temporal é necessária para referenciar relevantes pontos de virada na pecuária bovina brasileira que se fazem sentir nos momentos posteriores.

O Brasil apresentava crescimento do rebanho e do consumo de carnes nos anos de 1970 associados com as políticas de expansão agropecuária em direção aos cerrados e amazônia, assim como no crescimento da massa salarial vivendo nas grandes cidades. Ao final da década havia uma convergência em termos internacionais nos ciclos pecuários de grandes países produtores como Estados Unidos, Austrália, Brasil e Argentina, a qual apontava para a elevação de preços em resposta à redução da oferta. Entre 1978-9 esse cenário levantava preocupações sobre o abastecimento no mercado interno brasileiro, de modo que a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) foi acionada para compor estoques reguladores. A queda no poder aquisitivo da população acabou contornando a situação, visto que motivou a redução nos preços e facilitou a atuação governamental na formação de estoques. Mas, ao mesmo tempo, o poder público incentivava o desenvolvimento das cadeias produtivas de aves e suínos cuja produção intensiva em período mais curto potencializava esses produtos como substitutos e freios a eventuais elevações repentinas de preços da carne bovina.

Em 1982 a crise cambial brasileira suscitou preocupações que nos anos seguintes refletiram-se em uma série de reações conjunturais para contornar os problemas na balança de pagamentos. O ciclo do boi gordo encontrava-se em um momento de inflexão no sentido de elevação dos preços na medida em que o financiamento para retenção de matrizes iniciado em 1979 promovia redução gradual na oferta de vacas reprodutoras para abate. A pressão do Conselho Nacional da Pecuária – entidade de classe formada em 1981 por meio de ações conjuntas de produtores, frigoríficos e comerciantes a fim de estimular o consumo e a

qualidade da carne – foi um dos fatores pelo qual os estoques reguladores da Cobal foram substituídos pelo crédito aos frigoríficos mediante política de EGF, isto é, na estocagem privada de carne como garantia dos repasses financeiros.

Contudo, a partir de 1983, o forte processo de desvalorização do cruzeiro como medida para incentivar as exportações e gerar divisas para evitar nova crise cambial foi um fator que reduziu o poder de consumo da demanda interna, além de provocar novas vendas de fêmeas bovinas reprodutoras cuja redução geraria problemas de abastecimento a partir de 1985. Já em 1984 a escassez de oferta se agrava e provoca a importação de carne europeia subsidiada como medida para conter a inflação. Note-se que, embora o poder aquisitivo médio da população fosse afetado pelas crises inflacionárias, o consumo médio anual estimado de carne bovina per capita no Brasil se elevava continuamente, passando de 19,92kg na década de 1970 para 24,06kg nos anos de 1980 e 32,28kg na década seguinte (FAO, 2023). Desse modo, crescia o risco de desabastecimento e elevação dos preços, o que servia de justificativa para a atenção direcionada pelo poder público ao longo da década no sentido de evitar que a carne fosse um dos elementos a contribuir para a elevação de índices inflacionários.

O lançamento do Plano Cruzado em 1986 com fins de estabilização econômica inicia um novo cenário macroeconômico para os investimentos no mercado de bovinos de corte. O efeito positivo imediato das medidas levou à aceleração na demanda por carnes e na tentativa do governo em congelar seus preços. A extinção temporária da correção monetária nas aplicações financeiras gerou como resposta dos aplicadores uma busca mais consistente por ativos reais ou lastreados em atividades produtivas, como ações, terras e gado. Adicionalmente, o Plano Nacional de Reforma Agrária provocava uma procura por animais para criação e engorda a fim de gerar um adensamento e/ou utilização de áreas improdutivas. Todos esses fatores dificultavam a política de congelamento de preços, pois fortaleciam as expectativas de alta nos preços pagos ao produtor e a retenção de animais prontos para abate. Diante disso, o contexto representou dificuldades, falências e fechamento temporário em uma série de frigoríficos, abatedouros e açougues. Nesse contexto, o Brasil ocupou momentaneamente a posição de maior importador mundial de carnes em 1986.

O ano de 1986 inaugura uma série de intervenções governamentais oscilantes para lidar com a inflação no período, que se caracterizam como uma sucessão de reações conjunturais por meio de planos macroeconômicos (Plano Cruzado em 1986, Plano Bresser em 1987, Plano Verão em 1989, Plano Collor em 1990 e Plano Collor II em 1991) e políticas setoriais (congelamento de preços ao consumidor, incentivo às importações de bois vivos e carnes, contingências às exportações e episódicas alienações involuntárias de animais junto aos produtores). Parte dos produtores patronais organizados em entidades como o Sindicato Nacional dos Pecuaristas de Gado de Corte, criado em 1985, propunham medidas consideradas mais apaziguadoras em torno do descongelamento dos preços de carnes nobres a fim de incrementar as margens de lucro. Outros grupos enfrentavam mais abertamente o governo e o movimento pela reforma agrária, notavelmente a União Democrática Ruralista (UDR), que indicava explicitamente possuir bois prontos para abate que não seriam entregues enquanto as novas políticas não fossem descontinuadas.

O contexto também foi favorável para aumentar as inter-relações entre os mercados financeiro e de bovinos de corte. As pressões pelo descongelamento de preços de carnes nobres no varejo tendiam a beneficiar investimentos em gado confinado. Esses produtores eram empresários e grupos econômicos de áreas diversas como engenharia, finanças, comércio e etc. que não possuíam tradição na bovinocultura de corte, cujos investimentos estratégicos aproveitavam-se da localização próxima de grandes centros urbanos do Sudeste e de plantas agroindustriais que forneciam subprodutos usados para a engorda concentrada em pequenas áreas. Obtinham uma terminação de bois mais jovens para abate e com isso

encontravam premiações de até 10% nos preços pagos por frigoríficos na medida em que essas carnes mais macias atendiam aos mercados de alta renda e exportações. Além disso, o regime de confinamento lhes permitia programar-se para ofertar o gado aproveitando-se dos preços diferenciados da entressafra. Estima-se que o rebanho em confinamento alcançou a marca de 200 mil cabeças em 1987 e seguiu crescente nos anos seguintes.

No âmbito das inter-relações de capitais na pecuária e no mercado financeiro cabe ainda destacar um gradual distanciamento pragmático dos proprietários/patrões na perspectiva de encarar o negócio pecuário, onde parte deles passou a observar vantagens relativas em vender seu gado em prol dos rendimentos de aplicações em títulos públicos. Em 1982 foi a primeira vez que as representações classistas dos criadores extensivos passaram a considerar publicamente em veículos de imprensa o cálculo de comparação da lucratividade entre atividades produtivas e aplicações financeiras. Mas a prática só ganhou maior vulto após 1987 com a gradual redução nos preços pagos ao produtor até 1996, que passou pelo prolongamento da crise inflacionária e da queda no poder aquisitivo da população trabalhadora, assim como em eventuais retomadas na indexação dos juros da dívida do crédito rural e no congelamento dos preços da carne no varejo. Note-se que, embora a liquidação de fêmeas reprodutoras no período de baixa do ciclo pecuário represente uma modalidade recorrente de migração de capital fixo que se dá em direção aos bens de consumo dos patrões, ela difere da mobilidade do capital investido em gado rumo a investimentos financeiros de acordo com expectativas de rentabilidade relativas, pois esta denota comportamento econômico substancialmente distinto.

Portanto, cresceram no período as inter-relações da pecuária de corte com outros setores de investimento capitalista no sentido de maior presença de critérios empresariais nas decisões sobre os negócios, no interesse mais recorrente de aplicadores do mercado financeiro em ativos reais como o gado bovino e no crescimento do confinamento de animais de engorda para aproveitamento das remunerações diferenciadas na entressafra mesmo diante de uma queda tendencial nos preços anuais. Essa mudança de comportamento indica que um crescente somatório de agentes passa a considerar que “o boi magro é agora uma forma de aplicação, concorrendo com títulos, ações, ouro, terras, moeda estrangeira, etc.” (MIELITZ NETTO, 1994, p. 162).

Essas possibilidades devem-se à tripla característica que o gado bovino possui em comparação com outros setores da agropecuária tal como a agricultura. Mielitz Netto (1994) observa que em especial o boi para engorda, mas em certa medida todas as outras categorias intermediárias de rebanho (vacas reprodutoras, novilhas e bezerros), podem servir tanto como bens de capital fixo, no sentido do investimento produtivo em pecuária, quanto como bens de consumo no mercado de carnes, e ainda como ativos reais com liquidez que podem entrar no cálculo empresarial de investidores em busca de maximizar a rentabilidade de capitais externos à pecuária. A bovinocultura de corte possui reconhecida liquidez durante o ciclo de produção, podendo dispor animais para venda em fases intermediárias de crescimento. Desse modo, as discontinuidades do processo de trabalho (DELGADO, 2012) ao longo do ciclo biológico de crescimento dos animais podem ser parcialmente contornadas. Isso é especialmente observado no caso dos confinadores que priorizam a aquisição de animais somente para a fase final de engorda na medida em que esta pode ser melhor controlada em termos de conversão do alimento em carne durante períodos determinados de trabalho.

Essa característica difere parcialmente da iliquidez dos capitais aplicados durante um período de produção agrícola. Este é conhecido pela aplicação de capitais em processos de produção cujos ritmos de crescimento biológico da sementeira à colheita em época apropriada provocam discontinuidades no processo de trabalho e menor velocidade na rotação de capitais. A necessidade de aguardar todo o período de crescimento das plantas até a venda de

sua produção provoca maior imobilização de recursos (especialmente máquinas agrícolas) em comparação com a liquidez encontrada nas fases intermediárias do crescimento de animais na bovinocultura, tendo em vista que os bovinos não são presos à terra e podem ser comercializados a qualquer momento. Portanto, o capital fixo na pecuária se diferencia por seu caráter de liquidez ao compor-se de “estoques de mercadorias semielaboradas de uso intermediário” (DELGADO, 2012, p. 23).

O período em questão marca uma importante transição onde frações dos pecuaristas vão gradualmente internalizando o princípio empresarial de comparação da lucratividade entre atividades. Mas, isso não quer dizer que tenham se esgotado outros comportamentos recorrentes entre os produtores extensivos, tais como a expectativa de valorização patrimonial das terras e a pressão constante por margens vultosas de ganhos de capital na venda de animais, isto é, um comportamento mais especulativo no mercado do boi e das terras. Essa perspectiva de condução da atividade vai gradualmente combinar-se ou ser substituída por uma racionalidade baseada no cálculo de giro de capital, o qual busca intensificar a criação e encurtar os ciclos produtivos a fim de obter retornos mais otimizados e constantes (MIELITZ NETTO, 1994).

Na época em questão, a desorganização entre os elos da cadeia produtiva de carne bovina pode ser atribuída às medidas governamentais que se mostraram insuficientes para superar a crise inflacionária, mas também aos interesses conflitantes entre os agentes econômicos privados. O comportamento recorrente das entidades de classe dos pecuaristas ao longo dos planos de estabilização econômica que sucessivamente se frustravam ia no sentido de enfrentar os congelamentos de preços com a retenção de animais para abate até que não fosse mais possível sustentar tais políticas. Os confinadores dedicados à engorda aproveitavam-se de bonificações por qualidade e preços de entressafra, com maior facilidade para mudar de tecnologia e de opção de aplicação do capital em comparação aos produtores de cria que concentram gado com menor liquidez. Ao mesmo tempo, os frigoríficos encontravam-se em dificuldades associadas com a retenção especulativa da oferta pelos produtores, a ociosidade nas plantas industriais e as oscilações no consumo de carne bovina, além da concorrência com outras fontes de proteína animal e da alta incidência de abates não fiscalizados ou clandestinos<sup>40</sup>. No âmbito do varejo notou-se uma tendência de oligopolização na medida em que milhares de açougues fechavam as portas. A concentração do setor varejista aumentou seu poder de barganha em relação aos frigoríficos e aos estabelecimentos agropecuários (MIELITZ NETTO, 1994).

A crise no setor de frigoríficos tem algumas particularidades no caso da economia estancieira no Sudoeste rio-grandense. Ao contrário do observado em outras partes do país onde os frigoríficos eram predominantemente controlados por grupos privados, no RS uma parcela importante das indústrias de processamento de carnes bovinas eram administradas por um sistema de cooperativas controlado pelos grandes proprietários sob apoio do Instituto de Carnes a nível estadual (PICCIN, 2012). Nessas cooperativas foi observada historicamente uma ociosidade das plantas industriais, chegando a um patamar de ocupação de apenas 30% de sua capacidade de abates na segunda metade da década de 1980. Essa característica não reflete apenas um efeito conjuntural da retenção bovina nas propriedades frente às políticas de estabilização do período, mas uma poderosa ferramenta institucional na defesa dos preços de venda das carnes: “sua existência justifica-se como forma de impedir que a renda do

---

40 A Scot Consultoria, empresa especializada em agropecuária, estimava que em 1997 os abates sem fiscalização representavam aproximadamente 49% do total, baseando-se nos dados oficiais de abates do IBGE descontados da produção nacional de couros informada pelo Centro das Indústrias de Curtume do Brasil (CICB) (TORRES JR.; ROSA; TONINI, 2005).

pecuarista seja transferida para o setor industrial por força de uma eventual oligopolização desse mercado.” (BENETTI, 1994, p. 128).

Em um cenário macroeconômico de desvalorização do real em relação ao dólar na década de 1980, Piccin (2012) observou que as receitas, os custos e a baixa taxa de ocupação dessas plantas frigoríficas eram viabilizadas por meio de uma combinação entre lucros extraordinários com vendas no exterior (contratos com países do Oriente Médio, Europa, Hong Kong, Egito e outros), demanda institucional garantida (contratos com Exército, Marinha, Aeronáutica e outras compras governamentais) e outras operações no mercado interno (boutiques, serviço de bordo da Varig, redes de hotéis, entre outros). O controle estancieiro das terras e de todo o processo de criação de bovinos em ciclo completo (cria, cria e engorda) somava-se à sua capacidade industrial de regulação dos preços através de uma oferta relativamente rígida no mercado interno, o que permitia que a exploração bovina extensiva permanecesse rentável sem que os sistemas produtivos fossem intensificados a fim de aumentar a oferta de animais ou de produção equivalente em carne (BENETTI, 1994; PICCIN, 2012).

Porém, no contexto da crise inflacionária e do tabelamento de preços, os estancieiros recrudesceram a estratégia de retenção de bovinos a fim de pressionar os governantes a abrir mão das intervenções nos mercados pecuários. Para honrar com os contratos na oferta de carnes as cooperativas controladas pelos próprios estancieiros precisaram driblar essas restrições na oferta de animais e pagar um valor aos produtores acima das tabelas oficiais, de modo que suas margens de lucro decaíam. Para que os frigoríficos continuassem viáveis era necessário que a queda na rentabilidade associada com a inflação e o tabelamento de preços fosse compensada com o aumento nas escalas de abate, o que estava impedido pela oferta restrita dos estancieiros, indispostos politicamente e muitas vezes incapazes tecnicamente para incrementar a produção de animais em seu sistema criatório (PICCIN, 2012).

O cálculo econômico patrimonial e as instituições políticas de controle de preços que constituíram a verticalização do controle estancieiro sobre a produção e a industrialização no mercado de carnes apresentaram crescente inviabilidade e induziram a falência das suas cooperativas em uma fase aguda de mudança no mercado nacional de carnes. Inicialmente, os estancieiros fortaleceram-se com o apoio estatal nas décadas de 1930-1950, o que favoreceu a sua desvinculação do mercado de carne salgada, o qual era até então determinante para a formação dos custos de reprodução da força de trabalho na economia interna (PICCIN, 2012). A expansão do processo de industrialização e de crescimento das grandes cidades ao longo das décadas seguintes representou ciclos de preços ascendentes para o boi gordo, encontrando seu auge entre as décadas de 1960 e 1980 (conforme Gráfico 11). No entanto, um novo cenário apresentou-se em meados da década de 1980 com a desaceleração da atividade econômica no país, o crescimento da bovinocultura de corte em regiões concorrentes e a especialização de novos pecuaristas voltados à engorda de animais em mercados de qualidade diferenciada. Ao mesmo tempo, os estancieiros permaneciam com as estratégias de rigidez na oferta que impediam o alcance de novos mercados para manter as margens de rentabilidade. Ou seja, as falências das cooperativas de estancieiros ocorreram mediante a incapacidade de adaptar-se ao novo contexto nacional crescentemente competitivo e na inviabilidade em sustentar as ferramentas institucionais historicamente utilizadas no controle de preços em favor da acumulação baseada nos patrimônios extensivos.

### **3.2 Estabilização econômica doméstica, reconfigurações nacionais na bovinocultura de corte e reposicionamento externo da carne vermelha brasileira (1994-2007)**

O processo de estabilização econômica e controle inflacionário atingido no contexto do Plano Real em 1994, somado à aproximação econômica entre os países do Cone Sul que colocam em prática um mercado comum em 1995, assim como o gradual ajustamento do Brasil aos parâmetros sanitários no comércio mundial de carnes constituídos durante a década de 1990, compõem uma nova fase que é recorrentemente apontada como responsável por provocar ajustes profundos nas perspectivas dos capitais agropecuários brasileiros em torno da bovinocultura de corte (TORRES JR.; ROSA; TONINI, 2005; POLAQUINI; SOUZA; GEBARA, 2006; ALMEIDA; MICHELS, 2012).

O Plano Real provocou efeitos iniciais sobre o PIB, que apresentou taxas crescentes nos dois primeiros anos de sua vigência, na medida em que se estabilizavam as expectativas inflacionárias. Nos anos seguintes o ajuste estrutural contido no Plano induziu uma desaceleração econômica devido às altas taxas de juros e ao câmbio sobrevalorizado, como observa Melo (1999). Diferentemente dos planos anteriores, não houve congelamento de preços ou novos surtos inflacionários, de modo que a retenção de rebanhos pelos criadores deixou de ser uma ferramenta de pressão eficiente sobre os preços do boi gordo, e a utilização do gado como ativo real não foi mais um mecanismo de proteção contra a desvalorização da moeda. Dentre as medidas do Plano também havia a redução das tarifas de importação de produtos agropecuários, as quais refletiram-se em aumento da oferta de carne uruguaia e argentina em 1995 e 1996 no contexto combinado de mercado comum entre países vizinhos e de baixa no ciclo pecuário nacional que tendia ao abate de matrizes e à queda nos preços. Todos esses fatores refletiram-se em desafios para que a criação extensiva com baixos índices zootécnicos apresentasse competitividade em um contexto de estabilização econômica e abertura comercial.

É nesse cenário que a economia estancieira se defrontou com crescentes limitações de rentabilidade e de legitimidade no que se refere à bovinocultura de corte e à renda da terra. Foi um momento no qual o discurso desenvolvimentista acionado enquanto fração das elites regionais periféricas colhia políticas de subsídio e de crédito para manter as taxas de lucro no setor, mas, ao mesmo tempo, procurava contornar as reivindicações quanto à política fundiária conduzidas por movimentos populares que se direcionavam para a metade sul do estado.

Na medida em que não evoluiu para estratégias mais intensivas e/ou competitivas, o sistema criatório estancieiro acabou por conduzir à falência suas plantas de abate e processamento bovino, tendo em vista que a ociosidade desses frigoríficos servia de ferramenta institucional na defesa dos preços de venda das carnes. Após 1995, duas importantes medidas com fundos públicos em nível estadual e federal subsidiaram o novo cenário no qual os estancieiros estavam efetivamente expostos aos preços de mercado sem ferramentas próprias de intervenção: a) em nível estadual, a Lei nº 10.533 de 03 de agosto de 1995 se direcionava à recuperação de frigoríficos mediante descontos no ICMS que incide sobre carnes de animais abatidos para o consumo interno, com estímulo para abate de bovinos jovens mediante taxas mais atrativas (TELLECHEA, 2001); b) em nível federal, o programa Reconversul teve sua primeira fase entre 1996 e 1998 com R\$ 250 milhões<sup>41</sup> ofertados em linhas de crédito do BNDES, cujas taxas eram consideradas extremamente atrativas, onde 18% do total contratado voltou-se ao setor primário (sendo 40% desta fração para criação de bovinos e 11,9% para produção mista lavoura/pecuária), 47% para o secundário (sendo 6,1%

---

41 Equivalente a R\$ 2.1 bilhões, com atualização monetária pelo IGP/DI (de 12/1996 para 01/2023), para efeitos de comparabilidade minimamente razoável das informações.



do montante total para curtimento e preparações de couros, 9% para o setor alimentício incluindo frigoríficos e 31,8% para beneficiamento e fabricação de produtos de arroz) e 35% para o terciário (sendo 16,1% do total para o comércio atacadista de carnes e produtos de carnes) (CARGNIN, 2014).

Essas medidas atenuavam efeitos do ajustamento estrutural da economia brasileira às normativas liberais internacionais, o qual repercutia na redução do ritmo de expansão capitalista da agricultura no país com reflexos na queda de preços agrícolas e desvalorização conjuntural do preço da terra. Por outro lado, o rebaixamento nos preços fundiários facilitava a atuação do Incra na aquisição negociada de imóveis rurais junto aos proprietários, o que se refletia na elevação dos projetos de assentamento rural constituídos a partir de 1995, momento no qual o Sudoeste rio-grandense passa a figurar de maneira relevante em termos estaduais do quantitativo de aquisições de terras pela política fundiária (conforme Gráfico 07, capítulo II). Ao mesmo tempo, na conjuntura nacional, uma série de acontecimentos produziu um reposicionamento da reforma agrária no centro dos debates políticos do país<sup>42</sup>, o que se refletia no gradual incremento das ocupações de terras no RS, as quais passaram a priorizar a região metropolitana e a metade sul do estado. Diante disso, a partir de março de 1998 a atuação sindical do patronato rural via Farsul passou a adotar um novo repertório de ação coletiva que ficou conhecido como movimento “vistoria zero”, no qual os ruralistas eram convocados a bloquear fisicamente a atuação dos funcionários do Incra que conduziam recadastramentos e vistorias periódicas de imóveis rurais. O saldo dessas mobilizações foi a inovação em termos das táticas de atuação em defesa da propriedade fundiária, o que contribuiu para um redirecionamento na atuação da gestão FHC no governo federal com a redução das aquisições de terras, a não atualização das estratégias de mensuração de produtividade dos imóveis rurais, o impedimento da desapropriação de áreas ocupadas pelos sem terra e a priorização de outros mecanismos de política fundiária mais individualizados tal como o Banco da Terra (DA ROS, 2006; 2009).

Dentro desse contexto de estagnação nos mercados agropecuários, a ampliação da concorrência na abertura comercial com os países vizinhos do Cone Sul é considerada um fator que desencadeou mudanças na bovinocultura de corte brasileira. O processo iniciou-se como uma intenção de aproximação econômica acordada em 1985, entre Brasil e Argentina, cujas negociações evoluíram em julho de 1990 no sentido de firmar-se uma data a fim de iniciar o mercado comum entre os países, definida para janeiro de 1995. A parceria foi estendida em março de 1991 por meio do Tratado de Assunção, constituindo o Mercado Comum do Sul (Mercosul) entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Os princípios de livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, além da eliminação de restrições incidentes sobre comércio recíproco, colocaram os pecuaristas brasileiros em concorrência com parceiros comerciais mais eficientes no mercado de exportações. Esse foi o caso do acesso à Cota Hilton<sup>43</sup> de carnes com qualidade elevada, cuja participação argentina era absolutamente maior em 2002 com o credenciamento para exportar 28 mil ton. à comunidade europeia, enquanto o Brasil tinha uma fatia de apenas 5 mil ton. (POLAQUINI; SOUZA; GEBARA, 2006).

---

42 Dos quais Da Ros (2009, p. 244-5) cita: “a) a repercussão nacional e internacional dos dois massacres de trabalhadores sem-terra nos municípios de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, e Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996; b) o aumento das ocupações de terras organizadas pelo MST e por diversos sindicatos e federações ligados à Contag; c) o aumento dos conflitos fundiários na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo; d) a realização, pelo MST, da “Marcha Nacional por Emprego e Justiça”, em 1997; e) a realização de protestos contra o governo brasileiro no exterior por entidades de apoio ao MST (CARVALHO FILHO, 2001; MEDEIROS, 2002; PEREIRA, 2004).”.

43 Tarifa de importação inferior que serve como prêmio da UE para exportadores credenciados a fornecer cortes de alta qualidade do quarto traseiro de novilhos precoces, cujo preço é mais elevado.

Adicionalmente, a década de 1990 representou o agravamento das preocupações internacionais sobre segurança alimentar associadas com os riscos sanitários envolvidos na pecuária intensiva, sobretudo nos países europeus e da América do Norte. Entre 1992 e 1993 aconteceu no Reino Unido o primeiro grande surto da encefalopatia espongiforme bovina (EEB), conhecida como “mal da vaca louca”, cujos riscos de contaminação aos bovinos e humanos levou à decisão por sacrificar mais de 4 milhões de animais no país. Em 1998 foram identificados focos de febre aftosa na Bélgica, em situação que repetiu-se em 2001 no Reino Unido. Em 2003 foi a vez da gripe aviária, que alastrou-se nos Estados Unidos e no norte europeu. Por sua vez, o Brasil promovia desde 1992 uma adequação sanitária mais condizente com as novas exigências internacionais em um mercado concentrado em grandes redes varejistas das economias capitalistas avançadas, cujas trocas são amparadas por organismos multilaterais como o Escritório Internacional de Epizootias (ALMEIDA; MICHELS, 2012).

Desses problemas sanitários destaca-se para o caso brasileiro o controle da febre aftosa, um vírus historicamente incidente nos rebanhos em território nacional e registrado desde o final do século XIX. Em 1992 o MAPA e as secretarias estaduais orientaram-se para a erradicação ao invés de controle do vírus, definindo cinco regiões relativamente homogêneas em termos da circulação de animais e dos tipos de produção, chamadas “circuitos pecuários”, que receberam medidas sanitárias específicas e a utilização de vacinas com maior poder imunogênico (oleosas). O Sul do país foi considerado a região com maiores desafios para a efetividade do programa de erradicação da febre aftosa na medida em que coexistem sob elevada densidade populacional rebanhos distintos que podem contrair o vírus (bovinos, suínos e ovinos). Em 1998 os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram os primeiros do país a alcançar o reconhecimento da OIE enquanto zona livre da febre aftosa com vacinação, embora esse atestado tenha sido suspenso entre 2000 e 2001 em função da incidência de alguns casos da doença (LYRA; SILVA, 2004).

A estabilização econômica esteve associada não exclusivamente com o Plano Real, mas atrelada a uma série de fatores conjunturais e de longo prazo que se refletiram em estímulos para investimentos em tecnologia e incremento de produtividade na agropecuária brasileira durante o final da década de 1990, segundo Melo (1999): a) os preços internacionais de produtos agrícolas, em ascensão após 1994, beneficiaram as cadeias produtivas de soja, café, cacau, açúcar, algodão e carnes; b) a redução de tarifas de importação e de preços reais de insumos (fertilizantes, defensivos e medicamentos) e de máquinas agrícolas importadas em um cenário de moeda nacional (R\$) sobrevalorizada; c) a disponibilidade de inovações tecnológicas produzidas pelos setores público e privado de pesquisa; d) os instrumentos de política agrícola como a Lei Kandir de 1996 que isentou de ICMS as exportações agrícolas, os novos instrumentos de securitização da comercialização (Prêmio de Escoamento da Produção, Contratos de Opções – PEP; e Cédula do Produtor Rural – CPR), o RECOOP (Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária) e o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Esse arranjo acabou servindo de antessala para a inserção do agronegócio no modelo econômico de ajustamento externo baseado em exportações primárias, derivado do contexto de crise cambial em 1999. Diante do impasse gerado pelo esvaziamento de reservas líquidas internacionais, o governo FHC retoma a estratégia de geração de saldos de comércio exterior por meio da produção primária, especialmente da agricultura, tendo em vista que o setor costuma importar menos do que exporta em comparação com a indústria, melhorando o coeficiente comercial a curto prazo. Lado a lado com a conjuntura internacional de aceleração na demanda por commodities, a política doméstica promoveu medidas favoráveis aos capitais agroindustriais e financeiros do agronegócio: a) investimentos em infraestrutura territorial/corredores comerciais; b) pesquisa agropecuária em sintonia com empresas

multinacionais; c) regulação frouxa do mercado de terras (devolutas e improdutivas); d) mudança de política cambial; e) retomada do crédito rural nos planos de safra (DELGADO, 2012).

É nesse cenário que ganha maior adesão uma série de inovações tecnológicas para a bovinocultura de corte que já estavam disponíveis desde a década de 1970, porém ainda encontravam-se insuficientemente difundidas na década de 1980, como é o caso da correção da acidez dos solos com calcário e da utilização de pastagens cultivadas. Nesse sentido, Polaquini, Souza e Gebara (2006) consideram que a expansão dos rebanhos em confinamento e semiconfinamento, assim como a elevação dos abates na entressafra, seriam fatores que indicam transformações técnico-produtivas e comerciais entre as décadas de 1990 e 2000, onde observou-se maior competitividade da bovinocultura de corte tendo em vista o “desenvolvimento de novas tecnologias por centros de pesquisas, o processo de profissionalização do mercado (desde os fornecedores de insumos até o varejo) e a segmentação da produção (alianças comerciais) e do consumo” (Ibid., p. 324).

No entanto, quando se trata do setor bovinocultura de corte brasileiro ou sul-riograndense é praticamente unanimidade entre os analistas a necessidade de considerar a ampla heterogeneidade entre os pecuaristas nas combinações possíveis de fases do processo de criação, acesso a mercados e adoção de inovações tecnológicas, cuja disparidade no desempenho técnico e econômico está associada com índices médios de produtividade abaixo do potencial existente (MIELITZ NETTO, 1994; MIGUEL et al., 2007; VARELLA; CARDOSO, 2014; BARCELLOS et al., 2015; BUAINAIN; SANTOS, 2016). Ou seja, nas diferentes mesorregiões brasileiras onde predomina a pecuária, existem e coexistem disparidades técnicas relevantes entre os produtores, o que não é diferente para o caso do sudoeste do RS. No Quadro 03 pode-se observar a evolução de índices zootécnicos médios estimados entre 1994 e 2004 para o Brasil, assim como a média e as oscilações acima e abaixo para o Rio Grande do Sul no ano de 2003/2004.

**Quadro 03** - Índices zootécnicos médios da bovinocultura de corte brasileira e sul-riograndense (1994/2004).

Índices	Brasil		Rio Grande do Sul		
	1994	2004	2003/4 média	2003/4 dp +	2003/4 dp -
Natalidade (%)	50	60	57,1	75	39,2
Mortalidade até a desmama (%)	10	8	3,75	8,5	0
Idade da primeira cria (anos)	5	4	3,1	4,83*	1,75*
Abates (anos)	5	3,5	-	-	-
Lotação (UA/ha)	0,5	0,7	0,99	1,38	0,6
Desfrute (%)	16,5	21	20,9	29,1*	6,2*

‘dp +’= desvio padrão acima; ‘dp -’= desvio padrão abaixo; ‘-’= informação não consultada.

\* valores máximos e mínimos em média para pecuaristas de cria/recria.

**Fonte:** estimativas de Scot Consultoria, citadas por Torres Jr., Rosa e Tonini (2005), e dados do Diagnóstico de sistemas de produção de bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul, elaborados por Sebrae, Senar e Farsul (2005) e organizados pelo autor.

Em termos nacionais observa-se que todos os índices apresentaram mudanças no sentido de melhora no desempenho da bovinocultura de corte, em especial a taxa de desfrute que aumentou em 27% no período, ou seja, um aumento de 16,5% para 21% na proporção anualmente abatida do rebanho em relação ao seu total. Considere-se ainda que o rebanho passou de 158 milhões de cabeças em 1994 para 192 milhões em 2004 (um aumento de cerca de 2,2% ao ano), sendo que os animais em confinamento e semiconfinamento alcançaram 1,85 e 3,22 milhões de cabeças, respectivamente. Com o crescimento no desfrute e no rebanho, a produção de carne aumentou em 40% no período, cerca de 4% ao ano (TORRES JR.; ROSA; TONINI, 2005).

Os dados do Rio Grande do Sul referem-se apenas ao ano de 2004, demonstrando estar em linha com as médias nacionais no que se refere à taxa de desfrute e à natalidade<sup>44</sup>. Os dados médios de mortalidade até a desmama e a idade da primeira cria indicam maior eficiência no RS, embora ainda estejam distantes de uma situação potencial considerada adequada. Além disso, a lotação de unidade animal por hectare é mais alta, embora essa medida não indique necessariamente uma lotação adequada em relação ao manejo e à quantidade e qualidade do alimento disponível (SEBRAE; SENAR; FARSUL, 2005).

Quando se observa a disparidade de acordo com o desvio padrão e/ou médias máximas/mínimas nos dados do RS pode-se notar a heterogeneidade existente entre padrões de desempenho em um mesmo estado, algo que também pode ser observável dentro de microrregiões e municípios. Embora os dados estaduais referentes ao rebanho de cria/recria em 2004 apresentem melhor resultado em relação aos nacionais, isso não impede que coexistam estabelecimentos totalmente distintos em relação à idade da fêmea reprodutora em sua primeira cria, variando entre os 21 meses (1,75 anos) – mais próximos da fronteira tecnológica – e os 58 meses (4,83 anos) – desempenho semelhante ao verificado em termos nacionais ainda em 1994.

Embora tenham sido observadas condições historicamente mais restritivas para a bovinocultura de corte entre 1989 e 1996 no que se refere ao contexto inflacionário, à oferta de crédito subsidiado, aos preços reais pagos ao produtor e à crise internacional no mercado de lã – que atingiu os pecuaristas possuidores de bovinos junto a ovinos no Rio Grande do Sul –, isso não significou um desaparecimento dos setores da economia estancieira especializados na produção extensiva com baixo desempenho tecnológico. Os estudos de Miguel et al. (2007), Massuqueti e Ribas (2008), Andreatta (2009) e Aguinaga (2009), partindo da mesma base de dados mencionada (SEBRAE; SENAR; FARSUL, 2005), sugerem a existência de estabelecimentos patronais com pecuária extensiva que combinam às criações bovinas outras fontes de renda não-agrícola e de arrendamento, o que lhes permitiu obter rendimentos suficientes para manter-se na atividade mesmo diante das restrições já destacados. Aguinaga (2009) observou que entre os dois perfis de pecuaristas entrevistados na região da Campanha onde a bovinocultura de corte é a atividade principal, a superfície média de área possuída era de 850 e 1.536 ha, mas, respectivamente, cerca de 60% e 87% de sua renda total era proveniente de outras fontes não oriundas da atividade agropecuária, o que inclui arrendamentos, salários, aposentadorias e outros rendimentos.

Consideramos que esse conjunto de informações converge com nossas análises acerca do padrão de acumulação historicamente constituído na economia estancieira, baseado na concentrada estrutura de propriedade e posse da terra em um contexto de desenvolvimento desigual do capitalismo em uma economia dependente no contexto mundial. As limitantes à

---

44 Esses dados foram obtidos de uma amostra não aleatória de 540 pecuaristas e pecuaristas-lavoureiros em 117 municípios do estado, baseada no método de Análise-Diagnóstico de Sistemas de Produção, a qual incluiu desde pequenos estabelecimentos de pecuaristas familiares proprietários de 17 ha a menos de 300 ha até estâncias com mais de 4.000 ha (SEBRAE; SENAR; FARSUL, 2005; ANDREATTA, 2009).

acumulação observadas durante a década de 1990 referem-se às mudanças no padrão de competitividade nacional em bovinocultura de corte, ao choque no mercado mundial de ovinocultura de lã, na reconfiguração e concentração da propriedade da indústria nacional de frigoríficos e na estagnação conjuntural da demanda por terras para arrendamento. Essas mudanças provocaram temporariamente uma redução da rentabilidade obtida com a pecuária e com os imóveis rurais. No entanto, as continuidades em termos de concentração da propriedade da terra e da rigidez frente às políticas de reforma agrária garantiram que a economia estancieira se beneficiasse de um novo ciclo de apropriação de recursos, a partir dos anos 2000, conforme os ajustes na política macroeconômica, os estímulos setoriais para a agropecuária e a expansão nos mercados de commodities e da renda da terra a eles associada.

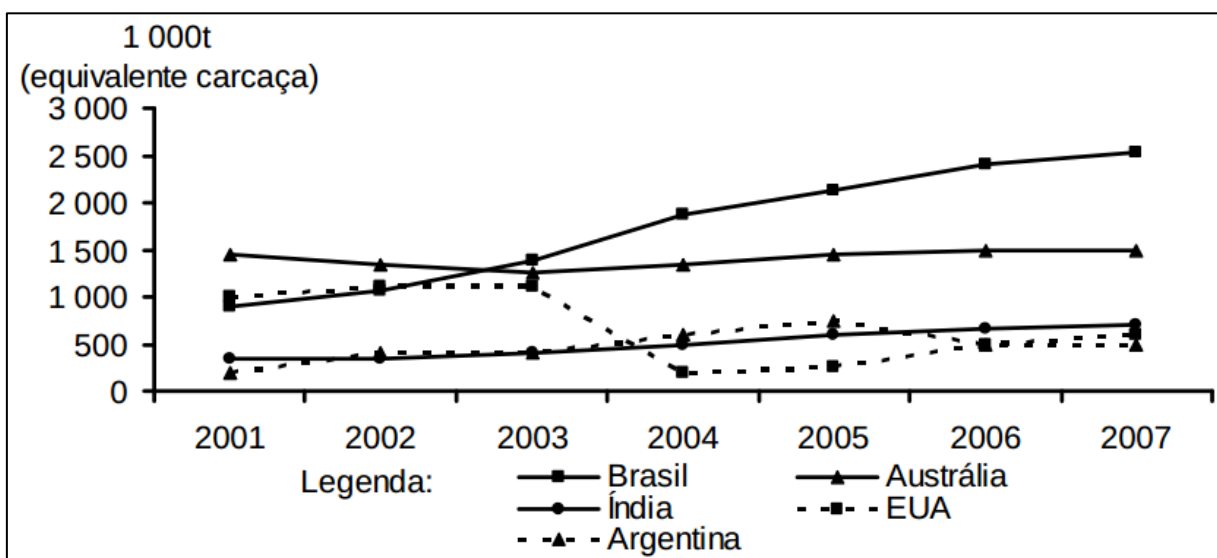
Enquanto ocorriam relevantes ajustes na base técnica da bovinocultura de corte e na política macroeconômica do país – com prioridade para exportações de produtos primários e sem promover redistribuição significativa da estrutura fundiária –, uma conjunção de fatores domésticos e internacionais favoreceu o crescimento da produção e o reposicionamento no mercado externo da pecuária bovina de corte brasileira: a) países concorrentes enfrentavam problemas sanitários e limites para a expansão da produção; b) aumentava o poder aquisitivo das classes trabalhadoras, crescia o consumo doméstico de carne bovina e caía a taxa de desemprego; c) avançavam o desmatamento e a fronteira pecuária em direção às áreas de cerrados e floresta amazônica lado a lado com o incremento na demanda por terras agrícolas em zonas ocupadas há mais tempo no Sul, Sudeste e Centro-Oeste; d) acelerava-se a concentração e centralização de capital no setor de processamento de carnes, com o surgimento de uma nova geração de empresas nacionais que conquistam espaço mundial. A seguir comentaremos cada um desses aspectos.

As exportações brasileiras de produtos primários conquistaram um significativo terreno em termos mundiais a partir de 1999, sobretudo após isenções tributárias e mudanças no regime cambial que culminaram no relançamento do agronegócio como gerador de divisas em moeda estrangeira. A demanda total no comércio mundial de carne bovina (in natura, industrializada, miúdos, tripas e salgados) avançou de 5,8 para 6,3 milhões de toneladas entre 2001 e 2004, um avanço de 8,6%. Adicionalmente, a oferta dos Estados Unidos no exterior caiu em 1 milhão de toneladas no período, devido aos problemas com EEB em seu rebanho. Sendo assim, em um espaço relativamente curto, apresentava-se uma fatia adicional de 25% do comércio mundial, a qual foi em boa medida incluída no rol de exportações brasileiras (conforme Gráfico 12, a seguir) na medida em que relevantes fornecedores desse mercado encontravam-se em dificuldades para manter ou expandir sua produção. A Austrália ocupava em 2000 a posição de maior exportadora, porém enfrentava limites para expandir as áreas com pecuária ou aumentar a produção sem implicar em maiores custos que lhe reduziriam a competitividade. O Uruguai se encontrava em situação semelhante de escassez territorial. Já a produção europeia, do Reino Unido e da América do Norte continuava atravessando os problemas sanitários que pioraram durante a década de 1990. No caso argentino observava-se a recorrência dos surtos de febre aftosa até 2002, assim como uma menor propensão para expansão da fronteira pecuária devido às instabilidades econômicas quando comparada sua situação com a brasileira<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> As informações deste parágrafo estão embasadas em dados de diferentes volumes da publicação Anuário da Pecuária Brasileira (Anualpec), em especial nas análises de conjuntura contidas nos artigos de Nehmi Filho (2001; 2005).

**Gráfico 12** – Países que exportaram os maiores volumes de carne bovina no comércio internacional (2001-2007).



**Fonte:** Almeida e Michels (2012), com base em Abiec (2009).

Esse contexto de rápido incremento na fatia disponível no comércio mundial de carne vermelha não implicou em uma explosão de preços na primeira metade da década de 2000. Isso se deve ao cenário propício para que as exportações brasileiras e dos demais países do Cone Sul atendessem à crescente demanda mundial por carne bovina. O Brasil passou de 37 para 47 milhões de cabeças abatidas por ano entre 2002 e 2004, enquanto a Argentina aumentou os abates anuais de 11 para 14 milhões. O ciclo pecuário nesses países encontrava-se em momento propício para o abate de matrizes. No caso brasileiro apresentou-se um longo período de retenção das fêmeas reprodutoras, desde 1997 até aproximadamente 2003, sucedendo uma redução nessa categoria de rebanho em 1995 e 1996. A retenção prolongada para além dos habituais 3 a 4 anos foi estimulada pela demanda para criação nas regiões Centro-Oeste e Norte que expandiam seu rebanho, seguida pelas expectativas de acréscimo nos preços com as exportações (NEHMI FILHO, 2005a).

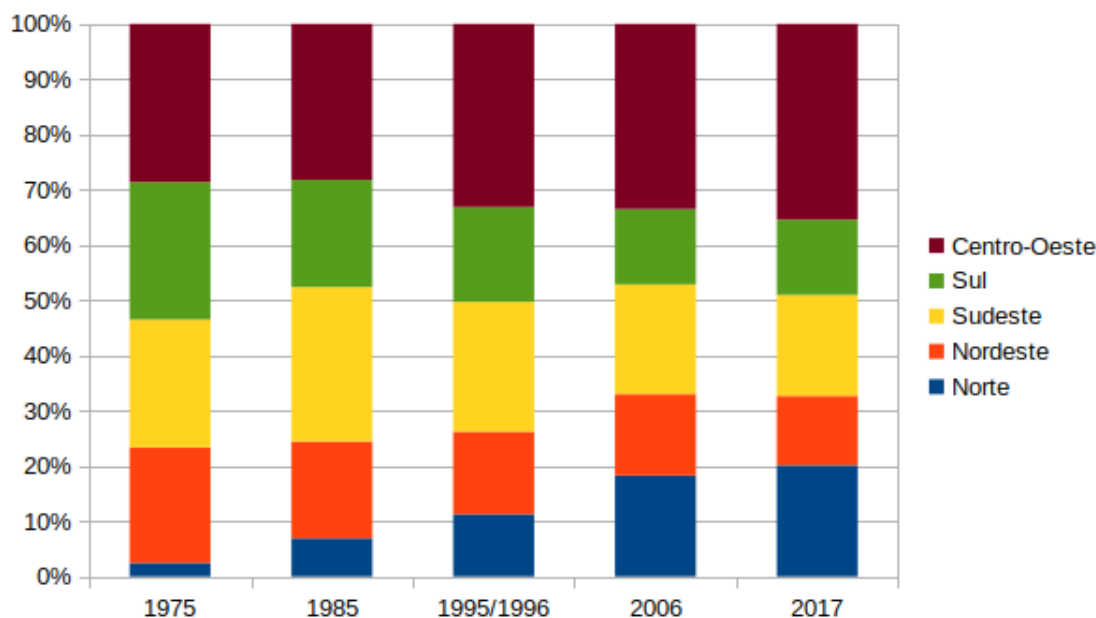
Ao analisar os dados de evolução do rebanho bovino brasileiro desde a década de 1970 por meio dos censos agropecuários (Tabela 10 e Gráfico 13) podemos observar que as regiões Sul, Sudeste e Nordeste apresentam um estoque bovino estável desde 1985, ao mesmo tempo em que as regiões Centro-Oeste e Norte passam a controlar estoques absolutos e relativos cada vez maiores. A expansão do rebanho na região Norte foi a mais intensa, multiplicando-se em 16,3 vezes entre 1975 e 2017, com um rebanho que era de 2.129.609 de cabeças e representava 2,1% do estoque nacional e que passou a 34.764.279 unidades, numa proporção de 20,1% do rebanho nacional. Cerca de 68,9% desse crescimento aconteceu em um período de 21 anos, entre 1985 e 2006. Já para o caso do Centro-Oeste observa-se que 71,5% do crescimento do rebanho aconteceu entre 1975 e 1995/1996 (IBGE, 1979; 1991; 1998; 2009; 2019).

**Tabela 10** – Efetivo bovino brasileiro conforme grandes regiões (1975-2017).

Região	1975	1985	1995/1996	2006	2017
Norte	2.129.609	8.858.609	17.276.621	31.336.290	34.764.279
Nordeste	18.041.417	22.391.193	22.841.728	25.326.270	21.684.276
Sudeste	20.022.834	35.741.878	35.953.897	34.059.932	31.540.382
Sul	21.516.021	24.825.784	26.219.533	23.364.051	23.580.353
Centro-Oeste	24.750.040	36.115.293	50.766.496	57.526.794	61.149.874
Brasil	101.673.753	128.041.757	153.058.275	171.613.337	172.719.164

Fonte: Censos Agropecuários de 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017.

**Gráfico 13** – Proporção do efetivo bovino brasileiro conforme grandes regiões (1975-2017).



Fonte: Censos Agropecuários de 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017.

A data de referência em 30 de setembro para o efetivo bovino registrado no Censo Agropecuário de 2017 foi alterada em relação aos censos anteriores que consideravam o dia 31 de dezembro, o que pode implicar em diferentes contextos sazonais do rebanho conforme as regiões brasileiras, de acordo com Brisola e Monteiro (2020). Os autores ainda observam que há variações nos levantamentos sobre o rebanho brasileiro, com fontes indicando distintos valores para o ano de 2017, tal como o IEG/FNP (2019) que estima um rebanho de 193.395.861 cabeças em 31 de dezembro, além da Abiec (2021) com 188,15 milhões de cabeças, enquanto a PPM do IBGE o calcula em 215.003.578<sup>46</sup> entre os meses de setembro e outubro; ambos apontando valores acima dos 172.719.164 registrados pelo Censo 2017.

46 O efetivo bovino da PPM tem sido questionado por técnicos especializados em pecuária como sendo aparentemente inviável diante do comportamento de mercado, segundo Abiec (2021), o que endossa metodologias como a proposta pela Athenagro Consultoria: “Rebanho base censo para o ano de 2017, variando em cabeças por município a partir da Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE) e, ainda, considerando 50% do total abatido no mercado fiscalizado (sistemas federal, estadual e municipal), obtido pela Pesquisa Pecuária Trimestral, também do IBGE.”.

Consideramos, também, que para análises mais detalhadas deve-se considerar mudanças históricas em relação ao padrão sazonal de abate, tal como a ocorrida no caso do Sudoeste do Rio Grande do Sul, onde o período de safra do boi referia-se aos meses de março a maio até a década de 2000, transferindo-se para setembro a novembro nos últimos dez anos. De todo modo, para fins aproximativos, consideramos que a série temporal dos censos dá conta de expressar nos últimos 45 anos o sentido da concentração de mais de 50% do rebanho bovino brasileiro nas regiões Centro-Oeste e Norte.

Além do referido avanço em termos de rebanho, os censos agropecuários registram também o crescimento dos estabelecimentos agropecuários em termos de área na região Norte do país, partindo de 23.182.145 ha em 1970 para 65.213.349 em 2017, o maior acréscimo relativo (281,3%) e absoluto (42.031.204 ha) entre as regiões brasileiras no período. Se considerarmos a escala dos estabelecimentos com pecuária a partir de dados ajustados para 2021 por Abiec (2022) com base no censo de 2017, percebemos que estados como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul concentravam respectivamente 44% e 42% dos rebanhos em propriedades com mais de 2.500 ha, enquanto no RS encontra-se 10% das cabeças nesse tipo de estabelecimento. O mesmo é válido para a concentração acima de 1.000 ha, onde MT e MS acumulam 60 e 68% dos rebanhos, seguidos de Pará com 41%, Goiás+DF com 36% e em seguida o Rio Grande do Sul com 27%. Tendo em vista que em sistemas extensivos com baixo desempenho zootécnico a rentabilidade está fortemente associada com o tamanho da exploração (FERRAZ, 2014), observamos que a concentração de área nos estabelecimentos acima de 1.000 ha em estados com grandes rebanhos no Centro-Oeste e Norte do país representa por si só uma vantagem competitiva – desconsiderando, ainda, o quesito da base técnica da produção.

Analisando as categorias de utilização das terras com matas, lavouras e pastagens nos censos agropecuários (IBGE, 1979; 1991; 1998; 2009; 2019), notamos que a superfície de todas as categorias expandiu-se, com destaque para as ‘pastagens plantadas’ com 4.282,9%, tornando-se em 2017 a principal categoria de utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários da região Norte do país. Ao mesmo tempo em que as ‘pastagens plantadas’ avançam no Norte, observa-se entre 1995 e 2017 nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul a redução e/ou estabilidade nas áreas de pastagens naturais e cultivadas lado a lado com o aumento das ‘lavouras temporárias’ – o que está relacionado com a busca de terras mais baratas no Norte para a pecuária extensiva, além de ganhos patrimoniais com imóveis rurais e madeira (DIAS-FILHO, 2010).

Os dados produzidos a partir de imagens de satélite pelo MapBiomas (2022a), referentes ao bioma Amazônia em território brasileiro, dão conta de que 86% das áreas convertidas para pastagem até 2021 (43,2 milhões de hectares) eram ocupadas com vegetação nativa em 1985. Atualmente, cerca de 78,7% do seu território é coberto com florestas, enquanto as áreas desmatadas e utilizadas com agropecuária envolvem 14,8% (62,2 milhões de hectares). As áreas com pastagens ocupavam aproximadamente 20 milhões de hectares em 1985 e chegam a 50 milhões em 2005, com crescimento mais moderado desde então, representando atualmente cerca de 80% das áreas desmatadas. Já as áreas de agricultura cresceram principalmente após 2000, passando de 1 para 7 milhões de hectares em 2021. As maiores proporções de área amazônica convertida encontram-se nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Maranhão. Já em relação à conversão de áreas naturais nos cerrados observa-se um processo mais avançado no acumulado até 2021, onde 45,4% do total do bioma é ocupado com agropecuária – contra 14,8% na área amazônica. Até 1985 já havia 63,6 milhões de hectares de cerrado com agropecuária, mineração e urbanização, e, desde então, mais 27,9 milhões foram convertidos. Do total de áreas do bioma, 24% tornaram-se pastagens



cultivadas (47,5 milhões de hectares) e 7,3% são áreas de uso misto com lavoura, pousio e pastagem (14,5 milhões de hectares) (MAPBIOMAS, 2022b).

Esse conjunto de dados expressa em números o avanço da apropriação de terras e da conversão de áreas originais dos biomas cerrado e amazônia, em direção ao Centro-Oeste e Norte do país, se utilizando da bovinocultura de corte. Essa expansão da fronteira agropecuária é uma regularidade ao longo do último século em termos da associação entre políticas estatais e investimentos de capitais que buscam vultosos ganhos patrimoniais com terras, madeira e pecuária. Desse processo emergem contradições associadas com a expropriação de territórios de povos originários, concentração da terra e da riqueza, destruição do patrimônio ambiental e, em última instância, um padrão excludente de desenvolvimento das regiões em questão – ou seja, um conjunto de processos que são frequentemente ignorados por narrativas que buscam legitimar um padrão de acumulação na pecuária bovina baseado na “expropriação dos recursos naturais e no prejuízo dos direitos sociais” (MICHELINI, 2016, p. 122).

O avanço da pecuária extensiva para essas regiões, especialmente para a Norte, pode ser explicado por uma série de razões econômicas sumarizadas por Dias-Filho (2010). A apropriação de terras baratas na região é o princípio por meio do qual os capitais buscam ocupar áreas rapidamente e com baixo custo com o gado, na medida em que o desmatamento da vegetação e o autotransporte dos animais a pé permite a ocupação de áreas que ainda não tenham pleno acesso por estradas. A regularidade climática em termos de temperatura e chuvas, assim como a disponibilidade de imensas áreas com vegetação natural, constituem renovado estímulo para o crescimento horizontal da atividade. Somam-se os estímulos governamentais com infraestrutura de estradas, políticas de ocupação de fronteira agrícola, incentivos fiscais e crédito subsidiado. Tudo isso contribuiu para a expansão de uma “pecuária extremamente extensiva e de baixa produtividade”, na definição de Dias-Filho (2010).

A partir da década de 1990 se observa um gradual incremento de eficiência ligado às pressões pela diminuição do desmatamento e devido à disponibilidade crescente de tecnologias para o aumento de produtividade, tal como cultivares forrageiras adaptadas e técnicas para recuperação de pastagens degradadas. No entanto, esses avanços não impediram a continuidade das problemáticas associadas ao manejo inadequado dos solos e ao avanço do desmatamento, de modo que são continuamente geradas novas áreas improdutivas/abandonadas ou com baixa produtividade/subutilizadas (DIAS-FILHO, 2010).

Não obstante o cenário brevemente apresentado de redefinição interna das escalas de produção e de concentração do rebanho brasileiro nas regiões Centro-Oeste e Norte, assim como de reposicionamento externo da bovinocultura de corte brasileira nos anos 2000, os preços reais pagos ao produtor em moeda nacional seguiram em patamares historicamente baixos até 2013. Embora tenha ocorrido uma retomada dos preços reais do boi gordo no Rio Grande do Sul em aproximadamente 33%, entre 2005 (R\$ 5,57) e 2013 (R\$ 7,41), os valores ainda eram similares aos encontrados entre 2000 (R\$ 7,34) e 2001 (R\$ 7,57) (conforme Gráfico 17, na próxima seção).

Em uma análise conjuntural sobre a bovinocultura de corte brasileira no período, o diretor da empresa de consultoria FNP, José V. Ferraz (2014), observou a rentabilidade dos sistemas extensivos de cria, recria/engorda e ciclo completo, entre 2001 e 2013, concluindo que o retorno médio sobre o investimento foi de 1,9%, ficando abaixo da rentabilidade em aplicações conservadoras como a poupança, especialmente no período 2003-2006 – desde que desconsiderados os ganhos patrimoniais envolvidos na valorização das terras brasileiras no referido recorte temporal. Em paralelo, foi observado um ganho de produtividade em compasso mais acelerado nas lavouras, de modo que a pecuária extensiva precisaria obter o

triplo da rentabilidade média em kg de carne por hectare a fim de tornar-se equivalente à agricultura. Por outro lado, a valorização das terras de pastagem, especialmente quando convertidas em terras de aptidão agrícola, gerou ganho patrimonial muito significativo, onde cerca de 10 milhões de hectares foram convertidos no país entre 2009 e 2013, sendo 1,5 milhão deles somente no estado de Mato Grosso (FERRAZ, 2014).

O cenário macro da pecuária e da agricultura brasileira entre as décadas de 1990 e 2000 teve efeitos no sistema criatório estancieiro. A criação bovina de corte crescia horizontalmente em sistemas produtivos de baixa rentabilidade, porém em larga escala territorial, em direção ao Norte do país. No Centro-Oeste e no Sudeste os melhoramentos no manejo das pastagens e nas estratégias de confinamento e semiconfinamento elevavam sua produtividade. Esses fatores pressionavam o sistema criatório estancieiro a incorporar novas áreas para seguir rentável, caso quisesse manter inalterada a técnica de produção extensiva. Ao mesmo tempo, as terras com potencial agrícola se valorizavam nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o que inviabilizava o custo necessário para a expansão horizontal da criação bovina.

Nesse contexto, ao longo dos anos 2000, sobretudo de 2002 a 2007, ocorreu um comportamento de intenso abate de fêmeas reprodutoras na pecuária bovina de corte no Rio Grande do Sul. Piccin (2012) considera que esta é uma evidência da sensibilidade do cálculo econômico dos estancieiros aos ciclos pecuários, na medida em que os custos de manutenção do estilo de vida são adicionados como parte integrante do investimento em agropecuária. Ou seja, ao invés de operar uma contabilidade que separa os custos familiares dos custos da empresa, os estancieiros já partem de um cálculo de gastos que envolve seu padrão de consumo, ao invés de considerar somente os custos da firma tal como em um cálculo empresarial.

Em outras palavras, o abate de fêmeas é uma lógica de descapitalização que não se deve a uma opção empresarial de desinvestimento, mas que atende a um cálculo específico de manutenção dos padrões de consumo de elites agrárias que obtêm rendimentos da pecuária extensiva, onde a liquidez nas fases intermediárias dos bovinos é uma maneira mais rápida para obter dinheiro em comparação com a realização de lucro com o giro da mercadoria. Portanto, entre as opções de investir na intensificação da pecuária de corte ou arrendar suas terras para agricultores que encontravam margens de rentabilidade cada vez mais elevadas, foi mais comum a tendência de redução na atividade pecuarista em prol do incremento em outras fontes de renda, tal como as oriundas da locação da terra para lavoureiros.

### **3.3 Contradições na cadeia produtiva nacional de carne vermelha e avanço das exportações brasileiras de proteína animal no mercado asiático (2008-2022)**

O rápido incremento na procura externa por carne bovina nos primeiros anos da década de 2000 aconteceu em paralelo com o ritmo baixo de crescimento na economia doméstica em termos de crescimento do PIB (1,79% a.a. de 1998 a 2003) e da elevação na taxa de desemprego (de 6,7% em 1995 a 10,5% em 2003<sup>47</sup>), os quais provocaram uma estagnação no consumo de carne bovina entre 1999 e 2003 (ANUALPEC, 2005). O consumo voltaria a subir nos anos seguintes tendo em vista que a economia brasileira teve, nos anos 2000, um crescimento mais acelerado em comparação à década anterior (em média 3,7% a.a. contra 2,62% a.a.). Em 2004 e 2005 o avanço se explica principalmente pelo crescimento das exportações, mas, entre 2006 e 2010, tiveram maior relevância a distribuição de renda (via política de valorização do salário mínimo e ampliação de programas de transferência de

---

47 Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada com base em dados da Pnad/IBGE. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br>

renda), os investimentos públicos (como o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC) e a expansão do acesso a crédito, os quais repercutiram no crescimento do consumo, na geração de empregos formais e na queda da desigualdade salarial – no período que ficou conhecido como “milagrinho” econômico brasileiro. Nesse sentido, a valorização real do salário mínimo foi registrada entre 2006 e 2010 a uma taxa de 5,9% ao ano, e, entre 2011 e 2014, a 3% ao ano (CARVALHO, 2018).

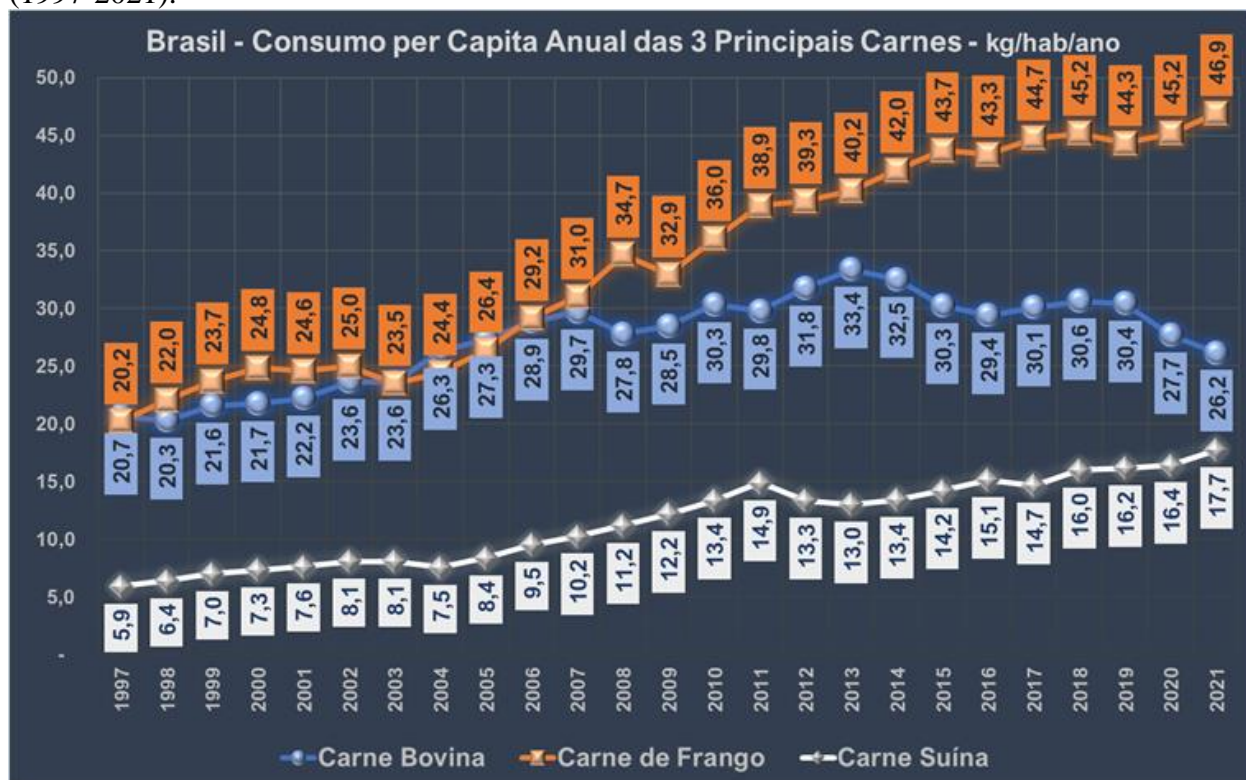
O consumo doméstico brasileiro de carnes crescia impulsionado pelo aumento no poder aquisitivo das classes trabalhadoras e na queda da taxa de desemprego, que passou da casa dos 10% entre 1999-2005 para aproximadamente 7% entre 2011-2014<sup>48</sup>. Os valores do consumo per capita (kg/ano) de carne de gado variam de acordo com a fonte, sendo estimados pela IEG/FNP (2019) em um pico de 39,4 kg per capita em 2012, seguido de uma queda até 37,2 kg em 2016; enquanto Desouzart (2022) observa com dados do IBGE, ComexStat e Abiec um pico de consumo de 33,4 kg per capita em 2013, reduzindo-se para 30,4 kg em 2019 até alcançar a marca de 26,2 kg em 2021. O mesmo autor também registra que, embora o consumo de carne bovina tenha se reduzido a partir de 2013, o somado das carnes bovina, suína, ovina, caprina, de frango e de outras aves apresentou tendência crescente entre o início da série em 1997 até 2018, passando de 48,03 kg para 95,04 kg anuais per capita. Observou-se queda em dois momentos: a) entre 2002 e 2003, de 58,40 kg para 57,23 kg; b) de 2018 para 2019, até o ano de 2021, passando dos 95,04 kg registrados como recorde em 2018 para 92,11 kg em 2021. Em paralelo à redução do consumo per capita de carne bovina, houve aumento gradual nas carnes de frango (46,9 kg) e suína (17,7 kg), como pode ser observado no Gráfico 14 (DESOUZART, 2022).

Embora os dados sobre consumo per capita (kg/ano) sejam válidos para observar tendências gerais na alimentação com proteína animal no país, há que se considerar suas insuficiências enquanto referências médias. Trata-se de um cálculo aproximativo que considera o montante anual de carne obtido nos abates sob fiscalização sanitária em nível federal, estadual e municipal, descontadas as importações e exportações, dividido pela estimativa populacional brasileira de cada ano. Desse modo, o cálculo produz uma média simples por habitante que desconsidera os diferenciais de renda e padrões de consumo da população, não incluindo abates informais e abates não fiscalizados de espécies não registradas (pescado, muares, coelhos, faisões, codornas, animais selvagens, caça e etc.) (DESOUZART, 2022).

---

<sup>48</sup> Dados sobre a taxa de desemprego organizados pelo Ipea com base na Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE/PME), encerrada em 2016. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38401>  
Acesso em: 18 ago. 2023.

**Gráfico 14** – Consumo per capita (kg/ano) das carnes de bovinos, suínos e frangos no Brasil (1997-2021).



**Fonte:** Desouzart (2022), com base em IBGE, Comex Stat, Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), *Agricultural Outlook* da OECD-FAO e União Brasileira de Avicultura (UBA).

No que se refere ao consumo de carne bovina é possível analisar com mais acurácia sua estratificação social a partir de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE. Nos dados obtidos em 2008/2009 observou-se que o volume total de carne bovina adquirido pelos grupos domésticos foi de 18 kg em média, porém variava de acordo com a renda e hábitos culturais regionais. As famílias com orçamentos de até R\$ 830,00 (dois salários mínimos) compravam 28% a menos do que a média nacional, enquanto os grupos do maior estrato obtinham uma quantidade em 19% acima da média. Além disso, observando-se os tipos de carne bovina adquiridos, percebeu-se que os grupos com mais renda compram predominantemente carnes de primeira, enquanto aqueles com menor renda obtêm mais carnes de segunda, sendo similar entre todos os estratos o consumo de vísceras e de outras partes bovinas (MACIEL; MATTE, 2020).

No contexto de expansão dos rebanhos, da produção, da produtividade, do consumo e da exportação brasileira de carne vermelha (in natura, industrializada, miúdos, tripas e salgados), cresciam também as contradições ambientais e agrárias no que se refere ao modo de expansão da atividade em direção às áreas de cerrados e floresta amazônica. Nesse sentido, constituíram-se momentos de crescimento das tensões publicizadas na mídia corporativa nacional e internacional envolvendo desmatamento na região amazônica, o que resultou nos episódios que ficaram conhecidos como “moratória da soja” e “moratória da pecuária”. Em 2006 e 2009 a divulgação de relatórios pela ONG Greenpeace indicava várias empresas de dentro e de fora do setor agropecuário que estariam relacionadas com o avanço na derrubada de florestas, tendo como vetor a pecuária de corte, a sojicultura e a extração ilegal de

madeira<sup>49</sup>. As tensões acabaram repercutindo na criação de pactos entre empresas tal como o acordo de desmatamento zero denominado “G4”, assinado em 2009 pela Greenpeace e as maiores empresas de frigoríficos do Brasil na época: Marfrig, Minerva, JBS e Bertin (que seria incorporada à JBS).

Gibbs et al. (2015) observam que as pressões pela redução do desmatamento conduziram à abertura de processos pelo Ministério Público Federal (MPF) do Pará em 2009 contra fazendeiros e frigoríficos envolvidos com a produção e processamento de animais oriundos de áreas desmatadas ilegalmente. Esses processos foram expandidos nos anos seguintes para outros estados incluídos na Amazônia Legal, de modo que, até o ano de 2014, dois terços dos frigoríficos da região, inspecionados em nível federal, já haviam procedido com a assinatura individual de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Uma pesquisa realizada nas cadeias de fornecimento incluídas nesses acordos, realizada com dados disponibilizados por quatro grandes frigoríficos da empresa JBS no sudeste do Pará, indica que, embora os fazendeiros que fornecem diretamente às empresas frigoríficas assinantes do TAC sejam de fato monitorados em relação ao desmatamento recente, isso não implica que as categorias de animais adquiridas por esses produtores sejam rastreadas desde a sua origem, abrindo brechas para expedientes que os autores classificam como “lavagem”<sup>50</sup> e “vazamento”<sup>51</sup> de animais desde propriedades não fiscalizadas para as fiscalizadas (GIBBS et al., 2015).

Embora registrem-se pressões de atores nacionais e estrangeiros envolvendo a redução dos altos índices de desmatamento e das emissões de gases do efeito estufa, é notável também que representantes da cadeia produtiva nacional da carne vermelha visam se beneficiar do fato de que os bovinos brasileiros são em grande maioria criados a pasto, onde o “boi verde” ou “boi de capim” tem apelo mercadológico em termos de qualidade e sanidade do alimento em relação ao modelo de criação em confinamentos, mais propenso aos surtos de EEB, que foram registrados em países europeus, no Reino Unido e nos Estados Unidos nos anos de 1990 e 2000 (DIAS-FILHO, 2010). Foi diante desse cenário de descrédito associado ao desmatamento na Amazônia que atores da cadeia produtiva de carnes no Brasil procuraram construir uma imagem de sustentabilidade voltada aos setores corporativo e consumidor no mercado interno e externo. Nesse sentido, o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) é uma entidade formalizada em 2009 envolvendo indústria, pecuaristas, fornecedores de insumos, redes varejistas, instituições financeiras, extensionistas, organizações civis e lideranças políticas do agronegócio, que demonstra a organização de frações do setor bovinocultura de corte no sentido de inserir-se e pautar os debates globais sobre pecuária sustentável, tendo como exemplo a Mesa-Redonda Global da Carne Bovina Sustentável constituída em 2014, assim como as conferências climáticas da COP21 realizada em Paris no ano de 2015<sup>52</sup>.

A exploração de um diferencial de qualidade para a carne cuja origem esteja dissociada do desmatamento é especialmente preconizada no caso das áreas com formações campestres naturais no Rio Grande do Sul. Iniciativas como a Alianza del Pastizal surgiram

---

49 *As moratórias e os seus efeitos* (Estadão, 28 ago. 2009). Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/as-moratorias-e-os-seus-efeitos/> Acesso em: 24 abr. 2023.

50 “Lavagem” de gado: quando ‘fazendas fornecedoras não regularizadas’, com desmatamento recente, com embargos, ou sem cadastramento, vendem animais para ‘fazendas fornecedoras regularizadas’, que por sua vez os repassam aos frigoríficos que possuem sistema de monitoramento das fazendas fornecedoras diretas (GIBBS et al., 2015).

51 “Vazamento” de gado: quando ‘fazendas fornecedoras não regularizadas’, com desmatamento recente, com embargos, ou sem cadastramento, fornecem animais aos frigoríficos que não possuem sistema de monitoramento das fazendas fornecedoras (GIBBS et al., 2015).

52 *Como nasceu o GTPS*. Disponível em: <https://gtps.org.br/historia/#capa> Acesso em: 24 abr. 2023.

na segunda metade dos anos de 2000 em países abrangidos pelo bioma Pampa (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), na parceria entre a organização internacional BirdLife, fundada em 1922, com sócios locais como a Associação para conservação de Aves do Brasil (Save Brasil), além de apoio da Global Environment Facility (um Fundo Global para o Meio Ambiente, com recursos do Banco Mundial), Funbio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade), Bobolink Foundation, BRDE, Sebrae, US Forest Service e US Fish & Wildlife Service (agências de governo dos EUA)<sup>53</sup>.

A atuação da Alianza no Rio Grande do Sul iniciou-se pela certificação de propriedades. Segundo Collares (2022), o público que adere à certificação da terra deve comprovar a presença de pastagens nativas em pelo menos 50% da área do imóvel. Constitui-se geralmente de herdeiros com 800 ha em média, onde predomina a força de trabalho contratada, no qual a certificação tem um sentido de identificação pessoal com a pecuária e prestígio para a propriedade. A Alianza direcionou-se para a certificação de carnes a partir de 2012, na medida em que frigoríficos e varejistas buscavam um posicionamento mercadológico estratégico nos termos corporativos de sustentabilidade. Esse foi o caso da empresa Marfrig, com o Plano Marfrig Verde, que vislumbrava em dez anos adquirir 100% dos bovinos de áreas livres de desmatamento, assim como a Carrefour, que busca ofertar em seus hipermercados produtos com selos de qualidade, sabor e origem dos produtos. A oferta de bois gordos para o programa de carnes certificadas pela Alianza foi descontinuada por vários fatores, dentre eles a priorização dos pecuaristas em atuar apenas na fase de cria, sem a intenção de incluir a engorda nos seus sistemas produtivos. Outro fator foi a manutenção de regras da certificação que não incluíam sistemas de manejo mistos entre espécies nativas e exóticas e/ou criação extensiva e intensiva em curral/cocho, os quais são frequentemente conduzidos pelos invernadores (COLLARES, 2022).

Voltando à questão mais geral, nota-se que as contradições que foram se acumulando na cadeia produtiva nacional de carne bovina são discutidas por meio de narrativas que disputam os rumos do setor por uma série de atores na sociedade civil (ambientalistas, consumidores, povos indígenas, lutas por terra, etc.), nas representações de produtores rurais e indústrias frigoríficas, em grupos empresariais nacionais e internacionais, nos órgãos públicos e nas organizações não governamentais. Contudo, no confronto de ideias e nas disputas de poder resultantes desses embates, observa-se o fortalecimento de articulações na cadeia produtiva de carnes, entre produtores rurais, indústria frigorífica, redes varejistas e organizações não governamentais que, em diferentes graus, legitimam e questionam a atual organização do sistema criatório na região amazônica a fim de manter o atual padrão de ocupação territorial e desvincular sua imagem com a do desmatamento mediante estratégias de monitoramento dos produtores, rastreamento dos animais e certificação dos processos (MICHELINI, 2016).

O forte incremento nas exportações brasileiras de carne bovina a partir de 1999 e as disputas simbólicas por uma imagem que dissocie sua pecuária dos desmatamentos e dos riscos à saúde fazem parte de um processo de reposicionamento externo do país no mercado mundial de carne vermelha. O esforço inclui-se em uma série de investimentos do Estado brasileiro para a internacionalização de grandes empresas nacionais em alguns ramos (álcool e açúcar, alimentos, calçados, petroquímica, farmacêutico, papel e celulose, tecnologia da informação e telecomunicações) mediante recursos do BNDES e de fundos de pensão (Previ, Petros e Funceev, principalmente), promovendo a criação de grandes *players* através de fusões e aquisições, linhas de crédito significativas para apoiar estratégias corporativas, além de subscrição de ações das referidas empresas brasileiras a fim de dar-lhes sustentação financeira (SANTOS, 2015).

---

53 Disponível em: <https://www.alianzadelpastizal.org.br/quem-somos> Acesso em 25 abr. 2023.

No caso do apoio financeiro estatal às fusões e aquisições domésticas no setor de alimentos observa-se que, entre 2008 e 2010, o BNDES promoveu significativa concentração no setor carnes, com a aquisição do Grupo Bertin pelo Grupo JBS por US\$ 2,2 bilhões e a fusão da Perdigão e da Sadia constituindo a BR Foods por US\$ 628 milhões. No mesmo período o BNDES concedeu empréstimos para multinacionais brasileiras visando suas estratégias corporativas no mercado doméstico e na internacionalização produtiva, onde as empresas do setor carnes obtiveram os respectivos créditos: JBS (US\$ 4,27 bi), BR Foods (US\$ 924 mi), Marfrig (US\$ 629 mi) e Minerva (US\$ 70 mi). Por fim, no que se refere à estratégia de subscrição acionária do BNDES no setor carnes, observa-se que o banco estatal constituía em 2012 uma proporção de 22% das ações da JBS e 14,27% das ações da Marfrig (SANTOS, 2015).

Essas modalidades de apoio financeiro à indústria de abate e processamento de carnes conduziram a uma reestruturação setorial na medida em que empresas líderes no país até a década de 1990 (Sadia, Perdigão, Ceval, Cargil, Swift, Armour, Kaiowa e outras) passavam por problemas financeiros e reduziam ou mesmo encerravam suas atividades (BENITES, 2000 apud CORRÊA, 2012). O redesenho setorial da indústria dos frigoríficos, especialmente os de carne bovina, indicava concomitantemente os processos de centralização-concentração de capital e de expansão internacional dos frigoríficos brasileiros, resumindo-o em poucas empresas líderes (JBS, Marfrig e Minerva) que foram constituídas mediante fusões, aquisições e diversificação de investimentos mundiais (por exemplo a aquisição de unidades da Pilgrim's Pride nos EUA, México e Porto Rico pela JBS; a associação da Minerva com a holandesa Dawm Farms na aquisição de frigoríficos no Uruguai e Paraguai; as aquisições de frigoríficos pela Marfrig no Uruguai e na Argentina), onde o Grupo JBS torna-se o maior exportador mundial de carne bovina (CORRÊA, 2012).

Como resultado das fusões e aquisições na política de internacionalização produtiva, o setor industrial nacional de carnes passou a ser caracterizado por três grupos: a) grandes empresas internacionalizadas (em termos de exportações e aquisição de ativos em diversos países), b) grandes e médias empresas (parte delas em recuperação judicial), c) abatedouros de pequena escala e/ou artesanais espalhados pelo país. Quanto aos canais de abastecimento, os grandes grupos internacionalizados são voltados à exportação, mas também abastecem as redes domésticas de supermercados e açougues ao lado de outras grandes e médias empresas de carnes; e, por fim, os pequenos abatedouros fornecem para os circuitos locais, o que envolve a clientela de pequenos açougues e varejistas, sob inspeção municipal e/ou clandestinidade (CORRÊA, 2012).

Em que pese os objetivos estratégicos da política de internacionalização produtiva adotada com proeminência do BNDES no início deste século – vislumbrando uma inserção mais autônoma do Brasil na economia mundial mediante redução de vulnerabilidade externa, incremento da competitividade das empresas nacionais, enfrentamento dos baixos níveis de crescimento econômico nas décadas anteriores, reversão da desnacionalização e da dessofisticação fabril, entre outros –, observa-se carência na definição de uma estratégia nacional de internacionalização. Por um lado, constituíram-se novos arranjos entre Estado e empresariado nacional, formando e/ou expandindo multinacionais brasileiras, evitando a desnacionalização de alguns setores e incrementando a capacidade exportadora. No entanto, o custo de tais políticas envolveu a “formação de monopólios e oligopólios, a falta de formulação de critérios claros para cobrança de desempenho, transferência de tecnologia e de lucros sobre as empresas” (SANTOS, 2015, p. 50). Além disso, as empresas promovidas a “campeãs nacionais” são intensivas em capital e em recursos naturais, denotando um perfil de internacionalização produtiva que tende a reforçar o caráter de especialização regressiva da economia nacional e um padrão tecnológico de adaptação (ao invés de inovação) em sua

indústria, além de fomentar a acumulação de capital às custas da exploração de territórios, de campeonatos e de biomas brasileiros (SANTOS, 2015).

Como resultado do padrão de acumulação e concentração fomentado na indústria brasileira de frigoríficos tem se observado o fenômeno da oligopolização no setor de abates e processamento de carne bovina, especialmente em sua fração com inspeção federal e credenciamento para exportação, onde as quatro maiores empresas abatem 50,7% dos animais com fiscalização SIF em 2010 (CARVALHO; ZEN, 2017). Analistas como José Ferraz, da IEG/FNP, consideram que o aumento na concentração industrial observada entre 2009-10 também reflete um contexto de dificuldade financeira de uma parcela dos frigoríficos de carne bovina, que decorre da alavancagem via crédito ofertado em um momento de baixa do ciclo pecuário lado a lado com a redução das exportações no contexto da crise de 2008-9. Nesse sentido observa-se que os três maiores grupos de frigoríficos passam a concentrar cerca de 35,64% de todos os abates formais de bovinos no país, numa fração bem superior à observada em 2009 quando detinham 21,82%, antes da aquisição do Grupo Bertin pelo JBS e do crescimento da Marfrig por meio do arrendamento de 12 plantas das empresas Margen e da gaúcha Mercosul que encontravam-se em dificuldades financeiras<sup>54</sup>.

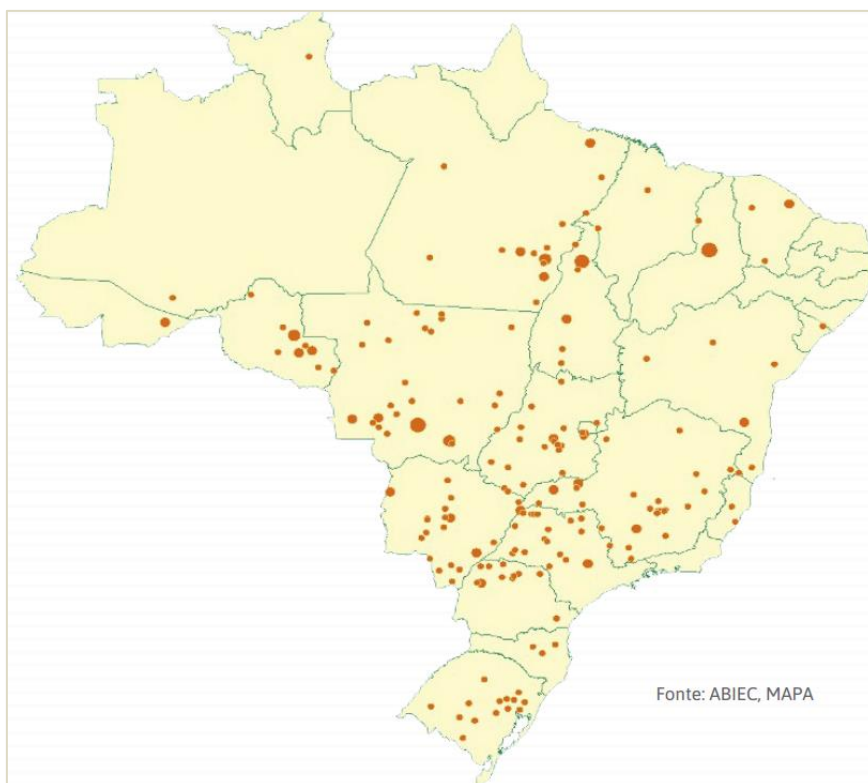
É nesse contexto que se evidencia um maior descontentamento dos pecuaristas, que associam o mercado do boi gordo com um oligopsônio, isto é, muitos ofertantes para poucos demandantes. No entanto, pesquisas sistemáticas como a de Moita e Golon (2014), que analisam o poder de mercado dos frigoríficos no estado de São Paulo, indicam que, embora exista a estrutura da indústria que se assemelha a um oligopsônio, sua capacidade de exercer controle sobre o mercado do boi gordo tende a ser moderado a fraco, não havendo evidências de seu aumento no período de maior concentração dos frigoríficos na segunda metade dos anos 2000. A inexistência de um comportamento de cartel se verificaria especialmente onde se observa uma rede diversificada de frigoríficos em diferentes níveis de inspeção, o que impede que um número reduzido de unidades exerça controle exacerbado sobre os preços.

Na Figura 11 é possível observar a localização dos frigoríficos de bovinos com o serviço de inspeção federal (SIF) ativos em 2020, os quais representaram 52% do total de abates (21,6 milhões cabeças) (ABIEC, 2021). Os abates com inspeção estadual (15%), municipal (4%) e não fiscalizados (28%) não estão representados nos estabelecimentos ilustrados no mapa. A concentração industrial pode ser verificada em regiões onde os produtores dependem de um único frigorífico para vender o gado, como é o caso da fronteira agropecuária onde grandes unidades de abate se instalaram em pontos avançados de crescimento do desmatamento no início dos anos 2000 (MICHELINI, 2016).

---

54 As informações do parágrafo derivam do editorial “Cresce a participação de JBS, Marfrig e Minerva no volume de abates” publicado em 19 de abril de 2011 pela equipe do portal BeefPoint que é especializado no mercado de carnes. Disponível em: <https://www.beefpoint.com.br/cresce-a-participacao-de-jbs-marfrig-e-minerva-no-volume-de-abates-71174/> Acesso em: 25 abr. 2023.





**Figura 11** - Localização dos frigoríficos de bovinos com serviço de Inspeção Federal (SIF) ativos em 2020.

**Fonte:** Abiec (2021), com base em dados do Mapa.

Quando considerados os abates em todos os níveis de fiscalização, observa-se no estado do RS um menor grau de concentração da capacidade de abate em relação ao número de abatedouros-frigoríficos para bovinos quando comparado a outros estados do país ou à cadeia produtiva de suínos no próprio RS (LEÃES, 2015). No entanto, observa-se o posicionamento estratégico de unidades da Marfrig controlando quatro importantes plantas industriais com inspeção federal no Sudoeste do estado, anteriormente pertencentes a cooperativas de estancieiros (Alegrete e São Gabriel) e ao grupo Bordon (Bagé), considerando que a empresa multinacional é a única no estado autorizada para exportar à China até o início do ano de 2023. De todo modo, a reestruturação da indústria frigorífica com proeminência das “campeãs nacionais” repercute em alguma medida na composição da demanda no mercado do boi, seja nas regiões mais antigas ou nas recentes em termos da exploração com bovinocultura de corte.

Particularmente no Rio Grande do Sul, reportagens jornalísticas<sup>5556</sup> davam conta de que algumas indústrias do setor de abate e processamento de bovinos encontravam em 2008 um cenário de dificuldades financeiras devido à escassez de oferta e ociosidade entre 40% e 50%, como relatavam representantes das empresas Mercosul (5 frigoríficos no RS) e Extremo Sul ao justificar avisos prévios e demissões de funcionários. O Sindicato das Indústrias de Carnes do Rio Grande do Sul (Sicadergs) estimava que a redução de trabalhadores no segmento tinha sido de 9 mil para 6,5 mil entre 2006 e 2008. O setor estava diante de uma

55 *Escassez do boi já provoca demissões em frigoríficos*, por Sérgio Bueno, Alda do Amaral Rocha e Marli Lima (Valor Econômico, 03/04/2008). Disponível em: [https://acervo-digital.espm.br/clipping/20080403/escassez\\_de\\_boi\\_ja\\_provoca\\_demissoes-12.pdf](https://acervo-digital.espm.br/clipping/20080403/escassez_de_boi_ja_provoca_demissoes-12.pdf) Acesso em: 28 jul. 2023.

56 *RS: frigoríficos pedem ingresso de carne* (Correio do Povo, 26 jan. 2007). Disponível em: <https://www.beefpoint.com.br/rs-frigorificos-pedem-ingresso-de-carne-33749/> Acesso em 28 jul. 2023.

virada no ciclo pecuário, no qual o descarte elevado de matrizes nos anos anteriores dava lugar à retenção e à retomada de preços pagos ao produtor, em cenário de redução nas margens de lucro devido ao dólar em baixa e ao encolhimento nas exportações com alto valor agregado para a Europa.

O cenário vinha se arrastando desde anos anteriores devido às limitações para o RS importar carcaças de outros estados para desossa, entre 2005-7, pois somente aqueles que tivessem um status sanitário igual ou superior poderiam fazer esse fornecimento (Acre, Rondônia e Santa Catarina), devido à reintrodução do vírus da febre aftosa no MS e PR, com suspensão da condição sanitária de zona livre de febre aftosa com vacinação para esses estados mais BA, DF, ES, GO, MT, MG, RJ, SP, SE e TO. Outro fator que era ainda mencionado pelas indústrias de carnes como negativo para a oferta bovina referia-se aos picos extraordinários na exportação de gado em pé embarcados no porto de Rio Grande, nos anos de 2005 e 2006, que juntos somaram 110 mil bovinos em idade abaixo de 2 anos, seguidos de mais 10 mil em 2007. Oportunamente, o período de 2008 a 2010 foi propício para a concentração no setor conforme empresas mais capitalizadas e estruturadas se aproveitavam da queda nas margens das concorrentes.

O reposicionamento externo da pecuária de corte e da indústria da carne vermelha do Brasil, desde meados da década de 1990 até 2019, pode ser observado com os dados sobre o desempenho do rebanho, abates, consumo, exportações e importações, conforme Tabela 11.

**Tabela 11 – Balanço do complexo da carne bovina no Brasil (1994-2019).**

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<b>1. População (milhões de habitantes)</b>	152,9	154,9	157,1	159,9	163,1	166,4
<b>2. Crescimento populacional (%)</b>	1,4	1,3	1,4	1,8	2,0	2,0
<b>3. Rebanho bovino (milhões)</b>	151,8	153,8	152,8	154,6	158,3	161
<b>4. Abate (milhões de cabeças)</b>	28,4	30,7	36,7	33,8	34,3	34,9
<b>5. Taxa de abate (%)</b>	18,7	19,9	24	21,9	21,6	21,7
<b>6. Produção carne (mil Ton. Eq. Carc.)</b>	5.852	6.256	6.794	6.381	6.493	6.603
<b>7. Consumo interno (mil Ton. Eq. Carc.)</b>	5.562	6.091	6.653	6.206	6.202	6.104
<b>8. Consumo interno (% da produção)</b>	95	97,4	97,9	97,3	95,5	92,4
<b>9. Consumo Per Capita (Kg/hab/ano)</b>	36,4	39,3	42,4	38,8	38	36,7
<b>10. Exportações Qtde. (mil Ton. Eq. Carc.)</b>	376	287	280	287	370	541
<b>11. Importações Qtde. (mil Ton. Eq. Carc.)</b>	86	121	139	112	79	42

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>1.</b>	169,8	171,8	173,7	175,7	177,8	179,8	181,9	184	186,7	190
<b>2.</b>	2,0	1,2	1,1	1,2	1,2	1,1	1,2	1,2	1,5	1,8
<b>3.</b>	165,8	167,2	172,2	175	176,1	175,1	170,5	168,3	169,9	173,3
<b>4.</b>	35,6	35,7	37,1	38,9	41,1	44,3	46,7	42,2	39,5	40,1
<b>5.</b>	21,4	21,3	21,6	22,2	23,3	25,3	27,4	25,1	23,2	23,1
<b>6.</b>	6.643	6.754	6.952	7.159	7.577	8.151	8.544	7.808	7.431	7.618
<b>7.</b>	6.146	6.003	6.089	6.009	5.994	6.337	6.469	5.640	5.626	6.036
<b>8.</b>	92,5	88,9	87,6	83,9	79,1	77,7	75,7	72,2	75,7	79,2
<b>9.</b>	36,2	35	35	34	34	35	36	31	30	32
<b>10.</b>	554	789	929	1.208	1.630	1.857	2.100	2.194	1.829	1.611
<b>11.</b>	57	38	66	58	48	43	25	26	24	30

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019*
<b>1.</b>	192,6	193,6	196,5	199,5	202,8	204,5	206,1	207,7	209,2	210,7
<b>2.</b>	1,4	0,5	1,5	1,5	1,7	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7
<b>3.</b>	174,1	182,2	188,5	194,8	198	197	192	193	195	195
<b>4.</b>	40,8	38,8	41,5	42,9	43	41,7	40,6	42,9	44,7	45,9
<b>5.</b>	23,5	21,3	22	22	21,7	21,2	21,2	22,2	22,9	23,5
<b>6.</b>	7.778	7.427	8.015	8.323	8.492	8.462	8.251	8.666	9.061	9.427
<b>7.</b>	6.261	6.139	6.576	6.587	6.725	6.856	6.653	6.927	7.060	7.182
<b>8.</b>	80,5	82,7	82	79,1	79,2	81	80,6	79,9	77,9	76,2
<b>9.</b>	33	31,7	33,5	33	33,2	33,5	32,3	33,4	33,8	34,1
<b>10.</b>	1.547	1.322	1.494	1.789	1.842	1.661	1.658	1.791	2.044	2.285
<b>11.</b>	30	35	55	53	74	56	60	51	44	40

\* Projeção.

**Fonte:** FNP (2001; 2005; 2010; 2014; 2019) com base em IEG/FNP (estimativas sobre o rebanho), Secex (dados consolidados de exportação e importação) e IBGE (população brasileira).

Observamos que o rebanho aumentou em 43,2 milhões de cabeças, o que representa um incremento de 28,45% a uma taxa anual média de 1,18%, enquanto a produção total de carne em tonelada equivalente carcaça (TEC)<sup>57</sup> aumentou a um ritmo mais acelerado de 2,28% a.a. (54,83% no período), chegando a 9,06 milhões de toneladas em 2018. Enquanto isso, o total consumido internamente avançou 26,93%, em ritmo mais baixo que o aumento populacional (36,82%), o que está relacionado com a elevação do consumo de outras carnes, como observado anteriormente (conforme Gráfico 14). As importações reduziram-se do patamar conjunturalmente elevado acima de 100 mil ton. em 1995 e 1996, permanecendo em nível mais baixo e estável em cerca de 46 mil toneladas anuais desde 2000. Na medida em que a produção cresceu acima do consumo, observou-se um crescimento do excedente exportável, considerando que em 1994 consumiu-se internamente cerca de 95% da carne produzida, enquanto em 2018 esse índice cai para 77,9%, tendo chegado à mínima de 72,2% em 2007. Nesse sentido, as exportações saltaram de 376 mil ton. para 2,044 milhão de ton. no período, um acréscimo de 443,61% (18,48% a.a.).

O crescimento do setor de carne bovina demonstrou um primeiro pico de volume produzido no ano de 2006, lado a lado com um auge no montante em carne das exportações em 2006 e 2007. Desde então o Brasil passou a ocupar um espaço mais relevante no comércio mundial de proteína animal e lançou empresas nacionais em uma estratégia de internacionalização. O crescimento dos abates entre 2004 e 2007 também se explica pelo momento do ciclo pecuário onde havia maior oferta de fêmeas reprodutoras, em um contexto que mantinha os preços reais pagos pelo boi gordo relativamente baixos no mercado interno. Além disso, zonas crescentes do território brasileiro eram incorporadas como áreas livres de febre aftosa mediante vacinação, um fator necessário para ampliar as exportações, que passa a incluir a partir de 2001 os Estados da Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Sergipe, Tocantins e parte de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, com ampliação para Rondônia em 2003 e ao restante dos estados das regiões Norte e Nordeste em 2005<sup>58</sup> (ABIEC, 2022).

Entre o ano de 2008 até 2013 uma série de eventos dificultaram a retomada das exportações aos patamares de TEC de 2006-7 – embora o volume em dólares tenha se recuperado antes, em 2011. Por um lado, a produção é contida pelos fatores internos do ciclo pecuário associados com a retenção de matrizes e com a relativa estabilidade do volume consumido internamente, os quais se refletiram no aumento em 33% dos preços pagos ao produtor entre 2005 e 2013. O consumo interno caiu 13% entre 2006 e 2008 (FNP, 2014), mas apresentou retomada contínua nos anos seguintes, somando alta de 17% entre 2009 a 2013, em contexto de políticas internas voltadas a conter a propagação da crise financeira de 2008-9 (CARVALHO, 2018). Nesse sentido, os fatores externos associados à crise de 2008-9 promoveram redução na demanda importadora da União Europeia que até 2007 se destacava como principal destino das carnes brasileiras em termos de valor em dólares (ABIEC, 2022). A retração do destino europeu para a carne vermelha a partir de 2008 também foi provocado pelas maiores exigências dos importadores em relação ao rastreamento do gado no contexto dos focos de febre aftosa identificados no Paraná e Mato Grosso do Sul em 2006 e da conjuntura da “moratória da pecuária” no ano de 2009.

---

57 Segundo Tonini (2010) a TEC (Tonelada Equivalente Carcaça) é uma medida utilizada para padronizar a pesagem dos diferentes tipos de carne produzida desde um bovino em uma mesma unidade comparável ao peso da carcaça do animal, considerando as perdas na desossa e no cozimento. Disponível em: <https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/todas-noticias/6426/> Acesso em: 25 abr. 2023.

58 O surto de febre aftosa registrado em 2005-6 nos estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná não causou impacto negativo no volume total das exportações brasileiras de carne bovina in natura, embora tenha afetado especificamente os negócios naqueles estados (GARCIA et al., 2015).

Adicionalmente, ocorreu em 07/12/2012 a confirmação até então inédita de um caso autóctone de EEB (vulga “doença da vaca louca”) no Brasil, que produziu uma onda de choque midiática e diplomática, seguida de uma série de restrições totais ou parciais à importação de carne brasileira: Japão, Coréia do Sul, África do Sul, Arábia Saudita, Peru, China e outros. Entidades como MAPA, Abiec e Embrapa empenharam-se em destacar que se tratava de “caso atípico”<sup>59</sup>, substituindo a expressão “caso de vaca louca no Brasil” por “caso atípico de Vaca Louca no Brasil”, ou ainda “*achado priônico* no Brasil”. Reconhecida a aplicação correta do procedimento fiscalizatório brasileiro e confirmada a atipicidade do caso registrado, imediatamente em 11/02/2013 foi ratificado o status sanitário de “risco insignificante para EEB” no Brasil pela comissão científica da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), sem no entanto negar-se o registro de um caso autóctone no país (SORDI; LEWGOY, 2013). Embora o país tenha obtido o reconhecimento de risco insignificante para casos típicos da doença, conferido pela OIE, foram mantidos embargos por países como China e Arábia Saudita durante 2013.

No que se refere ao câmbio, o período entre meados de 2004 até meados de 2014 representou um movimento de apreciação da moeda brasileira em relação ao dólar, caindo dos R\$ 3,00 por dólar em 2004 para as mínimas de R\$ 1,60 em julho de 2008 (e novamente em maio de 2011). Cotações acima de R\$ 2,40 somente foram alcançadas na segunda metade de 2014, quando observou-se movimento contínuo de desvalorização do Real, sendo que entre 2015 e janeiro de 2020 o dólar foi cotado entre R\$ 3,00 e R\$ 4,20, superando os R\$ 5,00 a partir de 2020. Em termos de arroba do boi gordo cotado em dólar, foram registradas em 2008, 2011 e 2014 novas máximas históricas em cerca de US\$ 50,00 a US\$ 60,00 por arroba, em linha com os picos internacionais nos preços de commodities. O valor cotado em moeda estrangeira apresentou queda entre 2015 e 2016, mantendo-se em patamares estáveis até 2019<sup>60</sup>, a partir de quando voltou a subir e superou as máximas históricas entre 2021 e 2022. A literatura observa que historicamente os ganhos dos exportadores brasileiros são influenciados pela taxa de câmbio real e os preços internacionais em dólares sobre a carne bovina, de modo que desvalorizações do real tendem a ampliar seus ganhos e melhorar sua competitividade (ISAAC; SOUZA, 2010).

Embora as exportações em volume de carne somente tenham retomado em 2018 os patamares verificados em 2007, no que se refere ao montante em dólares observou-se ainda em 2011 uma retomada das máximas históricas registradas em 2008, seguindo em tendência de alta até 2014 (ABIEC, 2022). Mesmo diante da crise econômica internacional de 2008-9 e da crise sanitária brasileira da EEB atípica, as quais produziram redução na demanda europeia e embargos temporários por vários países, observou-se que a elevação do valor das exportações brasileiras desfrutou de uma diversidade de mais de 150 destinos que permitiram o incremento no volume financeiro negociado sem depender dos contratos com um único continente ou país. Entre 2008 e 2013 a posição de maior importador das carnes brasileiras

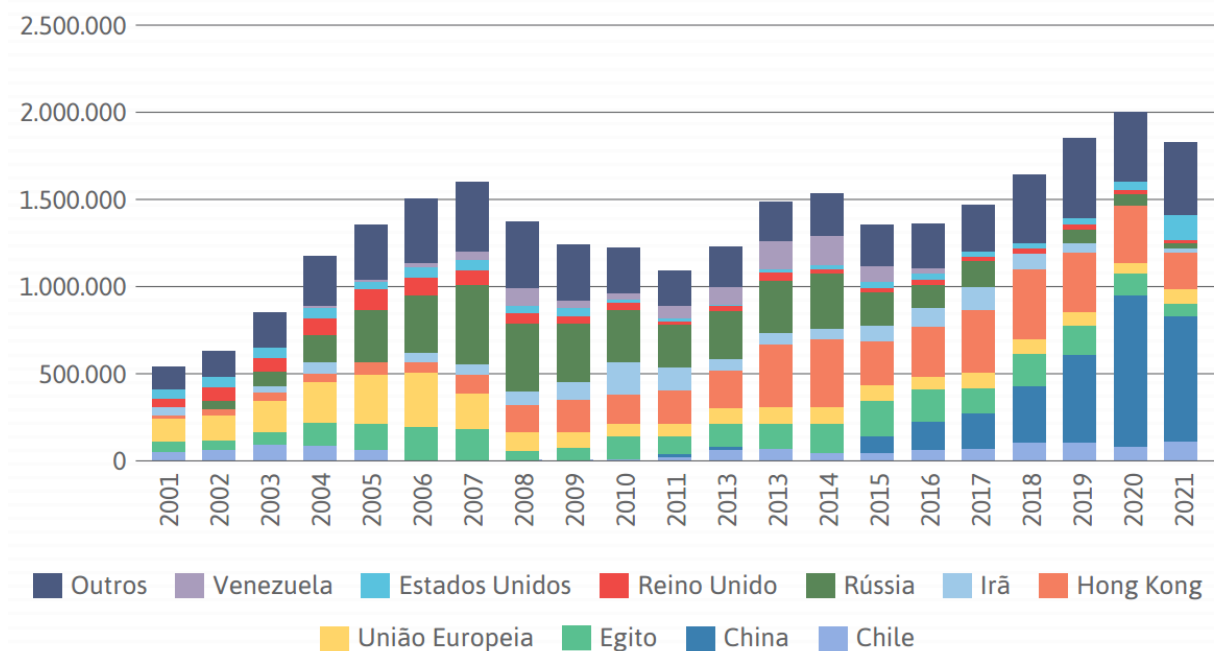
---

59 A EEB é uma zoonose que faz parte do conjunto de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis (EETs) observadas em mamíferos. Trata-se de uma acumulação da proteína anômala chamada príon no organismo, o que provoca degeneração do sistema nervoso, dando um aspecto de esponja ao tecido cerebral. A transmissão se dá pelo consumo de tecidos infectados. Os casos identificados no Reino Unido desde 1986 estavam associados com a criação de gado confinado que consumia rações “proteínadas”, isto é, com base em carne e ossos obtidos dos restos de outros mamíferos. A definição de casos “atípicos” refere-se aos animais que apresentam EEB sem terem consumido as ditas rações, onde a doença resulta de uma mutação isolada em um indivíduo particular, e não um surto associado com a forma de alimentação do rebanho como um todo (SORDI; LEWGOY, 2013).

60 Segundo dados do Cepea e AUESCO adaptados pelo portal Farmnews. FORMIGONI, Ivan. Preços históricos do boi gordo em dólares entre 2000 e 2020 (Farmnews, 21 maio 2020). Disponível em: <https://www.farmnews.com.br/mercado/precos-historicos-do-boi-gordo-em-dolares/> Acesso em: 26 abr. 2023.

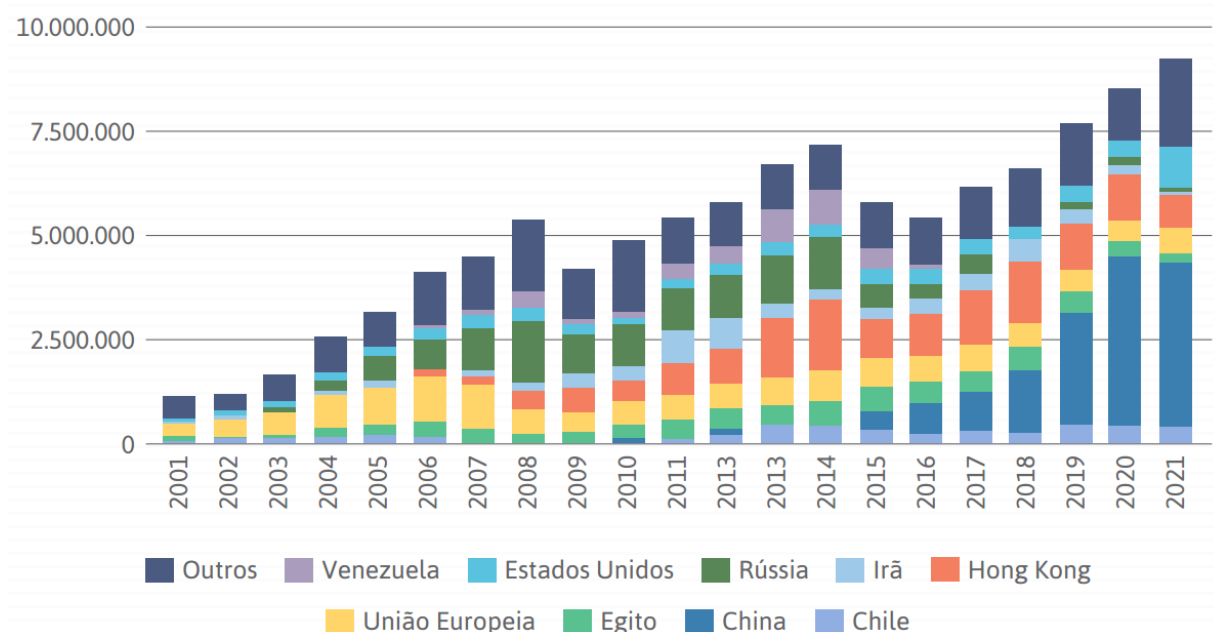
em dólares passa a ser ocupada pela Rússia, sendo superada por China e Hong Kong desde 2014 até o presente. Em termos de toneladas, os dois destinos representam 26% dos envios de carne para o exterior em 2016, chegando a 50,4% em 2022 (ABIEC, 2022). Portanto, o crescimento das exportações nacionais de carne foi acompanhado de uma reorientação nos destinos com maior ênfase para o continente asiático, conforme pode-se observar nos Gráfico 15 e 16.

**Gráfico 15** – Maiores importadores de carne bovina brasileira em toneladas (2001-21).



**Fonte:** Abiec (2022) com base em SECEX/ Ministério da Economia / ABIEC.

**Gráfico 16** – Maiores importadores de carne bovina brasileira em mil US\$ (2001-21).



**Fonte:** Abiec (2022) com base em SECEX/ Ministério da Economia / ABIEC.

A aceleração na demanda chinesa por carne bovina a partir de 2008 e, mais recentemente, após 2019, está associada com dois conjuntos de fatores. Por um lado, representa o ingresso chinês nos mercados agroalimentares via OMC nos anos 2000, inicialmente percebido como impulsionador tão somente das grandes commodities, mas que tem-se apresentado também como enorme destino para produtos reconhecidos em termos de qualidade diferenciada (queijos, vinhos, cafés e até mesmo commodities como soja mediante rastreabilidade quanto ao desmatamento amazônico) (WILKINSON, 2022b). Nesse sentido, o consumo doméstico chinês de proteína animal aumentou em mais de 5 vezes entre 1980 e 2017 se considerarmos as estimativas da FAO de que o consumo per capita no país teria atingido os 88 kg, considerando que a carne de porco perfaz 31 kg desse montante. De todo modo, a crescente demanda está em linha com a elevação da renda per capita, a urbanização e a afluência da nova classe média. Isso tem produzido mudanças nos hábitos alimentares e dietas de classe, de modo que a presença de carnes constituindo 3/10 da dieta média do consumidor chinês tende a crescer na medida em que representa um sentimento de superação da pobreza e sinal de distinção social (ESCHER; WILKINSON, 2019).

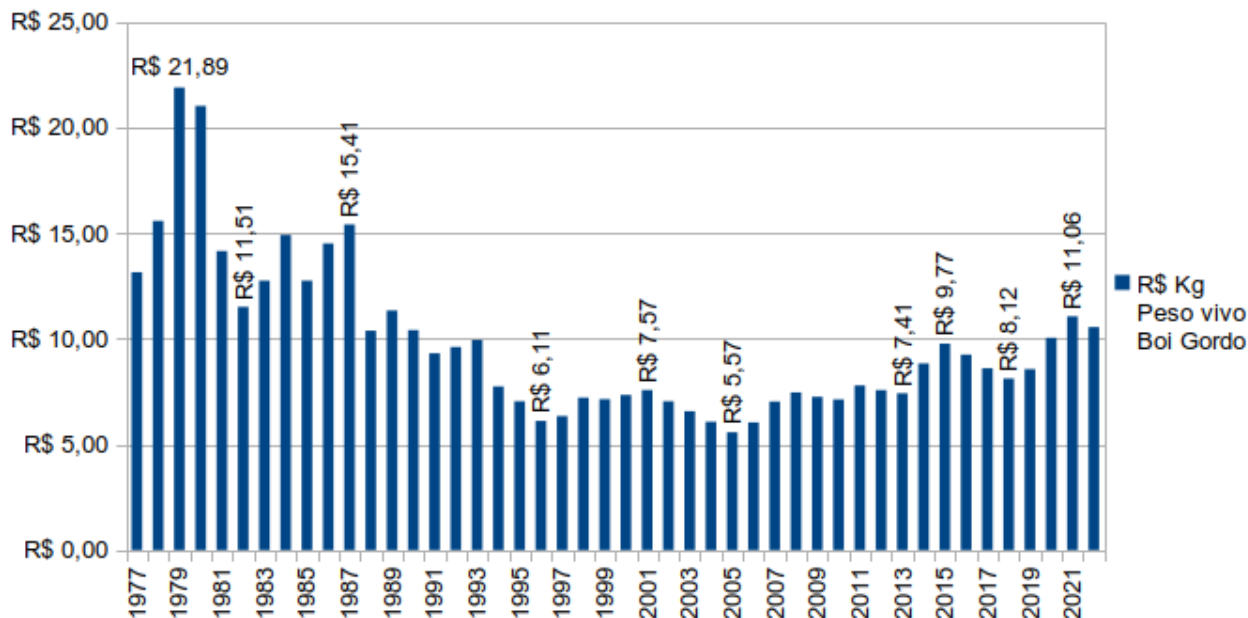
Estimativas da USDA apontam que o consumo per capita chinês de carne bovina cresceu de 4,8 kg em 2010 para 6,2 kg em 2018, ao mesmo tempo em que o rebanho reduziu-se em 10,88%, o que implicou na elevação das importações de 40 mil para 1,2 milhões de TEC, tornando-se o segundo maior importador mundial do produto (IEG/FNP, 2019). O segundo fator que eclode entre 2018 e 2019 refere-se aos desafios sanitários enfrentados na produção de carnes no país asiático, mais especificamente os surtos da chamada peste suína africana (PSA) que provocaram quebras de aproximadamente 25% na produção de carne suína do país, a qual passou de 54 para 41 milhões toneladas entre 2018 e 2020, gerando em curtíssimo prazo um incremento sem precedentes de 11 milhões ton. na demanda desse tipo de carne no comércio mundial (WILKINSON, 2022b).

Em resumo, de 1997 até a crise de 2008-9 as exportações brasileiras de carne multiplicaram-se em 11,4 vezes em valor (até 2008) e 6,6 vezes em volume (até 2007) aproveitando-se de fatores externos e internos favoráveis. O ano de 2008 inaugura a queda na demanda europeia e de um conjunto de outros países que adquiriam em menor escala, mas, ao mesmo tempo, marcam o início da ampliação da demanda chinesa. O volume total exportado (TEC) pelo Brasil se reduz de 2008 a 2011, somente voltando em 2013 e 2014 para os patamares de 2007, e superando-os apenas em 2018 e nos anos seguintes. Desde o final do ano de 2008 até 2009 ocorreu uma queda temporária nos preços internacionais de commodities, os quais voltaram a se elevar entre 2010 e meados de 2014. Desse modo, registrou-se queda no valor (US\$) das exportações brasileiras de carne em 2009, mas elas rapidamente retomam o crescimento e em 2011 superam o recorde em dólares registrado em 2008, mesmo com volumes mais baixos de toneladas comparadas àquele ano.

Os preços internos do boi gordo respondem a esse movimento, registrando altas em 2007-2008, 2011 e, mais fortemente, em 2014-5, quando os fatores externos se somam ao contexto doméstico de retenção de matrizes. Entre o final de 2014 e o início de 2016 o movimento de baixa internacional nos preços de commodities reflete-se na redução de volume e de valor total das exportações brasileiras de carne bovina. A partir de 2017 ambos demonstram retomada com um vultoso incremento nas importações chinesas que passam a constituir mais de metade das exportações da carne bovina brasileira em dólares e em toneladas. Contudo, os preços reais do boi gordo entre 2017 até o terceiro trimestre de 2019 no Brasil ainda não apresentavam retomada de alta devido ao cenário de incremento na oferta, tendo em vista a elevação do abate de fêmeas reprodutoras e a estagnação no consumo interno. A subida de preços torna-se expressiva após 2019 quando alcança uma faixa de

valores reais acima de R\$10,00 que não era registrada desde as décadas de 1970-80, como pode-se observar no Gráfico 17 sobre os preços praticados no Rio Grande do Sul.

**Gráfico 17** - Evolução do preço do quilograma do boi gordo de 1977 a 2022 no Rio Grande do Sul (R\$ por Kg, deflacionados pelo IGP-DI).



**Fonte:** Viana, Souza e Silveira (2009) para os dados entre 1977 e 2006, com base nos registros históricos da Emater-RS; Emater-RS para o restante (2007-2022).

O incremento nos preços reais e nas exportações de carnes bovinas a partir de 2019 aconteceu mesmo que houvesse estagnação no consumo doméstico das três principais fontes de proteína animal no Brasil, além da piora nos indicadores de segurança alimentar. Como vimos anteriormente, o consumo per capita dessas carnes atingiu o patamar recorde de 95,04 kg em 2018, reduzindo-se para 92,11 kg em 2021. No entanto, deve-se ter em mente que os dados médios não representam adequadamente as dietas de cada classe. Nisso, a queda no consumo de carne bovina iniciou há mais tempo, registrando redução a partir de 2013, cujo consumo foi substituído pela elevação nas aquisições de proteínas com preços mais baixos, como a do frango e a do suíno. Essa tendência está em linha com o encolhimento no poder aquisitivo das classes trabalhadoras devido à elevação na taxa de desemprego e a desaceleração, seguida de crise, no plano econômico do país.

As pesquisas do IBGE que abordam diretamente a temática da segurança alimentar nos domicílios brasileiros corroboram a existência de dois cenários distintos a partir dos anos 2000: a) nos estudos de 2004, 2009 e 2013 observou-se que a situação de insegurança alimentar reduziu-se continuamente de 34,9% para 22,6%; b) a pesquisa de 2017-2018 registrou uma piora do indicador com aumento para 36,7%, o que significa a existência de 25,3 milhões de domicílios em insegurança alimentar (AIN, 2020). Levantamentos mais recentes organizados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (REDE PENSSAN, 2021; 2022) apontam a continuidade na deterioração dos indicadores sobre o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e continuidade, onde cerca de 58,7% da população brasileira encontra-se em algum grau de insegurança alimentar, com 30,7% na condição de restrição moderada a grave<sup>61</sup>.

61 Insegurança alimentar ‘leve’ ocorre quando em determinado domicílio “aparece preocupação com acesso aos alimentos no futuro e a qualidade da alimentação já está comprometida”; a condição ‘moderada’ significa



### 3.4 A bovinocultura de corte gaúcha na conjuntura brasileira de austeridade e especialização regressiva

Ao observar os momentos de crescimento, estagnação e crise da economia brasileira nos diferentes governos que atravessaram o início deste século, Carvalho (2018) considera que são de grande importância os arranjos envolvendo duas variáveis: as políticas domésticas de investimento público e os ciclos de preços internacionais de commodities. A depender de suas convergências e divergências, podemos observar em boa medida o comportamento das tendências econômicas no país. Partindo desse princípio, e com apoio nas análises da autora que vão até 2017, caracterizamos os seguintes períodos entre 2002 e 2022:

a) de 2002 a 2005 tivemos um cenário de juros altos, ajuste fiscal e reduzido investimento público lado a lado com o início do chamado *boom* das commodities na transição entre o segundo governo de FHC e o primeiro mandato de Lula, resultando em momentânea aceleração do crescimento econômico;

b) de 2006 a 2010 houve continuidade do ciclo expansivo de commodities, interrompido somente entre 2008-9, mas acrescido de políticas de investimento e distribuição de renda que sustentaram o crescimento do PIB até 2010 – período conhecido como “Milagrinho” econômico dos governos Lula I e II;

c) de 2011 a 2014 o governo Dilma I implementou um ajuste fiscal e concedeu desonerações ao setor privado, no âmbito da chamada “Agenda Fiesp”, em um momento de estagnação em topo nos preços das commodities e reduzidos investimentos públicos, o que provocou desaceleração econômica e elevação da taxa de juros;

d) entre o final de 2014 e o início de 2016 a desaceleração no crescimento econômico tornou-se uma retração de 3,5% do PIB em 2015 e de 3,3% em 2016, com crescimento da taxa de desemprego acima dos 10%, o que foi reforçado em 2015 e 2016 pelas políticas de austeridade, os prejuízos econômicos da operação Lava Jato, a crise política do processo de impeachment da presidente e os reduzidos investimentos públicos e privados, lado a lado com a queda de 55% nos preços das commodities e a manutenção da taxa básica de juros em patamares elevados;

e) em 2016 ocorreu o afastamento da presidente da república, sendo substituída até 2018 pelo vice-presidente Michel Temer, com o crescimento econômico caindo a patamares abaixo da média das décadas de 1990 e 2000 e a taxa de desemprego alcançando os 13,9%, embora o cenário de preços das commodities fosse de recuperação. Nesse contexto agravou-se o quadro de austeridade com a aprovação de contrarreformas (trabalhista, ensino médio, política de preços da Petrobras), desestatizações e desnacionalizações (setores de petróleo e energia<sup>62</sup>) e na definição de um “teto de gastos públicos” (Emenda Constitucional 95), que acarretou em restrições orçamentárias nos investimentos estatais em infraestrutura e no financiamento de longo prazo com juros subsidiados para o setor privado, além de congelamento por 20 anos dos investimentos em educação, saúde, saneamento e habitação, com privilégios ao pagamento de juros da dívida pública em prol dos setores rentistas;

f) em 2019 toma posse o governo Bolsonaro com o aprofundamento das políticas de austeridade, das contrarreformas (da previdência, da autonomia do Banco Central), das privatizações (Petrobras Distribuidora, Liquigás e TAG; campos de petróleo da Petrobras,

---

que “os moradores já têm uma quantidade restrita de alimento”; a situação ‘grave’ é registrada quando “os moradores passaram por privação severa no consumo de alimentos”, ou seja, redução no consumo para todos os dependentes, inclusive crianças, podendo-se registrar situações onde alguém passa um dia inteiro sem alimentar-se (AIN, 2020).

62 *A privatização em “marcha forçada” nos governos Temer e Bolsonaro*, por William Nozaki (Le Monde Diplomatique Brasil, 14/05/2019). Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-privatizacao-em-marcha-forcada-nos-governos-temer-e-bolsonaro/> Acesso em: 28 abr. 2023.

posições acionárias de organizações públicas, e outras desestatizações efetivadas ou em andamento como a da Eletrobras<sup>63</sup>) e da desorganização de uma série de aparatos de bem estar social e de conselhos de participação democrática, os quais foram acompanhados de quedas nos preços das commodities em termos internacionais e no contexto interno de manutenção da taxa elevada de desemprego (acima de 11%) com crescimento de apenas 1,1% do PIB (IBGE, 2023). Entre 2020 e 2021 observou-se uma profunda crise econômica, sanitária e política, com mais de 600 mil mortes decorrentes da pandemia da Covid-19<sup>64</sup>, numa queda de 4,1% do PIB seguida de crescimento em 4,6% em 2021 (IBGE, 2023), além de uma séria degradação do tecido sociopolítico nacional, somada ao choque nas cadeias de suprimentos globais e, conseqüentemente, uma elevação de preços de commodities no comércio mundial. A economia doméstica foi acompanhada de um dólar elevado, alta taxa de inflação e escasso investimento público federal (na proporção de 0,26% do PIB, i.e., de volta aos patamares de 2003-4<sup>65</sup>), de modo que não houve um plano de ações coordenadas a fim de estimular uma reparação dos efeitos da pandemia e uma recuperação econômica, onde o debate manteve-se dentro dos marcos do “teto de gastos”;

g) em fevereiro de 2022 toma forma o conflito indireto entre Rússia e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em solo ucraniano, que repercute em sanções impostas pelos EUA à Rússia, além do acirramento nas disputas entre EUA e China envolvendo guerra comercial e tensão militar na região administrativa especial de Taiwan, o que vai progressivamente criando limitações para as relações de livre comércio constituídas nos acordos multilaterais entre nações na ordem mundial posterior à Guerra Fria<sup>66</sup> – reforçando o atual contexto de política externa estadunidense denominado “realismo ofensivo” (FIORI, 2018). Somado a isso, a elevação das taxas básicas de juros nas maiores economias mundiais e as crescentes preocupações quanto aos riscos de desaceleração e recessão econômica<sup>67</sup> têm provocado intensas variações nos preços de commodities ligadas à energia, fertilizantes, metais básicos e alimentos<sup>68</sup>. No Brasil a política doméstica se manteve presa aos princípios de austeridade e limitação nos investimentos públicos. O crescimento anualizado do PIB foi

---

63 *Privatizações de Bolsonaro: o que ficou na promessa e o que saiu do papel?*, por Luan Martendal (Uol Economia, 01/04/2022). Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/01/privatizacoes-de-bolsonaro-o-que-ficou-na-promessa-e-o-que-virou-privado.htm> Acesso em: 28 abr. 2023.

64 *Pandemia matou o triplo do registrado em 2020 e 2021, estima OMS* (Portal Poder360, 05/05/2022). Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/pandemia-matou-o-triplo-do-registrado-em-2020-e-2021-estima-oms/> Acesso em: 28/03/2023.

65 *Investimento direto do governo federal atinge menor nível em 17 anos*, por Darlan Alvarenga (Portal G1, 26/04/2022). Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2022/04/26/investimento-direto-do-governo-federal-atinge-menor-nivel-em-17-anos.ghtml> Acesso em: 28 abr. 2023.

66 Um exemplo desses movimentos regressivos na perspectiva da globalização neoliberal é o eufemístico termo “*friendshoring*”, que tem sido um novo jargão no mundo dos negócios corporativos e de política externa estadunidenses, o qual indica a busca por internalizar cadeias produtivas em território norte americano e limitar as relações com nações que tomem medidas consideradas política e economicamente desfavoráveis à hegemonia do país – por exemplo nas tensões com a Rússia e a China, assim como nas indisposições com a Arábia Saudita diante do mercado petrolífero. Fonte: *What Is ‘Friendshoring’?*, por Sarah Kessler (The New York Times, 18/11/2022). Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/11/18/business/friendshoring-jargon-business.html> Acesso em: 28 jul. 2023.

67 *Economia mundial entrará em recessão em 2023, diz FMI* (Portal Poder360, 02/01/2023). Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/economia-mundial-entrara-em-recessao-em-2023-diz-fmi/> Acesso em: 28 abr. 2023.

68 *Primary Commodity Prices, International Monetary Fund*. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Research/commodity-prices> Acesso em: 28 abr. 2023.

de 2,9%, mas concentrou-se no primeiro semestre de 2022 como decorrência de estímulos fiscais e da retomada do setor de serviços ainda sob influência da pandemia<sup>69</sup>.

Considerando o contexto econômico nacional entre 2002-22, rapidamente sumarizado nos últimos parágrafos, observamos que os avanços e retrocessos na economia do país continuam fortemente dependentes das oscilações nos mercados internacionais de commodities. A tônica geral do “consenso macroeconômico” do Plano Real e do ajuste operado após a crise cambial de 1999 – no que se refere ao controle de gastos públicos, às metas de inflação e à apreciação do câmbio enquanto medidas de imposição das finanças em detrimento das políticas domésticas soberanas (PAULANI, 2017) –, continuou operante durante os diferentes governos desde então, de modo que o crescimento dos investimentos públicos, no sentido de constituir as infraestruturas necessárias ao crescimento de longo prazo, se apresenta como situação excepcional, tal como foi o contexto do Milagrinho (2006-10) (CARVALHO, 2018).

Nesse sentido, a manutenção de uma alta taxa de juros reais em favor de setores rentistas e o fortalecimento dos agronegócios exportadores de produtos primários e semi-elaborados por meio de isenções fiscais deixou de ser uma política temporária de controle do câmbio e geração de divisas. Acabou se tornando uma característica permanente do subdesenvolvimento nos últimos 20 anos, na medida em que a economia do país, de um modo geral, e o seu setor industrial, de forma mais aguda, seguem vulneráveis às elevações na taxa de câmbio e potenciais crises inflacionárias. No contexto de recrudescimento das políticas de austeridade a partir de 2015 observamos a desaceleração contínua nos investimentos públicos, a desestatização de setores estratégicos e o crescimento do PIB a níveis baixos.

A elevação dos índices de desemprego e a estagnação da economia brasileira a partir de 2014 apresentam-se como sintomas de médio e longo prazo do padrão de especialização em produtos primários e numa indústria intensiva em capital e mais orientada à adaptação aos padrões tecnológicos médios do que na sua ultrapassagem pela via das inovações. É sintomático que o consumo de carne bovina tenha deixado de apresentar ganhos consistentes no mercado interno em termos de quantidade per capita desde 2013, observando-se também uma redução no conjunto do consumo de proteína animal após o ano de 2018. A desaceleração crônica no crescimento da economia nacional acontece no mesmo período em que a bovinocultura de corte brasileira alcança patamares recorde em termos de rebanho e produção de carne, o que alavanca ainda mais a elevação das exportações.

Portanto, a expansão do rebanho e da produtividade na pecuária de corte nacional se dá em um contexto macroeconômico de manutenção da inserção dependente e subdesenvolvida do país no contexto do comércio mundial. As vantagens competitivas das exportações brasileiras se explicam parcialmente pelo ganho de produtividade alcançado com avanços tecnológicos, mas devem-se também à exploração do patrimônio ambiental no alastramento da fronteira pecuária sobre a região amazônica e o cerrado, de modo que estão, assim, pautadas no que a literatura classifica como especialização regressiva da economia nacional. Ainda que a expansão da indústria frigorífica nacional nos anos 2000 contribua com objetivos de evitar a desnacionalização de ativos estratégicos, acaba reproduzindo um padrão tecnológico de adaptação em um setor intensivo em capital. A priorização das exportações de produtos primários e semi-elaborados em detrimento da manufatura é apontada como uma estratégia que depende mais da exploração da produtividade dos recursos naturais em detrimento dos ganhos em inovações tecnológicas, intensificação das trocas interindustriais e incremento da massa salarial, como observa Delgado (2012).

---

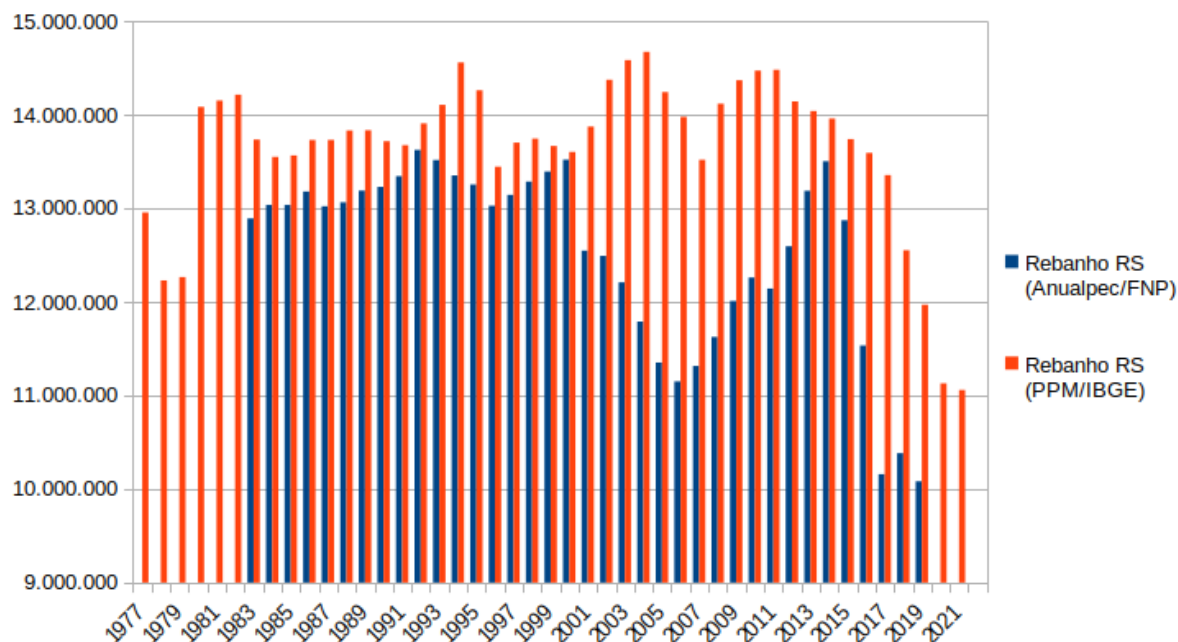
69 *PIB do Brasil avança 2,9% em 2022, mesmo com 4º trimestre de queda*, por Raphael Martins (Portal G1, 02/03/2023). Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/02/edit-pib-do-brasil-avanca-29percent-em-2022.ghtml> Acesso em: 28 abr. 2023.

A estabilidade em médio e longo prazo desse padrão enviesado da economia brasileira em relação ao comércio externo nos coloca diante de questionamentos sobre a dependência no desenvolvimento econômico, especialmente com as tendências recentes à especialização em um único setor e em um único mercado como nos casos de carnes e soja orientados para a demanda chinesa. Segundo Wilkinson (2022a), o cenário concreto de especialização regressiva do comércio externo, de estagnação econômica no crescimento interno e de redesenho nas relações agricultura-indústria no sistema agroalimentar parece não constar no horizonte da narrativa que prospecta um futuro estável para os agronegócios brasileiros no sentido de alimentar dietas baseadas em proteína animal em um mundo com crescimento populacional até 2050. Essa leitura considera dobrar a produção agropecuária sem afetar o ambiente e o clima, obtendo divisas para o país e inovações na atividade industrial, o que por sua vez geraria empregos qualificados e incrementaria o PIB das regiões onde se instala, além de promover o abastecimento alimentar interno e a fuga da histórica dependência externa.

O autor considera que a oficialização dessas projeções por importantes setores políticos e de produtores rurais que embarcam nessa narrativa tende a colocar o país em uma rua sem saída na medida em que instabilidades se avizinham: a) a China, enquanto principal mercado do complexo soja-carne brasileiro, procura aumentar sua autossuficiência em várias frentes, tal como o controle sobre cadeias globais, a diversificação de fontes internas e externas de abastecimento, a redução no consumo de carne e o apoio às inovações disruptivas no setor de proteínas; b) outros países emergentes, tal como a Índia, apresentam barreiras culturais e religiosas para exercer uma demanda como a chinesa representou nos últimos 20 anos, de modo que devem adotar inovações na indústria alimentar de proteínas e apresentar uma escala inferior à chinesa; c) o sistema agroalimentar vive uma transição que tem acionado processos inovadores na indústria alimentar (proteínas alternativas, “agricultura de ambiente controlado” ou “agricultura 5.0”), os quais podem redefinir as relações agricultura-indústria, com perda de dinamismo nos agronegócios brasileiros (WILKINSON, 2022a; 2022b; ESCHER; WESZ JR., 2022).

Diante da conjuntura macroeconômica de especialização regressiva, observou-se no RS, em geral, e em sua porção Sudoeste, em particular, que ao longo das décadas de 2000 e 2010 houve progressiva concentração na atividade sojeira, a qual passou a disputar espaço com a tradicional predominância da bovinocultura de corte e da lavoura de arroz. A partir de 2009 as áreas com soja se expandiram aceleradamente, de modo que esse crescimento ocorreu em detrimento das lavouras de arroz após 2011. No sudoeste do estado, entre 2000 e 2021, a concentração das áreas cultivadas com soja em comparação com as de arroz passou de 26% para 69% (conforme Capítulo II). Do mesmo modo, reduziu-se a cobertura total do conjunto de pastagens, desde os registros do Censo de 1995/1996, observando-se o mesmo encolhimento para os dados sobre o efetivo bovino (Gráfico 18).

**Gráfico 18** – Efetivo do rebanho bovino (cabeças) do Rio Grande do Sul (1977-2021).



**Fonte:** PPM/IBGE; Anualpec (IEG/FNP) edições 1994, 1995, 1996, 2001, 2005, 2010, 2014 e 2019.

Segundo levantamentos da PPM/IBGE, o rebanho estadual apresentava longa estabilidade desde a década de 1970 e inicia tendência de redução a partir de 2012, intensificando-se a queda entre 2017-2020, quando passa de 14.140.654 para 11.128.019 de cabeças, isto é, uma baixa de 23,14% no estoque em nove anos (2,57% a.a.). Por sua vez, as estimativas da FNP apontam dois grandes movimentos de queda no rebanho, sendo o primeiro entre 1999 e 2006 (-16,74%), com recuperação até 2014 (21,1%), quando se inicia uma segunda queda até 2019 (-25,32%), atingindo o menor registro da série histórica (10.081.525 cabeças), em comparação com os maiores observados em 1992 e em 2014, quando havia um efetivo de cerca de 13,5 milhões bovinos.

Independentemente da fonte, os registros e estimativas convergem no sentido de redução significativa do efetivo bovino nos últimos oito a dez anos. Porém, há discrepância nas movimentações de alta e de baixa, principalmente entre 2001 e 2014. Em primeiro lugar, isso tem relação com a metodologia utilizada em cada caso. Segundo Nehmi Filho (2005b), engenheiro agrônomo e um dos fundadores do Instituto FNP, as estimativas da empresa são baseadas em modelos matemáticos que utilizam cruzamentos de dados. Seu ponto de partida são os Censos Agropecuários do IBGE, desde os quais são calculados ajustes anuais. Os registros oficiais da Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, do IBGE, não são considerados como fonte suficiente, pois se referem tão somente aos abates inspecionados. Em 1995/6, o índice de clandestinidade variava de 35,3% a 41,4%, de acordo com inferências de Mathias (2008), com base em dados de produção, importação, consumo final, consumo intermediário e exportações. Estudo mais recente conduzido por pesquisadores do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP, com referência na demanda por carne bovina e na oferta de animais “prontos” para o abate em 2015, sugere que 3,83% a 14,1% do total é abatido sem inspeção, com possível subestimação<sup>70</sup>.

<sup>70</sup> *Pecuária/Cepea: abate não fiscalizado no país corresponde de 3,83% a 14,1% do total* (Cepea, 25/04/2019). Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pecuaria-cepea-abate-nao-fiscalizado-no-pais-corresponde-de-3-83-a-14-1-do-total.aspx> Acesso em: 17 ago. 2023.

Tendo isso em vista, as estimativas anuais da FNP têm como referência fontes consideradas de alta confiabilidade, tal como os registros de produção e exportação nacional de couros, de acordo com o Centro das Indústrias de Curtume do Brasil (CICB), além das exportações de carne registradas pela União, por meio da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), convertidas adequadamente para o equivalente carcaça. Outras medidas indiretas de checagem são utilizadas, tal como os preços relativos do boi no mercado interno e nas exportações, a venda de vacinas contra aftosa e as tendências de migrações do rebanho (NEHMI FILHO, 2005b). Portanto, a estimação do estoque bovino por empresas como a FNP depende das informações que referenciam a contagem indireta dos abates, assim como de melhorias nos dados oficiais.

Já os dados anuais de efetivo da PPM/IBGE são referendados em uma rede de coleta de informações em escala municipal que envolve “entidades pública e privada, produtores, técnicos e órgãos ligados direta e indiretamente à produção, comercialização, industrialização, fiscalização, fomento e assistência técnica à agropecuária.” (IBGE, 2011, p. 10). Segundo informantes no trabalho de campo para a presente pesquisa de tese, a principal fonte utilizada para os dados da PPM no Sudoeste rio-grandense são as fichas de vacinação dos animais, onde os produtores agropecuários declaram seus animais vacinados e apresentam a nota fiscal da compra da vacina. Estes dados eram obrigatoriamente fornecidos até o ano de 2020, quando o status de zona livre da febre aftosa no RS ainda dependia das vacinas.

Diferentes interlocutores entrevistados em São Gabriel (bancários, pecuaristas, sindicato patronal, corretores), consideram que o rebanho declarado na ficha de animais vacinados é superestimado em cerca de 20%. O motivo apresentado é que este documento pode ser utilizado como lastro na obtenção de financiamento, considerando que o limite máximo de crédito disponibilizado pela instituição bancária é calculado em termos de Reais por cabeça declarada. A prática foi confirmada por agentes bancários entrevistados. Em resposta, estes procuram reduzir o limite médio de financiamento concedido por animal declarado, para evitar que os pecuaristas obtenham mais crédito do que seu estoque tecnicamente permitiria.

Outro aspecto que influencia as informações da PPM/IBGE é a elevação artificial das declarações a fim de superestimar a taxa de lotação animal, enquanto uma das estratégias ruralistas contra possíveis intervenções desapropriatórias do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Argumentam nesse sentido Mielitz Netto (1994) e a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) – por meio de sócio-diretor da empresa responsável pelos dados publicados em relatórios da organização<sup>71</sup>.

Esta é possivelmente uma das explicações para as oscilações em direções opostas nos dados da FNP e PPM/IBGE entre 1993-5 e 2000-4, em momentos de forte mobilização no campo dos conflitos agrários e altas expectativas quando à política agrária do primeiro governo Lula (2003-6) (DA ROS, 2009; ZANELLA; PICCIN, 2018). Além disso, os dados de rebanho na PPM aumentavam mesmo em um período de elevado abate de matrizes (PICCIN, 2012), sugerindo um contrassenso. Ainda que a PPM informe redução do efetivo de 2005 a 2007, este se mantém em patamares bem acima daqueles da FNP. Outra variação que sugere declarações não condizentes de estoque na PPM se refere às oscilações de baixa que se intensificam somente depois de 2017, momento que sucede a interrupção de uma série de governos petistas iniciados com Lula, em 2003, onde havia expectativas reformistas agrárias. Considerações municipais sobre oscilações atípicas nos dados da PPM são apresentadas no Capítulo IV.

Para o momento, o que vale observar é o cenário convergente de redução do rebanho que se confirma em ambas as fontes no período recente. Como observamos no capítulo

---

<sup>71</sup> *Afinal, qual é o tamanho do rebanho bovino?* (Valor, 10/09/2021).

anterior, as transições produtivas do período não representaram mudanças na histórica concentração de recursos econômicos por grupos dominantes sobre os mercados agropecuários. Contudo, destacamos que nas duas últimas décadas uma série de comportamentos produtivos, rentistas e especulativos têm sido remodelados pela elevação de preços dos ativos fundiários e a priorização no desenvolvimento das cadeias produtivas voltadas à exportação. A redução no rebanho, observada principalmente a partir de 2012, está associada com a forte apreciação das terras e da remuneração na forma de arrendamento, as quais tornam-se cada vez mais atrativas para os estancieiros pecuaristas de modo a encerrarem ou reduzirem as atividades dos estabelecimentos com bovinocultura em prol do arrendamento ou da venda dos imóveis rurais.

A recente queda na proporção de machos com mais de 36 meses no rebanho é um indicador que referenda a redução dos produtores que conservam características extensivas com baixa produtividade, considerando que a produção mais intensiva procura abater os animais com até 30 meses de modo a obter remunerações por qualidade diferenciada junto aos frigoríficos. Nesse sentido, entre 2019 e 2022 observou-se redução consistente na participação de bois com mais de 36 meses entre todos os machos guiados para abate (de 35% para 18%) e no efetivo bovino (de 6,49% para 4,74%, incluindo os reprodutores), o que indica a tendência para um rebanho mais jovem, mais produtivo por unidade de área e com maior velocidade de giro do capital (NESPRO, 2023).

O *boom* da soja na região também provocou mudanças nos sistemas de produção mais recorrentes na bovinocultura de corte, sobretudo no que se refere à fase de engorda e safra do boi gordo que se concentrou no período do inverno/primavera com abates entre setembro e novembro. O padrão anterior envolvia a engorda prioritariamente em pastagens naturais que apresentam maior oferta forrageira no verão, de modo que a safra do boi gordo acontecia entre março e abril. A mudança do período de engorda para o inverno é uma decorrência da gradual integração entre lavoura e pecuária, onde as pastagens azevém/aveia são cultivadas nas áreas que recebem o plantio de soja no verão. Conforme acontece o crescimento contínuo de áreas com lavoura temporária, também aumenta a busca por diferentes categorias bovinas passíveis de engorda no inverno, tais como novilhas, vacas que não emprenham e vacas de descarte com mais de 36 meses, além dos bois magros e dos bezerros – o que gera uma demanda crescente para a oferta pelos criadores. Se, por um lado, a integração de calendário anual entre a fase de engorda pecuária com o cultivo das lavouras de soja tem sido adotada com facilidade, o mesmo não vale para a fase de cria que estende-se por um tempo maior e exige oferta forrageira ao longo de todo o ano, não apenas no inverno (NESPRO, 2022). Se as terras com maior aptidão agrícola são continuamente convertidas em lavouras anuais, restam menos áreas para a pecuária de cria em proporção e em capacidade produtiva na temporada de verão – ainda que a redução no rebanho com idade mais avançada represente simultaneamente uma pressão menor sobre as pastagens, como veremos adiante.

Portanto, nos últimos anos uma série de características ganham relevância nos sistemas de produção da bovinocultura de corte no sudoeste do RS, tal como a menor proporção de machos com idade elevada no rebanho, a integração lavoura-pecuária principalmente na fase de engorda, a nova época de safra do boi, a queda no efetivo bovino, a pressão crescente pela oferta de animais para engorda no inverno, a redução na cobertura de pastagens nativas e os limitantes na disponibilidade de áreas para a fase de cria da pecuária de corte. Nesse sentido, observa-se entre 2012 e 2022 uma redução em 14,5% na quantidade anual de abates fiscalizados e registrados pela pesquisa trimestral do abate de animais pelo IBGE, enquanto o peso total das carcaças reduziu-se em 8,95% no período. Embora o efetivo bovino e a quantidade anual de carne vermelha produzida no estado tenham-se reduzido, percebe-se um incremento no peso médio das carcaças de 219,44 kg para 233,67 kg, isto é,

um ganho de 6,48% que acontece precisamente entre 2019 e 2022 quando se observa redução consistente na participação dos bois com mais de 36 meses no rebanho. Embora a mudança seja positiva no sentido de incremento em produtividade por animal abatido, encontra-se abaixo da média de peso dos abates em todo o país (267,59 kg) e da melhoria percentual média do desempenho nacional no mesmo período (13,27%). Em outras palavras, possivelmente a disparidade do RS em relação a outras áreas pecuárias mais eficientes aumentou. Além disso, o peso médio encontra-se distante da fronteira tecnológica e organizacional possível para a atividade, indicando que persiste a heterogeneidade entre sistemas intensivos e mais extensivos com diferentes graus de investimento, qualificação e adesão tecnológica.

Na medida em que a produção de carne vermelha tem ocorrido desde um efetivo bovino menor e com queda na produção estadual, dados recentes (2019-22) do grupo de pesquisas Nespro indicam que a produção total de carne in natura bovina do RS é insuficiente para a demanda estadual. Considerando a importação e o envio dessas carnes para outros estados e países através de registros fiscais (Secretaria da Fazenda - SEFAZ-RS)<sup>72</sup>, o grupo estimou que em 2022 cerca de 47% da carne bovina in natura consumida no RS originou-se de fora do estado, a qual representa 50% de todo o valor da produção de carne bovina gaúcha. A produção local é superavitária nos meses de setembro a novembro e deficitária no restante do ano, principalmente de maio a julho, em linha com a sazonalidade da safra do boi gordo sob engorda no inverno. Essa condição dependente da integração com as lavouras de soja promove variações na produção e na oferta de carne gerada no estado e dificulta o estabelecimento de contratos regulares para fornecimento ao mercado local e externo. O abastecimento do consumo sul-rio-grandense com relevante parcela de produtos oriundos de outros estados provoca um cenário no qual os preços de outras praças pecuárias do Brasil fazem-se sentir mais acentuadamente no RS, colocando a produção estadual em contato mais intenso e constante com áreas produtoras altamente competitivas (NESPRO, 2023).

No que se refere às exportações para o mercado estrangeiro, conforme dados da plataforma Comex Stat, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, a participação do RS no saldo total nacional é de 4,89% em média entre 1997 e 2022, reduzindo-se para 3,83% entre 2014-22. Comparado aos dados de volume em toneladas de carne produzida no estado (ABIEC, 2022), as exportações representam uma proporção de 7,5% em 2018, encontrando-se abaixo da média nacional que foi de 25,55% no mesmo ano. As exportações avançam no ano de 2020 para uma proporção de 12,69% da produção estadual, enquanto permanecem em 26,07% na escala nacional. Entre os tipos de carne vermelha exportada pelo RS entre 1997 e 2022 predominam as modalidades in natura e industrializada, em proporções geralmente acima de 95%. Entre 2003-7 e 2020-22 registrou-se o predomínio das carnes in natura, recentemente com destaque para as categorias desossadas (congeladas, frescas ou refrigeradas).

O recente crescimento do perfil de exportações in natura no RS representa valores maiores recebidos por tonelada – em 2022 foi cerca de 1,25 vezes maior que o preço pago pelas industrializadas –, o que está em linha com o avanço das aquisições por parte de China e Hong Kong, especialmente após 2018, quando tornam-se o principal destino em detrimento do Reino Unido que adquire praticamente apenas a categoria industrializada. O valor médio recebido em dólares por tonelada avança de US\$ 3.750,34 em 2018 para US\$ 5.346,92 em 2022 (COMEX STAT, 2023). O crescimento mais relevante na destinação ao mercado chinês acontece a partir de novembro de 2019 com a habilitação de uma planta frigorífica do grupo

---

72 Referentes ao comércio de carne in natura bovina entre pessoas jurídicas envolvendo elos da cadeia produtiva anteriores aos consumidores, sem considerar as transações com carne industrializada, miúdos, charque, carne de sol e outros produtos à base de carne ou obtidos a partir desta (NESPRO, 2023).



Marfrig em São Gabriel (no Sudoeste do RS) no contexto de expansão na demanda do país asiático devido às perdas locais de proteína animal atreladas ao surto de peste suína. Recentemente o governo estadual em parceria com empresas do setor industrial tem exigido do governo chinês a habilitação de outras unidades processadoras de carne bovina do RS, com o intuito de ampliar o mercado exportador com maior remuneração por tonelada<sup>73</sup>.

Em suma, a produção de carne vermelha na Campanha gaúcha tem demonstrado uma dinâmica progressivamente integrada às tendências de especialização regressiva na economia nacional, com interesse crescente das elites agropecuárias e agroindustriais na exportação dos produtos primários, uma estrutura concentrada dos agentes exportadores, baixa perspectiva de diversificação no destino da fração comercializada externamente (China), e, nos sistemas produtivos, forte correlação com as forragens produzidas em alternância com as lavouras de soja. Considerando esse cenário que se desenha nos mercados e no aspecto mais geral dos sistemas produtivos, analisaremos com maior profundidade no próximo capítulo as informações estatísticas e os dados do trabalho de campo especificamente sobre a bovinocultura de corte e seus produtores em meio às fortes reconfigurações produtivas e patrimoniais em curso na economia estancieira no sudoeste sul-rio-grandense.

---

73 *Rio Grande do Sul busca junto ao governo chinês a habilitação de cinco frigoríficos para ampliar exportações* (Portal O Globo, 26/03/2023). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/03/rio-grande-do-sul-busca-junto-ao-governo-chines-a-habilitacao-de-cinco-frigorificos-para-ampliar-exportacoes.ghtml> Acesso em: 05 maio 2023.

## **CAPÍTULO IV – A BOVINOCULTURA DE CORTE E AS ESTÂNCIAS NO SUDOESTE SUL-RIO-GRANDENSE: BASE TÉCNICA DA PRODUÇÃO, DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E VIAS DE INTENSIFICAÇÃO PRODUTIVA**

Os incrementos tecnológicos necessários para intensificar a pecuária de corte acentuam a disputa entre diferentes partes da cadeia produtiva que visam extrair rendas extraordinárias relacionadas à elevação do investimento e da produtividade do trabalho. Em outras palavras, os estancieiros que procuram melhorar os índices produtivos da bovinocultura de corte se encontram diante das indústrias e fornecedores de insumos e máquinas, dos prestadores de serviços técnicos, dos corretores, dos frigoríficos, do varejo concentrado em supermercados/hipermercados e das *tradings* internacionais. Embora o controle fundiário continue sendo uma ferramenta estratégica para a perpetuação desse grupo social, entendemos que os estancieiros atualmente se encontram mais dependentes da dinâmica concorrencial própria do regime neoliberal, isto é, sua perpetuação enquanto pecuaristas de corte está mais sujeita aos movimentos de corporações transnacionais, às disputas entre os elos da cadeia produtiva e aos demais produtores de carnes bovinas do país.

Nesse sentido, no que se refere à bovinocultura de corte, os estancieiros encontram-se em um novo contexto de acentuada disputa quanto às formas de acumulação, de modo que ganha espaço uma diferenciação interna em sua categoria social: a) parte dos grandes proprietários passa a apostar suas fichas no rentismo via arrendamento de terras para os lavoureiros de soja/arroz, desativando a atividade criadora de animais até então conduzida em seus imóveis rurais; b) outra parcela dos proprietários mantêm-se como responsável pela pecuária conduzida em seus estabelecimentos, frequentemente associados com o arrendamento de terras para lavouras. Entre as duas possibilidades, do arrendamento e das atividades conduzidas por conta própria, existem também combinações intermediárias onde os estabelecimentos são parcialmente arrendados para plantações de soja/arroz, sendo retomados pelos proprietários durante o período de outono/inverno para o pastejo dos animais em forragens cultivadas.

Diferenciações sociais entre pecuaristas e especificamente entre estancieiros não são exatamente uma novidade quando tomada uma perspectiva histórica e das classes sociais. Os grandes proprietários e criadores patronais de gado são um grupo social coeso desde que a criação das cooperativas de frigoríficos bovinos, entre as décadas de 1930-1950, permitiu a superação das diferenças intersetoriais que até então existiam entre estancieiros e estancieiros-charqueadores, o que foi promovido mediante subsídios para infraestrutura através de recursos públicos estaduais e federais controlados pelo Instituto Sul Riograndense de Carnes (PICCIN, 2014). A emergência de diferenciações contemporâneas nas formas de conduzir a acumulação de recursos econômicos não necessariamente coloca as diferentes frações de estancieiros em conflitos públicos, de modo que segue tendo sucesso o esforço sindical patronal na produção da unidade na classe social proprietária e de produtores agropecuários. No entanto, nos diálogos que construímos a campo foi possível observar uma série de novas posições e oposições sociais que emergem entre pecuaristas, rentistas e lavoureiros na medida em que são ao mesmo tempo sócios e concorrentes nos mercados agropecuários.

Na economia estancieira o arrendamento de terras e a bovinocultura de corte fazem parte de estratégias correlatas para lidar com os processos de recomposição na morfologia do espaço social que ganham intensidade a partir da década de 1990, envolvendo a ascensão dos lavoureiros e a estagnação/descenso de frações dos pecuaristas estancieiros. Mas, em contexto

de elevação dos preços de aluguel do solo, a disponibilidade decrescente de áreas de campo para arrendamento aos pecuaristas de cria, recria e ciclo completo, no período de verão, encerra um conflito implícito e concreto na competição pelo uso das terras. Essa concorrência suscita, por exemplo tensões familiares, em processos de partilha de imóveis na medida em que as negociações e sociedades entre parentes eram historicamente uma estratégia para manter as estâncias ao longo de gerações e, no caso de existirem novos agentes em melhores condições de capitalização e pagando preços mais altos, se desconfigura a manutenção de patrimônios familiares e se diversifica/reconcentra em outros grupos de agentes o campo dos proprietários rurais.

Corroboramos os trabalhos que apontam a existência de uma heterogeneidade nas pecuárias de corte do Rio Grande do Sul, tanto sob o ponto de vista da marginalização em longo prazo das formas sociais de pecuária familiar frente às políticas públicas para a agropecuária e o desenvolvimento regional, quanto no que se refere às especificidades próprias de frações do patronato estancieiro. Essas diferenças também referem-se à base técnica da produção nos perfis mais extensivos/intensivos e às fases da criação bovina conduzidas nos estabelecimentos. Observamos indícios de especialização entre os pecuaristas estancieiros que reduzem seus estabelecimentos devido a processos de partilha patrimonial ou acréscimo da área cedida em arrendamento. Nesses casos, os rebanhos são remanejados no sentido de atender fases específicas da criação, como é o exemplo da transição entre produtores que conduziam o ciclo completo e passam a ter apenas rebanho de cria ou cria/recria.

Sendo assim, neste capítulo caracterizamos a bovinocultura de corte que é realizada em estâncias no sudoeste do Rio Grande do Sul, atentando para transformações que ocorreram no contexto de emergência dos agronegócios de soja nos anos 2000. Para tanto, recorreremos a três recortes temáticos: a) a competição pelo uso das terras para lavoura temporária e pecuária de corte no sentido de impactos sobre a distribuição do rebanho em termos mesorregionais; b) a diferenciação social entre os pecuaristas, tanto no sentido patrimonial (patrões e/ou proprietários rurais) quanto na dimensão produtiva de especialização em fases de criação dos animais; c) as dinâmicas subjacentes à intensificação da produção no que se refere aos graus de controle estancieiro sobre a cadeia produtiva na disputa por rendas extraordinárias em contexto de incremento de capital investido por unidade de área, de rebanho e de força de trabalho empregada.

A análise teve como referência as fontes estatísticas oficiais, sobretudo os Censos Agropecuários do IBGE, e as informações compiladas pelo Observatório Gaúcho da Carne no que se refere às movimentações do rebanho registrados por Guias de Trânsito de Animais (GTA) emitidas pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do RS. Adicionalmente, nos embasamos em entrevistas e observação direta realizadas especificamente no município de São Gabriel com pecuaristas e outros informantes qualificados no que se refere à bovinocultura de corte da região (dirigentes sindicais, corretores de negócios rurais e gestores de cooperativas, órgãos públicos e empresas agropecuárias). Tendo consciência dos limites da amostra empírica, o intuito foi correlacionar as tendências quantitativas com informações qualitativas em termos das categorias de apreciação dos processos em curso, além de ilustrar as dinâmicas mais gerais com trajetórias sociais singulares e representativas.

#### 4.1 A competição pelo uso das terras entre lavoura temporária e pecuária de corte e seus impactos sobre a distribuição mesorregional do rebanho bovino

O cenário internacional de valorização de commodities agropecuárias no início dos anos 2000 provocou efeitos sobre as dinâmicas agrárias, agrícolas e rurais em diferentes contextos regionais brasileiros (MALUF; FLEXOR, 2017). Essas transformações incidiram sobre as economias e sociedades, isto é, no que se refere às relações objetivas e simbólicas entre as posições/classes sociais e às dinâmicas rurais/urbanas e locais/externas (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010). Nos capítulos anteriores analisamos expressões desse processo no que se refere ao mercado fundiário e à utilização de terras do sudoeste rio-grandense, assim como nas mudanças envolvendo a bovinocultura de corte em termos nacionais/estaduais e do reposicionamento do Brasil no comércio mundial de carne vermelha. Na presente seção avançamos no sentido de conectar esses debates mais especificamente com a evolução temporal do efetivo pecuário em relação às lavouras temporárias no sudoeste do RS, com atenção para as particularidades nas dinâmicas de uso da terra em diferentes municípios.

A literatura que analisa o avanço da criação de bovinos em direção ao Norte do país considera que o acirramento na competição por áreas para o cultivo de lavouras temporárias no Sul, Sudeste e Centro-Oeste foi um elemento chave para explicar o avanço do desmatamento em busca de áreas com menor custo para especulação imobiliária e expansão horizontal da criação de gado na região amazônica e do cerrado (DIAS-FILHO, 2010; GONÇALVES, 2012; MICHELINI, 2016). A pressão econômica por áreas agrícolas encontrou vazão em um mercado de terras regulado com frouxidão e permissividade para a apropriação privada de áreas devolutas e/ou pertencentes a povos originários, tradicionais e unidades de conservação (DELGADO, 2012). Uma resultante dessa tendência foi que os estados do Norte do país passaram a ter, em 2017, um efetivo bovino que representa 20,1% do rebanho nacional, numa forte ascensão frente aos 2,1% registrados em 1975 e aos 11,3% observados em 1995/1996 pelos censos agropecuários do IBGE.

Esses efeitos associados à demanda internacional por grãos, especialmente de milho e soja, em relação aos estoques pecuários nacional e regional, também fizeram-se sentir sobre a bovinocultura de corte argentina. Profundas transformações produtivas, econômicas e sociais têm ocorrido no país desde a década de 1970 mediante processos conhecidos como *agriculturización* e *sojización*, isto é, o crescimento extensivo dos cultivos de lavoura temporária associado com a concentração do capital, da produção e do uso da terra, o que eliminou cerca de 1/3 dos estabelecimentos agropecuários da região pampeana (AMEGHINO; DOUGNAC, 2011). Note-se que a distribuição do rebanho no país encontra-se historicamente concentrada na região pampeana em cerca de 70% do efetivo bovino nacional, o que inclui as províncias de Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé, Entre Ríos e La Pampa (em ordem decrescente), numa proporção que caiu ligeiramente desde a década de 1980, porém com um estoque estável de gado em cerca de 36 milhões de cabeças. Essa estagnação do rebanho na região chama a atenção da literatura na medida em que as terras para pecuária competem com o avanço da superfície de cultivos de verão, os quais expandiram-se em 13 milhões de hectares no período, um acréscimo de 141% (CAPDEVIELLE, 2016; 2020).

Instalou-se uma disputa por áreas entre pecuária e agricultura na região pampeana argentina na medida em que a difusão das lavouras tem um forte componente extensivo e que ambas as explorações encontram limitação física em seu crescimento e/ou manutenção. Embora as atividades eventualmente possam combinar-se em rotações sazonais ou anuais, em última instância o espaço disponível para a pecuária apresenta queda absoluta. Desse modo, a interdependência entre as explorações agrícolas e pecuárias em diferentes cenários

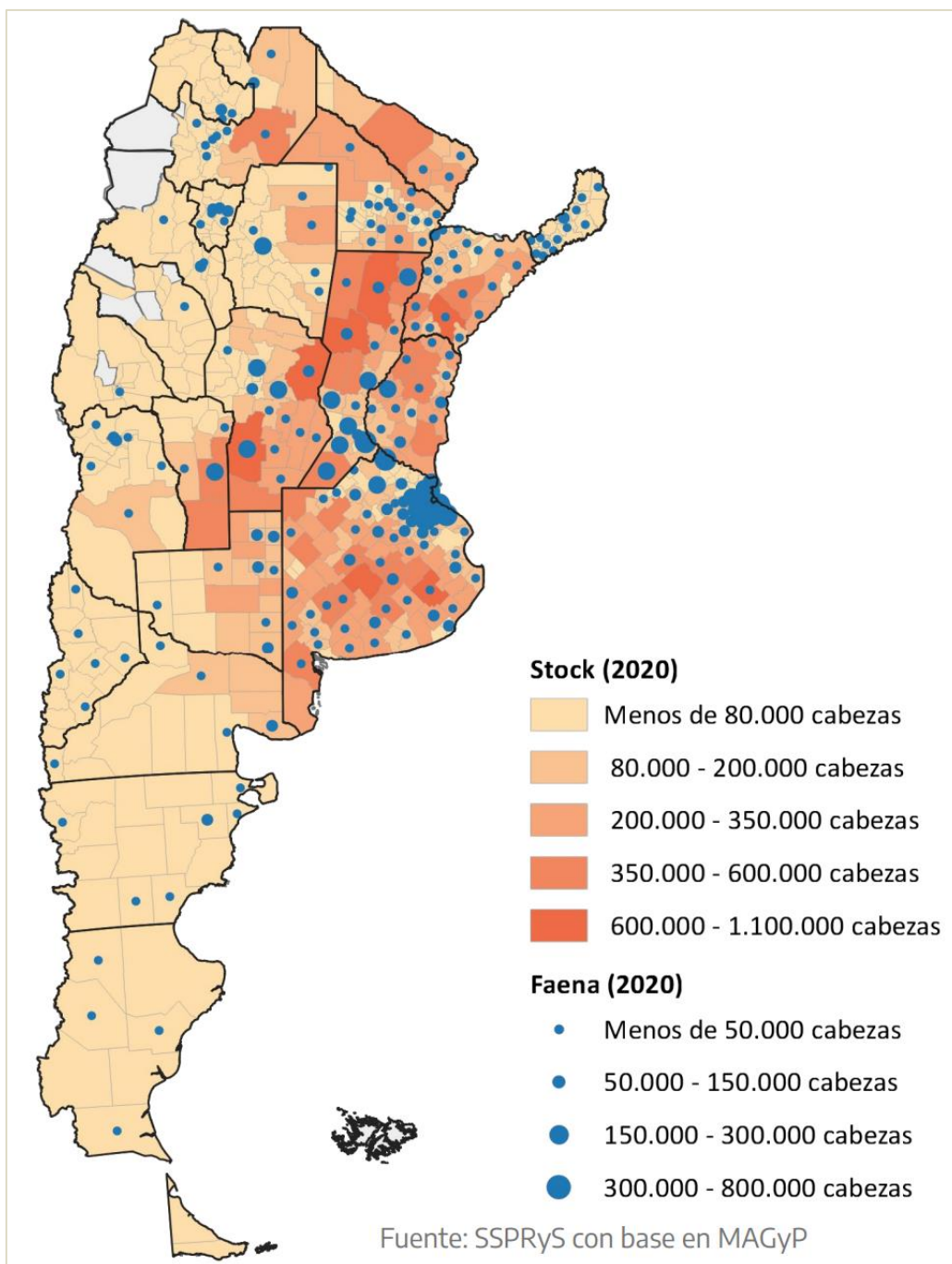
microrregionais vai expressar desenvolvimentos diferenciados dentro de um mesmo processo contextual mais amplo. Isto é, em uma dinâmica capitalista determinada pela comparação de rentabilidades relativas, irão expressar-se diferentes combinações entre pecuária e agricultura de acordo com as condições de solo, clima, localização e outros fatores (CAPDEVIELLE, 2016).

Seguindo com as observações de Capdevielle (2016), temos que a pecuária bovina argentina experimentou duas transformações correlatas que lhe permitiram manter o rebanho mesmo com a enorme expansão dos cultivos agrícolas. Nas regiões pampeanas mais tradicionalmente criadoras extensivas de gado, como na província de Buenos Aires, ocorreu uma intensificação mediante incrementos na produtividade da terra e/ou na suplementação para engorda dos animais. Na zona bonaerense a quantidade média de animais em relação a cada hectare não semeado com lavouras de verão<sup>74</sup> passou de 0,79 entre 1988-2002 para 0,91 entre 2002-2012. Dentre as condições técnicas favoráveis a essa elevação encontram-se as estruturas de confinamento em *feedlot*, que são instalações físicas projetadas especificamente para a engorda intensiva de gado previamente ao abate com dieta de alta concentração energética e digestibilidade, em até 3 a 4 ciclos anuais, preferencialmente ofertando carnes de animais jovens ao mercado (ROBERT et al., 2009).

Ao mesmo tempo, uma segunda consequência encontrada foi a realocação do efetivo bovino, onde se observaram movimentações tanto no interior da região pampeana quanto nos seus arredores, qualificados como áreas extra pampeanas (Figura 12). O primeiro conjunto de movimentos implica que as áreas fronteiriças ou de menor fertilidade na zona pampeana têm sido responsáveis por sustentar o efetivo bovino diante do avanço agrícola. Isso ocorre ao mesmo tempo em que áreas tradicionalmente produtoras de carneiros, como a Cuenca del Salado, têm sido propícias ao avanço agrícola e demonstrado incremento de machos para engorda em detrimento de vacas para cria. O segundo movimento é conhecido como “nova pecuária” (em tradução livre do espanhol) e se refere às porções extra pampeanas localizadas no Nordeste e Noroeste do país, as quais aumentaram consistentemente seu rebanho e a superfície utilizada mediante adaptações em prol de animais menos sensíveis ao clima dos trópicos – em linhagens compostas ou cruzas, como nos casos das raças Braford e Brangus resultantes da cruzada de raças zebuínas Brahman e Nelore com Hereford e Angus, respectivamente –, além da introdução de pastagens cultivadas/artificiais e sistemas silvipastoris (REARTE, 2011; CAPDEVIELLE, 2016).

---

74 Na sequência desta seção apresentaremos o método utilizado por Capdevielle (2016).



**Figura 12** – Localização da bovinocultura de corte argentina, 2020.

**Fonte:** Cardín, Zavaleta e Sacco (2021).

Processos correlatos de modificação das dinâmicas pecuárias e espaciais são também observados no território uruguaio. Nos anos 2000 o contexto favorável às exportações primárias sul americanas no comércio internacional, somado às medidas de abertura econômica do país e desregulamentações no mercado interno, são fatores relacionados com a acelerada expansão do setor de grãos e derivados que pressionam a bovinocultura em termos de uso da terra (ERREA et al., 2011). A expansão e consolidação de um novo modelo agrário no Uruguai no século XXI, com o pioneirismo dos aportes de grupos empresariais dos agronegócios argentinos de soja, tem efeitos sobre a sua estrutura agrária em termos da

reconfiguração dos grupos sociais rurais<sup>75</sup>, da elevação da expectativa de rentabilidade sobre a terra e na redefinição da paisagem (BIANCO et al., 2021).

No que se refere à pecuária bovina de corte, a produção uruguaia apresenta um dinamismo semelhante ao observado no caso brasileiro em termos da produção de carne, embora o tenha feito com redução da superfície utilizada e com ligeiro aumento do efetivo bovino. O rebanho saiu de um patamar de 9,9 milhões de cabeças entre as décadas de 1970 e 1990 para 10,7 milhões entre 1990 e 2010 e a produção de carne avançou 2,7% ao ano entre 1990 e 2010. As exportações passaram de 125 mil ton. anuais na década de 1980 para 390 mil ton. por ano entre 2006 e 2010, quando o país alcançou a posição de sétimo maior exportador mundial (ERREA et al., 2011).

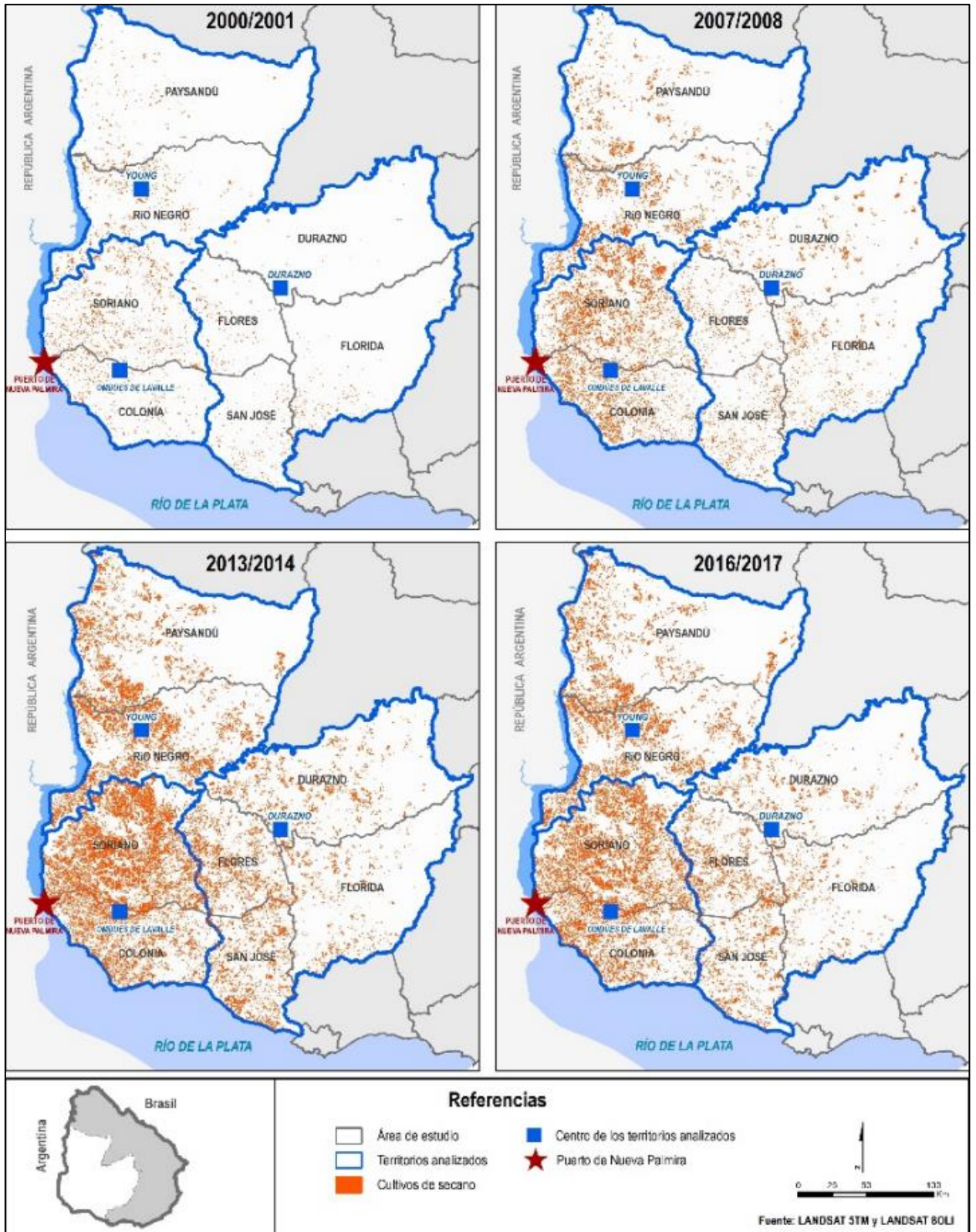
Os incrementos de produtividade foram obtidos com mudanças estruturais na composição do rebanho e na intensificação da criação. Nas proporções de animais abatidos entre 1985-89 e 2009-10, os machos com mais de 4 anos reduziram-se de 82% para 37,6%, enquanto os novilhos com menos de 4 dentes incisivos permanentes (até 30 meses) aumentaram sua participação de 7% para 44%. Mesmo que a área total de pastagens tenha decaído, a menor proporção de animais mais velhos implicou no aumento da área disponível para o rebanho de cria, o que está associado com melhor desempenho das fêmeas reprodutoras e maior taxa de desfrute no conjunto do rebanho. Ao mesmo tempo, as pastagens melhoradas avançaram em superfície de 1,7 milhão de hectares para 2,7 milhões de hectares, com indícios de aumento da suplementação com grãos nas fases de engorda e recria, onde a terminação em confinamento passou a compor cerca de 6 a 7% do total de abates nacionais (ERREA et al., 2011).

Diferentemente do caso de áreas extra pampeanas argentinas ou dos territórios de cerrado e amazônicos no Centro-Oeste e Norte brasileiro, a situação uruguaia é limitada em termos de expansão da fronteira pecuária. O espraiamento das lavouras de sequeiro implicou em queda na disponibilidade de áreas de pastagem, no entanto, essa dinâmica é mais presente conforme os rumos do avanço gradual das áreas agrícolas com soja. O vértice geográfico dessa expansão no Uruguai deu-se no sentido do litoral para o Centro e o Nordeste do país (Figura 13). Enquanto o litoral já era tido como área de aptidão agrícola, a zona central era considerada essencialmente pecuarista, embora comportasse importante setor arroseiro. Já o nordeste do país tratava-se de zona marginal para a agricultura. No entanto, sob diferentes ritmos, essas diferentes realidades viram-se diante de mudanças produtivas. Nesse contexto, foram registradas reconfigurações internas no efetivo pecuário, onde as áreas litorâneas de maior avanço da agricultura também são as que tiveram o maior incremento relativo de novilhos para engorda, com maior presença de estruturas de *feedlot*, enquanto outras parcelas como a região Norte mantiveram relevância no rebanho de cria (ERREA et al., 2011; BIANCO et al., 2021).

---

75 Dialogaremos com esta dimensão nas próximas seções.





**Figura 13** – Cultivos de verão segundo classificação de imagens de satélite em províncias selecionadas do Uruguai (2000-2017).

**Fonte:** Bianco et al. (2021).



O Rio Grande do Sul possui limitação territorial na expansão da fronteira pecuária de maneira similar ao que se observa no Uruguai. O crescimento agropecuário por incorporação de área esgotou-se na década de 1970, de modo que para cada hectare a mais de lavoura seria necessário suprimir áreas utilizadas com a pecuária em pastagens naturais ou artificiais (BÓS; SEABRA, 2014). A forte expansão da lavoura temporária a partir da década de 2000 representou na média estadual um avanço em 61,6% na área cultivada entre 1995/1996 e 2017, ao mesmo tempo em que o rebanho bovino retraiu em 13,3%, dos 13.2 milhões para 11.5 milhões de cabeças. Na análise desagregada por mesorregiões se percebe que em todas elas a área de lavoura foi incrementada e o efetivo bovino foi reduzido. Contudo, até 2017, o Sudoeste do RS foi a parcela que menos perdeu gado em termos percentuais (-4,8%), enquanto foi a segunda que mais cresceu em valor absoluto da área de lavoura (703.283 ha), sendo que mais de 4/5 dessa expansão aconteceu a partir de 2006. Desse modo, a mesorregião aumentou seu montante relativo de bovinos no rebanho estadual de 30,4% para 33,4% (IBGE, 1998; 2009; 2019). Embora os dados posteriores a 2017 em diferentes fontes (PPM/IBGE, IEG/FNP, SEAPI-RS) indiquem perdas consistentes no rebanho lado a lado com avanços da área cultivada, é notável que o Sudoeste do RS continua sendo a mesorregião com o maior efetivo bovino, o que corrobora a presente análise da interdependência entre agricultura e pecuária.

Tendo em conta o sucinto diálogo com a literatura brasileira, uruguaia e argentina sobre a competição entre áreas para lavoura e pecuária, sobretudo num olhar para a região pampeana envolvendo o sudoeste do RS, o Uruguai e a porção centro-leste argentina, consideramos válido colocar para o extremo sul brasileiro as hipóteses que vêm sendo propostas pelo debate acadêmico acerca da intensificação pecuária em regiões correlatas nos países vizinhos. Nesse sentido, a argumentação é de que o significativo avanço das lavouras temporárias pode implicar em pelo menos dois caminhos para a bovinocultura de corte: o incremento de animais por hectare (intensificação) e/ou a redução do rebanho – considerando a inexistência de área para expansão da fronteira pecuária.

Para avançar nessa análise fazem-se necessárias medidas aproximativas sobre a intensificação. Nos trabalhos de Capdevielle (2016; 2020) é proposta uma metodologia para visualizar a relação existente entre efetivo bovino e área agrícola: subtrair a superfície agrícola do total de superfície produtiva e calcular o quociente do efetivo bovino por área. A virtude dessa abordagem é que permite uma aproximação da dinâmica interdependente entre as modalidades agropecuárias de cultivo e pastoreio em determinado espaço geográfico. Por outro lado, não é indicada para inferir sobre a produtividade do rebanho ou a ‘taxa de lotação’, por entender que esta medida comumente se refere ao manejo no interior dos estabelecimentos e não a uma realidade agrária mais abrangente. Além disso, esta metodologia que analisa o ‘efetivo bovino sobre a área não semeada’ tem como pressuposto que a superfície produtiva não utilizada com lavouras será de um todo usada com pecuária extensiva em diferentes etapas de produção. Ou seja, o índice médio resultante é homogêneo e desconsidera que dentro de uma mesma unidade territorial (município, província e etc.) o confinamento concentra uma parte da produção em locais reduzidos, abrindo espaço para lotações menores em outros (CAPDEVIELLE, 2016).

Vale lembrar que estamos tomando uma medida de intensificação que não pode ser analisada isoladamente de outros aspectos das relações de produção, tendo em conta a problemática de aferição da produtividade em bovinocultura de corte, sumarizada em Mielitz Netto (1994). O autor observa que essas análises convivem tanto com a carência e imprecisão das informações estatísticas quanto com as tensões políticas envolvendo a tributação no meio rural e os programas de reforma agrária. No que se refere à mensuração envolvendo o estoque bovino em um recorte temporal definido, trata-se de uma aferição mais propriamente do

patrimônio e não do fluxo de animais. Em última instância, é possível que um estabelecimento aumente sua lotação sem ter destinado animais para abate, apenas incorporando uma quantidade maior de nascidos em relação aos falecidos. Ou seja, tomando essa medida, isoladamente, poderíamos inferir que os sistemas de produção tornaram-se mais intensivos tão somente porque aumentou a densidade de lotação, sem que fosse gerado um fluxo de produtos.

Portanto, a combinação de fontes de informação para além do estoque de animais é apropriada para avaliar o significado de lotações maiores ou menores em uma mesma área – o que atualmente pode tirar proveito do avanço nos controles digitais quanto ao trânsito de animais e das negociações com registros fiscais – a fim de embasar intervenções da política fundiária. No âmbito deste trabalho, obtivemos parte dessas medidas aproximativas no capítulo anterior, a respeito das informações estaduais sobre abates e indicadores zootécnicos, bem como o faremos nas seções posteriores no quesito das despesas dos estabelecimentos.

De modo complementar ao exercício analítico proposto em Capdevielle (2016), optamos por agregar outras variáveis disponíveis a fim de constituir a medida de intensificação pecuária mais aproximada da efetiva disponibilidade de área não semeada, isto é, descontando áreas inaproveitáveis (rios, lagos, pedregulhos, areais, estradas, cidades e etc.), matas (naturais ou plantadas) e lavouras permanentes. Adicionalmente, calculamos um total referente à área semeada no verão e outro no inverno, de modo a contemplar a forte discrepância na cobertura de lavouras temporárias nas duas sazonalidades, considerando que no inverno muitas terras ficam disponíveis para pecuária devido à sua utilização com pastagens e não com lavouras. Aprofundaremos esse aspecto na sequência.

Sendo assim, foram levantados dois conjuntos de dados:

A) dados decenais dos Censos Agropecuários (1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017), incluindo as seguintes variáveis:

- i) ‘área total dos estabelecimentos agropecuários’;
- ii) ‘terras inaproveitáveis’<sup>76</sup>, ‘matas naturais’ e ‘matas artificiais’;
- iii) área total de ‘lavoura permanente’;
- iv) ‘área colhida’ das lavouras de verão (arroz, milho e soja);
- v) ‘área colhida’ das lavouras de inverno (trigo e aveia branca);
- vi) ‘efetivo bovino’.

B) dados anuais da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) e da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE (1974-2021), em associação com dados do Projeto MapBiomias (2022c), referentes ao período 1985-2021, nas seguintes variáveis:

- i) área total municipal de acordo com o IBGE Cidades;
- ii) somatório das categorias do MapBiomias: “Floresta”, “Campo Alagado e Área Pantanosa”, “Afloramento rochoso”; “Silvicultura (monocultura)”; “Praia, duna e areal”, “Área urbanizada”, “Outras áreas não vegetadas”, “Corpo D’água”;
- iii) área total de lavouras permanentes (cana-de-açúcar, laranja, mamona, noz, tangerina, uva);
- iv) ‘área colhida’ (1974-1987) e ‘área plantada ou destinada à colheita’ (1988-2021) de lavouras temporárias de verão (arroz, amendoim, batata-doce, batata-inglesa, feijão, fumo, girassol, mandioca, melancia, melão, milho, pêssego, soja, tomate);
- v) ‘área colhida’ (1974-1987) e ‘área plantada ou destinada à colheita’ (1988-2021) de lavouras temporárias de inverno (cebola, cevada, linho e trigo);
- vi) ‘efetivo bovino’.

Tanto para os dados dos Censos quanto da PPM/PAM, o cálculo do ‘efetivo bovino sobre área não semeada’, para o verão (x) e o inverno (y), seguiu a seguinte fórmula:

---

76 A categoria de ‘terras inaproveitáveis’ não está disponível para consulta pública nos Censos de 1975 e 1985. Sendo assim, os dados de 1995/1996 foram replicados aos censos anteriores.

$$x = \frac{vi}{(i - ii - iii - iv)}$$

$$y = \frac{vi}{(i - ii - iii - v)}$$

Vale destacar que essa metodologia observa as dinâmicas envolvendo um único rebanho, o bovino, em detrimento de outras modalidades relevantes na mesorregião tal como os ovinos e os equinos que poderiam influenciar no indicador. Em especial o rebanho ovino ocupava as altas cifras de 5,7 milhões de cabeças nas décadas de 1970 e 1980, de modo que sua redução para cerca de 1,9 milhão nos censos agropecuários posteriores a 1995/6 aumenta a área disponível para bovinos. Há controvérsias na literatura sobre o grau de competição entre bois/vacas e carneiros/ovelhas pela forragem a fim de constituir uma equivalência quantificável entre as espécies. Considera-se que são estilos de pastoreio distintos e em boa medida aproveitam partes diferentes da vegetação quando se trata de um mesmo campo nativo em sua alta biodiversidade (PICCIN, 2012). Para evitar distorções na análise optou-se por considerar apenas o rebanho bovino na construção do índice, agregando-se comentários eventuais sobre possíveis efeitos dos ovinos.

Por falar em distorções, fez-se necessário ajustar dados da PPM do IBGE referentes ao efetivo bovino nos municípios de Bagé, Lavras do Sul e São Borja, os quais encontravam-se conjunturalmente inflados, sem correspondência com os Censos ou com qualquer evidência concreta de elevação substancial do rebanho<sup>77</sup>. Os dados altamente discrepantes entre 1991 e 1997 foram ajustados em termos de uma queda constante entre o primeiro e o último ano. Já os dados de 2002 a 2012 para Bagé e 2002 a 2017 para Lavras do Sul foram ajustados pela variação média mesorregional. Observou-se padrão similar de distorção nos dados do rebanho ovino de Bagé, Uruguaiana e Alegrete, cuja curva descendente foi suavizada pela média anual entre 1985 e 2001.

No que se refere ao ciclo pecuário bovino os anos de 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017, disponíveis para os censos agropecuários, coincidem em boa medida com momentos de baixa ou de estabilidade no rebanho estadual, sobretudo nos três registros mais recentes. Essa coincidência qualifica a análise no sentido de que os momentos comparados não comportam oscilações atípicas em sentidos opostos, por exemplo caso houvesse tanto picos de alta como picos de baixa.

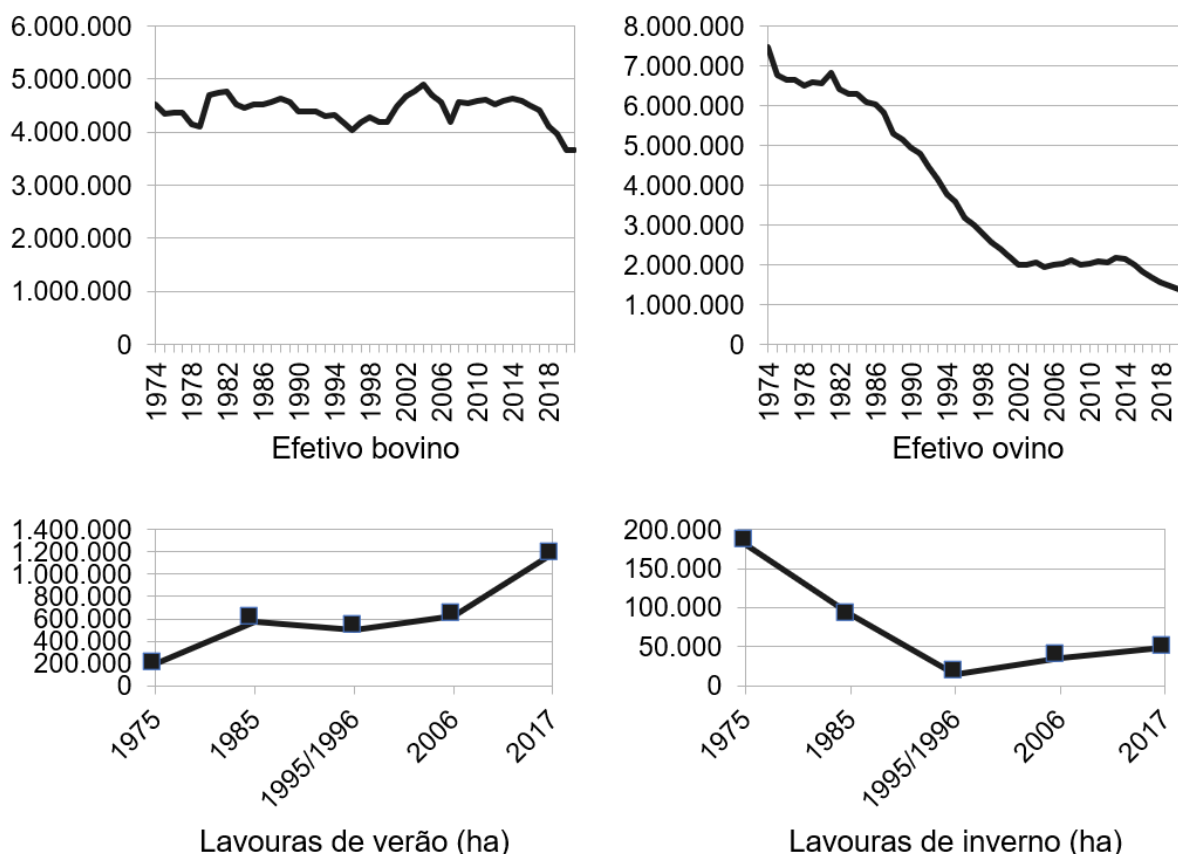
Partindo desse preâmbulo, consideramos que os estudos existentes sobre a intensificação da pecuária no RS têm se baseado no diferencial entre o rebanho e a cobertura de lavouras e/ou de pastagens por meio de imagens de satélite entre 1990-2013 (SILVEIRA; GONZÁLEZ; FONSECA, 2017) ou das estatísticas oficiais entre 2000-2017 (MOREIRA, 2019). Os dados aqui organizados trazem um panorama mais abrangente, envolvendo o

---

<sup>77</sup> Conforme comentado na seção metodológica e no capítulo III, uma hipótese sobre as distorções nos dados municipais, entre 1991-1997 e 2002-2012/17, se refere às estratégias postas em curso pelo setor ruralista no contexto do campo dos conflitos agrários estabelecido entre os autodenominados produtores rurais (proprietários) e os agricultores sem-terra (MST), onde a superestimação dos dados sobre o efetivo bovino e ovino poderia constituir um artifício que eleva o índice de lotação dos campos e serve de justificativa para combater a atuação do Inca no processo de vistoria da produtividade dos imóveis rurais. A tese de Da Ros (2006) aborda essa problemática no caso dos bloqueios físicos impostos pelos proprietários de grandes imóveis rurais contra funcionários do Inca que procuravam vistoriar imóveis em Bagé e Lavras do Sul na década de 1990. Outros pesquisadores como Mielitz Netto (1994), ou mesmo representantes da Abiec, afirmam que os dados da PPM podem ser inflados na medida em que muitos pecuaristas informam animais já abatidos em suas declarações de estoque, de modo a manter uma taxa de lotação artificial contra possíveis intervenções desapropriatórias do Inca. A informação foi declarada em: *Afinal, qual é o tamanho do rebanho bovino?* (Valor, 10/09/2021).

período 1974-2021, porém levando em conta apenas a mesorregião sudoeste do RS e seus municípios (desconsiderando emancipações, conforme seção de metodologia no Capítulo I). Em um primeiro apanhado mesorregional reunimos no Gráfico 19 dados sobre rebanhos (PPM) e lavouras (Censos) entre 1974 e 2017/2021.

**Gráfico 19** – Efetivos bovino e ovino (1974-2021) e superfície (ha) de lavouras de verão e de inverno (1975-2017) no Sudoeste rio-grandense.



**Fonte:** Censos Agropecuários de 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017; PPM. Organizado pelo autor.

As informações referentes ao rebanho dão conta de que bovinos e ovinos seguiram trajetórias distintas. O rebanho ovino teve enorme queda associada à crise de alta oferta da lã australiana entre o final da década de 1980 e início dos anos de 1990, lado a lado de sua concorrência com os fios sintéticos no mercado têxtil mundial. A estabilização do rebanho nos anos 2000 na casa dos 2 milhões de cabeças tem a ver com o mercado doméstico de carne ovina (VIANA, 2012). No entanto, após 2014 esse rebanho voltou a perder mais 30% de sua representatividade, aproximando-se de 1,4 milhão de unidades. Ou seja, não se manteve o cenário observado por Silveira, González e Fonseca (2017), com dados até o ano de 2013, quando o efetivo ovino ainda não sofria abalo adicional relacionado com a expansão das lavouras.

No caso do rebanho bovino observa-se que o Sudoeste riograndense mantinha por um longo período a tendência de estabilidade do estoque animal enquanto acontecia a elevação da área ocupada com lavouras, a exemplo do caso uruguaio ou da região pampeana argentina. Após 2017 acontece a perda de uma longa estabilidade na casa dos 4 milhões de cabeças,

similar ao encolhimento no efetivo bovino estadual mencionado anteriormente. Embora as altas e baixas sejam uma constante do ciclo pecuário, a queda em 17% no efetivo entre 2017 e 2021 foi a mais acentuada já registrada pela PPM, onde pela primeira vez o rebanho foi contabilizado abaixo das 4 milhões de cabeças.

No que se refere às lavouras de verão nos censos agropecuários temos que elas ocupavam cerca de 200 mil hectares em 1975 e se aproximam dos 600 mil hectares em 1985, mantendo este patamar até 2006, quando o rompem e chegam até os 1,2 milhões em 2017. Ou seja, as lavouras de verão se expandiram em 6 vezes. Já as lavouras de inverno tiveram comportamento distinto. Ocupavam perto de 200 mil hectares em 1975, praticamente a mesma superfície das homólogas estivais. Porém, sua superfície caiu acentuadamente até 1995/1996, chegando a apenas 20 mil hectares. Até 2017 houve retomada em cerca de 50 mil hectares. Exclusivamente nos anos de 2020 e 2021 a PAM do IBGE indica expansão acentuada dessas lavouras, sobretudo de trigo, que sozinha superou os 100 mil ha, mas ainda encontra-se distante da área ocupada no verão por soja (840 mil ha) e arroz (380 mil ha). Ou seja, nos últimos anos a superfície de lavouras temporárias no inverno é cerca de 12 vezes menor em comparação à da estação mais quente. No entanto, há de se considerar que as pastagens de azevém enquanto forragem encontram-se numa zona cinzenta nos dados oficiais do IBGE, já que não são registradas como lavoura temporária ou como pastagem permanente, de modo que a ausência da informação não significa que inexista uma relevante área sendo manejada em complementação às lavouras de verão.

Portanto, a dinâmica sazonal das lavouras registrada pelo IBGE na região mudou consideravelmente entre o início e o final da série. Se em 1975 as superfícies de verão e de inverno eram praticamente idênticas, atualmente ocorrem duas épocas bem distintas em termos de área ocupada. Durante as décadas de 1960-70 a combinação entre lavouras de trigo e de soja expandiu-se aceleradamente, com destaque para os municípios de Itaquí, São Borja e São Francisco de Assis na porção ocidental da região da Campanha. Na época o debate econômico sobre essas localidades se debruçava sobre a denominada “despecuarização”, isto é, o fenômeno espacial de redução da área disponível para pastagens. O trabalho de Bezzi e Gerardi (1987) indicou que o avanço do binômio trigo/soja a partir de 1960 em São Borja não implicava na integração entre lavoura e pecuária, de modo que eram atividades até então independentes que disputavam pelo uso das mesmas áreas de acordo com a racionalidade do proprietário entre manter as pastagens naturais ou ceder a terra em arrendamento para cultivo de lavoura, ou mesmo para semear trigo e soja por contra própria (BEZZI; GERARDI, 1987).

Atualmente podemos observar pelas séries históricas que o cultivo de trigo perdeu mais espaço em comparação ao de soja no decorrer da década de 1980 conforme os subsídios governamentais encolhiam. Do mesmo modo, a gradual retomada extensiva das lavouras da oleaginosa após 1996 não se fez acompanhar em mesma intensidade pelos cultivos de inverno. Ao mesmo tempo, o reposicionamento externo brasileiro nos mercados de soja e de carnes fez-se verificar na escala de mesorregião em uma transição na qual a combinação mais recorrente de uso das áreas de lavoura temporária de verão é com pastagens de inverno para pecuária e não mais com a cultura do trigo. Um dos indícios empíricos do fenômeno geral de transição no uso da terra e dos recursos produtivos é a elevada demanda por sementes para pastagens de inverno e a forte ascensão dos seus preços, especialmente as de azevém e aveia, que é observada por pecuaristas familiares entrevistados por Matte (2017) nos municípios de Bagé, Dom Pedrito e Pinheiro Machado.

A disponibilidade de alimento forrageiro no período de inverno nos campos naturais do extremo sul do país é um dos principais limites dos sistemas de produção da pecuária extensiva (MIELITZ NETTO, 1994), de modo que o incremento no cultivo de pastagens de

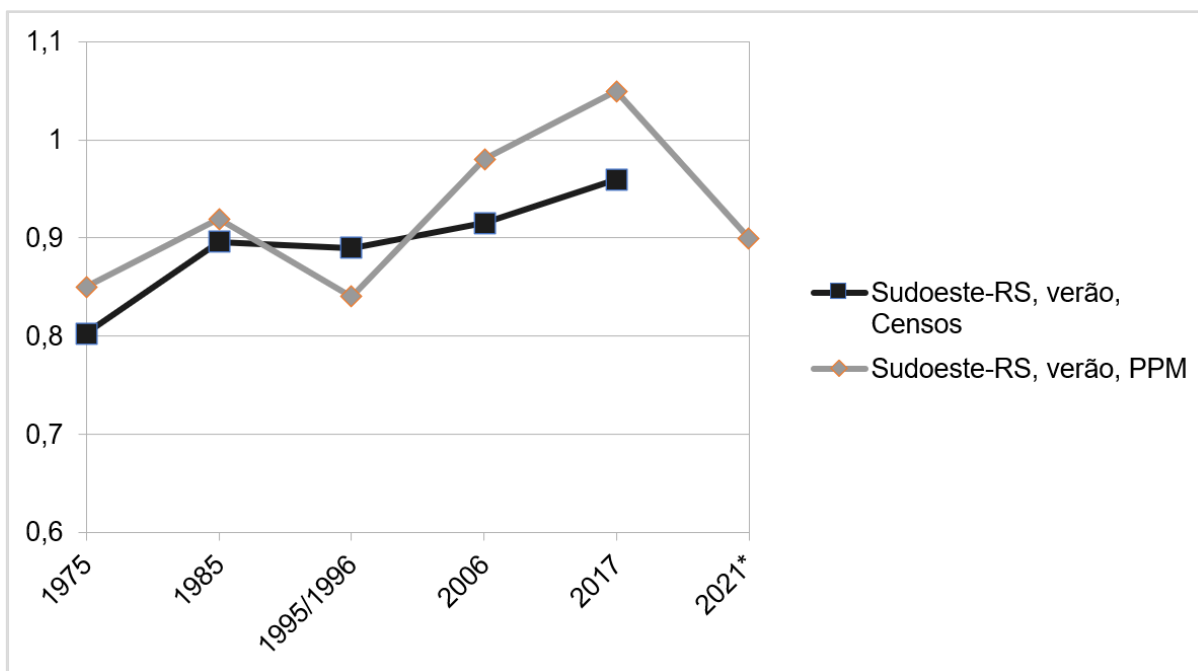
inverno é um dentre os meios<sup>78</sup> para sustentar um estado nutricional preexistente e/ou engordar os bovinos. Ou seja, a oferta alimentar adequada é um pré-requisito para a intensificação da produção. Tal como os *feedlot* no Uruguai e na Argentina, podemos dizer que a expansão das pastagens de inverno é um fator chave para o incremento da lotação na bovinocultura no sudoeste rio-grandense. Não por acaso, dentre os estados brasileiros o Rio Grande do Sul tem destaque nessa estratégia de intensificação comparativamente aos confinamentos e semiconfinamentos mais presentes em estados como São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (IEG/FNP, 2019), como veremos adiante. Adicionalmente, outro aspecto que não pode ser ignorado nesse apanhado mesorregional de informações é que a queda abrupta no rebanho ovino resulta também em maior disponibilidade forrageira para os bovinos. Portanto, não só as interdependências entre lavouras e rebanho se alteraram, mas também a própria dinâmica entre as espécies de criação em campo nativo, de modo que um aumento na lotação de bovinos também está relacionado com a disponibilidade do alimento não mais utilizado por ovinos.

Tendo em vista que atualmente existem dinâmicas distintas de relação da pecuária com as lavouras ao longo do ano, assim como um alívio relativo nas pastagens devido à profunda liquidação dos ovinos – e que esses fatores possuem variações locais associadas às condições edafoclimáticas, de localização e de mercado –, observamos em seguida os dados de unidades animais por hectare de modo sazonal para a mesorregião como um todo nos Gráfico 20 e 21.

---

78 A questão do uso pecuário extensivo/intensivo e da multifuncionalidade das pastagens naturais tem sido enfrentada por pesquisas em diferentes partes do mundo que se encontram diante do dilema entre preservação e produtividade nesses ecossistemas (CARVALHO et al., 2009). Esse aspecto será retomado adiante.

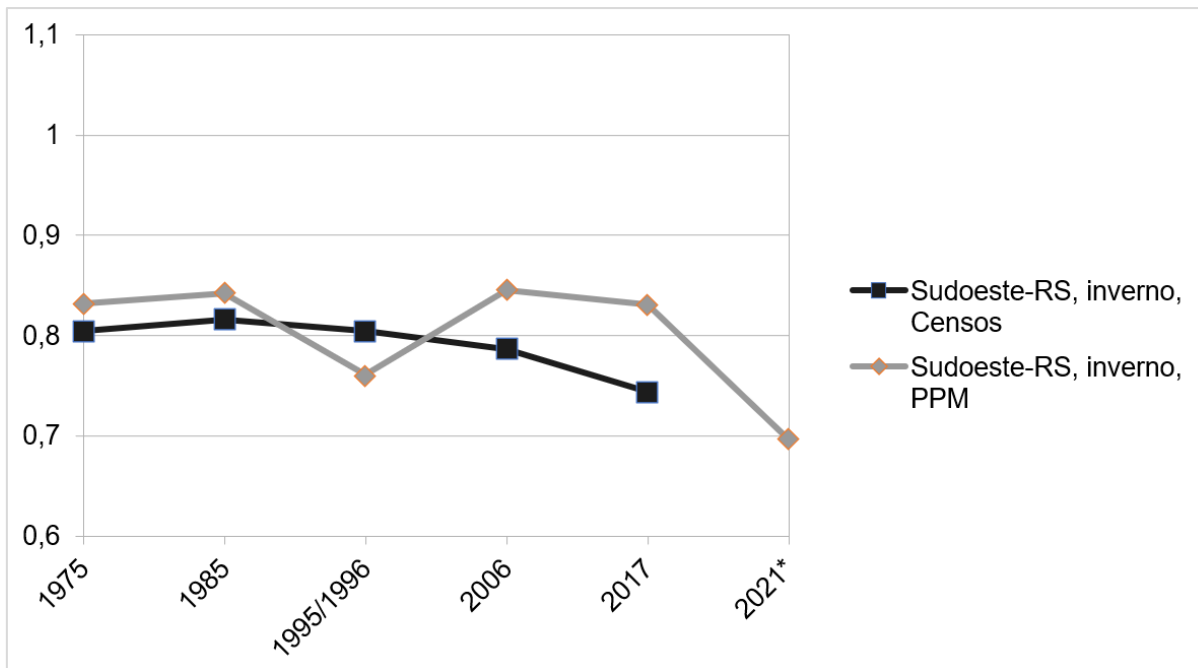
**Gráfico 20** – Cabeças bovinas por hectare não cultivado no verão no Sudoeste do RS (1975-2021).



\* Data não abrangida pelos Censos Agropecuários do IBGE.

**Fonte:** Censos Agropecuários de 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017; MapBiomias (2022c); PPM e PAM (1974-2023). Organizado pelo autor.

**Gráfico 21** – Cabeças bovinas por hectare não cultivado no inverno no Sudoeste do RS (1975-2021).



\* Data não abrangida pelos Censos Agropecuários do IBGE.

**Fonte:** Censos Agropecuários de 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017; MapBiomias (2022c); PPM e PAM (1974-2023). Organizado pelo autor.

Ao longo da série os Censos registraram para o período do verão uma elevação gradual que parte de 0,80 cabeças por hectare não cultivado em 1975 para 0,96 em 2017, enquanto a PPM acompanha com maior volatilidade o mesmo avanço. Os dados mais atualizados de 2021 são os da PPM e indicam uma regressão na alta registrada nas décadas anteriores, com um retorno ao patamar de 0,90, similar ao de 1985. Por outro lado, o quociente de bovinos por área não cultivada no inverno demonstra comportamento inverso, com estabilidade em torno de 0,80 entre o início da série dos Censos até 2006, seguido de queda abaixo de 0,75, quando atinge os patamares mais inferiores já registrados tanto em 2017 para o Censo quanto em 2021 para a PPM. A PPM registra queda conjuntural em 1995/1996 que pode estar associada com o cenário atípico de abate elevado de matrizes. De todo modo, a tendência mesorregional em longo prazo é de ligeiro aumento da lotação no verão e de redução no inverno. No que se refere aos dados de verão também analisados por Capdevielle (2016) há convergência entre a região pampeana argentina e o sudoeste do RS, o que permitiria inferir em ambas a intensificação via incremento gradual na quantidade de bovinos por área não semeada.

No entanto, cabe uma ressalva para os dados posteriores a 2017 que indicam queda acentuada do rebanho e da lotação, de onde podemos deduzir que as tendências de intensificação e de redução do rebanho se combinam. Isto é, o significativo avanço das lavouras após 1996 foi inicialmente acompanhado de manutenção do rebanho, mas nos últimos cinco a dez anos tem acontecido um ajuste estrutural na bovinocultura onde certas características de intensificação – peso médio de carcaça, idade média dos animais abatidos, taxa de desfrute, especialização dos pecuaristas, aumento de pastagens cultivadas, entre outras a serem discutidas adiante – combinam-se com o encolhimento do rebanho. Contudo, se considerarmos que durante a década de 1990 ocorreu acentuada redução do rebanho ovino, haveria também argumentos para questionar se a lotação atual estaria de fato acima da observada nas décadas de 1970 e sobretudo de 1980.

Além do mais, para dar coerência a esse apanhado de dados é preciso estar atento à lógica sazonal predominante na criação e na engorda dos animais em cada período ao longo da série histórica. Nesse sentido, qualificamos dois recortes temporais que devem ser considerados na leitura dos gráficos: a) antes de 2006 a forma predominante de engorda e safra do boi gordo na região era o verão, ou seja, os campos encontravam-se mais lotados na data de referência dos censos do IBGE, que era 31 de dezembro, na medida em que uma nova leva de terneiros já havia nascido na primavera e que os animais de engorda somente seriam retirados entre fevereiro e maio; b) após 2006, e sobretudo após 2015, uma parte relevante dos animais é abatida entre setembro e novembro, pois sua engorda acontece no inverno, e, logo, os campos estão mais lotados da data de referência de 30 de setembro usada no censo de 2017 pelo IBGE. Em outras palavras, nos dados de 1975 a 2006 o gráfico mais coerente com o período onde efetivamente existe a maior lotação dos campos é o do verão, enquanto de 2017 em diante é o do inverno. Isso não quer dizer que atualmente inexistente engorda no verão, mas que a própria interdependência entre pecuária e lavoura reconfigura o sentido predominante da época anual de maior ganho de peso e de abate dos bovinos.

Nesse sentido, a tendência geral de intensificação observada para os dados de verão ao longo da série de dados precisa ser relativizada na medida em que acontece uma transição histórica do período anual em que predomina a safra do boi gordo (VARELLA; CARDOSO, 2014). Embora a expansão das lavouras tenha se iniciado há mais tempo, a reorganização na safra bovina parece estar atualmente em processo de consolidação na medida em que os dados de redução do rebanho e de mudança em indicadores zootécnicos datam somente dos últimos cinco a dez anos. Há de se considerar que em termos estaduais acontece desde 2019 uma recente queda na quantidade anual de abates fiscalizados registrados pelo IBGE, assim como



no peso total das carcaças, mas ao mesmo tempo se observa elevação do peso destas acima da média histórica (IBGE, 2023), momento no qual também foi registrada redução considerável na participação de bois com mais de 36 meses no total do rebanho e dos abates (NESPRO, 2023).

Ao mesmo tempo, os dados da IEG/FNP (2019) estimam em termos estaduais uma elevação da taxa de desfrute para a faixa entre 26% e 28% entre 2015 e 2018, enquanto o abate de fêmeas cai abaixo dos 50% do total, considerando que a média entre 2010-15 foi de 57,45%. Ou seja, o elevado abate de fêmeas acontecia em linha com a forte redução do efetivo. Mesmo que tenha se estabilizado em patamares mais próximos do adequado a partir de 2015, foi acompanhado pela manutenção de um nível elevado de rotação do rebanho em patamares acima dos 25% na taxa de desfrute. Isso indica não somente um período marcado pela redução do efetivo, mas também uma média de abates mais precoce com giro mais recorrente das inversões de capital na pecuária.

A transição em curso na bovinocultura de corte sul-rio-grandense e, em específico, no sudoeste do estado, apresenta indícios de estar em sintonia com processos de intensificação que vem sendo registrados nas áreas pampeanas do Uruguai e da Argentina. Embora o rebanho tenha caído para níveis mínimos históricos considerando o ano de 1975 em diante, e ainda que o total dos abates e do peso de carcaças estejam desde 2019 abaixo dos patamares recorde, a quantidade e o peso médio destes parece estar se estabilizando em nível mais elevado se comparado ao final dos anos 90 e o início dos anos 2000 quando iniciam os levantamentos trimestrais de abates do IBGE (conforme Anexo C).

Ainda que isso nos indique uma dinâmica na qual não se produza um total maior de carne com menos gado, por outro lado está acontecendo um giro anual maior do rebanho com abates mais precoces e peso médio mais elevado, onde se obtém maior desfrute do gado existente. Na Argentina tem-se observado a manutenção de níveis relativamente constantes de abates e de produção de carnes mesmo diante de mudanças como os avanços extensivos das lavouras e o incremento das exportações para a China após 2019 (CAPDEVIELLE, 2020; CARDÍN; ZAVALETA; SACCO, 2021). O caso uruguaio é semelhante, pois o incremento significativo da produção total de carne lado a lado com a expansão das lavouras possibilitou ao país manter os elevados níveis de consumo doméstico e ampliar consideravelmente suas exportações de carne vermelha (ERREA et al., 2011).

Mas, por outro lado, o processo de intensificação da bovinocultura de corte no RS e especialmente na porção sudoeste possui particularidades no sentido de estar mais associado à integração com as lavouras via pastagens de inverno e menos com a disseminação das estruturas *feedlot* de confinamento observadas na área pampeana central argentina e no litoral uruguaio. Os confinamentos no RS estão concentrados nas proximidades da região metropolitana de Porto Alegre, sendo esta a área estadual que mais abate bovinos e que mais recebe animais guiados de outras mesorregiões (LEÃES, 2013).

Em nível estadual a estimativa da IEG/FNP (2019) aponta que, entre 2011 e 2018, os confinamentos representaram cerca de 3,56% dos bovinos engordados para abate, enquanto os semiconfinamentos perfizeram 3,75% e a engorda em pastagens de inverno representou 13,77%. Já os dados médios argentinos indicam elevação do percentual de abate proveniente da engorda em curral (*feedlot*) de um patamar de 13% em 2001 para cerca de 20% após 2009, com uma contribuição da região pecuária central acima de 80% do total desses valores. Ao mesmo tempo, a internada com algum tipo de suplementação somava outros 38% dos animais abatidos anualmente, ultrapassando os 50% nas províncias de Córdoba e Buenos Aires (CAPDEVIELLE, 2016; CARDÍN; ZAVALETA; SACCO, 2021). No Uruguai se verifica igualmente um desenvolvimento dos confinamentos em *feedlot* principalmente de 2003 em diante, embora sua proporção sobre o rebanho de engorda seja menos representativa

que na Argentina, com estimativas em torno de 6 a 7% do total de abates entre 2009-10 (ERREA et al., 2011).

Além de indicar uma bovinocultura menos intensiva no RS em comparação aos países vizinhos, a particularidade da concentração da engorda em pastagens no inverno com reduzidos percentuais de confinamento tem efeitos sobre a regularidade da oferta de animais para abate (NESPRO, 2023). Essa dependência sazonal compromete uma produção mais gradual de bovinos se comparado com as regiões onde a intensificação avança mais pela via dos confinamentos que rotacionam mais de duas vezes por ano os seus animais, como registrado no caso argentino em cerca de 2,8 rotações (CAPDEVIELLE, 2016). Um dos limites para o avanço dos confinamentos no extremo sul do Brasil é a relação de troca dos preços do milho e da carne bovina, a qual serve para medir quantas unidades do produto final (carne vermelha) são necessárias para comprar uma unidade de alimento concentrado (milho). Essa limitação avança com a especialização produtiva estadual em soja, considerando que o RS não é autossuficiente em milho (KENNE, 2022).

Nesse sentido, são ilustrativas as estratégias que uma das empresas líderes do setor de abates tem tomado para contornar essas adversidades. Recentemente a empresa MFG Agropecuária, pertencente a Marcos Molina, fundador e CEO do Grupo Marfrig, que possui experiência no confinamento em grandes unidades *feedlot* em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo, está iniciando suas operações nas proximidades da região metropolitana de Porto Alegre, RS<sup>79</sup>. Sua estratégia é a integração horizontal na obtenção de insumos junto de outras unidades da MFG no Sudeste e Centro-Oeste que estão em áreas com mais oferta de milho e de outras fontes da dieta concentrada. Com a engorda a curral a empresa também oferece melhores condições de integração vertical a fim de obter uma oferta regular de animais para a própria Marfrig no RS, cujos frigoríficos estão localizados no Sudoeste e Sudeste do estado, de modo que a empresa encontra meios alternativos aos atualmente utilizados a fim de originar bovinos para abate ao longo de todo o ano.

No trabalho de campo em São Gabriel, RS, fomos informados de que a empresa Marfrig recebe cargas com bois vivos prontos para abate, oriundas do Mato Grosso do Sul e do Paraná, a fim de complementar a oferta local e atingir índices de abate considerados adequados em sua planta frigorífica local. A informação se confirma com dados oficiais de movimentação bovina interestadual em direção à Supervisão Regional de Alegrete (que inclui São Gabriel), os quais dão conta de que em 2022 foram recebidos 8.777 bois para abate dos referidos estados (LOPES, 2023). Embora o montante não seja relevante em relação ao total de bovinos abatidos no RS, que foi de 2,15 milhões em 2019 e de 1,82 milhão em 2022 (ou ainda se comparado aos abates SIF que foram de 755 mil em 2017), indica que algumas plantas frigoríficas como a Marfrig de São Gabriel ou a de Alegrete estão com necessidade de importar animais<sup>80</sup> para manter a escala elevada de abates na medida em que a oferta regional é sazonalizada, não atendendo a demanda necessária ao longo de todo o ano.

Na mesma direção, vemos indícios de que a integração entre bovinocultura de corte e pastagens de inverno também está gerando efeitos sobre a distribuição das fases do rebanho entre os produtores. A tendência teoricamente prevista em contextos onde avança a intensificação produtiva é a especialização entre criadores e terminadores, enquanto se espera a redução dos estabelecimentos que realizam ciclo completo (cria, recria e engorda) (ERREA et al., 2011). No RS a redução dos estabelecimentos com ciclo completo, em favor dos

---

79 *Parceria para engorda potencializa produção agrícola do Rio Grande do Sul* (Correio do Povo, 28 jul. 2022). Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/rural/parceria-para-engorda-potencializa-produ%C3%A7%C3%A3o-agr%C3%ADcola-do-rio-grande-do-sul-1.863242> Acesso em 21 jun. 2023.

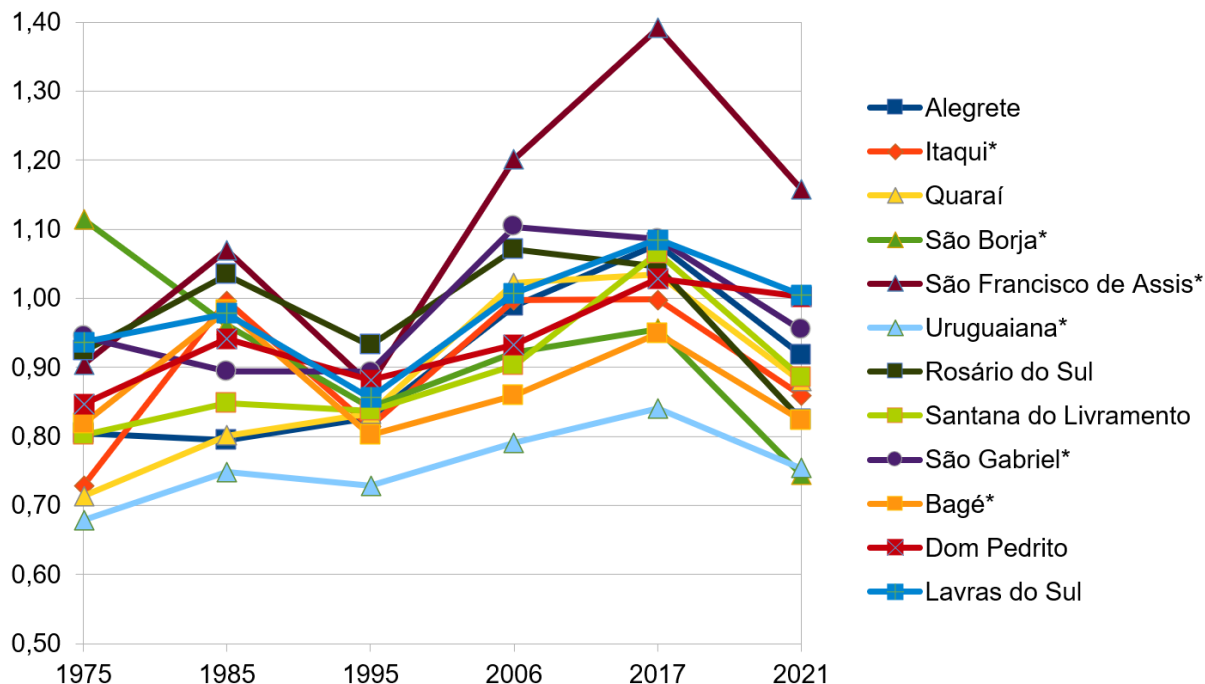
80 Foi registrado em trabalho de campo que a empresa recorre não somente à compra de bovinos vivos, mas também de carcaças para desossa a depender das melhores condições de oferta entre as modalidades.

especializados, tem sido reconhecida pela literatura sobre pecuária familiar (MATTE, 2017) e foi também verificada na pecuária patronal junto aos agentes entrevistados de diversos setores de atividade no município de São Gabriel durante o trabalho de campo. Infelizmente, o Censo Agropecuário de 2017 não publicizou as informações sobre a (as) fase (es) da bovinocultura que caracteriza (m) os estabelecimentos, o que seria valioso para comparar com os dados de 2006 que indicavam predomínio dos produtores com ciclo completo.

Contudo, os dados oficiais sobre movimentação de bovinos podem indiretamente corroborar essa afirmação quando analisado o fluxo de entrada e saída desses animais em termos de quantidade de movimentações mensais por propriedade ao longo do ano, desconsiderando movimentações para abate (basicamente são as movimentações para a engorda e em pequena parte as de reprodutores para cria e outras finalidades). Na média estadual essas movimentações variam entre as mínimas de 1,5 vezes em dezembro e em janeiro até as máximas em cerca de 1,8 vezes em maio e em outubro. As médias na região Sudoeste do estado estão consideravelmente acima das estaduais, oscilando em torno de 5 movimentações mensais (LOPES, 2023). Essas médias mais elevadas podem refletir simplesmente a existência de rebanhos maiores em estabelecimentos maiores voltados para corte, o que concentraria as movimentações estaduais. Porém, somente por existir mais rebanho da pecuária de corte numa mesorregião não significa que o gado se movimenta mais frequentemente, já que a sua criação pode ocorrer em ciclo completo em um mesmo estabelecimento em áreas contíguas. Portanto, consideramos que essa média mesorregional elevada também reflete as dinâmicas entre lavoura e pecuária na crescente movimentação de animais, a qual também está associada com uma gradual especialização de criadores e terminadores, de modo que os animais tendem a não ficar em uma mesma propriedade de ciclo completo.

Quando analisamos a trajetória da lotação histórica de bovinos sobre áreas não semeadas com uma lupa sobre os municípios, percebemos que as oscilações combinando rebanho e lavouras assumem ritmos e abrangências diferenciadas. Os dados de unidades animais por hectare de modo sazonal e desagregados por municípios encontram-se nos Gráfico 22 e 23. As informações dispostas a seguir são baseadas na PPM e sua priorização justifica-se pela abrangência temporal mais atualizada em comparação aos Censos, o que nos permite avaliar inclusive as rápidas oscilações na bovinocultura estadual dos últimos anos. Além disso, verificamos que é correlata a tendência geral em ambas as fontes, de modo que não há diferença significativa na análise separada de cada uma delas.

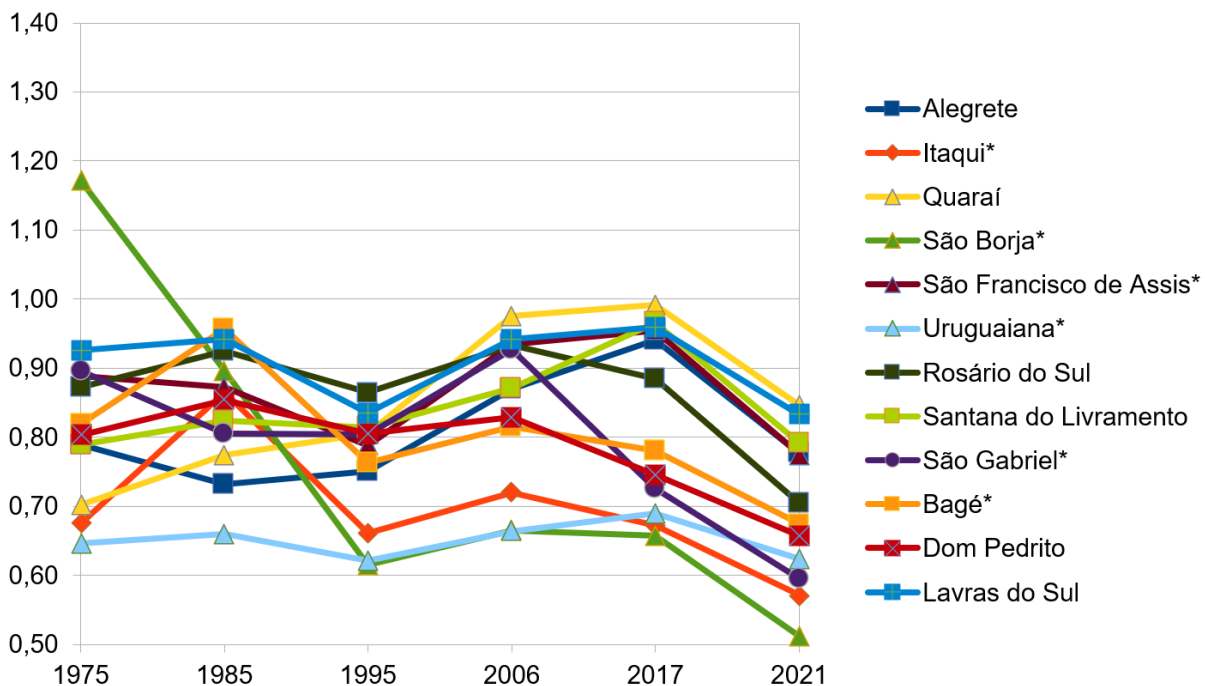
**Gráfico 22** – Cabeças bovinas por hectare não cultivado no verão nos municípios do Sudoeste do RS (1975-2021).



\* Os dados incluem valores dos municípios emancipados.

**Fonte:** Censos Agropecuários de 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017; MapBiomias (2022c); PPM e PAM (1974-2023). Organizado pelo autor.

**Gráfico 23** – Cabeças bovinas por hectare não cultivado no inverno nos municípios do Sudoeste do RS (1975-2021).



\* Os dados incluem valores dos municípios emancipados.

**Fonte:** Censos Agropecuários de 1975, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017; MapBiomias (2022c); PPM e PAM (1974-2023). Organizado pelo autor.

Em ambos os gráficos é possível notar que a disparidade média do índice entre os diferentes municípios é mantida ao longo do tempo, embora mudanças de posição sejam observadas. As exceções são os municípios de São Borja e de São Francisco de Assis, com oscilações fora do padrão. No caso de São Borja, que transita da maior para a menor lotação, há indícios de continuidade do processo que foi caracterizado como “despecuarização espacial”, no qual o incremento de lavouras do binômio trigo/soja implicava em perda absoluta de pastagens e de rebanho (BEZZI; GERARDI, 1987). Já em São Francisco de Assis a oscilação atípica refere-se apenas ao verão e está associada a uma forte retomada das lavouras de soja a partir de 1996. A lotação mais elevada pode estar associada com a maior presença relativa de estabelecimentos caracterizados pelo IBGE como de agricultura familiar (74,5%) em comparação ao restante da mesorregião (56,1%), além da menor área média por estabelecimento (124 ha vs. 257 ha), considerando que os pecuaristas familiares costumam praticar lotações mais elevadas na medida em que os bovinos representam importante reserva de valor<sup>81</sup> (RIBEIRO, 2009).

Portanto, consideradas as maiores variações que excederam o padrão geral, vale considerar quais os municípios que mais oscilaram dentro da tendência geral. No que se refere à lotação de verão, as duas localidades que mais acrescentaram seu índice foram Dom Pedrito e Quaraí. Essa aproximação entre as localidades é interessante, pois coloca lado a lado duas áreas distintas em termos de solos, como vimos em capítulos anteriores. O primeiro se destaca pela excelência em terras agrícolas e como um dos maiores vértices da expansão sojícola no sudoeste do estado, enquanto o segundo se apresenta justamente pelo oposto na medida em que são raras suas terras aptas para lavouras em geral. Como veremos adiante, Dom Pedrito se caracteriza como área mais voltada à engorda com grande oferta de pastagens de inverno, local onde mais perdeu-se proporção das fêmeas reprodutoras no total do rebanho. Já no caso de Quaraí se observa maior equilíbrio entre as categorias animais, o que pode indicar a presença de estabelecimentos com cria e ciclo completo basicamente sobre campo nativo, onde registrou-se o menor volume de despesas por animal e por hectare em 2017. Em outras palavras, incrementos de lotação não indicam processos idênticos, podendo haver elevação do índice mesmo que não se registre avanço das lavouras.

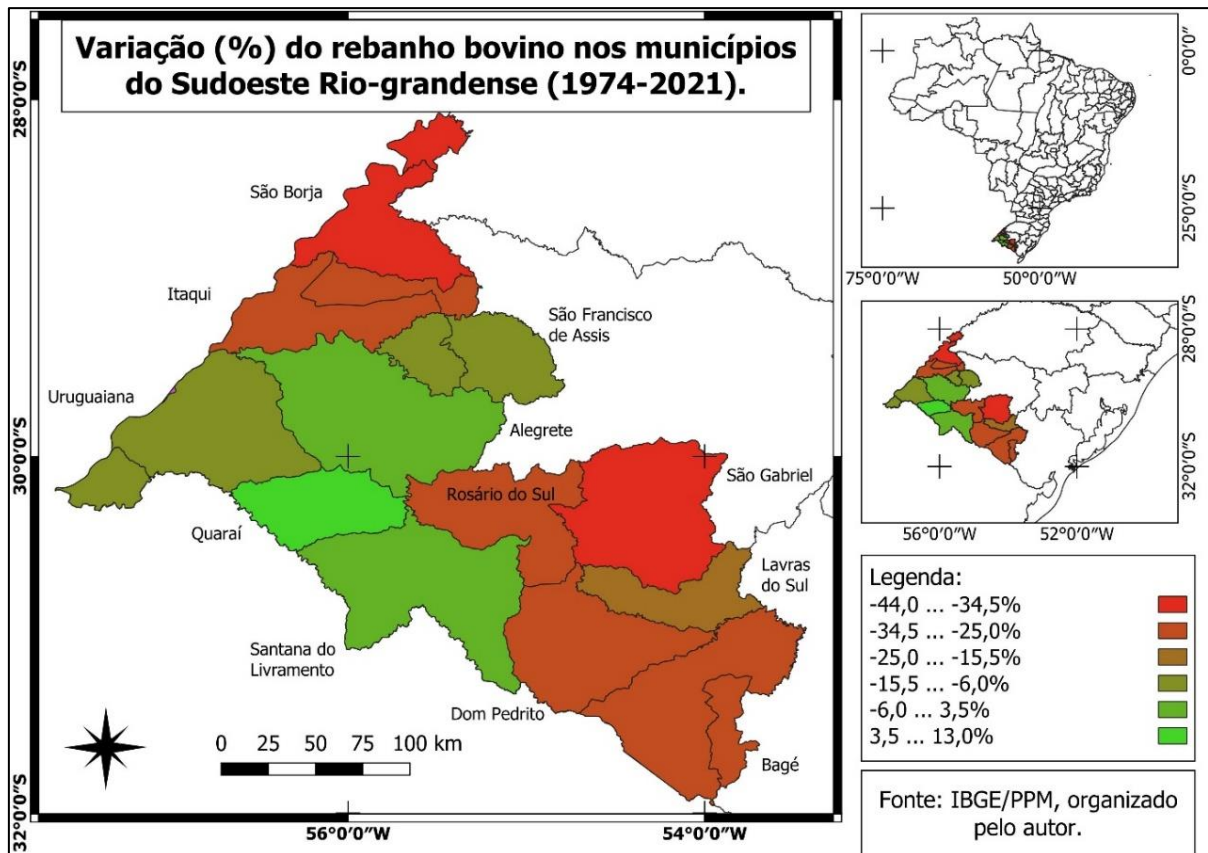
A convergência entre Dom Pedrito e Quaraí quanto à elevação da lotação nos coloca diante de um segundo aspecto: sobre a distribuição geográfica tanto do rebanho quanto da lavoura no sudoeste sul-riograndense. Há uma relação inversa entre essas variáveis quando selecionamos dois grupos de municípios díspares. Se considerarmos o início e o final da série da PPM (1974-2021), apenas Quaraí apresentou variação positiva no total de rebanho bovino, em 12,9%. Ao seu lado estão os municípios que tiveram a menor perda relativa: Alegrete (-2,3%), Santana do Livramento (-2,9%), Uruguaiana (-5,8%) e São Francisco de Assis (-6,3%). A média registrada pela PPM é de uma queda de 18,9%, que é superior aos 4% registrados pelos Censos até o ano de 2017<sup>82</sup> e mencionados anteriormente. Por outro lado, os municípios que mais perderam rebanho no período foram: São Borja (-43,8%), São Gabriel (-37,2%), Itaqui (-33,1%) e Dom Pedrito (-30,2%), como é possível observar na Figura 14. Os

---

81 Embora esta seja uma prática de busca por autonomia em relação às incertezas econômicas e políticas, que foi identificada em inúmeras pesquisas conduzidas desde o final da década de 1990 e sistematizadas em Ribeiro (2009) e Andreatta, Waquil e Miguel (2016), evidências recentes obtidas por Matte (2017) em trabalho de campo na região de Bagé, Dom Pedrito e Pinheiro Machado indicam que, progressivamente, os pecuaristas familiares têm se especializado na oferta de terneiros (cria) para invernadores, o que está em linha com reconfigurações observadas em nossa pesquisa sobre a economia estancieira. Este aspecto convergente entre setor patronal e familiar será retomado nas próximas seções.

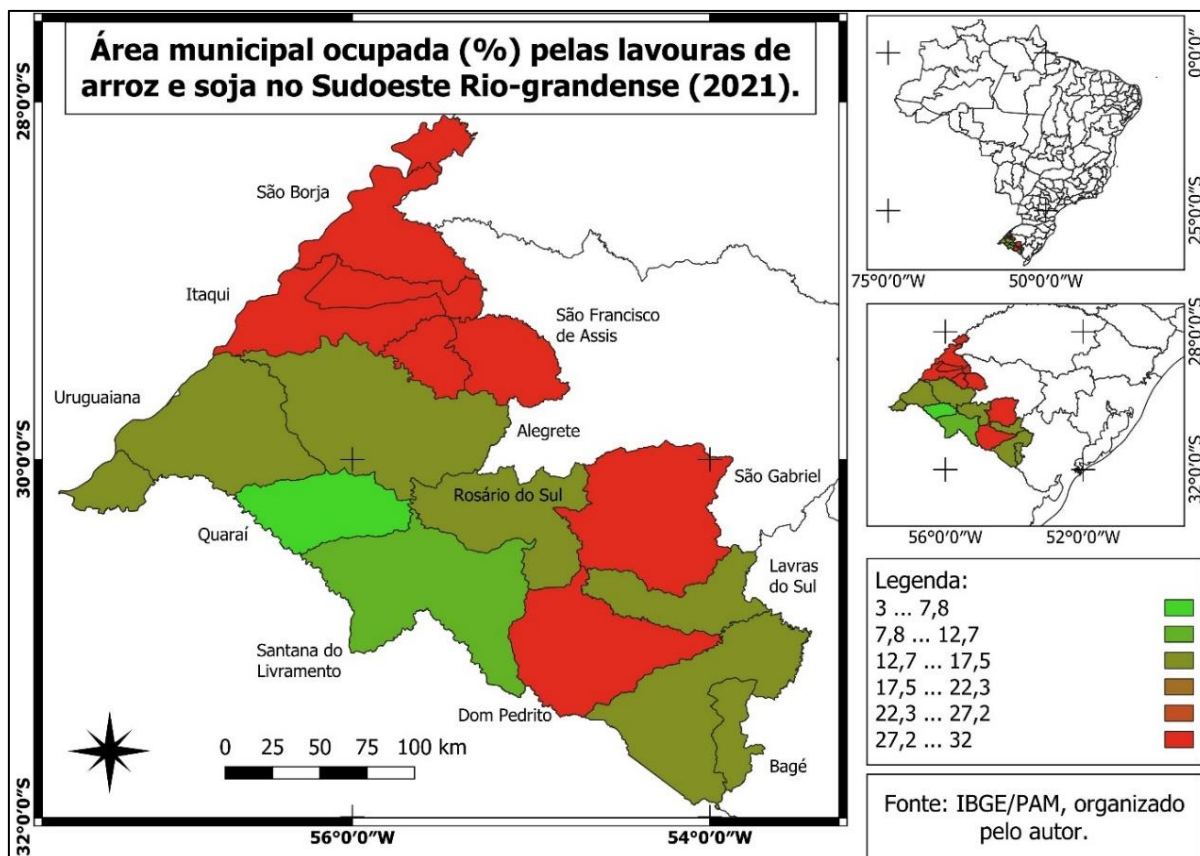
82 A redução de rebanho calculada pela PPM de 1974 até o ano de 2017 é de 2,32%, o que mostra proximidade com os dados dos Censos que indicaram 4% até aquele momento. Também evidencia um encolhimento acelerado do efetivo bovino a partir do referido ano.

quatro possuem as maiores áreas de lavoura da mesorregião e os três últimos também foram os que tiveram maior incremento absoluto na área de lavouras de verão (conforme Gráfico 03 e 04 capítulo II, além da Figura 15, a seguir).



**Figura 14** - Variação (%) do rebanho bovino nos municípios do Sudoeste Rio-grandense (1974-2021).

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2021), organizado pelo autor.



**Figura 15** - Área municipal ocupada (%) pelas lavouras de arroz e soja nos municípios do Sudoeste Rio-grandense (2021).

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2021), organizado pelo autor.

Quando comparamos os dois subconjuntos de municípios percebemos que o primeiro possuía 41,9% do rebanho em 1974 e 50,7% em 2021, enquanto o segundo apresenta redução de 34,9% para 27,7%. Ou seja, mudou a concentração do rebanho de forma correlacionada com a expansão absoluta da lavoura. Esse redesenho geográfico também foi observada por Capdevielle (2016) e Cardín, Zavaleta e Sacco (2021) no caso argentino onde a área núcleo pampeana nas proximidades de Buenos Aires, que possui os solos mais férteis e aptos para agricultura, perdeu proporção do efetivo bovino no conjunto da própria região pampeana em comparação às áreas de menor fertilidade, o que se refletiu também na gradual perda relativa de participação na pecuária nacional, especialmente nos últimos dez anos.

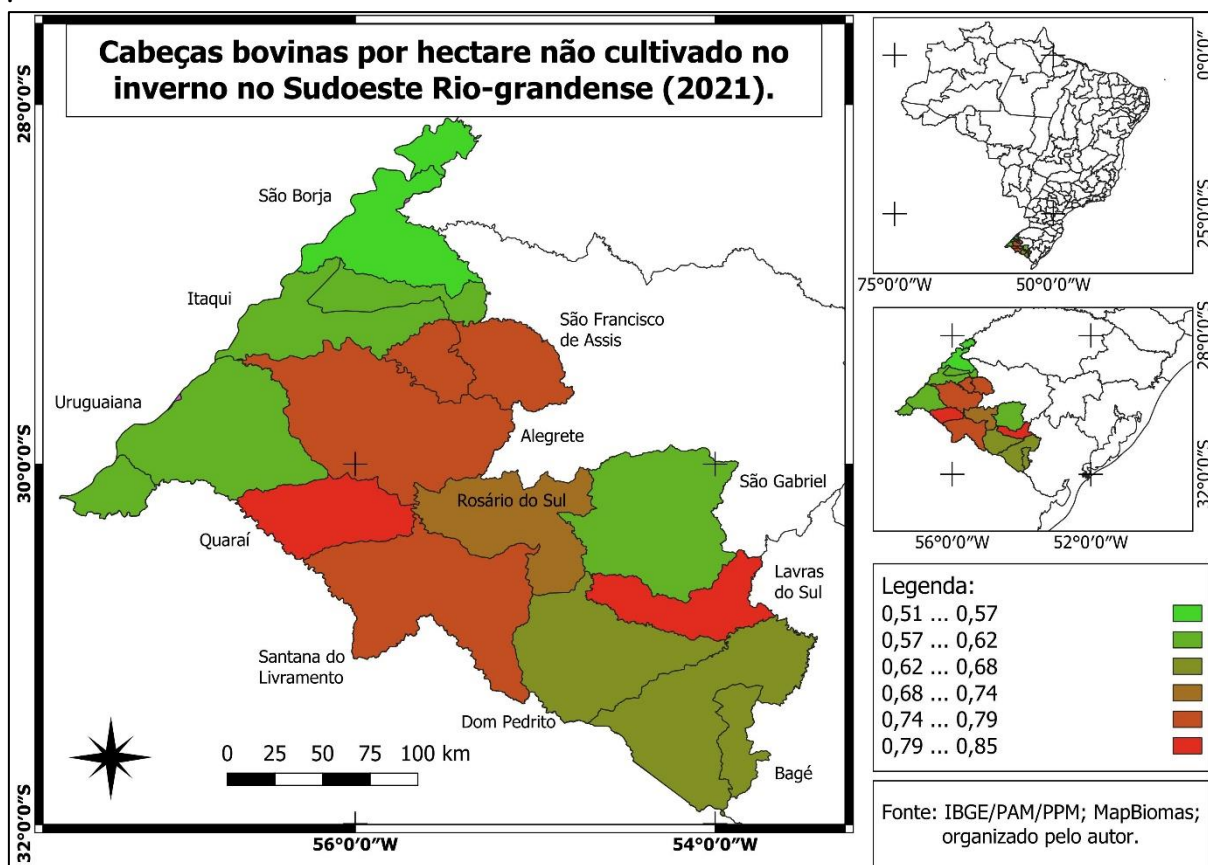
Consideramos que os dados municipais sobre a lotação de bovinos em relação à área não cultivada no inverno nos oferecem um panorama mais aproximado sobre a densidade de bovinos que é praticada sobretudo nas áreas mais típicas de engorda que integram lavouras de verão e pastagens de inverno. Nos municípios em que mais avançam as lavouras também se percebe uma maior redução do rebanho, de modo que encolhe a área disponível com campo nativo para engorda no verão. Ou seja, nesses locais a época anual que efetivamente possui mais animais é o inverno na medida em que seus campos nativos e pastagens perenes estão ocupados com o gado de cria que permanece nas propriedades durante todo o ano, enquanto nas pastagens cultivadas de azevém e/ou aveia encontra-se o rebanho de bois, vacas, novilhos e novilhas para engorda. Isso não quer dizer que no verão inexista uma lotação igualmente elevada, visto que é a fase onde os terneiros e ternerias nascidos na primavera anterior ou início do verão estão ganhando peso, assim como os animais para engorda que serão abatidos



no final do verão ou em momentos de entressafra. A diferença é que o rebanho total no verão tende a ser menor na medida em que as áreas de pastagens de inverno já se encontram ocupadas com as culturas de verão, sobretudo soja.

No referido Gráfico 23 podemos encontrar em 2021 praticamente um gradiente de lotação de inverno que vai do menor índice em São Borja até o maior em Quaraí. Os municípios reconhecidos pela concentração elevada ou moderada de lavouras encontram-se próximos de São Borja (Itaqui, São Gabriel, Uruguaiiana, Dom Pedrito, Bagé e Rosário do Sul), enquanto as demais localidades tendem a se aproximar do índice de Quaraí (Lavras do Sul, Santana do Livramento, Alegrete e São Francisco de Assis). Além do já mencionado reposicionamento de São Borja, as oscilações mais relevantes ao longo da série histórica são, por um lado, as de São Gabriel no sentido de reduzir a quantidade de animais por área não cultivada, e, no sentido inverso, Quaraí eleva consideravelmente seu índice. Essas mudanças estão alinhadas com as interdependências lavoura/pecuária mencionadas anteriormente.

Quando observamos apenas o conjunto de municípios caracterizados por um avanço elevado ou moderado da superfície de lavoura (São Borja, Itaqui, São Gabriel, Uruguaiiana, Dom Pedrito, Bagé e Rosário do Sul), é possível notar que sua distribuição no gradiente é relativamente homogênea. Ou seja, em todos eles o incremento de lavouras e a redução do rebanho redundam em queda no efetivo bovino por área não cultivada no inverno, o que também pode ser observado na Figura 16.



**Figura 16** - Cabeças bovinas por hectare não cultivado no inverno no Sudoeste Rio-grandense (2021).

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2021a), Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2021b), MapBiomias (2022c), organizado pelo autor.



Essa tendência unívoca vai um tanto contra as variações provinciais observadas por Capdevielle (2016): enquanto em Córdoba houve redução considerável no rebanho bovino, porém mantendo o índice de gado por área não semeada, em Buenos Aires notou-se incremento tanto na área semeada, na quantidade de bovinos e no índice de animais por área. Esses movimentos distintos de intensificação explicam-se sobretudo pelo posicionamento da província bonaerense em relação ao principal polo de frigoríficos do país, de modo que concentra o confinamento em *feedlot* que lhe permite manter uma quantidade elevada de gado enquanto em Córdoba ele retrai. Nesse sentido, os resultados mais homogêneos entre os municípios que concentram lavouras no sudoeste do RS estão de acordo com uma escala mais restrita de análise, considerando que nenhuma das suas localidades possui destaque na técnica do confinamento. No entanto, como veremos adiante, isso não quer dizer que outras variações nas características da bovinocultura de corte entre os municípios sejam inexistentes, sobretudo quando observamos a concentração do rebanho em sintonia com a da terra, ou mesmo a composição das despesas realizadas com a atividade pecuária.

Em síntese, temos no Sudoeste riograndense, por um lado, um movimento geral que combina processos de intensificação produtiva e encolhimento do rebanho, os quais são observados pela literatura que analisa a bovinocultura de corte diante da pressão pelo crescimento das áreas agrícolas, especialmente na competição pelos campos naturais da região pampeana do Cone Sul no continente americano. Por outro lado, percebemos variações internas nesses movimentos, de modo que um grupo de municípios tem se destacado pela perda menos intensa de efetivo bovino, enquanto o outro apresenta trajetórias mais elevadas de incremento agrícola. Ao constatarmos que o momento e a velocidade das mudanças é diferente entre alguns municípios, podemos lançar questões para a continuação: a pecuária dessas regiões se diferenciou e/ou especializou em termos de fases da produção pecuária, de grupos de atividade econômica, de grupos de área total, ou ainda de condição dos produtores em relação às terras?

Em última instância, essas questões nos levam ao cerne da pesquisa de tese no que se refere à trajetória de longa duração da economia estancieira e de como os seus proprietários e criadores de gado redirecionam as atividades na extração de renda da terra e da exploração do trabalho diante da conjuntura político-econômica local e internacional. Trata-se de avaliar os impactos da disputa por terras entre pecuária e agricultura no que se refere não somente ao uso dos recursos naturais, mas da reprodução social de grandes proprietários rurais em termos de grupos dominantes sobre a terra e os mercados agropecuários. Enfim, em que aspectos se manteve e se modificou o espaço ocupado pelos estancieiros nas relações sociais de produção e de acumulação na medida em que a pecuária foi gradualmente se encolhendo e intensificando? Seria este um encolhimento não somente da bovinocultura, mas da própria economia estancieira?

#### **4.2 A diferenciação patrimonial e das fases de criação entre os pecuaristas: considerações sobre grupos de atividade econômica e tamanho dos estabelecimentos**

A partir da presente seção nos propomos a dar um passo além em relação ao indicador de efetivo bovino sobre a área não cultivada, ainda que levando em conta seus resultados. A exemplo dos trabalhos sobre a região pampeana argentina e uruguaia, nos propomos a investigar os grupos sociais que compõem a estrutura agrária, de modo a entender processos de diferenciação entre pecuaristas nas fases de produção bovina (cria, recria, terminação e ciclo completo), assim como na emergência de novas relações sociais de produção tais como as representadas pelos confinamentos em *feedlot* verificados nos países vizinhos enquanto fator relevante nas mudanças em curso.

Como vimos anteriormente, para o caso sul-riograndense, sobretudo na mesorregião sudoeste ou campanha gaúcha, as relações que mais explicam as alterações na safra do boi gordo e na composição do rebanho bovino são as formas de integração e diferenciação entre produtores mais voltados às lavouras de soja ou à pecuária, tendo em vista que são as pastagens de inverno (e não o confinamento) as expressões mais recorrentes de uma bovinocultura que assume novos contornos. O elenco das diferenciações sob nosso escrutínio se completa com a dimensão fundiária no sentido de analisar se há evidências de uma descaracterização da histórica combinação entre a condição de proprietário de terras e de patrão pecuarista no âmbito da economia estancieira, isto é, se estamos diante de diferenciações internas nesse grupo social que estariam progressivamente demarcando os que se ocupam como pecuaristas e os que obtêm exclusivamente a renda da terra via usura.

Consideramos necessário ter como ponto de partida alguns aspectos estruturantes das relações sociais em questão. Em primeiro plano, a já referenciada dinâmica de especialização regressiva da economia nacional no capitalismo dependente, ou subdesenvolvido, e as expressões do avanço da renda capitalizada da terra no que se refere às expectativas de rentabilidade que elevaram enormemente a demanda e a utilização agrícola no sudoeste sul-riograndense, em sintonia com processos correlatos no restante do Brasil e nos países vizinhos. Esse processo se correlaciona com áreas de ocupação antiga em termos de elites regionais agropecuárias estabelecidas em ciclos anteriores de expansão territorial e/ou agropecuária, na qual a economia estancieira possui continuidade em longo prazo no controle do patrimônio fundiário das áreas cobertas por campos no extremo sul brasileiro. A bovinocultura de corte tem sido ferramenta de controle territorial tanto em áreas de ocupação antiga que não foram alvo de ocupação agrícola quanto em novas fronteiras agropecuárias, tendo em vista que o gado possui uma tripla condição enquanto bem de capital fixo, bem de consumo e ativo real com liquidez, de tal sorte que os pecuaristas em sistemas largamente extensivos/horizontais podem contar com baixos custos de manutenção do rebanho e aguardar por oportunidades de realização de lucro em momentos de alta dos preços, além de pressionar politicamente pela manutenção de condições frouxas de regulação fundiária.

Embora o processo de relançamento do agronegócio na virada entre as décadas de 1990-2000 como meio prioritário para obtenção de divisas externas – em detrimento de processos de industrialização e democratização dos recursos fundiários – tenha reforçado tendências preexistentes de integração de capitais na agropecuária e especificamente na pecuária – o que produziu em diferentes locais uma série de agentes dotados de racionalidades empresariais no âmbito da burguesia agrária, assim como vultosas inversões de capital em terras e agropecuária via mercado financeiro –, nota-se que a pecuária segue sendo menos dependente que a agricultura no que se refere à adoção de pacotes tecnológicos fechados, de modo que a heterogeneidade dos sistemas de produção é recorrente e podem-se registrar padrões muito distintos de produtividade convivendo nas mesmas regiões. O legado histórico de concentração fundiária, a frouxidão na regulação das terras (devolutas, degradadas e improdutivas), os inúmeros benefícios fiscais para a grande propriedade territorial (reduzidos impostos sobre a terra e a sua negociação, isenções tributárias para exportações primárias, subsídios creditícios e de infraestrutura) e a demanda crescente da carne vermelha no mercado internacional são fatores que dão perenidade ao modelo de pecuária horizontal ou tradicional calcada no rentismo fundiário que segue existindo a despeito da larga disponibilidade de modelos tecnológicos para intensificação e/ou uso sustentável de terras e campos.

É nesse sentido que uma série de analistas da bovinocultura de corte do Rio Grande do Sul observam a persistência de ao menos “duas pecuárias” como ponto de partida para interpretar o setor: uma mais integrada à jusante e à montante na cadeia produtiva de insumos e produtos da agropecuária, baseada em sistemas intensivos e/ou extensivos com relevante

controle da produção e resultados zootécnicos avançados, lado a lado com outro conjunto de produtores com explorações extensivas de baixo incremento tecnológico, reduzida inversão de capitais e realização de ciclos longos na criação bovina (FONTOURA, 2000; BARCELLOS et al., 2015). Um considerável espectro de tecnologias, escalas, fertilidades da terra, localizações, mercados, volumes aportados de capital, combinações de atividades agropecuárias e de fases da produção pecuária compõe a referida heterogeneidade para além de dois modelos estáticos.

Uma pesquisa amostral sistemática realizada no ano de 2004 por equipe especializada na metodologia de análise e diagnóstico de sistemas agrários foi um esforço coletivo no sentido de compreender essa diversidade na bovinocultura de corte com base em 540 estabelecimentos em 117 municípios nas diferentes mesorregiões do Rio Grande do Sul, considerando áreas de 17 ha a até 4.000 ha (SEBRAE; SENAR; FARSUL, 2005). Os resultados gerais do estudo apontaram dezesseis sistemas de produção quanto à combinação da criação bovina com a de outros animais ou da produção vegetal (própria e significativa), tendo em vista que esses estilos podem também ser praticados de acordo com as modalidades de cria, recria, terminação, ciclo completo e situações intermediárias (MIGUEL et al., 2006). Ainda que atualmente os resultados da pesquisa encontram-se temporalmente distantes, consideramos que contemplam uma fase inicial de expansão das lavouras de verão posterior a 1996, de modo que os sistemas de produção e as combinações entre lavoura e pecuária ali identificados são valiosos indicativos das transformações que tiveram continuidade desde então.

Um dos enfoques de análise para esse conjunto de dados foi acerca dos perfis socioeconômicos dos produtores, no qual Andreatta (2009) e Aguinaga (2009) os classificaram a partir de duas categorias principais: pecuaristas e pecuaristas-lavoureiros. Os pecuaristas se subdividiam entre ‘estacionários’ e ‘consolidados’, sendo diferenciados segundo níveis técnico-produtivos e de rendimento dos fatores de produção, com vantagem para os últimos. Os ‘consolidados’ apresentaram pastagens de inverno com maior frequência, enquanto os ‘estacionários’ cediam em arrendamento áreas em até 50% inferiores, corroborando menores receitas tanto da pecuária quanto da terra. Em ambos predominavam os sistemas de cria e de ciclo completo, mas para além da pecuária registrou-se contribuição importante dos rendimentos de aposentadorias, rendas não-agrícolas e rendas externas (principalmente o arrendamento). Por sua vez, os pecuaristas-lavoureiros foram classificados entre ‘especializados’ e ‘convencionais’, onde os primeiros apresentaram renda agrícola e lucratividade mais elevadas, assim como menor representatividade da pecuária no produto bruto total. O que diferencia ambos em comparação aos produtores que são apenas pecuaristas é a significativa presença de áreas com lavouras próprias e pastagens cultivadas no período de inverno, uma pecuária voltada para a recria/terminação ou o ciclo completo, assim como melhores índices de produtividade e rendimentos médios.

Os estudos também indicaram mesorregiões onde os perfis especificamente pecuaristas eram mais frequentes. Em sua análise, Andreatta (2009) agregou as microrregiões Missões, Campanha Sudoeste, Campanha Meridional e Depressão Central Oeste como representativas de dinâmicas similares envolvendo principalmente pecuaristas ‘consolidados’, pecuaristas ‘estacionários’ e, em menores proporções, os pecuaristas-lavoureiros ‘especializados’ e ‘convencionais’. Esses estabelecimentos variam em tamanho, indicando desde a existência de pequenas unidades familiares até grandes estabelecimentos empresariais voltados às lavouras de arroz/soja, além das estâncias de criação de gado em sistemas considerados tradicionais ou empresariais. Esse conjunto de regiões era o que mais apresentava avanço de lavouras de sequeiro no período antecedente, ainda que nem todas suas áreas tivessem aptidão agrícola. O contexto de preços reduzidos pagos ao produtor pelo gado

bovino figurava como indutor para que alguns pecuaristas se iniciassem nas lavouras, ou que a produzissem em parceria com terceiros, ou então em arrendamento (ANDREATA, 2009). A pesquisa de Aguinaga (2009) destacou os pecuaristas especificamente na região da Campanha, onde os perfis de ‘estacionários’ (42,3%) e ‘consolidados’ (33,8%) eram mais de 3/4 da amostra, os quais declararam possuir em média uma superfície de área de 850 ha e 1.536 ha, onde, respectivamente, cerca de 60% e 87% de sua renda total era proveniente de outras fontes que não fossem oriundas da atividade agropecuária por conta própria, o que inclui arrendamentos, salários, aposentadorias e outros rendimentos.

Nesse sentido, além das variações entre sistemas de produção, níveis de rentabilidade dos estabelecimentos e combinações entre agricultura e pecuária, podemos considerar que o controle fundiário e a apropriação da renda capitalizada da terra também formam o vértice de diferenciação entre “duas pecuárias” no estado do RS. Este se fundamenta mais especificamente na questão das formas de acumulação pelas quais indagamos os dados de pesquisa sobre a economia estancieira. A bibliografia citada no parágrafo anterior indica que os perfis socioeconômicos de produtores que não praticam a produção vegetal por conta própria e em área significativa são também os que mais se beneficiam do arrendamento de terras e de outros rendimentos externos ao estabelecimento, sendo que para a região da Campanha estas fontes compõem em média de 47,61% a 60,03% da renda total, o que expressa uma dinâmica de acumulação que combina de forma absolutamente central os rendimentos da terra e da produção pecuária. Já o perfil dos pecuaristas-lavoureiros é demandante de áreas propícias para agricultura e sua receita agropecuária compõe cerca de 94,24% a 89,07% da renda total (AGUINAGA, 2009).

Nossas indagações sobre a estratificação do lucro e de outras rendas de acordo com o tamanho dos estabelecimentos não foram aprofundadas pela referida pesquisa Sebrae, Senar e Farsul (2005), ainda que o levantamento incluía estabelecimentos pecuaristas desde os 17 ha até mais de 4.000 ha, com médias entre 850 ha e 1.567 ha no sudoeste do estado. Embora seus diversos intérpretes chamem a atenção para o equívoco que seria ignorar a existência de um importante setor pecuarista familiar que historicamente coexiste com estancieiros, possivelmente as características de produção da amostra inviabilizaram análises no sentido de estratificar os agrupamentos socioeconômicos de acordo com a distribuição da propriedade da terra. De qualquer forma, o que pretendemos dizer é que as médias não evidenciam a participação da receita oriunda do arrendamento de terras na composição da renda total declarada por produtor de acordo com o tamanho do estabelecimento. Essa distinção separa, por exemplo, estancieiros patronais absenteístas de pequenos e médios proprietários classificados como pecuaristas familiares. Também separa os estabelecimentos com grandes áreas propícias às lavouras e bem localizadas em relação às rodovias comparativamente aos situados nas terras menos acessíveis e/ou menos propícias para a agricultura (solos rasos/pedregosos e/ou relevo fortemente ondulado e/ou mosaicos de campos e matas), onde frequentemente se encontram agrupamentos de pecuaristas familiares (SANTOS, 2018; BRITO, 2022). Além do mais, considerando que a rentabilidade na pecuária extensiva de baixo investimento é dependente da escala das explorações (AGUINAGA, 2009), há um benefício implícito aos estabelecimentos de maior tamanho na medida em que não precisarão gastar com o arrendamento de campos para atingir uma extensão adequada à viabilidade econômica dos empreendimentos.

Embora esse recorte das relações de produção e de acumulação destaque “duas pecuárias” de acordo com a propriedade concentrada da terra, algumas situações intermediárias também são possíveis. A literatura indica que algumas localidades caracterizadas por estabelecimentos de pecuaristas familiares decorrem do fracionamento patrimonial e descenso social ao longo de gerações de uma ou mais famílias estancieiras

(FIALHO, 2005; RIBEIRO, 2009). Ainda que a divisão de patrimônio fundiário entre os descendentes possa eventualmente ser contrabalanceada com estratégias matrimoniais de reprodução familiar na união entre herdeiros de diferentes estancieiros (as) (PICCIN, 2020; 2021), ou com a criação de sociedades anônimas para gestão conjunta do patrimônio familiar (BÜHLER, 2008), deve-se ter em conta que o fator localização e fertilidade das terras pode atualmente permitir rentabilidades satisfatórias<sup>83</sup> mediante arrendamento, mesmo que a estratégia matrimonial fracasse e que os descendentes fiquem com a propriedade de áreas menores em relação aos seus ascendentes. Essa dinâmica de reprodução assume uma realidade muito distinta em estabelecimentos familiares de pequena escala, especialmente os que possuem terras exíguas ou pouco propícias para a agricultura, pois o seu potencial quinhão de renda da terra não permitirá a opção por uma vida confortável e sem esforço. Mas, em casos de pecuaristas familiares cujos patrimônios fundiários sejam mais elevados e tenham aptidão agrícola, existe maior potencial para uma situação intermediária de incremento na produtividade dos campos nativos em integração com a lavoura ou de apropriação da renda da terra mediante arrendamento.

De todo modo, a continuidade histórica de uma classe de proprietários de terras e de seus descendentes que se apropriam da renda do solo implica em um condicionante para a distribuição dos resultados extraídos da força de trabalho. Isto é, o valor da renda da terra estará embutido no preço de venda dos produtos agropecuários a ser considerado tanto por empresários proprietários como por arrendatários no sentido de que o preço final deve remunerar o custo médio da terra (OYHANTÇABAL; SANGUINETTI, 2017).

Esta é justamente a realidade observada no caso do rural uruguaio em pesquisa conduzida por Oyhantçabal e Sanguinetti (2017). Os pesquisadores analisaram a distribuição da renda entre as diferentes classes sociais do campo (capitalistas, proprietários de terras, assalariados e produtores mercantis diretos/agricultores familiares) de acordo com as fontes de remuneração (do trabalho, do lucro e da renda da terra) entre 2000 e 2015, mediante levantamento de dados setoriais oficiais e do imposto de renda. Os autores observaram os rumos da desigualdade conforme se combinavam a elevação de preços das mercadorias agrárias, o incremento de investimento estrangeiro direto, as políticas de crescimento real do salário e ajustes no sistema tributário. O saldo foi um incremento absoluto e relativo na apropriação de valor pelos proprietários de terra e capitalistas agrários. Nisso, o setor que mais elevou sua apropriação de valor foram exatamente os proprietários. Embora tenha-se registrado leve crescimento da massa salarial, as iniciativas estatais não foram suficientes no sentido de reduzir a desigualdade nas relações entre capital e trabalho através de uma melhor distribuição do valor, de modo que o padrão de distribuição não foi alterado (OYHANTÇABAL; SANGUINETTI, 2017).

A combinação entre essas diferentes pesquisas nos leva às seguintes considerações: a) a perspectiva das teorias da modernização aporta uma caracterização inicial sobre a existência de duas pecuárias de acordo com a intensidade do incremento tecnológico no controle dos sistemas de produção; b) a perspectiva dos sistemas agrários evidencia heterogeneidades de acordo com a existência ou não de combinações entre lavoura e pecuária, com as fases da criação pecuária e com a proporção dos rendimentos agropecuários em relação aos externos ao estabelecimento (aposentadorias, salários, arrendamento e outros); c) os perfis socioeconômicos identificados no início dos anos 2000 são ilustrativos das transformações

---

83 Uma área de 100 ha arrendada pelo valor de 10 sacas de soja por hectare por ano, cujo pagamento é adiantado e repassado ao proprietário em forma de produto estocado, caso fosse vendido pelo preço de R\$ 171,71 registrado em setembro de 2022 na média estadual do RS (segundo portal agrolink.com.br), geraria um resultado bruto de R\$ 14.309,16 por mês ao longo de 12 meses, o equivalente a 11,8 salários mínimos à época. Um patamar de R\$ 10.000,00 líquidos foi considerado pelos proprietários entrevistados em setembro/2022 como um piso satisfatório de renda mensal por unidade doméstica.

que tiveram continuidade desde então, onde as fases de cria e ciclo completo são as mais recorrentes entre os pecuaristas que não realizam por conta própria e significativa o cultivo de lavoura; d) no início dos anos 2000 a renda da terra obtida com o arrendamento no sudoeste do RS se apresentava como recorrente e relevante para estabelecimentos exclusivamente pecuaristas cujas áreas médias oscilavam próximas dos 1.000 ha; e) a análise desde a noção de economia estancieira evidencia a dimensão dos patrimônios fundiários nas estratégias de reprodução do patronato rural enquanto relevante diferencial na comparação com os setores pecuaristas familiares, de modo que o conceito amplia as possibilidades interpretativas frente ao uso genérico da categoria ‘pecuarista’; f) no contexto correlato do rural uruguaio observou-se entre 2000 e 2015 a forte elevação da renda da terra, de modo que os proprietários rurais foram o setor mais beneficiado na apropriação de valor da produção agropecuária – o que nos dá pistas sobre convergências na drenagem estancieira de valor no Sudoeste riograndense.

Partindo desse preâmbulo baseado na literatura sobre as tendências gerais para a bovinocultura de corte e a renda da terra, nos propomos a extrair evidências com base nos dados censitários mais recentes quanto à distribuição do rebanho diante de variáveis selecionadas. Isto é, em termos de grupos de atividade econômica, de condição do produtor em relação às terras, de grupos de área total e de tamanho do rebanho em escala mesorregional e municipal. Adicionalmente, analisamos nas próximas seções a proporção de matrizes no efetivo a fim de estimar possível relação entre fases específicas da criação pecuária nas localidades que incrementam ou perdem estoque na bovinocultura.

A fonte utilizada para estas inferências foram os censos agropecuários de 2006 e 2017, tendo em vista que apresentam desagregações compatíveis para a maioria das variáveis em questão, as quais não estão disponíveis nas tabelas públicas dos censos anteriores. Entendemos que o período é congruente para uma análise comparativa na medida em que as transformações profundas observadas nas duas últimas décadas encontravam-se em fase inicial/intermediária no ano de 2006 e mais avançadas no ano de 2017. Ainda que os dados nem sempre estejam disponíveis em nível municipal por conta do seu ocultamento quando existem apenas três ou menos estabelecimentos em determinada categoria, foi possível desagregar por municípios uma parte das informações. Em função disso, vale indicar que na presente análise os dados de localidades emancipadas não foram agregados aos municípios de origem, o que pode ter como vantagem a observação de aspectos mais agudos e próprios de determinadas municipalidades que eram diluídos pela agregação nas análises anteriores que priorizavam prazos maiores entre 1974-2021.

No que se refere aos dados mesorregionais notamos que a distribuição do efetivo bovino de acordo com os grupos de rebanho total não apresentou alterações significativas no período, conforme Tabela 12. Os estabelecimentos que possuem mais de 500 cabeças mantiveram o controle sobre 62,9% do rebanho, tendo apenas 10,5% das unidades de produção. Enquanto isso, os estabelecimentos com menos de 200 cabeças seguem como maioria (77,9%) e possuem 18,3% do efetivo bovino. Nos dados de 2017 podemos ver que os estabelecimentos com mais de 1.000 cabeças são 4,37% do total e concentram 40,32% do efetivo. Para fins de comparação, no caso argentino da província de Buenos Aires, em 2018 os estabelecimentos com mais de 1.000 cabeças eram 8,5% e detinham 44,5% do gado, enquanto na província de Corrientes eles eram 7,7% e possuíam 60% dos bovinos (CAPDEVIELLE, 2020).

Os patamares de concentração nos maiores grupos de cabeças na mesorregião Sudoeste do RS estão acima da média estadual e nacional, porém encontram-se abaixo da média apresentada pelos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, respectivamente com 57,15% e 67,36% do rebanho concentrados em 4,59% e 8,76% dos estabelecimentos com mais de 1.000 animais (IBGE, 2019). Uma diferença relevante na composição do rebanho do

sudoeste do RS em comparação com os dois estados do Centro-Oeste são as categorias intermediárias ‘de 200 a 500’ e ‘de 500 a 1.000’ que mantêm um papel mais representativo na medida em que incluem as categorias mais aquinhoadas de pecuária familiar assim como os setores estancieiros que arrendam e/ou vendem/fracionam partes relevantes das propriedades e permanecem com rebanho reduzido e concentrado na fase de cria. A crescente concentração agropecuária e a emergência das chamadas megafazendas do Centro-Oeste brasileiro (WILKINSON, 2019), ou dos *feedlots* nos casos argentino bonaerense e litorâneo uruguaio (CAPDEVIELLE, 2020; ERREA et al., 2011), empurram as médias de rebanho e as escalas de operação para níveis mais concentrados nos maiores estabelecimentos.

Um aspecto a ser considerado para a concentração registrada nos dados dos censos agropecuários é que o conceito de estabelecimento agropecuário não engloba os animais vendidos ou transferidos entre diferentes estabelecimentos de um mesmo produtor no período de referência (IBGE, 2019). Isso implica que os produtores que movimentam os animais entre diferentes estabelecimentos ao longo do ano tenham seu registro de rebanho diluído entre essas unidades, o que resulta na subestimação da concentração de animais por um mesmo proprietário. No trabalho de campo foi observada a ocorrência de proprietários lavoureiros e estancieiros com mais de um estabelecimento na mesorregião ou em diferentes mesorregiões.

**Tabela 12** – Distribuição do efetivo bovino (%) de acordo com os grupos de rebanho bovino (2006 e 2017).

Sudoeste rio-grandense (RS)		Total	De 1 a 99	De 100 a 199	De 200 a 499	De 500 e mais	De 1001 a mais
2006	Efetivo	3.446.169	10,26%	7,38%	18,94%	63,41%	-
	Estabelecimentos	18.492	68,41%	9,94%	11,20%	10,45%	-
2017	Efetivo	3.828.988	10,52%	7,74%	18,78%	22,65%*	40,32%
	Estabelecimentos	18.973	67,47%	10,42%	11,18%	6,23%	4,37%

\* no Censo de 2017 foi disponibilizada a categoria ‘de 501 a 1.000’.

**Fonte:** Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

**Tabela 13** – Distribuição do efetivo bovino (%) de acordo com os grupos de área total (ha) (2006 e 2017).

Sudoeste rio-grandense (RS)		Total	De 0 a menos de 100 ha	100 a menos de 200 ha	200 a menos de 500 ha	500 a menos de 1.000 ha	1.000 ha e mais
2006	Efetivo	3.446.169	12,6%	6,2%	15,6%	20,7%	44,9%
	Estabelecimentos	18.492	66,5%	8,9%	11,1%	7,3%	6,2%
2017	Efetivo	3.828.988	10,3%	5,9%	14,9%	20,4%	48,6%
	Estabelecimentos	18.973	64,1%	9,5%	11,3%	7,8%	7,2%

**Fonte:** Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

Quanto aos dados sobre a distribuição da bovinocultura no sudoeste do RS de acordo com os grupos de área em hectares (Tabela 13), analisamos cinco grupos a fim de focar nos maiores estabelecimentos e compatibilizar as categorias de ambos os censos. Pode-se dizer que temos duas categorias de pecuária familiar ('de 0 ha a menos de 100 ha' e 'de 100 ha a menos de 200 ha'), uma categoria intermediária ('de 200 ha a menos de 500 ha'), uma de pecuária estancieira e/ou lavoureiros em média escala ('de 500 ha a menos de 1.000 ha') e uma de pecuária estancieira e/ou lavoureiros em grande escala ('de 1.000 ha e mais'). Todos os grupos de área perdem importância relativa, exceto o maior deles, com mais de 1.000 hectares, que passa de 44,9% para 48,6% de todo o rebanho. Os que mais perdem importância relativa são os grupos abaixo de 500 ha, sendo que o grupo entre 500 e 1.000 ha perde apenas 0,3%. De um modo geral esse indicador de rebanho seguiu a tendência de concentração da terra da mesorregião no grupo acima dos 1.000 ha, que passou de 49,5% para 53,71% no mesmo período, enquanto o grupo que vai dos 500 ha aos 1.000 ha perdeu menos relevância que as demais categorias de menor escala (conforme Tabela 03, capítulo II).

No somatório das categorias abaixo de 200 ha, aqui consideradas genericamente como de pecuária familiar, temos perda relativa e absoluta de animais, embora o grupo siga representando cerca de 75% dos estabelecimentos e 19% do rebanho. Isso evidencia a relevância e os desafios enfrentados pela categoria, junto da qual soma-se um investimento de grupos sindicais, acadêmicos, de pesquisa e extensionistas no sentido de reivindicar coletivamente o reconhecimento oficial e políticas públicas específicas diante de um quadro histórico de invisibilidade e marginalização (WAQUIL et al., 2016). Ainda que algumas inferências de pesquisa indiquem a capacidade de adaptação dos pecuaristas familiares no sentido de incrementar qualitativamente a fase de cria e aumentar o giro anual do rebanho, nota-se também uma série de vulnerabilidades ligadas ao acesso à terra, variações climáticas e sucessão familiar (WAQUIL et al., 2015; MATTE, 2017), as quais estão inseridas em um processo geral de concentração do efetivo bovino que subtrai participação dos grupos que possuem menores áreas, em sintonia com as tendências verificadas na Argentina por Capdevielle (2020) e no Uruguai por Bianco et al., (2021).

Consideramos valiosa a desagregação das informações dos Censos Agropecuários no que se refere à distribuição do rebanho de acordo com os grupos de atividade econômica e com a condição dos produtores em relação à propriedade e posse da terra. Os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 definem 'grupo de atividade econômica' de acordo com a "predominância simples da atividade que apresentará o maior valor de produção" (IBGE, 2019, p. 54). Nesse sentido, não temos como observar se trata-se de estabelecimentos muito/pouco especializados ou diversificados entre as categorias de 'lavoura temporária' e 'pecuária e criação de outros animais'. Ou seja, as categorias podem incluir estancieiros que se iniciaram com a lavoura, assim como agricultores especializados que aderiram à criação bovina.

Como visto no capítulo II, somente 1,68% dos estabelecimentos do grupo de atividade econômica 'pecuária' possuem atividade agrícola relevante, a qual representa 2,62% do total de lavoura temporária no sudoeste do RS. Por outro lado, no grupo de atividade 'lavoura temporária' o rebanho bovino é registrado em 16,91% dos estabelecimentos (considerando apenas os maiores que 500 ha), com um efetivo que representa 19,60% do total mesorregional. Em suma, a combinação entre agricultura e pecuária nos estabelecimentos conduzidos pelos produtores do grupo de atividade econômica 'pecuária' é pouco frequente e relevante em comparação ao grupo 'lavoura temporária'.

Nesse sentido, consideramos que os quatro perfis socioeconômicos analisados por Andreatta (2009) continuam válidos como princípios de leitura dos dados do IBGE sobre grupos de atividade econômica. Os pecuaristas 'estacionários' e 'consolidados' não possuem



produção vegetal própria e significativa, de modo que estão mais próximos da categoria censitária onde o valor de produção é predominantemente oriundo da pecuária. Esse recorte é representativo dos setores estancieros que possuem rebanhos em ciclo completo ou cria, sem lavouras próprias em área significativa, mas frequentemente com áreas arrendadas para arroz/soja. Já os pecuaristas-lavoureiros ‘especializados’ e ‘convencionais’ possuem quantidade relevante de cultivos agrícolas e, por isso, são compatíveis com a categoria do IBGE cujo valor da produção é predominantemente oriundo da lavoura temporária. Esse grupo é convergente com os lavoureiros que possuem rebanhos de engorda, além dos estancieros que possuem rebanho em ciclo completo e/ou recria/terminação lado a lado com lavouras próprias. Juntos, os grupos de atividade ‘lavoura temporária’ e ‘pecuária’ perfazem 99,17% (2006) e 99,71% (2017) do rebanho bovino do Sudoeste gaúcho nos últimos censos.

No período, o total dos estabelecimentos de pecuaristas aumentou de 14.836 para 15.162 (+2,1%), enquanto os lavoureiros foram de 3.116 para 3.616 (+16,0%). O grupo de atividade econômica ‘pecuária e criação de outros animais’ perdeu importância relativa em relação ao rebanho possuído, passando de 83,52% para 75,33%, ao mesmo tempo em que o grupo ‘produção de lavouras temporárias’ incrementou de 15,88% para 24,06%. A média de animais por pecuarista caiu de 193,5 para 191,1 enquanto a de lavoureiros aumentou de 176,2 para 254,8, de modo que superou o rebanho médio dos pecuaristas. Vemos um gradual redesenho entre as categorias em um curto espaço de tempo (11 anos), onde o grupo de lavouras temporárias incrementou sua proporção do rebanho bovino total, enquanto decaiu a participação do grupo no qual predominam rendimentos brutos da pecuária. Esse incremento de gado pelos lavoureiros implica em concentração do efetivo, tendo em vista que possuem uma média de bovinos maior que a dos estabelecimentos pecuaristas, o que indica que as operações dos estabelecimentos que combinam lavoura e pecuária ocorrem em escalas mais elevadas de rebanho. Em outras palavras, a estagnação e a recente queda no efetivo bovino acontecem em meio a um processo de concentração do rebanho em estabelecimentos maiores e que combinam lavoura e pecuária.

Quando afunilamos ainda mais as informações sobre grupos de atividade econômica no que se refere à ‘condição do produtor em relação às terras’, é possível traçar paralelos com os dados disponíveis (não ocultados) nos censos para proprietários e arrendatários, tanto pecuaristas quanto lavoureiros. A mudança mais relevante foi a elevação do rebanho sob posse de lavoureiros proprietários (de 14,81% para 22,11%), lado a lado com a redução do rebanho em mãos de pecuaristas proprietários (de 75,9% para 66,70%), o que está em linha com as mudanças fundiárias e produtivas que mencionamos anteriormente, ou seja, uma crescente presença de produtores especializados em lavouras que também possuem relevantes rebanhos. Quanto aos arrendatários, as mudanças percentuais são mais tímidas, onde observa-se ligeiro aumento na proporção de gado possuído de 7,69% para 8,49%. Esse aumento se explica mais pelos arrendatários lavoureiros (quase dobraram a proporção de 0,92% para 1,71% do efetivo) do que pelos arrendatários pecuaristas (que mantiveram a mesma proporção em 6,75%). Ou seja, como vimos anteriormente, os arrendamentos por parte de pecuaristas e, sobretudo, a condição de produtor pecuarista sem terras próprias tem se tornado mais desafiadora na medida em que áreas cada vez maiores são convertidas em lavouras, o que se reflete tanto na elevação dos preços praticados quanto na menor parcela de hectares possuídos em arrendamento pelo grupo de atividade econômica ‘pecuária’ em relação ao de ‘lavoura temporária’ em 2017 (conforme Tabela 08, capítulo II).

Analisamos também a relação entre a concentração do rebanho de acordo com os grupos de área total e os grupos de atividade econômica (Tabela 14), de modo que podemos inferir de modo aproximativo sobre a proporção de rebanho que os setores estancieros detêm durante transformações mesorregionais importantes. No grupo dos estabelecimentos cujo

valor da produção é predominantemente pecuarista, temos um incremento absoluto e relativo das categorias intermediária de rebanho, entre 100 ha e 1.000 ha, que juntas passam de 43,97% para 46,10% do total do rebanho controlado. Some-se a isso o fato de que a categoria pecuarista com mais de 1.000 ha perde 3,99% na participação total do rebanho mesorregional. Ou seja, os setores estancieros cujo valor da produção foi predominantemente pecuário possuíam 35,8% do efetivo bovino total em 2006 e passaram a ter 31,8% em 2017. Essa inferência reforça a hipótese de que os estabelecimentos estancieros com grandes rebanhos em ciclo completo tendem gradualmente a ser encolhidos em favor do arrendamento (ou venda de terras), com rebanhos mais enxutos ou voltados para a fase de cria, ou que venham a ser totalmente arrendados, sem pecuária. Para fins analíticos, devemos admitir que outra explicação possível para essa retração estancieira seria que a renda bruta proveniente das lavouras temporárias conduzidas pelos produtores teria crescido acima da receita pecuária, fazendo com que os estabelecimentos fossem classificados no grupo de lavoura e não mais no de pecuária. Contudo, a participação em número de estabelecimentos da referida categoria dos pecuaristas com mais de 1.000 ha permaneceu entre 4,6% e 4,4% do total, não corroborando tal hipótese de reclassificação estatística.

**Tabela 14** – Distribuição do efetivo bovino (%) de acordo com os grupos de área (ha) e grupos de atividade econômica (2006 e 2017).

Ano	Grupos de atividade econômica	Variável	Total	De 0 a menos de 200 ha*	200 a menos de 500 ha*	500 a menos de 1.000 ha*	1.000 ha e mais*
2006	Lavoura temporária	Efetivo	549.292	1,8%	1,8%	3,3%	9,1%
		Estabelecimentos	3.116	12,0%	1,8%	1,6%	1,5%
	Pecuária	Efetivo	2.871.591	16,4%	13,7%	17,3%	35,8%
		Estabelecimentos	14.836	60,7%	9,2%	5,7%	4,6%
2017	Lavoura temporária	Efetivo	921.275	1,6%	1,9%	4,3%**	15,3%**
		Estabelecimentos	3.616	11,9%	2,1%	2,2%	2,9%
	Pecuária	Efetivo	2.896.875	14,4%	13,0%	16,5%	31,8%
		Estabelecimentos	15.162	60,8%	9,1%	5,7%	4,4%

\* Os percentuais referem-se ao efetivo bovino total e ao conjunto de estabelecimentos agropecuários da mesorregião e não apenas do respectivo grupo de atividade econômica.

\*\* Os dados de efetivo bovino dessas categorias encontravam-se parcialmente ocultados. Obteve-se uma estimativa pela subtração da parcela do efetivo bovino total que não foi vinculada às demais categorias, considerando uma média de animais plausível com o número de estabelecimentos das respectivas categorias.

**Fonte:** Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

Seguindo com a análise que relaciona a concentração do rebanho de acordo com os grupos de área total e os grupos de atividade econômica, desagregamos as informações de acordo com os municípios. Nesse sentido, consideramos como indicador de concentração a média de animais por estabelecimento em cada grupo de atividade econômica em cada município. A intenção dessa construção analítica é observar se existem diferentes graus de concentração conforme diferentes localidades e grupos de atividade econômica, tendo em

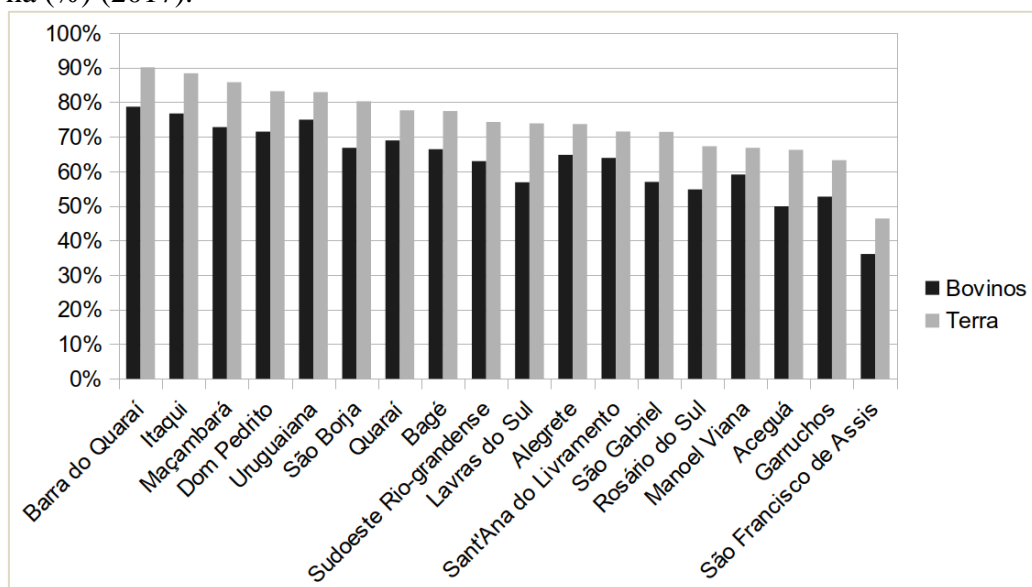
vista que já observamos avanços da lavoura e encolhimentos do rebanho que oscilavam de acordo com dois grupos de municípios.

Como resultado, temos que as seis médias mais altas de cabeças bovinas por estabelecimento em toda a mesorregião são todas do grupo de atividade ‘lavoura temporária’: Itaqui (914,6), Maçambará (892,6) (emancipado de Itaqui), Quaraí (863,3), Uruguaiiana (557,6), Dom Pedrito (528) e Alegrete (497,8). Essa lista<sup>84</sup> evidencia que são os estabelecimentos com valor da produção predominantemente oriundo da lavoura temporária quem possui as médias mais elevadas de rebanho. Contempla tanto áreas regionais especificamente arroseiras (Uruguaiiana e Quaraí) quanto áreas que combinam arroz e soja (Itaqui+Maçambará, Dom Pedrito e Alegrete). A lista também combina localidades que mantiveram estoques de rebanho ao longo das últimas décadas (Quaraí e Alegrete) com áreas onde a bovinocultura encolheu.

Em complemento, as seis maiores médias de cabeças bovinas por estabelecimento do grupo de atividade ‘pecuária’ foram: Barra do Quaraí (403,7) (emancipado de Uruguaiiana), Uruguaiiana (357,4), Dom Pedrito (268,5), Quaraí (255,8), Itaqui (242) e Bagé (237). Esta segunda lista apresenta médias inferiores àquelas do grupo de atividade lavoura, o que faz jus à existência de pecuária familiar como fator atenuante da concentração média. Contudo, nota-se que a concentração é mais elevada novamente entre estabelecimentos da fronteira oeste (Uruguaiiana, Itaqui, Quaraí e Barra do Quaraí), assim como em Dom Pedrito (junto de Bagé) que também figurou na lista anterior.

O que podemos abstrair dessas informações é que a concentração do rebanho se relaciona positiva e significativamente<sup>85</sup> com a concentração da terra, como pode-se observar no Gráfico 24 referente aos estabelecimentos com mais de 500 ha ou 500 cabeças.

**Gráfico 24** – Concentração do rebanho bovino nos estabelecimentos com mais de 500 cabeças (%) de acordo com a concentração das terras em estabelecimentos com mais de 500 ha (%) (2017).



**Fonte:** Censo Agropecuário 2017, elaborado pelo autor.

84 O município de Barra do Quaraí (desmembrado de Uruguaiiana) teve dados ocultados e provavelmente entraria nesta lista se considerarmos que em 2006 tinha uma das médias mais altas.

85 Existe forte correlação positiva entre os valores absolutos da concentração da terra e do rebanho em estabelecimentos com mais de 500 ha nos municípios do sudoeste riograndense, a qual foi estatisticamente testada pelo coeficiente de correlação de Pearson que indicou um valor positivo de 0,962 a um nível de significância (valor-p) menor que 0,001 (teste realizado no software Jamovi versão 2.3).

As características fisiogeográficas do território tiveram relação com a manutenção (ou perda menos intensa) do efetivo bovino em localidades de menor fertilidade ou aptidão para a agricultura. Porém, não apresentaram o mesmo comportamento no que se refere à concentração do rebanho, a qual ocorreu tanto em locais considerados arroseiros (Uruguaiana e Itaquí), quanto em áreas impróprias para a agricultura de soja (Quaraí), como também em polos de maior expansão lavoureira de sequeiro (Dom Pedrito). Em teoria, a correlação entre tamanho dos estabelecimentos e dos rebanhos não precisa ser necessariamente positiva, já que o confinamento é uma modalidade que permite concentrar animais em áreas menores. Nesse sentido, a continuidade desta relação positiva e significativa entre as referidas variáveis nos dados censitários mais recentes sugere que o sistema criatório extensivo segue predominante nas áreas historicamente marcadas pela concentração fundiária no sudoeste rio-grandense. Retornaremos a essa argumentação na seção referente às despesas dos estabelecimentos pecuaristas.

Outro conjunto de municípios teve seus estabelecimentos pecuaristas com rebanhos abaixo da média mesorregional geral e/ou do grupo ‘pecuária’: Lavras do Sul (201,5), São Borja (180,7), Rosário do Sul (175,4), Manoel Viana (162,6) (emancipado de São Francisco de Assis), São Gabriel (147), Garruchos (119,8) (emancipado de São Borja) e São Francisco de Assis (94,9). Esta lista combina municípios que tiveram elevados avanços da superfície de lavoura de sequeiro e de retraimento do rebanho bovino (São Gabriel e São Borja), outros possuem estabelecimentos de agricultura familiar acima da média mesorregional (São Francisco de Assis, Garruchos, Manoel Viana e São Gabriel), e alguns possuem parcelas relevantes da superfície com solos rasos e/ou relevo acidentado (Lavras do Sul, Rosário do Sul e São Francisco de Assis). Outros locais tiveram valores médios ainda mais baixos, os quais são explicáveis pela presença de relevantes projetos de assentamento rural na proporção do total de estabelecimentos, tal como Hulha Negra, Aceguá e Santa Margarida do Sul. Em suma, a concentração do rebanho não segue uma tendência unívoca em relação ao avanço das lavouras, ao encolhimento do rebanho, às proporções de estabelecimentos patronais e familiares, ou ainda às características de solos e relevo.

Na seção anterior observamos que a densidade de lotação pecuária, em termos de efetivo bovino por área não semeada, foi determinada especialmente pelas diferenças de aptidão agrícola dos municípios mais viáveis ao incremento nas lavouras em relação a outros que tiveram limitações agrícolas e ao mesmo tempo uma perda menos intensa de efetivo bovino. Nesta seção, referente à concentração do rebanho, destacamos três observações gerais: a) os estabelecimentos com maior média de bovinos são os do grupo de atividade onde predomina a ‘lavoura temporária’, o que corrobora as observações anteriores de que o tamanho e as escalas operadas pelos estabelecimentos agrícolas com soja e arroz são mais elevadas em relação aos pecuários, além de indicar um gradual rebalanceamento do rebanho em direção ao grupo de atividade lavoura; b) existe correlação positiva e significativa entre concentração da terra e concentração do rebanho, o que indica que a estrutura fundiária manteve-se como fator relevante para explicar a concentração na bovinocultura de corte em detrimento de outras variáveis agrícolas; c) ainda em termos de estrutura fundiária, registramos que a concentração do rebanho na variável ‘condição do produtor em relação às terras’ indica que os proprietários mantiveram a proporção de controle sobre o efetivo bovino, embora tenha-se registrado um tímido avanço entre os arrendatários do grupo de lavouras lado a lado com a estagnação de áreas arrendadas por estabelecimentos pecuaristas.

Quando observamos a variação entre 2006 e 2017 nesse conjunto de dados referente às médias de efetivo bovino por estabelecimento, notamos novamente que o maior incremento acontece no grupo de atividade ‘lavoura temporária’ e a maior redução no grupo de atividade ‘pecuária e criação de outros animais’. As seis maiores reduções médias de bovinos por

estabelecimento pecuarista foram: de 357 p/ 232 em Maçambará, de 220 p/ 147 em São Gabriel, de 134 p/ 115 em Garruchos, de 414 p/ 357 em Uruguaiana, de 272 p/ 242 em Itaqui e de 224 p/ 202 em Lavras do Sul. O indicador de redução dos bovinos por estabelecimento inclui áreas distintas no que se refere à média de concentração (desde 115 em Garruchos até 357 em Uruguaiana), ao perfil predominante da lavoura (arroz em Uruguaiana e soja em São Gabriel), ao perfil de solos (mais rasos em Lavras do Sul e mais profundos em Itaqui e São Gabriel), assim como na política de assentamentos rurais (mais de 600 famílias assentadas em São Gabriel e zero em Lavras do Sul, Itaqui e Maçambará).

Nos chama ainda mais a atenção o comportamento distinto que essa redução da média de animais nos estabelecimentos de pecuária apresentou em São Gabriel e em Uruguaiana. Trata-se de municípios com superfícies agropecuárias semelhantes, embora o primeiro se destaque pelas lavouras em coxilhas e o segundo nas várzeas. Em São Gabriel a proporção do rebanho detida pelo grupo de estabelecimentos pecuaristas com mais de 1.000 ha caiu de 40,7% para 26,4% entre 2006 e 2017, enquanto em Uruguaiana se manteve ligeiramente mais concentrada, de 39,4% para 43,3%. A proporção do total de gado nesse tipo de propriedade era praticamente idêntica nos dois locais em 2006 (40%), mas oscilou em sentidos contrários desde então, na medida em que os cultivos de soja avançaram fortemente sobre São Gabriel e apenas residualmente em Uruguaiana.

Temos, em São Gabriel (Tabela 15), uma relevante desconcentração do rebanho sob controle dos estancieiros especializados em pecuária e com mais de 1.000 ha. Estes perdem proporção no efetivo total municipal em relação aos produtores do mesmo grupo econômico que possuem de 200 a 500 ha (de 11,0% para 14,5%) e de 500 a 1.000 ha (de 16,1% para 17,5%). Os pecuaristas familiares na faixa ‘de 100 ha a menos de 200 ha’ mantiveram sua participação relativa na posse do rebanho bovino, enquanto aqueles possuidores de menos de 100 animais incrementaram o efetivo.

**Tabela 15** – Estabelecimentos e efetivo da pecuária bovina no grupo de atividade econômica ‘Pecuária e criação de outros animais’ de acordo com os grupos de área total no município de São Gabriel, 2006-2017.

Grupo ‘Pecuária e criação de outros animais’	2006		2017		A2-A1 (%)	B2-B1 (%)
	Estabelecimentos (A1)	Efetivo (B1)	Estabelecimentos (A2)	Efetivo (B2)		
De 0 a menos de 100 ha	741	25.332*	947	26.727*	22	5
De 100 a menos de 200 ha	102	14.500	107	12.683	5	-14
De 200 a menos de 500 ha	121	32.889	134	38.310	10	14
De 500 a menos de 1.000 ha	74	48.090	82	46.297	10	-4
De 1.000 e mais	69	121.788	49	69.830*	-41	-74
Total	1107	243.353	1319	193.847	16	-26

\* Os dados de efetivo bovino desta categoria encontravam-se parcialmente ocultados. Obteve-se uma estimativa com base na subtração do total de bovinos do respectivo grupo de atividade econômica e das demais categorias não ocultadas.

**Fonte:** Censo Agropecuário 2006 e 2017, elaborado pelo autor.

Aqui destacamos três aspectos desse rearranjo na distribuição municipal dos bovinos, que se caracteriza pela redução do efetivo total (de 299.506 para 264.127 cabeças) e de sua fração sob controle estancieiro. De 2016 a 2017, três grupos apresentaram crescimento absoluto do rebanho. Em primeiro lugar, se trata de uma troca de mãos entre grandes

estabelecimentos, em direção ao grupo 'lavoura', especialmente os lavoureiros com mais de 500 ha e 1.000 ha (de 41.426 para 54.408 cabeças<sup>86</sup>). Em segundo lugar, em favor dos pecuaristas intermediários, de 200 ha a 500 ha, conforme mencionado acima, inclusive aqueles com 500 ha a 1.000 ha, que mantiveram-se próximos da estabilidade. Por fim, também há um sentido de desconcentração quando se observa o total de gado no total dos estabelecimentos com menos de 100 ha (juntando os grupos 'pecuária' e 'lavoura'), que passou de 9,9% para 12,7%. Este último grupo inclui as mais de 600 famílias assentadas pela política fundiária no município a partir de 2008, cujos lotes possuem até cerca de 30 ha.

Na seção seguinte continuaremos analisando esse fenômeno com base em alguns casos concretos registrados no trabalho de campo no municípios de São Gabriel.

### **4.3 A diferenciação social entre estancieiros: observações empíricas no município de São Gabriel e diálogos com a literatura sobre “velhos” e “novos” agropecuaristas uruguaios**

O processo de encolhimento de estabelecimentos estancieiros de São Gabriel, no que se refere à concentração de gado, acontece em meio ao fortíssimo avanço das lavouras e dos arrendamentos onde estabelecimentos pecuaristas retraem em favor do cultivo de soja. Não nos parece um acaso que esse fenômeno tenha se verificado justamente no município que tem atingido as maiores proporções de superfície agrícola total sendo cultivada com lavoura temporária na mesorregião. Em proporções relativas, essa forte redução também é registrada em Manoel Viana, e em menor intensidade nos municípios de Rosário do Sul, Garruchos, Bagé e Santana do Livramento<sup>87</sup>. Porém, ressaltamos que a manifestação concreta de diminuição no rebanho dos maiores estabelecimentos pecuaristas não é idêntica em todos os municípios onde também registrou-se forte avanço das lavouras, tendo em vista que em Dom Pedrito e em Bagé foi verificada, respectivamente, a manutenção e uma ligeira queda na concentração do rebanho nos maiores grupos de área, de modo diferenciado ao que foi observado em São Gabriel. Isso nos mostra a complexidade dos processos de interdependência entre agricultura e pecuária no aspecto das novas posições assumidas pelos grupos que compõem a estrutura agrária, na qual a economia estancieira está inserida.

Na sequência ilustramos esse movimento geral observado nas estatísticas sobre a estrutura agrária com alguns casos registrados no trabalho de campo no município de São Gabriel: a) estância que possuía gado em ciclo completo e subdividiu-se entre herdeiros, mantendo apenas a fase de cria lado a lado de áreas totalmente arrendadas; b) estância que possuía gado em ciclo completo e foi totalmente convertida para lavouras de soja durante processo de partilha de bens; c) estância que manteve seu tamanho e o sistema de produção em ciclo completo mediante intensificação gradual com uso de pastagens de inverno cultivadas pelo arrendatário; d) lavoureiro diversificado que possui as etapas de recria/engorda do rebanho bovino durante o ano inteiro; e) lavoureiro especializado que inverte gado (terminação) apenas na entressafra da lavoura; f) estancieiros que por algum tempo conduziram – ou que ainda possuem – lavouras por conta própria em combinação com rebanho em ciclo completo. Ressaltamos que esses casos não almejam constituir uma

---

<sup>86</sup> Estava ocultada a informação do Censo Agropecuário 2017 sobre o rebanho possuído pelos 08 estabelecimentos de São Gabriel com mais de 2.500 ha do grupo de atividade 'produção de lavoura temporária'. Tendo em mãos os respectivos quantitativos de estabelecimentos, seus montantes bovinos foram calculados com base na subtração do total do grupo de atividade econômica e das demais categorias não ocultadas. Foi também necessário estimar o rebanho das categorias de 10 a 20 ha, de 20 a 50 ha e de 50 a 100 ha neste mesmo grupo de atividade econômica, somente para o ano de 2017.

<sup>87</sup> Por conta do ocultamento de informações devido às políticas de privacidade do IBGE, não foi possível verificar esses dados para os municípios de Aceguá, Barra do Quaraí, Hulha Negra, Itaqui, Lavras do Sul, Maçambará, Quaraí, São Borja e São Francisco de Assis.

tipologia ou um levantamento exaustivo dos grupos que conformam a estrutura agrária atual, mas contribuem na ilustração das reconfigurações em curso na economia estancieira em específico e nos grupos dominantes mesorregionais na bovinocultura de corte de um modo geral.

a) O primeiro caso é ilustrativo da estância que chamaremos ficticiamente<sup>88</sup> de Campeira. A Campeira possuía mais de 1.000 ha com terras férteis e bem localizadas. Era administrada por Alonso, veterinário, o qual nos forneceu as informações. Ele mantinha as áreas em sociedade com um irmão (profissional liberal em outra cidade) e uma irmã que também participava da rotina administrativa da estância. Os irmãos arrendavam uma parte das terras para o cultivo de soja, da qual obtinham renda anual e pastagens de inverno onde era manejado o gado da fase de engorda, o qual era abatido com a idade de 24 a 30 meses. Chegando próximo dos 60 anos de idade os irmãos dissolveram a sociedade, onde cada qual tomou uma decisão sobre seu 1/3 da propriedade. As terras não foram vendidas, porém um deles liquidou os animais que lhe cabiam e arrendou a totalidade de sua parcela. Diante da redução de área disponível, Alonso e a irmã mantiveram para si apenas o gado de cria, tornando-se vendedores de terneiros e arrendadores de terras. Como faziam desde antes, seguiram vivendo na cidade e mantiveram um único funcionário permanente que reside na estância.

A criação de terneiros visa a oferta anual quase sempre para o arrendatário que engorda os animais nas áreas da estância cedidas em “ano fechado”, isto é, tanto as lavouras de verão quanto as pastagens de inverno são manejadas pelo locatário. Esta relação de longo prazo com um mesmo empresário agropecuário foi por diversas vezes chamada pelos interlocutores de “parceria”, o que remete ao sentido simbólico de relações de confiança e previsibilidade envolvendo os negócios combinados de cria e/ou cria/recria, pelo pecuarista, e de internada, pelo lavoureiro – e não uma parceria no sentido estrito de relação econômica no compartilhamento de orçamentos e riscos. As vacas reprodutoras são mantidas na área que restou da estância Campeira e dão luz aos terneiros(as) entre agosto e setembro, sendo estes engordados até abril, momento no qual são comercializados quase sempre em sua totalidade.

Uma relação de “parceria” considerada boa/satisfatória entre pecuarista e lavoureiro, ou entre proprietário e arrendatário, é frequentemente citada como valiosa no sentido de evitar possíveis conflitos que possam surgir entre as categorias, sobretudo no calote ou na invasão das lavouras pelo gado. O pagamento adiantado do arrendamento é um dos fatores basilares das relações entre ambos, de modo que uma sequência inicial de anos cumprindo devidamente o contrato pode colocar o arrendatário em boas condições de renová-lo e, eventualmente, estar bem posicionado para eventual situação de compra da terra. Embora tratem informalmente a relação pelo nome de parceria, o mais frequente são os contratos de arrendamento, onde a única interação econômica do proprietário com o arrendatário é o recebimento da renda do solo e, para além desse contrato, a comercialização de terneiros e/ou vacas de descarte.

b) Se a situação de “parceria” é nomeada e socialmente valorizada, existem por outro lado riscos de o proprietário se envolver com um “aventureiro”, isto é, um arrendatário que pode não ter os atributos esperados de confiabilidade. Durante o trabalho de campo ouvi uma fofoca<sup>89</sup> que comentava o caso de uma estância que passou por processo de partilha, onde dois

---

88 Também são fictícios os nomes de interlocutores e dos demais estabelecimentos que mencionaremos na sequência, a fim de preservar sua privacidade.

89 Em seu clássico estudo sobre a sociodinâmica da estigmatização em um pequeno bairro de trabalhadores na Inglaterra, Elias e Scotson (2000) utilizaram como instrumento de pesquisa a apreciação das fofocas enquanto meio de controle social do grupo estabelecido (*stablishment*), tanto no sentido de elogiar os atributos considerados valiosos em sua autoimagem quanto de depreciar as suspeitas de transgressão das normas legítimas. Embora não tenhamos nos aprofundado sobre a natureza e a função das fofocas no meio estancieiro, consideramos que o tom negativo imputado a determinadas práticas de manejo do patrimônio

filhos herdaram mais de 1.000 ha cobertos de campo nativo com criação de gado em ciclo completo e bom padrão genético do rebanho. Segundo nossa interlocutora, que também é descendente de estancieiros, os filhos teriam feito a venda dos animais da fazenda por preços abaixo do mercado devido ao seu desconhecimento técnico da atividade, além de terem decidido arrendar as áreas para plantar soja a um terceiro que era conhecido da família, tornando-se fiadores de seus financiamentos com a lavoura, colocando a própria estância como garantia. Detalhe: o referido lavoureiro seria um dos “aventureiros” que já endividou-se e teve bens liquidados anteriormente.

Este negócio era tratado com perplexidade por quem o relatou, já que o usual é o não envolvimento do proprietário com os financiamentos e riscos do arrendatário. O que se esperava é justamente o contrário: um bom contrato que dá o direito de receber em adiantamento o pagamento pelo uso da terra, de modo que pode-se viver tranquilamente sem maiores preocupações quanto à propriedade. Esse caso foi contado pela interlocutora como tratando-se de uma heresia ao patrimônio fundiário e à tradição pecuarista da estância, onde a típica frase do lavoureiro que diz ao estancieiro: “cuida os teus bois pra não comerem minha soja” via-se invertida por outro destino: “a soja é quem comeu os bois”. Em sua visão, ao arrendar áreas para soja não se deveria abrir mão totalmente de uma segurança econômica associada com a existência do rebanho enquanto ativo com liquidez em momentos de crise, que é menos propício às quebras de produção em comparação com as lavouras. Essa fofoca depreciativa pode de fato simbolizar uma “má parceria” em termos econômicos, mas também reflete uma leitura da realidade marcada pela perspectiva estancieira extensiva de resguardo do patrimônio e de reprodução de um capital fixo no estoque de animais, a fim de prover rendimentos satisfatórios com baixo nível de investimento em capital circulante.

c) Essa forma de fazer negócios e de perpetuar patrimônios é especialmente aplicável em propriedades de maiores extensões, as quais podem obter margens de lucro satisfatórias ainda que o rendimento por hectare ou por animal seja reduzido, tal como é recorrente nos modelos chamados horizontais ou tradicionais na bovinocultura de corte brasileira. Dialogamos com o filho do proprietário da estância Nativos que possui cerca de 2.500 hectares com terras férteis e bem localizadas, onde Jorge, veterinário, nos contava que os arrendamentos para soja no estabelecimento foram tardios em comparação aos seus pares devido à preferência do proprietário em ter um sistema de pastoreio basicamente em campo nativo com alta lotação (estoque) e baixo investimento. No momento da entrevista, cerca de 200 a 300 ha de pastagens de inverno eram obtidas como troca na relação de arrendamento de “ano aberto” com o lavoureiro, o qual remunera os proprietários pelo aluguel do solo no verão e também semeia as gramíneas de inverno que são usadas pelos proprietários. Essa parte da estância arrendada para lavouras de arroz e de soja é usada no inverno para a fase de engorda da estância, dentro de um sistema de produção em ciclo completo.

Os bois são vendidos com cerca de 36 meses, variando entre 30 a 40 meses, como resultado de um processo de encurtamento da idade para abate que tradicionalmente acontecia com animais ainda mais velhos. Entre as medidas tomadas para engordar os bois em menor tempo encontra-se o arrendamento da referida parcela de pouco mais de 10% da propriedade pelo qual se recebe a pastagem de inverno, o que permite manter os animais em engorda no momento em que a produção forrageira nos campos do pampa é menor. Eventualmente é realizada suplementação com silagem e ração a fim de recuperar vacas reprodutoras e outros animais porventura enfraquecidos ou doentes, assim como é arrendada uma área de pastagem de inverno alheia a fim de manter a condição corporal dos animais de engorda, tendo em vista o compromisso em reduzir a idade de abate. Diferentemente do passado, atualmente existe

---

familiar indica a transgressão de expectativas sobre a reprodução e a reputação social desse grupo historicamente dominante em termos econômicos e simbólicos regionais.



maior controle sobre a produtividade das fêmeas reprodutoras, de modo que são imediatamente encaminhadas para descarte/engorda as vacas que não ficam prenhes ou cujos dentes estejam desgastados. Além disso, cerca de 10% dos animais nascidos a cada ano são vendidos com cerca de oito meses quando desmamados, a fim de que a taxa de lotação não exceda um nível considerado favorável à precocidade da engorda.

Ou seja, as medidas técnicas adotadas respondem a uma gradual e negociada mudança geracional na lógica de estoque bovino em direção a um giro e desfrute mais eficientes dos animais, de modo que não envolvem incrementos significativos de investimento por unidade de área ou por cabeça, como seria o caso da correção de solos, da adubação e da irrigação em campo nativo, ou então do semiconfinamento em cocho. Isto é, foram pinçados determinados ajustes técnicos no processo produtivo que não demandavam elevação significativa de capital fixo e de capital circulante, onde a oferta de pastagens de inverno é uma incumbência contratual do arrendatário e não implica no investimento em maquinário pelos proprietários. Esse compasso gradual na implementação de medidas intensificadoras na bovinocultura de corte é um traço distintivo dos pacotes tecnológicos na pecuária em relação aos da agricultura (MIELITZ NETTO, 1994; CAPDEVIELLE, 2020) e foi também observado em estabelecimentos de cria e de ciclo completo predominantemente em campo nativo no município de Quaraí-RS (MONTEBLANCO, 2021).

O interlocutor ainda relatou que praticamente todas as propriedades de estancieiros vizinhos foram fracionadas e arrendadas para lavoureiros, de modo que mantiveram cerca de 20% a 40% do total de rebanho que tais áreas comportavam anteriormente. Além da estratégia de especialização em cria ou cria e recria que é tomada nesses estabelecimentos com área reduzida, Jorge nos relatou um caso menos comum onde os pecuaristas mantêm apenas a fase de recria em campo nativo, de modo que adquirem animais jovens e magros para melhorar sua condição durante a primavera e o verão e novamente negociá-los no outono/inverno seguinte com produtores que realizam a fase de terminação em pastagem cultivada. De todo modo, as fontes estatísticas e os relatos a campo indicam que os estabelecimentos pecuaristas estancieiros de larga extensão com sistemas de produção em ciclo completo têm se tornado menos frequentes diante do avanço das lavouras de soja no município de São Gabriel.

d) Por outro lado, o fenômeno de *boom* agrícola tem representado oportunidades para outra categoria de pecuaristas, a dos invernadores. Esse perfil de produtores se refere àqueles que são especializados na fase de terminação/engorda bovina, e que estão preparados no período de inverno para ofertar algum tipo de alimentação, seja ela forrageira ou não, que permita o ganho de peso dos animais. Embora o termo “invernador” seja uma combinação das palavras “inverno” e “terminador”, fazendo referência àqueles que engordam bovinos apenas no inverno, notamos que a categoria também é utilizada para se referir aos pecuaristas que fazem recria/engorda ao longo de todo o ano. Em termos teóricos, como observam Errea et al. (2011), a diferenciação entre produtores especializados nas fases de cria e de engorda em relação aos que fazem o sistema de ciclo completo é esperada em meio a processos de intensificação produtiva. Essa clivagem não é simplesmente uma decorrência técnica da intensificação, mas tem como ponto de partida a “generación y apropiación de ganancias extraordinarias y rentas que se dan con la intensificación de la producción bovina” (CAPDEVIELLE, 2020, p. 37), onde os proprietários absenteeístas – inclusive os criadores/recriadores – priorizam arrendar áreas a fim de apropriar-se da renda terra e os lavoureiros buscam manter/diversificar taxas de lucro no período da entressafra por meio da engorda bovina.

Diante do novo contexto sazonal da oferta de bois gordos, relacionado com as lavouras de verão, o qual está mudando a época historicamente mais frequente da safra bovina para setembro/novembro ao invés de março/maio, abrem-se janelas de preços mais vantajosas

para os pecuaristas que engordam animais para abate na entressafra. Quem trouxe um relato mais detalhado sobre esse processo foi Jones, um corretor de negócios rurais especializado na compra e venda de bovinos para engorda e para abate, que nos forneceu um panorama dos investimentos de um invernador que é seu principal parceiro comercial e que realiza recria e engorda bovina no ano inteiro.

Embora não tenhamos informações detalhadas sobre o tamanho dos imóveis ou do rebanho do parceiro de Jones, sabemos que o produtor possui uma área em São Gabriel e outra em município da mesorregião Centro Ocidental rio-grandense – que chamaremos genericamente de planalto. A relação entre os estabelecimentos do mesmo proprietário envolve um elevado grau de movimentação bovina, na medida em que as áreas do planalto são totalmente cultivadas no verão, enquanto as de São Gabriel possuem maior proporção de campo nativo e pastagens cultivadas em relação às lavouras com soja. Portanto, a depender das condições de mercado, os animais que ficaram em recria durante o verão em São Gabriel podem ser transportados para engorda no planalto no inverno, e, posteriormente, esses animais podem ser abatidos ou levados novamente para pastagens cultivadas em São Gabriel a fim de entrarem na fase final de ganho de peso e serem abatidos após a safra de setembro/novembro. Nesse sentido, Jones entende que o invernador de ano inteiro, que combina recria/engorda, costuma ter a vantagem de alcançar melhor remuneração em relação aos produtores que na época da safra bovina necessitam obrigatoriamente retirar os animais das pastagens a fim de cultivar suas lavouras de acordo com a marcha do calendário agrícola.

A combinação dos negócios de corretagem de Jones com a bovinocultura de recria/terminação praticada pelo lavoureiro representa uma estratégia de verticalização do empresário no sentido de internalizar a fase de comercialização anterior e posterior à terminação, isto é, na aquisição dos animais que serão engordados e na sua venda para o frigorífico. Essa dinâmica é própria de um contexto em que o sistema de ciclo completo perde relevância, de modo que o gado flui mais entre os estabelecimentos. Sob o ponto de vista do recriador/terminador, a parceria contribui no sentido de prover fluidez para o capital e os animais na medida em que estão continuamente ganhando peso e sendo substituídos por animais magros, de modo que o pecuarista está constantemente “reciclando portfólio”, se quisermos usar um jargão do mercado financeiro. Ou seja, o invernador não mantém por muito tempo os animais gordos que não estejam ganhando peso, pois é preferível vendê-los e substituí-los por animais magros com maior potencial de ganho de peso tendo como parâmetro a mesma quantidade de alimento despendida.

Dentre os invernadores existem algumas especificidades. Jones explica: seu principal negócio é com a única categoria onde o bovino magro é mais barato que o gordo, isto é, as vacas. Eles compram vacas e novilhas magras, que são mais baratas por serem inaptas para o acasalamento, e, dentro de um período a partir de 60 dias, o seu produto se valoriza simplesmente por engordar, pois muda de categoria. Ou seja, descontando oscilações de preço sazonais e próprias da volatilidade de mercado, as vacas gordas costumam valer em média um real por kg a mais que as magras, o que gera um ganho de capital que se soma ao ganho de peso obtido na engorda. Jones explica que essa valorização pela troca de categoria é fundamental para que o valor investido fique menos exposto às oscilações de preços.

No decorrer da entrevista procurei dialogar com Jones sobre a tendência cíclica de abate de matrizes por parte dos pecuaristas em momentos de baixa dos preços, de modo que estariam sacrificando seus meios de produção (vacas reprodutoras) a fim de gerar um fluxo de renda para um consumo familiar considerado satisfatório, indicando a inseparabilidade entre família e estabelecimento nesse tipo de contabilidade. Nesse sentido, o corretor considerou que, do ponto de vista do invernador, esse é um momento chave onde é possível comprar vacas mais baratas para engordar na medida em que possui um fluxo de caixa disponível e

recorrente para adquirir novos animais a fim de gerar ganhos contínuos. Trata-se de um cálculo sobre o estabelecimento onde o repasse financeiro ao seu proprietário depende da rentabilidade constante da empresa, onde o princípio que comanda a transferência de recursos do estabelecimento para o proprietário não é o nível de consumo familiar.

É o contrário do que me dizia um pecuarista que encontrei no mesmo dia em seu escritório e que se lamentava da baixa nos preços iniciada em meados de 2022. Ele tinha uma carga de 37 bois gordos e prontos para abate, mas pretendia segurá-los por mais tempo na expectativa de melhora do preço. Mas, e “segurar esse gado até quando?”, perguntei. Respondeu: “meu termômetro é o bolso”. Ou seja, enquanto suas reservas fossem suficientes para cobrir as necessidades de consumo, não seria necessário apressar a venda. Essa perspectiva mais calcada sob a lógica do estoque de gado que aguarda momentos favoráveis para realização de lucro se diferencia da abordagem do invernador que precisa sobretudo “repor o casco”, isto é, manter um giro de mercadoria que reponha o valor patrimonial investido e gere ganhos recorrentes. Segundo Jones, uma pecuária de recria/terminação nesses parâmetros exige uma gestão empresarial do negócio – sua calculadora estava sempre à mão durante a entrevista –, mas, em contrapartida, permitiria ao pecuarista alcançar um rendimento consideravelmente superior ao da receita pelo arrendamento da terra ao lavoureiro – uma comparação que ele fez questão de evidenciar em detalhes.

Como já dito, entre os invernadores existe heterogeneidade. Jones fez questão de se diferenciar daqueles que ele considera não serem pecuaristas “na essência”, ou seja, os invernadores que engordam bovinos apenas na entressafra com as pastagens de inverno, para os quais considera mais adequado o termo “aventureiros”.

e) Os lavoureiros especializados que invernam gado (terminação) apenas na entressafra da lavoura são a categoria mais controversa sob o ponto de vista dos demais pecuaristas. Durante o trabalho de campo dialogamos com Jaime, um filho de agricultores familiares oriundo da mesorregião Noroeste do estado, que cultiva soja e trigo em São Gabriel há mais de 40 anos, onde atualmente é arrendatário. O agricultor iniciou carreira na área comercial e hoje em dia aluga mais de 1.000 ha que são administrados e também manejados a campo por ele e dois filhos, além de seis empregados permanentes. A maior parte do arrendamento é contratado em “ano fechado” de modo que as terras ficam sob seu controle no inverno. No período frio as áreas são direcionadas para quatro fins distintos que permitem o plantio concatenado das lavouras de verão: i) cultivo de azevém e engorda de gado por conta própria, de junho a setembro; ii) sublocação de área com azevém para pecuaristas por 90 a 110 dias, até meados de setembro; iii) devolução sazonal de área ao proprietário que faz o cultivo de pastagem de inverno por conta própria e a devolve ao arrendatário em meados de outubro; iv) cultivo de trigo por conta própria que será colhido em novembro.

Um dos argumentos usados por pecuaristas de cria, de ciclo completo ou de recria/terminação em relação aos invernadores que somente engordam gado entre maio/junho e agosto/setembro é de que tanto a sua demanda de animais para engorda quanto a sua oferta de bovinos para abate acontecem de forma sazonal, dependentes do calendário da lavoura. Sendo assim, enfrentam uma situação de mercado onde demandam bovinos em um momento de elevação do preço e ofertam seu produto em situação inversa, de baixa. Ou seja, estão sempre na contramão de uma situação ideal de preços. Porém, quando apresento essa controvérsia a Jaime, sua resposta não poderia ser mais tranquila: “é oferta e procura, não tem como fugir disso”. Para que o negócio seja viável, considera que o invernador precisa adquirir uma vaca em bom estado de saúde, porém magra, com aproximadamente 350 a 400 kg, que será submetida à engorda por um período de aproximadamente 100 dias nas pastagens de inverno, estimando um ganho de peso de 90 a 120 kg por cabeça. A preferência pela vaca de

descarte se deve ao preço inferior ao de outras categorias como a do boi magro, novilha, carneiro e carneira.

Embora o calendário agrícola de soja limite o prazo disponível para a bovinocultura de engorda, isso não implica que a atividade seja necessariamente uma “aventura”. Um mesmo estabelecimento pode conduzir estratégias diversificadas no inverno, de modo que a engorda de bovinos em curto espaço de tempo é apenas uma dentre outras atividades e rendimentos combinados com a lavoura de verão. Criar bovinos permite equacionar o calendário de cultivo de soja e iniciá-lo em setembro, tendo em vista que o trigo colhido em novembro não pode predominar para não atrasar a semeadura da oleaginosa. De mesmo modo, a lotação de gado nas pastagens de inverno não será a mais elevada possível, a fim de evitar a compactação excessiva do solo e manter uma palhada no horizonte superficial que beneficia a prática do plantio direto.

f) mas não são apenas os lavoureiros oriundos de outras porções estaduais que combinam lavoura e pecuária. Em nossas entrevistas em São Gabriel com pecuaristas e profissionais da área técnica fomos informados da existência de algumas famílias estancieiras que por algum tempo conduziram lavouras por conta própria, geralmente combinando-as com rebanhos em ciclo completo. A exemplo dos estabelecimentos de tipo “empresarial patrimonial” classificados por Bühler (2008), tratam-se geralmente de grandes estâncias com áreas próprias e arrendadas sob controle de um mesmo dono ou numa sociedade de grupos domésticos herdeiros de uma mesma família. A continuidade desse tipo de estâncias obedece tanto a imperativos econômicos agropecuários/patrimoniais, quanto de poder e influência política na participação em entidades de classe em nível local, estadual e até nacional (BÜHLER, 2008).

Esses estabelecimentos agropecuários frequentemente ultrapassam os 3 mil hectares e combinam lavouras de arroz, soja, gado bovino e ovino. A dinâmica familiar envolvida nessas estâncias pode se limitar à propriedade da terra e à supervisão do administrador do estabelecimento, ou pode abranger também algumas funções da gestão financeira e comercial. Nesse caso, a função administrativa será ocupada por um ou mais membros da família (pais, irmãos(ãs), filhos(as) ou primos), os quais frequentemente terão alguma formação nas ciências agrárias, podendo residir no estabelecimento ou na cidade. Os demais parentes e/ou sócios da exploração terão suas atividades e fontes de renda em profissões liberais e outras ocupações no mesmo município ou em outros locais, podendo inclusive viver exclusivamente de sua porção da renda advinda do estabelecimento – segundo os interlocutores, este fenômeno é mais recorrente no período recente de elevação da renda da terra proveniente do arrendamento para cultivos de soja.

Já a condução das atividades mais propriamente a campo é assumida por funcionários, o “capataz” da pecuária e o “gerente” da agricultura. Geralmente estes não terão formação em ciências agrárias, nem serão membros da família, onde sua trajetória até o cargo decorre da atuação como campeiros, tratoristas ou outros empregados da respectiva estância ou em outros estabelecimentos. A assessoria técnica é obtida mediante contratação de profissional qualificado, ou mediante o próprio administrador caso tenha a respectiva formação agrônoma ou veterinária. De acordo com os entrevistados, ainda que se mantenha a integridade de muitos desses estabelecimentos, assim como a lógica de seu gerenciamento, ultimamente a área de lavouras tanto de arroz como de soja tem sido repassada para arrendatários ao invés de conduzida por conta própria mediante “gerente”. A bovinocultura de corte em áreas próprias e sob condição direta ou indireta de estancieiros-administradores e seus capatazes segue como atividade prioritária desses estabelecimentos. Posteriormente voltaremos ao tema das formas de gestão agropecuária na economia estancieira.

Em suma, as transformações produtivas em curso e a relação delas com a bovinocultura de corte deixam em aberto diferentes opções para os proprietários de largos patrimônios fundiários e animais. Desse modo, os estancieiros podem arrendar ou vender a terra em partes ou na sua totalidade, assim como internalizar gradualmente o cultivo de lavouras, ou ainda combinar-se com a produção agrícola conduzida pelo arrendatário no verão. De mesmo modo, no que se refere às fases da pecuária bovina de corte, temos situações onde os estabelecimentos com ciclo completo podem desfrutar de áreas com pastagem de inverno para a etapa de engorda, ou então podem abrir mão das fases finais de recria e terminação em benefício de uma especialização na etapa de cria, utilizando-se de áreas menores da propriedade que não foram cedidas em arrendamento.

Mas, de um modo geral, a tendência mesorregional verificada em longa duração e de forma mais aguda no caso de São Gabriel é de que os estancieiros tornam-se menos relevantes no conjunto da produção bovina de corte, seja do ponto de vista do controle da indústria frigorífica, que foi perdido durante a década de 1990, ou do controle sobre as fases da criação bovina, que vai se restringindo principalmente à etapa de cria a partir dos anos de 2000 e 2010. Em certa medida ocorre o mesmo com a posse da terra, frequentemente cedida em arrendamento, e, mais eventualmente, vendida para produtores cuja principal atividade são as lavouras, os quais também se apropriam das fases finais da engorda bovina, antes controladas por estancieiros com pecuária em ciclo completo. Ainda assim, as fontes censitárias e empíricas a que tivemos acesso não nos permitem estabelecer com precisão qual é a porcentagem das terras e da bovinocultura que atualmente estão sob controle estancieiro, inclusive porque uma parcela desse grupo social foi capaz de internalizar a lavoura como atividade dos seus estabelecimentos.

Um redesenho das relações sociais de produção e na estrutura agrária também foi observado no rural uruguaio diante do cenário geral de avanço dos agronegócios de soja e de forte especialização da pauta exportadora do país nessa oleaginosa. O contexto uruguaio a partir do ano 2002/3 é caracterizado pelas diferentes combinações entre o que a literatura designa como “velhos” e “novos” agricultores, em um processo de intensificação agrícola das lavouras de sequeiro inicialmente protagonizado por grandes empresas argentinas e de outras nacionalidades que trouxeram consigo um modelo de gestão em rede visando grandes escalas na produção de commodities com alta rentabilidade do capital circulante e terceirização dos serviços/assessoria/máquinas agrícolas (BIANCO et al., 2021).

Os produtores “velhos”, previamente existentes nas regiões litorânea e central do país e que vivenciaram esse *boom* agrícola, tratam-se de produtores familiares (com terras próprias ou em parceria) e empresariais (desde grandes parceiros especializados em agricultura até médios e grandes patrões rurais com prioridade em pecuária e agricultura, respectivamente) (ARBELETCHÉ; GUTIÉRREZ, 2010). Os encaixes e desencaixes desses agropecuaristas clássicos do rural uruguaio com os novos atores empresariais são objetivados por Santos, Oyhançabal e Narbondo (2012) através de uma tipologia que procura dar conta das suas trajetórias sociais: a) o “acoplamento” à nova dinâmica agrícola empresarial por parte dos empresários agrícolas (seguem capturando lucro e renda da terra); b) o “deslocamento” com reinserção em outra categoria (os reconvertidos em rentistas), atividade (novos prestadores de serviços agrícolas com máquinas) e/ou territórios (produtores que buscam terras mais baratas); c) a “exclusão” da atividade agropecuária com perda de controle sobre os meios de produção (parceiros e proprietários em pequena escala e endividados).

A pesquisa mais recente de Bianco et al. (2021) indica que os processos de acoplamento, deslocamento e exclusão têm sido heterogêneos de acordo com os territórios, até mesmo quando se comparam zonas que eram tradicionalmente agrícolas e nas quais se expressam singularidades. O avanço em direção às zonas mais distantes e menos produtivas,

que deu-se até 2014, desde então se deparou com uma retração nas áreas menos férteis. Desse modo, apenas as terras com maior aptidão foram mantidas por empresários agrícolas acoplados às novas dinâmicas produtivas, onde buscam maximizar a rentabilidade para compensar os custos mais elevados de frete.

Já as trajetórias dos grupos deslocados fizeram emergir duas modalidades que não eram recorrentes no rural uruguaio, isto é, os *contratistas* e os rentistas. São categorias que passaram por reconversão social sem necessariamente ver sua posição decair na estrutura agrária. Os prestadores de serviços de máquinas encontraram um nicho agrícola devido à demanda de grandes empresas flexíveis que restringem o capital fixo e terceirizam atividades como o plantio, a pulverização e a colheita. Já os proprietários aquinhoados que não possuíam dívidas puderam eventualmente melhorar substantivamente sua condição econômica na medida em que os rendimentos sobre o aluguel da terra foram a porção dos ganhos agropecuários que mais elevou-se entre 2000-2015 (OYHANTÇABAL; SANGUINETTI, 2017), permitindo que seus proprietários desativassem a produção direta e mudassem sua residência para outros locais, como a capital do país (BIANCO et al., 2021).

Ainda que os dados sejam limitados ao ponto de tirarem-se conclusões definitivas, os referidos autores consideram que as dinâmicas de acoplamento e deslocamento foram mais recorrentes que as de exclusão. Esta modalidade aconteceu mais frequentemente entre produtores de leite em pequena escala (cerca de 50 ha) que encontravam-se endividados e dependiam do aluguel de solo alheio para atingir escalas competitivas. A elevação do preço das terras e dos meios de produção gerou um duplo efeito nesse grupo, no sentido de inviabilizar o arrendamento e ao mesmo tempo valorizar os ativos do seu patrimônio familiar de modo a viabilizar a quitação de dívidas. Uma parte não endividada desses pequenos produtores converteu-se em parceiros das empresas sojícolas mediante arrendamento de terras ou prestação de serviços agrícolas. Outra situação de exclusão foi a dos pecuaristas familiares arrendatários com gado de corte, os quais se localizavam no centro e no oeste do país e não tiveram condições para encontrar novas áreas com preço acessível. Adicionalmente, foram excluídos os apicultores do litoral oeste do país que não conseguiram se realocar na medida em que o avanço do cultivo de soja representou crescente mortalidade das colmeias e restrição nos serviços ecossistêmicos necessários para a produção de mel (SANTOS; OYHANTÇABAL; NARBONDO, 2012).

A maior recorrência das situações de acoplamento e deslocamento em relação às de exclusão estaria associada com a ausência de ciclos de protestos ou de conflitos explícitos no rural uruguaio das duas últimas décadas, especialmente quando se compara com as tensões registradas em áreas onde a disputa pela posse e propriedade fundiária foi mais intensa, tal como nas expulsões violentas de povos indígenas, quilombolas e camponeses da região amazônica e de cerrados brasileiros ou do Noroeste argentino. Esse cenário se explica pela história agrária uruguaia na qual a generalização da propriedade fundiária reconhecida pelo Estado aconteceu em todo o território nacional no final do século XIX com o cercamento dos campos, o qual foi possível mediante expulsão de trabalhadores da pecuária e tem como pano de fundo o etnocídio indígena. Já o processo de diferenciação social contemporâneo dos “velhos” agricultores uruguaio não necessariamente os proletariza, mas promove uma reconversão social no sentido do rentismo ou da prestação de serviços (*contratistas*), na qual tornam-se objetivamente sócios das grandes empresas agrícolas (SANTOS; OYHANTÇABAL; NARBONDO, 2012).

Um rápido exercício de comparação entre as características mais gerais das histórias agrárias em longa duração entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai vai constatar convergências no sentido de aspectos similares da ocupação colonialista dos pampas em um contexto comum de capitalismo dependente, apesar das diferenças culturais ligadas ao grau de

influências lusa, espanhola e de outros grupos étnico-raciais. Nesse sentido, no sul e sudoeste riograndense o controle fundiário foi igualmente constituído por garantias de Estado nas áreas originalmente cobertas por campos, onde o cercamento das terras iniciado nas últimas décadas do século XIX igualmente representou uma concretização material e simbólica do processo de acumulação e expulsão sobre povos originários, caboclos e escravizados (ZARTH, 2002).

A formação de setores denominados “latifundistas”, “*terratenientes*” ou “estancieiros”, em ambos os territórios, teve como recorrência o controle privado sobre as terras e os rebanhos assim como o etnocídio e/ou a subordinação dos setores que buscavam se autonomizar desses grandes domínios fundiários – ainda que em ambos os casos tenham se constituído camadas sociais de pequenos proprietários/posseiros. Portanto, a predominância territorial do latifúndio pecuarista mediante um longo e continuado processo de despossessão de camadas populares pampeanas até o século XX são aspectos que aproximam as histórias agrárias desses territórios.

Contudo, certos elementos não são plenamente convergentes entre as duas realidades, tal como a ausência de conflitos recentes observada na realidade uruguaia no sentido de ciclos de protestos quanto à questão agrária. No caso sul-riograndense, entre as décadas de 1990 e 2000, houve intensa atividade de movimentos de luta por terra, sobretudo o MST, os quais alcançaram conquistas territoriais inclusive no sudoeste do estado na área de maior concentração fundiária em grandes estabelecimentos (DA ROS, 2006; CHELOTTI, 2009; ZANELLA; PICCIN, 2018). De todo modo, se considerarmos somente o setor estancieiro diante do avanço agrícola, a premissa da ausência de conflito é válida no sentido de que suas frações organizadas via Farsul se empenharam na inserção e acoplamento dos patrimônios fundiários e das cadeias produtivas agrícolas em um contexto macroeconômico de especialização regressiva da pauta exportadora nacional (KENNE, 2022).

Quanto aos pecuaristas familiares, as análises apontam maiores controvérsias na reprodução social desse grupo, tendo em vista trajetórias que combinam acoplamento e expulsão na medida em que determinadas frações se reposicionaram como ofertantes de terneiros para os invernadores, mas ao mesmo tempo encontram vulnerabilidades a exemplo do acesso restrito à terra e aos campos nativos em quantidade e qualidade (MATTE, 2017; BRITO, 2022). E, especificamente em relação aos setores trabalhadores de estâncias, observa-se que os empregados chamados “peões” ou “campeiros” (do setor pecuária) recebem salários próximos do piso estadual (PICOLOTTO, 2024) e cada vez mais se defrontam com a demanda por novas especialidades a fim de ocupar vagas melhor remuneradas na pilotagem das máquinas de lavoura, numa reconversão social nem sempre possível para os trabalhadores cuja carreira profissional deu-se na pecuária (HANAUER, 2019; ZANELLA, 2022). As oposições públicas mais concretas desde setores pecuaristas familiares, de povos e comunidades tradicionais e de agentes do poder público municipal se direcionam aos projetos minerários anunciados por grupos transnacionais que procuram flexibilização das regulamentações estadual e federal para instalar uma nova fronteira de exploração na metade sul do estado (BARCELLOS; PRATES; ALT, 2021).

Tendo em conta esse enquadramento geral, justificamos o exercício analítico de dialogar com as categorias de acoplamento, deslocamento e expulsão no que se refere às relações de setores estancieiros diante de transformações agrícolas no início do século XXI. Ainda que os setores sociais que foram pioneiros do avanço das lavouras nos anos 2000 sejam distintos em cada realidade agrária, sendo liderados por corporações argentinas no território uruguaio (BIANCO et al., 2021) e por empreendimentos agrícolas que mesclam traços empresariais e familiares no caso da metade sul riograndense (BÜHLER, 2008), há de se convir quanto à identidade do processo geral de reforço na inserção das economias nacionais

na divisão internacional do trabalho em termos de exportação de bens primários, sobretudo soja.

#### **4.4 Novas posições e oposições sociais nas relações entre pecuaristas, rentistas e lavoureiros**

O envolvimento dos setores proprietários da terra com a expansão agrícola apresenta elementos gerais, tal como a valorização patrimonial, mas, também, particularidades nos rumos da exploração agropecuária dos estabelecimentos. Ainda que por vias diversas, a premissa é de que os estancieiros tornam-se sócios dos agronegócios de soja. No entanto, essa vinculação provocou dinâmicas de deslocamento na posição ocupada na estrutura agrária, tanto no sentido de tornarem-se estritamente rentistas ou de combinarem a renda da terra com uma fração da pecuária anteriormente existente sob seu controle. Como observa a literatura uruguaia, as reconversões sociais e produtivas provocadas pela dinâmica do deslocamento não necessariamente implicam na perda de posições na estrutura agrária, o que nos remete à representativa parcela da renda do solo apropriada pelo setor estancieiro. Contudo, se olharmos sob o ponto de vista do controle majoritário sobre as terras e o rebanho, os indícios empíricos de localidades como a de São Gabriel apontam que a diferenciação social também tem provocado situações descendentes para frações estancieiras na estrutura de posições sociais do mundo agrário.

Vale ressaltar novamente que esta tese não tem a pretensão de analisar em profundidade o conjunto de grupos que constituem uma “sociedade estancieira” ou uma “economia e sociedade do agronegócio”, tendo em conta os complexos arranjos envolvendo as esferas do poder público, os novos e antigos proprietários, os setores trabalhadores, a indústria e o comércio, o capital financeiro e etc. (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010), o que seria um esforço para o qual serão necessárias futuras investigações a fim de caracterizar melhor o fenômeno. Mas, no que se refere especificamente às relações entre estancieiros e lavoureiros, identificamos processos que se encontram em gestação e perpassam um redesenho das “posições e oposições sociais”: a) diferenciação entre estancieiros pecuaristas e rentistas; b) elevação dos preços no arrendamento de terras para pecuária; c) descontinuidade de sociedades familiares estancieiras; d) produção política de uma identidade unitária em torno da categoria “pecuarista”; e) caída em relativo desuso de termos como “estância” e “estancieiro”; f) percepção relativa de riqueza entre pecuaristas e lavoureiros; g) diferenças nos modos de gestão e envolvimento familiar no empreendimento agropecuário; h) elevação do custo de produção da pecuária de corte intensiva (suplementação no cocho) devido à especialização estadual no cultivo de soja em detrimento do milho; i) disputa pelos usos legítimos das fêmeas reprodutoras na pecuária de cria e de terminação.

Tomaremos como fio condutor inicial a diferenciação entre estancieiros pecuaristas e estancieiros usurários/rentistas, isto é, entre os que dedicam suas terras principalmente à criação de animais e os que buscam exclusivamente rendimentos via arrendamentos ou venda do patrimônio. Esta não é exatamente uma nova oposição, nem uma diferenciação absoluta, visto que esses repertórios já existiam e ainda fazem parte da heterogeneidade do grupo. O que se passa é que eles ganham maior importância valorativa e objetiva para os agentes e são reivindicados sobretudo pelos autoidentificados “pecuaristas” enquanto posição social distinta em face das novas dinâmicas econômicas.

Nas entrevistas e conversas informais observamos uma emergente distinção social entre os que cultivam uma autoimagem positivada de “pecuaristas” em oposição aos que são



por eles eventualmente designados negativamente como “gigolôs”, em específico “gigolôs de gringo<sup>90</sup>”:

Aquele cara que não quer trabalhar, que herdou, que não gosta de trabalhar, ele arrendou tudo pra soja e virou, como a gente diz aqui, gigolô de gringo. Isso não é pecuarista nem nunca foi. Mas aquele que enxergou a soja como uma parceira de negócio, ah, é maravilhoso. A qualidade da pastagem, tu sabe bem. [Na] Resteva de soja, o que fica de nitrogênio, [o] potencial de rebrote, [é] maravilhoso. Eu digo porque eu faço isso (...) (Estancieiro, entrevista concedida em 14 de setembro de 2022).

O termo “gigolô” é definido pelo dicionário Oxford enquanto “pessoa que vive às expensas de outrem” ou “homem que vive às custas de meretriz, ou que é sustentado por sua amante”. Sua utilização especificamente no meio estancieiro do Rio Grande do Sul também remete a uma frase proferida por João Figueiredo, o último presidente (1979-1985) imposto pela ditadura empresarial-militar no período anterior à Nova República, que comentou: “durante muito tempo o gaúcho foi gigolô de vaca”. A referida frase tinha um conteúdo acusatório para a criação pecuarista extensiva em seus processos lentos e improdutivos, respondendo a um panorama de promoção de transformações agrícolas no projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro (MONTEBLANCO, 2021). Já a variação mais recente do termo não se refere à vaca, mais sim ao “gringo”, aquele descendente de italianos que tornou-se sinônimo de lavoureiro e que arrenda as terras de proprietários pecuaristas, muitos dos quais passam a viver quase exclusivamente “às custas” do arrendatário – o que é considerado um desprestígio equivalente ao associado com os gigolôs em sentido mais geral dos que não vivem dos resultados de seu trabalho.

Portanto, emergem novas nuances na heterogeneidade interna do grupo social de senhores de terras que fundamentou a economia estancieira nos últimos 80 anos. Os grandes proprietários e criadores patronais de gado são uma classe social coesa desde que a criação das cooperativas de frigoríficos bovinos entre as décadas de 1930-1950 permitiu a superação das diferenças intersetoriais que até então existiam entre estancieiros e estancieiros-charqueadores, o que foi promovido mediante subsídios para infraestrutura através de recursos públicos estaduais e federais controlados pelo Instituto Sul Riograndense de Carnes (PICCIN, 2014). A emergência de diferenciações contemporâneas nas formas de conduzir a reprodução e/ou acumulação de recursos econômicos não necessariamente coloca as diferentes frações de estancieiros em conflitos públicos, de modo que ainda é possível sua unidade enquanto classe social proprietária. Em última instância, tanto o arrendamento de terras quanto a bovinocultura de corte fazem parte de estratégias correlatas para lidar com os processos de recomposição na morfologia do espaço social que ganham intensidade a partir da década de 1990, envolvendo a ascensão dos lavoureiros e a estagnação/descenso de frações dos pecuaristas estancieiros (PICCIN, 2012).

No entanto, essa oposição relativa encerra um conflito implícito e concreto na medida em que a cessão de áreas para lavoura acarreta na disponibilidade decrescente de áreas de campo para arrendamento aos pecuaristas de cria, recria e ciclo completo (MOREIRA; CONTERATO; MATTE, 2019). Não só a oferta de áreas de campo nativo é reduzida ao longo do tempo e sobretudo nos municípios de maior avanço das lavouras, mas também o preço médio praticado no arrendamento de terras tende a se elevar em consonância com a tendência geral de aquecimento no mercado de terras. Como resultado, os custos com a locação de terras/pastagens tendem a se elevar na composição das despesas dos pecuaristas,

---

90 O termo gringo significa pertencimento à etnia italiana no contexto do Rio Grande do Sul e em algumas partes de Santa Catarina e Paraná.

como veremos na próxima seção. Além disso, os contratos de arrendamento entre pecuaristas envolvendo áreas de campo nativo podem se encerrar na medida em que os proprietários da terra decidam destiná-la a um lavoureiro.

A concorrência entre o arrendamento dos campos para lavoura ou a sua utilização com pecuária extensiva também suscita tensões familiares nos processos de partilha de imóveis. Tanto as sociedades formadas entre descendentes que combinam suas heranças em um mesmo estabelecimento, quanto as negociações de terras entre parentes, eram historicamente uma estratégia para manter as estâncias e o patrimônio familiar, político e simbólico ao longo das gerações (BÜHLER, 2008; PICCIN, 2020; 2021). No caso de existirem novos agentes em melhores condições de capitalização e pagando preços mais altos pelo uso ou compra da terra, desconfigura-se a gestão de patrimônios familiares associados e diversifica-se e/ou reconcentra-se a propriedade fundiária em outros grupos de agentes do campo dos proprietários rurais.

A diferenciação e positivação do “pecuarista” em relação ao “gigolô” também dialoga com a autoimagem empreendedora que o setor politicamente organizado das classes ruralistas na metade sul gaúcha tem construído na virada para o século XXI de modo a distanciar-se das concepções de atraso e pobreza que eram atribuídas à concentração de recursos econômicos sob as mãos do latifúndio estancieiro. Em nome dos grupos dominantes nos mercados agropecuários, os dirigentes da Farsul investiram pesadamente na ressignificação das concepções de atraso e modernidade que são correntes no que se refere ao mundo rural na porção sul do RS. Aspectos de caráter atrasado ou conservador, tal como a dependência de uma economia em reprimarização produtiva ou a estrutura fundiária concentrada, foram negligenciados em favor de atributos do que seria um rural moderno: o uso produtivo das terras, o incremento na oferta e exportação de commodities e as parcerias com *startups* e pesquisadores ligados ao cenário da digitalização (KENNE, 2022).

Nesse sentido, somente a dimensão produtiva da economia estancieira é posta em evidência e positivada na imagem produzida e legitimada pelos grupos dominantes nos mercados agropecuários. Desse modo, não ganham repercussão os traços rentistas que constituem uma estratégia de reprodução social de grupos proprietários, tendo em conta que a renda do solo interfere na elevação dos custos de produção na medida em que compõe uma parcela das despesas e do preço final dos produtos agropecuários. Portanto, a ressignificação patronal que está em curso no que se refere às facetas atrasadas/modernas da estrutura agrária regional representa a priorização de elementos que perpetuam as relações de produção atualmente vigentes, de tal sorte que a identificação a campo de uma tensão latente entre “pecuaristas” e “gigolôs” indica contradições objetivas que se impõem ao investimento institucional da Farsul na estabilização da diversidade de setores patronais rurais no estado (COSTA, 2019).

Portanto, o uso genérico da categoria “pecuaristas” possui um efeito generalizante acerca das diferentes classes sociais que praticam a bovinocultura e a ovinocultura, tendo em vista que coloca sob o mesmo guarda-chuva posições distintas como a de patrões estancieiros absenteístas, cabanhas altamente capitalizadas de média extensão fundiária e pecuaristas familiares de diversos estilos produtivos (NESKE, 2009; MATTE, 2017), além de trabalhadores de estâncias que eventualmente ainda possuem as tradicionais “pontas de gado” (ZANELLA et al., 2019), isto é, uma cota de gado marcado em seu nome em meio ao rebanho do patrão para quem trabalham.

Essa generalização produz um ocultamento das hierarquias e contradições agrárias e se assemelha ao termo “produtor rural”, o qual foi acionado pelo setor patronal representado pela Farsul no contexto de retração da renda agropecuária na década de 1990, de modo a superar eventuais conflitos entre proprietários, parceiros e arrendatários e de aglutiná-los em uma

bandeira comum na defesa da propriedade privada da terra e contra a reforma agrária (DA ROS, 2006). Na agenda empreendida nas décadas mais recentes em torno do emblema “Agro” encontra-se uma versão expandida dessa mesma tática com o intuito de dar-lhe um sentido de brasilidade, isto é, onde os elos desde a produção até o consumo nas cadeias produtivas agrícolas e pecuárias são incluídos de modo ilimitado enquanto pertencentes a um projeto comum de sociedade do agronegócio (GERHARDT, 2021).

Nesse sentido, a pauta de unicidade contra a reforma agrária e/ou em prol de uma fantasiosa categoria unitária de pecuaristas visa arregimentar frações crescentes dos grupos constituintes da estrutura agrária, além de pleitear a representação oficial desses produtores e orientar a destinação dos recursos públicos a eles associados. Na medida em que alguns produtores familiares e sindicatos de trabalhadores rurais estão filiados à Farsul, esta reivindica legitimidade para operar recursos públicos em seu nome, o que envolve projetos de assessoria técnica e outros estímulos em nível estadual (KENNE, 2022). As fronteiras entre as posições objetivas são muitas vezes atenuadas por fatores próprios de uma posição intermediária que atravessa a categoria social dos pecuaristas familiares: a propriedade de superfícies mais extensas (até 300 ha) que as geralmente ditas familiares, a identificação em torno de um mesmo setor de atividade (pecuária) ainda que em diferentes escalas, os efeitos do poder político e simbólico de produção de um discurso dominante pelos padrões rurais (PICCIN, 2012), além das eventuais ajudas desinteressadas<sup>91</sup> ou ainda colaborações entre estancieiros e produtores de menor escala mediante permissão de uso de estruturas produtivas tal como a mangueira que possui rampa para carregar bois no caminhão, ou ainda a inclusão de animais em uma mesma carga contratada pelo produtor de maior escala (BRITO, 2022).

Uma das facetas desse rearranjo das posições no espaço social e das atividades na matriz produtiva é a queda em relativo desuso de termos como “estância” e “estancieiro”. Embora não tenhamos evidências documentais ou estatísticas para essa afirmação, nos baseamos na baixa recorrência com que os termos são utilizados nas entrevistas e conversas informais que tivemos a campo quando comparados a outros vocábulos, por exemplo os de pecuarista, produtor e fazenda. Tudo se passa como se a propriedade e o proprietário fossem uma só coisa, de modo que a desfiguração dos estabelecimentos localmente chamados de “estâncias velhas” fizesse sumirem os dois. É como se, na medida em que estâncias são convertidas em áreas de lavoura ou pastagens cultivadas, também desaparecesse o grupo social de proprietários que dava existência aos respectivos estabelecimentos de pecuária extensiva.

Julgamos que algumas considerações são pertinentes a esse respeito. Em primeiro lugar, que a simetria entre estância e estancieiro (a) não significa estrita inseparabilidade. Ou seja, se determinado imóvel rural deixa de ter a conformação de uma estância em moldes extensivos tradicionais, isso não quer dizer que seus proprietários deixem de ter a condição de estancieiros no sentido amplo de posição proprietária sobre a terra e portadora de um conjunto de capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos que compõem estratégias de

---

91 Ajudas consideradas como *desinteressadas* constituem uma relação estrutural de desigualdade econômica entre padrões e setores trabalhadores na economia estancieira, onde certas generosidades (permissão para ter um cercado, uma ponta de gado dentro da estância ou para utilizar uma área de mata/cerro na propriedade) são concedidas a determinados empregados, agregados e moradores do entorno das estâncias, o que constitui importante estratégia de acumulação de capital simbólico (prestígio) e de gestão da força de trabalho potencialmente disponível. Ajudas *desinteressadas* são tradicionalmente acionadas por senhores de terra estancieiros envolvendo expectativas recíprocas, seja a gratidão daqueles que recebem (eventualmente expressa em trabalho gratuito), seja a concessão de generosidades por aquele que doa – o que faz com que as assimetrias de poder sejam ofuscadas como se tudo se tratasse tão somente de trocas generosas entre iguais perante expectativas recíprocas. Essas relações são tão mais presentes quanto mais limitadas forem as estratégias alternativas de reprodução social das classes subalternas no espaço social (PICCIN, 2012).

reprodução social (PICCIN, 2012). Em segundo lugar, consideramos que o desuso dos referidos termos é também convergente com a orientação estratégica das organizações de classe ruralistas no sentido de produzir signos de modernidade na apreciação das relações sociais no campo, onde termos como *estância* e *estancieiros* estão mais próximos das representações do atraso que são ativamente suprimidas (KENNE, 2022).

Dando continuidade ao fio condutor de posições e oposições sociais que estão em jogo no rearranjo da atual “economia e sociedade do agronegócio” no contexto pampeano gaúcho, temos os processos que referem-se mais especificamente às relações entre *estancieiros* e *lavouradores*. Ou seja, aqui a referência são *estancieiros* especializados em pecuária (ou que aderiram também à agricultura) e os *lavouradores* concentrados em agricultura (mas que frequentemente possuem rebanho bovino de corte). Igual ao que foi indicado anteriormente, esta não se trata de uma nova oposição, tendo em vista que o arrendamento e a aquisição de terras por capitais empresariais e/ou de agricultores com origens coloniais/familiares é uma recorrência no processo de expansão da agricultura em áreas de campo nativo do sudoeste riograndense ao longo do século XX (BESKOW, 1986; BÜHLER, 2008). O que pretendemos evidenciar são novos contornos que ganham relevância no processo contemporâneo de *boom* agrícola e que impactam nos posicionamentos sociais relativos e nos sistemas produtivos.

Se não é novidade a existência de agentes que procuram ascender socialmente por meio da agricultura em áreas de concentração fundiária *estancieira*, não se pode dizer o mesmo sobre as posições relativas que esses agentes vão ocupar no campo econômico. A capitalização financeira, fundiária e política de agentes especializados em agricultura diversificou notoriamente o campo das elites agropecuárias regionais e, em termos relativos, colocou os *lavouradores* em posição ascendente e os *estancieiros* em posição descendente (PICCIN, 2016; COSTA, 2019). Um dos pecuaristas extensivos entrevistados, possuidor de mais de 2 mil hectares com pecuária extensiva e cerca de 20% arrendados para *lavouradores*, referiu a si mesmo como pessoa de “classe média” na forma como ele observa a estrutura de rendimentos existentes no espaço social. Se descontarmos um traço dramático<sup>92</sup> que este agente insere em seu discurso de descenso social, teremos objetivamente um cenário no qual a agricultura alcança em média rendimentos mais elevados que os da pecuária por unidade de área (ANDREATTA, 2009), de modo que o pagamento de arrendamento por parte dos *lavouradores* remunera a tal ponto os proprietários que lhes permite levar uma vida que consideram materialmente satisfatória, sob o ponto de vista de um grupo que historicamente usufrui de condições financeiras elevadas no âmbito regional e até mesmo nacional se levarmos em conta o período entre 1940-1970 (PICCIN, 2012).

A percepção relativa no que se refere aos rendimentos não é a única fonte de estranhamentos entre *estancieiros* e outros agentes que ascendem por meio da agricultura. Uma das diferenças mais marcantes que é relatada, sobretudo, entre *estancieiros* mais abonados e *lavouradores* descendentes de colonos, se refere ao estilo gerencial de seus estabelecimentos agropecuários. Como vimos anteriormente, em diálogo entre nossos achados empíricos e os de Bühler (2008) sobre o estilo empresarial-patrimonial de gestão de grandes estabelecimentos agropecuários na metade sul rio-grandense, identifica-se uma tendência na

---

92 Dramático no sentido de que, na ausência de dívidas declarada pelo mesmo, os rendimentos familiares do informante no arrendamento de mais de 400 ha e nas vendas recorrentes de bovinos dificilmente se enquadrariam em uma classificação de ‘classe média’ se considerarmos os parâmetros médios em 2022 da classe C1 (R\$ 3.277,00), devendo estar mais próximo dos estrados B1 (R\$ 10.361,00) e A (R\$ 21.287,00). Esse desconforto mais expressa uma posição relativa de classe do que uma efetiva condição de enquadramento nos estrados médios de rendimentos familiares brasileiros. Obs.: estratificação por renda baseada no Critério de Classificação Econômica Brasil da Associação Brasileira de Pesquisa (ABEP) com base em dados do IBGE/Pnad e outros levantamentos. Fonte: <https://gente.globo.com/infografico-pesquisa-panorama-das-classes-abcde/>

qual a maior parte dos membros das famílias estancieiras se distanciam das atividades cotidianas de campo em suas propriedades. Quando eventualmente se ocupam no estabelecimento, isso geralmente se manifesta em posições de administração comercial e financeira, onde a condução cotidiana das atividades de agricultura e pecuária cabe a outros agentes subordinados a essa estrutura. Ou seja, nesses casos, o estancieiro e sua esposa ou seus filhos e filhas não pilotam o trator e não cavalgam junto aos peões campeiros nas lidas do dia a dia. Sua presença a campo pode ocorrer em situações episódicas, como os rodeios e as cavalgadas pelos campos, envolvendo o proprietário e seu (s) filho (s) em eventual aprendizagem da montaria.

Esse comportamento mais afastado das tarefas manuais é correlato às práticas que aparecem publicamente como se fossem desinteressadas, a exemplo das doações e da dedicação a cargos sem remuneração em dinheiro, sob as quais se reveste um acúmulo de prestígio e de honra, isto é, um capital distintivo que constitui o arsenal de recursos enquanto classe dominante, como observa Piccin (2012). O autor atentou para linhagens estancieiras com destacada posse econômica e inserção em instâncias políticas estaduais e nacionais, onde notou um *habitus* desinteressado dos aspectos garantidores da reprodução econômica, mais voltado às atividades socialmente valorizadas em meios aristocráticos como a pintura, os esportes, a literatura, a política e outras profissões como a medicina, o direito, a engenharia e o exército. Tanto em nossa pesquisa, como nas de Piccin (2012) e Bühler (2008), percebeu-se que entre empresas familiares dos descendentes de colonos ou de outros agentes com trajetórias agrícolas economicamente modestas foi mais comum a sua ocupação direta e a de seus filhos com tratores e caminhões no cotidiano das lavouras, ainda que a gestão do empreendimento também estivesse sob sua responsabilidade.

Um dos entrevistados que é descendente de colonos, lavoureiro e invernador de gado em mais de 1.000 ha, relatou, jocosamente, que ao negociar um contrato de arrendamento das terras de um estancieiro, este teria lhe feito uma solicitação: “depois me apresente o gerente” – isto é, supunha que se tratava de um contrato entre patrões e cujos assuntos do dia a dia (problemas com cercas, passagem de gado e tratores, etc.) seriam tocados por seus entrepostos. Essa anedota tão somente procura ilustrar os princípios internalizados quanto ao modo de gestão distanciada do cotidiano dos estabelecimentos agropecuários. Estes implicam não somente em um estilo de vida desinteressado das preocupações econômicas mais imediatas, mas em disposições sociais internalizadas desde a infância sobre as formas legítimas de conduzir os negócios. Isto é, repercutem na bovinocultura de corte em termos de lógicas já comentadas anteriormente, como o estoque de gado (em detrimento da circulação da mercadoria) e a inseparabilidade entre orçamento dos gastos domésticos e dos estabelecimentos agropecuários (em oposição a uma gestão empresarial) (PICCIN, 2016).

Alguns efeitos dessas reconfigurações sociais e econômicas também fazem-se notar em aspectos agrícolas e pecuários. Quando analisados os efeitos do *boom* de soja sobre a matriz agropecuária, esta que vem se concentrando na lavoura da oleaginosa em nível mesorregional e estadual, tem-se percebido uma especialização da produção anual de verão no seu cultivo em detrimento do milho. Tal como mencionado anteriormente, a baixa oferta do grão e a relação de preços entre carne e milho têm feito com que empresas confinadoras de gado busquem alternativas para viabilizar a fase de terminação. Essa condição gera um potencial conflito de interesses entre lavoureiros e pecuaristas na medida em que o milho é um importante insumo em sistemas de engorda na bovinocultura de corte em semiconfinamento e confinamento no cocho, onde o grão entra como insumo seja por meio de silagem ou sobretudo através de ração.

Nesse sentido, já adiantando um potencial conflito entre categorias que compõem sua base social, setores dirigentes na Farsul têm direcionado esforços no sentido de criar

convergências entre lavoura e pecuária estaduais no âmbito do Projeto Duas Safras. O empreendimento tem parceria com a Embrapa e a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e desenvolve pesquisas sobre Integração Lavoura-Pecuária (ILP) voltadas para a metade sul do estado, ao mesmo tempo em que estuda cultivares de grãos adaptados que permitam mudar a matriz produtiva da metade norte do RS, isto é, no sentido de substituir o milho por um cultivar de inverno que atenda a demanda por ração. A iniciativa procura de uma só vez atender o objetivo dos empresários da soja que abrem mão de cultivar milho e dos pecuaristas que necessitam de insumos para ração em sistemas intensivos, considerando um diagnóstico inicial de crescentes exportações para soja e carne vermelha (KENNE, 2022).

Os potenciais de conflito e de convergência de interesses entre pecuária e lavoura não ocorrem somente no âmbito das terras e pastagens disponíveis ou dos insumos para ração. Um dos elementos que levanta questionamentos é o dos usos legítimos das novilhas e das fêmeas reprodutoras na pecuária de cria e na terminação. Há de se considerar que os processos de diferenciação e especialização em curso colocam de um lado os agentes especializados em cria e/ou ciclo completo como os mais interessados na utilização de fêmeas enquanto reprodutoras, e, em oposição, estão os produtores mais voltados à lavoura e/ou à engorda bovina e que possuem certa preferência em adquirir animais com o melhor custo-benefício a fim de engordá-los em curto prazo, o que frequentemente os coloca diante das novilhas ou das vacas de descarte vendidas a preços mais baixos que o dos terneiros desmamados (em torno de oito a dez meses) e os novilhos recriados (entre o desmame e a terminação). Embora possa existir uma disputa pelas novilhas e vacas reprodutoras entre as finalidades da cria e da engorda, também se configura convergência quando os terminadores possuem interesse em adquirir as vacas descartadas pelos criadores por serem consideradas inaptas a continuar sua função genitora. Este seria o caso de um sistema plenamente funcional onde as partes se complementam (cria e engorda). Contudo, as situações concretas nem sempre atendem ao modelo.

Ao longo da fase de expansão das lavouras a partir de 1996 e, sobretudo, após 2012, aconteceu em paralelo a redução do efetivo bovino. Ocorreu um reposicionamento da economia estancieira no mercado pecuário de modo a encolher-se tanto no sentido do rebanho possuído quanto das fases de criação controladas por esse respectivo patronato – em favor de um deslocamento que os tornou mais especializados na apropriação da renda da terra. Como relataram nossos interlocutores que se especializaram na fase de cria bovina, a redução de área dos estabelecimentos dedicada para a pecuária implicou tanto na liquidação das categorias de recria e engorda quanto na diminuição do total de matrizes.

Na medida em que esse processo ocorria, registravam-se momentos de alta e de baixa no ciclo pecuário que intensificavam ou restringiam o abate de fêmeas reprodutoras. Em outras palavras, durante esse período o ciclo pecuário apresentou fases de baixa e de alta dos preços, o que produziu momentos chave onde se ampliava ou restringia o interesse dos pecuaristas na venda de matrizes a fim de manter seu nível de rendimentos considerado satisfatório em termos do consumo familiar. Nossos interlocutores tanto no setor pecuarista como no de frigoríficos relataram que em momentos de baixa, tal como os de 1995/1996 e de 2006, ocorreu elevada oferta de matrizes, convergindo com as análises de Piccin (2012). Os relatos indicam que em muitos casos sequer havia diagnóstico da existência de gestação da vaca que poderia ser realizado com a técnica de palpação retal a fim de separar as fêmeas concebidas das que não estavam em reprodução, de modo que frequentemente chegavam ao frigorífico vacas com o feto em desenvolvimento. Embora não seja possível quantificar esse fenômeno, ele indica a precariedade na administração do patrimônio pecuário que era gradualmente liquidado. Aos invernadores de gado esses momentos de baixa são vistos como

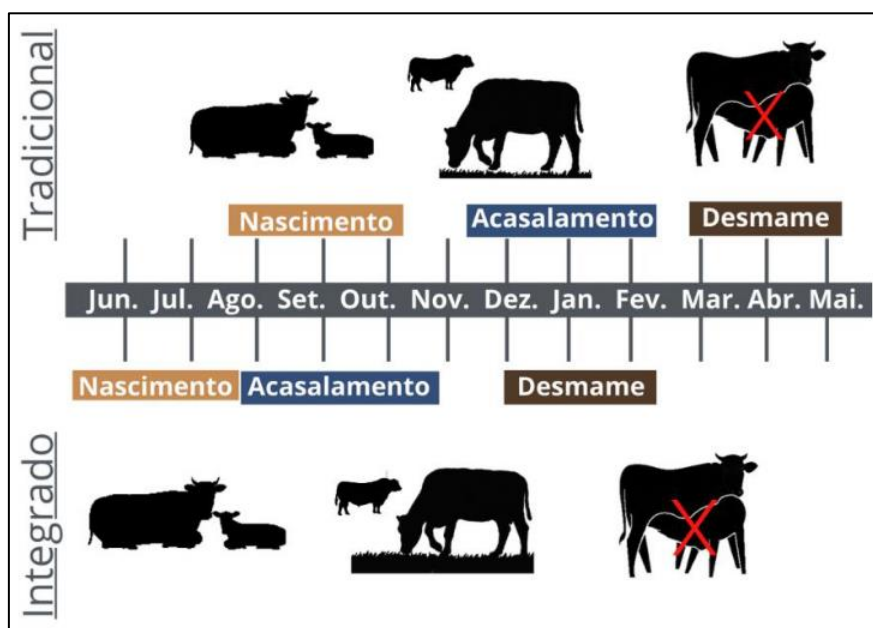
oportunidades para comprar as fêmeas reprodutoras dos criadores a preços mais baixos, o que colabora na tendência já existente de redução do rebanho.

A gradual redução do efetivo, sobretudo nas categorias de idade mais elevada, teve como resultado nos últimos anos uma taxa mais alta no desfrute do rebanho, isto é, as fêmeas tendem a acasalar e gerar crias com maior frequência e esses animais são engordados e abatidos numa idade mais baixa. É aí que entram novas situações de tensão na medida em que a disputa pelas fêmeas se eleva conforme a bovinocultura de corte estadual passa por mudanças estruturais. Os criadores que não possuem fêmeas suficientes para reposição do plantel terão de buscá-las em um mercado no qual os invernadores também procuram por esses animais para a finalidade distinta da engorda, mesmo que sejam novilhas ou vacas ainda aptas à prenhez. É justamente por isso que a aquisição desses animais por lavoureiros para a fase de terminação gera contrariedade em alguns dos entrevistados desta pesquisa, o que converge com os achados empíricos de Matte (2017) em diálogo com pecuaristas familiares.

No momento em que a maioria das entrevistas foi realizada, entre setembro e dezembro de 2022, estava em curso uma baixa entre 15 a 30% nos preços do gado que se iniciou por volta de maio do mesmo ano, após um período de forte alta entre 2020 e início de 2022. Diante disso, questionamos os agentes sobre a possibilidade de uma nova onda de abate de fêmeas reprodutoras. Alguns dos interlocutores apresentaram argumentos emergentes que podem indicar que o fenômeno de venda generalizada e sem critério das matrizes pode não voltar a se repetir em novos momentos de baixa nos preços pagos ao produtor pelo gado. Um desses raciocínios indica que a mudança estrutural da bovinocultura é de tal modo avançada que a maior parte dos estancieiros que não tratavam da pecuária como uma profissão já venderam seus patrimônios bovinos e passaram a viver apenas da renda do solo. Outra interpretação é de que o somatório entre a renda da pecuária e a do arrendamento pode garantir um caixa mais capitalizado a fim de o pecuarista passar pelos momentos de baixa sem necessitar apelar para a venda de matrizes como fonte de renda. Nessa mesma linha, outro interlocutor mencionou que a atual elevação média do preço real recebido pelo gado em relação aos patamares entre 1995 e 2006 implica que não seja necessário um pecuarista se desfazer de muitos animais para que possa obter uma boa renda familiar. Sendo assim, nem todos os entrevistados concordam sobre a existência atual de potencial para uma nova onda de abate de fêmeas, mas todos eles convergem ao cerne da questão que é suprir a renda familiar. Ou seja, só voltaria a acontecer um elevado abate de fêmeas se, em paralelo, fossem registrados fatores que afetam o cerne da renda, por exemplo em sucessivos anos ruins para a soja devido a fatores climáticos e de mercado que implicassem na abdicação de pagamento pelo arrendatário, o que se somaria com uma eventual baixa de preços ao produtor pelo gado.

No que se refere aos estabelecimentos de pecuaristas que se voltam para o rebanho de cria observa-se uma tendência adicional no sentido de especializarem-se na oferta de terneiros em uma época específica do ano, o mês de maio, momento no qual os terminadores estão demandando animais para as pastagens de inverno. As pesquisas do setor de bovinocultura que fazem projeções sobre a intensificação da pecuária no estado consideram que um novo calendário reprodutivo seria plausível a fim de os criadores também explorarem do potencial das pastagens de inverno via integração lavoura-pecuária (ILP) (VARELLA; CARDOSO, 2014; NESPRO, 2021). Isso implicaria em adiantar a época do acasalamento do verão para o final do inverno/primavera, de modo que os terneiros e terneiras nasceriam durante o inverno seguinte e as vacas combinariam o momento mais exigente da cria (da parição ao acasalamento) com a máxima oferta da forragem cultivada de azevém/aveia. Por outro lado, a mais tradicional parição, de agosto a outubro, em um momento transitório onde existe menor oferta de pastagens, pode implicar em menor peso dos terneiros no desmame e pior condição

corporal das vacas, resultando em menores taxas de prenhez (NESPRO, 2021). Essas opções são ilustradas na Figura 17.



**Figura 17** – Calendário reprodutivo de sistemas bovinos de cria com e sem integração lavoura-pecuária (ILP).

**Fonte:** adaptado de NESPro (2021).

Apesar dos esforços em pesquisa e divulgação no sentido de mudanças no calendário reprodutivo, tem-se reconhecido que a integração da fase de cria com as pastagens de inverno é pouco recorrente, sendo este espaço forrageiro mais frequentemente ocupado pelo rebanho de engorda (NESPRO, 2021). Dialogando com a pesquisa de Matte (2017) sobre a fase de cria na pecuária familiar e também com nossos achados no trabalho de campo realizado em São Gabriel com pecuaristas em maior escala, consideramos que a mudança no calendário reprodutivo é uma alteração que toca em estruturas profundas da existência de estabelecimentos tanto familiares quanto patronais da bovinocultura de corte no sudoeste do RS. O componente técnico que indica potenciais benefícios a serem obtidos com a intensificação via ILP se choca com a limitação nos fatores terras e capital, no caso da pecuária familiar, e com a lógica rentista no caso patronal estancieiro.

No caso pecuarista familiar existem frequentemente limitações no manejo de solos rasos ou pedregosos onde a conversão de campo nativo em lavouras não é viável ou mesmo desejável pelos produtores. Em outros casos a limitação é de ordem financeira, de modo que os agentes consideram mais preferível evitar a criação de dívidas via financiamento que tende a ser necessária para intensificar através das pastagens de inverno. Diante disso, algumas análises têm apontado a necessidade de criar políticas públicas em substituição ao paradigma produtivista representado pela soja, de modo que os pecuaristas de cria obtenham conhecimento técnico, financiamento e compensação por serviços ambientais a fim de se tornarem mais competitivos na bovinocultura de corte via intensificação em campos naturais, sem substituição por lavouras, como veremos adiante (MOREIRA; OPPLERT; MACIEL, 2018; OPPLERT et al., 2020; VIANA et al., 2021).

No caso estancieiro uma mudança no calendário reprodutivo implicaria em assumir a gestão das áreas de pastagem de inverno. Esta é parcialmente a realidade dos produtores que cultivam pastagens de azevém/aveia por conta própria ou que as obtêm com o arrendamento



de “ano aberto”, onde o arrendatário disponibiliza por período limitado ao proprietário as áreas com os cultivares forrageiros de inverno. Nesses casos, nem sempre a oferta de pastagens é usada para as vacas reprodutoras, visto que pode ser direcionada para os animais na fase de engorda. Caso as matrizes tenham acesso a esta fonte alimentar, terão melhores condições para enfrentar momentos de maior demanda energética para a cria, nos quais a produção forrageira do bioma Pampa não atenderia plenamente a necessidade. No entanto, o arrendamento de “ano aberto” implica em menor renda da terra recebida do arrendatário e, ao mesmo tempo, maior envolvimento direto do proprietário com a atividade produtiva – fatores que se chocam com as estratégias rentistas assumidas por parte dos produtores que encolheram ou mesmo liquidaram a produção pecuária de seus estabelecimentos em prol de incremento na captação da renda da terra.

A dupla condição na utilização de fêmeas reprodutoras, tanto para engorda como para cria, também se fez refletir nos dados sobre a distribuição dessa categoria de rebanho entre as diferentes municipalidades e os grupos de atividade econômica do Sudoeste rio-grandense. Seria plausível supor que os municípios com menor área fértil para agricultura e que registraram manutenção ou ampliação do estoque bovino também apresentassem uma proporção mais elevada de fêmeas, aplicando-se o mesmo raciocínio para a distribuição entre o grupo de atividade econômica ‘Pecuária e criação de outros animais’ em comparação com o ‘Produção de lavoura temporária’. Ou seja, estaríamos diante de uma realocação territorial da atividade de cria que estaria se concentrando em áreas com predominância de campo nativo.

Quando observamos os dados censitários do IBGE em 2017 temos que 77,17% das fêmeas reprodutoras estão no grupo de atividade pecuária e 22,49% no grupo lavoura temporária, o que está muito próximo da distribuição do total do rebanho respectivamente em 75,66% e 24,06% entre os grupos. Ou seja, a concentração de vacas entre os estabelecimentos especificamente pecuaristas pouco difere da distribuição do total de rebanho, o que reforça nossos achados empíricos no sentido de que os estabelecimentos focados em agricultura e terminação buscam ativamente pelas categorias de novilhas e vacas de descarte para engorda. Esses dados também podem indicar a existência de estabelecimentos com predomínio de lavouras na composição da receita bruta, mas que ainda assim não abrem mão de possuir rebanhos em sistemas de produção de cria ou em ciclo completo. Nesse sentido, os dados sobre vacas reprodutoras no Censo Agropecuário 2017 não são suficientes para inferir sobre a concentração dos rebanhos de cria, isto é, da distribuição de fases da produção pecuária entre os grupos de atividade econômica.

Já em relação aos níveis de concentração de matrizes nos diferentes municípios (Tabela 16) temos esses mesmos elementos de complexidade, ainda que algumas localidades confirmem a expectativa sobre as concentrações do efetivo entre áreas mais voltadas às lavouras ou à pecuária. As municipalidades de Dom Pedrito, Aceguá e Santa Margarida do Sul, áreas profundamente agrícolas, registraram as menores médias de vacas no total do rebanho, abaixo de 35%. Outros municípios com forte avanço agrícola se juntam a esses na medida em que se encontram abaixo da média mesorregional (40%), dos quais se destacam Bagé, Itaqui, Uruguaiana e São Borja. Por outro lado, chama atenção que Lavras do Sul e Quaraí se encontrem próximos à média, indicando possivelmente que não são apenas áreas de cria, mas também áreas que ainda possuem ciclo completo com proporção relevante de machos no efetivo. Dois municípios com reconhecido avanço agrícola seguem com proporção de vacas acima da média mesorregional: São Gabriel (41%) e São Francisco de Assis (42%). O primeiro caso pode indicar a presença relevante de estancieiros com gado de cria associados com áreas agrícolas arrendadas, e ambos os municípios possuem destaque na proporção de pecuaristas familiares no total de estabelecimentos. Na sequência figuram

localidades reconhecidas possuidoras de largas extensões de campo nativo e gado de cria e ciclo completo, como Alegrete, Santana do Livramento e Rosário do Sul. Também se encontra Hulha Negra, local que teve relevante processo de reforma agrária e avanço da bacia de bovinocultura leiteira.

**Tabela 16** – Proporção de vacas reprodutoras no efetivo bovino dos municípios do Sudoeste Rio-grandense (2017).

<b>Município</b>	<b>Vacas/Efetivo bovino (%)</b>
Santa Margarida do Sul	28,72%
Dom Pedrito	30,50%
Aceguá	34,45%
<i>Brasil</i>	34,55%
Bagé	36,49%
Itaqui	38,61%
Uruguaiana	39,93%
São Borja	39,94%
Lavras do Sul	40,67%
<i>Sudoeste Rio-grandense</i>	40,68%
Quaraí	41,03%
<i>Rio Grande do Sul</i>	41,23%
São Gabriel	41,41%
São Francisco de Assis	42,00%
Maçambará	42,38%
Alegrete	42,85%
Manoel Viana	43,15%
Sant'Ana do Livramento	44,05%
Rosário do Sul	44,37%
Garruchos	44,65%
Barra do Quaraí	47,18%
Hulha Negra	47,67%

**Fonte:** Censo Agropecuário 2017, elaborado pelo autor.

Em síntese, esses dados agregam elementos de complexidade em nossas análises sobre a economia estancieira e a bovinocultura de corte. Embora possamos observar processos gerais de intensificação e de encolhimento do rebanho, assim como redesenho das proporções de rebanho entre alguns municípios e grupos de atividade econômica, há de se reconhecer que variáveis isoladas não explicam o conjunto das mudanças que se expressam na pecuária em contextos locais: não apenas o arrendamento, a lavoura, a concentração e a aptidão dos campos/solos explicam isoladamente os fenômenos sob análise. Nesse sentido, procuramos fazer uso de fontes combinadas entre literatura, estatísticas oficiais e observação empírica, dialogando com realidades agrárias semelhantes, a fim de construir as análises. Será fundamental que mais pesquisas locais e de acompanhamento prolongado dos sistemas de produção venham a complementar a análise dos fenômenos em questão.

Na próxima seção abordaremos mais elementos de intensificação produtiva no que se refere ao incremento de capital para a produção pecuária numa análise das despesas realizadas com a atividade. Isso nos permitiu algumas inferências sobre as disputas pela renda capitalizada da terra, onde estancieiros se relacionam não apenas com frigoríficos, lavoureiros

e pecuaristas familiares, mas também com a cadeia fornecedora de insumos agropecuários, com mudanças estruturais nas condições de recrutamento da força de trabalho, com o aprofundamento do regime concorrencial no âmbito da bovinocultura de corte e com a questão das vias de intensificação produtiva diante da conservação dos campos naturais.

#### **4.5 Dinâmicas rentistas, concorrenciais, laborais e ambientais subjacentes à intensificação da produção, ao controle da cadeia produtiva e à apropriação de rendas extraordinárias**

Embora o controle fundiário continue sendo uma ferramenta estratégica para a perpetuação da economia estancieira, ele não deve ser considerado como único elemento de análise. Entendemos que, no presente, os estancieiros se encontram ainda mais dependentes da dinâmica concorrencial própria do regime neoliberal, isto é, sua perpetuação enquanto pecuaristas de corte está mais sujeita às disputas entre os elos da cadeia produtiva e aos demais produtores de carnes bovinas em outras partes do país.

As análises de Fontoura (2000), referentes às décadas de 1980-1990, identificaram o gradual aumento na integração dos setores mais capitalizados e empresariais da pecuária extensiva da região da Campanha ao se relacionarem com a indústria de insumos genéticos e motomecânicos à montante, além dos frigoríficos e comércio atacadista internacional à jusante. Desde então, os estancieiros e demais pecuaristas que procuram melhorar os resultados econômicos da bovinocultura de corte se encontram diante de setores que competem pelas diferentes formas de lucro e rendas associadas, dentre os quais se encontram fornecedores e indústrias de insumos e máquinas, prestadores de serviços técnicos, corretores de negócios rurais, frigoríficos, varejistas concentrados em supermercados/hipermercados e um grupo restrito de *tradings* internacionais. Em suma, os incrementos tecnológicos necessários para intensificar a pecuária de corte acentuam a disputa entre diferentes partes da cadeia produtiva que visam extrair rendas extraordinárias relacionadas à elevação do capital investido e da produtividade do trabalho sobre cada unidade de área e cada animal do efetivo bovino (CAPDEVIELLE, 2020).

Essa condição concorrencial aparece frequentemente nos discursos desses pecuaristas na forma de uma lamentação: o pecuarista “não bota preço” na venda do seu gado. A afirmação geralmente usa de uma comparação: os frigoríficos e os supermercados podem determinar um preço de compra/venda dos bovinos/carne, enquanto o criador de animais precisaria se enquadrar nos parâmetros desses agentes, sem margem para negociação. Embora a condição de produtores pulverizados e individualizados de mercadorias coloque os pecuaristas em condição econômica mais próxima a de “tomadores” de preços, em comparação com a indústria e o varejo, algumas ponderações são necessárias quanto ao lamento em questão.

Em primeiro lugar, o discurso de que o produtor “não bota preço” é uma reclamação recorrente na bovinocultura de corte extensiva há pelo menos 40 anos. Nas décadas de 1980 e 1990 os líderes do setor patronal culpavam as intervenções governamentais no sentido de controlar as crises inflacionárias, seja pela formação de estoques reguladores, o tabelamento de preços ou os eventuais alívios tributários para importação de carne (MIELITZ NETTO, 1994). Nos anos 2000 a crítica seguiu tendo como foco o poder público, mas desta vez seria porque os pecuaristas estariam perdendo poder de mercado devido às políticas de concentração e internacionalização de empresas brasileiras de abate e processamento de carne bovina, sobretudo em nível de inspeção federal para exportação (CARVALHO; ZEN, 2017).

Em segundo lugar, as características específicas do desenvolvimento histórico da bovinocultura de corte estancieira no Rio Grande do Sul aportam sentidos diferenciados

nestas afirmações em comparação a outros pecuaristas extensivos do país, tal como os do Sudeste ou Centro-Oeste. Os estancieiros foram os únicos que tiveram controle direto sobre o elo industrial de abate bovino mediante cooperativas patronais e políticas estaduais via instituto especializado no setor de carnes (PICCIN, 2014). Desse modo, a perda de controle sobre uma parte relevante da cadeia produtiva (frigoríficos) e o aprofundamento da competição na oferta do boi gordo em termos nacionais determinaram a inserção estancieira em um mundo concorrencial em termos da contabilidade empresarial e da tendência geral de concentração do capital e das vantagens de escala em largas explorações agropecuárias, sejam elas fazendas com integração lavoura-pecuária ou grandes empresas de confinamento.

Portanto, a questão vai muito além de uma gestão pública federal supostamente negligente com a pecuária extensiva. A impressão geral de que os produtores “não botam preço” é um sintoma da busca generalizada dos capitais de diferentes setores por ganhos extraordinários em espaços de possibilidade que se diversificam por conta do diferimento de etapas e formas de organizar a produção bovina de corte. Ou seja, há competição dos produtores entre si, nas etapas de cria, recria e engorda, e também de outros elos da cadeia produtiva tal como o setor de insumos alimentares e sanitários, de maquinário, de corretagem e etc.. A produção de uma renda diferencial pelo incremento da produtividade da terra envolve a maior inversão de capital por unidade de área, onde mais entidades econômicas passam a disputar o acréscimo de renda que o trabalho passa a produzir em uma mesma área (CAPDEVIELLE, 2020). Sendo assim, é a própria generalização e liberalização das relações concorrenciais de mercado, no contexto do atual regime alimentar corporativo, que produz o fenômeno pelo qual os produtores sentem que “não botam preço”, isto é, o processo de especialização produtiva primária voltado à exportação em países subdesenvolvidos que reverbera no aprofundamento da mercantilização em diferentes tipos de produtores e regiões (BERNSTEIN, 2011).

É válido lembrar que o setor estancieiro tem a particularidade do controle fundiário, de modo que sente menos os efeitos desse encolhimento e concorrência na cadeia produtiva do que outros pecuaristas que dependam sensivelmente de áreas próprias exíguas ou do arrendamento de terras. Os grandes proprietários são produtores que podem equilibrar a renda recebida como usuários da terra com o lucro que extraem de sua atividade como pecuaristas, ainda que as margens deste sejam reduzidas em comparação a outros agentes melhor posicionados em termos de escala ou investimento. Além disso, o setor agropecuário desfruta de vantagens tributárias dentro da estrutura produtiva brasileira, tal como a frouxidão na regulação do mercado de terras e as isenções fiscais nas exportações de bens primários e semielaborados, além de subsídios creditícios na casa de centenas de bilhões de reais que são direcionados anualmente ao setor via Plano Safra, o que permite maiores margens de manobra sobre os ganhos extraordinários em disputa. Olhando por este ângulo, os recursos e benefícios públicos para a agropecuária no âmbito de um modelo macroeconômico que podemos chamar de “pacto do agronegócio” (DELGADO, 2012) são mais propriamente aquilo que “garante preço” na bovinocultura de corte extensiva, ainda que as vias de mercado estabeleçam condições concorrenciais cada vez mais exigentes pelas quais nenhum setor possui margem absoluta para “botar preço”.

As estruturas agrárias que passaram por processos de intensificação na agricultura via incorporação de avanços técnicos registraram o aumento de competitividade que forçava os produtores a aderirem aos pacotes de modernização, sob pena de ficarem abaixo de um patamar viável de rentabilidade. O conceito de *treadmill* utiliza da metáfora de uma esteira rolante para relacionar essa pressão econômica da inovação tecnológica sobre a rentabilidade dos agricultores. Ou seja, o padrão produtivo ótimo de um dado período tende a ser superado quanto mais os agricultores atingirem um mesmo patamar tecnológico e aumentarem a oferta

como um todo (VEIGA, 1991). Na medida em que esse processo acontece, as margens de rentabilidade ficam espremidas conforme permaneçam estagnados os preços dos produtos e aumentem paulatinamente os seus custos, o que expõe outra faceta do progresso técnico na agricultura que foi categorizada como *squeeze* (PLOEG, 2008).

Mas, como pondera Veiga (1991), o processo de esteira rolante tecnológica pode ser atenuado de acordo com a condição de classe dos produtores agropecuários e a coalizão política hegemônica em cada realidade nacional. O *technological treadmill* costuma incidir mais efetivamente sobre setores de agricultura familiar que são encorajados a ofertar alimentos baratos no mercado interno em troca de uma “renda-estímulo” que tende a ser inferior ao salário mínimo industrial, mas ainda assim considerada aceitável pelos agricultores. Esta renda pode ser regulada pelo Estado a fim de manter as bases desse sistema de ampliação do capitalismo industrial, isto é, o barateamento na produção de alimentos que possibilita salários mais baixos na indústria de modo a estimular o consumo de massas com bens manufaturados de preço competitivo. No contexto brasileiro de posição econômica subdesenvolvida e de uma agricultura patronal politicamente dominante, a hegemonia desses setores no Estado conduz a disputa política sobre os fundos públicos de modo a priorizar a produção de commodities para exportação em detrimento da democratização da estrutura fundiária e da elevação da oferta alimentar no mercado interno. Sendo assim, os grandes proprietários de terras tendem a se posicionar mediante rentabilidades relativas, oscilando oportunamente entre rendas na agropecuária ou na migração de capitais para outros tipos de investimento com maior remuneração (VEIGA, 1991).

É nesse sentido que observamos em longo prazo os movimentos da economia estancieira por ora avançando ou retraindo na cadeia produtiva da bovinocultura de corte a depender de seu poder político para ampliar a atuação à jusante ou tão somente manter os domínios fundiários nos momentos de retração. No contexto dos últimos 20 anos de avanço da renda fundiária, o poder classista de escolha entre rentabilidades relativas e a pressão tecnológica competitiva induzem frações desse setor social a tomarem diferentes decisões, seja pela heterogênea e gradual intensificação dos sistemas produtivos ou na abdicação total/parcial da pecuária em prol do rentismo sobre a terra.

Portanto, consideramos válido argumentar que a condição de concentração da pecuária mesorregional em um setor estancieiro que se nutre em grande medida da renda da terra em um mercado fundiário carente de regulamentação eficaz tem como consequência um desestímulo tanto para incrementos produtivos na pecuária de corte quanto para investimentos na exploração sustentável dos campos nativos e na democratização do acesso à terra em prol dos setores historicamente excluídos ou marginalizados desse recurso. Se é viável oscilar entre o rentismo e uma pecuária patronal extensiva e tecnologicamente estagnada, existe um limite na própria estrutura fundiária para que sejam possíveis maiores avanços, sejam eles em direção à intensificação no sentido estritamente econômico ou de ganhos mais sistêmicos envolvendo a multifuncionalidade do mundo rural sob áreas campestres (OPPLERT et al., 2020; VIANA et al., 2021), como voltaremos a discutir adiante. Justamente diante de uma coalizão política que prioriza o setor patronal e exportador, observa-se que a categoria dos pecuaristas familiares não recebe um nível de estímulo adequado em relação à potencialidade que possui a fim de abastecer os mercados locais de proteína animal tanto de bovinos como de ovinos e caprinos (MATTE, 2017).

Outro fator que suaviza processos de compressão das margens de lucro na pecuária extensiva em comparação com a agricultura é a heterogeneidade dos padrões tecnológicos que podem conviver em uma mesma região e época. No que se refere à agricultura, sobretudo produtora de soja, sua expansão nas últimas décadas ocorreu tanto horizontalmente quanto tecnologicamente, o que torna seus produtores mais presos às necessidades de escala e

produtividade. Por sua vez, os processos de intensificação e reorganização da produção na pecuária de corte não apresentam um modelo único, onde é compatível um incremento tecnológico gradual com diferentes fases de produção, quantidades de animais, de insumos e de trabalho, sem requerer novos solos. Desse modo, em uma mesma região e até em um mesmo estabelecimento podem conviver diferentes escalas, intensidades e sistemas de produção, desde a cria tradicional até unidades de confinamento ou áreas de semiconfinamento. Diferentemente do cultivo de plantas, a criação de animais tem a característica de não estar presa à terra, tendo maior margem de manobra tanto para movimentar quanto para concentrar o rebanho durante diferentes fases da produção. Nesse sentido, a bovinocultura de corte se posiciona como um intermediário entre os modelos de agricultura extensiva sojicultora e de pecuária industrial/intensiva com suínos e aves (CAPDEVIELLE, 2020).

Partindo das definições de Mielitz Netto (1994, p. 18) sobre modernização na bovinocultura de corte, esta pode ser entendida como “crescente controle dos processos de produção e circulação de mercadorias, diminuindo suas aleatoriedades quanto à consecução dos objetivos e metas.”. No decorrer da presente seção consideramos que tal acepção de modernização pode ser julgada como sinônimo de intensificação produtiva sob um ponto de vista de inovações alimentares, sanitárias, genéticas e de manejo cujos aportes de capital possam ser avaliados quantitativamente, para os quais existem determinadas expectativas quanto ao alcance de resultados. Por outro lado, é também reconhecido que são limitadas as possibilidades de avaliar mediante dados secundários agregados em nível municipal ou mesorregional os resultados concretos dos referidos aportes em termos de produtividade, assim como da influência de outros componentes tecnológicos tal como as práticas de manejo zootécnico e gerenciais (MIELITZ NETTO, 1994).

A presente análise sobre intensificação na base técnica da produção teve como referência as tabelas de despesas registradas pelos censos agropecuários do IBGE de 2006 e 2017 de acordo com os grupos de atividade econômica ‘Produção de lavoura temporária’ e ‘Pecuária e criação de outros animais’, em um recorte temporal que tem se demonstrado adequado em outras comparações efetuadas nesta pesquisa de tese em relação aos seus propósitos. Os dados de 1995/1996 não estavam disponíveis nas mesmas desagregações, o que não permitiu explorar comparações por um período mais prolongado. A exemplo de Mielitz Netto (1994), analisamos tanto o valor absoluto das despesas por hectare, cabeça bovina e empregado permanente, quanto a composição relativa das despesas no valor total despendido. Os valores de 2006 foram corrigidos em termos reais com base no IGP-DI para o ano de 2017, a fim de equalizar a comparação de investimentos em termos absolutos.

A avaliação da porcentagem de produtores que adotam determinadas tecnologias é tomada como indicador da disseminação de práticas que caracterizam intensificação em termos alimentares, sanitárias, genéticos e de manejo, assim como da heterogeneidade em termos de estabelecimentos que as utilizam ou não. Tal como mencionamos anteriormente, praticamente a totalidade do rebanho bovino mesorregional se encontra nos dois referidos grupos de atividade econômica, além de que esse efetivo é em grande maioria dedicado à finalidade corte. Essa condição possibilita que a análise enfoque efetivamente sobre a base técnica de produção da bovinocultura de corte com reduzida margem de erro. Outro aspecto que vale mencionar é que a tabela de despesas em 2017 é mais ampla que a de 2006, com maior discriminação de rubricas no respectivo manual do recenseador (IBGE, 2017). Ainda assim, as principais categorias de despesa foram registradas em ambas as pesquisas e a estrutura geral de distribuição desses gastos mostrou-se pouco alterada, o que reforça a pertinência em comparar essas fontes.

Em um apanhado geral sobre a base técnica da produção pecuária de corte avaliada entre 2006 e 2017 a partir de seu perfil de despesas (Tabela 17), consideramos que há avanço na utilização de tecnologias que permitem maior controle nos sistemas de produção. Tanto pecuaristas quanto lavoureiros aumentaram a participação relativa de estabelecimentos no que se refere a uma série de indicadores tecnológicos associados direta ou indiretamente ao controle do processo produtivo pecuário. Ou seja, a aplicação de incrementos técnicos não é observada apenas em estabelecimentos cuja principal atividade foi a produção de lavouras temporárias. A menção aos estabelecimentos de lavoureiros, embora inclua os que não têm efetivo de pecuária, serve como referência comparativa. Uma coluna adicional foi criada, recalculando somente o número de estabelecimentos de lavoureiros que tinham efetivo bovino na data de referência diante das variáveis relacionadas direta e especificamente com a atividade pecuária.

**Tabela 17** – Número total de estabelecimentos agropecuários que realizaram despesas e percentual dos estabelecimentos que realizaram cada tipo de despesa no Sudoeste Rio-grandense (2006 e 2017).

Despesas	Pecuaristas		Lavoureiros		Lavoureiros (com efetivo bovino)**	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Arrendamento de terras	16,7%	22,1%	30,6%	37,8%	-	-
Contratação de serviços/Serviços de empreitada	7,1%	21,9%	8,0%	32,0%	-	-
Salários pagos (em dinheiro ou produtos, para familiares ou empregados)	30,5%*	31,6%	46,1%*	45,6%	-	-
Azubos e corretivos (do solo)	33,3%*	40,0%	91,6%*	92,0%	-	-
Sementes e mudas	18,9%	28,2%	36,8%	83,6%	-	-
Compra de animais	31,8%	46,4%	25,6%	32,4%	37,4%	50,5%
Agrotóxicos	9,65%	12,3%	63,4%	78,4%	-	-
Medicamentos para animais	89,3%	97,2%	68,3%	70,0%	99,9%	109,2%
Sal e rações (industrializados ou não-industrializados) e outros suplementos	64,1%	92,1%	45,5%	66,2%	66,6%	103,3%
Transporte da produção	8,1%	15,4%	33,7%	47,6%	-	-
Energia elétrica	78,2%	93,0%	87,4%	94,3%	-	-
Combustíveis (e lubrificantes)	56,8%	65,2%	70,7%	83,3%	-	-
Juros e despesas bancárias	7,2%	x	19,3%	x	-	-
Formação de pastagens	x	17,9%	x	14,9%	x	23,2%
Total (estabelecimentos)	15.942	16.369	4.559	5.643	3.116	3.616

‘-’ não relacionado direta e especificamente com a atividade pecuária.

‘x’ disponível em apenas um dos Censos.

\*Resultado do somatório de duas categorias, o que pode resultar em dupla contagem.

\*\* Pode exceder os 100% pois considera apenas os possuidores de efetivo bovino na data de referência.

**Fonte:** Censos Agropecuários de 2006 e 2017, organizado pelo autor.

Dentre os estabelecimentos do grupo pecuária, a generalização da utilização de medicamentos (de 89,3% para 97,2%) e de algum tipo de suplementação alimentar (sal, rações e outros suplementos) (de 64,1% para 92,1%) indica que a busca de soluções para dois

dos principais gargalos produtivos (controle de ectoparasitas e sazonalidade das forragens nativas) é feita por uma quantidade crescente de estabelecimentos. Os pecuaristas precisam lidar com elementos mais próprios da criação extensiva em campo nativo com pastejo dos animais ao longo de todo o ano, isto é, são medidas que demandam manejo com problemas sanitários e econômicos decorrentes do carrapato<sup>93</sup>, mais comuns no verão, além da suplementação alimentar para manter a condição corporal dos animais, sobretudo no inverno, quando a oferta forrageira nativa é menor. O pastejo é majoritariamente realizado sem o chamado manejo rotacionado, uma técnica que poderia criar vazios sanitários a fim de impedir o ciclo de reprodução do carrapato, de modo que o tratamento utilizado para controlar o ectoparasita é baseado em acaricidas e medicamentos – o que explica a alta frequência de registro nas despesas com a categoria. A gravidade desses problemas é menor quando há planejamento alimentar adequado, tendo em vista que os parasitas transmitidos pelo carrapato são menos prejudiciais quando a condição nutricional dos bovinos infestados é satisfatória<sup>94</sup>.

Em todas as categorias recenseadas foi registrado avanço na participação relativa dos estabelecimentos de pecuaristas que realizam as respectivas despesas. A maior elevação percentual entre 2006 e 2017 foi para ‘Sal, ração e outros suplementos’, ‘Contratação de serviços/empreitadas’, ‘Energia elétrica’ e ‘Compra de animais’, seguidos de outros indicadores com menor grau de incremento positivo. O avanço na suplementação alimentar foi o mais notável, passando de 2/3 para quase a totalidade dos pecuaristas fazendo uso de algum tipo de sal, ração e/ou outros produtos de modo a melhorar o ganho ou manutenção de peso dos animais.

Esse avanço deve ser relativizado em termos da regularidade e qualidade de oferta dos suplementos, mas de todo modo indica que a grande maioria dos estabelecimentos já adota essa tecnologia. Quando analisamos a composição relativa do valor das despesas entre as diferentes categorias (Tabela 18), percebemos que, embora exista relevante incremento dos estabelecimentos que usam de suplementação alimentar, especialmente sal, isso não se fez perceber em mesma intensidade na participação desse tipo de despesa no gasto absoluto. Esse é mais um indicativo da existência de heterogeneidade nas formas e níveis financeiros despendidos na suplementação alimentar, o que converge com os relatos de comerciantes do setor agropecuário que foram entrevistados e comentaram sobre a variabilidade de usos do sal, entre: a) tipos (sal mineral e sal comum), b) quantidade utilizada por cabeça anualmente (em relação ao nível recomendado), c) regularidade da oferta (ano inteiro para todo o rebanho ou apenas em determinadas épocas e categorias bovinas que são priorizados tal como as vacas reprodutoras e novilhas ou os animais adoentados).

No caso do crescente acesso à energia elétrica de 78% para 93% dos estabelecimentos, trata-se de um provável resultado dos programas de eletrificação e habitação rural em prol dos grupos mais vulneráveis, inclusive pecuaristas em bases familiares que historicamente encontravam-se invisibilizados e desprovidos de infraestruturas básicas como a rede de luz elétrica. As perspectivas sucessórias na reprodução social dessas famílias rurais são atravessadas por uma série de desafios tal como o acesso precário à educação formal, às estradas pavimentadas e a distância de centros urbanos, os quais colocam em dúvida a

---

93 O carrapato é um aracnídeo ectoparasita (adere externamente em seu hospedeiro) que se alimenta de sangue (hematófago) e tem seu ciclo de vida entre o solo e o corpo dos animais vertebrados. Seu impacto sanitário e econômico sobre o rebanho bovino se refere à perda de sangue (provoca desvio de energia e eventualmente anemia) e a transmissão de doenças infectocontagiosas, por exemplo a que é conhecida popularmente como Tristeza Parasitária Bovina (TPB) (NESPRO, 2023).

94 BETEMPS, C.; CÉZAR, E. Sistema de controle reduziu carrapato-do-boi em 82% sem usar químicos (Embrapa, 03/11/2021). Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/65868621/sistema-de-controle-reduziu-carrapato-do-boi-em-82-sem-usar-quimico> Acesso em: 18 ago. 2023.



continuidade geracional de muitos desses estabelecimentos (MATTE; SPANEVELLO; ANDREATTA, 2016).

Registre-se também que o uso de fertilizantes e corretivos assim como de mudas e sementes também tornou-se mais frequente, o que indica maior atenção com relação ao manejo de pastagens, seja no chamado melhoramento de campo nativo com correção da acidez do solo e sobressemeadura, ou da formação de pastagens sazonais ou perenes mediante sementes e/ou mudas. Embora note-se um avanço consistente na proporção de estabelecimentos que utilizam tecnologias controladoras do processo de produção, ainda é possível registrar heterogeneidade no padrão tecnológico utilizado na medida em que sua adoção encontra proporções intermediárias ou baixas, tal como no uso de adubos e corretivos (40,0%), aquisição de sementes e mudas (28,2%), formação de pastagens (17,9%) e no uso de combustíveis (65,2%). Essa condição repercute sobre os sistemas produtivos no sentido de que não é amplamente disseminada a adubação de pastagens em momentos de baixa oferta de forragem ou a fim de potencializar a oferta existente, além de que o uso de máquinas motorizadas não é generalizado de modo a potencializar atividades que podem ser feitas manualmente tal como a roçada de campo ou a distribuição de adubos e calcário. Contudo, observe-se que a formação de pastagens e a correção de acidez dos solos não são atividades que necessariamente precisam alcançar um percentual de 100% a fim de indicar a adoção dessas tecnologias, tendo em vista que são práticas que não necessariamente precisam ser renovadas em todos os anos.

Devido ao formato em que o IBGE disponibiliza esses dados, não foi possível estratificar as despesas por grupos de rebanho ou de área total em relação aos grupos de atividade econômica. Nas entrevistas com pecuaristas e vendedores de sementes e adubos os mesmos indicaram que a formação de pastagens permanentes costuma ser realizada por um perfil restrito e de maior capitalização invertida em bovinocultura de corte, tal como os invernadores que engordam animais no ano inteiro e buscam formar as pastagens exóticas que estão na fronteira do desenvolvimento tecnológico. No extremo oposto em termos de recorrência e do grau de investimento estariam os que fazem um “potreirinho”, isto é, uma parcela reduzida de pastagens voltada tão somente à salvaguarda dos animais mais vulneráveis (geralmente matrizes em época de parição) mediante cultivares cujas sementes são mais amplamente conhecidas e de baixo custo, por exemplo o milheto que se aplica ao período de verão. Um terceiro perfil para além desses dois, ainda que muito pouco recorrente, seria o dos entusiastas da conservação e melhoramento dos campos nativos do pampa, os quais aportam montantes intermediários de investimento no sentido de extrair da cobertura campestre nativa melhores patamares de forragem mediante correção de acidez do solo, adubação nitrogenada e/ou de macronutrientes, roçada de espécies invasoras e irrigação por aspersão ou pivô. Essa tipificação certamente incorre em generalizações em relação à heterogeneidade efetivamente existente, mas tem a virtude de abarcar diferentes perfis produtivos estancieiros e lavoureiros mencionados anteriormente para o caso do município de São Gabriel, além de abranger diferentes estratégias de intensificação produtiva em termos da utilização de recursos forrageiros nativos ou exóticos.

No que se refere especificamente às despesas dos estabelecimentos do grupo de atividade ‘lavoura temporária’ destacam-se categorias como ‘Adubos e corretivos’ (92%), ‘Sementes e mudas’ (83,6%), ‘Combustíveis’ (83,3%) e ‘Agrotóxicos’ (78,4%), o que indica tanto a prioridade empenhada em sua atividade principal (lavoura temporária), como também a larga disponibilidade de máquinas e implementos para o cultivo de pastagens de inverno. Para os fins desta pesquisa, procuramos obter um recorte específico dos lavoureiros que declararam efetivo bovino na data de referência (isto é, 31 de dezembro de 2006 e 30 de setembro de 2017) ainda que esta informação possa subestimar a quantidade total de

estabelecimentos que tiveram rebanho temporariamente ao longo do ano. No que se refere às categorias de gasto direta e especificamente associadas à atividade pecuária, i.e., ‘Compra de animais’, ‘Medicamentos para animais’, ‘Sal, ração e outros suplementos’ e ‘Formação de pastagens’, foi registrado em todas elas uma frequência mais elevada em relação a dos pecuaristas, com destaque para suplementos e medicamentos que extrapolam os 100% na medida em que refletem os estabelecimentos que realizaram despesas independentemente da existência ou não de efetivo bovino na data de referência. A porcentagem mais elevada em ‘Formação de pastagens’, comparada aos pecuaristas, pode estar associada com os cultivares forrageiros perenes preparados com o intuito de engordar uma parte dos animais na entressafra, mantendo-os no rebanho após a época de plantio de soja a fim de diversificar as vendas e encontrar preços médios mais elevados.

Outra medida cuja menção alcança patamares intermediários de frequência entre pecuaristas e lavoureiros, ainda que mais elevados entre estes, se refere ao pagamento de salários. A categoria foi registrada em cerca de 30% dos estabelecimentos pecuaristas e manteve-se estável, o que está em linha com o fato de que 75% dos estabelecimentos possuem até 200 ha e podem indiretamente ser considerados familiares, isto é, com predominância da força de trabalho dos membros do grupo doméstico. Ou seja, a proporção de estabelecimentos com mais de 200 ha é parecida com a proporção que empregou força de trabalho permanente e remunerada com salário em dinheiro ou produtos, para familiares ou empregados.

Por outro lado, a frequência nas despesas de contratação de serviços por empreiteiros apresentou considerável elevação, inclusive entre os pecuaristas. Esse tipo de recrutamento pode estar associado com a construção/reforma de cercas, a tosa de ovinos e até mesmo os trabalhos realizados na mangueira e/ou brete (vacinação, marcação, aplicação de medicamentos e carrapaticidas, carregamento de animais em caminhão), visto que recentemente tem sido registrado o recrutamento dos serviços de peões campeiros através de empreiteiros conforme observou Zanella (2022) em um contexto de flexibilização das leis trabalhistas – o que está em paralelo com a progressiva redução do trabalho não remunerado em dinheiro, desde a década de 1980, que era prestado por moradores e agregados de estâncias (PICCIN, 2012). Além disso, essa categoria de contratação de serviços e empreitadas também abrange eventuais operações de formação e manutenção de pastagens, correção de solos e construção de edificações nos estabelecimentos, as quais frequentemente envolvem utilização de pessoal e máquinas agrícolas.

Quanto ao valor total das despesas de estabelecimentos cuja principal atividade foi a pecuária (Tabela 18), se deflacionado pelo IGP-DI para setembro de 2017, temos que os gastos em 2006 foram de R\$ 962.247.000,65 e em 2017 de R\$ 1.450.057.000,00, ou seja, entre 2006 e 2017 houve aumento de 50,97% (4,63% a.a.). Deve-se considerar que em termos metodológicos as despesas de 2017 abrangem três novas categorias (‘Compra de máquinas e veículos’, ‘Novas culturas permanentes e silvicultura’, ‘Formação de pastagens’), sem suprimir as categorias de 2006, ainda que tenha agregado algumas delas em ‘Outras despesas’. Ao mesmo tempo, o manual do recenseador para 2017 detalha melhor as despesas se considerarmos que no manual do censo de 2006 a categoria “Outras despesas” carece de definição (IBGE, 2007). Apesar dessas diferenças, observamos que se mantém em cerca de 92% a proporção de gastos das categorias que são compatíveis entre os dois registros, o que valida a sua comparação. Seguindo esse princípio, notamos que as despesas do grupo de atividade pecuária se elevaram também em termos absolutos quando a unidade de referência é o gasto por estabelecimento, por superfície de área, por unidade do efetivo bovino ou pelo número de empregados permanentes, conforme Tabela 19, que é exposta adiante.

**Tabela 18** – Composição das despesas do grupo de atividade ‘Pecuária e criação de outros animais’ em termos de valor total (R\$) e proporção de cada categoria (%) no Sudoeste Rio-grandense, 2006 e 2017.

<b>Despesas</b>	<b>2006</b>	<b>2017</b>
Arrendamento de terras	7,8%	9,5%
Contratação de serviços/Serviços de empreitada	0,8%	2,2%
Salários pagos (em dinheiro ou produtos, para familiares ou empregados)	15,4%	17,1%
Adubos e corretivos (do solo)	9,5%	5,4%
Sementes e mudas	1,2%	1,9%
Compra de animais	23,4%	26,0%
Agrotóxicos	2,0%	2,2%
Medicamentos para animais	9,9%	7,9%
Sal e rações (industrializados ou não-industrializados) e outros suplementos	8,3%	9,9%
Transporte da produção	1,0%	1,1%
Energia elétrica	5,8%	2,0%
Combustíveis (e lubrificantes)	6,2%	5,0%
Juros e despesas bancárias	1,4%	x
Formação de pastagens	x	1,6%
<b>Total (mil reais, deflacionado para set. 2017)</b>	<b>962.247</b>	<b>1.450.057</b>

‘x’ disponível em apenas um dos Censos.

**Fonte:** Censos Agropecuários de 2006 e 2017, organizado pelo autor.

Embora existam diferenças metodológicas sutis entre os censos, observamos que a composição do valor das despesas por categoria apresentou pouca variação no período. Ou seja, embora observem-se incrementos relevantes na proporção de estabelecimentos que passam a gastar com itens importantes em termos do controle técnico do processo produtivo, isso não se refletiu em maiores gastos nas categorias que eram mais deficitárias. Pelo contrário, elevaram-se gastos em categorias que já eram importantes, como na ‘compra de animais’, o que pode indicar que mais produtores estão investindo na aquisição de reprodutores geneticamente qualificados em cabanhas e remates, como registrou Matte (2017), mas também que a dinâmica de especialização dos produtores entre fases da criação bovina tende a incrementar a mercantilização das relações na aquisição de animais (ERREA et al., 2011).

As despesas com adubos e corretivos, que poderiam contribuir no sentido de intensificar a produção em uma mesma área, apresentaram queda percentual e se tornaram menos relevantes que o arrendamento de terras. Isso pode indicar o encarecimento relativo das terras que se escasseiam para os pecuaristas, mas também o próprio estilo da pecuária extensiva que prioriza o incremento em área à intensificação em capital e trabalho. A formação de pastagens, além de pouco frequente entre os estabelecimentos, também alcança uma fração minúscula das despesas (1,6%). A aquisição de sementes elevou-se de 1,2% para 1,9%, mantendo um patamar pouco relevante na estrutura de gastos.

Os dispêndios com diárias, empreitadas e salários também subiram na composição das despesas de estabelecimentos pecuaristas, de 16,2% em 2006 para 19,3% em 2017. Note-se que, embora tenha-se observado uma triplicação dos produtores que obtêm prestação de serviços via empreitada, a despesa utilizada para este fim passou de 0,8% para 2,2%,

mantendo uma proporção baixa no conjunto de gastos. Além disso, a elevação da proporção geral das despesas direcionadas para a força de trabalho não significou mudança de patamar nas remunerações desses trabalhadores em relação ao salário mínimo nacional ou estadual. Essa é a constatação de Picolotto (2024) com dados dos acordos coletivos entre sindicatos de trabalhadores e patrões rurais dos municípios gaúchos de Alegrete, Bagé, Tupaciretã e Vacaria, no período entre 2009 e 2021, no qual os salários-base dos trabalhadores rurais de atividades consideradas ponta de lança do agronegócio, tal como a soja, a maçã e o gado, ficaram em média somente 3,5% acima do piso salarial estadual.

Por outro lado, a elevação proporcional dos custos de estabelecimentos pecuaristas com o trabalho remete a mudanças estruturais no mercado laboral que se fazem ouvir nas reclamações recorrentes do setor patronal rural quanto à disponibilidade decrescente de trabalhadores para a pecuária de corte. Essas lamentações, sintetizadas no termo “apagão de mão de obra”, por um lado refletem os desafios em recrutar pessoas com conhecimentos tácitos na bovinocultura de corte em atividades dificilmente substituíveis por máquinas (eventual necessidade de intervenção no parto, observação da primeira amamentação, cura do umbigo, pesagem do animal nascido, castração, etc.) (NESPRO, 2023), mas, por outro lado, referenciam mudança de características históricas do recrutamento da força de trabalho e das condições de reprodução social dos empregados na pecuária de corte, as quais constituem entre peão e estancieiro um silencioso e negociado embate próprio das lutas de classe pela distribuição dos resultados econômicos (BORNHOLDT, 2010).

Em sua tese, Piccin (2012) observou que durante a década de 1990 os estancieiros viram-se diante de restrições econômicas para a reprodução das explorações pecuaristas extensivas – que, dentre outros fatores, se assentavam no controle monopólico da estrutura fundiária e na máxima compressão monetária dos salários dos trabalhadores campeiros em prol da extração de mais valia absoluta –, nas quais encontrava-se a inédita elevação da judicialização de causas trabalhistas pelos empregados. Adicionalmente, na década de 2000, esses mesmos trabalhadores do sudoeste gaúcho encontraram um cenário econômico menos restritivo mediante políticas de valorização do salário mínimo e de incentivo ao consumo, além das opções crescentes de mobilidade regional e assalariamento relacionadas com o mercado de trabalho nas áreas metropolitanas de Porto Alegre e Caxias do Sul e suas adjacências (MOCELLIN; HERÉDIA, 2018).

O contexto geral de elevação dos dispêndios com salários se choca com os objetivos centrais do estancieiro mediante seu estabelecimento agropecuário, isto é, a obtenção de um nível de rendimento que garanta o consumo próprio ao estilo de vida socialmente distinto de sua família. Desse modo, a redução de custos da estância pode se dar mediante demissão de parte dos funcionários e incremento na intensidade da rotina dos peões remanescentes, o que se une aos expedientes técnicos manejados a fim de responder às pressões econômicas, tal como o uso de “cercas de arame farpado e elétricas, rotação de pastos, complementação do pasto com ração e uso de remédios que permitem aplicações menos freqüentes” (BORNHOLDT, 2010, p. 522). A combinação entre mudanças nas técnicas de manejo e no ritmo de exploração do trabalho demonstra uma situação de convergência entre incremento na extração de mais valia absoluta e relativa, isto é, em jornadas de trabalho mais extensas e intensas combinadas com tecnologias para o aumento da produtividade do trabalho, numa dinâmica também observada no caso argentino e uruguaio de intensificação da pecuária de corte sem representar mudanças estruturais na distribuição dos resultados econômicos entre as classes sociais (VILULLA; FERNÁNDEZ; CAPDEVIELLE, 2019; OYHANTÇABAL; SANGUINETTI, 2017).

Embora esses processos não tenham levado a mudanças de patamar nas remunerações dos trabalhadores campeiros, podendo inclusive ter ampliado o ritmo de exploração do seu

trabalho, permitiram que frações crescentes desse grupo encontrassem melhores possibilidades de trajetória social ou mesmo de condições para negociar o reconhecimento do estatuto legal nas relações laborais – ainda que mudanças recentes na legislação trabalhista interponham novos empecilhos<sup>95</sup>. Portanto, em diálogo com a literatura consideramos que as lamentações do setor patronal quanto ao “apagão” de trabalhadores dispostos a receber o piso salarial estadual e se submeter a condições laborais insalubres<sup>96</sup> são próprias das tensões de classe envolvendo o descenso social estancieiro e devem ser cotejadas com um cenário de perda de competitividade nos salários pagos pelos pecuaristas em comparação a outros setores econômicos, além do reconhecimento judicial de direitos e cidadania em prol dos trabalhadores.

Essas continuidades históricas reafirmam que a concentração fundiária nos estabelecimentos estancieiros e lavoureiros constitui uma estrutura agrária socialmente excludente, com reduzida densidade demográfica, superexploração no mercado laboral, precária infraestrutura de deslocamento e baixo grau de industrialização, as quais impõem limites para a formação de massa salarial e demanda por bens e serviços (BENETTI, 1994). Os princípios dessa economia e sociedade do agronegócio são reforçados nas mais recentes análises envolvendo a base salarial dos agronegócios no Rio Grande do Sul em um contexto de Reforma Trabalhista e Lei das Terceirizações de 2017 que fragilizam os instrumentos de regulação pública/estatal das relações de trabalho no setor privado e abrem espaço para precarização e violações de direitos<sup>97</sup>, tal como as recorrentes denúncias sobre desrespeito às relações trabalhistas que chegam ao ponto de representar situações análogas à escravidão (PICOLOTTO, 2024).

Dando seguimento à análise das despesas de estabelecimentos especificamente pecuaristas, nos debruçamos nas Tabela 19 e 20 para um recorte municipal acerca do nível de dispêndio tendo em conta localidades que tiveram graus distintos de avanço das lavouras de verão. A proposta é avaliar se, nos municípios em que a área de lavoura mais avançou, estaríamos encontrando um nível mais elevado de despesas a fim de manter a pecuária em áreas menores. Selecionamos Itaqui como representante do avanço há mais tempo consolidado nas lavouras de arroz e ultimamente de soja, ao lado de Dom Pedrito com o ainda mais recente incremento da lavoura de sequeiro. Em complemento, Alegrete representa localidades que mantiveram o estoque bovino e áreas de baixa fertilidade agrícola, com avanço menos acelerado das lavouras. Por fim, Quaraí enquanto município com os menores índices de substituição de campos por lavouras. Tendo em vista que não foi possível desagregar as informações por tamanho dos estabelecimentos a fim de evidenciar os estancieiros que tivessem mais de 500 ha ou 1.000 ha, optou-se por tabelar somente dados de municípios que tenham elevada concentração fundiária e baixa presença da agricultura

---

95 A exemplo da presença facultativa do sindicato nas rescisões de contrato, a qual abre brechas para a homologação de acordos diretamente entre patrão e trabalhador sem a verificação técnica do sindicato quanto ao pagamento integral de obrigações do empregador (PICOLOTTO, 2024).

96 Segundo um assessor sindical da Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais do Rio Grande do Sul (Fetar-RS) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Bagé-RS, a entidade parte do princípio de que independentemente de perícia os trabalhadores rurais estão submetidos a condições de insalubridade pela condição intrínseca das atividades desempenhadas ao ar livre, de modo que possuem direito ao adicional de insalubridade cuja negociação é conduzida anualmente no âmbito das Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) do setor (PICOLOTTO, 2024).

97 As principais mudanças relatadas por sindicalistas rurais do RS em decorrência das reformas de 2017, segundo Picolotto (2024, foram: “a precarização do trabalho; a terceirização das atividades; a não remuneração das horas viajadas (*in itinere*); o banco de horas individual e a possível compensação das horas extras; o trabalho intermitente; férias parceladas; rescisão por acordo; dificuldades de acesso à Justiça; a presença facultada do sindicato nas rescisões do contrato; fim [da] ultratividade; fim das contribuições sindicais obrigatórias.”.

familiar em relação às médias mesorregionais. Considerando essas limitações, a análise procura tão somente trazer elementos ao debate, sem pretensões de exaustividade.

**Tabela 19** - Despesas do grupo de atividade ‘Pecuária e criação de outros animais’ em termos de valor (R\$) por unidade de área, por cabeça bovina e por empregado permanente no Sudoeste Rio-grandense, 2006 e 2017.

Despesas	R\$/ha (2006*)	R\$/ha (2017)	R\$/bovi no (2006*)	R\$/bovi no (2017)	R\$/emprega do permanente (2006*)	R\$/emprega do permanente (2017)	R\$/estabelec imento (2006*)	R\$/estabelec imento (2017)
Itaqui	550	584	590	662	142.790	176.438	139.220	150.732
Dom Pedrito	349	433	391	476	112.007	163.421	91.335	119.144
Alegrete	259	464	305	503	110.974	191.184	57.721	100.293
Quaraí	215	246	281	305	104.887	122.859	61.799	70.845
Sudoeste RS	279	426	335	501	118.811	166.654	60.359	88.586

\* Valores de dez. 2006 deflacionados para set. 2017.

**Fonte:** Censos Agropecuários de 2006 e 2017, organizado pelo autor.

**Tabela 20** – Categorias de despesas do grupo de atividade ‘Pecuária e criação de outros animais’ em termos de valor (R\$) por unidade de área (ha) no Sudoeste Rio-grandense, 2017.

Despesas R\$/ha	Arrendame nto de terras	Salários pagos	Adubos e corretivos	Compra de animais	Medicamento s para animais	Sal, ração e outros suplementos	Formação de pastagens
Itaqui	34,80	83,14	16,74	78,47	44,67	219,23	11,44
Dom Pedrito	31,84	60,58	23,63	123,54	29,13	31,34	11,39
Alegrete	52,51	82,99	26,00	121,48	37,55	44,62	4,88
Quaraí	42,74	41,78	8,07	62,24	28,00	24,05	2,47
Sudoeste RS	40,49	72,88	22,84	110,88	33,52	42,01	6,62

**Fonte:** Censo Agropecuário de 2017, organizado pelo autor.

Os resultados para os respectivos municípios nos permitem inferir que os estabelecimentos pecuaristas em áreas de maior avanço das lavouras executam despesas mais elevadas por estabelecimento ou por unidade de área, de bovino e de empregado permanente. Os pontos extremos dessa lista (Itaqui e Quaraí) de fato apresentam os gastos totais mais e menos elevados, respectivamente, em relação à unidade de área, de cabeça e por estabelecimento no ano de 2017. Quaraí também possui o menor nível de despesa por empregado permanente sem laço de parentesco com o produtor, enquanto o gasto mais elevado está em Alegrete em 2017. No ano de 2017, em Alegrete, foram registradas despesas mais elevadas que as de Dom Pedrito para três das referências, de modo que essa inversão de posição em relação a 2006 quebra a linearidade entre elevação da despesa e da área de lavoura. Ou seja, era esperado que o incremento de lavouras impactasse mais fortemente nas médias de despesa em Dom Pedrito do que em Alegrete. A relação entre as variáveis não é linear porque o avanço das lavouras pode implicar no encolhimento significativo do rebanho e dos estabelecimentos especificamente pecuaristas, ao invés de sua intensificação em áreas menores. Esse foi o caso de Itaqui e Dom Pedrito que apresentaram queda absoluta em todos

os quesitos desse grupo de atividade econômica (área, estabelecimentos, despesas, bovinos, empregados), o qual passa a representar respectivamente 45% e 68% do rebanho bovino municipal – enquanto a média mesorregional de efetivo bovino possuído pelo grupo de atividade pecuarista é de 76%.

Além da existência de relação positiva entre elevação das despesas em estabelecimentos pecuaristas de municípios com maior avanço de lavouras, observou-se algumas diferenças na composição dos gastos efetuados pelos produtores. O percentual das despesas com arrendamento de terras em Quaraí e em Alegrete (17% e 11%) foi cerca de duas vezes maior que o mesmo quesito em Itaqui e em Dom Pedrito (6% e 7,4%), e, conseqüentemente, os primeiros também tiveram gastos por hectare mais elevados nesse quesito. O contrário ocorre no item formação de pastagens, onde Quaraí e Alegrete apresentam os gastos mais reduzidos. Os itens salários e serviços também representaram uma fração mais elevada nos dois primeiros (18% e 20% contra 15% e 17%), ainda que o valor absoluto por hectare tenha sido sensivelmente menor em Quaraí. Essas diferenças na estrutura das despesas podem indicar que, nas áreas de maior avanço do cultivo de soja/arroz e da aptidão agrícola das terras, os pecuaristas invertem mais capital na intensificação da produção ao invés do arrendamento de terras, o qual é mais preponderante entre pecuaristas que encontram maior disponibilidade de áreas de campo nativo com baixa fertilidade, como é sobretudo o caso de Quaraí, mas também de Alegrete.

O município de Itaqui apresentou uma situação diferenciada no que se refere à proporção mais baixa de gasto na compra de animais (13% contra 22-28% nos demais) e mais elevada no item sal e rações (37,5% contra 9-11%). Inclusive em termos absolutos Itaqui tem um gasto por hectare na compra de animais que se assemelha ao de Quaraí, mas investe de cinco a dez vezes mais que os outros em suplementos alimentares. Esse diferencial em Itaqui pode indicar uma tendência no sentido da intensificação da fase de engorda em estabelecimentos pecuaristas de ciclo completo, o que estaria em sintonia com mudanças verificadas entre produtores das áreas litorâneas uruguaias onde aconteceu forte avanço agrícola, como observam Errea et al., (2011), e também entre pecuaristas com áreas acima de 500 ha em sistemas de ciclo completo na região das Missões no Rio Grande do Sul (SILVEIRA, 2018).

Ainda que as informações das Tabela 19 e 20 sejam limitadas na precisão e na abrangência quanto aos estabelecimentos estancieros, consideramos que aportam alguns elementos para refletir acerca de reestruturações geográficas da bovinocultura de corte e diferenciações internas entre pecuaristas. A noção de realocização foi utilizada no caso pampeano argentino para se referir à redistribuição entre províncias mais caracterizadas pelos gados de cria e ciclo completo em áreas de menor fertilidade agrícola, enquanto nas mais aptas verificou-se incremento no rebanho de engorda, por vezes com redução do efetivo (Córdoba) e em outras mantendo o estoque bovino (Buenos Aires) (CAPDEVIELLE, 2016). Consideramos que, embora a distribuição do rebanho de matrizes (conforme Tabela 16) não nos permita inferir que exista realocização de fases da bovinocultura no interior do sudoeste rio-grandense, pelo ponto de vista dos gastos empenhados por pecuaristas são verificáveis alguns traços territoriais distintos que remetem ao grau de intensificação dos sistemas produtivos.

Em áreas menos férteis para agricultura tal como as de Quaraí se verifica gastos geralmente menores por estabelecimento, unidade de área e cabeça bovina, o que está associado com sistemas de criação extensiva cuja estrutura de despesas é majoritariamente vinculada a custos de expansão territorial (arrendamento), remuneração da força de trabalho e aquisição de animais reprodutores. Contudo, nas áreas de maior fertilidade agrícola não temos evidência de que a estrutura de gastos seja significativamente diferente em relação às áreas

menos férteis, ainda que os custos por hectare sejam sutilmente inferiores com arrendamento e superiores com formação de pastagens. Ou seja, aparentemente não há uma tendência consistente no sentido de crescimento do semiconfinamento ou do confinamento em curral, mas sim uma integração entre áreas de lavoura de verão com pastagens de inverno e eventualmente de verão/permanentes especialmente dedicadas à fase de engorda, como se destaca no caso de Dom Pedrito. A possível exceção a essa regra são as áreas mais predominantemente agrícolas e economicamente concentradas da fronteira oeste do estado, especialmente em Itaqui, o único município onde se encontrou maior relevância nas despesas com suplementação em relação a qualquer outro item.

A característica assumida pela média dos estabelecimentos e seus sistemas produtivos não é unívoca conforme os diferentes municípios e configurações fisiogeográficas, pois mesmo entre as localidades com predominância de solos férteis e com forte avanço no cultivo de soja as mudanças não seguem um rumo comum – é o caso de Dom Pedrito e Itaqui, assim como de São Gabriel que observamos anteriormente, cada qual com suas singularidades, ainda que inseridos em um mesmo processo geral de intensificação e expansão agrícola. Na medida em que avançam essas diferenças microrregionais, faz-se premente que sejam produzidas novas pesquisas de campo no acompanhamento regular quanto aos perfis da pecuária de corte, a exemplo da pesquisa interinstitucional realizada em 2004 no Rio Grande do Sul (SEBRAE; SENAR; FARSUL, 2005) ou do monitoramento realizado na Argentina em diferentes regiões pecuárias modeladas de acordo com os sistemas produtivos na publicação Resultados Económicos Ganaderos, elaborada regularmente pelo Ministério de Agricultura, Ganadería y Pesca (MAGyP).

Consideramos que o impulso econômico da lavoura de soja, ao elevar a renda da terra que pode ser apropriada pelos senhores de terras estancieiros, é um fator central para se avaliar tanto as reestruturações geográficas da bovinocultura de corte quanto as diferenciações internas entre pecuaristas. As trajetórias dos estancieiros enquanto sócios do pacto do agronegócio – tanto no sentido do deslocamento de sua posição para a condição de rentistas, quanto no acoplamento ao tornarem-se produtores intensivos – por si só aportam uma das dimensões de análise das diferenciações na bovinocultura no interior da mesorregião, as quais foram até aqui analisadas com base em variáveis produtivas selecionadas (densidade de lotação, concentração da terra e do rebanho, distribuição do efetivo de matrizes, composição e valor das despesas). Pode-se considerar que o avanço da renda capitalizada da terra, embora repercuta na intensificação da pecuária (por exemplo no incremento médio dos gastos por animal/área e no encurtamento da idade de abate), tem nela uma expressão mais variável se comparada à expansão relativamente homogênea das lavouras de soja cujo pacote tecnológico encontra limite nas condições edáficas, basicamente. Ou seja, a própria existência da economia estancieira cujos agentes não são exclusivamente pecuaristas, mas que não necessariamente prescindem dela, vai criar algo como um filtro para transformações heterogêneas tanto no uso da terra como na intensificação da bovinocultura de corte. Adicionalmente, a permanência de um relevante setor pecuarista familiar, sobretudo na proporção dos estabelecimentos, é também um fator que responde de forma diferenciada às oportunidades e vulnerabilidades associadas ao *boom* agrícola – onde trabalhos recentes analisam as maneiras como o setor responde às transformações regionais em termos da oferta de produtos pecuários (MATTE, 2017; MATTE et al., 2020).

Em suma, esse conjunto de inferências sobre a composição das despesas dos estabelecimentos voltados à pecuária agrega-se aos demais indicativos sobre mudanças e permanências nos sistemas de produção na bovinocultura de corte extensiva associados à economia estancieira. Nas seções anteriores analisamos que houve ao mesmo tempo um encolhimento do rebanho bovino e das áreas de campo nativo, em especial nos



estabelecimentos estancieiros acima de 1.000 ha e voltados à pecuária, ao passo em que o incremento nas lavouras de verão ampliava a disponibilidade de pastagens de inverno que são utilizadas principalmente para a fase de engorda, com emergente participação de estabelecimentos em que predomina a renda oriunda da agricultura temporária. Com a redução geral da idade do rebanho bovino estadual, em especial dos machos com mais de 36 meses, um dos efeitos é a maior disponibilidade relativa de forragem para o rebanho da fase de cria. Esse ajuste restritivo no efetivo bovino é frequente tanto em estabelecimentos estancieiros que encolheram para a fase de cria em detrimento do ciclo completo, como também daqueles que mantiveram todas as fases da criação e melhoraram os índices zootécnicos no sentido de aumentar o desfrute e abater o gado em idade mais precoce.

Essas informações, indicativas da aceleração no giro do rebanho e da especialização entre produtores de cria e de engorda, dialogam com as conclusões da presente seção no sentido de elevação geral dos investimentos por estabelecimentos pecuaristas. Observamos que a compra de animais e a suplementação são itens que tiveram elevação na composição geral das despesas de pecuaristas, o que pode indicar a reposição mais frequente do efetivo e certa priorização da genética dos reprodutores bovinos em sistemas produtivos de cria, além de cuidados crescentes com a constância do estado corporal do rebanho mediante suplementos contínuos e/ou em períodos de escassez alimentar. Mas, ao mesmo tempo, os cuidados com a adubação e a correção de acidez dos solos têm perdido participação relativa, do mesmo modo que os gastos relacionados com a formação de pastagens permanentes são pouco frequentes. Os custos com o arrendamento de terras por pecuaristas se elevaram em relação à adubação e correção de solos, o que nos informa que o crescimento extensivo ainda disputa recursos que poderiam ser direcionados para o melhoramento de áreas próprias. De mesmo modo, a oferta de pastagens de inverno em áreas ocupadas por lavouras de verão tem o potencial de contribuir com a produtividade da pecuária de cria mediante ajustes no calendário reprodutivo, mas essa dinâmica não tem sido a mais recorrente segundo pesquisadores da área zootécnica (NESPRO, 2021).

Sendo assim, embora tenha se elevado a frequência e os gastos de estabelecimentos que executam despesas com tecnologias que incrementam o controle sobre as aleatoriedades do processo produtivo, isso não provocou mudanças significativas na composição geral das despesas. Salvo exceções como a de Itaqui, consideramos que permanece em média uma estrutura de gastos característica da pecuária extensiva que enfatiza a expansão em área em detrimento da intensificação da oferta forrageira através do manejo mais recorrente do potencial dos solos e/ou do campo nativo. Ao mesmo tempo, o incremento em cerca de 50% no valor real total das despesas de pecuaristas entre 2006 e 2017 configura um aumento nas disputas pelo lucro e rendas associadas entre os diversos setores desde o fornecimento de insumos até o abate, vide o caso dos suplementos alimentares e dos medicamentos que são realizados por praticamente 100% dos estabelecimentos e representam um mercado milionário na região. Isso representa uma fração de valor crescente que está em disputa entre diferentes elos da cadeia produtiva, tendo em vista que os pecuaristas do sudoeste rio-grandense historicamente apresentaram baixos índices de investimento por unidade de área ou pessoa ocupada em comparação com regiões produtoras no Sudeste e Centro-Oeste do país (MIELITZ NETTO, 1994).

O aumento nas despesas dos pecuaristas em um contexto de incremento na oferta nacional da pecuária de corte instaura disputas mais acirradas pelo lucro e outras rendas, o que impulsiona a sensação de compressão (*squeeze*) frente aos demais setores da cadeia produtiva. Na medida em que esse incremento nos custos ocorre sem que mude significativamente a estrutura de gastos dos pecuaristas em prol da intensificação produtiva na maior parte dos municípios, fica exposta uma limitação tecnológica dos sistemas de produção

no sentido de sua viabilidade diante da esteira rolante tecnológica (VEIGA, 1991). O cenário estrutural de compressão das margens de lucro reverbera no encolhimento de muitos estabelecimentos estancieiros de grande porte em prol de uma estratégia rentista de repasse da terra para lavoureiros, o que nos traz o aspecto central das continuidades históricas da economia estancieira em termos de apropriação de rendas associadas ao controle fundiário monopolista.

Nesse sentido, consideramos que o debate ao esbarrar no termo “intensificação” quanto à produção pecuária, em particular, ou da matriz agropecuária, de modo geral, corre o risco de reificar a noção e negligenciar alguns dos seus significados subjacentes. A categoria pode ser usada desde um caráter genérico de aumento bruto da produção e/ou da exportação agropecuária tal como o fazem as elites dos mercados agropecuários que buscam associar positivamente a categoria “Agro” como sinônimo de brasilidade (GERHARDT, 2021), o que acaba por negligenciar dimensões centrais, a exemplo da desigual distribuição de poder na estrutura agrária (KENNE, 2022), o desenvolvimento humano (ODERICH; WAQUIL, 2019), a multifuncionalidade dos espaços rurais e dos campos nativos do bioma Pampa (OPPLERT et al., 2020) e o caráter dependente no desenvolvimento capitalista do país com traços de superexploração do trabalho e dos recursos naturais (DELGADO, 2012).

A intensificação possui diferentes dimensões e possíveis expressões, sobretudo em atividades mais propícias à heterogeneidade tal como a bovinocultura de corte. Assim sendo, adverte Mielitz Netto (1994), a noção deve ser cotejada com os fatores que sobre ela incidem, sejam eles históricos, geográficos, econômicos, naturais, culturais e etc.. A via de intensificação ligada à mercantilização dos diferentes componentes do sistema produtivo nas teias do capitalismo globalizado se dá preferencialmente por meio da assimilação de pacotes tecnológicos adquiridos externamente ao estabelecimento agropecuário, os quais preveem otimizar a produção e circulação de mercadorias mediante inversões mais elevadas de recurso financeiro. São exemplos disso as rações e outros suplementos para engorda, a inseminação artificial em tempo fixo, as pastagens cultivadas e os fertilizantes químicos utilizados para potencializá-las, por meio das quais se busca aumentar a densidade de animais e prever sua rotatividade em uma mesma área com insumos e processos padronizados. Essa forma de intensificação dos sistemas produtivos costuma ser vista em estabelecimentos que assumem escalas mais elevadas e fluxos mais curtos de rotação da produção (SILVEIRA, 2018). Ainda assim, não se trata de um pacote fechado de industrialização da pecuária, de modo que combinações diversas entre fases e técnicas podem ser registradas (CAPDEVIELLE, 2020).

Esse modelo pode associar agricultura e pecuária em ambientes artificializados com espécies exóticas e insumos externos mediante encadeamentos crescentes com as cadeias fornecedoras de insumos e o comércio atacadista internacional, o que tem levantado sobretudo nas duas últimas décadas uma série de oposições à substituição de campos nativos por outros usos da terra nas áreas pampeanas do Rio Grande do Sul, em um dilema referido como ‘produção *versus* conservação’, ou, simplesmente, ‘dilema do campo natural’. A questão ganhou evidência não somente no extremo sul brasileiro, mas em diferentes países dos continentes americano, europeu, africano e asiático, nos quais pressões de fontes diversas demandam elevação da produtividade e preocupações com a conservação dos ecossistemas (CARVALHO et al., 2009; MOREIRA; OPPLERT; MACIEL, 2018). No caso sul-riograndense já mencionamos anteriormente três momentos de tensão em torno desse dilema: a) a política fundiária e a aferição de produtividade da pecuária extensiva mediante definição de taxas de lotação mínimas, entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000; b) os investimentos de estrangeiros e de empresas nacionais do setor de papel e celulose no contexto de expansão da silvicultura em direção aos países do Cone Sul na década de 2000; c) o *boom* agrícola e forte avanço das lavouras de soja nas décadas de 2000 e 2010.

Esses três recortes históricos do dilema entre substituição e conservação dos campos naturais do RS são atravessados por um eixo comum que se refere à desigualdade fundiária na região e que tem forte relação com as reconfigurações na economia estancieira. Afinal, tanto a resistência política contra a reforma agrária que procura impedir a aferição de produtividade<sup>98</sup> da pecuária extensiva (MIELITZ NETTO, 1994; DA ROS, 2006), quanto o *lobby* contra a regulamentação e fiscalização ambiental que retarda as iniciativas de conservação dos ecossistemas pampeanos (KENNE, 2022) beneficiaram o setor de grandes proprietários de terras aglutinado pela Farsul enquanto entidade máxima do patronato rural e agroindustrial gaúcho. Tais vitórias ruralistas na virada entre as décadas de 1990 e 2000 possibilitaram que a economia estancieira atravessasse um período de estagnação na renda capitalizada da terra e de enfrentamentos políticos consistentes dos movimentos populares de luta pela reforma agrária sem democratizar o controle dos domínios fundiários. As representações patronais orientaram seus esforços no sentido de ampliar a apropriação privada da valoriação patrimonial e da renda fundiária, oscilando oportunamente no espectro do dilema ‘produção versus conservação’. Em certos momentos apresentando-se como comprometidos por uma pecuária sustentável sob baixa lotação nos campos naturais do pampa, e em outros contribuindo ativamente no encolhimento dessa atividade e na supressão de seu suporte campestre nativo.

Diversos estudos no campo das ciências sociais e com a temática da tensão entre produção e conservação nos campos do bioma Pampa verificam os efeitos dos agronegócios de soja e eucaliptos em termos da reduzida e/ou eventual geração de empregos (limitada ao setor dos operadores de máquinas e caminhões de soja ou no intervalado período entre plantio e colheita de eucaliptos), de industrialização (inexistente no caso do papel e celulose e sem qualquer processamento no caso da soja armazenada e transportada in natura) ou na drenagem de recursos em direção a outras regiões e países (BINKOWSKI, 2009; ALBUQUERQUE, 2011; MIGUEL, 2016; HANAUER, 2019; ODERICH, 2020).

No que se refere aos agronegócios envolvendo a bovinocultura de corte, uma parte dessas pesquisas procura evidenciar que a pecuária é heterogênea no sentido de que não é somente conduzida por grandes estabelecimentos, onde se destaca o importante setor pecuarista familiar representativo da maior parte dos estabelecimentos pecuaristas da região. Apontam quais são as vulnerabilidades que os setores mais despossuídos da pecuária familiar têm encontrado diante das transformações em curso, por exemplo o encarecimento da terra e dos insumos, assim como a precária infraestrutura que afasta os e as jovens da opção pela sucessão da atividade conduzida pelos pais (MOREIRA; OPPLERT; MACIEL, 2018).

Alguns estudos reivindicam que a pecuária de corte extensiva não seja criticada por sua baixa tecnicidade e produtividade, pois este seria o motivo pelo qual o setor estaria diante da carência de políticas públicas que permitiriam modificar o manejo dos campos em um sentido de intensificação sustentável – ou mesmo que valorizassem e remunerassem a integridade funcional<sup>99</sup> desses ecossistemas devido aos seus benefícios para a biodiversidade,

---

98 Como bem observa Mielitz Netto (1994, anexo 2) o conceito de aferição da produtividade na bovinocultura de corte não se resume à polêmica em torno de taxas mínimos de lotação dos estabelecimentos agropecuários, as quais são mais propriamente uma medida do patrimônio e não do fluxo de animais ou do ganho de peso por hectare por ano. A combinação de fontes de informação para além do estoque de animais é necessária para avaliar o significado de lotações maiores ou menores em uma mesma área: “Considerar-se-ia assim o estoque de animais, compras e vendas de categorias intermediárias, abates, transportes entre estabelecimentos do mesmo proprietário, nascimentos, mortalidade, etc., havendo a necessidade de todas as informações serem passíveis de comprovação, se possível documentada (notas fiscais, notas de transporte, etc.)” (MIELITZ NETTO, 1994, p. 224).

99 O conceito de “integridade funcional” envolve uma mudança de paradigma em torno da noção de recurso natural, onde este deixa de ser visto como montante a ser usado ou preservado, e passa a ser entendido como recurso que pode ser usado para criar novo recurso, ou seja, promover um enriquecimento dos ecossistemas

os solos, as águas e as populações que deles seguirão dependendo ao longo de gerações (VIANA et al., 2021).

Consideramos que, embora as publicações de Moreira, Opplert e Maciel (2018) e Viana et al. (2021) sumarizam consistentemente uma série de vulnerabilidades do setor pecuarista familiar, assim como revisam atentamente algumas das alternativas técnicas e políticas em prol da intensificação sustentável no uso dos campos naturais do extremo sul brasileiro, suas abordagens são limitadas no que se refere às relações de poder envolvendo a estrutura agrária, a desigualdade fundiária e o rentismo sobre a terra:

“No pampa brasileiro, do ponto de vista político, a pouca atratividade da pecuária extensiva, uma suposta baixa produtividade, e as críticas ambientais chegando do nível global levam à fraqueza da política pública para o campo natural quando se sabe que são nestes momentos de crise que o fator político pode ser muito eficiente e dar força e peso para influenciar até mudar uma dinâmica.” (MOREIRA; OPPLERT; MACIEL, 2018, p. 448-9).

*“Therefore, prioritizing a paradigm of sustainable rangeland socio-ecosystem development means proposing comprehensive and efficient public policy measures with collective awareness and training programs for rural stakeholders that emphasize sustainable rangeland management. This is required even if the environmental importance of rangeland and the role of cattle raising in its conservation, are recognized. If there are no public actions or policies that allow them to be remunerated as guardians of this environment, Pampa biome ranchers will act individually in search of survival; that is, they will take actions seeking short-term success. This lack of support from the State could be crucial for the future of the Brazilian Pampa and locally for stakeholders. It is urgent to neutralize the potential impact of agricultural expansion on biodiversity in the Pampa biome, and public policies could play a fundamental role in this.”* (VIANA et al., 2021, p. 15).

Essas análises denunciam a negligência política com os campos nativos e a baixa prioridade desses ecossistemas nas políticas públicas de conservação ou de produção sustentável que poderiam ter a pecuária como ferramenta produtiva, tal como indicam as experiências exitosas tanto no continente europeu como na China. Essa leitura é adequada sob o ponto de vista das lacunas nas políticas específicas para o campo natural, mas ainda trata dos campos como categoria neutra e desprovida de relações de poder, tanto de classe como na divisão internacional do trabalho. Em nossa visão, este é o aspecto fundamental para compreender as recorrentes derrotas políticas do “paradigma dos campos naturais sustentáveis” no contexto do extremo sul brasileiro e, quiçá, nos países do Cone Sul. Não é de hoje que diferentes atores, até mesmo oriundos da própria economia estancieira, reivindicam modelos de pecuária mais intensivos e baseados em campo nativo, como é o caso da rotação de pastagens divulgada por Joaquim de Assis Brasil (1857-1938) e por seus admiradores como Antônio Saint Pastous de Freitas (1892-1976) e Anacreonte Ávila de Araújo (1898-1976), além das pesquisas do francês André Marcel Voisin (1903-1964) no mesmo período (FONTOURA, 2000).

Para compreender essa negligência política, é preciso, em primeiro lugar, ter em conta o cenário de especialização regressiva na pauta exportadora das economias do Sul de nosso continente, o qual intensifica o caráter dependente e concentrador do seu desenvolvimento capitalista a partir das décadas de 1980-1990 (BERNSTEIN, 2011; DELGADO, 2012). Em segundo lugar, o pacto do agronegócio forjado na virada para o século XXI é uma tendência

---

e de sua capacidade em produzir novos recursos sem sacrificar as suas bases inicialmente existentes (HUBERT; ISON, 2011 *apud* MOREIRA; OPPLERT; MACIEL, 2018).

macroeconômica ativamente produzida no posicionamento externo e no financiamento interno do Estado brasileiro, diante do qual as elites rurais e agroindustriais do Rio Grande do Sul procuraram acoplar-se, incluso as estancieiras (KENNE, 2022). Em terceiro lugar, a propriedade da terra no Sudoeste rio-grandense é historicamente um dos ativos da economia estancieira que é utilizado em suas estratégias de reprodução social enquanto elite agropecuária estadual e regional. Sua apropriação e valorização são defendidas em instâncias políticas próprias ou mediante poder legislativo, poder executivo, articulações com o judiciário, instituições de pesquisa agropecuária, bancos públicos e assim por diante, como evidenciam diversas pesquisas que tratam do ruralismo no Rio Grande do Sul (FREITAS, 1993; DA ROS, 2006; ALBUQUERQUE, 2010; COSTA, 2019; PICCIN, 2021; KENNE, 2022). Este é o cenário geral de capitalismo dependente com inúmeros estímulos para a valorização patrimonial e a renda da terra no qual se encontram os campos naturais meridionais brasileiro.

Nesse sentido, a constatação da fraqueza política em defesa dos campos naturais passa ao largo do reconhecimento da força política e dos interesses econômicos dos setores proprietários da terra onde se encontram os referidos ecossistemas. Em nosso ver, o tratamento da categoria do ‘pecuarista’ enquanto enquadramento funcional genérico dos criadores de animais deixa a desejar no que se refere à inscrição desses agentes numa estrutura agrária e em suas relações de classe. Em termos práticos, o fato de que os estabelecimentos familiares são maioria não significa que sejam hegemônicos. O poder material, político e simbólico que disputa os rumos da utilização dos fundos públicos nos mercados agropecuários regionais é concentrado nos setores que controlam mais de 70% das terras em estabelecimentos com mais de 500 ha, sejam eles uma economia estancieira no pampa gaúcho ou o seu homólogo dos *terratenedores* no Uruguai, em termos de controle fundiário, ou ainda os lavoureiros no Rio Grande do Sul e os grupos agrícolas empresariais internacionais no território vizinho.

Avaliamos que o debate sobre políticas de apoio aos pecuaristas precisa localizar sua posição na estrutura agrária, sob pena de que eventuais investimentos e subsídios públicos para os campos naturais não acabem constituindo-se em nova ferramenta de apropriação pelo setor monopolista da terra, priorizando mais uma vez os grupos que historicamente se beneficiaram de parcelas majoritárias dos fundos públicos na região (ALBUQUERQUE, 2011; CARGNIN, 2014; PICCIN, 2012; KENNE, 2022). O discurso da falta de apoio político ou da carência de políticas públicas para o campo natural, ao partir de uma noção genérica de pecuarista enquanto seu público-alvo, pode negligenciar os fatores econômicos que orientam a negligência com a conservação dos campos nativos. Partimos do entendimento de que não é unicamente a disponibilidade de técnicas de manejo intensivo e sustentável, ou os esforços institucionais em sua difusão, o que determina sua adoção nos estabelecimentos rurais. É o contrário: as relações de produção se transformam tendo como motor fundamental a geração de rentabilidade (CAPDEVIELLE, 2016). Portanto, se existem tecnologias que são desenvolvidas por empresas públicas e privadas de pesquisa agropecuária e ainda não são utilizadas para incrementar a produtividade da bovinocultura (BARCELLOS et al., 2016; NESPRO, 2021), a questão de fundo é que o rentismo dos proprietários de terra estancieiros se associa aos lucros dos empresários agropecuários da soja inseridos no modelo agroexportador, numa combinação que gera bloqueios ou atrasos para que outros modelos tecnicamente superiores sejam adotados em termos de sua integridade funcional nas diferentes dimensões que constituem o mundo rural.

Os desafios em nível concreto para a conservação dos campos naturais e a reprodução social de setores que vendem sua força de trabalho, ou que se inserem nos mercados agropecuários enquanto produtores familiares de mercadorias em pequena escala, passam

pelas reconfigurações da economia estancieira cada vez mais acoplada aos movimentos gerais da economia brasileira em processo de reprimarização e inserida de forma subordinada em um regime alimentar mundial sob forte influência de corporações transnacionais. Em outras palavras, as reconfigurações na economia estancieira ao mesmo tempo em que mantêm uma estrutura fundiária concentrada e um padrão de desenvolvimento regional com baixa distribuição dos resultados econômicos, também constituem conexões crescentes dessa elite proprietária com outros capitais, de modo a engrossar o seu coro por novas rodadas de crédito e subsídios a fim de ativar a produção regional no contexto concorrencial (ALBUQUERQUE, 2011):

“O drama é que a satanização da elite campeira proprietária de terras [e/ou os seus sócios lavoureiros de soja] não resolve o problema social regional, pois os donos dos campos meridionais não se reduzem à forma de propriedade jurídica da terra, envolvendo grandes grupos agroindustriais, industriais, logísticos e comerciais, e ainda investidores com posições no mercado financeiro (bancos e até de fundos de pensão), que são as formas mais acabadas de propriedade privada do capital, e que tampouco podem ser reduzidas à escala da região.” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 78).

É nesse sentido que esta tese propõe análises embasadas na literatura e nos dados produzidos a partir de fontes estatísticas e empíricas ao debate sobre o dilema dos campos naturais, mais especificamente sobre o aspecto da concentração fundiária dentro de um modelo de economia e sociedade do agronegócio que, sob o ponto de vista das relações sociais de produção, se trata de um elemento central no debate acerca de modelos de intensificação sustentável para o bioma Pampa no Rio Grande do Sul. Em outras palavras, chamamos atenção para equacionar o dilema da conservação e da produtividade com o componente histórico e concreto da concentração fundiária e do rentismo na economia estancieira e, em última instância, de seu acoplamento enquanto fração das classes que ativamente reproduzem a condição de capitalismo dependente da economia brasileira na configuração internacional.

## CONCLUSÕES

Esta tese tem como pano de fundo as mediações envolvendo a economia capitalista mundial e as dinâmicas agrárias em um contexto regional periférico no Brasil, entendido como país cuja posição é estruturalmente dependente ou subdesenvolvida na divisão internacional do trabalho (MARINI, 2000; FURTADO, 2005). Ao longo de diferentes coalizões sociais hegemônicas que entrelaçaram os arranjos locais de agentes e recursos com as forças econômicas transnacionais, os estancieiros qualificaram-se, a partir dos séculos XVIII e XIX, como grupo localmente dominante no controle majoritário das terras e nas dinâmicas de ocupação agropecuária das áreas com predomínio de ecossistemas campestres no extremo sul do Brasil. O século XX, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1980, foi um período de ascensão política e econômica nas relações dos estancieiros com as demais elites agrárias do país, onde o grupo teve centralidade em movimentos políticos e político-militares nas disputas de poder regionais e nacionais (PICCIN, 2021).

Mas, a década de 1980 também representou um contexto internacional desafiador para as nações periféricas, onde a crise do endividamento externo nessas economias dependentes acelerou a exportação de excedentes de capital devido aos custos crescentes dos serviços da dívida. As crises cambiais, como a brasileira de 1982, foram uma das expressões de elevação na dependência dos estados nacionais e de limitação no orçamento para suas políticas macroeconômicas desenvolvimentistas (BERNSTEIN, 2011; DELGADO, 2012).

Internamente, a economia brasileira experimentava processos de concentração e centralização do capital na região Sudeste, o que repercutia em demandas crescentes de elites regionais em áreas menos dinâmicas para a acumulação. Estas buscavam atrair para si a redistribuição de recursos controlados nacionalmente pelo Estado, e, para tanto, pressionavam por fundos constitucionais que se materializaram em agências regionais de desenvolvimento e crédito subsidiado via bancos públicos (ALBUQUERQUE, 2011). Portanto, ao mesmo tempo em que a tendência geral em direção ao neoliberalismo ganhava escala global, aglutinavam-se grupos dominantes nos mercados agropecuários do extremo sul brasileiro com reivindicações de maior presença do Estado, os quais visavam controlar recursos públicos sob o rótulo do desenvolvimento regional (CARGNIN, 2014; KENNE, 2022).

A combinação entre movimentos globais e mediações locais produziu novos arranjos nas estruturas de poder e nas dinâmicas agropecuárias no século XXI, onde grupos regionais historicamente dominantes, como os estancieiros do Rio Grande do Sul, tiveram suas posições reconfiguradas diante do novo pacto de economia política do agronegócio que se estabeleceu. No caso específico da mesorregião Sudoeste rio-grandense, a emergência de grupos econômicos voltados à agricultura – envolvendo agentes heterogêneos classificados como empresariais-familiares-patrimoniais-investidores (BÜHLER, 2008), genericamente chamados de “lavoureiros” – provocou recomposições na morfologia do espaço social, sobretudo em suas classes patronais (PICCIN, 2012). Esses agentes se entrelaçaram com os capitais agroindustriais, industriais, logísticos, comerciais e financeiros, em um sentido de diversificação e ampliação da coalização regional hegemônica nas suas conexões nacionais e globais (ALBUQUERQUE, 2011).

Dinâmicas similares foram identificadas no mundo rural uruguaio a partir dos anos 2000, onde as categorias sociais dos “velhos” agricultores viram-se diante de “novas” formas sociais e econômicas (SANTOS; OYHANTÇABAL; NARBONDO, 2012). Estas, representadas sobretudo por empresas de ponta dos agronegócios internacionais de soja, com destaque para os investimentos pioneiros de corporações argentinas, baseiam-se no cálculo

empresarial, atuação em rede, reduzida inversão em capital fixo e alta sensibilidade e flexibilidade para entrar ou sair dos negócios de grãos diante das oscilações nos preços internacionais (BIANCO et al., 2021). Os debates da literatura acerca desse cenário procuraram entender como as diferentes posições sociais na estrutura agrária se acoplaram, deslocaram ou foram excluídas das novas dinâmicas, assim como analisaram a apropriação de capital entre lucro, renda da terra, remuneração do trabalho e tributação (OYHANTÇABAL; SANGUINETTI, 2017).

Uma de suas principais conclusões foi que a desigualdade entre classes na estrutura distributiva de valor foi mantida. Ao longo da ascensão dos agronegócios de soja, após anos 2000, os setores que mais elevaram sua apropriação de valor foram exatamente os proprietários de terras, seguidos dos empresários agrícolas mais capitalizados (OYHANTÇABAL; SANGUINETTI, 2017). Foi verificada uma reorganização na estrutura de posições e classes agrárias na medida em que a elevação da renda auferida pelo monopólio do título fundiário fez com que os donos de terras reconvertissem suas trajetórias. A maioria dos médios e grandes proprietários não se integrou às novas dinâmicas empresariais agrícolas mediante produção por conta própria. Porém, isso não os excluiu ou proletarizou, de modo que tornaram-se objetivamente sócios das grandes empresas agrícolas através da categoria de rentistas ou de prestadores de serviços (*contratistas*) (BIANCO et al., 2021).

Isso remete a outro debate transversal no que tange às mediações entre tendências internacionais, tal como a corrida global por terras (FLEXOR; LEITE, 2017), diante de contextos locais, a exemplo das áreas campestres brasileiras e uruguaias. Em um contexto de hegemonia das finanças, os capitais que buscam mundialmente por remunerações em torno da taxa média de lucro encontram localmente grupos dominantes que lutam para seguir fazendo parte de coalizões hegemônicas (ALBUQUERQUE, 2011). Portanto, os novos investimentos realizados em países do Cone Sul, por meio de capitais transnacionais dos setores de papel e celulose (LERRER; WILKINSON, 2016), frigoríficos (BENETTI, 2010) e grãos (SANTOS; OYHANTÇABAL; NARBONDO, 2012; ESCHER; WILKINSON, 2019), disputam posições em diferentes elos da cadeia produtiva e, eventualmente, adentram em espaços de acumulação historicamente deixados sob controle de atores tradicionais, tal como as terras (WILKINSON, 2017).

Assim, as movimentações internacionais nos mercados agropecuários também envolveram em diferentes aspectos os estancieiros no Sudoeste rio-grandense, isto é, o grupo de grandes proprietários de terras enfocados nesta tese. A literatura observa que, historicamente, enquanto fração de classe dominante, esses agentes combinam variadas estratégias e recursos, objetivos e simbólicos, para manter ou melhorar sua influência política e suas condições de acumulação econômica, mesmo diante de mudanças agrárias e macroeconômicas (PICCIN, 2021).

A fim de caracterizar os diferentes movimentos de inserção desse patronato rural nos pactos sociais hegemônicos, a presente tese caracteriza os arranjos de capitais articulados, de lucros e rendas extraídos, e dos fundos públicos mobilizados. Em outras palavras, a tese faz uma análise do que há de velho e de novo em torno da complexidade envolvida nas mediações entre uma posição agrária regionalmente dominante, frente a frente com o novo pacto de economia política no contexto neoliberal mundial, no qual se reforça a inserção brasileira como exportadora de itens primários (DELGADO, 2012).

Essas dinâmicas condicionaram diferentes fases da economia estancieira em uma série de rupturas e continuidades durante os séculos XX e XXI. A definição de temporalidades do objeto de estudo partiu de um balanço teórico para referenciar uma análise de longa duração, o que responde ao primeiro objetivo específico da tese. Metodologicamente, na medida em que são sintetizados os principais elementos que constituem as formas de acumulação em



determinado período, estes componentes são dialeticamente acionados como balizas para a análise de rupturas e continuidades em cenários subsequentes.

Assim, a tese contribui para objetivar três recortes temporais no que se refere aos ajustes nos arranjos de economia e política estancieira: a) 1940-1985: período de ascensão dos estancieiros, na esteira de políticas desenvolvimentistas no Brasil enquanto economia periférica no capitalismo mundial; b) 1985-1996: período de descenso dos estancieiros, em um cenário de abertura comercial e redução do ritmo de expansão capitalista da agricultura no país; c) 1997-2022: período de reposicionamento dos estancieiros, nos contextos de comércio exterior brasileiro em reprimarização e de elevação internacional dos preços de commodities e terras.

Essa classificação é um esforço aproximativo dos principais cenários transitórios da economia estancieira nas últimas décadas. Sua construção deriva do objeto de estudo em diálogo com dados secundários de pesquisa agropecuária, bibliografia especializada e trabalho de campo com entrevistas e observação direta. Sendo assim, o primeiro capítulo revisa a literatura e caracteriza os principais recursos e estratégias político-econômicas que caracterizaram um padrão de acumulação entre as décadas de 1940-1980. Este combinava os cálculos e estratégias estancieiros em torno do monopólio fundiário, renda da terra, pecuária bovina e ovina, poder político e simbólico, exploração da mais valia absoluta, frigoríficos, recursos públicos e conjuntura internacional.

Os três capítulos seguintes são dedicados a analisar as reconfigurações nesse arranjo de economia política que se sucedem a partir da década de 1980. Sua construção é baseada na premissa de que os padrões de acumulação na economia estancieira se transformam ao longo do tempo, sendo que a bovinocultura de corte e os estancieiros não são sinônimos absolutos e imutáveis no que se refere às estratégias econômicas no uso dos patrimônios fundiários desses grandes proprietários do Sudoeste rio-grandense.

Nesse sentido, o segundo capítulo enfatiza as estratégias econômicas envolvendo as terras, enquanto o terceiro e o quarto se debruçam sobre os mercados pecuários e as heterogeneidades internas envolvendo os estancieiros e seus recursos econômicos aplicados na agropecuária. Trata-se de uma análise que correlaciona o problema central da tese, isto é: quais são as rupturas e continuidades na histórica vinculação entre economia estancieira e exploração pecuária extensiva? Respondendo a essa questão, a principal hipótese argumentada ao longo dos capítulos indica que a acumulação econômica estancieira se reconfigura durante as décadas de 1980 e 1990, de modo que a propriedade da terra e a bovinocultura de corte gradativamente assumem novas feições.

A aparente caída em desuso de termos como “estância” e “estancieiros” é aqui problematizada para além de seu sentido enquanto palavras descritivas de um tipo de estabelecimento rural que gradualmente perde espaço para os cultivos de soja. Em um panorama histórico e analítico mais amplo, a “economia estancieira” é acionada como categoria analítica intermediária, que faz conexões do geral ao particular, envolvendo as reconfigurações na propriedade fundiária, renda da terra, sistemas produtivos em bovinocultura de corte, controle da cadeia produtiva de carne vermelha, assim como as novas posições e oposições sociais que se apresentam no Sudoeste rio-grandense nas dinâmicas de apropriação da renda fundiária e do lucro, na pecuária e na agricultura.

Em outros termos, existe de fato uma tendência de redução do efetivo bovino detido pelos estabelecimentos acima de 500 ou 1.000 hectares no grupo de atividade econômica com renda bruta predominantemente oriunda da pecuária, isto é, as típicas estâncias com criação extensiva de gado em ciclo completo. Se o analista considerar que a economia estancieira basicamente significa gado, logo, concluirá que se trata de um grupo em franca decadência e decomposição. Por outro lado, se o problema é analisado sob a ótica das estratégias e recursos

de um grupo social que seguem se atualizando em contextos renovados, independentemente das oscilações no grau de controle direto sobre a atividade agropecuária, a atenção se voltará para as reconfigurações nas suas dinâmicas de reprodução política e acumulação econômica, o que inclui rupturas e continuidades nas mediações com processos transversais às diferentes posições e classes na estrutura agrária.

Portanto, é na forma de objetivar a reprodução em longo prazo dos estancieiros, enquanto problema de pesquisa, que se encontra a principal conclusão e contribuição que esta tese pretende aportar aos debates. Isto é, na perspectiva de análise das mudanças agrárias no Sudoeste rio-grandense, de modo particular, e nas articulações de um grupo dominante regional com os pactos agropecuários nacionais, de um modo mais amplo.

Retomando as principais perguntas da tese sumarizadas no capítulo introdutório, são apresentadas na sequência as conclusões e possíveis caminhos interpretativos para as quatro questões norteadoras.

1) Em que consistia o arranjo de economia e política estancieiro, entre 1940-1985, em termos de capitais possuídos, rendas e lucros auferidos, relações de produção na pecuária de corte, cálculo econômico sobre o efetivo pecuário, graus de controle sobre a cadeia produtiva e apropriação de fundos públicos?

Em traços gerais, o sistema criatório estancieiro era baseado na criação em ciclo completo, com retenção do gado bovino em períodos longos, em pastoreio extensivo combinado com ovinos, onde os custos por unidade de área eram baixos em parâmetros nacionais (MIELITZ NETTO, 1994), e operavam com máxima supressão das despesas monetárias com a força de trabalho (PICCIN, 2012). Além disso, tinha como ponto de partida o controle monopolista da terra (BENETTI, 1994), embora isso não deva ser confundido com a inexistência de pecuaristas em escalas menores (MIELITZ NETTO, 1994), inclusive as frações que receberam posteriormente reconhecimento pelas categoria de agricultura/pecuária familiar (RIBEIRO, 2009).

Este sistema dependia de uma série de mediações com recursos públicos. Um dos seus fundamentos foi a criação do Instituto Sul Riograndense de Carnes (ISRC), em 1934, que funcionava mediante controle de uma parte importante do setor de processamento e distribuição da carne vermelha por cooperativas de estancieiros com apoio de instrumentos logísticos e comerciais. Esse sistema de controle estancieiro da oferta de carnes também operava com recursos federais, tal como a disponibilidade de crédito público da política agrícola, compras institucionais (contratos com Exército, Marinha, Aeronáutica e outros órgãos) e formação de estoques através de Empréstimos do Governo Federal (EGF), isto é, na estocagem privada de carne como garantia de repasses financeiros aos frigoríficos (PICCIN, 2014).

Esse posicionamento à jusante na cadeia produtiva da bovinocultura de corte acontecia em meio a uma tendência em longo prazo de valorização internacional da lã e da carne bovina (VIANA, 2012; PICCIN, 2012). O sistema criatório e as cooperativas possibilitavam que os estancieiros combinassem rendas da pecuária com relativo controle sobre o mercado interno, em um contexto de crescimento da massa salarial nacional, ainda que a concorrência com as áreas produtoras do Sudeste e Centro-Oeste estivesse no horizonte (MIELITZ NETTO, 1994). Ao mesmo tempo, o crescimento extensivo das lavouras e do arrendamento, pela via da política agrícola, possibilitava a esse patronato a apropriação de montantes crescentes de renda da terra, mediante cessão em arrendamento das suas áreas de várzea, com melhoria da infraestrutura de irrigação em suas terras (BESKOW, 1986).

Essas diferentes fontes de ingresso se combinavam e subsidiavam a perpetuação de um grupo social que elevava seu padrão de consumo, poder político, prestígio e distinções sociais (PICCIN, 2021). O processo era acompanhado de relevante influência sobre a política

estadual, com importante papel da Farsul enquanto representação de interesses nascida de seu meio, que se expandiu ao longo do século como entidade máxima do patronato rural e da agroindústria no estado (PICCIN, 2012; COSTA, 2019).

Entre meados das década de 1980 e 1990, esse padrão de acumulação estancieiro é testado por um cenário restritivo para as economias de capitalismo dependente, onde alguns de seus componentes enfrentam reveses. No Brasil, a crise do endividamento externo provoca redução dos subsídios à agricultura, e, por consequência, na renda da terra apropriada por estancieiros mediante arrendamentos agrícolas (BENETTI, 1997). Ao mesmo tempo, o descontrole inflacionário da década de 1980 resulta em medidas governamentais de controle dos preços da carne bovina que prejudicam as estratégias especulativas estancieiras (MIELITZ NETTO, 1994).

Nesse contexto, são registradas falências de cooperativas e frigoríficos controlados por estancieiros, na medida em que procuravam repassar aos criadores preços superiores aos tabelados no varejo (PICCIN, 2012). Adicionalmente, em 1990, a crise internacional no mercado da lã afeta uma das fontes relevantes de receita desses pecuaristas (VIANA, 2012). A estagnação nos mercados agropecuários e a queda nos preços médios das terras brasileiras (DELGADO, 2012) ocorreram lado a lado com os acúmulos dos movimentos sociais na reabertura do regime político, dos quais resultaram pressões crescentes por reforma agrária e novos rumos na democratização e diversificação da economia regional (DA ROS, 2006; KENNE, 2022).

2) Sob que condições se dá, nos anos 2000, o avanço dos lavoureiros, dos cultivos de soja e dos investimentos nacionais e estrangeiros em silvicultura, sobre uma região de ocupação agropecuária antiga, isto é, uma fronteira agrícola que já tinha donos estancieiros no papel?

A partir da segunda metade da década de 1990 uma série de estímulos locais e internacionais influenciou na retomada da demanda e expectativa de renda com terras no Sudoeste rio-grandense, sendo este um dos fatores centrais para o reposicionamento estancieiro nos mercados agropecuários e para a reconfiguração no seu padrão de acumulação. Destaca-se: a) retomada gradual de preços internacionais de commodities, desde 1994 (MELO, 1999), b) instrumentos de política agrícola favoráveis às exportações primárias e semi elaboradas, tal como a isenção de ICMS via Lei Kandir de 1996 (MELO, 1999); c) liberação de cultivos transgênicos de soja em 1998 e volumes crescentes de crédito aportados via Plano Safra desde então (PIZZATO, 2013); d) incremento na demanda de áreas com aptidão agrícola por empresas nacionais e estrangeiras do setor de papel e celulose na década de 2000 (LERRER; WILKINSON, 2016).

Nesse panorama, as lavouras temporárias de soja foram a atividade que avançou mais consistentemente na substituição de áreas campestres por cultivos agrícolas, seguindo uma tendência das áreas pampeanas argentinas e uruguaias (CAPDEVIELLE, 2016; BIANCO et al., 2021). Seu padrão de crescimento extensivo no Sudoeste rio-grandense partiu de 112.000 ha em 1997 e atingiu 845.192 ha em 2021 (IBGE/PAM, 2023). Seguiu principalmente as áreas com aptidão agrícola para a lavoura de sequeiro, chamadas de coxilhas, mas também se acoplou em rodízios “ping-pong arroz/soja” com a lavoura arrozeira irrigada, em patamares que chegam a 50% das várzeas sistematizadas no RS na safra 2021/22 (IRGA, 2022; MARTIN et al., 2022).

A expansão sojícola na metade sul do estado encontrou um território com oferta relativamente elevada de terras com média aptidão agrícola para o cultivo de grãos, localizadas em distâncias comparativamente curtas em relação às unidades de processamento ou para exportação in natura no porto de Rio Grande (FNP, 2010). Seu avanço sobre ecossistemas campestres foi politicamente mediado pela Farsul, com intervenções na

secretaria estadual de meio ambiente e na assembleia legislativa, no sentido de flexibilizar a obtenção de licenciamento e “autolicensing” no uso de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal em áreas de pecuária, além de facilitação para a supressão e reconversão da vegetação natural do pampa em lavouras, assim como a pulverização de agrotóxicos em áreas de Unidades de Conservação de uso sustentável (KENNE, 2022).

Por sua vez, a expansão do setor de celulose e papel por meio da silvicultura não teve avanços tão consistentes quanto a soja no Sudoeste rio-grandense, alcançando cerca de 86 mil hectares no ano de 2021, de acordo com o MapBiomass (2022c). Por um lado, havia interesse dos proprietários de terras no arrendamento ou venda de imóveis para empresas do setor, assim como na valorização fundiária por consequência do interesse de novos agentes pelas terras da região. Além disso, uma série de estímulos do governo estadual e flexibilizações legislativas para o zoneamento ambiental atuavam favoravelmente para a expansão dos investimentos empresariais no setor (BARCELOS, 2012).

Porém, os investimentos estrangeiros em terras compunham uma das principais frentes de expansão da atividade e encontraram negativas dos órgãos fundiários (Incra) para registro dos imóveis adquiridos ou em vias de aquisição (LERRER; WILKINSON, 2016), além de críticas ao seu modelo de “desertos verdes” elaboradas por movimentos sociais, ONGs, pesquisadores (as) e órgãos como o Ministério Público no RS (ROCHA et al., 2020). As empresas do setor de celulose não concluíram os planos de expansão da área cultivada com eucaliptos e de construção de plantas industriais para produção de celulose no Sudoeste do RS, deslocando-se em maior medida para a região Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul) e Norte (Maranhão e Piauí) (FNP, 2010).

Nesse sentido, tanto as expectativas agrícolas quanto as silvícolas representaram elevação da renda capitalizada da terra para a economia estancieira. Porém, os lavoureiros e o cultivo de soja se acoplaram mais facilmente na posse agrícola das terras do Sudoeste rio-grandense diante do agregado de interesses patronais, das disputas mais gerais entre os diferentes capitais na agricultura brasileira e das pressões da sociedade civil. As articulações necessárias para alavancar a produção agrícola de soja não dependiam centralmente dos investimentos estrangeiros diretos em terras, como no caso da silvicultura, de modo que assumiram um papel mais central nas mudanças agrárias observadas no Sudoeste rio-grandense.

No que se refere à estrutura fundiária, os dados produzidos a partir de estatísticas oficiais do IBGE indicam que a terra se concentrou ligeiramente no período entre 2006 e 2017, seguindo a tendência nacional (HOFFMANN, 2020). Essa conclusão contraria o jargão da “reforma agrária familiar”, pelo qual proprietários de terras, corretores de negócios rurais e representantes de órgãos públicos, entrevistados no trabalho de campo, argumentam que a sucessiva fragmentação de grandes imóveis entre herdeiros das famílias proprietárias estaria promovendo uma democratização fundiária.

Ao mesmo tempo, vale atentar para algumas variações envolvendo a condição legal dos empresários agropecuários em relação às terras. O aumento na proporção dos cultivos realizados em terras próprias, assim como o incremento dos arrendamentos realizados por proprietários, são analisados enquanto gradual mudança na concepção clássica sobre a economia arroseira do Rio Grande do Sul, isto é, onde os estancieiros detinham o conjunto das terras que eram arrendadas aos lavoureiros (BESKOW, 1986).

Em termos práticos, na década de 2010 os níveis relativos da presença de arrendatários (sem áreas próprias) não retornam aos percentuais observados na década de 1970. Embora a superfície agrícola em 2017 tenha superado largamente a registrada em 1975, isso não significou uma expansão tão considerável no quantitativo dos estabelecimentos de arrendatários. Embora haja menos estabelecimentos de arrendatários do que havia em 1975, a

área por eles ocupada atualmente é proporcionalmente maior do que no início da série. No entanto, o incremento em ‘terras arrendadas’ no conjunto das categorias de ‘condição do produtor’ foi mais intenso do que o avanço dessa categoria somente entre os produtores especificamente arrendatários. Ou seja, o avanço se explica sobretudo pelo incremento de áreas arrendadas por proprietários, que passou de 7,1% para 11,5% do total de áreas recenseadas pelos Censos Agropecuários do IBGE no Sudoeste rio-grandense.

O que o trabalho de campo traz como demonstração dessas tendências é que os lavoureiros, geralmente oriundos de outras partes do Rio Grande do Sul, foram gradualmente adquirindo áreas e tornando-se proprietários de terras ao longo do período analisado, combinando terras próprias e arrendadas de terceiros. O grupo de atividade econômica ‘lavoura temporária’, nos censos do IBGE, é o que arrenda a maior proporção de áreas na mesorregião, seguido pelos estabelecimentos pecuaristas. Os estancieiros também podem arrendar áreas para além de seus imóveis, seja em campos nativos de menor fertilidade ou em pastagens cultivadas no inverno a fim de sustentar o estoque bovino, ou, em menor frequência, quando tornaram-se agricultores e expandem suas áreas de soja e/ou arroz.

Para compreender o avanço das terras próprias dos lavoureiros, foi necessário entender quais são as situações pelas quais as terras de grandes proprietários pecuaristas são postas à venda. A intenção de alienar terras por parte de estancieiros aparece mais como uma situação de exceção do que regra, associada a processos de endividamento, partilha familiar de bens ou realocização/reconcentração do estabelecimento. A manutenção do patrimônio é especialmente válida para proprietários e herdeiros de áreas cobiçadas para arrendamentos, tendo em vista que a expectativa de rendas recorrentes sobre os imóveis é de grande valia para a manutenção não somente do consumo de itens básicos, mas dos bens e do estilo de vida que garantem status social diferenciado, distinções de classe e poder político.

As fontes censitárias e empíricas a que tivemos acesso não nos permitem estabelecer com precisão qual é a porcentagem das terras que estão sob controle estancieiro. Algumas aproximações foram construídas sob a ótica dos grupos de atividade econômica classificados pelo IBGE, considerando que frações majoritárias dos estancieiros estariam representadas nos dados dos estabelecimentos acima de 500 ha e 1.000 ha, com receita predominantemente oriunda da ‘Pecuária e criação de outros animais’.

Essa medida incorre em imprecisão tendo em vista que uma parcela desse grupo social foi capaz de internalizar a lavoura como atividade predominante dos seus estabelecimentos. De todo modo, as conclusões desta tese sobre as reconfigurações nos padrões de acumulação econômica por estancieiros, com novas feições para a bovinocultura e o patrimônio fundiário, nos indicam que a propriedade e, sobretudo, a renda da terra, assumem um papel ainda mais importante a partir dos anos 2000.

3) Como os processos de liberalização de mercados agrícolas e alimentares, o reposicionamento externo do Brasil no mercado de carne vermelha, a concentração da indústria frigorífica nacional, assim como as contradições sociais e ambientais na produção de carnes, impactaram a economia estancieira em termos de sua participação na cadeia produtiva da bovinocultura de corte brasileira, desde a fase de criação até o abate e a distribuição?

A bovinocultura de corte foi gradualmente assumindo novas feições para os estancieiros, na medida em estes se defrontavam com as tendências liberalizantes e concentradoras na cadeia produtiva da carne bovina brasileira, sem promover mudanças fundamentais nos sistemas produtivos. A conjuntura envolveu: a) falência das cooperativas e frigoríficos de estancieiros no contexto inflacionário entre as décadas de 1980 e 1990, lado a lado com a manutenção do sistema criatório (BENETTI, 1997; PICCIN, 2012); b) elevação na proporção total, na escala dos estabelecimentos e na tecnificação da bovinocultura de corte em outras áreas do país, sobretudo no Centro-Oeste a partir da década de 1990 (NEHMI

FILHO, 2005a; IBGE, 2019); c) novos arranjos entre Estado e empresariado nacional nos anos 2000, formando e/ou expandindo multinacionais brasileiras, evitando a desnacionalização de alguns setores e incrementando a capacidade exportadora, com estímulos para grandes empresas internacionalizadas no setor de abate e processamento bovino (SANTOS, 2015).

No padrão de acumulação vigente até a década de 1980, a criação pecuária de corte nas estâncias dependia em boa medida das cooperativas e frigoríficos enquanto ferramentas institucionais de controle sobre o preço e a oferta de carne no mercado interno (BENETTI, 1994). Além disso, as rendas, lucros e fundos públicos apropriados pela economia estancieira, entre 1940-1985, combinavam as compras governamentais, as rendas auferidas com o arrendamento, as vendas de lã ovina, a capacidade em manter ou ampliar o estoque de terras, assim como os reduzidos pagamentos monetários à força de trabalho (PICCIN, 2021).

Diante do cenário de instabilidades nesse arranjo, entre as décadas de 1980 e 1990, os estancieiros não promoveram ajustes imediatos no sentido de atualização dos sistemas de produção para se adequar ao novo cenário concorrencial e crescentemente voltado ao mercado externo. Ao invés disso, a estratégia política e econômica orientou-se para a manutenção do patrimônio fundiário e a disputa pela apropriação de fundos públicos voltados ao desenvolvimento regional. Sendo assim, o enfrentamento direto à política agrária do Incra e aos movimentos sociais de luta por terra constituiu-se em estratégia central dos grandes proprietários de terras que, via Farsul, procuraram formar uma frente ampla junto dos arrendatários, parceiros, agroindústrias e outros setores, no sentido de aglutiná-los pela categoria de “produtores rurais” na oposição à reforma agrária (DA ROS, 2006).

Ao mesmo tempo, articulações patronais com as políticas do Ministério da Integração Nacional garantiram o acesso a crédito público subsidiado do BNDES, via BRDE e outras instituições bancárias, especialmente em contratos assinados entre 1996 e 1998, tanto para produtores endividados quanto para infraestruturas de armazenagem, beneficiamento e distribuição nos setores de carne e grãos (ALBUQUERQUE; AUED, 2008; CARGNIN, 2014). Esses estímulos creditícios subsidiados ao setor primário tiveram larga continuidade na década seguinte, com a crescente mobilização de recursos via Plano Safra (SOUSA et al., 2020). Propostas concorrentes sobre o desenvolvimento e a diversificação da economia regional foram habilmente cooptadas no sentido de monopolizar recursos do BNDES e do governo estadual para o financiamento das preexistentes cadeias produtivas agrícola e pecuária, sob controle dos setores regionais estancieiros e lavoureiros, ou seja, uma reestruturação das atividades econômicas em benefício dos proprietários de capitais agrários, financeiros e industriais (KENNE, 2022).

Ao final da década de 2000, ganharam proporção internacional algumas contradições envolvendo a expansão horizontal da pecuária de corte em direção a territórios amazônicos e de cerrado, com destaque para o desmatamento. Os episódios que ficaram conhecidos como “moratória da soja”, em 2006, e “moratória da pecuária”, em 2009, repercutiram em acordos entre organizações denunciadoras, tal como o Greenpeace, e as maiores empresas de frigoríficos do Brasil na época: Marfrig, Minerva, JBS e Bertin. A abertura de processos no Ministério Público Federal desencadeou um Termo de Ajustamento de Conduta, a fim de que as indústrias fiscalizassem o desmatamento em sua cadeia de fornecimento de gado (GIBBS et al., 2015). Diante disso, organizações patronais, junto de outros representantes empresariais da cadeia produtiva de carne vermelha do Brasil, investiram internacionalmente nos debates globais sobre pecuária sustentável para qualificar como “verde” a produção nacional do boi baseada em “capim”, a exemplo da Mesa-Redonda Global da Carne Bovina Sustentável,

constituída em 2014, assim como nas conferências climáticas da COP21 realizada em Paris no ano de 2015<sup>100</sup>.

O sistema produtivo bovino baseado em pasto, sobretudo em campos naturais isentos do desmatamento, acabou se tornando um diferencial de sustentabilidade nos debates corporativos da cadeia produtiva de carne. Desse modo, o contexto internacional repercutiu indiretamente em uma requalificação do sistema criatório estancieiro, dado o seu caráter extensivo sobre coberturas campestres do bioma Pampa. Até a virada entre as décadas de 1990 e 2000, uma série de críticas aos estancieiros e à pecuária de corte partiam de setores variados da sociedade e referiam-se sobretudo às desigualdades econômicas e fundiárias, à produtividade na pecuária de corte, à especialização primária da matriz produtiva regional e à baixa oferta de empregos no Sudoeste rio-grandense (ALONSO; BENETTI; BANDEIRA, 1994; DA ROS, 2006; ROCHA, 2011; PICCIN, 2012, entre outros).

Mas, autores como Mielitz Netto (2009) questionam se, desde então, alguns caracteres do atraso estariam sendo ressignificados como uma vantagem competitiva, onde os debates sobre a pecuária em campo natural começam a indagar sobre a relevância de outros papéis produtivos e ecológicos cumpridos por essa atividade nas áreas pampeanas. Do ponto de vista desta tese, no que se refere aos padrões de acumulação da economia estancieira, tendo em conta a valorização fundiária e o papel central da renda da terra, consideramos que os campos nativos se tornam uma espécie de novo ativo verde que lastreia a perpetuação do sistema criatório extensivo das estâncias, no sentido de aliviar as pressões por reforma agrária.

O caso da certificação de propriedades, por meio de instituições como a Alianza del Pastizal, traz um indicativo de que a adesão de grandes proprietários rurais a um selo ambiental em suas terras é mais recorrente do que mudanças na administração produtiva de seus recursos ecossistêmicos – a fim de alterar o sistema criatório e participar regularmente com a oferta de bois gordos em um programa de carne certificada –, ou na tomada de iniciativa para mobilizar politicamente a cadeia produtiva na formação de acordos mercadológicos mais adequados aos seus sistemas produtivos na fase de cria (COLLARES, 2022).

Note-se que, tais afirmações não querem dizer que os campos naturais manejados por populações locais de trabalhadores e pecuaristas familiares não tenham uma série de contribuições ecológicas, culturais e socioeconômicas, sobretudo nos territórios nos quais grupos relevantes de famílias vivem da pecuária no Rio Grande do Sul e nos países vizinhos (OPPLERT et al., 2020). Inclusive, entendendo-os como sujeitos legítimos em suas demandas e direitos, com históricas dificuldades para se fazerem ouvir nas disputas por fundos públicos, como parte dos grupos historicamente marginalizados nas áreas rurais da região sul do estado, a fim de enfrentar vulnerabilidades socioeconômicas, além de alcançar maior bem estar e perspectivas sucessórias na atividade (WAQUIL et al., 2016).

Nesta tese, o que pretendemos destacar são as mediações da economia estancieira com fenômenos de escala local e internacional, de modo que a ambientalização dos debates agrários pode se adequar às estratégias de grupos proprietários de terras que procurem conservar seu poder em meio aos novos arranjos sociais hegemônicos. A tese sugere que o aspecto central das articulações patronais via Farsul é a conservação da propriedade da terra e não dos campos nativos, o que é exemplificado em três posicionamentos distintos da instituição, eventualmente a favor ou contra os debates ambientalistas, a depender do cenário de expansão da renda capitalizada da terra: a) contrária à política fundiária e à aferição de produtividade da pecuária, entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000 (DA ROS, 2006); b) favorável aos investimentos em terras por estrangeiros e empresas nacionais do setor de papel e celulose no contexto de expansão da silvicultura em direção aos países do

---

100 *Como nasceu o GTPS*. Disponível em: <https://gtps.org.br/historia/#capa> Acesso em: 24 abr. 2023.

Cone Sul na década de 2000 (BARCELOS, 2012); c) favorável ao *boom* agrícola e ao forte avanço das lavouras de soja nas décadas de 2000 e 2010 (KENNE, 2022).

4) Quais são as rupturas e continuidades que a bovinocultura de corte passa a ter para a economia estancieira em um contexto de forte elevação da renda fundiária e de reposicionamento externo brasileiro no mercado de carne vermelha a partir dos anos 2000?

Durante as décadas de 2000 e 2010, são gradualmente observadas algumas alterações e continuidades na bovinocultura de corte do Sudoeste rio-grandense no que se refere ao sistema criatório estancieiro. Os custos com o arrendamento de terras por pecuaristas se elevaram em relação à adubação e correção de solos, o que nos informa que o crescimento extensivo ainda disputa recursos que poderiam ser direcionados para o melhoramento de áreas próprias. Ou seja, a base extensiva e a estrutura de custos, com prioridade para o aumento das terras utilizadas na produção, se mantiveram como alicerces desses pecuaristas. Essa abordagem denota caracteres de continuidade na medida em que prioriza a extensividade ao invés da intensividade.

Embora tenha se elevado a frequência e os gastos de estabelecimentos que executam despesas com tecnologias que incrementam o controle sobre as aleatoriedades do processo produtivo, isso não provocou mudanças significativas na composição geral das despesas. Salvo exceções como a do município de Itaqui, consideramos que permanece, em média, uma estrutura de gastos característica da pecuária extensiva. Esta enfatiza a expansão de área em detrimento da intensificação da oferta forrageira, o que poderia ocorrer através do manejo mais recorrente do potencial dos solos e/ou do campo nativo.

O aumento nas despesas dos pecuaristas em um contexto de incremento na oferta nacional da pecuária de corte instaura disputas mais acirradas pelo lucro. Isso impulsiona a sensação de compressão (*squeeze*) frente aos demais setores da cadeia produtiva, que aparece frequentemente nos discursos desses pecuaristas na forma de uma lamentação: o pecuarista “não bota preço” na venda do seu gado. Este é um sintoma da generalização e liberalização das relações concorrenciais de mercado no contexto do regime alimentar corporativo, onde o processo de especialização produtiva primária voltado à exportação em países subdesenvolvidos se faz sentir pelo aprofundamento da mercantilização em diferentes tipos de produtores e regiões (BERNSTEIN, 2011).

Na medida em que esse incremento nos custos ocorre sem que mude significativamente a estrutura de gastos dos pecuaristas em prol da intensificação produtiva, na maior parte dos municípios analisados, fica exposta uma limitação tecnológica dos sistemas de produção no sentido de sua viabilidade diante da esteira rolante tecnológica (VEIGA, 1991). O cenário estrutural de compressão das margens de lucro repercute no encolhimento de muitos estabelecimentos estancieiros de grande porte, em prol de uma estratégia rentista de repasse da terra para lavoureiros. Isso nos traz o aspecto central das continuidades históricas da economia estancieira em termos de apropriação de rendas associadas ao controle fundiário como forma de manter um padrão de acumulação garantidor de distinções sociais e poder. Em outras palavras, as mudanças de escala e fases de produção, observadas em inúmeras estâncias do sudoeste rio-grandense, refletem rupturas produtivas que permitem continuidades patrimoniais na posição de classe de seus proprietários.

Ao mesmo tempo, alguns elementos de intensificação são registrados e indicam mudanças graduais no aparato produtivo. Os estancieiros que operavam sistemas criatórios em ciclo completo frequentemente especializaram-se nas fases de cria ou cria/recria, ou então adotaram aperfeiçoamentos a fim de reduzir a idade de abate dos bovinos engordados no próprio estabelecimento. Lado a lado com essa retração dos estancieiros rumo às fases de cria/recria, tendo como ponto de partida anterior o ciclo completo, constatou-se que o rebanho



estadual foi reduzido ao longo desse período, assim como as categorias de bovinos machos com idade mais avançada (NESPRO, 2023).

Na medida em que especializam-se os criadores e os terminadores de bovinos, observa-se um fluxo mais acelerado de animais, pois a retenção das reses em períodos prolongados somente fazia sentido em um sistema criatório estancieiro com larga disponibilidade de terras e ferramentas de controle da oferta e dos preços, em um mercado com pouca concorrência. Com o aumento de alternativas para incrementar a rentabilidade do patrimônio fundiário através do arrendamento, o cálculo de manter estoques bovinos com idades avançadas deixa de ser a estratégia mais rentável na pecuária.

A fase de engorda em pastagens de inverno tornou-se a etapa mais dinâmica da criação no Sudoeste rio-grandense, um fato deveras singular, tendo em vista que esse período do ano historicamente representava perdas aos estancieiros devido à baixa oferta de pasto nativo e ao precário manejo de recursos campestres/alimentares para compensar a restrição forrageira (MIELITZ NETTO, 1994). Isso provocou uma mudança na sazonalidade da safra bovina gaúcha, que historicamente acontecia ao final do verão e início do outono, sendo transferida para o final do inverno e início da primavera (VARELLA; CARDOSO, 2014).

Tal dinâmica possui forte relação com o avanço dos cultivos de soja, na medida em que os lavoureiros buscam diversificar as atividades sobre as terras na entressafra do inverno, onde a engorda bovina é uma das atividades que pode ser realizada tanto por esses produtores agrícolas quanto por estancieiros. A transição observada na bovinocultura e em sua época de safra aconteceu na medida em que a oferta de pastagens de inverno se incrementava enquanto cultivo selecionado pelos lavoureiros de soja para as temporadas de frio. O reposicionamento externo brasileiro nos mercados de soja e de carnes fez-se verificar, na escala de mesorregião, em uma transição na qual a combinação mais recorrente de uso das áreas de lavoura temporária de verão é com pastagens de inverno para pecuária, e não mais com a cultura do trigo, tal como acontecia na década de 1970.

A tese também analisa variações internas desse processo de acordo com municípios do Sudoeste rio-grandense. Pelo ponto de vista dos gastos empenhados por pecuaristas, são verificáveis alguns traços territoriais distintos que remetem ao grau de intensificação dos sistemas produtivos. Em áreas menos férteis para agricultura, tal como Quaraí, se verifica gastos geralmente menores por estabelecimento, unidade de área e cabeça bovina, o que está associado com sistemas de criação extensiva cuja estrutura de despesas é majoritariamente vinculada a custos de expansão territorial (arrendamento), remuneração da força de trabalho e aquisição de animais reprodutores.

Contudo, mesmo nas áreas de maior fertilidade agrícola, não há evidência de que a estrutura de gastos seja significativamente diferente em relação às áreas menos férteis, ainda que os custos por hectare sejam sutilmente inferiores com o arrendamento e superiores com a formação de pastagens. Ou seja, aparentemente não há uma tendência consistente no sentido de crescimento do semiconfinamento ou do confinamento em curral, mas, sim, uma integração entre áreas de lavoura de verão com pastagens de inverno, e, eventualmente, pastos de verão/permanentes dedicadas à fase de engorda, como se destaca no caso de Dom Pedrito. A possível exceção a essa regra são as áreas mais predominantemente agrícolas e economicamente concentradas da fronteira oeste do estado, especialmente em Itaqui, o único município onde se encontrou maior relevância nas despesas com suplementação em relação a qualquer outro item.

Para fins de síntese do novo posicionamento estancieiro nos mercados agropecuários, do ponto de vista da cadeia produtiva de carne bovina, observa-se na década de 1990 a perda de controle sobre o elo industrial e a crescente dependência do elo à montante de medicamentos e insumos a fim de manter competitividade na produção de carneiros para

recria/engorda ou de reses para abate. Some-se a concorrência nacional no mercado de carnes, devido à crescente oferta, escala e tecnificação de criadores do Sudeste, Centro-Oeste e Norte do país. A redução de rebanho total controlado por estancieiros é um dos sinais da perda de relevância na cadeia produtiva, na medida em que determinados produtores reduzem sua participação nesse mercado conforme se especializam em uma fase da criação bovina, não mais tendo controle sobre o estoque bovino em todas as categorias.

Isso implica em menos controle sobre a ciclicidade do processo produtivo, pois os pecuaristas devem atender a temporalidades e sazonalidades mais acuradas para a idade de abate dos animais e o peso de engorda para a venda de carneiros, diferentemente de quando tinham todas as categorias animais e inclusive os frigoríficos, de modo que poderiam reter o efetivo a espera de melhores preços. Isso significa que, em termos das formas de distribuição dos recursos explorados do trabalho e das dinâmicas de acumulação do capital dentre as classes sociais, os estancieiros perdem posições na apropriação do lucro conforme se inserem em relações mais competitivas no interior de um processo, a um só tempo local, de reconfiguração nas posições sociais, e mais transfronteiriço, de concentração e centralização do capital.

No aspecto do patrimônio fundiário e da produção primária, observa-se, desde o início do século XX, a emergência e consolidação de agricultores arrendatários, não descendentes de estancieiros, que progressivamente se tornam proprietários e pecuaristas em diferentes fases da produção, especialmente na terminação ou recria/engorda e, eventualmente, no ciclo completo. Nesse sentido, o monopólio fundiário e a fatia da produção agropecuária dos estancieiros vai se dividindo com outros grupos que compõem a burguesia agrária. Esse processo se inicia com a produção arrozeira, na década de 1910, ganha novo impulso com a produção tritícola, na década de 1940, e sojícola, em 1970, consolidando-se nos últimos 20 anos com o boom agrícola nos agronegócios de soja.

No aspecto da disputa pelos fundos públicos, é notável que a representação patronal rural no Rio Grande do Sul busca fundir interesses de estancieiros e de outros proprietários e empresários agropecuários e agroindustriais por meio de instituições como a Farsul. Autores como Albuquerque (2011) e Kenne (2022) aportam conceitos mais abrangentes a fim de qualificar essa burguesia ou elite agropecuária, dentro da qual os estancieiros se inserem na reivindicação de recursos públicos, qualificando-os nos termos de “elites campeiras” e “grupos dominantes nos mercados agropecuários”, respectivamente.

Portanto, a expansão das áreas com soja produziu efeitos estruturais sobre a bovinocultura de corte do Sudoeste rio-grandense, onde se destaca a especialização entre criadores e invernadores, a atualização da época de safra do boi gordo, assim como a utilização mais recorrente de pastagens de inverno. Por outro lado, segue como tendência dominante, entre estancieiros, a criação extensiva com baixa prioridade na melhoria das forragens nativas, onde a estrutura de despesas continua enfocando a expansão de área em detrimento de uma intensificação que seria possível tanto em modelos com espécies exóticas quanto nativas.

No entanto, os estancieiros são uma categoria heterogênea e, por isso, não se deve concluir que há um processo idêntico entre esses agentes no sentido de um encolhimento na cadeia produtiva da pecuária bovina de corte e/ou no controle fundiário. Diversificaram-se os comportamentos patrimoniais e produtivos dos grandes proprietários de terras aptas para agricultura, na medida em que podem desativar totalmente a produção pecuária e rumar para uma categoria de rentistas, assim como podem combinar o arrendamento e uma estratégia de criação extensiva de baixo investimento, onde se aproveitam tanto da renda da terra quanto da oferta de pastagens de inverno formada pelos arrendatários.

No que se refere às terras, temos pelo menos três situações de diferenciação patrimonial/produziva: a) venda total ou parcial (por dívida, partilha/ganho de capital ou realocação), b) arrendamento total ou parcial (em prol de um fluxo de renda satisfatório e/ou da obtenção de pastagem cultivada), c) manutenção do patrimônio com investimentos produtivos (campos melhorados/perenes, agricultura e pastagens cultivadas por conta própria).

No que se refere à bovinocultura de corte temos outras três situações de diferenciação patrimonial/produziva, para além da desativação da produção: a) especialização na fase de cria ou cria/recria, com decorrente encolhimento do rebanho devido à redução de área disponível, devido ao fracionamento ou cessão em arrendamento de partes da propriedade; b) intensificação no sistema de ciclo completo, devido à combinação da criação extensiva com áreas cultivadas com pastagem de inverno (formadas pelo arrendatário na entressafra ou preparadas por conta própria) e melhorias nos campos nativos/perenes; c) intensificação no sistema de ciclo completo, pela migração para métodos de integração lavoura-pecuária conduzidos por conta própria.

A tese analisa uma série de afinidades e oposições sociais entre os chamados “pecuaristas” e os “pecuaristas-lavoureiros” (ANDREATTA, 2009), ou, simplesmente, entre estancieiros e lavoureiros. Por um lado, a disponibilidade decrescente das áreas de campo nativo é um fator que limita o sistema criatório extensivo, de modo que os grupos especializados em lavoura e pecuária tendem a se confrontar na competição por áreas (MOREIRA, 2019). Porém, vendo além das divergências, uma leitura mais atenta às diferenças de classe dos diversos pecuaristas vai perceber que as frações estancieiras têm, em maior grau, se tornado sócias dos lavoureiros de soja. Grandes proprietários podem se beneficiar largamente do arrendamento ou da valorização de seus ativos fundiários, seja pela possibilidade de manter sob baixa rentabilidade a atividade pecuarista conduzida por conta própria, ou pela capitalização com a venda de terras em prol da quitação de endividamentos, ou ainda pela possibilidade de ter uma vida considerada confortável por meio do rentismo.

As oposições sociais que emergem no cenário de ampliação dos agronegócios de soja se fazem ouvir por agentes cujas estratégias econômicas dependam do campo nativo e da pecuária extensiva, tendo em vista os crescentes custos da locação de áreas campestres enquanto limite para manutenção desse sistema criatório. Mas, sob o ponto de vista do rentismo, não há necessariamente conflito entre as partes (lavoureiros e estancieiros), na medida em que o arrendamento constitui uma fonte de receita que se agrega às dinâmicas de reprodução econômica e política de proprietários de terras. Essas afinidades são ilustradas pelas estratégias da entidade representativa dos patrões e agroindústrias rurais (Farsul), a qual se dedica em abarcar desde pecuaristas familiares até grandes corporações do agronegócio (KENNE, 2022), ocultando as diferenças de escala e de classe na apropriação do lucro e da renda da terra.

Nesse sentido, os pecuaristas familiares encontram-se em uma posição que indica ambiguidades. Por um lado, possuem menor superfície de área total e frequentemente as áreas em posse desse grupo se encontram em terrenos de baixa aptidão agrícola. Se, até certo ponto, os pecuaristas em menor escala podem se beneficiar da crescente demanda por terneiros para engorda pelos lavoureiros, ao mesmo tempo, serão os mais ameaçados pela limitação de área disponível, caso desejem adquirir ou arrendar mais campos, especialmente os de melhor qualidade. Por outro lado, tendo em conta que, oficialmente, sua categoria inclui estabelecimentos com até 300 ha, algumas frações pecuaristas familiares, possuidoras de terras aptas para agricultura, podem desfrutar de recursos elevados do arrendamento, o que também os coloca como potenciais beneficiários do rentismo, em sociedade com os agronegócios de soja.

Em termos analíticos, a elucidação desses processos justifica uma lente teórica atenta à estrutura agrária e às relações sociais de produção, exploração e acumulação. Nesse sentido, as dinâmicas agrárias de acoplamento e deslocamento (SANTOS; OYHANTÇABAL; NARBONDO, 2012) são as que se fazem mais presentes na inserção da economia estancieira no contexto do pacto do agronegócio a partir dos anos 2000.

Os estancieiros podem contar com o patrimônio fundiário como recurso para acoplar-se ou deslocar-se enquanto fração dos grupos dominantes no interior dos mercados agropecuários. Portanto, pecuaristas com bovinos criados em campo nativo não necessariamente estão em oposição ao rápido avanço da sojicultura, como é sugerido nas várias combinações possíveis em sistemas produtivos de um mesmo estabelecimento agropecuário ou em unidades distintas. Do ponto de vista do padrão de acumulação na economia estancieira, pode-se combinar o rentismo e a condição de patrão, isto é, renda da terra e lucro. Portanto, ter em conta as relações de produção e os pactos de poder é fundamental para compreender as mudanças agrárias e os usos das terras e de seus recursos ecossistêmicos.

Por sua vez, os pecuaristas familiares, os pecuaristas arrendatários em pequena escala e os trabalhadores rurais, veem-se em situações mais ambíguas a depender do patrimônio fundiário por eles detido. Estarão tão mais próximos das situações de vulnerabilidade e exclusão social na medida em que possuem menos recursos econômicos, considerando sua estrutural carência de instrumentos contundentes para intervenção nas políticas de Estado. Diante de uma coalizão política que prioriza o setor patronal e exportador, a literatura indica que a categoria dos pecuaristas familiares não recebe um nível de estímulo adequado em relação à potencialidade que possui a fim de abastecer os mercados locais de proteína animal, tanto de bovinos como de ovinos e caprinos (MATTE, 2017).

Portanto, as argumentações desta tese indicam que a condição de concentração da pecuária mesorregional em um grupo estancieiro que se nutre em grande medida da renda da terra, em um mercado fundiário carente de regulamentação eficaz, tem como consequência um desestímulo tanto para incrementos produtivos na pecuária de corte quanto para investimentos na exploração sustentável dos campos nativos e na democratização do acesso à terra em prol das classes historicamente excluídas ou marginalizadas desse recurso. Se aos estancieiros é lícito e viável oscilar entre o rentismo e uma pecuária patronal extensiva e tecnologicamente estagnada, existe um limite na própria estrutura fundiária para que sejam possíveis maiores avanços, sejam eles em direção à intensificação no sentido estritamente econômico, ou de ganhos mais sistêmicos envolvendo a multifuncionalidade do mundo rural sob áreas campestres.

Em suma, sem pretensões de fazer uma análise exaustiva de todos os caracteres que compõem os recursos e as estratégias estancieiras, esta tese analisa com maior atenção as novas articulações econômicas e políticas desses agentes sociais com o chamado pacto de economia política do agronegócio dos anos 2000, para determinar o que ganham e o que perdem em termos de controle fundiário, do rebanho bovino, da cadeia produtiva da carne vermelha e dos fundos públicos direcionados para a agropecuária. Além de sumarizar as principais rearticulações políticas desse patronato rural, o trabalho analisa algumas diferenciações entre estancieiros, bem como as convergências e distâncias com outras posições na estrutura agrária.

Conclui-se que, no entrelaçamento de agentes no contexto nacional de pacto do agronegócio, a partir dos anos 2000, os estancieiros ficaram mais expostos às relações concorrenciais na bovinocultura de corte em escala local e nacional, mas, ao mesmo tempo, elevaram a receita potencialmente apropriada com a renda da terra. Esta expectativa de rentabilidade avança no Sudoeste rio-grandense em sintonia com a aptidão das terras para a

lavoura temporária. Enquanto isso, seu avanço na pecuária de corte não é tão unívoco quanto na agricultura, de modo que se observam heterogeneidades produtivas e diferenciações patrimoniais entre estancieiros. Sua posição foi deslocada na cadeia produtiva do gado de corte em termos da perda de controle sobre o elo industrial da carne vermelha e da menor relevância na posse do estoque bovino. No entanto, a conservação do patrimônio fundiário segue como recurso fundamental para o acoplamento desse setor social enquanto fração dos grupos dominantes no interior dos mercados agropecuários sul-rio-grandenses e das disputas nacionais pela apropriação de fundos públicos.

Para finalizar, seguem algumas considerações sobre limitações desta pesquisa de tese, assim como temas e questões que ficam em aberto para investigações futuras.

Em primeiro lugar, esta pesquisa tem um caráter mais macrosocial na análise dos dados, com ênfase em informações censitárias e de pesquisa agropecuária, de modo que cabem algumas considerações sobre sua abrangência. Ainda que a combinação entre fontes empíricas, secundárias e bibliográficas tenha sido de enorme utilidade para determinar ritmos e tendências na evolução das relações sociais de produção, dos sistemas de produção em bovinocultura de corte, assim como nas posições e oposições sociais emergentes, reiteramos a necessidade de pesquisas regionalizadas a fim de caracterizar os processos de maneira mais aprofundada.

Embora possamos observar processos gerais de intensificação e de encolhimento do rebanho, assim como redesenho das proporções de rebanho entre alguns municípios e grupos de atividade econômica, há de se reconhecer que variáveis isoladas não explicam o conjunto das mudanças que se expressam na pecuária em contextos locais: não apenas o arrendamento, a lavoura, a concentração e a aptidão dos campos/solos explicaram isoladamente os fenômenos sob análise. Nesse sentido, procuramos fazer uso de fontes combinadas entre literatura, estatísticas oficiais e observação empírica, dialogando com realidades agrárias semelhantes, a fim de construir as análises. Percebemos que até mesmo entre áreas similares, em termos edafoclimáticos, existem diferenças nos dados de rebanho, de modo que conclusões apressadas sobre os sistemas de produção de acordo com as dinâmicas de avanço da lavoura, ou de permanência da pecuária, podem simplificar heterogeneidades regionais importantes. Portanto, será fundamental que mais pesquisas locais e de acompanhamento prolongado dos sistemas de produção venham a complementar a análise dos fenômenos em questão.

Outro aspecto sobre o qual cabe avançar se refere à determinação exata das dinâmicas envolvendo a estrutura fundiária e a sua reconfiguração entre estancieiros e lavoureiros. Procuramos subsidiar esse debate com o uso extenso das fontes censitárias e empíricas, em diálogo com outros trabalhos que também buscaram definir os caracteres centrais dos estabelecimentos pecuaristas patronais em grandes propriedades do RS. Os dados a que tivemos acesso não nos permitem estabelecer com precisão qual é a porcentagem das terras e da bovinocultura que atualmente estão sob controle estancieiro, inclusive porque uma parcela desse grupo social foi capaz de internalizar a lavoura como atividade dos seus estabelecimentos. Portanto, justificam-se novos investimentos de trabalho de campo, em entrevistas com proprietários e negociadores de imóveis, assim como em outras fontes de dados, tal como o cadastro de imóveis rurais do Incra ou mesmo os cartórios municipais de registro de imóveis.

Ainda sobre a variabilidade dos dados produzidos sobre a economia estancieira, no que se refere ao mapeamento de suas trajetórias sociais, sistemas de produção e territórios pecuaristas, seria válido indagar mais agentes em mais localidades, em investimentos futuros de pesquisa. Desse modo, outras reconversões seriam mapeadas, tal como as de falência por endividamento, arrendamento de todo o imóvel rural em propriedades com mais de 1.000 ha,

reconversões exitosas de estancieiros em direção à lavoura em larga escala, além de outras combinações de sistemas produtivos como a recria isolada e as cabanhas de gado reprodutor, e ainda outras possibilidades que esta pesquisa não identificou ou não teve fôlego para analisar.

Outro aspecto que ficou além dos esforços aplicados nesta tese, e que envolve de maneira fundamental as formas de acumulação na economia estancieira, é o estudo sistemático e aprofundado das trajetórias das cooperativas, dos frigoríficos e dos aparatos logísticos e comerciais controlados por estancieiros no período entre 1934 e 1990, enquanto existiu o Instituto Sul Riograndense de Carnes (ISRC), e, inclusive, após o encerramento de suas atividades. Um levantamento de informações em arquivos públicos e entrevistas com dirigentes poderia auxiliar em uma compreensão mais detalhada dos mecanismos institucionais operados pela economia estancieira no contexto do sistema de demanda efetiva para a agropecuária brasileira (DELGADO, 2012), na combinação entre políticas setoriais, em nível federal, e um instituto orientado para produtos, na esfera estadual.

Por meio do ISRC, a partir de 1947, os estancieiros alçavam voos mais longínquos, tal como na regulação do comércio de carnes na capital federal, Rio de Janeiro, além de outras capitais estaduais, como Recife. Estavam sob seu controle as inspetorias para fiscalizar a qualidade do charque que desembarcava nessas cidades, além de terem a posse de meios de transporte terrestres e marítimos próprios a fim de abastecer esses mercados, a exemplo do seu primeiro navio, chamado Sinuelo (DALMAZO, 1992).

Seria de enorme importância uma análise extensa sobre as relações dos estancieiros com outros ofertantes de carnes no mercado interno, envolvendo os capitais estrangeiros e as políticas de formação de frigoríficos nacionais. Até onde sabemos, está por fazer um estudo que ponha em diálogo os estancieiros com os invernistas e os açougueiros de São Paulo, pesquisados por Mamigonian (1974), na ascensão de grupos empresariais nacionais no setor de carnes (Bordon, Casa de Carnes Mineira – que se tornaria a JBS, entre outros), em paralelo à decadência dos estrangeiros (Swift, Armour e Wilson), a partir da década de 1950.

Por fim, mas não menos importante, esta tese também acena para a importância de análises mais amplas acerca do mercado de trabalho rural no Rio Grande do Sul, no contexto de ascensão dos agronegócios de soja e de reconfiguração na economia estancieira. Por ora, a análise incidiu sobre as despesas de pecuaristas com força de trabalho, assim como em entrevistas com patrões, trabalhadores rurais e outros agentes, além dos diálogos com a literatura. Estas fontes foram utilizadas para discutir as lamentações do setor patronal quanto ao “apagão” de trabalhadores na pecuária bovina de corte. A tese trouxe elementos para qualificar a análise em torno das reconfigurações na economia estancieira envolvendo o recrutamento de empregados temporários e permanentes, onde as dificuldades relatadas pelos patrões para contratar pessoas dispostas a receber valores próximos ao piso salarial estadual são próprias das tensões de classe envolvendo o descenso social estancieiro. Estas questões devem ser cotejadas com um cenário de perda de competitividade nos salários pagos pelos pecuaristas em comparação a outros setores econômicos, além do reconhecimento judicial de direitos e cidadania em prol dos trabalhadores, bem como nas alternativas ocupacionais e migrações regionais que se apresentam ao seu grupo social.

Uma análise das condições salariais, dos postos de trabalho e das dinâmicas de trabalho permanente e temporário na bovinocultura de corte do Sudoeste rio-grandense se justifica também pela escassez de estudos neste tema. Um dos caminhos possíveis seria analisar as informações sobre mercado de trabalho no Sudoeste rio-grandense a partir dos Censos Agropecuários (1970 a 2017), no que se refere aos dados de estabelecimentos e pessoal ocupado no mercado de trabalho formal, lado a lado com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) que possui dados declaratórios dos patrões desde 1985.

A análise dessas fontes permitiria produzir dados sobre os postos de trabalho, os salários, o perfil dos trabalhadores e os empregos permanentes e temporários, que seriam fundamentais para dialogar com pesquisas baseadas em entrevistas e dados etnográficos. Essas referências poderiam ser cruzadas com a evolução de indicadores agropecuários, tal como a expansão da produção, da produtividade, das exportações e dos preços de cereais e carnes produzidos na região. Nesse sentido, esta seria mais uma possibilidade para dialogar com estudos sobre as mudanças agrárias nos países do Cone Sul, onde Villulla, Fernández e Capdevielle (2019) têm discutido a relação entre as colheitas recordistas de grãos na Argentina com a precarização nas condições de reprodução social dos peões campeiros e dos tratoristas das lavouras.

Portanto, consideramos que desde um olhar teórico para as dinâmicas de classe, a temática geral da economia estancieira tem ainda fôlego para um enorme esforço de indagações e pesquisas no âmbito das transformações políticas, agrárias e, mais além, das configurações de economia e sociedade das áreas campestres do Rio Grande do Sul.

## REFERÊNCIAS

- ACCURSO, Cláudio F. (Org.) **Uma avaliação da economia gaúcha no período 1960-1985**. Vol. 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.
- ACCURSO, Cláudio F. **Estudo macroeconômico de uma região**: Estado do Rio Grande do Sul, 1939-55. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2005.
- AGUINAGA, Antônio José Queirolo. **Caracterização de sistemas de produção de bovinos de corte na região da Campanha do estado do Rio Grande do Sul**. 2010. 150 p. Tese (Doutorado em Zootecnia) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- AIN. Agência IBGE Notícias. **10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave**. Publicado em 17 set. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave> Acesso em: 18 ago. 2023.
- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. A produção da miséria na metade sul gaúcha a partir da apropriação privada dos fundos públicos. **Sociedade e Território**, Natal, v. 23, n. 2, p. 55-81, jul./dez. 2011.
- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de; AUED, Idaletto Malvezzi. A atuação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) nos campos meridionais brasileiros. **Ensaio FEE**, v. 29, n. 2, pp. 329-354, 2008.
- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de; AUED, Idaletto Malvezzi. O mito do atraso das elites pampeanas gaúchas. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 32 p. 93-112, dez., 2007.
- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **Os donos da terra e do crédito público nos campos meridionais brasileiros** (o uso dos fundos públicos do BRDE pela elite campeira do pampa gaúcho e dos campos gerais paranaenses). 238 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- ALMEIDA, André Koutchin de; MICHELS, Ido Luiz. O Brasil e a economia-mundo: o caso da carne bovina. **Ensaio FEE**, v. 33, n. 1, 2012.
- ALONSO, José Antônio Fialho; BENETTI, Maria Domingues; BANDEIRA, Pedro Silveira. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul**: causas e perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994.
- AMARAL, Isabela Scelzi. As peculiaridades do ganho de capital na venda do imóvel rural. **Migalhas**, abr. 2022. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/363989/as-peculiaridades-do-ganho-de-capital-na-venda-do-imovel-rural> Acesso em: 18 ago. 2023.



AMEGHINO, Eduardo Azcuy; DOUGNAC, Gabriela Martínez. Producción agrícola, estructura socioeconómica y acción colectiva em la pampa húmeda argentina (1991 – 2010). **Revista Alasru**. Análisis Latinoamericano del Medio Rural, n. 7, p. 157-207, 2011.

ANDREATTA, Tanice. **Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul**: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas. 2009. 241 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ARBELETCHÉ, Pedro; GUTIÉRREZ, Gonzalo. Crecimiento de la agricultura en Uruguay: exclusión social o integración económica en redes. **Pampa** (Santa Fe), n. 6, p. 113-138, 2010.

BANDEIRA, Pedro Silveira. As raízes históricas do declínio da região sul. In: ALONSO, José Antônio Fialho; BENETTI, Maria Domingues; BANDEIRA, Pedro Silveira. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul**: causas e perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994. p. 07-48.

BARBOSA, Flavia Felix. (Sub)desenvolvimento e Dependência: uma abordagem teórico-histórica. **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, UFSM v. 30, e9, 2018, p. 01-11. DOI: 10.5902/2178908834259

BARCELLOS, Júlio et al. Observatório da bovinocultura de corte: uma agenda analítica para a pecuária do Sul. In: Jornada do Núcleo de Estudos em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva, 2015, Porto Alegre. **Fronteiras do conhecimento frente a um ambiente de transição na pecuária de corte: anais**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

BARCELLOS, Júlio O. J.; WAGNER, Rodrigo S.; BATISTA, Givanildo B.; ZAGO, Daniele; QUEIROZ FILHO, Luiz A.; TIMM, Luiz C. Os sistemas de produção de bovinos de corte no Bioma Pampa: ajustes e tendências para garantir a competitividade regional. **Revista Campo Nativo & Pastagens**, n. 2, v. 4, p. 44-50, dez. 2021.

BARCELLOS, Júlio Otávio Jardim; SUÑE, Yara Bento Pereira; SEMMELMANN, Cláudio Eduard Neves; GRECELLÉ, Roberto Andrade; COSTA, Eduardo Castro da; MONTANHOLI, Yuri Regis; CHRISTOFARI, Luciana. A bovinocultura de corte frente a agriculturização no sul do Brasil. In: XI Ciclo de Atualização em Medicina Veterinária - CAMEV. 2004, Lages-SC. **Anais...** Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Julio-Barcellos/> Acesso em: 06 mar. 2022.

BARCELLOS, Sérgio Botton; PRATES, Camila Dalagnese; ALT, Júlio Picon. O Projeto Fosfato Três Estradas no esteio dos conflitos ambientais no Pampa Gaúcho. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 41, n. 1, jan./jun. 2021. p. 25-43

BARCELOS, Márcio. Processos sociais, construções discursivas e “imagens de política pública” na construção da política de silvicultura no Rio Grande do Sul, 2004-2009. **Plural**, v. 19, n. 2, p. 83-112, 2012.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a Pesquisa de Campo**: produzir e analisar dados de campo. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENETTI, Maria Domingues. Agropecuária na região sul do Rio Grande do Sul – 1970-90. In: ALONSO, José Antônio Fialho et al. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994, p. 94-172.

BENETTI, Maria Domingues. O agronegócio gaúcho entre os anos 1980 e 2008. In: FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **Três décadas de economia gaúcha**, v. 2, p. 59-92, 2010.

BENETTI, Maria Domingues. Rio Grande do Sul: estratégias empresariais nos agronegócios, no período pós 1990, e questões emergentes. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 25, n. 3, p. 169-198, 1997.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BERNSTEIN, Henry. Soberania alimentar: uma perspectiva cética. **Sociologias**, v. 17, p. 276-336, 2015.

BESKOW, Paulo Roberto. **O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1986.

BEZZI, Meri Loudes; GERARDI, Lucia Helena. São Borja: Transformações no espaço agropecuário: o processo de despecuarização. **Geografia**, v. 12, n. 23, p. 47-63, abr. 1987.

BIANCO, Mariela; DÍAZ, Ismael; CHIAPPE, Marta; NARBONDO, Ignacio; RUSSI, Erik. Dinâmicas de la expansión agrícola en territorios uruguayos. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 6, n. 12, jul./dez. 2021.  
<http://id.caicyt.gov.ar/ark:/s25251635/wlxx1qodu>

BINKOWSKI, Patrícia. **Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na "metade sul" do Rio Grande do Sul**. 2009. 212 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BORNHOLDT, Luciano. Negociações desiguais: resistência na relação entre trabalhadores rurais e criadores de gado no Sul do Brasil. **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, set./dez. 2010, p. 513-526

BÓS, Antônio; SEABRA, Fernando. Avaliação do setor agrícola do Rio Grande do Sul 1960-1985. In: ACCURSO, Cláudio F. (Org.) **Uma avaliação da economia gaúcha no período 1960-1985**. Vol. 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Tradução de Guilherme J. de F. Teixeira. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRISOLA, Marlon V.; MONTEIRO, Maicon G. Evolução da pecuária no Brasil. In: VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; GASQUES, José Garcia (Org.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: Cem anos do Censo Agropecuário**. Brasília: IPEA/IBGE, 2020.

BRITO, Andréia Nunes Sá. **Entre o corredor e a estância**: dinâmicas sociais e produtivas na APA do Rio Ibirapuitã. 2010. 160 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2010.

BRITO, Andréia Nunes Sá. **Transformações socioespaciais nos campos do bioma Pampa RS/Brasil**. 2022. 212 p. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2022.

BUAINAIN, Antônio M.; SANTOS, Mariane C. dos. A influência do cenário macroeconômico da bovinocultura de corte brasileira. In: XI Jornada NESPRO, Porto Alegre, 2016. **Anais...** p. 9-25, 2016.

BÜHLER, Eve Anne. Formas de producción agrícola en Río Grande do Sul: propuesta de criterios múltiples de caracterización y aplicación a la actividad arrocera. **Ensaio FEE**, v. 29, n. 2, p. 409-444, 2008.

BÜHLER, Eve Anne; GUIBERT, Martine; OLIVEIRA, Valter Lúcio de. (Org.) **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização**: abordagens a partir da América do Sul [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp. 151-170.  
<https://doi.org/10.7476/9786557250044>

CAPDEVIELLE, Bruno. La ganadería en tiempos agrícolas: estancamiento, competencia por el uso de la tierra y cambios productivos. **Documentos de Trabajo del Centro Interdisciplinario de Estudios Agrarios**, v. 11, p. 103-127, 2016.

CAPDEVIELLE, Bruno. Transformaciones en la ganadería vacuna Argentina y la cuestión agraria actual, ¿ qué culpa tiene la vaca? **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, n. 53, p. 24-49, jul./dez 2020.

CARDÍN, Romina; ZAVALETA, Maria E. de; SACCO, Eva. **Ganadería y carne vacuna**. Informes de cadenas de valor, v. 6, n. 59, dez. 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARGNIN, Antonio Paulo. Duas décadas de políticas para o desenvolvimento da metade sul do Rio Grande do Sul. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 2, p. 53-76, 2014.

CARGNIN, Antonio Paulo. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**: vestígios, marcas e repercussões territoriais. 2011. 317f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. Editora Todavia SA, 2018.

CARVALHO, Paulo César de F. et al. Lotação animal em pastagens naturais: políticas, pesquisas, preservação e produtividade. In: PILLAR, V. de. P. et al. (Ed.) **Campos Sulinos**: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009.

CARVALHO, Thiago Bernardino; ZEN, Sérgio. A cadeia de Pecuária de Corte no Brasil: evolução e tendências. **Revista iPecege**, v. 3, n. 1, p. 85-99, 2017.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão; SAUER, Sérgio. Marcos legais e a liberação para investimento estrangeiro em terras no Brasil. In: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges. **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. pp. 39-51

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. 2009. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2009.

COLLARES, Bruno Bervig. **O perfil dos produtores associados à Alianza del Pastizal e o programa de carne certificada como incentivo à conservação ambiental**. 2022. 106p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2022.

CORRÊA, Domingos S. **Fusões e aquisições nos segmentos carne bovina, óleo de soja e sucroalcooleiro (1992-2010)**. 2012. 232p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, Felipe Ferrari da. **Ação Política e Representação de Interesses do Patronato Rural Gaúcho: uma análise da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (1988-2000)**. 2019. 271 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CUNHA, Maria Galdina Salles. **Expansão da agricultura em uma área de pecuária extensiva: o exemplo de Santa Margarida, Município de São Gabriel-RS**. 1978. 128 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

DA ROS, César Augusto. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. 2006. 477 f. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

DA ROS, César Augusto. O movimento "vistoria zero" e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, v. 11, n. 22, p. 232-278, 2009.

DALMAZO, Renato Antonio. **Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul, 1940-74**. Teses FEE, n. 16, dez. 1992.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**. Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Nelson Giordano. Breves indicações acerca do contexto internacional do sistema agroalimentar 1998. In: BENETTI, Maria D. **Agribusiness: projeto RS-2010**. Porto Alegre: SCP, 1998.

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, Nelson Giordano. (Org.) **Brasil rural em debate**. Brasília: Condraf, 2010. pp. 28-78

DESOUZART, Osler. O Consumo per Capita das Principais Carnes no Brasil. Atualização a 2021. **Suinocultura industrial**, jun. 2022. Disponível em: <https://www.suinoculturaindustrial.com.br/imprensa/o-consumo-per-capita-das-principais-carnes-no-brasil-atualizacao-a-2021/20220601-085523-f905> Acesso em: 18 ago. 2023.

DIAS-FILHO, Moacyr Bernardino. Produção de bovinos a pasto na fronteira agrícola. **Documentos**, Embrapa Amazônia Oriental, Belém-PA, n. 368, ago. 2010.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ERREA, Eduardo; PEYROU, Juan; SECCO, Joaquín; SOUTO, Gonzalo. **Transformaciones en el agro uruguayo**: nuevas instituciones y modelos de organización empresarial. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay, 2011.

ESCHER, Fabiano; WESZ JUNIOR, Valdemar João. Dinâmica recente do complexo soja-carne Brasil China no contexto do cone Sul. 2022. **Campo Território**: revista de geografia agrária. v.17, n.46, p.131-151, 2002. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT174606>

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 656-678, 2019.

ETGES, Virginia E. **Mesorregiões brasileiras**: O portal da metade Sul/RS-Mesosul. *Redes*, v. 10, n. 2, p. 73-82, maio/ago. 2005.

FEIX, Rodrigo Daniel. Cadeias globais de valor no agronegócio: o caso do Complexo soja. In: SCHERER, André Luis Forti et al. (Org.). **RS no Cenário Mundial**. Porto Alegre: FEE, 2013.

FERNANDES, Valéria D.; MIGUEL, Lovois de Andrade. A presença histórica da pecuária familiar na região da Campanha do Rio Grande do Sul (Santana do Livramento, século XIX). In: WAQUIL, Paulo Dabdab; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio Zamboni; BORBA, Marcos Flávio Silva (Org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 41-61, 2016.

FERRAZ, José Vicente. A pecuária de corte procura seus caminhos. **Anualpec**, p. 16-19, 2014.

FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Rincões de pobreza e desenvolvimento**: interpretações sobre comportamento coletivo. 2005. 213 f. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2005.

FIORI, José Luís. Epílogo. Ética cultural e guerra infinita. In: FIORI, José Luís. **Sobre a guerra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio. Mercado de terra, commodities boom e land grabbing no Brasil. In: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges. **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. pp. 20-38

FONTOURA, Luiz F. M. **As transformações na matriz produtiva na região da campanha do Rio Grande do Sul**: da sociedade pastoril à empresarial. Geografia econômica, Florianópolis, n. 4, p. 167-188, jul. 2012.

FONTOURA, Luiz F. M. **Macanudo Taurino: uma espécie em extinção?** Um estudo sobre a modernização na pecuária da Campanha Gaúcha. 2000. 224 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo-SP. 2000.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito...: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas**. 2001. Tese (Doutorado em história) – Departamento de História, IFCH, Unicamp. 2001.

FRIEDMANN, Harriet. Commentary: Food regime analysis and agrarian questions: widening the conversation. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 3, p. 671-692, 2016. DOI: 10.1080/03066150.2016.1146254

FRIEDMANN, Harriet. Feeding the empire: The pathologies of globalized agriculture. **Socialist Register**, v. 41, p. 124-143, 2005a.

FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: social movements and emergence of food regimes. In: BUTTEL, Frederick H.; MCMICHAEL, Philip (Ed.). **New directions in the sociology of global development**. Bingley, Inglaterra: Emerald Group Publishing Limited, 2005b. p. 227-264

FREITAS, Décio. O capitalismo pastoril. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, 1993. p. 438-465

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GARCIA JR., Afrânio R.; HEREDIA, Beatriz A. de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v.2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 213-244

GARCIA JR., Afrânio Raul. **O sul: caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

GARCIA, Diana C. C.; DE SÁ, Cláudia V. G.; MCMANUS, Concepta M.; MELO, Cristiano B. de. Impactos do surto de febre aftosa de 2005 sobre as exportações de carne bovina brasileira. **Ciência Animal Brasileira**, Goiânia, v.16, n.4, p. 525-537 out./dez. 2015.

GERHARDT, Cleyton. Da Sociedade do Agronegócio à Cosmologia Agro: subjetivação e conquista de novos territórios. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 11, n. 3, 2021.

GIBBS, Holly K. et al. Fazendeiros e frigoríficos responderam aos acordos de desmatamento zero na Amazônia brasileira? **Conservation Letters**, v. 9, n. 1, p. 32-42, 2016.

GONÇALVES, José Sidnei. Circuito pecuário do “boi que come floresta” e a reprodução da lógica de acumulação primitiva nos cercamentos da fronteira amazônica: uma discussão sobre a especulação financeira e a riqueza patrimonial. **Geografia econômica**, Florianópolis, n. 4, p. 21-48, jul. 2012.

HANAUER, Ana Clarice Soares. **Espaço agrário, capital e trabalho assalariado** – uma análise a partir de São Gabriel/RS. 2019. 89 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

HASENACK, Henrich; WEBER, Eliseu; BOLDRINI, Ilsi Iob; TREVISAN, Rafael. **Mapa de sistemas ecológicos da ecorregião das savanas uruguaias** em escala 1: 500.000 ou superior e relatório técnico descrevendo insumos utilizados e metodologia de elaboração do mapa de sistemas ecológicos. Porto Alegre: Centro de Ecologia da UFRGS, 2010.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 25, n. 74, p. 159-176, 2010. DOI: 10.1590/S0102-69092010000300010

HOFFMANN, Rodolfo. A distribuição da posse da terra no Brasil (1985-2017). In: VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; GASQUES, José Garcia (Org.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: Cem anos do Censo Agropecuário**. Brasília: IPEA/IBGE, 2020.

ISAAC, F. I.; SOUZA, J. G. Efeitos da política cambial sobre as exportações de carne bovina brasileira. **Archivos de Zootécnica**, v. 59, n. 225, p. 73-79, 2010.

KATO, Karina Yoshie Martins; LEITE, Sergio Pereira. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. **Revista da ANPEGE**. v. 16. nº. 29, p. 458 - 489, 2020.

KENNE, Pamela. **Estratégias institucionais para o mercado agropecuário: reestruturação produtiva para a Metade Sul do Rio Grande do Sul**. 2022. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2022.

KULMAN, Denilson et al. Ocorrência de Estiagem no Rio Grande do Sul no Período de 1981 à 2011. **Ciência e Natura**, v. 36, n. 3, p. 441-449, 2014.

LEÃES, Ana Paula Steiner. **Análise da indústria de carne bovina no Rio Grande do Sul: movimentação de bovinos para abate entre as mesorregiões geográficas & concentração da indústria**. 2015. 74 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LERRER, Débora; WILKINSON, John. Stora Enso e movimentos sociais: luta no campo e nas instituições. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 1, p. 311-344, 2016.

LOPES, Francisco Paulo Nunes. **Análise da movimentação animal do Rio Grande do Sul intra e interestadual em 2022**. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202304/04111503-analise-de-movimentacao-animal-intra-e-interestadual-2022.pdf> Acesso em: 18 ago. 2023.

LYRA, Tania M. P.; SILVA, J. A. A febre aftosa no Brasil, 1960-2002. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, v. 56, n. 5, p. 565-576, 2004.

MAESTRI, Mário. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. Ensaio de interpretação marxista. 2 ed. Porto Alegre: FCM Editora, 2021.

MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges. **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre os frigoríficos do Brasil central pecuário. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 51, p. 7-14, 1976.

MANFIO, Vanessa. A região da Campanha Gaúcha, Brasil: características e transformações agrárias de 1950-2010. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 5, n. 10, 2020.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis-RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARION FILHO, Pascoal José; REICHERT, Henrique; SCHUMACHER, Gabriela. A pecuária no Rio Grande do Sul: a origem, a evolução recente dos rebanhos e a produção de leite. In: Encontro de Economia Gaúcha, 2012. **Anais...** 2012. Disponível em: [http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa13/A\\_Pecuaria\\_no\\_RS-A\\_origem\\_Evolucao\\_Recente\\_dos\\_Rebanhos\\_e\\_a\\_Producao\\_de\\_Leite.pdf](http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa13/A_Pecuaria_no_RS-A_origem_Evolucao_Recente_dos_Rebanhos_e_a_Producao_de_Leite.pdf) Acesso em: 25 mar. 2022.

MARTIN, Thomas Newton et al. (Org.). **Indicações técnicas para a cultura da soja no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, safras 2022/2023 e 2023/2024**. Santa Maria: Editora GR, 2022.

MARTINS, José de S. **O cativo da terra**. 9.ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.

MASSUQUETTI, Angelica; RIBAS, Rodrigo Justo. O gado de corte no Rio Grande do Sul: principais sistemas de produção. In: 46º Congresso da SOBER, Rio Branco-AC, 2008. **Anais...** Disponível em: [https://sober.org.br/wp-content/uploads/anais/46\\_SOBER\\_2008\\_Rio-Branco.zip](https://sober.org.br/wp-content/uploads/anais/46_SOBER_2008_Rio-Branco.zip) Acesso em 18 ago. 2023.

MATHIAS, João Felipe Cury Marinho. A clandestinidade na produção de carne bovina no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v. 17, n. 1, p. 63-73, 2008.



MATTE, Alessandra; MACIEL, Rodrigo G. Consumo de carne bovina no Brasil: relação entre a aquisição domiciliar e a literatura. In: PREISS, Potira Viegas; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Sistemas Alimentares no Século XXI: Debates Contemporâneos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

MATTE, Alessandra. **Convenções e mercados da pecuária familiar no sul do Rio Grande do Sul, Brasil**. 2017. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MATTE, Alessandra; SPANEVELLO, Rosani; ANDREATTA, Tanice. Reprodução social na pecuária familiar. In: WAQUIL, Paulo Dabdab; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio Zamboni; BORBA, Marcos Flávio Silva (Org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 265-284

MATTE, Alessandra; WAQUIL, Paulo D.; SCHNEIDER, Sérgio; TOURRAND, Jean François. Mercados da pecuária familiar no sul do Brasil: convenções e canais de comercialização da bovinocultura de corte. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 14, n. 1, p. 41-74, 2020.

MATTE, Alessandra; WAQUIL, Paulo Dabdab. Productive changes in Brazilian Pampa: impacts, vulnerabilities and coping strategies. **Natural Hazards**, v. 102, n. 1, p. 469-488, 2020.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 3: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MCMICHAEL, Philip. Commentary: Food regime for thought. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n.3, p.648-670, 2016. DOI: 10.1080/03066150.2016.1143816

MCMICHAEL, Philip. **Food Regimes and Agrarian Questions**. Rugby, Inglaterra: Practical Action Publishing, 2014.

MELO, Fernando H. de. O Plano Real e a agricultura brasileira: perspectivas. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 4, p. 146-155, 1999.

MICHELINI, Janaína. **A pecuária bovina de corte no Brasil: significados, contradições e desafios em busca da sustentabilidade**. 2016. 142 p. Tese (Doutorado em Ciência do Sistema Terrestre) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2016.

MIELITZ NETTO, Carlos G. A. **Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira**. 1994. 224 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1994.

MIELITZ NETTO, Carlos G. A. O futuro dos Campos: possibilidades econômicas de continuidade da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul. In: PILLAR, V. de. P. et al. (Ed.) **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

MIGUEL, Lovois de Andrade. Apontamentos acerca da evolução e diferenciação dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul, Brasil. In: XI Congresso da Sociedade Brasileira de

Sistemas de Produção. SBSP: Pelotas. 2016. 20 p. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2022/02/Evolucao-SA-RS-SBSP-2016-Divulgacao-1.pdf> Acesso em: 18 ago. 2023.

MIGUEL, Lovois de Andrade; MIELITZ NETTO, Carlos G. A.; NABINGER, Carlos; SANGUINÉ, Eliane; WAQUIL, Paulo D.; SCHNEIDER, Sérgio. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 14, n. 2, 2007. p. 95-123

MINAYO, Maria Cecília de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo (SP), v.5, n.7, abr. 2017, p. 1-12.

MOCELLIN, Maria Clara; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Dinâmicas migratórias, trabalho e diferenciação social: o caso das migrações em Caxias do Sul. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, p. 144-165, 2018.

MOITA, Rodrigo; GOLON, Lucille. Oligopsônio dos frigoríficos: uma análise empírica de poder de mercado. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, p. 772-794, 2014.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker. **Relicários da paisagem pastoril**: uma geografia do Pampa remanescente no Brasil. 2021. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

MOREIRA, Juliana G.; OPPLERT, Marie; MACIEL, Rodrigo G. Dilema do Pampa ou Campo Natural/Rangeland: Complexidade do desenvolvimento devido à concorrência pela terra e os recursos naturais. In: VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais, Florianópolis, 2018. **Anais...** 2018.

MOREIRA, Juliana Gomes. **Transformações produtivas no pampa brasileiro**: as mudanças na bovinocultura de corte diante do avanço da soja. 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MOREIRA, Juliana; CONTERATO, Marcelo; MATTE, Alessandra. Transformações produtivas e mudanças no uso da terra no Pampa brasileiro: influências do avanço da soja na bovinocultura de corte. **Revista Campo-Território**, v. 14, n. 33, p. 179-207, 2019.

NAVARRO, Z.; MORAES, M. S.; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.) **A formação de assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 19-68.

NEHMI FILHO, Victor Abou. Para onde caminha a pecuária brasileira. **Anualpec**, p. 14-20, 2005a.

NEHMI FILHO, Victor Abou. Rebanho brasileiro bovino diminuiu em 2004. **Anualpec**, p. 27-29, 2005b.

NIEDERLE, Paulo. A soja pode acabar com a economia gaúcha (e com muito mais). **Sul21**, jun. 2018. Disponível em: <https://sul21.com.br/colunascoluna-do-gepad/2018/06/a-soja-pode-acabar-com-a-economia-gaucha-e-com-muito-mais/> Acesso em: 18 ago. 2023.

ODERICH, Edmundo Hoppe. **Dinâmicas socioeconômicas da expansão agrícola no Brasil:** situações e tendências dos municípios e regiões da soja e da cana-de-açúcar. 2020. Tese 131 f. (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

ODERICH, Edmundo Hoppe; ELIAS, Lilian De Pellegrini; WAQUIL, Paulo Dabdab. Expansão do agronegócio no Brasil: diferentes discursos e dinâmicas socioeconômicas no Rio Grande do Sul. **Eutopía: Revista de Desarrollo Económico Territorial**, n. 16, p. 141-158, 2019.

ODERICH, Edmundo Hoppe; WAQUIL, Paulo Dabdab. Municípios dependentes da soja no rio grande do sul: aspectos demográficos e socioeconômicos. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 33, p. 107-112, 2019.

OPPLERT, Marie Jeanne Pascale et al. Multifuncionalidade da pecuária extensiva: caso do Norte do Uruguai. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 14, n. 1, p. 101-125, 2020.

OYHANTÇABAL, Gabriel; SANGUINETTI, Martín. El agro en Uruguay: renta del suelo, ingreso laboral y ganancias. **Problemas del desarrollo**, v. 48, n. 189, p. 113-139, 2017.

PAULANI, Leda M. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo? **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 12, n. 20, p. 135-155, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PICCIN, Marcos Botton. Acesso a posições de poder pela elite estancieira gaúcha: trajetórias sociais e investimentos escolares. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 27, n. 2, p. 305-328, jul./dez. 2015.

PICCIN, Marcos Botton. Famílias da elite rural estancieira do Rio Grande do Sul: meios de interação social e cultural e estratégias matrimoniais e sucessorais de reprodução social. **REPOCS - Revista Pós Ciências Sociais**, v. 17, n. 33, p. 93-124, jan./jun. 2020.

PICCIN, Marcos Botton. **Os senhores da terra e da guerra do Rio Grande do Sul:** um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro. 2012. 457 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

PICCIN, Marcos Botton. Patronato estancieiro gaúcho: de subsidiários das lavouras de exportação a produtores de artigos de luxo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 327-59, out. 2014.

PICCIN, Marcos Botton. Processos sociais de recomposição do patronato rural em terras gaúchas. In: BÜHLER, Eve Anne; GUIBERT, Martine; OLIVEIRA, Valter Lúcio de. (Org.) **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização:** abordagens a partir da América do Sul [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp. 151-170. <https://doi.org/10.7476/9786557250044>

- PICCIN, Marcos Botton. **Senhores de terra, senhores de guerra: sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019)**. Curitiba: CRV, 2021.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Gigante com pés de barro: o trabalho rural como elo frágil do agronegócio em tempos de reformas trabalhistas. **Revista DADOS**, v. 67, n. 3, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.3.326>
- PILLAR, V. P. et al. (Org.) **Campos Sulinos: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**. Brasília-DF: Ministério do Meio Ambiente, 2009.
- PIZZATO, Fernanda. **Pampa gaúcho: causas e consequências do expressivo aumento das áreas de soja**. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.
- POLAQUINI, Luciano Eduardo Morello; SOUZA, José Gilberto de; GEBARA, José Jorge. Transformações técnico-podutivas e comerciais na pecuária de corte brasileira a partir da década de 90. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 35, p. 321-327, 2006.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Prefácio e organização de José Graziano da Silva. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- REARTE, Daniel. Situación actual y prospectiva de la ganadería argentina, un enfoque regional. **Asociación Latinoamericana de Producción Animal**, v. 19, n. 3-4, p. 46-49, 2011.
- REDE PENSSAN. Rede brasileira de pesquisa em soberania e segurança alimentar. **Vigisan: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/> Acesso em: 18 ago. 2023.
- REDE PENSSAN. Rede brasileira de pesquisa em soberania e segurança alimentar. **II Vigisan: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2022. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/> Acesso em: 18 ago. 2023.
- REZENDE, Gervásio Castro de; BUAINAIN, Antonio Marcio. Structural adjustment and agriculture in Brazil: the experience of the 1980's. **Revista brasileira de economia**, v. 48, n. 4, 1994. p. 491-504
- RIBEIRO, Claudio Marques. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ROBERT, S.; SANTANGELO, F.; ALBORNOZ, I.; GASTÓN, D. **Estructura del feedlot en Argentina** - Nivel de asociación entre la producción bovina a corral y los titulares de faena. Buenos Aires, Argentina: IPCVA-CEPAL, 2009.

ROCHA, Jefferson M. da. **As raízes da crise da Metade Sul**: estudo da formação econômica do Rio Grande do Sul. Bagé: Fundação Universidade Federal do Pampa, 2011.

ROCHA, Jefferson M. da; ROCHA, Nájila S. da; KÄFER, Pâmela S.; CRUZ, Rafael C. Eucalyptus forestry in Brazilian Pampa biome: between developmental illusion and sustainable inefficacy. **Ciência e Natura**, v. 42, p. e35, 2020.

RUBIO, Blanca; PEÑA, Jaime. Del populismo al progresismo: reflexiones sobre su capacidad transformadora. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-15, e021002, 2021.  
<http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.42356>

SANTOS, Anderson Luiz Machado dos. **Nos Rincões do Brasil Meridional**: Des-re-territorialização, Subalternidade e R-existência na Formação Territorial da Campanha Gaúcha. 2018. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2018.

SANTOS, Carlos; OYHANTÇABAL, Gabriel; NARBONDO, Ignacio. **La expansión del agronegocio agrícola en Uruguay**: impactos, disputas y discursos. In: Congreso de la Asociación de Estudios Latinoamericanos (LASA), San Francisco, California. 2012.

SANTOS, Leandro Bruno. Políticas públicas e internacionalização de empresas brasileiras. **Sociedade & Natureza**, v. 27, p. 37-52, 2015.

SANTOS, Ronaldo Pereira. Por que há discrepâncias entre preços de terras rurais do Inca e da ‘Consultoria FNP’? Uma análise para o sul do Amazonas. In: XIX Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias, Foz do Iguaçu-PR, 2017. **Anais...** 2017. Disponível em: <https://ibape-nacional.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2017/08/087.pdf> Acesso em: 26 mar. 2022.

SAUTU, Ruth; BONIOLO, Paula; DALLE, Pablo; ELBERT, Rodolfo. La construcción del marco teórico en la investigación social. In: SAUTU, Ruth; BONIOLO, Paula; DALLE, Pablo; ELBERT, Rodolfo (Org.). **Manual de metodología**. Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. CLACSO, Colección Campus Virtual, Buenos Aires, Argentina, 2005.

SCHNEIDER, Sergio; SCHUBERT, Maycon Noremberg; ESCHER, Fabiano. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, Curitiba, PR. v. 1, n. 1, p. 3.1-3.20, jan./jun. 2016.

SEBRAE; SENAR; FARSUL. **Diagnóstico de Sistemas de Produção de Bovinocultura de corte do Estado do Rio Grande do Sul**. 2005. Relatório de Pesquisa - Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

SILVEIRA, Daniel Claudy da. **A Commoditização do rural**: uma análise a partir da bovinocultura de corte na região do COREDE Missões/RS. 2018. 223 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018.

SILVEIRA, Vicente Celestino Pires; GONZÁLEZ, José Antonio; FONSECA, Eliana Lima da. Land use changes after the period commodities rising price in the Rio Grande do Sul State, Brazil. **Ciência Rural**, v. 47, 2017.

SIVIERO VICENTE, Jessica. **Uma nova safra de proprietários rurais?** O caso dos investimentos da Universidade de Harvard em recursos naturais no Brasil. 2020. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

SORDI, Caetano; LEWGOY, Bernardo. O que pode um prion? O caso atípico de Vaca Louca no Brasil e seus desdobramentos. **Revista Antropológicas**, v. 24, n. 1, 2013.

SOUSA, Silvio Braz de; FERREIRA JUNIOR, Laerte G.; MIZIARA, Fausto; MORAIS, Hugo A. de. Crédito Rural no Brasil: evolução e distribuição espacial (1969–2016). **Confins**. Revista franco-brasileira de geografia, n. 45, 2020.

TEIXEIRA, Paulo Felipe Rodrigues. **Intensificação da pecuária de corte em campo nativo melhorado e na integração com a lavoura em uma unidade de produção agrícola de Independência-RS**. 2018. 61 p. Monografia (Graduação em Agronomia) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí-RS. 2018.

TELLECHEA, Fernando Riet Corrêa Bastos. **Análise dos custos de transação no setor industrial da cadeia produtiva de carne bovina no Rio Grande do Sul**. 2001. 100 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

TORRES JR., Alcides de M.; ROSA, Fabiano R. T.; TONINI, Maria G. O. A evolução da pecuária de corte no Brasil. **Agroanalysis**, v. 25, n. 6, p. 40-42, 2005.

TORRES, João Carlos Brum. **A economia agrícola do Rio Grande do Sul e a Grande Depressão: 1920-39**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 3, n. 2, 1983. p. 67-108

VARELLA, Alexandre C.; CARDOSO, Fernando F. Rumos da pecuária de corte do RS e desafios para a pesquisa científica na visão da Embrapa Pecuária Sul. In: Jornada do Núcleo de Estudos em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva, 2014, Porto Alegre. **Pecuária agrícola: novos caminhos para a produção: anais**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo/Hucitec, 1991.

VIANA, J. G. A.; VENDRUSCOLO, R.; SILVEIRA, V.; QUADROS, F.; MEZZOMO, M.; TOURRAND, J. Sustainability of livestock systems in the Pampa Biome of Brazil: an analysis highlighting the rangeland dilemma. **Sustainability**, v. 13, n. 24, 13781, 2021.

VIANA, João Garibaldi Almeida. **Evolução da produção ovina no Rio Grande do Sul e Uruguai: análise comparada do impacto da crise da lã na configuração do setor**. 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Agronegócios) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS. 2012.

VICENTE, Jéssica Siviero; DE BARROS JUNIOR, Orlando Aleixo; DULCI, Luiza Borges. Estratégias de financeirização no agro: Três casos de investimentos na agricultura e nos mercados de terras no Brasil. **Estudios Rurales**, v. 11, n. 22, 2021.

VILLULLA, Juan Manuel; FERNÁNDEZ, Diego; CAPDEVIELLE, Bruno. **Los números rojos de la Argentina verde**: el campo entre el conflicto por las retenciones y la gestión de Cambiemos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Económicas, 2019.

WAQUIL, P. D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. (Orgs.) **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

WAQUIL, Paulo D. et al. Vulnerability of family livestock farming on the Livramento-Rivera border of Brazil and Uruguay: Comparative analysis. **Revue d'élevage et de médecine vétérinaire des pays tropicaux**, v. 68, n. 2-3, p. 55-59, 2015.

WILKINSON, John. O agroalimentar brasileiro ainda é aquele? In: BARROS, G. S. de C.; NAVARRO, Z (Org.). **O Brasil rural contemporâneo**: interpretações. São Paulo: Editora Baraúna, 2022b. pp. 218-247

WILKINSON, John. O setor privado lidera inovação radical no sistema agroalimentar desde a produção até o consumo In: GOULET, F.; LE COQ, J-F.; SOTOMAYOR, O. **Sistemas y políticas de innovación para el sector agropecuario en América Latina**. Rio de Janeiro: E-papers, 2019.

WILKINSON, John. **O sistema agroalimentar global e brasileiro face à nova fronteira tecnológica e às novas dinâmicas geopolíticas e de demanda**. (Texto para Discussão, n. 85). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022a.

ZANELLA, F. C.; BETTO, J.; PICCIN, M. B.; COSTA, F. F. DA. Ensaio sobre as relações sociais de produção nas estâncias do Rio Grande do Sul. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 39, n. 1, p. 44-62, 13 jun. 2019.

ZANELLA, F. C.; PICCIN, M. B.; BETTO, J.; COSTA, F. F. Trajetórias de trabalhadores de estâncias frente à crise da produção pastoril riograndense após década de 1990. In: X Congresso Associação Latino Americana de Sociologia Rural, 2018, Montevideu. **Anais...** 2018.

ZANELLA, Francis C. Desenraizamentos, continuidades e reconversões sociais no mundo do trabalho das estâncias na região da Campanha sul-rio-grandense. In: I Encontro Nacional Sociedades Agrárias e Ecodesenvolvimento, Diamantina-MG, 2022. **Anais...** 2022.

ZANELLA, Francis C.; PICCIN, Marcos Botton. Condições de emergência dos sem-terra em meio a reconfigurações do espaço estancieiro no Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 2, p. 285-308, 2018.

ZANELLA, Francis Casagrande. **Entre estigmas e distinções**: a estruturação das posições sociais de sem-terra e assentados na região estancieira do Rio Grande do Sul. 2017. 201 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2017.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: as transformações do Rio Grande do Sul rural no Século XIX. Ijuí-RS: Editora da Unijuí, 2002.

## Documentos citados

ABIEC. Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes. **Beef Report**. Perfil da pecuária no Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2021/> Acesso em: 18 ago. 2023.

ABIEC. Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes. **Beef Report**. Perfil da pecuária no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2022/> Acesso em: 18 ago. 2023.

Agriannual. Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. AgraFNP, 2010.

Agriannual. Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. IEG/FNP, 2019.

Agriannual. Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. Informa Economics FNP, 2012.

Agriannual. Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. Informa Economics FNP, 2013.

Agriannual. Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. Informa Economics FNP, 2014.

Agriannual. Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. Instituto FNP, 1997.

Agriannual. Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. Instituto FNP, 1998.

Agriannual. Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. Instituto FNP, 1999.

Agriannual. Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. Instituto FNP, 2000.

Agriannual. Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. Instituto FNP, 2001.

Agriannual. Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. Instituto FNP, 2002.

AGROANALYSIS, Equipe de redação. Sete décadas do ciclo da pecuária de corte. **Agroanalysis**, v. 41, n. 11, p. 20-21, 2021.

Análise do Mercado de Terras. Edição 04, nov./dez. 2005. Instituto FNP, 2005.

Análise do Mercado de Terras. Edição 14, nov./dez. 2006. Instituto FNP, 2006.

Análise do Mercado de Terras. Edição 15, jan./fev. 2007. Instituto FNP, 2007.

Análise do Mercado de Terras. Edição 21, jan./fev. 2008. Instituto FNP, 2008.

Análise do Mercado de Terras. Edição 33, jan./fev. 2010. AgraFNP, 2010.

Análise do Mercado de Terras. Edição 74, jan. 2017. IEG/FNP, 2018.

Análise do Mercado de Terras. Edição 83, jul. 2018. IEG/FNP, 2018.

Análise do Mercado de Terras. Edição 104, jan. 2022. IHS Markit, 2022.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. AgraFNP, 2010.



Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. IEG/FNP, 2019.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Informa Economics FNP, 2014.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 1994.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 1995.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 1996.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 1997.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 1998.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 1999.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 2000.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 2001.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 2005.

BRASIL. **Lei nº 4.504/1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 nov. 1964.

COALIZÃO pelo Pampa. **Carta Aberta à Sociedade Gaúcha pela proteção do Pampa**. jun. 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Carta-Aberta-Coalizacao-Pampa.pdf> Acesso em: 18 ago. 2023.

DIEA, MGAP. Anuario estadístico agropecuario. Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca—Dirección de Estadísticas Agropecuarias (DIEA), Montevideo, 2016.

DIEA, MGAP. Anuario estadístico agropecuario. Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca—Dirección de Estadísticas Agropecuarias (DIEA), Montevideo, 2018.

DIEA, MGAP. Anuario estadístico agropecuario. Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca—Dirección de Estadísticas Agropecuarias (DIEA), Montevideo, 2022.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Faostat**. Disponível em: <https://www.fao.org/statistics/en/> Acesso em: 18 ago. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 1995/1996**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 1985**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 1975: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. v. 1. Rio de Janeiro, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual do recenseador**. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual do recenseador**. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal**. 2011.

IRGA. Instituto Rio Grandense do Arroz. **Boletim de resultados da safra 2021/22 em terras baixas: arroz irrigado e soja**. 19 set. 2022. Disponível em: <https://irga.rs.gov.br/upload/arquivos/202209/26133439-relatorio-irga-safra-2021-22.pdf>  
Acesso em: 18 ago. 2023.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 261, de 4 de julho de 2022**. Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura da soja no estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2022/2023. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 05 jul. 2022.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 51, de 5 de abril de 2023**. Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura da arroz irrigado tropical no estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2023/2024. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 04 abr. 2023.

MAPBIOMAS. Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra no Brasil (1985 - 2021) **Destaques Amazônia**. Coleção 7. 2022a. Disponível em: <https://mapbiomas.org/destaques-1>  
Acesso em: 17 ago. 2023.

MAPBIOMAS. Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra no Brasil (1985 - 2021) **Destaques Cerrado**. Coleção 7. 2022b. Disponível em: <https://mapbiomas.org/destaques-1>  
Acesso em: 17 ago. 2023.

MAPBIOMAS. Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra no Brasil (1985 - 2020) **Destaques Pampa**. Coleção 6. 2021. Disponível em: [https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Fact\\_Sheet\\_3.pdf](https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Fact_Sheet_3.pdf) Acesso em: 06 mar. 2022.

NESPRO – Núcleo de Estudos em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva. **NESPro Informa. Nota técnica**. Como controlar os carrapatos com estratégias combinadas de manejo. n. 65, jun. 2023.

NESPRO – Núcleo de Estudos em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva. **NESPro Informa. Nota técnica**. A decisão do desmame dos bezerros. n. 50, mar. 2022.

NESPRO – Núcleo de Estudos em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva. **NESPro Informa. Nota técnica.** Calendários sanitários para manejo e gestão. n. 48, jan. 2022.

NESPRO – Núcleo de Estudos em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva. **NESPro Informa. Nota técnica.** Sistema ILP melhora a qualidade da cria. n. 40, maio 2021.

NESPRO – Núcleo de Estudos em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva. **NESPro Informa. Nota técnica.** Integração Lavoura-Pecuária e os rebanhos bovinos de cria. n. 57, out. 2022.

NESPRO – Núcleo de Estudos em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva. **NESPro Informa. Nota técnica.** Rebanhos de ILP, como alimentá-los durante a produção de grãos? n. 64, maio 2023.

NESPRO – Núcleo de Estudos em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva. **NESPro Informa. Nota técnica.** Apagão da mão de obra na bovinocultura de corte de cria. n. 63, abr. 2023.

NESPRO – Núcleo de Estudos em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva. **Carta Conjuntural NESPro - Bovinocultura de Corte do RS.** n. 6, out./dez. 2022, Porto Alegre, 2023, 53p.

NESPRO – Núcleo de Estudos em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva. **Carta Conjuntural NESPro - Bovinocultura de Corte do RS.** n. 1, jul./set. 2021, Porto Alegre, 2021, 53p.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento. **Atlas eólico 2014.** Elaborado por Camargo Schubert Engenheiros Associados, Eletrosul Centrais Elétricas S.A. Porto Alegre: SDPI; AGDI, 2014.

### Sites consultados

COMEX STAT - **Dados do Comércio Exterior Brasileiro:** Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home> Acesso em: 06 mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal.** 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas> Acesso em: 06 mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal.** 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas> Acesso em: 06 mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9203-pesquisas-trimestrais-do-abate-de-animais.html> Acesso em: 06 mar. 2023.

MAPBIOMAS. **Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra no Brasil (1985 – 2021).** Coleção 7. 2022c. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/> Acesso em: 06 mar. 2023.

OGC. **Observatório Gaúcho da Carne**. Disponível em:  
<http://www.observatoriogauchodacarne.com.br/> Acesso em: 06 mar. 2023.

## ANEXO A – Área colhida de arroz e de soja, 1974-2021

**Tabela 1** – Área colhida (hectares) de soja (em grãos), 1974-2021 (Continua...).

<b>Município*</b>	<b>1974</b>	<b>1975</b>	<b>1976</b>	<b>1977</b>	<b>1978</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>	<b>1984</b>	<b>1985</b>	<b>1986</b>
Rio Grande do Sul	2770000	3113286	3296000	3490000	3754000	4031826	3987502	3816460	3539585	3402835	3641813	3637173	3243018
Sudoeste do RS	196514	173489	160720	214050	339200	379800	382800	280760	256700	213000	221870	203000	118500
Alegrete	8000	9000	12000	12000	30000	45000	50000	24500	17600	15800	17000	15000	8000
Itaqui	50000	35000	25000	30000	58000	58600	52000	34000	35000	16800	25000	20000	18000
Quaraí	514	416	0	250	700	700	200	70	0	0	0	0	0
São Borja	75000	65000	55000	80000	95000	95000	95000	92000	90000	74480	60000	45000	21000
São Francisco de Assis	25000	25000	25000	30000	40000	50000	56500	40000	40000	34000	40000	30000	19200
Uruguaiana	3000	3000	2000	3100	12000	14000	11000	8700	3000	1936	1500	1000	800
Rosário do Sul	5100	5600	8500	11000	20000	25000	25500	19400	17000	19000	19000	22000	12000
Santana do Livramento	3000	2100	2700	3000	3500	5000	5600	4540	4600	3800	4970	6000	1500
São Gabriel	10000	12673	12700	24000	40000	42000	40000	31200	27000	25684	27900	35000	24500
Bagé	4200	6000	7000	8000	10000	12000	11000	4550	2800	2800	2800	4500	2000
Dom Pedrito	9500	6200	8700	9500	20000	22000	26000	19000	17000	16000	21700	22000	10000
Lavras do Sul	3200	3500	2120	3200	10000	10500	10000	2800	2700	2700	2000	2500	1500

\* Municípios que foram desmembrados por processos emancipacionistas na década de 1990 tiveram mantidas suas antigas áreas totais e cultivadas com arroz e soja. Para tanto, somamos os dados dos municípios emancipados aos municípios desmembrados, a fim de considerar uma área constante ao longo do tempo. Verificar seção metodológica.

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal (IBGE, 1974-2021).

**Tabela 1** – (Continuação...).

<b>Município*</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
Rio Grande do Sul	3157413	3438359	3669457	3516048	3116577	2876568	3078313	3185058	3006535	2493895	2941552	3172139	3050541
Sudoeste do RS	94100	116500	142758	128800	91500	81665	102950	129690	116380	62619	112000	136370	135347
Alegrete	6000	4000	9300	6500	4000	4000	4500	6000	6500	1590	5000	7000	5000
Itaqui	10000	12000	15000	12000	8000	6000	4000	8000	8000	8300	14500	20000	25947
Quaraí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	0	0	0
São Borja	25000	35000	32000	32000	32000	32000	50000	55000	58000	31500	47000	56700	51000
São Francisco de Assis	14000	15000	20000	12000	10000	12000	13500	13500	12500	4500	9000	13000	17000
Uruguaiana	800	0	1560	800	50	0	0	0	80	0	0	330	160
Rosário do Sul	7800	8000	8800	12000	6750	3000	2500	5920	3500	2600	8000	7800	9200
Santana do Livramento	2100	5000	5300	2000	3000	500	350	1500	1500	900	600	340	340
São Gabriel	15000	20000	26208	23000	17000	17000	20000	30000	20000	11000	18000	20000	20000
Bagé	4000	4000	5000	5000	3000	3000	2600	2600	1800	159	1800	2100	2100
Dom Pedrito	8500	12000	18090	22000	6700	3500	5000	7000	4000	2000	7500	8500	4000
Lavras do Sul	3200	3500	2120	3200	10000	10500	10000	2800	2700	2700	2000	2500	1500

\* Municípios que foram desmembrados por processos emancipacionistas na década de 1990 tiveram mantidas suas antigas áreas totais e cultivadas com arroz e soja. Para tanto, somamos os dados dos municípios emancipados aos municípios desmembrados, a fim de considerar uma área constante ao longo do tempo. Verificar seção metodológica.

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal (IBGE, 1974-2021).

**Tabela 1** – (Continuação...).

<b>Município *</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Rio Grande do Sul	3001836	2974513	3295342	3591470	3968530	3733822	3863726	3890183	3803425	3821936	4013616	4074829	4156095
Sudoeste do RS	131702	153325	174740	249000	342450	318594	296080	294333	275570	244877	279250	266100	352048
Alegrete	5000	6500	10500	15000	26000	32000	25000	17000	12000	15000	10000	8000	11308
Itaqui	30992	33985	33840	39900	46000	46000	37600	35600	34000	34000	34050	33000	34000
Quaraí	0	0	0	0	0	0	230	0	100	100	0	0	0
São Borja	49000	42000	43200	66100	77000	35000	63000	55000	50000	28000	50000	50000	63200
São Francisco de Assis	13000	21000	29000	33500	50000	55608	51000	47000	42000	40000	39000	40000	48000
Uruguaiana	0	100	0	550	700	1070	650	633	370	85	0	0	840
Rosário do Sul	7500	12000	12000	17000	25000	22000	22500	25000	25000	30000	28000	26000	30000
Santana do Livramento	340	340	300	2900	4700	11300	11000	10000	12000	12000	12000	12000	18000
São Gabriel	22000	28000	30500	45000	68000	70000	55000	58000	62000	46000	62000	58000	70000
Bagé	1270	800	900	6050	11050	15616	9600	9600	9600	9700	9700	12600	21200
Dom Pedrito	2000	8000	12000	20000	28000	22000	12000	28000	20000	21492	26000	20000	47500
Lavras do Sul	600	600	2500	3000	6000	8000	8500	8500	8500	8500	8500	6500	8000

\* Municípios que foram desmembrados por processos emancipacionistas na década de 1990 tiveram mantidas suas antigas áreas totais e cultivadas com arroz e soja. Para tanto, somamos os dados dos municípios emancipados aos municípios desmembrados, a fim de considerar uma área constante ao longo do tempo. Verificar seção metodológica.

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal (IBGE, 1974-2021).

**Tabela 1** – (Continuação...).

<b>Município*</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Rio Grande do Sul	4727821	4986542	5262520	5436653	5537028	5651100	5818915	5983169	6107558
Sudoeste do RS	463240	495804	584686	591187	624373	647316	739193	813748	845192
Alegrete	20000	20000	25000	23750	27000	35000	38000	60000	60000
Itaqui	40840	42500	45700	45700	49000	51250	60500	83375	83360
Quaraí	0	0	0	0	280	300	400	400	600
São Borja	67250	72500	72800	77800	77600	78000	75290	88620	88920
São Francisco de Assis	56500	65000	73000	78000	83000	85000	92000	98000	102000
Uruguaiana	1250	1504	1386	937	1110	1216	3403	2353	3812
Rosário do Sul	33000	35000	30800	35000	35000	35000	36000	40000	40000
Santana do Livramento	29100	35000	40000	35000	45000	45000	55000	55000	55000
São Gabriel	85000	90000	130000	130000	135000	137000	153600	161000	166000
Bagé	53300	46300	72000	70000	71000	61550	80000	80000	80500
Dom Pedrito	67000	76000	76000	75000	80383	100000	120000	120000	130000
Lavras do Sul	10000	12000	18000	20000	20000	18000	25000	25000	35000

\* Municípios que foram desmembrados por processos emancipacionistas na década de 1990 tiveram mantidas suas antigas áreas totais e cultivadas com arroz e soja. Para tanto, somamos os dados dos municípios emancipados aos municípios desmembrados, a fim de considerar uma área constante ao longo do tempo. Verificar seção metodológica.

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal (IBGE, 1974-2021).



**Tabela 2** – Área colhida (hectares) de arroz (em casca), 1974-2021 (Continua...).

<b>Município*</b>	<b>1974</b>	<b>1975</b>	<b>1976</b>	<b>1977</b>	<b>1978</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>	<b>1984</b>	<b>1985</b>	<b>1986</b>
Rio Grande do Sul	435.600	468.585	548.311	566.000	538.800	525.000	598.982	612.912	624.254	636.539	724.614	720.969	726.839
Sudoeste do RS	119.718	136.548	174.984	178.665	182.800	198.833	226.926	221.110	224.649	235.945	284.156	284.485	297.092
Alegrete	14.688	15.469	19.531	18.000	15.450	23.857	26.000	22.550	23.000	30.000	35.000	35.000	38.000
Itaqui	20.406	25.451	29.991	27.000	24.850	31.424	35.283	39.520	33.953	37.800	44.000	45.000	46.000
Quaraí	1.297	1.526	1.906	3.000	3.500	3.723	4.500	3.925	3.800	6.960	7.800	8.465	8.712
São Borja	13.015	14.667	17.723	16.000	21.035	19.976	22.500	24.200	24.000	23.100	30.000	30.000	35.280
São Francisco de Assis	1.593	2.254	2.368	3.000	3.000	3.067	3.500	3.500	4.500	3.500	4.000	4.200	5.600
Uruguaiana	24.743	27.353	34.589	40.000	36.400	47.716	53.000	51.930	56.540	56.070	71.616	71.000	83.000
Rosário do Sul	9.505	8.507	11.128	15.000	16.300	8.191	11.000	14.150	12.300	12.500	15.000	15.000	14.000
Santana do Livramento	1.915	2.123	3.949	2.600	2.700	4.838	6.000	4.885	5.000	7.600	8.820	9.000	6.300
São Gabriel	15.062	17.078	20.094	20.000	20.000	19.104	21.000	19.000	19.556	19.140	22.000	22.000	18.000
Bagé	2.500	2.987	7.570	10.000	12.300	13.448	15.000	13.260	14.500	13.500	18.000	17.000	17.000
Dom Pedrito	13.694	17.295	23.947	20.000	23.200	21.400	25.500	22.150	24.000	22.520	25.000	25.000	24.000
Lavras do Sul	1.300	1.838	2.188	4.065	4.065	2.089	3.643	2.040	3.500	3.255	2.920	2.820	1.200

\* Municípios que foram desmembrados por processos emancipacionistas na década de 1990 tiveram mantidas suas antigas áreas totais e cultivadas com arroz e soja. Para tanto, somamos os dados dos municípios emancipados aos municípios desmembrados, a fim de considerar uma área constante ao longo do tempo. Verificar seção metodológica.

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal (IBGE, 1974-2021).

**Tabela 2** – (Continuação...).

<b>Município*</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
Rio Grande do Sul	803.108	810.996	804.068	698.099	804.085	897.585	981.526	976.540	988.866	863.034	800.260	831.883	989.562
Sudoeste do RS	317.835	317.084	287.128	217.090	301.410	342.870	380.882	375.900	382.283	346.558	288.162	315.392	403.798
Alegrete	42.000	44.054	41.010	36.010	43.010	46.010	46.010	46.010	44.210	46.800	34.000	40.000	46.000
Itaqui	48.000	50.000	47.000	50.000	51.700	58.000	65.000	71.000	71.000	61.500	58.000	55.980	75.085
Quaraí	9.200	7.980	7.600	4.200	5.500	7.800	10.000	8.600	9.000	8.000	7.692	8.500	10.323
São Borja	35.000	35.000	34.800	35.000	30.000	38.000	42.000	38.000	44.120	37.468	27.400	28.900	37.600
São Francisco de Assis	6.535	6.050	6.050	5.550	5.550	6.330	6.330	6.330	7.530	7.600	6.300	8.000	8.000
Uruguaiana	87.000	85.000	71.168	47.700	81.000	93.000	98.000	93.000	89.280	70.000	57.000	75.100	94.100
Rosário do Sul	13.800	14.000	13.000	8.580	13.900	15.000	20.608	20.500	20.293	18.800	15.000	19.000	21.000
Santana do Livramento	9.300	9.500	6.000	3.000	8.000	9.000	11.216	11.260	11.000	9.700	8.300	7.700	12.660
São Gabriel	20.000	20.000	21.600	17.000	22.000	23.530	26.000	24.000	30.000	31.500	26.000	14.000	33.500
Bagé	18.500	17.000	15.000	2.800	15.000	17.000	18.900	19.200	19.400	18.318	19.000	20.742	24.060
Dom Pedrito	26.000	26.000	21.400	5.500	24.000	27.000	34.318	34.500	34.500	35.000	28.000	36.000	40.000
Lavras do Sul	2.500	2.500	2.500	1.750	1.750	2.200	2.500	3.500	1.950	1.872	1.470	1.470	1.470

\* Municípios que foram desmembrados por processos emancipacionistas na década de 1990 tiveram mantidas suas antigas áreas totais e cultivadas com arroz e soja. Para tanto, somamos os dados dos municípios emancipados aos municípios desmembrados, a fim de considerar uma área constante ao longo do tempo. Verificar seção metodológica.

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal (IBGE, 1974-2021).

**Tabela 2 – (Continuação...).**

<b>Município *</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Rio Grande do Sul	944.225	949.782	981.322	961.760	1.044.124	1.005.871	1.023.074	941.058	1.065.357	1.109.976	1.066.127	1.168.958	1.038.780
Sudoeste do RS	367.971	385.645	405.946	386.026	416.449	389.604	421.661	346.234	432.609	453.070	431.490	481.813	407.188
Alegrete	42.000	45.000	49.000	44.000	49.600	48.731	50.000	47.500	50.000	54.000	57.200	60.203	57.262
Itaqui	76.932	70.647	74.795	66.984	74.840	68.803	80.140	68.788	82.550	83.350	79.240	91.804	84.405
Quaraí	8.200	9.506	10.738	10.637	11.493	10.514	12.193	8.222	12.386	12.580	12.290	12.700	9.125
São Borja	37.600	35.772	37.200	35.350	42.273	39.108	45.060	43.235	45.670	50.380	49.350	50.960	49.410
São Francisco de Assis	8.500	9.000	8.210	7.450	7.250	8.153	8.400	7.735	8.340	8.480	6.600	9.291	7.269
Uruguaiana	71.660	85.500	92.059	92.059	93.388	83.000	95.903	78.003	101.996	103.680	89.550	105.900	91.800
Rosário do Sul	21.600	20.750	21.000	20.800	21.000	20.950	20.500	15.000	22.000	22.000	20.000	22.600	19.000
Santana do Livramento	12.660	11.000	11.000	11.000	11.400	11.610	11.000	7.738	10.300	10.400	10.360	11.829	8.593
São Gabriel	31.000	31.000	32.000	29.700	31.000	27.900	34.000	29.800	34.000	34.000	36.900	37.200	29.760
Bagé	22.349	23.000	23.944	22.546	26.115	24.495	17.465	9.513	15.667	24.100	24.100	25.876	14.664
Dom Pedrito	34.000	43.000	43.500	43.000	45.000	43.250	43.900	27.600	46.600	46.600	42.400	50.350	32.800
Lavras do Sul	1.470	1.470	2.500	2.500	3.090	3.090	3.100	3.100	3.100	3.500	3.500	3.100	3.100

\* Municípios que foram desmembrados por processos emancipacionistas na década de 1990 tiveram mantidas suas antigas áreas totais e cultivadas com arroz e soja. Para tanto, somamos os dados dos municípios emancipados aos municípios desmembrados, a fim de considerar uma área constante ao longo do tempo. Verificar seção metodológica.

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal (IBGE, 1974-2021).

**Tabela 2** – (Continuação...).

<b>Município*</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Rio Grande do Sul	1.083.863	1.113.532	1.121.675	1.062.487	1.102.017	1.067.581	966.937	949.613	949.611
Sudoeste do RS	449.643	463.797	464.903	430.116	457.067	446.633	397.951	405.862	379.941
Alegrete	58.350	59.778	59.611	49.343	56.762	56.305	49.641	53.240	50.178
Itaqui	96.682	97.030	96.625	85.571	93.000	93.000	86.112	87.005	76.104
Quaraí	11.279	11.387	11.925	11.065	11.420	11.446	10.773	10.584	10.009
São Borja	51.270	51.940	47.017	42.686	44.360	43.827	38.621	37.764	38.480
São Francisco de Assis	6.640	6.564	6.476	4.448	7.526	6.068	3.935	5.280	5.535
Uruguaiana	102.974	105.248	108.368	106.491	106.249	103.990	95.206	98.738	99.201
Rosário do Sul	19.200	20.300	20.000	19.000	20.452	19.350	17.275	16.838	14.824
Santana do Livramento	8.627	9.318	9.715	10.512	10.119	9.340	8.221	8.508	8.072
São Gabriel	29.660	32.882	33.500	31.894	34.187	34.112	27.809	31.907	27.850
Bagé	20.991	20.600	21.200	20.170	22.733	20.830	17.682	17.102	16.304
Dom Pedrito	40.870	45.650	47.366	45.836	46.873	44.990	38.923	35.841	30.291
Lavras do Sul	3.100	3.100	3.100	3.100	3.386	3.375	3.753	3.055	3.093

\* Municípios que foram desmembrados por processos emancipacionistas na década de 1990 tiveram mantidas suas antigas áreas totais e cultivadas com arroz e soja. Para tanto, somamos os dados dos municípios emancipados aos municípios desmembrados, a fim de considerar uma área constante ao longo do tempo. Verificar seção metodológica.

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal (IBGE, 1974-2021).

## ANEXO B – Preços das terras, 2003-2022

**Tabela 3** – Preços nominais das terras agrícolas e de pastagem nativa em microrregiões selecionadas do Rio Grande do Sul (R\$/ha), 2003-2022.  
(Continua...)

Categorias	2003 JAN FEV	2004 JAN FEV	2005 JAN FEV	2006 JAN FEV	2007 JAN FEV	2008 JAN FEV	2009 JAN FEV
Pastagem nativa de campos (São Borja/São Gabriel)	R\$ 1.100	R\$ 1.350	R\$ 2.295	R\$ 2.075	R\$ 2.088	R\$ 2.700	R\$ 2.700
Pastagem nativa de campos (Uruguaiana)	R\$ 900	R\$ 1.250	R\$ 3.315	R\$ 3.022	R\$ 3.031	R\$ 3.350	R\$ 3.250
Pastagem nativa de campos (Bagé)	R\$ 1.100	R\$ 1.425	R\$ 2.300	R\$ 2.083	R\$ 2.345	R\$ 3.000	R\$ 3.000
Pastagem nativa de campos (Palmeira das Missões)	R\$ 5.316	R\$ 5.319	R\$ 4.388	R\$ 3.916	R\$ 3.908	R\$ 6.200	R\$ 6.200
Terra agrícola de grãos (São Borja/São Gabriel)	R\$ 1.500	R\$ 2.100	R\$ 3.650	R\$ 3.207	R\$ 3.217	R\$ 4.515	R\$ 4.500
Terra agrícola de grãos (Bagé)	-	-	-	-	-	-	-
Terra agrícola de alta produtividade de grãos (Passo Fundo/Erechim)	R\$ 12.551	R\$ 14.893	R\$ 13.000	R\$ 10.691	R\$ 11.020	R\$ 13.750	R\$ 18.500
Terra agrícola de alta produtividade de grãos (Santo Ângelo/Cruz Alta/Palmeira das Missões)	R\$ 9.787	R\$ 10.637	R\$ 8.125	R\$ 6.682	R\$ 6.887	R\$ 11.033	R\$ 15.000
Terra agrícola para arroz em várzea com água (São Borja/São Gabriel)	R\$ 2.250	R\$ 2.600	R\$ 5.280	R\$ 4.951	R\$ 5.203	R\$ 5.050	R\$ 4.750
Terra agrícola para arroz em várzea (Uruguaiana)	R\$ 1.900	R\$ 2.025	R\$ 8.160	R\$ 7.525	R\$ 6.635	R\$ 5.500	R\$ 5.500
Terra agrícola para arroz em várzea com água (Bagé)	R\$ 2.300	R\$ 3.050	R\$ 4.300	R\$ 3.934	R\$ 3.943	R\$ 5.040	R\$ 5.000

**Fonte:** Instituto FNP (2005; 2006; 2007; 2008; 2010; 2012; 2013; 2014; 2018; 2019; 2022), organizado pelo autor.

**Tabela 3 – (Continuação...)**

Categorias	2010 JAN FEV	2011 JUL AGO	2012 JUL AGO	2013 1º SEM.	2015 JAN FEV	2016 JAN FEV	2017 JAN FEV
Pastagem nativa de campos (São Borja/São Gabriel)	R\$ 3.500	R\$ 5.000	R\$ 4.500	R\$ 6.400	R\$ 8.500	R\$ 10.500	R\$ 10.250
Pastagem nativa de campos (Uruguaiana)	R\$ 3.200	R\$ 4.000	R\$ 4.000	R\$ 5.033	R\$ 8.000	R\$ 9.000	R\$ 8.500
Pastagem nativa de campos (Bagé)	R\$ 3.000	R\$ 4.500	R\$ 4.800	R\$ 5.100	R\$ 9.500	R\$ 9.000	R\$ 9.000
Pastagem nativa de campos (Palmeira das Missões)	R\$ 6.200	R\$ 7.000	R\$ 7.000	R\$ 7.000	R\$ 15.000	R\$ 15.500	R\$ 15.500
Terra agrícola de grãos (São Borja/São Gabriel)	R\$ 5.500	R\$ 7.500	R\$ 9.200	R\$ 12.300	R\$ 16.500	R\$ 17.500	R\$ 17.500
Terra agrícola de grãos (Bagé)	-	-	-	-	R\$ 10.500	R\$ 14.500	R\$ 14.000
Terra agrícola de alta produtividade de grãos (Passo Fundo/Erechim)	R\$ 18.000	R\$ 21.500	R\$ 26.000	R\$ 26.667	R\$ 32.500	R\$ 44.000	R\$ 45.000
Terra agrícola de alta produtividade de grãos (Santo Ângelo/Cruz Alta/Palmeira das Missões)	R\$ 15.000	R\$ 17.500	R\$ 22.500	R\$ 22.833	R\$ 30.000	R\$ 35.000	R\$ 36.333
Terra agrícola para arroz em várzea com água (São Borja/São Gabriel)	R\$ 5.300	R\$ 6.200	R\$ 8.000	R\$ 11.033	R\$ 14.000	R\$ 17.500	R\$ 17.500
Terra agrícola para arroz em várzea (Uruguaiana)	R\$ 5.500	R\$ 7.000	R\$ 8.000	R\$ 9.233	R\$ 12.000	R\$ 14.000	R\$ 14.000
Terra agrícola para arroz em várzea com água (Bagé)	R\$ 5.500	R\$ 7.500	R\$ 9.700	R\$ 10.667	R\$ 15.500	R\$ 19.500	R\$ 20.000

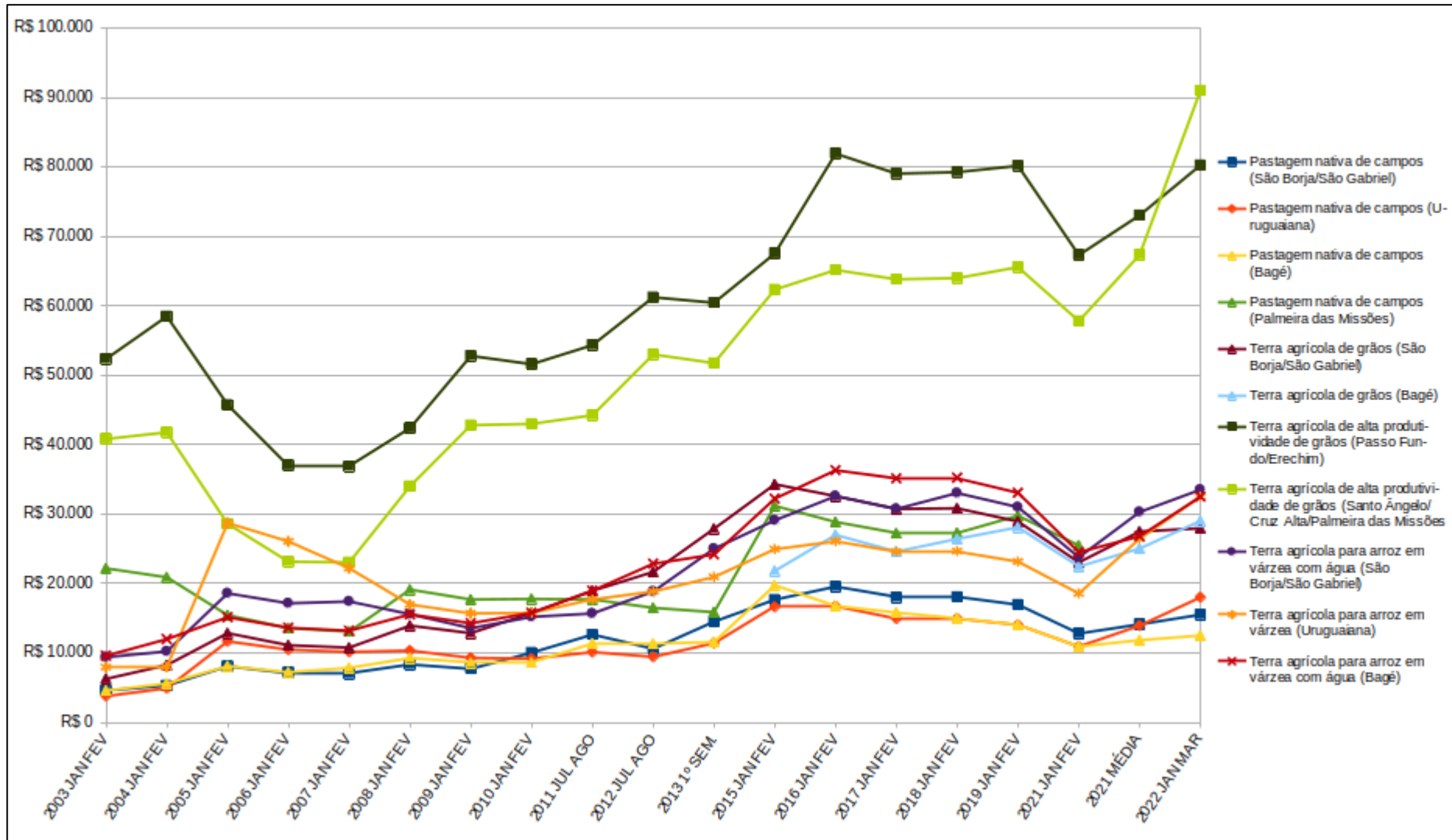
**Fonte:** Instituto FNP (2005; 2006; 2007; 2008; 2010; 2012; 2013; 2014; 2018; 2019; 2022), organizado pelo autor.

**Tabela 3** – (Continuação...)

Categories	2018 JAN FEV	2019 JAN FEV	2021 JAN FEV	2021 MÉDIA	2022 JAN MAR
Pastagem nativa de campos (São Borja/São Gabriel)	R\$ 10.250	R\$ 10.250	R\$ 10.550	R\$ 12.925	R\$ 15.500
Pastagem nativa de campos (Uruguaiana)	R\$ 8.500	R\$ 8.500	R\$ 9.000	R\$ 12.750	R\$ 18.000
Pastagem nativa de campos (Bagé)	R\$ 8.500	R\$ 8.500	R\$ 9.000	R\$ 10.833	R\$ 12.500
Pastagem nativa de campos (Palmeira das Missões)	R\$ 15.500	R\$ 18.000	R\$ 21.000	-	-
Terra agrícola de grãos (São Borja/São Gabriel)	R\$ 17.500	R\$ 17.500	R\$ 19.000	R\$ 25.158	R\$ 27.950
Terra agrícola de grãos (Bagé)	R\$ 15.000	R\$ 17.000	R\$ 18.500	R\$ 22.916	R\$ 29.000
Terra agrícola de alta produtividade de grãos (Passo Fundo/Erechim)	R\$ 45.000	R\$ 48.500	R\$ 55.500	R\$ 66.875	R\$ 80.250
Terra agrícola de alta produtividade de grãos (Santo Ângelo/Cruz Alta/Palmeira das Missões)	R\$ 36.333	R\$ 39.667	R\$ 47.667	R\$ 61.655	R\$ 91.000
Terra agrícola para arroz em várzea com água (São Borja/São Gabriel)	R\$ 18.750	R\$ 18.750	R\$ 19.600	R\$ 27.733	R\$ 33.500
Terra agrícola para arroz em várzea (Uruguaiana)	R\$ 14.000	R\$ 14.000	R\$ 15.300	R\$ 24.216	R\$ 32.500
Terra agrícola para arroz em várzea com água (Bagé)	R\$ 20.000	R\$ 20.000	R\$ 20.200	R\$ 24.533	R\$ 32.500

**Fonte:** Instituto FNP (2005; 2006; 2007; 2008; 2010; 2012; 2013; 2014; 2018; 2019; 2022), organizado pelo autor.

**Gráfico 1** - Preços reais das terras agrícolas e de pastagem nativa em microrregiões selecionadas do Rio Grande do Sul (R\$/ha), 2003-2022.



Fonte: Instituto FNP (2005; 2006; 2007; 2008; 2010; 2012; 2013; 2014; 2018; 2019; 2022), organizado pelo autor.



**Tabela 4** – Preços nominais das terras brasileiras por região (R\$/ha), 2003-2022.

Regiões	2003 JAN FEV	2004 JAN FEV	2005 JAN FEV	2006 JAN FEV	2007 JAN FEV	2008 JAN FEV	2009 JAN FEV
Centro-Oeste	R\$ 1.952	R\$ 2.739	R\$ 2.456	R\$ 2.323	R\$ 2.414	R\$ 3.132	R\$ 3.351
Nordeste	R\$ 751	R\$ 1.243	R\$ 1.272	R\$ 1.380	R\$ 1.408	R\$ 1.771	R\$ 1.935
Norte	R\$ 463	R\$ 810	R\$ 1.001	R\$ 969	R\$ 984	R\$ 1.271	R\$ 1.344
Sudeste	R\$ 2.782	R\$ 5.661	R\$ 5.513	R\$ 5.854	R\$ 6.189	R\$ 7.317	R\$ 7.629
Sul	R\$ 4.491	R\$ 6.501	R\$ 6.306	R\$ 5.986	R\$ 6.058	R\$ 7.288	R\$ 8.727
Brasil	R\$ 2.001	R\$ 3.135	R\$ 3.138	R\$ 3.162	R\$ 3.276	R\$ 3.998	R\$ 4.373

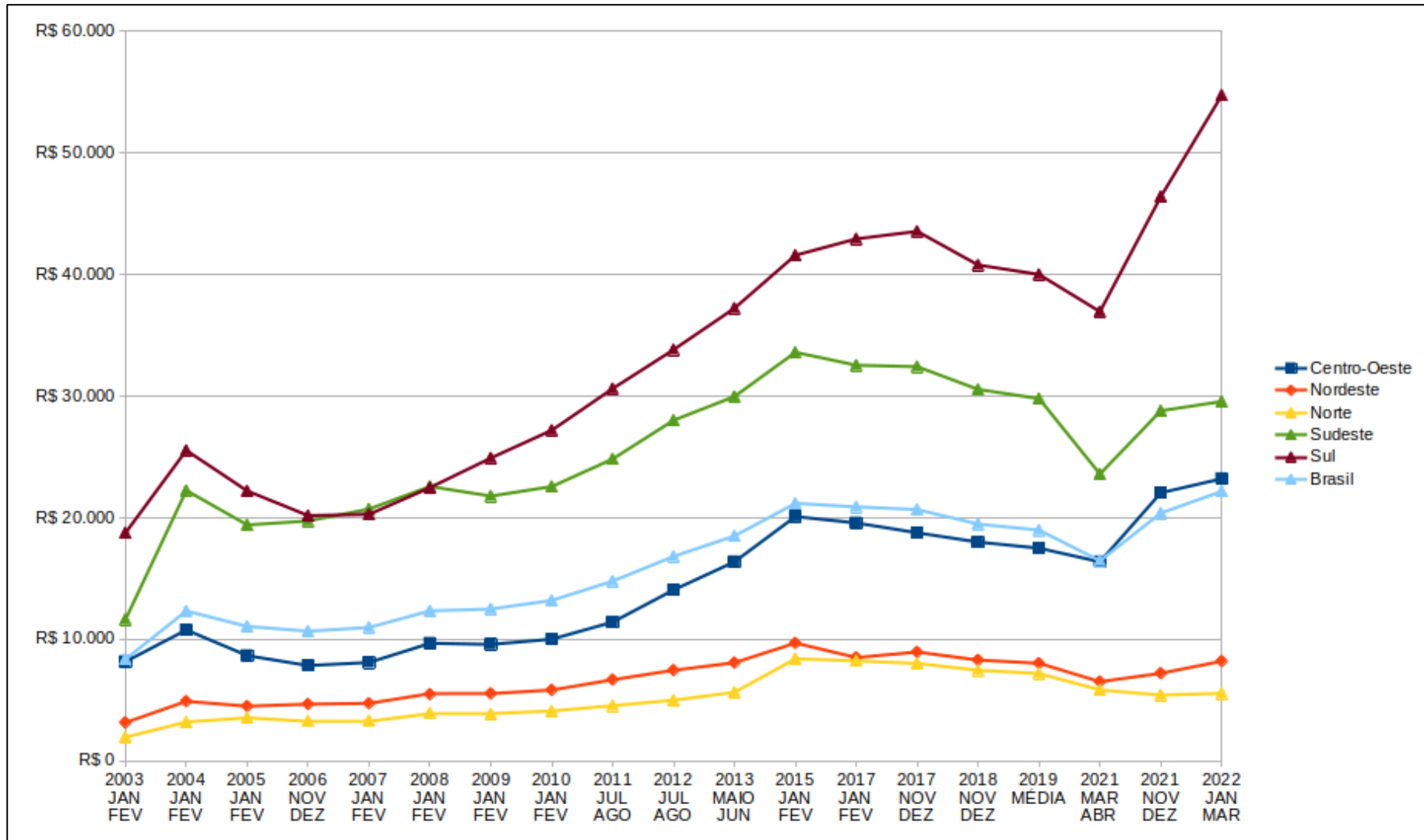
Regiões	2010 JAN FEV	2011 JUL AGO	2012 JUL AGO	2013 1º SEM.	2015 JAN FEV	2016 JAN FEV	2017 JAN FEV
Centro-Oeste	R\$ 3.487	R\$ 4.510	R\$ 5.965	R\$ 7.219	R\$ 9.664	R\$ 10.504	R\$ 3.487
Nordeste	R\$ 2.028	R\$ 2.634	R\$ 3.159	R\$ 3.556	R\$ 4.657	R\$ 4.556	R\$ 2.028
Norte	R\$ 1.423	R\$ 1.790	R\$ 2.113	R\$ 2.481	R\$ 4.034	R\$ 4.410	R\$ 1.423
Sudeste	R\$ 7.868	R\$ 9.820	R\$ 11.894	R\$ 13.221	R\$ 16.169	R\$ 17.477	R\$ 7.868
Sul	R\$ 9.486	R\$ 12.112	R\$ 14.360	R\$ 16.425	R\$ 20.013	R\$ 23.064	R\$ 9.486
Brasil	R\$ 4.599	R\$ 5.845	R\$ 7.135	R\$ 8.157	R\$ 10.187	R\$ 11.217	R\$ 4.599

Regiões	2018 JAN FEV	2019 JAN FEV	2021 JAN FEV	2021 MÉDIA	2022 JAN MAR
Centro-Oeste	R\$ 10.504	R\$ 10.921	R\$ 11.034	R\$ 14.151	R\$ 20.535
Nordeste	R\$ 5.007	R\$ 5.028	R\$ 5.058	R\$ 5.621	R\$ 6.695
Norte	R\$ 4.482	R\$ 4.515	R\$ 4.526	R\$ 5.031	R\$ 5.025
Sudeste	R\$ 18.167	R\$ 18.551	R\$ 18.804	R\$ 20.406	R\$ 26.828
Sul	R\$ 24.406	R\$ 24.769	R\$ 25.249	R\$ 31.968	R\$ 43.247
Brasil	R\$ 11.576	R\$ 11.819	R\$ 11.972	R\$ 14.226	R\$ 18.981

**Fonte:** Instituto FNP (2005; 2006; 2007; 2008; 2010; 2012; 2013; 2014; 2018; 2019; 2022), organizado pelo autor.

**Gráfico 2** - Preços reais das terras brasileiras por região (R\$/ha), 2003-2022.



Fonte: Instituto FNP (2005; 2006; 2007; 2008; 2010; 2012; 2013; 2014; 2018; 2019; 2022), organizado pelo autor.

## ANEXO C – Bovinos abatidos, peso total e peso médio, 1997-2022

**Tabela 5** – Animais abatidos (Cabeças), Brasil e Rio Grande do Sul, 1997-2022.

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	14.886.260	14.906.476	16.787.016	17.085.581	18.436.299	19.924.046	21.644.403	25.936.697	28.030.409
Rio Grande do Sul	1.487.214	1.301.599	1.433.271	1.313.805	1.093.548	1.026.631	1.254.240	1.702.014	1.955.886
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	30.373.560	30.712.914	28.700.370	28.062.688	29.278.095	28.823.944	31.118.740	34.412.070	33.907.718
Rio Grande do Sul	2.046.792	1.386.977	1.452.286	1.559.117	1.938.588	1.885.435	1.934.150	1.920.627	1.885.555
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Brasil	30.651.802	29.702.048	30.866.663	32.042.688	32.445.850	29.887.036	27.704.853	29.795.996	
Rio Grande do Sul	1.821.798	1.897.834	1.929.178	2.134.308	1.966.444	1.901.849	1.601.614	1.653.629	

**Fonte:** Pesquisa Trimestral do Abate de Animais (IBGE), organizado pelo autor.

**Tabela 6** – Peso total das carcaças (Quilogramas), Brasil e Rio Grande do Sul, 1997-2022.

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	3.334.889.048	3.397.897.879	3.806.744.333	3.899.799.609	4.330.277.696	4.699.612.954	4.977.213.166	5.906.212.281	6.345.811.205
Rio Grande do Sul	325.932.739	280.026.029	314.700.987	288.556.520	242.523.158	227.606.238	273.089.441	371.331.456	422.111.180
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	6.886.583.120	7.048.994.658	6.621.374.461	6.661.632.696	6.977.484.368	6.783.536.946	7.351.147.177	8.166.720.207	8.063.224.819
Rio Grande do Sul	446.798.524	309.331.471	324.656.192	342.453.835	426.564.677	412.341.731	424.430.429	425.345.263	414.281.015
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Brasil	7.493.435.357	7.358.777.695	7.681.537.705	7.989.515.631	8.218.851.226	7.824.888.302	7.456.261.141	7.973.253.037	
Rio Grande do Sul	395.347.119	414.409.266	420.986.683	469.954.920	432.912.029	425.233.973	372.828.832	386.418.451	

**Fonte:** Pesquisa Trimestral do Abate de Animais (IBGE), organizado pelo autor.

**Tabela 7** – Peso médio por cabeça (Quilogramas), Brasil e Rio Grande do Sul, 1997-2022.

	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Brasil	224,0	227,9	226,8	228,3	234,9	235,9	230,0	227,7	226,4
Rio Grande do Sul	219,2	215,1	219,6	219,6	221,8	221,7	217,7	218,2	215,8

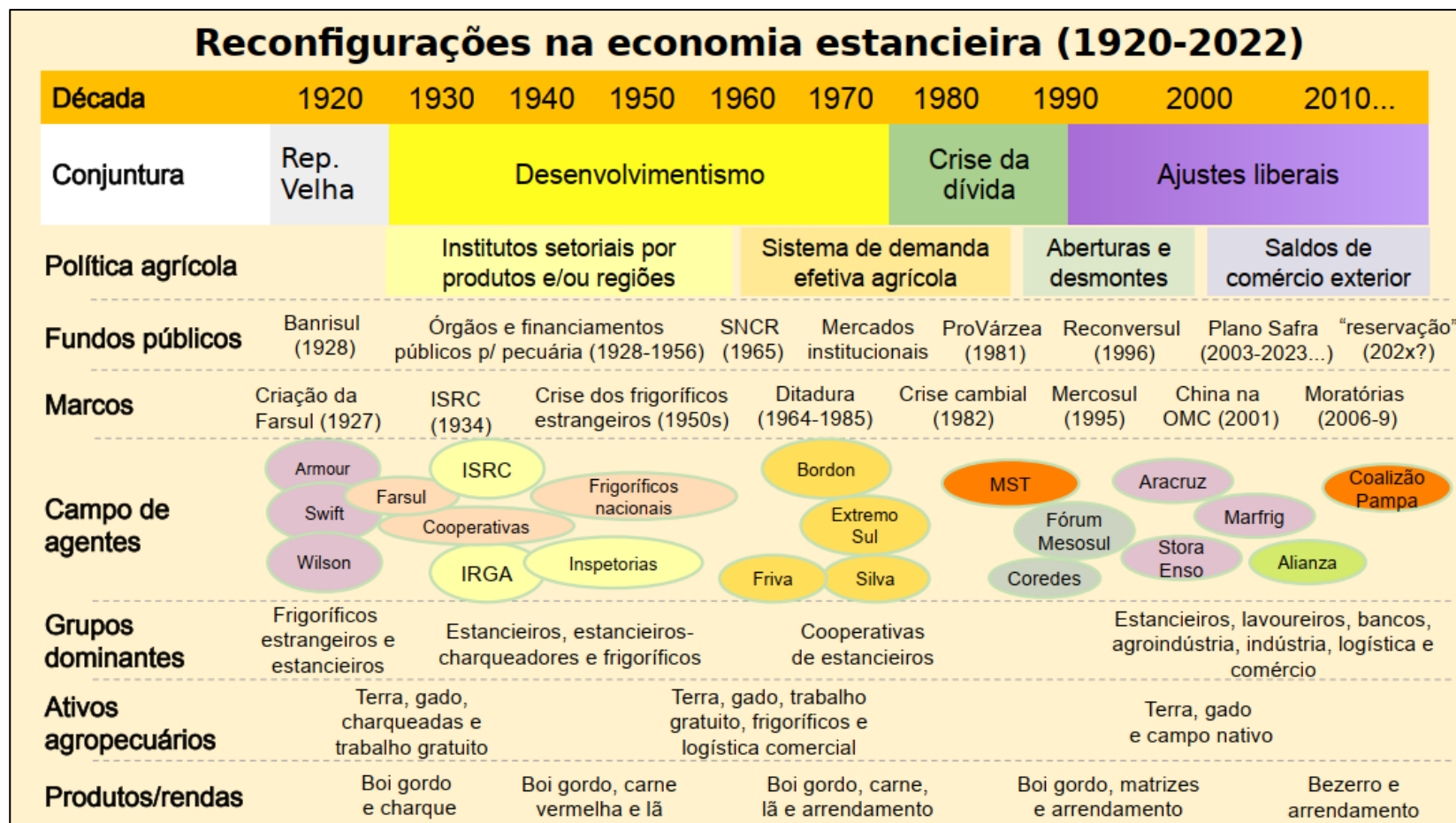
	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Brasil	226,7	229,5	230,7	237,4	238,3	235,3	236,2	237,3	237,8
Rio Grande do Sul	218,3	223,0	223,5	219,6	220,0	218,7	219,4	221,5	219,7

	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Brasil	244,5	247,8	248,9	249,3	253,3	261,8	269,1	267,6
Rio Grande do Sul	217,0	218,4	218,2	220,2	220,1	223,6	232,8	233,7

**Fonte:** Pesquisa Trimestral do Abate de Animais (IBGE), organizado pelo autor.

ANEXO D – Linha do tempo: reconfigurações na economia estancieira do Rio Grande do Sul (1920-2022)\*



\* Este recurso visual foi apresentado à banca de defesa da tese, que recomendou sua inclusão na versão final. A linha do tempo abarca elementos apresentados ao longo de todos os capítulos, de modo que sua inserção no corpo do texto exigiria a retomada de explicações já realizadas e poderia representar a repetição excessiva de argumentações. Além disso, a figura contempla algumas entidades, políticas públicas e conjunturas que não foram plenamente abordadas pela tese, de modo que sua disposição na forma de anexo também simboliza uma agenda de pesquisa a ser concretizada.

Fonte: elaborada pelo autor.